

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**DOUTORADO**

**STEFAN CHAMORRO BONOW**

**A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto  
Alegre durante a Primeira Guerra Mundial:  
cidadãos leais ou retovados?**

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

**Porto Alegre**

**2011**

**STEFAN CHAMORRO BONOW**

**A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2011

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B719d

Bonow, Stefan Chamorro

A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados? / Stefan Chamorro Bonow; orientação René Ernaini Gertz. – Porto Alegre, PUCRS, 2011.

379 f. : il. ; 29cm

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

1. História Contemporânea. 2. Primeira Guerra Mundial.  
3. Alemães em Porto Alegre. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

CDU – 981.51:930

Ficha elaborada pela bibliotecária Luciane Vitt Tietböhl – CRB 10/1409

**STEFAN CHAMORRO BONOW**

**A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (Orientador)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janete Silveira Abrão  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Brandalise  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Júnior  
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Dedico este trabalho aos meus filhos, Antonio e Daniel, que mereciam ter por perto alguém melhor do que um pesquisador, nestes últimos anos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, antes de qualquer outra citação, quero reconhecer a enorme dívida com a minha esposa, Isabel. Seu apoio e suas sugestões foram essenciais para a realização de todas as etapas necessárias. Ela participou de todo este caminho, desde a conclusão do mestrado, quando eu nem podia andar (lá atrás, no ano de 2004), passando, agora, pela formatação final deste texto e pela elaboração do *Abstract*.

Há muitas pessoas a serem citadas e que cumpriram papel decisivo para que este trabalho pudesse chegar a seu termo. Espero não cometer a injustiça de esquecer alguma delas.

Aos meus filhos, Antonio e Daniel, que vieram ao mundo por vários ótimos motivos, dentre os quais, para me mover para frente.

À dona Ivone, minha sogra, sempre disponível com seu sorriso tranquilizador. Em vários momentos pude contar com sua ajuda para suprir as lacunas por mim deixadas.

Aos meus pais, Paulo e Vera. Sempre estiveram comigo, mesmo à distância. Eles jamais desistiram de mim, mesmo quando parecia ser a decisão mais lógica.

Ao professor René. Excelente companhia, mais do que um grande orientador, ele mostrou ser um ótimo ouvinte. Além disso, foi incansável na leitura dos textos, mesmo

quando poderia ter se negado, devido ao inconveniente dos momentos, corrigindo tudo aquilo que fosse necessário.

Aos meus antigos alunos do tempo de professor do ensino médio da secretaria de educação deste estado, Paula Flores e Rafael Abreu. Eles se formaram no Colégio Protásio Alves e, hoje, são estudantes de História na UFRGS. Quando eu precisei de ajuda, eles mostraram dedicação e me prestaram auxílio da melhor maneira possível, dedicando o tempo deles para a minha pesquisa.

Ao seu Antonio e à dona Ieda, que várias vezes se ofereceram para ler o texto. Lamento por ter entregado a eles tão tardiamente.

A toda turma de futebol, Alexandre Andrades, Alexandre Veiga, Márcio, o Mineiro, Jéferson, André (Caju), e aos outros jogadores do plantel que esporadicamente apareciam, que mostraram a importância do futebol para o bem da humanidade. Eles provaram que uma boa partida de futebol (boa do nosso jeito), e uma cerveja depois, pode ser muito mais importante do que qualquer descoberta científica.

Aos meus amigos mais próximos, Filipe, Nilo, Rafael, Rodrigo e Vinícius, que, por serem poucos, são mais importantes ainda. Sendo historiadores e professores de História, de vez em quando a gente conversou sobre trabalho, mas não foi por isto que lembrei deles. Eles nunca deixaram eu esquecer que isto é só mais uma etapa a ser superada.

Aos antigos colegas de trabalho e amigos do Colégio Protásio Alves, Mauro, Ana e Leila, que me apoiaram quando eu decidi deixar de lecionar para iniciar esta empreitada.

Ao amigo e traficante do saber, Mauro Messina, que, graças ao seu esforço, conseguiu me fornecer algumas obras importantes e difíceis de adquirir.

Ao professor Helder Gordim, cujas críticas honestas foram muito importantes para poder pensar os rumos deste trabalho.

À professora Janete Abrão, que nunca se furtou de discutir ideias e prestar informações quando a ela recorri.

À Carla da secretaria do PPGH da PUCRS, que me ajudou várias vezes com informações importantes e, principalmente, com as benditas cotas de cópias para impressão. Ela sempre sabe aquilo que a gente precisa.

Ao Adílson da secretaria do PPGH da PUCRS, sempre prestativo. Se não fosse por outro motivo a mais, pelo simples fato de ter se disposto ajudar a completar o time de futebol, uma vez em que faltou gente.

À Lí e Betina, que tiveram a gentileza de deixar de lado suas atividades para fazerem a tal ficha catalográfica para mim. Um dia eu vou entender como ela funciona.

À CAPES, cuja bolsa ajudou a cobrir importantes gastos. Pelo fato dela ter financiado um trabalho que jamais poderia ser realizado sem tamanha ajuda. Assim, pessoas com família também podem integrar um programa de pós-graduação.

Ao Rock'n Roll, que me ajudou a ter a maioria das ideias, as boas e as ruins.



## RESUMO

O presente trabalho aborda os efeitos da Primeira Guerra Mundial na cidade de Porto Alegre. Sendo um evento cuja repercussão tem recebido pouca atenção da historiografia brasileira, este trabalho pretende trazer alguma contribuição para o estudo da influência desse conflito sobre a condução da política interna e sobre as relações sociais naquela cidade. A base sobre a qual se sustenta está constituída pela documentação produzida pelo governo da municipalidade e pelo governo do estado, bem como por informações extraídas das páginas de diferentes periódicos publicados na cidade entre os anos de 1914 e 1918. Mais especificamente, busca-se entender o quanto o conflito mundial afetou a convivência dos habitantes de origem germânica com os demais, algo que impõe a consideração da turbulenta trajetória da imigração germânica no estado do Rio Grande do Sul e a opinião crítica de alguns importantes intelectuais brasileiros que questionavam os benefícios da mesma para a construção de uma nação. Para tanto, são levantados os incidentes ocorridos ao longo desses anos, com vistas a obter possíveis explicações que as justifiquem. Além disso, apresenta-se o quanto a política institucional, marcada pela rivalidade dos partidos Republicano e Federalista, repercutiu a divergência de opiniões sobre os países que compuseram a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente.

**Palavras-chave:** Porto Alegre, Primeira Guerra Mundial, alemães, pátria, nação.

## **ABSTRACT**

This work addresses the effects of the First World War in Porto Alegre. Being an event whose impact has received little attention of the Brazilian historiography, this work aims to bring some contribution for the study of the influence of this conflict about the conduct of internal politics and social relations in that city. The basis on which it is maintained is constituted by the documentation produced by the municipality and state government, as well as information extracted from the pages of different journals published in the city between 1914 and 1918. More specifically, we try to understand how the World War affected the coexistence of Germanic people with others inhabitants, something that requires the consideration of the turbulent history of German immigration in the state of Rio Grande do Sul and the critical opinion of some important Brazilian intellectuals who questioned its benefits to build a nation. For this, we raised the incidents over the years, in order to obtain possible explanations that justify them. In addition, we present how the institutional policy, marked by the rivalry of the Federalist and Republican parties, reflected the divergence of opinions on the countries that formed the Triple Alliance and the Triple Entente.

**Keywords:** Porto Alegre, First World War, germans, homeland, nation.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MOEDA COMEMORATIVA DO NAUFRÁGIO DO LUSITÂNIA (O DIÁRIO, 13 DE JANEIRO DE 1917, P. 6) 242

FIGURA 2 – CHARGE: BORGES DE MEDEIROS E GUILHERME II ABRAÇADOS (O MANECA, 1º DE JULHO DE 1918, CAPA) ..... 317

FIGURA 3 – CHARGE: BORGES DE MEDEIROS E GUILHERME II CONVERSANDO AO TELEFONE (O MANECA, 10 DE JUNHO DE 1918, CAPA) ..... 318

FIGURA 4 – CHARGE: BORGES DE MEDEIROS E O CÔNSUL BRITÂNICO MEDINDO FORÇAS (O MANECA, 27 DE MAIO DE 1918, CAPA)..... 320

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMÉRCIO DO ESTADO COM PAÍSES ESTRANGEIROS .....	113
---	-----

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 ANTECEDENTES DA GUERRA: EUROPA, BRASIL E PORTO ALEGRE .....</b>	<b>32</b>
1.1 O CONTEXTO EUROPEU ANTES DE 1914 .....	33
1.2 A REPERCUSSÃO DA MORTE DO ARQUIDUQUE EM PORTO ALEGRE.....	40
1.3 A ALEMANHA E SEUS DESCENDENTES NA PERSPECTIVA DOS BRASILEIROS ADEPTOS DO “PERIGO ALEMÃO” .....	47
1.4 A ALEMANHA E SEUS DESCENDENTES NA PERSPECTIVA RIOGRANDENSE .....	58
1.5 A ALEMANHA NA VISÃO DA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE POUCO ANTES DA GUERRA .....	64
1.6 CONCLUSÃO PARCIAL.....	80
<b>2 O INÍCIO DA PRIMEIRA GUERRA E O EFEITO SOBRE PORTO ALEGRE ..</b>	<b>82</b>
2.1 A DEFLAGRAÇÃO DO CONFLITO.....	83
2.2 O INÍCIO DA CONTENDA MUNDIAL E A REPERCUSSÃO NO BRASIL .....	88
2.3 O EXÉRCITO BRASILEIRO E O RESPEITO PELA ALEMANHA.....	89
2.4 ALGUNS DADOS DESABONADORES SOBRE OS “ALEMÃES” DE PORTO ALEGRE .....	93
2.5 AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DEIXADAS PELA GUERRA EM PORTO ALEGRE .....	95
2.6 OS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA.....	109
2.6.1 <i>O contexto nacional</i> .....	110
2.6.2 <i>A debilidade provocada na economia gaúcha</i> .....	112
2.7 O IMPACTO DA GUERRA SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO.....	115
2.8 O INCIDENTE DA DEUTSCHE POST: A DIVERGÊNCIA NO INTERIOR DA TEUTO-BRASILIDADE.....	120
2.8.1 <i>Teuto-brasileiro: membro da nação brasileira ou da pátria brasileira?</i> .....	124
2.8.2 <i>A posição dos teuto-brasileiros católicos</i> .....	130

2.9	OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA EM PORTO ALEGRE .....	133
2.9.1	<i>O cinema: propaganda de guerra .....</i>	133
2.9.2	<i>A Biblioteca Pública e os seus periódicos.....</i>	135
2.9.3	<i>A confusão provocada pela propaganda oficial dos países.....</i>	137
2.9.4	<i>Os novos jornais lançados nesse ano.....</i>	139
2.10	CONCLUSÃO PARCIAL.....	141
<b>3</b>	<b>A NEUTRALIDADE BRASILEIRA SOB RISCO: O MODO PELO QUAL A OPINIÃO ALIADÓFILA SE FIRMOU EM PORTO ALEGRE NO BIÊNIO 1915-1916</b>	<b>144</b>
3.1	OS FATOS QUE MARCARAM A GUERRA NO PERÍODO 1915-1916 .....	146
3.2	A REPERCUSSÃO DA GUERRA E A DIFÍCIL MANUTENÇÃO DA NEUTRALIDADE BRASILEIRA.....	151
3.2.1	<i>A diplomacia brasileira e a criação da Lista Negra inglesa .....</i>	158
3.3	PERSISTE O INTERESSE DOS PORTO-ALEGRENSES NA GUERRA .....	161
3.4	LATINIDADE x GERMANIDADE .....	168
3.5	O “PERIGO ALEMÃO” REVIGORADO EM PORTO ALEGRE .....	174
3.5.1	<i>A polêmica estada de Lauro Müller em Porto Alegre.....</i>	180
3.5.2	<i>O “perigo alemão” e as suas implicações sobre o governo gaúcho .....</i>	182
3.6	A BRASILIDADE EM DISCUSSÃO .....	187
3.7	UMA MUDANÇA NO COMPORTAMENTO DOS ALEMÃES DA CIDADE... 195	
3.8	AS INCLINAÇÕES DA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE .....	197
3.9	O PROLONGAMENTO DA GUERRA E A ECONOMIA DO BRASIL.....	210
3.9.1	<i>A economia gaúcha .....</i>	211
3.10	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A GUERRA EM PORTO ALEGRE .....	217
3.10.1	<i>A CINEMATOGRAFIA E A GUERRA .....</i>	217
3.10.2	<i>A BIBLIOTECA PÚBLICA E OS SEUS PERIÓDICOS.....</i>	218
3.11	CONCLUSÃO PARCIAL.....	218
<b>4</b>	<b>O BRASIL VAI À GUERRA (1917-1918).....</b>	<b>225</b>
4.1	OS ANOS DERRADEIROS DA GUERRA.....	226
4.2	A SITUAÇÃO DO BRASIL.....	230
4.2.1	<i>O final da guerra e a economia brasileira.....</i>	235
4.3	O INÍCIO DO ANO DE 1917 EM PORTO ALEGRE.....	239

4.4	O NAUFRÁGIO DO PARANÁ E OS DISTÚRBIOS EM PORTO ALEGRE .....	248
4.5	ENTRE A RUPTURA DAS RELAÇÕES COM A ALEMANHA E A DECLARAÇÃO DE GUERRA .....	265
4.5.1	<i>A situação econômica do Rio Grande do Sul</i> .....	272
4.5.2	<i>A grande greve de 1917 sob o viés da guerra</i> .....	278
4.6	A COMPLETA RUPTURA DIPLOMÁTICA: DA QUEDA DE MÜLLER ÀS PASSEATAS DE NOVEMBRO .....	281
4.7	A CIDADE DE PORTO ALEGRE SOB O ESTADO DE GUERRA.....	293
4.7.1	<i>A repercussão das medidas repressivas na Assembleia dos Representantes</i> .....	300
4.7.2	<i>Os reflexos da declaração de guerra sobre os indivíduos de origem germânica</i> ... .....	302
4.7.3	<i>Incidentes violentos ocorridos</i> .....	312
4.7.4	<i>As acusações de germanismo contra o governo gaúcho</i> .....	314
4.8	A GUERRA E A DIMENSÃO ALCANÇADA PELOS SÍMBOLOS BRASILEIROS .....	322
4.9	A CONTINUAÇÃO DA MUDANÇA COMPORTAMENTAL DO ALEMÃO EM PORTO ALEGRE: DE ALGOZ À VÍTIMA .....	328
4.10	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A GUERRA EM PORTO ALEGRE .....	336
4.10.1	<i>A cinematografia e a guerra</i> .....	336
4.10.2	<i>A Biblioteca Pública e os seus periódicos</i> .....	337
4.11	CONCLUSÃO PARCIAL.....	338
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>347</b>
	<b>FONTES DE PESQUISA</b> .....	<b>358</b>
1.	LOCAIS DE PESQUISA.....	358
2.	JORNAIS.....	359
3.	REVISTAS .....	359
4.	OBRAS CONSULTADAS.....	360

## INTRODUÇÃO

Para muitas pessoas, quando se fala que a comunidade germânica foi submetida a restrições no Brasil – tanto naquilo que diz respeito às liberdades individuais quanto às econômicas – em decorrência da guerra, é comum pensar que se está falando da década de 1940. Dificilmente alguém negará que se criou um grande mal-estar por causa da Segunda Guerra Mundial. Terá, certamente, alguém que trará, do fundo de suas lembranças, algum episódio relacionado a si, ou a algum parente, ou a algum vizinho, que sofreu em virtude do sobrenome, da compleição física, talvez por causa do sotaque; e, soturnamente, dirá que foram tempos difíceis. Certamente o *Estado Novo* impregnou as recordações das pessoas com suas proposições políticas autoritárias e centralizadoras. Contudo, poucas pessoas trazem consigo alguma informação (em parte, porque o distanciamento temporal ajuda a ceifar referências) sobre qualquer dos eventos de poucas décadas anteriores a isso.

Seria interessante tratar dos motivos pelos quais persiste um certo esquecimento sobre os infortúnios causados aos indivíduos de origem germânica, durante os anos da década de 1910. Embora a quantidade de pessoas atingidas pelas restrições durante a Segunda Guerra Mundial seja de maior monta, não foram estas as únicas a terem sofrido os dissabores da discriminação, em seus diferentes matizes. Por certo, faz-se necessário um maior número de pesquisas para explicar o motivo da pouca expressão que a Primeira Guerra Mundial<sup>1</sup> exerce, a ponto de um

---

<sup>1</sup> No Brasil, o trabalho mais importante foi realizado por Francisco Vinhosa (1990), intitulado *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Na obra, o autor faz um apanhado geral das repercussões da guerra no Brasil e a atuação do país enquanto beligerante, ao declarar guerra à Alemanha, no final de 1917. Há também um trabalho publicado nos Estados Unidos, sobre as repercussões do conflito na vida dos alemães que viviam no sul do Brasil, de autoria de Frederick Luebke (1987), cujo nome é *Germans in Brazil: A comparative History of*



importante jornalista e pesquisador ter afirmado na sua dissertação em *Relações Internacionais*<sup>2</sup> que não houve nenhum tipo de perseguição ou violência no Brasil nesse período.

De toda forma, o propósito do trabalho que ora inicia é o de resgatar os episódios que ocorreram na capital do estado do Rio Grande do Sul. Episódios que compuseram apenas uma pequena parte da série de dramas pessoais que ocorreram entre os anos de 1914 e 1918.

Portanto, longe de esgotar as possibilidades, esta tese pretende rever alguns dos momentos importantes da história do estado, que tiveram como palco a cidade de Porto Alegre, contemplando a repercussão que a Primeira Guerra possa ter provocado. Para isso, faz-se necessário investigar o quanto ela seccionou os seus habitantes em dois campos antagônicos. Assim sendo, pela avultada presença, pela proeminência obtida nos dois extremos da produção econômica (no do trabalho e no do capital), como pela participação política obtida, o pano de fundo do trabalho é a atribulada relação entre os indivíduos de origem germânica (alemães e teuto-brasileiros) e o restante da sociedade de Porto Alegre.

Antes de entrar propriamente naquilo que deveria ser uma explicação acerca do eixo condutor do trabalho, parece adequado fazer um registro pessoal. Imagino que o pesquisador ao circunscrever os limites de atuação do próprio trabalho busque se inserir dentro de um campo de atuação. Prática que vai tomando formas à medida que define as fontes a serem utilizadas que, aliás, ajudam a especificar uma metodologia. Assim, o pesquisador se propõe a realizar, por exemplo, um trabalho de história política, calcado na análise de conteúdo. Quanto a isso, não creio ter a mesma sorte, nem a mesma capacidade.

Não me sentiria habilitado para definir exatamente a História Social como referência a ser adotada no trabalho. Do ponto de vista teórico, talvez não seja realizada a contento a correlação entre a sociedade e o Estado (GERTZ, 2006), o que acabaria provocando a reversão de expectativa. Apesar disso, arrisco afirmar que o trabalho depende da observação das relações existentes entre a sociedade e o Estado. Afinal, esses dois elementos, mais do que imbricados, estão mutuamente se redefinindo nesse período de morte da *belle époque*, e essa dimensão não pode ser perdida. O preconceito e as manifestações de violência estudadas

---

Cultural conflict during World War I. Há ainda um trabalho feito na Inglaterra, no qual se abordam os efeitos econômicos da guerra sobre os países da América do Sul, entre os quais o Brasil, escrito por Bill Albert, intitulado *South America and the first world war: the impact of the war on Brazil, Argentina, Peru and Chile*. (2002).

<sup>2</sup> *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira* (GARAMBONE, 2003, p. 107).

seriam, guardadas as devidas dimensões da cidade de Porto Alegre, um momento de inflexão, ou, dito de outra forma, o velório da *belle époque*. Fique claro que, apesar das dificuldades para definir os limites teóricos, as abstrações realizadas estão circunscritas às fronteiras da modernidade que, por mais fluída que seja a sua tendência (BAUMAN, 2001), ainda parece oferecer sólidas referências e ainda podem contribuir no difícil trabalho de pautar relações de causa e efeito.

Tais deficiências, portanto, consubstanciam-se na problemática da metodologia. Como a repercussão dos acontecimentos abalou a sociedade em diferentes segmentos, procurar os sinais do abalo, tanto naquilo que sofreu ruptura quanto naquilo que permaneceu existindo, instiga à utilização de fontes diversas. Logo, ao trabalhá-las, procurou-se realizar um exame criterioso para poder entrecruzá-las. Devido a isso, optei por uma estruturação da tese que analisa, a partir de uma cronologia progressiva, as transformações acarretadas pela Primeira Guerra Mundial na cidade de Porto Alegre.

Afinal, o mês de julho<sup>3</sup> de 1914 marcou o cenário internacional porque trouxe consigo, é bom lembrar, o final de uma era marcada por sucessivos anos de paz entre as maiores potências da Europa<sup>4</sup>, mas também marcou de maneira indelével o Brasil. Logo em seguida, ante o melancólico encerramento da *belle époque*, os acontecimentos proporcionaram uma reformulação de alguns conceitos importantes para pensar o Brasil (OLIVEIRA, 1990), que serviram de motivação para reivindicações de toda monta, e que, em alguns casos, passaram pelo menosprezo de outros indivíduos.<sup>5</sup> Os mais importantes dentre eles seriam os de “raça” e de “meio”.

Esses dois conceitos, que arrebanharam adeptos depois de 1870 (ALONSO, 2002), à luz das teorias evolutivas do positivismo de Comte, do darwinismo social, e do spencerianismo (ORTIZ, 1994), foram redimensionados. Renato Ortiz (1994) lembra que, os pensadores brasileiros, do último quartel do século XIX e das primeiras décadas do XX, estiveram preocupados com a relação entre o meio geográfico brasileiro e o estabelecimento dos tipos

---

<sup>3</sup> Mês em que ocorreu o atentado fatal ao príncipe Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro.

<sup>4</sup> Desde a Guerra da Crimeia, na década de 1850, não houve uma conflagração que envolvesse, ao mesmo tempo, as grandes potências. Nas relações bilaterais houve uma série de conflitos localizados, até a década de 1870. Agora, desde a Crimeia não houve um conflito que impusesse o envolvimento coordenado dos principais governos para a readequação da balança de poder (ARRIGHI, 1996; KENNEDY, 1989; KINSSINGER, 1999; TILLY, 1996).

<sup>5</sup> Apesar dos acontecimentos, a discriminação não é uma via de mão única. O inverso também é válido, sendo que o estranhamento pode provocar, como poderá ser observado, uma reação igual e em sentido contrário, a partir do momento em que o outro, caluniado, reforça a própria identidade empregando as mesmas armas (SEYFERTH, 1990).

raciais, para a construção de um povo sólido, uma nação. Ideologicamente<sup>6</sup>, significava o reconhecimento de uma posição hegemônica do branco europeu. Nesse aspecto, foi necessária uma adequação para que, em tempo de guerra, a ameaçadora presença germânica não encontrasse legitimidade. Veremos que a ideia não foi abandonada, mas se tentou proceder a uma inversão da lógica dela. A repercussão pode ser encontrada na maneira com que se desenvolveram as compreensões a respeito da pátria e da nação. Isso, sem perder o olhar sobre a Europa, principalmente, sobre a França, país cuja opinião permaneceu importante.

Ainda mais quando, entre 1915 e 1918, o olhar francês se voltou para a América do Sul. Existia no país uma forte ansiedade, em busca da aceitação daquele país, não como curiosidade exótica, mas como irmão de civilização. Expectativa que fora, por diversas vezes, frustrada no passado, quando os viajantes daquela terra expunham relatos pitorescos, até mesmo difamatórios, de uma terra selvagem chamada Brasil (LUSTOSA, 2010). Agora, com a grande conflagração, surgiria a oportunidade para o país ser tratado como um igual, como um país necessário, fato que foi determinante na conduta dos brasileiros.

Grosso modo, pode ser dito que a Primeira Guerra atraiu fortemente a atenção dos populares, causando debates acalorados. Embora a Inglaterra, a França e a Alemanha tivessem defensores fervorosos, repletos de argumentos, o envolvimento do Brasil no conflito provocou uma guinada, em 1917, levando o país a pender em prol de uma posição efetiva, rompendo a neutralidade inicial. Acima de tudo, foi contra a Alemanha.

Principalmente, devido a um fato de suma importância que aconteceu. No sétimo dia do mês de abril de 1917, o navio mercante brasileiro chamado *Paraná* foi posto a pique por torpedeamento em águas francesas, tendo o governo alemão, sido diretamente responsabilizados pelo acontecimento. O resultado foi o rompimento das relações internacionais entre o Brasil e a Alemanha. Consequentemente, os navios alemães que estavam ancorados nos portos brasileiros acabaram apreendidos – em quantidade tão

---

<sup>6</sup> Por ideologia, entenda-se aquilo que foi expresso pela opinião de Andrew Vincent: “corpos de conceitos, valores e símbolos que incorporam concepções da natureza humana e, assim, apontam o que é possível ou impossível aos homens realizar; as reflexões críticas sobre a natureza da interação humana; os valores a que os homens devem aspirar ou a que devem rejeitar; e as medidas técnicas corretas para a vida social, econômica e política que atenderão as necessidades e interesses dos seres humanos. Dessa forma, as ideologias reivindicam *descrever* e *prescrever* para os homens. As duas tendências são entremescladas. As ideologias também pretendem legitimar certas atividades ou medidas e integrar os indivíduos, capacitando-os a ficarem coesos em torno de determinados objetivos” (1995, p. 28). Além disso, esses valores representam um apanhado daquilo que o ser humano apreendeu ao passar das gerações, assimilados e, muitas vezes, incoerentes e contraditórias.

considerável que representavam a quarta parte da frota brasileira.<sup>7</sup> Como os incidentes envolvendo embarcações brasileiras perduraram no oceano Atlântico, sendo os alemães constantemente responsabilizados, sem negativa oficial; em 26 de outubro do mesmo ano, a condição brasileira “evoluiu” para o alinhamento junto aos aliados da *Entente* e para a declaração de guerra à Alemanha.

Até então, os posicionamentos representavam não mais do que munição para uma acalorada discussão. Naquele referido mês, tudo mudou, porque foi quando chegou à cidade a informação do naufrágio do *Paraná* (SILVA JÚNIOR., 2004b).

Os muitos incidentes ocorridos naquela segunda semana de abril (a partir do dia 9, segunda-feira), iniciados de maneira ordeira, através de comícios, acabaram descambando para provocações de caráter xenofóbico, que acenderam os ânimos dos populares. O resultado foi uma onda de depredações, acusações de espionagem e incêndios criminosos, além dos atentados à integridade física.

Tal gama de acontecimentos pode ser observada à época nos processos-crime, nos laudos do corpo de bombeiros, nos registros de averiguações da polícia, bem como nas páginas dos periódicos em circulação. Uma síntese muito boa, feita a partir dessas fontes, pode ser encontrada no artigo de Adhemar da Silva Júnior (2004b), que mostra a degradação humana gerada de parte a parte dos campos envolvidos.

Apesar de o ímpeto destrutivo inicialmente demonstrado ter arrefecido na passagem dos dias, as hostilidades contra os teuto-brasileiros e os alemães não cessaram, sendo continuamente retomadas. O ambiente conspiratório que se gerou em Porto Alegre permaneceu pelos anos restantes da década, permanecendo a comunidade etnicamente germânica como alvo de contínua desconfiança.

Grande responsabilidade pela manutenção dessa desconfiança pode ser atribuída à imprensa. O caráter ufanista do momento e as divergências políticas existentes, as quais se misturaram ao problema, contribuíram para a exaltação.

---

<sup>7</sup> Tão preciosa presa foi defendida vorazmente com o cessar das hostilidades em 1919, por ocasião das conferências de paz, na qual o Brasil se fez representar de forma grandiosa se comparado com a sua real contribuição em tempo de guerra. Sobre os eventos que envolveram a questão dos navios alemães apreendidos e as demais querelas que envolveram interesses brasileiros (GARCIA, 2000).

Os periódicos se mostraram uma fonte constante de denúncias, que, diariamente, levantavam casos de subversão alemã. Contudo, as denúncias cumpriam, também, uma função de elevar os brios nacionais, buscando respaldo nos exemplos dos Estados em conflito.

Muito daquilo que os periódicos denunciavam não encontrou ressonância quando da análise de documentos da polícia e do judiciário. Diferentemente daquilo que anunciavam os periódicos, o número de prisões e processos não estaria na mesma proporção dos supostos casos mostrados nas páginas desses mesmos jornais e das revistas. Cabe tentar compreender o motivo dessa germanofobia.

Apesar da preponderância das tendências francófilas no estado, a adoção de uma conduta em relação ao conflito não significou o imediato abandono das convicções, por parte daqueles que se declaravam germanófilos. A afinidade intelectual em relação a um Estado ou a uma nação estava calcada em critérios que se desdobravam para além da mera simpatia. É necessário levar em consideração a preponderância das distintas correntes teóricas do pensamento, que estavam subjacentes às afinidades. Com o arrefecimento do romantismo brasileiro (RICUPERO, 2004), aproximavam-se mais ainda da França e da Inglaterra as simpatias intelectuais (OLIVEIRA, 1990; PETIJEAN, 1996b).

Sem contar que a presença de um relevante contingente populacional imigrante se fazia sentir no sul do país, o que fornecia elementos peculiares aos argumentos em discussão. Talvez por isso, as condenações proferidas pelos indivíduos críticos a qualquer demonstração de germanidade (SEYFERTH, 1990) tenham se mostrado tão contundentes.

A separação entre brasileiros e teuto-brasileiros será empregada neste trabalho para fins absolutamente distintivos, para maior praticidade nas explicações. Preferencialmente, será utilizada a expressão “germânico” para caracterizar o indivíduo portador de identidade étnica alemã. Nos casos a serem abordados, o uso se justifica para fazer menção às pessoas, sem distinção entre o fato de serem oriundas da região na qual se encontra a Alemanha (estrangeiros em visita ou imigrantes) ou de serem descendentes de imigrantes já estabelecidos no Brasil. Por sua vez, o uso da palavra *alemão* serve para fazer referência às pessoas nascidas no território do Estado da Alemanha. A expressão “teuto-brasileiro”<sup>8</sup> visa, exclusivamente, a

---

<sup>8</sup> Também é um conceito. Uma referência sobre esse conceito será feita no primeiro capítulo. Notadamente, ele marca uma distinção cultural, dependendo do enfoque, até política, mas para o propósito do trabalho não possui qualquer pretensão para além da ilustrativa, tanto que foi preferível não utilizar o equivalente oposto, luso-brasileiro, a não ser quando necessário citar o trabalho de autores que empregam o conceito. Todos os demais cidadãos do país serão chamados apenas de brasileiros.

identificar os descendentes germânicos, sejam eles de alemães ou de imigrantes anteriores à formação daquele Estado, e que possuem a cidadania brasileira.

Outro esclarecimento diz respeito à grafia dos nomes encontrados. Possivelmente haja equívocos na escrita correta de alguns. Dentre eles, os melhor conhecidos, em virtude de pesquisas realizadas anteriormente, ou por serem recorrentes em diferentes fontes, puderam ser devidamente escritos. Há alguns que não foram contrapostos por falta de maiores referências e que, portanto, podem estar grafados de maneira equivocada. Deve ficar claro que a grafia dos nomes corresponde à forma com que os mesmos podem ser encontrados nas respectivas fontes acessadas.

Esta tese não pretende ficar concentrada no estudo da imigração alemã, nem na questão étnica. Apesar da intrincada problemática da etnia germânica perpassar o texto na sua totalidade, a menção da mesma adquire seu real propósito à medida que auxilia na apreciação da fragmentária autoimagem do brasileiro em relação às possíveis identidades desenvolvidas para si.

A depreciativa interpretação que os brasileiros desenvolveram sobre si próprios, à luz das teorias científicas (ARENDDT, 1973; GAY, 2001), e que foram incorporadas pelos setores mais intelectualizados ao final do século XIX (COSTA, 2004; DÓRIA, 2007; ORTIZ, 1994; SILVEIRA, 2004, SKIDMORE, 1976), foi agravada pela evidência do problema de saúde pública que grassava no meio rural que abrangia a maioria da população (LIMA; HOCHMAN, 1996). Muitos defenderam que a solução do Brasil passaria pela imigração permanente de povos superiores brancos europeus (SKIDMORE, 1976). Portanto, a problemática questão da brasilidade adquiria uma dimensão maior ainda quando contraposta a uma outra, como a germânica, aparentemente portadora de maior consistência, e que se concentrava em algumas regiões específicas do Brasil e com pouca miscigenação. Ela, que fora vista como uma ameaça durante a Primeira Guerra Mundial, até porque os períodos de conflitos armados sempre se mostram bastante propícios para o resgate das discussões ligadas à saúde do povo e à força da raça (LIMA; HOCHMAN, 1996).

Em virtude das frequentes referências à etnicidade, convém expressar o significado adotado quando mencionada. Até porque, o limite entre a compreensão do significado de etnia e a de outros conceitos, como os de raça e nação, eram nebulosos naquele período. Durante o

contexto histórico no qual o trabalho se concentra as interpretações eram conflitantes, a ponto de chegarem a coincidir, dependendo do enfoque.

É importante deixar evidente a compreensão desejada porque, como anteriormente foi dito, os limites conceituais próprios do contexto a ser analisado são pouco claros. Ainda à época da guerra, havia o risco de que a confusão teórica pudesse embaralhar os conceitos. A possibilidade de confusão, bem como a preocupação em evitá-la, estabelecendo uma distinção, fora já percebida, no início do século XX, na obra de Max Weber (1997). Pensando em estabelecer os limites entre um conceito e outro, ele concebe a nação como sendo o grupo cuja crença no viver coletivo passa pela busca de poder político, e que este grupo fica absorvido pelo sentimento de prestígio – *pathos* – que impulsiona tal busca, (WEBER, 1999, p. 172). No entanto, como veremos, o esclarecimento da questão esteve longe de sua conclusão. Giralda Seyferth observa que, mesmo em Weber, persistem lacunas na interpretação das diferenças. Sobre isso, ela conclui que:

Max Weber, preocupado com a ambiguidade das noções de etnia e nação e as dificuldades de concebê-las sociologicamente [...] apesar de privilegiar o conteúdo político do conceito de nação [...] se volta para as concepções de nacionalidade e sentimento nacional e, neste plano, os termos de definição são os mesmos empregados na análise das “comunidades étnicas” – *habitus*, vida em comum, etc. (1998, p. 42).

Isso confirma a linha tênue entre etnia e nação quando tratamos de todo um período histórico que, inclusive, abarca a Primeira Guerra Mundial. Se, da conceituação de uma mente aguçada como a de Max Weber houve a possibilidade de persistir uma dubiedade na interpretação dos significados delas, na mente dos indivíduos medianos da época também.

Portanto, não seria absurda a prevalência de um temor desmesurado quanto à possibilidade de uma etnia ser compreendida como um risco à integridade brasileira pelo restante da sociedade. Ainda mais quando expressões como raça, etnia e nação eram utilizadas “ao deus dará”, sem verificação daquilo que se pretendia dizer. Hipótese que se pretende averiguar, ao estudar a situação de Porto Alegre entre 1914 e 1918.

Como poderá ser visto no Rio Grande do Sul, e em Porto Alegre, aquilo que se poderia denominar de comunidade étnica germânica era um conjunto de diferentes comunidades. Elas estavam unidas entre si, e, separadas das demais, por relações religiosas, políticas e econômicas que envolviam seus indivíduos. Além disso, as suas concepções de pátria (*Heimat*) e de nação diferiam daquilo que era concebido por aqueles que se encontravam do

lado externo das comunidades, o que poderia ter evitado muitos mal-entendidos, caso tivessem o seu pensamento compreendido.

A problemática vinculada à maneira pela qual os indivíduos pensavam suas realidades, bem como a maneira como elas as adequaram ao contexto da guerra, não será enfatizado. Este trabalho pretende focar a questão da guerra, a partir da perspectiva do restante da sociedade, daqueles que estiveram do lado de fora das comunidades germânicas e que falavam delas. Para essas pessoas, as comunidades germânicas podiam ser vistas como uma unidade coesa, mais do que isto, como uma nação ameaçadora.

O conceito de nação passou por metamorfoses ao longo dos séculos, repercutindo tanto os valores objetivos (etnia e cultura) quanto os subjetivos (a vontade formal expressa, sob a forma da lei ou não). Em certa medida, também já fora substantiva, enquanto sinônimo do próprio conceito de Estado.

Na acepção original, a palavra (do latim: *natio* – nascer) significava a maneira pela qual os romanos chamavam os povos estrangeiros oriundos de uma mesma região (RICUPERO, 2004). A sua acepção era fundada num sentido essencialmente étnico (CHIARAMONTE, 2003). A compreensão dela dispensava qualquer significação política (isto é, que pudesse ser vinculada a algum modelo de administração ou instituições), tanto que eles próprios (romanos) não se identificavam como integrantes de alguma nação (CALHOUN, 2008). Esse conceito sobreviveu ao tempo e continuou conhecido, para designar gentes de origem distinta.

Na Idade Moderna, o sentido de nação foi sofrendo alteração à medida que ocorria a centralização de poder nos Estados europeus, com a progressiva submissão da vontade dos indivíduos a este poder, nas mãos do governante. De fato, no século XVII, os contemporâneos já podiam falar em nação, como um equivalente do conceito de Estado (a população de um território submetido a uma autoridade); como no caso da Espanha, onde se enfatizava que era a unidade de governo (nas mãos do rei) que configurava a identidade à nação (CHIARAMONTE, 2003). Para as monarquias absolutistas, era mais conveniente, diante de populações etnicamente plurais, destacar o papel do governo. Daí adveio a contínua diminuição do teor étnico no conceito. Isso significava que a estabilidade se relacionaria



diretamente com a legitimidade do governante – o soberano. Aqui, a nação adquiriu um evidente teor político.<sup>9</sup>

A centralização administrativa cumpriu, sem sombra de dúvida, um papel de suma relevância. Enquanto o rei arrogava a si maiores atribuições, o mesmo facultava o desenvolvimento de uma burocracia eficiente, com vias à integração plena do território submetido ao Estado (CREVELD, 2004). A modernização implicada nesse processo significou:

Uma adaptação à emergência de sociedades modernas e complexas, em que uma proporção cada vez mais considerável da população escapa ao isolamento das comunidades aldeãs afundadas na inconsciência política, para adotar uma visão alargada ao conjunto do país e para além dele (HERMET, 1996, p. 88).

Ao principiar o século XVIII, o direito natural<sup>10</sup> veio a influenciar o pensamento e os escritos dos iluministas. Categoricamente, eles asseveraram a existência de uma relação de reciprocidade entre o Estado e a nação, mas enfatizando – movidos pela abstração que é própria do direito natural – a necessária e obrigatória contrapartida por parte do primeiro, sob a forma de garantias essenciais à coletividade (o agente que daria forma à nação). Dessa perspectiva adveio o significado reconhecido à época da Revolução Francesa, que vira no povo (Terceiro Estado) a nação, e na nobreza um corpo estranho que a sacrificava. As concepções de soberania e de nação se desvincularam da figura do governante para adquirir uma vida independente (MAGNOLI, 1997).

---

<sup>9</sup> A noção de soberania ainda não era a mesma de hoje. No século XVII, Hobbes a concebera como algo bem específico. Para ele, a existência da sociedade civil se dava, única e exclusivamente, em virtude da autoridade constituída do monarca, sendo que todo o resto perdia o sentido sem este (CREVELD, 2004).

<sup>10</sup> A repercussão das transformações em andamento na Europa, do ponto de vista da política, do pensamento e do vocabulário, ocorreu diversamente nos países. Os ingleses (principalmente a fração proprietária, da burguesia e da nobreza) encontraram uma maneira, a partir de 1688, de fazer representar os interesses individuais no Parlamento, com uma maior afinidade no interior da elite dirigente, mesclando tradição e inovação (HERMET, 1996; RICUPERO, 2004). Em contrapartida, na França, com o absolutismo perdurando, viu-se uma nobreza cada vez mais focada na busca por privilégios, negligenciando o seu suposto papel histórico de intermediador entre rei e sociedade (RICUPERO, 2004).

A guinada foi conceber um princípio alternativo de soberania. Essa emanaria do desejo dos indivíduos que compunham a coletividade, invertendo o sentido anterior e submetendo até o próprio governante. Isso foi sugerido por Locke, ao rever a concepção de contrato social existente entre as partes envolvidas e, a partir disto, negar a autoridade absoluta do governante. Algo nitidamente radicalizado por Rousseau, ao ratificar o poder da vontade geral como substrato da soberania. “Isso se tornou particularmente significativo no vocabulário do período revolucionário francês. A soberania deixa de ser concebida em termos de lei, de monarca ou governante, e passa a ser concebida em termos de povo (ou – tanto aqueles de conhecimento público quanto aqueles que eram secretos *volk*), e a palavra ‘povo’ passa a coincidir, em muitas discussões com ‘nação’” (VINCENT, 1995, p. 263). É para garantir a soberania da nação que se fortalece a crença de que os seus integrantes precisam ter garantida a condição de cidadãos, que reforçam a vitalidade da mesma, que não mais comporta existir perante a continuidade dos indivíduos na condição de súditos.

Por fim, posteriormente, uma nova compreensão resultou daquilo que se denomina “princípio das nacionalidades”. Nessa acepção, misturam-se os significados anteriores. “O sentido de nação implicado [...] não é o antigo, embora se pareça com ele, mas algo novo que, em substância, consiste em uma fusão deste com o conteúdo político” (CHIARAMONTE, 2003, p. 88). Isto é, aquilo que se entendia primordialmente por nação (étnica) passou a ser entendido através da expressão nacionalidade, que poderia vir a se constituir sob o estatuto de nação, desde que obtivesse a soberania através da construção de um Estado. Nação e Estado não coincidem mais, mas a existência da nacionalidade, consciente e ativa, é entendida aqui como a prerrogativa que legitima o direito ao Estado, pois, assim, se confirmaria plenamente a nação, que, em última instância, fundamenta a soberania deste último. Logo, e ao passo que um sentido político perdurou, foi aberto um precedente que permitiu o fracionamento de antigos Estados e a fusão de outros tantos em um, a partir da particularidade de cada nacionalidade.

O outro conceito importante é o de pátria. Originalmente usado para designar o território local, como a aldeia e a cidade, o termo foi sofrendo alterações. Acabou ampliando o espaço de sua delimitação, adquirindo traços cívicos ao se relacionar com o corpo político do Estado. Por volta do século XVIII, na Europa, passou a adquirir dimensões nacionais. Dentro do vocabulário revolucionário, foi sendo apropriado como alternativa política, isto é, servir à pátria ao invés do rei. Disso se depreende que, no início do século XIX, ainda sob o influxo das “Luzes”, o termo já aparecia nos escritos dos políticos liberais, com um sentido que o aproximava do sentido de nação (SEBASTIÁN, 2005). Polissêmico, tal qual a nação, em virtude da disputa daqueles que continuamente a evocavam como bandeira a ser levantada, ao longo do século XIX, adquiriu novos contornos. Assim, ao invés de um sentido revolucionário, passou a ter outro, mais conservador. Mesmo sofrendo alterações, resultantes da luta política, a pátria permaneceu relacionada a amplas dimensões, aos territórios das nações (SEBASTIÁN, 2005).

Uma vez que os conceitos relevantes tiveram as suas complexidades ressaltadas, cabe tecer algumas considerações sobre as fontes. Essas, como já fora comentado anteriormente, são em grande quantidade e profusas em informação. Devido a essa realidade, fica mais do que evidente o caráter parcial das considerações aqui feitas. Futuros trabalhos, além de complementarem as colocações desta tese, também poderão vir a refutá-la.

A limitação na compreensão do idioma alemão foi, de imediato, um dos fatores definidores das fontes a serem consultadas. Portanto, toda a extensa publicação de periódicos em língua alemã existente em Porto Alegre teve de ser preterida. Material este que já fora parcialmente (*Deutsche Zeitung*) empregado na pesquisa de Frederick Luebke (1987).

Embora o citado autor tenha se valido de periódicos de circulação diária na cidade, como *A Federação* e o *Correio do Povo*, ao abordar a totalidade da região Sul no seu estudo, ele utilizou material de outros estados, limitando-se ao uso destes jornais da capital gaúcha. Dos dois, foi escolhido o jornal *A Federação*, para a realização desta tese. Por se tratar do órgão oficial do Partido Republicano Riograndense (PRR), que exercia o domínio absoluto sobre o poder estadual, ele pode oferecer o ponto de vista do governo constituído, bem como as reações deste governo ante os fatos. Quanto ao *Correio do Povo*, por motivo de disponibilidade de tempo não foi possível utilizá-lo. Em parte, isso se deveu ao fato das escolhas realizadas durante a pesquisa.<sup>11</sup>

Além da posição governamental frente ao conflito, era objetivo da pesquisa levantar referências de publicações que objetivassem esposar a causa alemã. Pensando nisso, foi escolhido o pequeno periódico semanal, apropriadamente denominado *A Guerra*. Nas poucas e esporádicas oito edições preservadas, entre os anos de 1914 e 1915, a publicação se entregou a uma militância ferrenha para desmistificar a má e equivocada impressão difundida no senso comum sobre a Alemanha e seus cidadãos.

No mesmo ano de 1914, foram lançadas duas revistas utilizadas no trabalho. Uma delas a *Unitas*, Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre, cuja importância pode ser avaliada a partir das manifestações nela feitas pelos teuto-brasileiros católicos e pela da defesa da nacionalização do idioma feita pelo Arcebispo D. João Becker (ISAIA, 1999), que teria se valido da religião católica como elemento de identidade em prol de um nacionalismo, justamente, a partir da Primeira Guerra Mundial (GERTZ, 1999). A outra revista seria a *Egatea*, criada pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, que publicava textos técnicos e

---

<sup>11</sup> A utilização d'*A Federação* era essencial para tentar analisar o comportamento do governo. Além disso, procurei trabalhar com, pelo menos, um jornal que enfocasse a xenofobia antigermânica por cada um dos vieses. *O Independente* serviu por representar a linha opositora aos alemães. Enquanto *O Diário* expressou a opinião daqueles que defenderam a Alemanha (opção obrigatória por causa da língua). Esses três jornais compõem o tripé da pesquisa: o da visão oficial, o da visão daqueles que defendem os alemães, e o da visão daqueles que atacam os alemães. Para maior aprofundamento, procurei pesquisar o maior número possível de revistas em circulação naquele período.

prezou a neutralidade no conflito, mas não se furtou de tecer comentários sobre ele, bastante atrativos pela grande quantidade de professores alemães que lecionaram na faculdade.

Entre aqueles jornais diários existentes que penderam para um lado, há de se destacar um em especial, *O Diário*. De acordo com Francisco Rüdiger (1998), esse jornal representou um marco no jornalismo gaúcho em função das características modernas na técnica que o mesmo havia introduzido e pela busca de autonomia no trato dos temas investigados. Até 1915, o periódico manteve uma posição de neutralidade na guerra, quando veio a ser arrendado por editores novos, Willy Lüderitz e Rego Lins, que passaram a fazer franca campanha em prol da Alemanha. Em virtude da opção feita, no ano de 1917, infelizmente, o jornal foi obrigado a encerrar as atividades, devido a ataques de populares.

Com as repercussões desse ano, os jornais em língua estrangeira foram proibidos. Logo, surgiu, em dezembro de 1917, o jornal *A Gazeta Colonial*, em substituição ao antigo *Neue Deutsche Zeitung*, cuja relevância estava na defesa dos teuto-brasileiros, que enfrentavam dificuldade por ocasião do conflito mundial.

Do outro lado, estiveram os jornais que em algum momento da guerra marcaram uma oposição de aversão ao germanismo. *O Independente* fora em sua época um jornal peculiar, de enfoque nos assuntos populares. A abordagem da sua pauta jornalística muito se deveu à personalidade do seu proprietário, Otaviano de Oliveira, que marcou os artigos dos jornais com os quais este estivera envolvido (MAUCH, 1992; VARGAS, 1992). As suas páginas sucintas, publicadas três vezes por semana (segundas, quartas e sextas-feiras), ofereciam uma perspectiva dos acontecimentos que buscava ser mais palatável à camada popular. Embora nos primeiros anos o jornal tenha mantido uma linha imparcial sobre a guerra, na qual era possível observar críticas e elogios feitos aos principais países combatentes, a partir da ruptura de relações entre o Brasil e a Alemanha ele dedicou amplos esforços em uma virulenta campanha de condenação deste país e a levantar suspeitas polêmicas contra os indivíduos de etnia germânica no estado e em Porto Alegre. Infelizmente, há de se ressaltar, para lástima do trabalho, que a pesquisa sofra o prejuízo pelo fato de não terem sido preservado os exemplares dos anos de 1915 e de 1917.

Foi exatamente isso que tornou o semanário *O Maneca* pertinente. Suas edições abarcaram os anos da guerra de 1917 e 1918. Publicação humorística, na qual iniciara a carreira Aparício Torelly (o futuro Barão de Itararé), abertamente crítica ao governo gaúcho,

se caracterizou por um humor altamente xenófobo, no qual os principais alvos eram os indivíduos de origem germânica. Os seus chistes de cunho político frequentemente faziam insinuações sobre as possíveis relações escusas entre o governo estadual de Borges de Medeiros e o império alemão do *Kaiser* Guilherme II. Levantar dúvidas sobre a moral de membros do governo e fazer campanhas de repúdio a alguns cidadãos da cidade foram práticas recorrentes desse hebdomadário, que se autodenominava “belo órgão”, para se contrapor ao *A Federação*, o “órgão do Partido Republicano”.

Muitos dos pequenos jornais que a cidade teve desapareceram sem que houvesse ficado preservado um número expressivo de exemplares para a posteridade. De circulação menor e de alcance limitado, sobram poucos vestígios. No caso da guerra, há um *pout-pourri* de notícias de diferentes periódicos e de diferentes anos da guerra preservados no Acervo Benno Mentz. Entre defesas e críticas há curiosos relatos em algumas edições de *O Dia*, *O Liberal*, *A Noite* e *Notícia*, que permitem vislumbrar um pouco mais daquilo que se supunha que as pessoas comuns poderiam estar pensando a respeito da guerra.

Sobre a procedência dos periódicos, cumpre dizer que foi no Acervo Benno Mentz que também foram encontrados os periódicos *A Guerra* e *A Gazeta Colonial*. No Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa foi encontrado o acervo do jornal *O Diário*, enquanto no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho o do jornal *O Independente*. Em ambos arquivos foram encontrados os acervos de *A Federação*. Enquanto a *Egatea*, por ser uma publicação da antiga Escola de Engenharia de Porto Alegre, foi encontrada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), *O Maneca* encontra-se preservado no Acervo Júlio Petersen, sob a guarda da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), local onde também se encontra a revista *Unitas*.

Alguns dos informes sobre cinema foram extraídos das revistas *Kodak* e *Máscara*. As duas revistas possuíam um fino acabamento e se caracterizavam pelo enfoque no noticiário de variedades (RÜDIGER, 1998).

Em se tratando de documentação governamental, a pesquisa procurou abarcar o maior número de material referente às diversas esferas do poder. Para tanto, buscou-se incluir documentos produzidos tanto na esfera municipal, quanto na estadual e na federal. Foram utilizados processos-crime que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do

Sul, bem como uma variada documentação vinculada ao poder executivo que está no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Inclui-se, igualmente, documentação ligada à Assembleia dos Representantes encontrada no Memorial Legislativo, e à Intendência de Porto Alegre obtida no Arquivo Histórico Moysés Vellinho. Por fim, também esteve à disposição para consulta uma série de correspondências vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores, obtidas junto ao Arquivo Histórico do Itamaraty. Além disso, há documentos diplomáticos do tempo da guerra publicados pelo referido ministério, que integram o acervo da Biblioteca Central da PUCRS.

O primeiro capítulo visa a contextualizar o assunto às vésperas da guerra. Mostrar a dimensão das relações diplomáticas, políticas e econômicas. Também, pontuar os fatores que compuseram a relação entre os indivíduos de origem germânica e a sociedade no Brasil. Sempre procurando sinais de mudanças à luz da repercussão gerada em Porto Alegre pelo assassinato de Francisco Ferdinando.

O segundo capítulo aborda o ano em que a guerra eclodiu. Ele versa sobre a euforia e a preocupação gerada, que se materializou no comportamento dos indivíduos. Além disso, referencia o impacto sobre a economia do estado diante de suas relações com o exterior e o peso sobre a balança comercial, pois isso se refletiu diretamente na tributação estabelecida pelo governo, no nível de preços das mercadorias e, por fim, no consumo da população – que pôde repercutir em manifestações organizadas.

O terceiro capítulo abrange os anos da neutralidade diplomática brasileira, 1915 e 1916. Nele, vemos um agravamento dos efeitos econômicos diante do aumento da carestia, pois a guerra alterou o sistema de compra e venda então vigente que teve desdobramentos sérios sobre a quantidade de dinheiro circulante. Além da contínua cobertura da guerra pelos periódicos e das torcidas pelos lados em combate nos meios populares, houve uma campanha de bloqueio econômico inglês que afetou diretamente os comerciantes da cidade e que gerou diversos comentários. Destaque para a gradual busca de espaço no mercado, através de uma evidente campanha para arrebatando simpatia que contou com enviados governamentais, para suprir a lacuna deixada por um dos países que fora comercialmente combalido pelo prolongada guerra.

No quarto capítulo aparecem os grandes embates. Ao versar sobre os anos de 1917 e 1918, o período se circunscreve ao momento em que o Brasil pendeu para um dos lados e se

estende até o final da guerra. Na quebra da neutralidade com o afundamento do navio *Paraná* ficou cindida a sociedade porto-alegrense. Nele aparecem os conflitos físicos ocorridos entre os brasileiros e aqueles que foram identificados como representantes do imperialismo alemão. Algo que acarretou sensíveis mudanças no comportamento dos indivíduos de origem germânica. O boicote comercial, de iniciativa dos ingleses, ainda nos tempos da neutralidade (e anteriormente criticado), passou a ser apoiado (o que gerou insinuações que evoluíam para denúncias). Assim, veremos qual a conduta adotada pelo poder constituído frente ao dilema vivido, bem como os desdobramentos desta.

# 1 ANTECEDENTES DA GUERRA: EUROPA, BRASIL E PORTO ALEGRE

Em linhas gerais, este capítulo enfatiza o contexto histórico, no período que se estendeu da formação da Alemanha até a eclosão da guerra em 1914. De modo complementar, ao longo das observações feitas, também se realizam ponderações a respeito das relações diplomáticas que envolveram o continente europeu.

Não obstante, como as manifestações de aversão à Alemanha não se circunscreveram àquele continente e, muito menos, ao contexto da Primeira Guerra, busca-se, igualmente, investigar os fatores que estimularam a ocorrência do antigermanismo no Brasil. Com esse intuito, será mencionada a desconfiança manifesta em relação ao processo de fixação dos imigrantes de origem germânica no território brasileiro, e que está na base do pensamento preconceituoso de alguns intelectuais. Pensamento que nutriu particular interesse pelo Sul do Brasil e, no caso que particularmente interessa para este trabalho, pelo estado do Rio Grande do Sul, local no qual a imigração teve grande representatividade.

As considerações feitas ao longo desta primeira etapa foram refletidas à luz de opiniões buscadas junto à imprensa porto-alegrense no momento da crise rebentada em julho de 1914. Os veículos informativos podem servir como referencial das reações da sociedade. Afinal, eles não apenas estabelecem a cronologia dos eventos históricos, mas repercutem a relação existente entre as concepções de mundo do público leitor e os seus interesses sobre determinado assunto (ESPIG, 1998). Naquilo que tange ao trabalho, frente à Alemanha, em um primeiro momento, e, em caso de existirem manifestações públicas contra este país, em um segundo momento, também às comunidades germânicas existentes. O interesse sobre o assunto, para além da possibilidade de guerra em si mesma, relaciona-se ao fato de ter se



avolumado a crença (como veremos na sequência do capítulo), no meio século anterior a 1914, de que as comunidades teuto-brasileiras poderiam ser mais alemãs do que brasileiras.

De igual modo, serão vistas as expectativas com relação à possível guerra, que se anunciava no horizonte, em virtude do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando.

O eixo condutor se encontra na análise da opinião sobre a Alemanha, seus filhos e seus descendentes, em Porto Alegre. O objetivo, portanto, é tentar compreender o quão este país possa ter sido responsabilizado pelo conflito que se avizinhava e verificar se os membros de comunidades germânicas da cidade sofreram algum tipo de recriminação, em decorrência da crise mundial vivida às vésperas da declaração de guerra, sob a suspeita de envolvimento com aquele país.

## **1.1 O CONTEXTO EUROPEU ANTES DE 1914**

Pelo menos um ponto pacífico há sobre a Primeira Guerra Mundial (conhecida até 1939 apenas como a Grande Guerra). E, esse é o fato que a iniciou. O assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro – Francisco Ferdinando – foi determinante para as hostilidades que sobrevieram. Não que a guerra tenha sido exclusivamente cogitada após o atentado ocorrido em Sarajevo (FROMKIN, 2005). É certo que, como ressalta A. J. P. Taylor, houve diferentes motivos, e, independentes de quaisquer que fossem, todos os países “lutaram simplesmente pela vitória” (1979, p. 39). O fato é que, os acontecimentos que se sucederam após o fatídico dia 28 de junho de 1914 fluíram velozmente para a declaração de guerra entre o império do idoso Francisco José e a pequenina Sérvia e, posteriormente, ao efeito dominó que engoliu os demais Estados.

Muito se falou do papel desempenhado pelos países nos eventos posteriores ao atentado e de sua provável responsabilidade no desenrolar dos acontecimentos que conduziram o mundo ao cataclismo (TAYLOR, 1979). Em Porto Alegre, talvez até houvesse quem conseguisse entrever para além daquela tragédia de delicadas proporções diplomáticas. Por

outro lado, somente com grande esforço de imaginação os mesmos visionários poderiam prever aquilo que (principalmente, depois de 1917) viria a ser exaustivamente denunciado aos quatro cantos: uma parte do malévolo plano de conquista mundial perpetrado pelas “forças do militarismo prussiano”.<sup>12</sup> Essa ideia teve papel central na militância em prol das forças da *Entente*.<sup>13</sup> Sobre isso, seria bom recordar seus antecedentes.

Desde o surgimento da Alemanha, com a sua criação na sala dos espelhos do Palácio de Versalhes, em 1871, Otto von Bismarck<sup>14</sup> intentou manipular os interesses dos Estados que a circundavam. A linha mestra da sua condução era manter a França afastada de qualquer aliado em potencial, tendo sido bem sucedido. “Bismarck procurou instrumentalizar o antagonismo ultramarino entre a França e a Inglaterra para, desta forma, isolar essa de um potencial aliado” (DÖPCKE, 2001, p. 135).

Acontece que, o ponto mais polêmico esteve relacionado aos territórios da Alsácia-Lorena. Desde o princípio, Bismarck supunha que essa região poderia virar uma bandeira, que manteria aceso o ressentimento e o desejo francês de revanche (KISSINGER, 1999). A partir de então, a diplomacia europeia ficou permanentemente tensa até 1914, mesmo tendo havido um período contínuo de paz entre as potências. Para comprovar o estado de espírito belicoso, bastaria ver que, poucos anos após a derrota de 1870, a França já tinha reorganizado seu exército que, em tempo de paz se equivalia ao alemão (MILZA, 2002).

É difícil precisar até que ponto Bismarck desejava aqueles territórios fronteiriços, pois, em realidade, ele quiz que a França ficasse longamente combalida, o que justificou a grande compensação financeira exigida, mas a maior pressão pelas possessões veio do alto comando do exército. Esse ódio mortal foi, obviamente, um desafio à política, tanto externa quanto

---

<sup>12</sup> Em um trabalho recente, David Fromkin (2005) mostra através de anotações do período que as trocas de farpas entre os governos austro-húngaro e sérvio, não apenas foram acompanhadas de perto pelo *Kaiser*, como a conduta do primeiro país ocorrera em virtude do apoio que o *Kaiser* havia dado – desde que fosse uma ofensiva rápida, que garantisse a opinião pública favorável ao lado austríaco, como parte provocada. Rapidez essa que não houve.

<sup>13</sup> Bloco inicialmente formado pela França e pela Grã-Bretanha, no qual ambas potências minimizam suas diferenças em relação ao imperialismo. O mesmo foi concluído após a resolução de pendências entre Rússia e Inglaterra, em 1907.

<sup>14</sup> Primeiro-Ministro do reino da Prússia desde 1862 e, posteriormente, chanceler da Alemanha até 1890. Ele foi o condutor da Prússia nos três breves conflitos, contra a Dinamarca (1864), contra a Áustria (1866), e contra a França (1870). Protagonista de uma nova concepção diplomática, ele manobrou entre as fraquezas materiais dos Estados do leste, a debilidade política francesa, e o isolamento britânico, conseguindo ajudar na construção de um novo e poderoso Estado. Como efeito colateral, ficou o ódio francês pela perda da Alsácia-Lorena (espólio do conflito franco-prussiano), mas, ainda assim, habilmente manipulado durante alguns anos, mediante múltiplos acordos diplomáticos (CERVO, 1997; DUROSELLE, 1976; KENNAN, 1985; KISSINGER, 1999; MILZA, 2002).

interna<sup>15</sup> da Alemanha. A. J. P. Taylor comenta que a pretensão sobre a França somente surgiu na Alemanha após a guerra contra a Áustria e que, portanto, “nunca havia sido formulada antes” (TAYLOR, 1979, p. 314).

Na mesma época, a Áustria e a Rússia, que se antipatizavam desde a Guerra da Crimeia<sup>16</sup>, moderaram os ímpetos, ao quedarem sob a esfera de influência alemã. Para isso, o chanceler alemão lançou mão de artifícios, que não apenas mantiveram abertas as vias de comunicação, como também mantiveram vivos os laços de reciprocidade entre a Alemanha e as demais monarquias europeias. Foi, por exemplo, o caso da Liga dos Três Imperadores (celebrado com a Áustria-Hungria e com a Rússia), e, posteriormente, o do Tratado de Resseguro (com a Rússia), ambos por ele costuradas.<sup>17</sup>

Entre as questões que poderiam ser questionadas no seu governo, esteve o apoio aos austríacos na querela dos Bálcãs. Isso ocorreu após o reconhecimento da autoridade austríaca sobre a Bósnia-Herzegovina, no Congresso de Berlim, que provou ser adversa aos interesses russos (WILLMOTT, 2008).<sup>18</sup> A efetivação foi possibilitada por causa da ameaça de intervenção feita pela Alemanha, caso a Sérvia, assim como a Rússia (que se proclamara

---

<sup>15</sup> A aproximação e o distanciamento em relação aos demais países repercutia, internamente, nas forças políticas com as quais o chanceler dialogava. Isso, evidentemente, afetava as alianças do governo com os partidos políticos do país (DÖPCKE, 2001; DRIJARD, 1972; DROZ, 1985).

<sup>16</sup> O grande acontecimento que veio a perturbar o equilíbrio de poder iniciado após a derrocada do período napoleônico. O conflito que resultou no favorecimento político da Prússia, por tê-la liberado dos laços de reciprocidade que a amarravam à Áustria, e, em última instância, à Rússia (desde a Santa Aliança), foi a Guerra da Crimeia. Esse conflito marcou a decadência militar russa, pois o país tinha planos de expansão territorial que visavam a atingir a costa mediterrânea mediante a dominação dos territórios turcos do Bósforo e dos Dardanelos. Iniciativa vista como ameaça aos interesses ingleses, desencadeou um conjunto de forças que impuseram um severo revés aos russos (CERVO, 2001). Mesmo tendo permanecido com as suas pretensões sobre o império turco, a Rússia viu o seu prestígio ser severamente arranhado. Tanto que nenhuma investida posterior sobre a Turquia teve sucesso, ou contou com o apoio das demais potências. Ver também: KISSINGER, 1999; LESSA, 2005; PELLISTRANDI, 2000.

<sup>17</sup> Foi um esforço hercúleo, principalmente em virtude da inconsolável mágoa da França. Os contínuos esforços para manter a França isolada, e, ao mesmo tempo, manter as outras duas grandes monarquias do leste, exigiam atenção permanente. Problema redobrado pela desintegração do império turco, que tornou ainda menos compatíveis o império austríaco e o russo, que disputavam palmo a palmo os territórios turcos na Europa. Não obstante, a todo o custo, Bismarck evitou entrar em conflito com a Grã-Bretanha. A grande arma foi estimular o imperialismo, pois além de querer ver os franceses dedicarem seus esforços em um empreendimento que pudesse fazê-los esquecer da Alsácia-Lorena, poderia acirrar a rivalidade dos seus vizinhos da fronteira oeste com os britânicos, que também buscavam a prevalência na África. Para melhor aferir os esforços alemães dentro da Europa, para manter o equilíbrio de poder, e que, no final, acabaram se mostrando insuficientes, ver: KENNAN, 1985; KENNEDY, 1989; KISSINGER, 1999.

<sup>18</sup> Em 1878, foi ratificada a debilidade russa com relação às demais potências europeias. Nesse ano, encerrava-se uma nova guerra com a Turquia, que culminou com a vitória russa. Contudo, as possíveis benesses, a serem obtidas com a assinatura do Tratado de São Stefano entre os dois países, foram liquidadas. No mesmo ano, começou o Congresso de Berlim, que redefiniu a situação dos Bálcãs, à revelia dos interesses russos, que mais uma vez foram frustrados. Nisso, houve a passagem de controle da Bósnia para o império austro-húngaro. Na visão russa, a culpa recaía principalmente sobre a Alemanha, que teria buscado ficar ao lado das pretensões austríacas, em sentido oposto daquilo que esperava a Rússia.

protetora dos eslavos), não aceitassem. Isso acentuou o afastamento entre alemães e russos. Abalo que já havia sido agravado pela posição política do governo de Bismarck, em apoio à aristocracia prussiana agrária (os *junkers*), durante a crise econômica europeia do final do século XIX.

O temor interno da concorrência, em função da produção de grãos dos países estrangeiros, fez com que, em 1887, o governo alemão sustasse a negociação dos títulos da dívida russa no país. A Rússia interpretou a atitude alemã como um ataque deliberado contra si (DÖPCKE, 1997). Nesse fato, residiu um importante motivo para a aproximação entre a Rússia e a França.

Apesar dessa nódoa no currículo, com a sua imposição na diplomacia do continente, Bismarck, com maiores ou menores dificuldades, conseguiu unir ao *Reich*, por diversos laços de reciprocidade, as potências da Europa, mais a Itália. Apesar de gradualmente estar perdendo a confiança dos russos depois de ter apoiado os austríacos, a Alemanha conseguiu explorar, por um bom tempo, o medo desse país de acabar isolado politicamente. A partir disso, Bismarck usou estratégias para proteger cada país do seu pior rival. Fundamentalmente, protegeu a Alemanha de todos os seus rivais, principalmente da França – esta última totalmente isolada. A questão mais determinante, no entanto, foi o fato do seu principal aliado ter sido a Áustria, cuja proteção chegou a ser garantida pela atração da Itália.<sup>19</sup> Esta tinha pendências ligadas a territórios que estavam sob autoridade austríaca, mas ao atraí-la para um arranjo entre as grandes potências, formando a Tríplice Aliança, a Alemanha protegia sua aliada mais cara de uma virtual guerra em duas frentes.

Algo, contudo, mudou após a saída do antigo chanceler.<sup>20</sup> É possível dizer que foi determinante a decisão alemã de não renovar o Tratado de Resseguro com a Rússia.<sup>21</sup> Em suas ponderações, Guilherme II julgava impossível o estreitamento de relações entre uma monarquia absolutista, como a Rússia, e uma França republicana. Ressentida e fragilizada

---

<sup>19</sup> Ocorreu em virtude da derrota italiana para a França, na queda de braço pela Tunísia. Assim, mais um Estado era afastado da órbita francesa. O sucesso bismarckiano chegou ao seu máximo ao patrocinar um acordo entre Itália, Áustria e Inglaterra para garantir a estabilidade na região do Mediterrâneo (KISSINGER, 1999).

<sup>20</sup> Demitido pelo jovem Guilherme II, que assumiu o trono após o curtíssimo reinado de seu pai. O novo imperador se mostrou pouco disposto a aceitar os conselhos de alguém que o ofuscasse (DÖPCKE, 2001; KISSINGER, 1999)

<sup>21</sup> Condição importante a ser considerada, uma vez que o diálogo com a Rússia já estava precário. Bismarck, cuja política, apesar de manter a paz em um curto prazo, em um prazo mais dilatado não parecia ser capaz do mesmo. A situação ficava mais complexa porque, na visão russa, a culpa pela perda de influência na região balcânica era principalmente da Alemanha. Assim começava a ruir a ordenação buscada por Bismarck, com a aproximação dos russos em relação aos franceses (KENNAN, 1985; WILLMOTT, 2008).

pelo abandono alemão, a Rússia aceitou uma aproximação com a França, consciente da necessidade de um aliado para uma revanche, ainda mais com a possibilidade de atacar a Alemanha, simultaneamente, a leste e a oeste.

O período entre 1890 e 1914 é por demais rico em eventos. Nele, como afirma Duroselle, “nenhum dos grandes Estados permanece inativo” (1976, p. 50). E, há uma frase de Henry Kissinger que resume bem a intensa atividade da política externa, ocorrida em pouco mais de dez anos: “ninguém imaginaria que Inglaterra, França e Rússia pudessem terminar do mesmo lado” (KISSINGER, 1999, p. 182). A seguir, serão pontuados alguns fatos fundamentais que levaram ao isolamento da posição alemã.

Ao buscar uma posição de maior destaque político para o seu Estado, equivalente ao tamanho da sua grandeza econômica<sup>22</sup>, Guilherme II não mediu esforços. Contudo, tal propósito parecia carecer de objetivos claros. Ao não ter aquilo que Hobsbawm (1988) denominou de limites teóricos, para estabelecer uma linha de ação, o seu maior legado acabou sendo a perturbação da estabilidade do continente.

Mesmo após a questão do “Resseguro”, a Alemanha poderia contar com algum beneplácito por parte dos ingleses. A permanente ameaça russa, agravada pela insinuante aproximação dela com os franceses, tornara os alemães mais simpáticos aos seus olhos, ainda no começo da década de 1890. Contudo, a açodada diplomacia alemã desejava um comprometimento total dos ingleses em uma aliança. As frustradas tratativas de aproximação deram lugar a ressentidas manifestações alemãs de força. O maior exemplo foi a declaração do governo alemão ao governo do Transvaal (no sul da África), de congratulação e apoio enviadas pelo *Reich* ao repelir um ataque de tropas britânicas. Nos anos seguintes, o mesmo se repetiu durante a guerra dos Bôers (povo de origem holandesa, no sul da África). Os ingleses interpretaram como sinal de interesse político alemão (KISSINGER, 1999). Dali em diante, as relações pioraram. Buscando se proteger dos russos, os britânicos se aliaram aos japoneses, tornando os alemães de importância secundária.

Sobre esse aspecto, mais relevante foi a definição de uma política externa alemão cujo horizonte extrapolara o limite do continente, se estendendo sobre os demais, através da

---

<sup>22</sup> A Alemanha teve um crescimento econômico impressionante que a levou a superar, rapidamente, a Inglaterra. Sobre a economia europeia no período ver: KENNEDY, 1989; LANDES, 2005.

chamada *Weltpolitik*<sup>23</sup> (DÖPCKE, 1997; KISSINGER, 1999; MILZA, 2002). Isso ocorreu em grande parte devido à expansão da marinha alemã, um dos fatores causadores de tensão. A frota naval alemã veio a ser a grande expressão da vontade do *Kaiser* Guilherme II, e iniciada pelo almirante Tirpitz (KENNEDY, 1989; KISSINGER, 1999; MASSIE, 1992). Como resultado, a Grã-Bretanha, sentindo-se ameaçada, saiu do seu isolamento neutralista e foi em busca de aliados que a resguardassem, no caso de um possível conflito (LOHBAUER, 2005).

Em 1903, o trabalho de Bismarck, de explorar o imperialismo para manter a rivalidade anglo-francesa, foi-se por água abaixo. Buscando aparar as arestas e evitar novos desentendimentos na África, França e Inglaterra passaram a cooperar.

O episódio da crise marroquina de 1905 afirmou o distanciamento alemão em relação aos demais Estados. Ao defender a independência marroquina (contrária aos interesses franceses na região), a Alemanha esperava uma vitória moral sobre as demais potências, através do estabelecimento de uma conferência. O resultado foi a manifestação de solidariedade inglesa aos franceses. Como os russos vinham de uma humilhação, na derrota frente aos japoneses (no mesmo ano), eles buscaram resolver os mal-entendidos com o império britânico (DÖPCKE, 1997). Assim, foram assentadas as bases da Tríplice Entente.

No ano de 1907, na cidade de Haia, os países se encontraram para discutir as regras da paz e da guerra a envolverem os Estados. Apesar de haver uma certa expectativa, pela regulação do uso de equipamentos bélicos, ela acabou frustrada. Houve, no entanto, decisões aclamadas com o apoio de algumas das potências presentes. Uma delas dizia que o ataque de um país a outro deveria ser precedida de declaração formal de guerra. Uma outra foi a da inviolabilidade dos países neutros (TUCHMAN, 1990). Apesar da discordância, a Alemanha foi uma das signatárias, daí a origem dos veementes protestos pelo mundo quando da invasão da Bélgica em agosto de 1914.

Uma vitória diplomática alemã ocorreu em função da crise da Bósnia. Após ter sido reconhecida pelo concerto das nações uma autoridade austríaca, estes a confirmaram, mediante a anexação da região, no breve interstício de 1908-09. A efetivação foi possibilitada com a ameaça de intervenção da Alemanha, caso a Sérvia, que tinha pretensões também, e a Rússia, aliada desta, não aceitassem os termos.

---

<sup>23</sup> Com pretensões a horizontes mais extensos ela se defronta e, conseqüentemente, rompe com a visão de Bismarck, denominada de *Realpolitik* (KISSINGER, 1999).

Sobrevinda uma nova crise marroquina (1911), que fomentou o rearranjo de alianças das guerras balcânicas<sup>24</sup>, a Alemanha foi moralmente derrotada, com o fortalecimento da *Entente*. O que se seguiu, foi a intensificação do armamentismo nos países. Por fim, a aprovação de novos e maiores orçamentos para as forças armadas de um país repercutia imediatamente sobre a política dos demais.

A instabilidade nos Bálcãs chegava a um limite perigoso. Sem um contrapeso forte, que, por algum tempo, foi garantido pelas relações de reciprocidade da Alemanha com a Rússia, para moderar e servir de baliza ao ímpeto da Áustria-Hungria, esta se sentiu livre para reafirmar sua pretensão sobre as populações eslavas do próprio império e das adjacências. A repercussão disso explica a razão da sua intransigência no comportamento com relação à pequena e eslava Sérvia, formalmente acusada de envolvimento no atentado que vitimou o arquiduque austríaco (FROMKLIN, 2005).

Diante dessas colocações, o ponto do qual inicio parte de uma premissa. Haja vista a posição central da Alemanha no meio século que antecedeu 1914, teria havido algum germanófono, em Porto Alegre, que pudesse interpretar os eventos ocorridos no leste da Europa (conflito austro-sérvio), como parte de um plano maior alemão?<sup>25</sup> Poderia-se perguntar qual a relevância disso. Acontece que, no Brasil, quase três anos após o começo dos combates, em 1917, a campanha detratora da Alemanha se balizou na crença quanto à culpabilidade alemã pelo início das hostilidades. Cabe saber, portanto, quanto da aversão à Alemanha encontra respaldo na opinião dos órgãos de comunicação e nas manifestações públicas dos cidadãos de Porto Alegre, naqueles momentos que antecederam o início dos combates.

---

<sup>24</sup> Afinal, a Itália contrariou as expectativas dos seus aliados da Tríplice Aliança ao firmar posição na Líbia, às custas do império turco. Os países balcânicos, ao verificar tal debilidade ante uma potência de menor grandeza, lançaram-se sobre a Turquia em busca de despojos (DÖPCKE, 1997).

<sup>25</sup> Para Fromkin (2005), a desenvoltura austro-húngara no mês de julho de 1914, na crise do assassinato, esteve muito aquém das expectativas alemãs, insatisfeitas com a condução do caso, que esperava extrair vantagens da situação.

## 1.2 A REPERCUSSÃO DA MORTE DO ARQUIDUQUE EM PORTO ALEGRE

O luto pela morte de Francisco Ferdinando não transcorreu sem as devidas condolências. A comunidade austríaca da cidade externou o seu pesar pelo passamento do herdeiro do trono austro-húngaro com a celebração de uma missa, realizada na Igreja da paróquia São José (O INDEPENDENTE, 6 de julho de 1914, p. 2).

Os telegramas publicados nos periódicos da época, e transmitidos pelas agências de notícias internacionais<sup>26</sup>, deixavam a impressão de que havia sido feito um grande esforço conjunto para evitar consequências piores. Ao que transparece nas leituras, os países pareciam estar colaborando para a preservação da paz.

No início do mês de julho, por exemplo, o jornal *O Diário* noticiou o desdobramento do infeliz atentado. Através de sua sessão de notícias telegráficas sobre as questões estrangeiras, ele publicou:

Alemanha  
[...]. BERLIM, 3. – O “Frankfurter Zeitung” desta capital, comentando a tragédia de Saravejo, aconselha a Áustria a evitar represões contra à Servia (4 de julho, p. 6).

Por certo, o reinado de Guilherme II, que começara no início da década de 1890, fora marcado pelos seus arroubos de humor. A condução incisiva da diplomacia alemã, da qual era partícipe direto, era pouco afeita ao tato e bastante sensível a discordâncias. Ainda mais após a saída de Bismarck. Em pouco tempo, os seus atributos emocionais contribuíram para a venda de muito jornal e para tornar o público mundial apreensivo (TUCHMAN, 1990). Todavia, nesse momento não parecia ser o caso, pois a Alemanha não estava no centro das atenções. Antes de ficar claro que uma conclusão pacífica era definitivamente impossível, alguns informes do conflito austro-sérvio, publicados entre as notas telegráficas, transmitiam a ideia de que a tensão poderia se dissipar.

---

<sup>26</sup> As agências de informações eram muito poucas no período em questão. Existiam quatro grandes: a inglesa *Reuters*, a francesa *Havas*, a norte-americana *Associated Press* e a alemã *Wolff*, mas só as três europeias tinham porte internacional (MATTELART, 2000). A inglesa oferecia, principalmente, informações econômicas. No Brasil, a maioria dos informativos provinha da *Havas*. Até pouco antes da guerra de 1914, as três haviam entrado em acordo para dividir o mercado mundial, portanto, a América Latina era campo de atuação da *Havas*. Pelo que consta, os jornais de Porto Alegre possuíam a mesma fonte (RÜDIGER, 1998).



Paris, 27 – O gabinete francês, bem como o londrino, acolheu com grande satisfação a nota que a Alemanha enviou às potências, dizendo o desejo que o conflito, a ser travado, se restrinja, apenas à Áustria e à Sérvia, nele não se envolvendo outro qualquer país (O DIÁRIO, 29 de julho de 1914, p. 5).

No mesmo dia, uma nota vinda de Londres era publicada dando a entender a mesma impressão de confiança e tentando repassar tranquilidade em prol da estabilidade entre as potências continentais.

Londres, 27 – O jornal “Observer” diz reconhecer a justiça do procedimento da Áustria, e declara que a “Tríplice Entente” não está na obrigação de defender a Sérvia (O DIÁRIO, 29 de julho de 1914, p. 5).

Na realidade essas palavras provaram estar mais para o campo da retórica, integrantes do arsenal disponibilizado pelos Estados na sua preparação, do que real aspiração de paz. Embora as notas mostrassem uma demonstração de esforço e boa vontade, os planos de mobilização já estavam em andamento. Marcados pela metódica preocupação com o horário, pela tecnologia disponibilizada pelo transporte ferroviário, e frutos da genialidade dos integrantes dos Estados-Maiores, tais planos de mobilização não podiam suportar a pressão imposta pelos prognósticos quanto ao tempo necessário para o preparo em relação ao inimigo (KEEGAN, 2005). Portanto, ao findar o mês de julho, o perigo já podia ser pressentido. O ceticismo tomava conta e a recriminação era dirigida ao conjunto dos regentes do “equilíbrio de poder”. Isso pode ser encontrado no editorial do jornal *A Federação*, sob a forma da seguinte pergunta:

Quando mesmo, o que é pouco provável, as coisas houvessem de ficar por aí, que grossos caudais de ouro já se estão gastando só com as mobilizações de forças e trens de guerra colossais, ouro desviado da massa das operações de comércio e das indústrias, o que irá contribuir para tornar mais angustiosa a situação do proletariado? (A FEDERAÇÃO, 29 de julho de 1914, capa).

Ao continuar a sua manifestação, o articulista mostrou toda sua incredulidade com relação à capacidade das grandes potências em acionar dispositivos para superar o problema. O tom sarcástico empregado foi uma crítica à condução que se realizava em nome da paz.

Indiretamente, também é possível fazer uma outra relação a partir da mensagem. Apesar de não ser uma referência explícita – até porque, nesse aspecto, o governo Borges de Medeiros foi contido nas alusões (PINTO, 1986) – do ideário positivista, há indícios do mesmo. O jornal do governo contestou a capacidade dos governos europeus de harmonizar os interesses de patrões e empregados, uma das pedras angulares da filosofia de Augusto Comte, e que o governo do estado do Rio Grande do Sul buscava desenvolver.

A recriminação continuou até o seu final. Assim vê-se, quando ele afirma que:

Com que eloquentíssimo olhar de ironia, as grandes torres do monumental palácio da Paz em Haia não estarão vendo toda esta negação das filantrópicas doutrinas ali pronunciadas nos últimos Congressos, entre corbelhas de flores, torrentes de luz e de champanhe!?! (A FEDERAÇÃO, 29 de julho de 1914, capa).

Acontece que Haia<sup>27</sup> havia sido uma tentativa de criar uma corte internacional para arbitrar as rusgas entre os Estados. Parte de seu fracasso, como lembra John Keegan (2005), se deveu a seu caráter voluntário de adesão, pois ninguém se sentia moralmente obrigado a integrá-la. Em diferentes momentos de crise, como no Marrocos (1905 e em 1911), envolvendo Alemanha e França, e nas guerras balcânicas (1912), as questões foram tratadas mediante ameaças e não através do diálogo. Para a paz, em nenhum dos momentos, invocou-se as ideias da Conferência de Haia.

Aquilo que se passava em Porto Alegre, na mesma direção e sentido, repercutia algo que se tem concluído atualmente, quando tratam dos países beligerantes. David Fromkin (2005) explica que, diferentemente da opinião consagrada no pós-guerra, os indivíduos comuns estavam longe de serem criatura ingênuas, totalmente arrebatadas pelo sentimento de euforia em virtude do progresso material da civilização ocidental. Os mesmos, ao que parece, tinham referências do mundo no qual habitavam. Ao invés da plena alienação, havia uma percepção de que “a Europa era presa de uma corrida armamentista sem precedentes [...] [e que] os Estados-maiores trocavam ideias constantemente, não sobre se haveria ou não guerra, mas quando e onde seria” (FROMKIN, 2005, p. 289). Igualmente, aqui em Porto Alegre, do outro lado do Atlântico, discutia-se com apreensão a conduta política dos Estados europeus, sem demonstrações de confiança numa capacidade superior de julgamento das mentes de grandes líderes progressistas ocidentais, mas com ceticismo e desconfiança, como mostrou o texto do articulista anteriormente visto.

---

<sup>27</sup> Sobre as discussões ocorridas em Haia e a participação brasileira, ver: BARBOSA, 1932. Realizadas em 1899 e 1907, foram de fundamental importância para aqueles que aspiravam um futuro no qual os Estados pudessem ter as suas pretensões expansionistas freadas. Nelas, ocorreram os primeiros tratados e leis de guerra internacionais. Barbara Tuchman (1990) afirma que existia um clamor vindo de determinados setores organizados que pediam que os Estados se reunissem para decidir questões importantes sob forma de arbitramento, ao invés da simples guerra. Além disso, a mesma autora atribui tal ímpeto à crença de que o progresso material deveria ser acompanhado de um progresso nos costumes seguidos nesses grandes Estados europeus, em virtude dos muitos anos inspirados pelo otimismo de décadas sem a ocorrência de guerras. Segundo ela, os Estados poderosos aderiram à mesma com ceticismo, mais interessados em obter reconhecimentos rápidos, que a força das armas daria com um pouco mais de tempo, do que para promover uma paz duradoura ou tratar igualmente os Estados mais fracos.

Por mais desconhecida que pudesse ser, e distante que pudesse estar dos acontecimentos europeus, Porto Alegre podia acompanhar em detalhes os fatos que se desenrolavam por lá. Os periódicos traziam as principais medidas anunciadas. Além disso, havia opiniões enfáticas sobre os acontecimentos. É o exemplo do texto a seguir, extraído do mesmo jornal. Tendo conhecido bem claramente os principais acontecimentos das últimas décadas, que afetaram a diplomacia do centro da Europa, o escritor emitiu a sua opinião a respeito das complicações que poderiam ocorrer no caso da deflagração de uma guerra.

Extrema, a posição agora assumida por esse veterano das monarquias europeias, Francisco José I, declarando guerra à Servia num momento de crise geral, de tensões diplomáticas e, sobretudo, de raças e predomínios em atritos. [...].

Anuncia-se [...] que a Áustria desaparecerá em breve, fragmentada. O atentado de Sarajevo é para muitos o apressamento dessa esperada ruína, pela abrupta supressão de um braço forte que ainda viesse a continuar por algum tempo a tradição da monarquia austríaca, da qual o octogenário soberano seria o apogeu do brilho na tenaz resistência da idade.

Golpe a golpe, o solapamento aproximava-se, pois seu fim trágico. E talvez, compreendendo que chegava a hora, sendo impossível contemporizar com ela, sob pena de perda das últimas energias salvadoras, foi que Francisco José lançou o terrível gesto que apela para a sorte das armas, em “última ratio”.

Nem pode ser outra a razão de tais meios violentos no critério de um imperante que, desde 1848, assiste, na estrutura de meio século, aos grandes acontecimentos do Velho Mundo, sentindo soprar sobre sua coroa os ventos de tantas revoluções, vendo as configurações dos mapas, abaladas de ano para ano, despedindo-se, como derradeiro que resta, de muitos monarcas à beira do túmulo, batido de revezes em sua própria família e em sua própria nacionalidade, estremeçando a ideia de seu próximo termo mortal que será também o de seu país.

[...]. Se, porventura, outros títulos lhe careçam no papel da política internacional, para sobre ele refletir-se a simpatia de povos estranhos à raça que encarna, pelo menos não se lhe negará o peso da responsabilidade atual, no momento preciso em que, por seu intermédio, a Áustria assume a consciência do perigo de sua existência e procura o justo meio para conjurá-lo, embora de modo tremendo e capital (O DIÁRIO, 28 de julho de 1914, p. 2).

O tom grave que marcou a sinistra – hoje, reconhecidamente lúcida – previsão evidenciava a possibilidade de uma catástrofe no horizonte. Uma apurada perspectiva vislumbrou a importância das convulsões internas que não poderiam ser asfixiadas por muito mais tempo, e que ameaçavam o cambaleante império dos Habsburgos. Apesar de alarmista, a observação não foi feita com arroubos ou apelos desesperados. Ao contrário, havia uma aguçada análise das circunstâncias em disputa, mostrando um conhecimento dos antecedentes históricos que envolviam a região. E, o que também é importante salientar, ratifica a grande responsabilidade do império multinacional nos acontecimentos.

Muito polêmico, o mês de julho de 1914 foi alvo de vasta investigação. O trabalho de Emil Ludwig (1931) é um entre outros muitos realizados, como foi mostrado por A. J. P. Taylor (1979). Atualmente, o trabalho mais relevante sobre o assunto foi realizado por David

Fromkin (2005). Neles, fica evidenciada a participação de vários países como protagonistas do início da guerra, que foi fruto de uma complexa rede diplomática afetada pela mistura de sentimentos de lealdades dinásticas e nacionais. Essa responsabilidade compartilhada mostra que a questão jamais esteve restrita à rivalidade austro-sérvia. Nela, coube um papel importante à Alemanha, que avalizou a ação impositiva da sua grande aliada, mas nada disso era de conhecimento público, logo, não era criticada. Até a invasão belga, nenhuma responsabilidade maior foi depositada sobre seus ombros e, em nenhum momento, atribuiu-se a ela a culpa pela deflagração dos combates.

O mesmo teor pode ser observado em um texto publicado dias mais tarde. Nele sobressai a erudição, bem como, a análise lúcida das circunstâncias a envolverem o caso. Juntamente à narrativa jornalística, deve-se observar, uma apurada compreensão do rebuscado contexto e da trama diplomática do processo.

Sir Edward Grey, ao anunciar, perante a Câmara Inglesa, que a intervenção da Rússia em defesa da Servia trará, como consequência, o início da maior das catástrofes que jamais assolaram a Europa, pôs em claro, aos olhos do mundo civilizado, a situação moral dos países modernos que politicamente, se encontram, ainda hoje, como ao tempo de Machiavel.

[...]. Dir-se-ia, em tão rápido momento, ter já falhado a Esperança... Nem outra é a impressão que se tem, por entre o contraditório e o inesperado da diplomacia europeia, oscilante entre os interesses d'ouro e de sangue que pesam sobre os pratos da Tríplice Aliança e da "Entente" tríplice.

São os próprios homens de Estado, os mediadores supremos, aqueles que mais vistosamente arquitetam sobre a ingenuidade popular, os palácios d'Aladdin de um ideal futuro, surgidos ao súbito prestígio dessa lâmpada maravilhosa que é a ideia de paz universal: são eles os primeiros a evocar, do alto da sua cadeira ministerial, com o laconismo versicular da Bíblia, a visão espantosa do possível desastre...

Dum gesto, pois, da Rússia dependem presentemente a sorte da Europa e a marcha triunfal do progresso humano. [...].

Toda a Europa, entretanto, parece ter na face, voltada para o país de Pouchkine, o terror estático da espera. Um sinal de mobilização geral, por parte do governo militar do Czar – e a Alemanha, em pé de guerra, correrá em auxílio da Áustria, chamando às fileiras a Itália, para glória da Aliança. Irão fazer-lhe frente a Inglaterra e a França, a Inglaterra das hegemonias e a França da tragédia de Sedan... E sir Edward Grey terá realizada a catástrofe da sua profecia.

Mas a Rússia não fará, não tem o direito de fazer o gesto supremo...

Debaixo da brutalidade do cossaco palpita o grande ideal da humanidade que a raça, esmagada e sofredora como nenhuma, alimenta e colima. Ela se deixará ficar à paz de uma solução temporizadora porque, do caso contrário, será como sempre, a vítima sacrificada de si mesma.

Protelará para o mais tarde possível, o grande gesto da conflagração internacional, dessa catástrofe que é talvez necessário por que não; chegou ainda a hora de repouso para as máquinas de Krupp e existem ainda algumas bandeiras a vingar... (O DIÁRIO, 1 de agosto de 1914, capa).

Essa é uma visão muito mais globalizada do que a anteriormente exposta, uma vez que compreende a disputa do ponto de vista das alianças em jogo. Os partícipes mais importantes foram citados, mas, a despeito disso, a obrigação maior parecia recair sobre a Rússia, muito

mais do que sobre qualquer outro. Austríacos ou russos, o fato é que a Alemanha ainda não estava sob os holofotes.

Nesse momento da publicação, as piores previsões foram anunciadas com impressionante clareza. O conflito armado entre a Áustria-Hungria e a Sérvia se estenderia em seguida, passando a abarcar as demais disputas. Uma correlação possibilitada pelo conjunto de alianças envolvidas, que exigiam reciprocidade dos seus integrantes. A partir da ameaçadora movimentação russa em direção à fronteira austríaca, o resto seria questão de tempo.

Agora, do conjunto dos excertos destacados é possível fazer algumas observações pertinentes. Para início, o mais evidente é que, entre os Estados europeus protagonistas, todos os possíveis interessados nos acontecimentos foram citados, para além dos dois diretamente envolvidos. A responsabilidade pelos acontecimentos futuros não recaía exclusivamente sobre um. Não houve “aquele” que tenha sido formalmente considerado culpado, embora fosse lembrada a delicada posição em que se encontravam os austríacos e os russos.

Naquilo que concerne à Alemanha, ela ainda não aparecia sendo citada como responsável pelas hostilidades, é bom que se diga, e nem se depositava nela a responsabilidade direta pela paz. Nesse aspecto, como mostra as passagens d’*O Diário*, dos dias 4 e 29 de julho, sua lembrança parecia remeter no máximo à função de fiadora das negociações. A mudança de atitude frente a ela se iniciou, gradativamente, após a ocupação da Bélgica, mas não de maneira completa e sectária (como será mostrado no capítulo 2).

Até *O Independente* corroborou para a prevalência de uma visão branda sobre a Alemanha. Esse jornal não deu atenção aos desdobramentos da morte, como posteriormente deu à guerra, restringindo-se a referir a eclosão dos combates entre sérvios e austríacos (27 de julho de 1914, p.2). Quando abordou a questão, assim como os demais periódicos, ele revelou preocupação diante das alianças em jogo, mostrando especial receio em relação ao ímpeto insuflado pelos russos aos sérvios (29 de julho de 1914, capa). Com relação à Alemanha, a perspectiva não poderia ser mais positiva, deixando entrever que este seria o país mais interessado na preservação da paz.

O imperador Guilherme II, da Alemanha, palestrou secretamente em Estocolmo, com o presidente da França. Diz-se que nesta conferência o estadista alemão propôs a Poincaré a neutralidade da tríplice aliança e da tríplice entente, no caso de luta armada entre a Áustria e a Sérvia.

Sabe-se, positivamente, que a Alemanha propôs que se mantivesse a paz no resto da Europa, caso rebentar a guerra entre a Áustria e a Sérvia. A atitude simpática de Guilherme II é gabada em todos os círculos europeus (O INDEPENDENTE, 29 de julho de 1914, p. 2).

Paz que, ao observarmos as afirmações anteriormente feitas, aparece como uma esperança, embora sob certo ceticismo quando referida, pois, a sobrevivência dela não era plenamente crível. A capacidade de organizar uma ação conjunta de Estados, em nome da convivência pacífica, era considerada questionável. Ficava latente nos jornais a impressão de que os interesses particulares preponderavam sobre os coletivos. Ou seja, a paz não se coadunaria com a diplomacia, sendo que, esta última aparecia descrita com sarcasmo. Destaca-se o grau de ceticismo com relação à diplomacia, ilustrado pelo exemplo da incapacidade para manter viva a expectativa pacifista, renovada com as reuniões de Haia, como mostrou *A Federação* de 29 de julho. Por seu turno, com o mesmo propósito, manifestando igual descrença, *O Diário*, de 1º de agosto, enunciou que a violência não poderia ser contida pelos estadistas, que estavam usando a paz apenas como retórica. Essa, somente poderia ser possível, de fato, a partir do bom senso daqueles que sairiam diretamente prejudicados.

Em decorrência da não eleição de um culpado, prevaleceu, no primeiro momento, uma cobertura voltada para a perspectiva global na qual o conflito se inseria. Sem a preocupação de expor com veemência as falhas de um Estado específico, a análise foi marcada pela coerência. Sendo a guerra um fato iminente, ela parecia estar resultando de uma sucessão de fatores em jogo. Entre esses fatores se destacou a existência conhecida de alianças militares.

Havia, entretanto, um fator a pesar negativamente contra a Alemanha, quando analisada da perspectiva brasileira. No caso, isso seria lembrado no momento oportuno, e utilizado para ajudar a difundir a defesa da causa dos *Aliados*, ou, da Tríplice Entente. Acontece que os imigrantes oriundos da região central da Europa, onde hoje se encontra a Alemanha, desfrutavam de pouco prestígio entre alguns dos escritores mais importantes do Brasil. Os mesmos chegaram a observar as características culturais dos imigrantes germânicos para concluir que elas seriam inalteráveis, independentes do local do mundo em que se encontrassem. No que pese a repercussão da guerra, dentre os países nela envolvidos, a Alemanha era aquele cujo povo, já de antemão, despertava menor simpatia.

Para compreender a situação, é necessário investigar o assentamento do povo germânico no país. Tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, a entrada dos imigrantes dessa etnia foi

marcada por atribuições. Observemos, portanto, alguns dos fatores que antecederam o estranhamento abertamente manifestado durante a guerra de 1914 a 1918.

### **1.3 A ALEMANHA E SEUS DESCENDENTES NA PERSPECTIVA DOS BRASILEIROS ADEPTOS DO “PERIGO ALEMÃO”**

Um dos principais elementos a darem sustentação à suposta ameaça, que os imigrantes alemães e os seus descendentes, teuto-brasileiros, representariam ao Brasil, esteve ligada a um suposto enquistamento dos mesmos em espaços específicos. Nas mais variadas regiões do Brasil foi levantada a hipótese de que a concentração germânica em determinados lugares poderia fazer parte de um plano para seccionar o Brasil. Olgario Vogt (2007) esclarece que, entre os denunciadores, havia aqueles que temiam pela incorporação de territórios brasileiros à Alemanha, e havia aqueles que temiam pela formação de um Estado independente, não alemão, mas etnicamente germânico.

Para começar, desde o período imperial, a elaboração de um modelo imigratório para o Brasil foi um assunto controverso. Até 1850 (ano da Lei de Terras), a imigração estava imersa em uma problemática maior, que era a da caótica organização fundiária brasileira, baseada na posse da terra, no uso da força e da imposição da grande propriedade sobre as demais modalidades de propriedade (TRAMONTINI, 2004b). Posteriormente, inexistiu unanimidade na proposição de assentar os estrangeiros, pois faltava um plano a ser seguido. Coerente, naquilo que tangia à realidade brasileira, o pensamento preponderante entendia que o trabalho imigrante não deveria pôr em risco os moldes da economia agro-exportadora brasileira. Logo, qualquer que fosse o tipo de imigrante a escolher, não estava em discussão a doação de terras em determinadas áreas, que haviam se constituído como importantes ao longo da formação econômico-social brasileira. Nessa linha de abordagem, Carneiro pondera que,

fora da órbita do café, bem longe, no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, vá lá que o governo imperial fundasse colônias de pequenos proprietários. Mas perto da lavoura de café, não. Essa lavoura é que lhes permitia acumular rapidamente [...] e

graças a ela é que se pagavam o funcionalismo, a corte, o exército e a marinha. Ela e não a pequena propriedade, é que era expressiva do processo de acumulação capitalista (1950, p. 11).

Entenda-se, portanto, que a possibilidade de formação de quistos, mesmo que não diretamente, em certa medida, adveio do desejo de preservação de uma lógica produtiva. Enquanto nas áreas mais aptas e de mais fácil estabelecimento de meios de comunicação a terra estava indisponível, a concentração populacional em outras áreas se tornara uma alternativa.

O próprio elemento europeu, apesar de concebido como sendo o mais conveniente, não representava um consenso. O Brasil foi uma caixa de ressonância de debates que correram em primeiro lugar no exterior, sobre os questionamentos que expunham méritos e defeitos de orientais, latinos, nórdicos e eslavos (SKIDMORE, 1976).

A opção pelo tipo caucasiano, para o povoamento do espaço brasileiro vinha ao encontro do desejo de conjugá-la à estabilidade estrutural existente. As terras postas à disposição dos europeus eram costumeiramente situadas em localidades longínquas, eram de difícil acesso e distantes em relação aos centros produtivos. Mesmo assim, não foi empecilho para a eclosão de sentimentos difusos, sendo os novos habitantes vistos tanto como sinal de modernização, quanto como motivo de receio. A preferência pelo Sul, enquanto local para efetivar essa colonização, foi resultado de diferentes argumentos, desde o climático até o estratégico (SEYFERTH, 2004).

Um elemento importante permeou o debate e pesou negativamente contra o elemento estrangeiro. No final das contas, tratava-se de uma situação que causava certo constrangimento, uma vez que, se ofertava a outros aquilo que estava sendo negado à população eminentemente brasileira e de baixa renda (CARNEIRO, 1950).

Esse argumento foi empregado por Alberto Torres para contestar a imigração. Para começar, ele achava que os imigrantes deveriam vir ao Brasil por vontade própria, do contrário seria uma temeridade (COSTA, 2004). Portanto, ele os via como algo dispendioso, ainda mais para um país que deveria ter outras prioridades sociais, como a educação, cujo objetivo seria resistir à influência cultural estrangeira. A imigração, independente da origem que tivesse, para Torres era uma ameaça à estabilidade social, porque impediria a solução do problema da terra, que ficaria fora do alcance do trabalhador nacional (MARSON, 1975).



Por seu turno, do outro lado do Atlântico, as medidas adotadas serviriam apenas para gerar maiores desconfianças. Acontece que, uma sucessão de fatores levou a concentração germânica no Sul do país.

Durante o período imperial no Brasil, a emigração não contou com o apoio das autoridades germânicas. A sociedade escravista brasileira era vista como suspeita (SEYFERTH, 2004), portanto indigna de confiança. Na década de 1850, foi publicado um artigo em Leipzig denunciando aquilo que seria uma “escravidão branca”, fato que gerou protestos do governo brasileiro, através do secretário da Legação Brasileira em Londres. Em 1859, o governo da Prússia determinou a proibição da emigração para o Brasil, em virtude das denúncias de maus tratos feitas por indivíduos que haviam voltado para a Europa. Quando, no final da década de 1890, o governo alemão permitiu a migração para os três estados do Sul do Brasil, afirmando que seriam as regiões aptas ao desenvolvimento do povo alemão, ao invés de arrefecer, a aversão acabou se revigorando (CUNHA, 2000).

Para compreender o motivo desse sentimento negativo, há de se considerar a forma pela qual o brasileiro percebeu a entrada do elemento estrangeiro. No geral, o indivíduo natural do Brasil manteve uma postura entre a desconfiança e a hostilidade (ROCHE, 1969). As opiniões dentro do território brasileiro, contudo, ficaram mais contundentes após a unificação da Alemanha. A formação de um poderoso Estado se somou a outras razões para desconfiança, como o modo de vida das populações. Algo que, acreditava-se, em poucos detalhes mudaria com o tempo, mesmo sendo as gerações seguintes brasileiras natas.

Frequentemente, as informações eram tomadas parcialmente para justificar um sentimento de ameaça. Muitas das falhas do governo, como a baixa construção de vias de acesso e a desatenção com a educação para promover a aculturação dos novos moradores eram colocadas à parte. É preciso considerar que, os habitantes do meio urbano tinham como principal maneira para a obtenção de notícias sobre essa gente nova, as páginas dos periódicos, que, não raramente, transmitiam impressões parciais dos fatos (ESPIG, 1998). Para muitos que recebiam informações das colônias unicamente através dos periódicos, o problema existia porque “a formação de enclaves de população com costumes, tradições, língua e hábitos particulares foi interpretada como uma séria ameaça à soberania nacional” (LUCA, 2004, p. 45).

Apesar da diversidade cultural existente, a partir de 1870, prevaleceu o argumento de uma possível intervenção direta, dando consistência ao famoso, e muito propalado, “perigo alemão”. Estimulada por um suposto risco de que as relações entre as colônias do sul do Brasil e a Alemanha pudessem desencadear um movimento ameaçador à integridade do território nacional, essa ideia “se estendeu com intensidade variável por quase quarenta anos, até a Primeira Guerra” (GERTZ, 1991, p. 15).

Cabe lembrar que muitos dos imigrantes que vieram para o Brasil professavam uma fé religiosa que não era a católica. Em virtude disso, também entraram vários líderes, oriundos de partes distintas do mundo, que não eram católicos. Tal fato produziu, ainda no tempo do império, temor na Igreja Oficial, o que fomentou entre os católicos um temor maior em relação aos imigrantes, que, além de estrangeiros, eram protestantes (MAGALHÃES, 1998).

Fica evidente que a ignorância a respeito das condições sócio-históricas das regiões alemãs favoreceu a difusão de impressões errôneas sobre as populações que aqui foram recebidas. Os pioneiros da imigração estavam alheios ao sentimento de amor à nação alemã. Como a unificação ocorreu em período posterior à chegada deles ao Brasil, o carinho e o sentimento de reciprocidade em relação à terra natal era dedicado à aldeia ou à família, e não à nação (MAGALHÃES, 1998). Terra que não tinha o mesmo significado político atual de pátria, mas uma relação cultural particular com o território específico da comunidade (SEYFERTH, 1990).

O tipo de sentimento manifestado na Alemanha, no período posterior àquele da unificação, diferia daquele expresso no período de Herder<sup>28</sup>, cujo caráter era absolutamente apolítico e sem qualquer relação com o Estado, pois este último tentou reafirmar os valores culturais expressos pelas rústicas comunidades agrárias (BERLIN, 2002), equivalentes daqueles que para o Brasil vieram. O que também era diferente do caráter político e progressista manifestado por volta de 1848 (DIRJARD, 1972, DROZ, 1985; ELIAS, 1997), presente no ideário daqueles que migraram após esse frustrado movimento.

No entanto, de fato, o sentimento de desconfiança não se origina do nada. Aquilo que os contemporâneos identificaram como digno de nota, e que em parte embasa o famigerado “perigo alemão”, encontra real fundamento na manifesta intenção de aproximação da

---

<sup>28</sup> Prussiano e de sólida formação protestante, o pensamento de Johann Gottfried Herder tem origem no cosmopolitismo da ilustração, todavia, vai adquirindo matizes diferentes, até romper com o princípio do universalismo contido nela. Para melhor compreender o pensamento de Herder, ver: BERLIN, 2002.

Alemanha junto aos seus conterrâneos que viviam do lado de cá. Para o Brasil vieram representantes alemães imbuídos da esperança de estreitar os laços de afinidade. O resultado não pôde ser considerado favorável, pois, os

imigrantes pioneiros e os Brummer (os fugitivos de 1848), ao receberem esses novos grupos, não se harmonizaram, de pronto, com os por eles mesmos denominados Reichsdeutsche (alemães do Império). Consideravam-nos eruditos demais, excessivamente apegados à região de origem e defensores de um país que não dizia respeito à sua história (MAGALHÃES, 1998, p. 31).

Ao contrário daquilo que se poderia cogitar, havia conflitos internos naquilo que poderia ser, para o restante, apenas “uma” comunidade germânica. A visão de que havia uma comunidade coesa era mais um fenômeno externo a ela do que propriamente uma realidade interna das diversas comunidades de interesse existentes.

Muitos dos representantes que entraram depois de 1871 eram pastores luteranos e professores, que vinham com a intenção de prestar assessoria à vida espiritual das comunidades, entrando em atrito com os hábitos que foram desenvolvidos nas colônias (MAGALHÃES, 1998). O trânsito de alemães oriundos do *Reich*, principalmente no Rio Grande do Sul, pode ser observado nos diários deixados por muitos deles (FRANCO; NOAL FILHO, 2004).

O problema não foi solucionado no período posterior à proclamação da república. Como fator de agravo, ocorreu a grande naturalização.

Todos os imigrantes, habitantes do Brasil, que não viessem a se manifestar contra a cidadania brasileira no prazo de seis meses seriam considerados brasileiros. A maioria vivia longe das cidades e dos consulados e não teve como se manifestar. Contudo, mesmo sendo brasileiros, continuaram seus hábitos tradicionais e falando a língua de seus antepassados, o que fez aumentar a pecha de arredios. Ainda mais quando, nos anos posteriores, após ficarem sabendo da situação que envolvia a sua nacionalidade, muitos solicitaram a cidadania alemã de volta. Essa situação ficou pendente até 1913, quando a legislação alemã permitiu que fosse admitida a cidadania para descendentes que vivessem fora do país. Meses antes da eclosão da guerra, em 1914, muitas solicitações de cidadania alemã ainda estavam sendo analisadas (KOTHE, 2007).

A relevância dos acontecimentos citados deve ser analisada a partir de alguns conceitos-chave empregados nos meios letrados brasileiros. No caso, principalmente, o de evolução. É

preciso ponderar que, as teorias de Darwin foram retiradas do seu plano biológico original e aplicadas indistintamente, para o regozijo de muitos que viam nisso um reforço a ideias conservadoras, que foram úteis no contexto de reação antirevolucionária europeia (GAY, 2001). No Brasil, como afirma Éder Silveira, “uma vez instalada a lógica darwinista, a própria ideia de nacionalidade passará a ser uma variação antropológica do conceito de raça, desta forma, naturalizando a cultura” (2004, p. 27). Inequivocamente, essa dificuldade de estabelecer a fronteira da biologia-antropologia com a política, que foi percebida por Éder Silveira, teve fundamental importância para o dilema experimentado durante a guerra.

Arno Mayer (1987) credita o sucesso disso ao fato dessas concepções se amoldarem à perseverança do Antigo Regime, ainda predominante, em luta pela própria sobrevivência. O fato é que as teorias evolucionistas foram responsáveis por grande impacto no mundo do século XIX, e se amalgamaram aos discursos existentes sobre a nação (HERMET, 1996; OLIVEIRA, 1990; RICUPERO, 2004; SMITH, 2004; VINCENT, 1995), o que constituiu um reforço às rivalidades políticas, que passaram também a se justificar em pretensas superioridades raciais.

Evitando esse argumento xenófobo, merece destaque outro intelectual brasileiro que, embora no sentido oposto ao racista, era igualmente avesso aos alemães, Álvaro Bomílcar. Sendo testemunha da guerra de 1914, ele defendeu a neutralidade do Brasil. Para ele, nenhum problema passava pela raça, tanto que defendia a mestiçagem. No entanto, reconhecia que o Brasil era acometido pelo problema do racismo. Latinismos (com sua ênfase na imitação da França) e germanismos eram variáveis dignas de desprezo, pois nos tornariam mera sombra dos outros países. Segundo Bomílcar, a imigração de alemães deveria ser muito apreciada quando se dirigisse ao campo, visando à assimilação no futuro. Conquanto, ao virem estes imigrantes para a cidade, deveriam ser impedidos. A razão dada por Bomílcar estaria no fato do brasileiro ser desorganizado. A desorganização política permitiria que os imigrantes participassem em demasia da vida política, enquanto empresários, controlando a produção e encarecendo a vida da população. Enquanto operários, promovendo greves e desrespeitando as autoridades. Logo, o autor, ao não se deixar levar pelo estrangeirismo, se colocou contra um nacionalismo brasileiro que passasse pela admiração dos valores alemães, ligados ao comércio e à incrível produção científica da Alemanha (OLIVEIRA, 1990).

Já, para Silvio Romero (apud SILVEIRA, 2004, p. 107), era terrível a perspectiva de futuro, ante a proliferação de imigrantes europeus no sul do país. Ele desejava um

branqueamento do brasileiro, mas depositando uma fé no futuro, oriunda da crença de que deveria haver um processo de assimilação do branco ao meio, formando um tipo novo de gente (ORTIZ, 1994). A questão se tornava crítica a seus olhos, por causa da superioridade do branco europeu, que traria desequilíbrio social ao se concentrar em um lugar específico. Antes da Primeira Guerra, o escrito mais importante sobre o assunto foi *O alemanismo no sul do Brasil*, do próprio Sílvio Romero (GERTZ, 1991).

Com o mesmo propósito de evidenciar a desconfiança gerada, coloca Karen Lisboa o quão é

interessante notar que, no momento em que a Alemanha se apresenta no contexto europeu como ascendente nação, após a vitória da Guerra Franco-Prussiana, e assim luta pelo seu lugar entre os domínios extra-europeus, ela perde, por assim dizer, a sua especificidade como único grupo não português imigratório no Brasil. E é nesse contexto que as colônias de emigrantes alemães são vistas por muitos observadores através de uma lente imperialista (2008, p. 95).

Diferentemente de Alberto Torres, que não viam o problema brasileiro pela ótica racial, Sílvio Romero era defensor da imigração. Sua preferência, entretanto, recaía sobre os povos de origem latina, pela maior familiaridade que teriam conosco. A escolha desses, contudo, não identificava qualquer preconceito “biológico” com relação aos povos germânicos, muito pelo contrário, ele admirava a capacidade destes. A crítica à colonização germânica se relacionava à maneira pela qual a mesma estava distribuída (mal) no país e concentrada nos estados do sul, o que levou Romero a crer em um real risco de ruptura política no país (SILVEIRA, 2004). Para ele, todos os imigrantes deveriam ser distribuídos homoganeamente pelo Brasil, para que fossem assimilados, reproduzindo aquilo que considerava o sucesso do modelo norte-americano (VOGT, 2007).

No Brasil, os conceitos que permeavam os ideário daqueles que possuíam uma educação superior eram variados, e não raras vezes contraditórios. Como esclarece na sua obra, Ângela Alonso (2002) explica que rótulos atribuídos a pensadores foram criados mais por objetivos outros do que para realmente esclarecer a complexidade dos próprios, o que significa que o indivíduo poderia estar repleto de argumentos racistas e ao mesmo tempo se compreender como um liberal.<sup>29</sup>

Muito impressionada pelo evolucionismo de Spencer, a impressão de Romero a respeito dos povos que migraram para o Brasil deve ser ponderada à luz da sua orientação teórica

---

<sup>29</sup> Dentro da esquerda europeia, serve de exemplo o caso de Karl Kautsky, cujo pensamento marxista se encontrava absolutamente permeado pela influência das ideias de Charles Darwin (MATHIAS, 1988).

(ORTIZ, 1994; SOUSA, 2001). O receio, por ele demonstrado em relação aos povos germânicos, estava diretamente vinculado ao temor que Romero sentia perante uma “raça” que o próprio considerava superiora àquelas que viviam no Brasil. Logo, da sua perspectiva, o Brasil não passava de uma construção limitada, realizada por povos inferiores.

Dada essa análise, Romero tirou algumas conclusões sobre o Brasil. A submissão (ou a aceitação) de parte das populações a alguns líderes, ao longo de todo o território brasileiro, seria uma característica inata dos povos que colonizaram o país. Então, ele acreditava que a força natural de um povo superior (como o alemão) seria decisiva, quando posta em contato com os brasileiros mais antigos. Enquanto o latino, na sua visão, seria pouco empreendedor, reforçando-se na relação com a coletividade, o germânico, ao contrário, estaria repleto de energia individual, que seria criadora e de iniciativa (ROMERO, 2001). De fato, a mistura gradual seria preferível, para diluir o que acreditava haver de ruim no brasileiro. Como afirma a seguir:

[...] em cada um dos estados, o clã triunfante, revivência dos clãs berberes, tronco primitivo principal das gentes ibéricas de que os portugueses são um ramo e nós um rebento na América [...].  
É que o gênero apático da raça, a tendência grupista dos iberos- latinizados, verdadeiros comunários de estado, que sonham sempre com o chefe, o guia [...] (ROMERO, 2001, p. 187).

Para ele, como decorrência da lógica interna do seu raciocínio, o imperialismo era um perigo evidente. O tipo brasileiro seria dado à aceitação do mando e à submissão pela força, algo explicitado pelo controle exercido pelas oligarquias que o próprio autor revelava como exemplo. Em verdade, isso explicaria porque o Brasil se encontrava, naquele momento específico em que escrevia (começo do século XX), inapto ao federalismo, modelo que considerava tão caro para si. Nada restaria, a não ser “esperar a ação lenta do tempo e da cultura [...], talvez séculos, enquanto a obra sistemática da educação [...] e da seleção social no sentido da antropossociologia, não tiver produzido os seus efeitos” (ROMERO, 2001, p. 189). A força dos alemães só poderia ser sinceramente vista como uma ameaça à integridade territorial brasileira, em consonância com os seus princípios teóricos (OLIVEIRA, 1990).

A terra, na verdade, era mais um motivo de preocupação do que de alento. Se o brasileiro era um fracasso genético, sua cultura estaria prejudicada pela característica geográfica do Brasil que, ao invés de instigá-lo, o amoleceria. O Rio Grande do Sul, para Romero, compartilhava as mesmas peculiaridades morfológicas das estepes mongóis, o que produziria uma cultura rasteira semelhante, fato que o exasperava mais ainda (ROMERO,

1998). Pudera, então, crer sinceramente no risco real de usurpação alemã, diante de tanta mediocridade.

Fundamentadas em reais bases científicas ou não, o fato é que essas teorias tinham ressonância no meio político brasileiro. Não se tratava de opinião intelectual restrita a meios sociais particulares. Tanto que, em 1909, o congresso aprovou uma lei determinando que no mínimo 10% das terras nas quais se assentavam pequenos proprietários deveriam pertencer a brasileiros natos (LUEBKE, 1987).

O pensamento de José Veríssimo (1985) se coadunava com o anterior, no sentido em que, trabalhando com a temática da raça, convergia na mesma direção. Ao analisar a força de um povo, constatara que a Alemanha, em virtude do esmero do intelecto superior que detinha, compreendeu a importância do culto da educação física para o melhor desenvolvimento da sua gente como um todo, através de uma metodologia que incluiria exercícios, jogos, a esgrima para reforçar a defesa da honra, bem como o serviço militar. Para ele, a manutenção e o fortalecimento da saúde através da educação física tornariam um povo mais apto, enquanto revigoraria a afetividade com relação à sua terra. Nas circunstâncias colocadas, portanto, ele via com insegurança a contínua entrada de imigrantes, principalmente de alemães, motivo pelo qual fez um aviso:

uma propaganda que não quero, como o Sr. Sívio Romero, chamar antipatriótica, mas que certo não viu o interesse do Brasil senão por um lado, atraiu e localizou em determinadas regiões do país uma imigração, forte pelo número e pelo vigor [...]. Essa propaganda continua e certo continuará a afluir e, em maior número, a imigração, [também afluirá] principalmente, alemã e italiana. A luta entre essa gente, incomparavelmente mais forte, e nós, não pode ser duvidosa. [...]. É, portanto, indispensável preparar-nos para, sem recorrer a meios que não consente a nossa civilização, não nos deixarmos abater e esbulhar, a fim de que esta terra, que nossos antepassados criaram e civilizaram [...] seja principalmente nossa (VERÍSSIMO, 1985, p. 91).

Sua prédica possuía um tom alarmista, mas tinha coerência, uma vez que ele concebia que as populações que colonizaram o Brasil, originalmente eram muito inferiores aos novos europeus que para cá se dirigiam. Num contexto internacional marcado pelo imperialismo (já que o texto foi originalmente publicado em 1890), na sua perspectiva, estava a correr um conflito de nações/raças nas quais as melhores, fatalmente, triunfariam em caso de descuido. Ele receava, ainda mais diante do trato esmerado que alguns países davam à educação em geral, como a geografia, fundamental para o verdadeiro conhecimento da terra, algo que ele ressaltou nos alemães, que a tinham bastante desenvolvida. Para ele, a Alemanha era superior

por ter feito da educação física e intelectual de seu povo uma prioridade, fato comprovado pela derrota de uma França que o mesmo qualificara de decadente (VERÍSSIMO, 1985).

Igualmente fascinado pelos escritos de Spencer, na perspectiva dele, a inferioridade que o mesmo observava existir em nós, supostamente, aumentava em virtude do *habitat*, porque a facilidade de uso de uma terra fértil e gentil teria imbecilizado ainda mais o povo brasileiro. O receio, por ele expresso, parece adquirir maior sentido pelo fato de deixar explicitado aquilo que ele entendia por educação, fundamental para o verdadeiro desenvolvimento. “O complexo de forças físicas e morais que sobre nós atuam: as festas, a religião, a arte, a literatura, a ciência, o trabalho” (VERÍSSIMO, 1985, p. 73). Coisas que nos imigrantes haveria de sobra.

A Primeira República foi marcada pela dualidade dos discursos realizados pelos principais pensadores da época. “Assim, em certos momentos, nossa cultura é desvalorizada por nossas elites, tomando-se em seu lugar a cultura europeia [...] como modelo” (OLIVEN, 2006, p. 40), em outros, predominava a exaltação da terra. O temor em relação ao outro – no caso em questão, o imigrante em sua possível e suposta articulação com o Estado alemão – precisa levar em consideração a depreciação do povo brasileiro. Ainda mais quando a desvalorização extrai o seu substrato do critério racial, pois este tende a acirrar as diferenças existentes entre as culturas (WEBER, 1997).

Há outro elemento a ser destacado nessa lógica antigermânica, que foi a reverência à cultura francesa do meio intelectual brasileiro. Para se ter um vislumbre, o dia 14 de julho, data de início da Revolução Francesa, era lembrado anualmente. A importância ideológica desse fato adquire maior relevo quando lembrado que, no Rio Grande do Sul, a data de celebração da constituição estadual coincidia com aquela da França, para fins de lembrança e saudação, através de demonstrações públicas de civismo (O INDEPENDENTE, 15 de julho de 1914).

Entre as influências sofridas pelo pensamento de Silvio Romero, por exemplo, pode-se referir à escola sociológica de Le Play. Este foi um pensador que fez parte da geração cuja concepção de ciência social (PAULA, 2008) encontrou uma missão cívica na tarefa de compreender a própria decadência francesa, cuja mácula foi a humilhação sofrida diante da Prússia (OLIVEIRA, 1990). A herança dessa reflexão à posteridade seria a aversão ainda mais acentuada àquele país.



Quanto a esse aspecto, Romero estava em consonância com a sua época. A influência francesa foi um destacado traço da formação intelectual brasileira. Essa característica foi relatada por Oliveira Lima. Ele observou que a “Academia de Letras do Rio de Janeiro [era] modelada pela Academia Francesa” (1998, p. 195). A idealização da república, antes mesmo de sua implementação, fora completamente permeada pela herança francesa, repleta de imagens significativas. Como explica José Murilo de Carvalho (2001), em virtude da proliferação de símbolos marcantes que se prestassem à propagação do ideal republicano, a França republicana se confundia com a república brasileira que se aspirava.<sup>30</sup>

A tendência do discurso feito no Rio Grande do Sul seguia no mesmo sentido laudatório à cultura francesa. A geração que exercera influência política no sul igualmente frequentara as faculdades do centro do país, uma vez que inexistiam equivalentes no sul antes de 1900 (ALONSO, 2002). Diferentemente, devemos destacar que havia um caráter empírico marcando a convivência com a cultura alemã, que no restante do país era menos usual, mas que nem por isto pusera as barreiras abaixo.

Há de se tomar em consideração, também, outros fatores, fundados em elementos mais concretos. Um, em particular, provocou antipatia muito grande em relação à Alemanha. Acontece que, durante o início do século XX, o café permaneceu com os preços aquém do esperado pelos produtores e não conseguia alcançar o patamar obtido uma década atrás. O plano de valorização do produto no estado de São Paulo foi iniciado com a tomada, no ano de 1906, de um empréstimo no valor de um milhão de libras, tomado junto ao banco alemão *Deutsche Discont Gesellschaft* (TOPIK, 1987, p. 83). Algo que pôde ser realizado graças à formação de um consórcio de norte-americanos, franceses e alemães; liderado pelo alemão Hermann Sielcken (CARDOSO et al., 2006a, p. 243). Na transação dos direitos, a casa comercial do também alemão Theodor Wille<sup>31</sup> recebeu o monopólio sobre os estoques da Europa e dos Estados Unidos como garantia do empréstimo feito aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apesar da contestação dos governos dos Estados Unidos e da

---

<sup>30</sup> Havia dois modelos de liberdade que traduziam os anseios republicanos. Um deles se vinculava à liberdade privada, que adquiria significação através da republicana norte-americana e da Terceira República francesa, e que supostamente seria a liberdade moderna e exequível, cuja política se caracterizaria pela democracia representativa. A outra seria a liberdade pública, da participação direta do cidadão nos assuntos de Estado, vista por Hume e Benjamin Constant como antiquada, cujo modelo seria a república jacobina. Embora a norte-americana fosse o exemplo mais bem estruturado e digno de nota, a falta de símbolos para apropriação fez da república francesa o grande referencial (CARVALHO, 2001). Isso pode ser bem observado durante os meses que antecederam a entrada do Brasil na Primeira Guerra em 1917, quando, nas ruas de Porto Alegre, o hino nacional brasileiro era sucedido pelo entoar da *Marselhesa*, como será visto no capítulo 4.

<sup>31</sup> Essa casa comercial comprava café em nome de três estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (CARDOSO et al., 2006, p. 244).

França, o esquema deu certo, mas por causa de ameaças do primeiro, o consórcio se desfez em 1913. Uma parte dos investidores do consórcio permaneceu vinculada ao Brasil, para orientar a inserção do café que ainda estava estocado no mercado. Quando os estoques foram vendidos, o dinheiro acabou depositado em um banco na Alemanha, para ser em seguida transferido ao Brasil. O problema maior se deu quando, tendo iniciado a guerra de 1914, o dinheiro acabou confiscado pelo governo alemão.<sup>32</sup> Esse incidente, nos anos seguintes, deu origem ao litígio entre os dois países, arbitrado durante as negociações do pós-guerra.<sup>33</sup>

Antes disso, mas igualmente desabonador, foi o incidente diplomático entre o Brasil e a Alemanha, no início do século XX, devido a um navio de guerra que se encontrava em Santa Catarina. A canhoneira alemã *Panther* atracou no litoral catarinense, em 1905, para que os marinheiros desembarcassem e capturassem um desertor. Como os mesmos não haviam pedido autorização às autoridades locais, o chanceler Rio Branco protestou contra aquilo que qualificara como uma violação de soberania (BUENO, 2003). Deve ser lembrado que, a essa época era manifesto o desejo do governo alemão de adquirir uma colônia na América (BUENO, 2003; TUCHMAN, 1992), fato este que ampliou a ressonância do referido “perigo alemão”.

#### **1.4 A ALEMANHA E SEUS DESCENDENTES NA PERSPECTIVA RIOGRANDENSE**

Nesse estado, as relações dos gaúchos com os alemães revelam aspectos peculiares. Diversas vezes, o imigrante se viu na contingência de reforçar a condição de isolamento que vinha sendo criticada, muitas vezes, devido à localização das terras destinadas à colônia, assim, a cultura de uma comunidade se fechava sobre si mesma. A situação ainda ficava mais precária pela ausência de vias de comunicação (LANDO; BARROS, 1981). Como

---

<sup>32</sup> O dinheiro ficou retido na casa bancária *Bleichroeder*, em Berlim, pois a Alemanha temia que o dinheiro viesse a cair em mãos da Inglaterra, cujos investidores teriam direito a parcela (BUENO, 2003, p. 464).

<sup>33</sup> Sobre a participação dos diplomatas brasileiros junto ao concerto das nações nas negociações de paz em Paris e, na recém criada Liga das Nações, ver: GARCIA (2000).

consequência, acabava recaindo sobre os próprios colonos o dever de abrir picadas para facilitar o acesso.

Em busca de melhores condições de vida, o colono percebia que o sucesso dependia da interação dele com a sociedade da qual começava a fazer parte, sendo que, isto dependia do conhecimento do idioma português. A propósito do assunto, Egon Steyer (1979) afirma que, no princípio do processo imigratório, os primeiros habitantes se mostraram dispostos à integração. A realidade, todavia, mostrou-se adversa e incompatível.

As denúncias de antibrasilidade, feitas aos imigrantes, foram recorrentes desde meados da colonização germânica. Quando do recrutamento à Guerra do Paraguai, mesmo quando lideranças pediram o apoio de suas comunidades, em prol da participação dos teuto-brasileiros no esforço de mobilização brasileiro, houve vários casos de recrutamento forçado e de maus tratos a eles (BECKER, 1968).

A suspeita de antibrasilidade ganhou reforço pela questão religiosa. O fato de haver uma grande quantidade de luteranos entre os imigrantes, ainda ao tempo em que o catolicismo era a religião oficial do país, tornou-os ainda mais mal-vistos, quando comparados a outros imigrantes que ao menos tinham o catolicismo como característica em comum com os brasileiros. A diferença religiosa se tornou um componente a mais para dificultar a assimilação das gerações posteriores que, mesmo nascidas no Brasil, eram vistas como estrangeiras.

Para os protestantes, as quatro décadas iniciais da colonização no Brasil foram especialmente árduas. A isso esteve ligado o fato do catolicismo ter permanecido como a religião oficial do país. Como inexistia uma divisão entre Igreja e Estado, a ideia de registro civil estava fora de cogitação. Significa dizer que, o direito ao reconhecimento da existência do indivíduo, critério para reivindicação da própria cidadania, passava pelos ritos do batismo e do casamento na Igreja Católica. Para os protestantes, submeter-se aos sacramentos católicos seria a negação da sua fé, o que, numa afirmação da mesma, os empurrava para uma vida sem direito à plena cidadania (DREHER, 1984). Tal dilema era um fardo que os perseguia da infância à vida adulta, pois ter filhos em uma união que, se não fosse consagrada no interior do catolicismo, impedia o reconhecimento dos mesmos como herdeiros. No cotidiano, o problema acarretado pelo não reconhecimento de um casamento era a impossibilidade jurídica de legar propriedades aos herdeiros. Por outro lado, casamentos

mistos impunham a abjuração da primeira religião (DREHER, 1984). Além disso, os não-católicos eram impedidos de ocupar cargos públicos.

As necessidades, contudo, impuseram ao Estado a obrigatoriedade de readequar a legislação vigente. Mesmo obrigando os filhos de casamentos mistos a se educarem dentro da fé católica, a lei decretada em 1865 passou a reconhecer os casamentos protestantes. O fato de a lei premiar a firmeza da convicção dos outros credos coincidiu com o maior empenho da Igreja Católica na sua ação evangelizadora junto à região colonial.

Dentro do contexto deve ser tomada em consideração a chegada ao Rio Grande do Sul do pastor George Borchard, no ano de 1864. Entre as suas medidas esteve a primeira tentativa de organizar o luteranismo através do estabelecimento de um sínodo.<sup>34</sup> Ele supunha a existência de uma relação íntima entre religião e germanidade, conceito este que permanecerá balizador da religiosidade, nas décadas posteriores, com o pastor Wilhelm Rotermund, como será referido posteriormente. Além disso, Borchard buscou minimizar a condição de isolamento social que marcava o cotidiano do imigrante. Para tanto, fomentou a entrada de pastores vindos da Europa para melhor orientação dos fiéis, bem como o estreitamento de laços econômicos entre os colonos e a Alemanha unificada, o que de forma alguma significava o desejo de submissão ao Estado alemão ou a reivindicação de uma nacionalidade alemã (DREHER, 1984). Todavia, não se pode negar a relação dos acontecimentos com a redobrada preocupação católica e com a ampliação dos argumentos do “perigo alemão”.

Em Porto Alegre, as comunidades de origem germânica representavam contingentes significativos de importância econômica, desde o último quarto do século XIX, principalmente na Rua da Praia (SILVA, 2004). Entre os indivíduos de origem germânica da capital foi digna de destaque a porcentagem elevada daqueles que possuíam nível médio e alto na formação socioeconômica (GANS, 2004, p. 29). No outro extremo da cadeia produtiva, também houve uma entrada de mão-de-obra operária especializada. Diferente do nível local, boa parte dos trabalhadores era de alemães, trazidos especialmente para melhorar o padrão produtivo das fábricas e oficinas (BILHÃO, 1999). Quanto aos mesmos, pode-se afirmar que representaram uma vanguarda técnica, e organizacional.

Uma outra questão importante diz respeito à polarização partidária que envolveu o estado após a proclamação da república. O imigrante e os seus descendentes também se viram

---

<sup>34</sup> O Sínodo Riograndense foi fundado em 1886, sob a liderança do próprio Rotermund.

sob fogo cruzado em decorrência da mesma. A região da Campanha, composta de uma maioria de latifundiários ligados ao gado, havia sido base de apoio político de Gaspar Silveira Martins, desde o Império. A criação da república a alijou da grande ascendência sobre o poder que anteriormente desfrutara. Quando do estabelecimento do novo governo, sob controle do Partido Republicano Riograndense, a Campanha passou a ser vista com desconfiança. O mesmo poderia ser pensado em relação aos imigrantes germânicos e descendentes. Tidos como simpatizantes da monarquia, haviam cultivado boas relações com Silveira Martins<sup>35</sup> durante o período imperial. Frequentemente pairava sobre a etnia germânica a acusação de, no fundo, serem gasparistas, e, depois, federalistas. Acontece que durante a guerra entre republicanos e federalistas houve a “suspeita de compra, pelos rebeldes, de armamentos de fabricação alemã” (MALATIAN, 2001, p. 95), o que necessitou manobras diplomáticas para que a Alemanha não reconhecesse o estado de beligerância que poderia permitir-lhe condições de realmente negociar equipamentos.

Julio de Castilhos, enquanto esteve vivo, manteve atenção, caracterizada pela desconfiança sobre eles. Seu secretário de obras, José Pereira Parobé, inclusive, preferia o atraso econômico do estado a ver a prosperidade depender dos povos de origem germânica (GERTZ, 2005).

Rosane Neumann afirma que um distintivo do receio do governo republicano em relação aos imigrantes pode ser observado na distribuição das colônias. “No Rio Grande do Sul, o novo governo de feições positivistas adotou o sistema de colônias mistas, fixando, em um mesmo núcleo, imigrantes de diferentes grupos étnicos” (2003, p. 99). O intuito seria provocar a assimilação do imigrante, mediante uma intensificação dos contatos que provocaria uma fusão de culturas. Até porque, no caso germânico, aos valores culturais se somaria o componente étnico, um fator marcante e constantemente presente nos discursos daqueles que os antagonizavam.

Em contrapartida, do estranhamento resultou a afirmação de identidade por parte desses grupos, através da exaltação dos seus predicados mais estimados, como a disciplina e o trabalho (NEUMANN, 2003; WEBER, 2002). Como Hobsbawm (1990) coloca, em relação a comunidades fora do seu meio original, isso parece ser um comportamento recorrente em

---

<sup>35</sup> Para esta impressão, contribuiu bastante a relação de Martins com o líder germânico Karl von Koseritz. Sobre isso, ver: DILLEMBURG, 1998; MOTTER, 1998.

culturas que se veem na contingência de entrar em contato com outras que lhe parecem refratárias e que levam, portanto, à reafirmação da cultura original.

Uma derivação dessa contínua reafirmação, contudo, no intuito de mostrar o sincero desejo de integração, foi a concepção da teuto-brasilidade, defendida por Karl von Koseritz, ainda no tempo da Assembleia Legislativa Provincial, na década de 1880 (MOTTER, 1998). Algo que seria um meio-termo para a afetividade: o amor à tradição de onde se veio e o amor à terra na qual se vive. O trecho extraído do trabalho de Ana Motter é bastante eloquente para ilustrar claramente o objetivo do pensamento de Koseritz.

A insistência de Koseritz para a naturalização e participação política dos imigrantes alemães e seus descendentes tinha uma relação direta com o conceito de teuto-brasilismo defendido por ele. Para Koseritz, os imigrantes alemães e seus descendentes deveriam integrar-se ao Brasil através da política, lutar e participar do desenvolvimento da pátria que tinham escolhido e na qual seus filhos haviam nascido. Porém, deveriam manter a língua e os costumes alemães (1998, pp. 59-60).

Ele era absolutamente enfático na desvinculação com relação ao império alemão, além do que, não simpatizava com a visita de alemães, que vinham observar a vida dos imigrantes e descendentes. No entanto, é importante ressaltar que ele concebia como fundamental a participação da sua etnia na construção do Brasil, porque seriam portadores de uma qualidade, mas que somente poderia continuar existindo a partir da preservação da cultura que fazia o indivíduo germânico ser diligente e trabalhador.

Esse pensamento estava fora de sintonia com a sua época. A muito custo ele poderia ser considerado sincero, naquele contexto no qual a acentuada rivalidade nacional surtia influência sobre a intelectualidade europeia que aqui no Brasil se seguia.

Na década de 1870, a elite política brasileira estava muito aberta às discussões e aos escritos da França e da Inglaterra (ALONSO, 2002). A juventude acadêmica, em oposição aos princípios de política que haviam orientado os seus pais, manifestaram uma tendência de rompimento com os princípios da monarquia constitucional da geração anterior. Como Skidmore (1976) comenta, os homens de letras brasileiros liam acriticamente, e sem grandes referenciais teóricos, para poderem discutir as tendências da Europa. Angela Alonso (2002) afirma que a produção do período não formava uma linha de orientação coesa, que pudesse de fato qualificá-la como uma escola, contudo, as leituras políticas continuavam a gravitar em torno dos dois países citados. Lúcia Lippi Oliveira (1990) menciona que, da passagem do

século XIX para o XX, predominou o intuito, entre os consumidores de literatura política, científica e social, de integrar o Brasil à civilização ocidental.

No horizonte, deve ser mantido à vista a questão do negro. O mesmo não tivera garantido um lugar digno na sociedade e havia inquietação sobre isto, como se percebe a partir dos estudos de Fabrício Maciel (2007), de Francisco Weffort (2006) e de Thomas Skidmore (1976). De fato, haveria de ser uma questão delicada que, somada ao discurso científico racial que encontrava respaldo, faria aumentar a fragilidade da identidade do brasileiro, quando confrontada à do alemão. Então, seria compreensível o ceticismo em relação ao pensamento desenvolvido por Koseritz. O pensamento francês, marcado pela humilhante derrota militar para a Prússia, em 1870, encontrou em nomes como os de Renan e de Taine, um contundente veículo de expressão, no qual, além de ratificar a existência de raças superiores e inferiores, tinha no primeiro autor a ideia de nação eletiva (subjéctiva). Estimulando a rivalidade com o vizinho, ele partia da vontade do indivíduo como fator predominante, em oposição ao princípio étnico-cultural (objetivo), expresso como sendo eminentemente alemão e marcado pela origem, pela religião e pelos hábitos (OLIVEIRA, 1990; PAULA, 2008; RICUPERO, 2004; SMITH, 2004). Koseritz, ao defender a existência de um elemento chamado teuto-brasileiro, colocara-se numa posição que ia além da capacidade da sua época. Ele cometeu um atentado à compreensão dos homens de seu tempo, ao afirmar que a eleição da nação seria uma decorrência da preservação e da oxigenação de uma cultura de origem externa. Ou seja, ele disse que para ser um bom brasileiro, primeiramente, dever-se-ia ser um bom germânico, e, só então, seria possível optar por ser brasileiro. Isso seria uma excrescência, dada a lógica francesa (mais admirada no Brasil) de fazer crer que o apelo cívico calava mais à alma do que a origem. Colocá-la em segundo plano seria continuar aceitando a concepção alemã de nação, portanto, Koseritz não poderia ser visto como sincero defensor da assimilação ao Brasil. Dessa perspectiva conceitual, é razoável falar na existência de um “perigo alemão”. Somente o absoluto, e sincero, desejo de assimilação poderia ser considerado.

Comprova essa incredulidade o caso envolvendo a Sociedade Leopoldina, da cidade de Porto Alegre. A mesma recebeu o nome da esposa do imperador Pedro I, que era da família dos Habsburgo, e que ajudou a promover a colonização do Brasil por imigrantes. Pois, em 1881, essa sociedade foi alvo de ataques do jornal *A Reforma*, que o acusava de agir de forma preconceituosa em relação aos não-germânicos, embora os aceitasse como mensalistas (MAZERON, 1943).

É possível compreender, a partir dessas informações, que a impressão recorrente entre os gaúchos, assim como entre os brasileiros, a respeito da Alemanha, e dos indivíduos oriundos da cultura daquela terra, era pouco afeita a elogios. Uma tendência acentuada durante o reinado do *Kaiser* Guilherme II.

### **1.5 A ALEMANHA NA VISÃO DA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE POUCO ANTES DA GUERRA**

Como fora anteriormente comentado, a ascensão de Guilherme II ao trono imperial alemão e a demissão de Bismarck, no ano de 1890, representaram, juntas, um grande impacto sobre os rumos da diplomacia alemã. A mesma se tornou “uma política mais imediata, carregada de decisões oportunistas” (LOHBAUER, 2005, p. 14). Muito dessa alteração se deveu à extravagância do novo monarca, que fundamentou seu governo na ânsia de superar os britânicos, fomentando a instabilidade entre os Estados. O resultado acabou sendo o distanciamento em relação à cautela, até então adotada pelo velho chanceler de ferro. A Grã-Bretanha, ao mostrar-se afetada, saiu do seu isolamento neutralista e foi em busca de aliados que a resguardassem, no caso de um possível conflito (LOHBAUER, 2005).

As contestações à índole da Alemanha passavam pelo temor que o militarismo deste país despertava. O mesmo rótulo recaiu sobre os teuto-brasileiros, embora com maior suavidade na década anterior à guerra. Houve, inclusive, atividades de origem alemã que se difundiram sem maiores suspeitas. Algo a ser levado em consideração, uma vez que, o treinamento de tiro foi um traço cultural marcante do grupo (ACKER, 1996)<sup>36</sup>, que teve repercussão na organização militar do país.

O Brasil mantinha uma relação contraditória com as forças armadas. Havia críticas ao serviço militar obrigatório que se desejava implantar durante o início do período republicano

---

<sup>36</sup> O autor ressalta que a formação militar brasileira, no seu conjunto, envolvendo desde a organização no período anterior à independência, até os próprios Tiros de Guerra do início do século XX, estaria repleta de influência militar prussiana.



(ACKER, 1996; MCCAN, 2007; OLIVEIRA, 1990). A valorização das forças armadas era comumente vista pelos liberais como um arcaísmo herdado do Antigo Regime europeu (FAORO, 2006)<sup>37</sup>, o fantasma vivo das antiquadas maneiras violentas empregadas na resolução de problemas diplomáticos.<sup>38</sup> Em compensação, no contexto do século XIX, as armas continuavam a se prestar como ícones de algumas das virtudes masculinas, como a força e a virilidade, que ainda eram idealizadas (GAY, 2001). Uma permanente relação contraditória

Nesse contexto, em que as opiniões sobre as artes militares se encontravam cindidas entre a aversão em decorrência do primitivismo, e a admiração, em virtude do charme, era possível encontrar alguns locais de entretenimento em Porto Alegre que se congratulavam em recepcionar comunidades de atiradores. Foi o caso do cinema Íris. Em um anúncio grande publicado, a casa de espetáculos dedicara algumas sessões “à intemerata Liga dos Atiradores Alemães” contendo “programas em português e alemão” (CORREIO DO POVO, 3 de março de 1914, capa). O nível de exposição revela que os atiradores, associação de característica meramente desportiva, não eram vistos como integrantes de algum grupo paramilitar, um perigo à segurança nacional; ilação feita anos mais tarde (item 4.4). Sessões especiais, realizadas em casas de entretenimento, com vias ao conagraçamento junto à comunidade alemã da cidade, não eram raras. Anos antes, essas atividades haviam sido comuns em cinemas da cidade: “Smart – O programa de amanhã, que é dedicado à colônia alemã” (A FEDERAÇÃO, 18 de janeiro de 1910, p. 3).<sup>39</sup>

Por certo, o significado desejado para referir à colônia alemã não fora o mesmo empregado nos anos da guerra. Estabelecimentos refinados como o anteriormente descrito (BONOW, 2007) eram frequentados por um público economicamente privilegiado, o que leva a crer que os jornais estavam a referirem um setor endinheirado da dita colônia. O importante é ressaltar que, a despeito da desconfiança gerada, alguns elementos de origem germânica puderam contar com um pouco mais de receptividade.

---

<sup>37</sup> O que, em certa medida, é absolutamente correto. Ao observar a reformulação do exército prussiano, vê-se que prevaleceram os valores do *Antigo Regime*. Guilherme I necessitou vencer uma queda de braço com a *Landwehr* (Guarda Nacional – conselho que contava com a participação de civis, responsável pela escolha dos oficiais) e a Câmara Baixa do país (baluarte dos valores liberais, sobreviventes de 1848), órgão responsável pela aprovação orçamentária para as despesas do governo. Ao eliminar esses entraves, o monarca efetuou a centralização das forças armadas e garantiu maior autonomia para a nobreza, que compunha a maioria do oficialato (VIDIGAL, 2006).

<sup>38</sup> José Veríssimo, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, chegara a afirmar que “a guerra deixou de ser uma necessidade do estado social, como foi na antiguidade [...], para ser uma sobrevivência do passado e uma anomalia” (1986, p. 55).

<sup>39</sup> O *Smart Salão* era outro cinema de Porto Alegre que funcionou na década de 1910.

O *Kaiser* era conhecido também por ser um grande apreciador das ciências (STERN, 2004). Sobre isso, comenta Christian Krockow que o *Kaiser* “era moderno, empolgado com todas as novidades técnicas [...], fomentava escolas técnicas superiores e a pesquisa de base na sociedade que levava o seu nome” (2002, p. 77). Esse duplo e controverso caráter da personalidade do monarca (avanço técnico X belicismo) sintetizou o desenvolvimento do país. Ele pode ser observado nos artigos encontrados sobre a Alemanha em Porto Alegre, no período anterior ao começo do conflito.

Numa breve nota sobre os tipos de filme em exibição nas casas de cinema da Alemanha, o jornal *O Independente*, em março de 1914, saudava o imperador deste país, reforçando o seu argumento na lembrança da superioridade de um governante apreciador de assuntos que elevavam o espírito humano.<sup>40</sup> “Na Alemanha austera de Guilherme II, esse rei ilustrado, que sabe bem que sem moral esta vida nos nivelaria com os animais inferiores, as exibições cinematográficas são sujeitas à censura, antes de sua vulgarização” (9 de março de 1914, p. 2).

Contudo, a evidente projeção mundial pretendida pela diplomacia alemã (KISSINGER, 1999), adotada principalmente a partir da década de 1890, tensionou as relações, e já era associada como componente da nacionalidade daquele país. Um exemplo é o artigo seguinte, também publicado pouco antes do início do conflito.

#### **Profecias de um Almirante**

- O Sonho naval da Alemanha

Levamos ao conhecimento dos nossos leitores o resumo que a seguir publicamos, de uma conferência feita na Suíça, por um almirante alemão.

[...]. A curiosidade ainda se tornou mais aguda, quando se soube o assunto de que ia tratar a notável potente da armada alemã: - NOSSA ESQUADRA – SEU FUTURO E SEU PAPEL POLÍTICO.

De fato, - que iria dizer o almirante Brensing? Que sinistras profecias sairiam de sua boca formidável? Que poderosos e estranhos remígios a Águia Negra projetaria sobre este mundo tão pequeno para suas ambições, maiores que as da Águia de Waterloo?

[...]. “O sonho naval alemão”, afinal, não seria um tremendo pesadelo para os outros povos que não tem águias nos seus destinos? Vejamos:

A lei do Mais Forte

A Espanha esmagada,

A França humilhada,

Os fracos ... sem salvação (O DIÁRIO, 2 de julho de 1914, capa).

Uma das providências alemãs mais determinantes e controversas foi a de criar uma armada capaz de rivalizar com a britânica. Significou que setores da elite predominante

---

<sup>40</sup> Na verdade, o artigo se integra à campanha moralizadora realizada pelo jornal contra lugares considerados insalubres. Ver: VARGAS, 1992.

alemã, depois de 1895, haviam percebido que o país tinha “necessidade de expansão territorial em grande escala [...], declarando o chanceler Bülow que ‘a questão não é queremos colonizar ou não, mas sim que *devemos* colonizar, quer desejemos ou não’” (KENNEDY, 1989, p. 207). Frases como essa ajudaram a fazer da imagem da Alemanha um espectro sombrio no horizonte dos demais Estados.

A necessidade de redefinir a ação alemã encontrou ressonância na insistência do almirante Tirpitz (ainda na década de 1890). Ele insistia, junto a Guilherme II, que somente com uma grande marinha o país conseguiria permanecer entre as grandes potências (KENNEDY, 1989).

Sem dúvida, o assassinato de Francisco Ferdinando deixou uma estranha sensação de perigo. Se a Alemanha não era ainda retratada na opinião porto-alegrense como a responsável pelo malogro das relações austro-sérvias, que redundaram na guerra, pairavam dúvidas sobre as suas intenções futuras. Que se veja, então, esse outro artigo.

#### **O que quer a Alemanha**

Tanto na Europa como no resto do mundo, há quem pergunte sempre, com inquietação, pela tranquilidade do mundo, o quer a Alemanha. Em plena paz, aumentou, a partir do ano último, mais 25.000 homens ao seu exército e tornou assim necessário o aumento do exército francês. Em plena paz, construiu metodicamente uma esquadra em número, que é a mais forte do mundo depois da Inglaterra.

A que tendem esses preparativos formidáveis? Qual é o objetivo da política mundial da Alemanha? Tais são as perguntas a que a “Gazeta de Colônia” respondeu agora, num artigo inspirado pelo gabinete de Berlim, e onde se expõem, com tanta moderação como precisão, as ambições e os objetivos da política alemã (O DIÁRIO, 11 de julho de 1914, capa).

Para uma percepção mais acurada da mudança em andamento, a marinha mercante alemã passou, de 640 mil toneladas, em 1870, para 5 milhões, em 1914 (MAURO, 1976, p. 274). 70% das negociações alemãs passaram a ocorrer por mar e, do montante total transportado, 40% era realizado por duas companhias: a *Hamburg Amerika* e a *Norddeutscher Lloyd* (que possuía escritório inclusive na cidade de Porto Alegre). Entre 1890 e 1913, as exportações alemãs triplicaram (KENNEDY, 1989). A tonelagem dos navios de guerra também havia aumentado. Em 1880, era de 88 mil toneladas e, em 1914, a capacidade chegara a um milhão e 305 mil toneladas. No mesmo período, a Grã-Bretanha havia passado de 650 mil para 2 milhões e 714 mil toneladas (KENNEDY, 1989, p. 200).

O poder naval alemão era uma clara ameaça ao predomínio britânico. Da perspectiva dos analistas geopolíticos britânicos, os ganhos alemães eram secundários diante das

possibilidades territoriais de um império da extensão da Alemanha, enquanto a manutenção do controle de rotas comerciais era absolutamente vital para um pequeno arquipélago como a Grã-Bretanha (HOBSBAWM, 1988). Assim, as pretensões alemãs eram vistas como risco iminente.

Por outro lado, o Estado que mais cresceu e aumentou sua participação no comércio mundial, entre 1870 e 1913, foi o norte-americano. No começo do século XX, os Estados Unidos da América já ocupavam o primeiro lugar no mercado mundial, seguidos da Grã-Bretanha e da Alemanha. Em 1913, ocorreu a troca de lugar entre o segundo e o terceiro.

O artigo segue, mostrando quais seriam os objetivos a serem alcançados pela remodelação alemã das forças armadas.

- Nós não queremos uma política de aventuras; diz a “Gazeta de Colônia”; não queremos jogar numa só cartada o nosso futuro.

Não desejamos invadir velhos territórios. Sabem-no todos os políticos sérios. Mas sabem, também, que não queremos ser eliminados da concorrência econômica no mundo inteiro, e que nos oporemos a essa eliminação com toda a força de que dispõe o nosso Estado.

A questão de Marrocos manifestou essa vontade, uma vez por todas. Depois dela, entramos num período de explicações, que tiveram por fim nos assegurar territórios onde pudéssemos exercer o nosso comércio e derramar a nossa civilização. Foram muito discutidas as nossas combinações com a França e com a Inglaterra, aliás, norteadas pelos princípios da política neo-germânica.

Quisemos garantir, em certos e determinados territórios, a participação alemã na concorrência política mundial.

A partilha imperialista da África havia começado e, posteriormente, terminado no norte deste continente, exatamente no Marrocos. Local no qual, por muito pouco, não fora antecipada uma guerra entre Alemanha e França, uma vez que sua proximidade junto à Europa garantia uma vantagem geopolítica ao seu detentor.

Em seguida, se ponderou a respeito da grande diferença existente entre a Alemanha atual e aquela dos tempos de Bismarck.

[...]. Quase não temos necessidade de observar quanto difere da Alemanha de Bismarck a Alemanha que pensa e fala deste modo em matéria de política externa. Aquele grande homem de Estado, que tão claramente viu a necessidade de fundar, sobre a guerra de 1870 a unidade nacional alemã, não tinha qualidades de previsão, e por consequência, gênio, no domínio das questões coloniais.

Não adivinhou o papel que deviam desempenhar as colônias na expansão econômica e étnica das nações europeias; e foi por sua culpa que a Alemanha ficou desfavorecida na partilha do mundo.

Bismarck, por princípio pessoal, rejeitava a importância do papel econômico do imperialismo. Enquanto chanceler, sabendo da inferior condição naval e comercial da Alemanha naquilo que se referia às longas distâncias, achava muito difícil garantir proteção a colônias. Ele também receava os possíveis efeitos da posse delas. Contudo, por não lhe agradar a possibilidade de ser lembrado pelas futuras gerações como o chanceler que entavou o desenvolvimento do país, aderiu ao imperialismo que, na verdade, começou em seu governo. Aproveitando um parecer que lhe havia sido enviado, vislumbrando a possibilidade de obter colônias sem precisar recorrer à submissão ao Parlamento<sup>41</sup>, ele consentiu à empreitada (WESSELING, 1998).

Sua maior preocupação havia sido a de contornar as dificuldades enfrentadas pela nobreza naquilo que dizia respeito à entrada de grãos mais baratos do exterior, principalmente da Rússia. Em um momento crucial, no qual a política do governo dependia de uma postura mais enfática, ele adotara uma ação que privilegiava os senhores de terra do leste do país. Nesse momento, os industriais se inclinavam a colaborar com a antiga aristocracia (política do *pão e aço*).

Paul Kennedy (1989) mostra como Bismarck buscara convencer a todos que a Alemanha não possuía maiores pretensões territoriais, algo que muito se deveu à crença na manutenção do potencial do mercado interno. Seus sucessores, juntamente com o novo *Kaiser*, Guilherme II, não tiveram a mesma conduta, e envolveram o império em situações comprometedoras. Embora a diplomacia alemã devesse muito ao temperamento intempestivo do imperador, em parte, ela também repercutiu as novas demandas econômicas que se apresentavam.

Prosseguindo, o texto passou a enfatizar a importância da entrada da Alemanha na corrida imperialista. No processo, ficou evidenciada a importância de Treitschke para a definição da mesma. Embora não fosse a única voz a defender a iniciativa, o historiador adquiriu, em decorrência do prestígio que detinha, um grande relevo entre os debatedores da questão, através de seus argumentos, que envolviam, economia, geopolítica e biologia.

---

<sup>41</sup> Heinrich von Kuserow, funcionário do Ministério das Relações Exteriores alemão provou a Bismarck que se uma empresa particular alemã detivesse o privilégio dos direitos administrativos sobre uma região da África, assegurando o monopólio comercial para o país, ao governo somente caberia o ônus de garantir a proteção diplomática e militar. Esse tipo de empreitada “era da competência do governo e não do parlamento, portanto não precisava do endosso da Dieta” (WESSELING, 1998, p. 127).

Foi preciso esperar até 1880, para que uma voz autorizada, a do historiador Treitschke, se erguesse na Alemanha em favor da política colonial, em que a França dava já o exemplo.

“Das colônias”, escrevia ele, “dependerá em que medida um povo poderá tomar parte no domínio do Universo pela raça branca, - é muito possível que, no futuro um país sem colônias não tenha importância alguma entre as grandes nações europeias, por mais poderoso que seja sob outros pontos de vista”.

Devemos ainda acrescentar que a voz de Treitschke se fez ouvir no vácuo; pelo menos, os alemães, que só depois de 1880 começaram a colonizar; e o próprio governo não a compreenderam.

A Alemanha de então só via, e ainda pensava contra Treitschke, que um país sem colônias pode pretender a hegemonia mundial.

Como viu sua ação malograr-se na exploração dos imensos territórios que ocupou em África em 1885, ainda passados muitos anos, nutria pelas questões coloniais ou indiferenças ou desgostos.

O pensamento de Heinrich von Treitschke, ao longo da trajetória de vida deste, migrara do liberalismo parlamentar, durante a juventude, para um conservadorismo elitista e xenófobo, mais claramente a partir da década de 1860. No seu pensamento, a laudatória aos feitos de Bismarck visava à glorificação do poder pela guerra e da força prussiana. Ele buscou enterrar definitivamente os resquícios do liberalismo que perduravam em algumas partes do *Reich* (DROZ, 1985). Para ele, a casa imperial dos Hohenzollern era o único elemento capaz de conferir substância a um Estado alemão (GUIBERNAU, 2003). Mais amplamente, Treitschke acreditava que a nação e o Estado deveriam coincidir e que o indivíduo deveria estar disposto a qualquer sacrifício em nome da nação. A sua reafirmação das ideias de Fichte<sup>42</sup> partiam da perspectiva de que a tradição e os costumes conferem as características básicas da nacionalidade, e que a mesma aspira um Estado. “Treitschke pregava a supremacia do Estado, cujo instrumento de política era a guerra e cujo direito de fazer a guerra, pela honra e interesse da nação, não podia ser contestado” (TUCHMAN, 1990, p. 350).

O seu pensamento vem a dar respaldo à condução política do país, cujo *Kaiser* faria descansar sobre a figura do seu chanceler uma autoridade cujo limite somente seria dado pelo próprio. Acontece que, na prática, o chanceler agia com plena autonomia, pois a conquista

---

<sup>42</sup> A obra de Johann Gottlieb Fichte foi influenciada pela invasão napoleônica, da qual foi testemunha. Sua filosofia parte do princípio de que as decisões não se relacionam à liberdade de um indivíduo que elege valores, mas da nação, e os valores dela são únicos e não compartilháveis. Daí o fato de ser visto por alguns como o pai do romantismo (BERLIN 1999; SANTOS NETO, 2005). Branco (2002) diz que ele não chegara a romper completamente com os valores universais, pois Fichte acreditaria que a língua alemã, a única ainda original, seria também a única em condições de transmitir alguns conceitos universais abordados pela filosofia, como liberdade e humanidade. Por essa razão, o considera o precursor do pan-germanismo. Guy Hermet afirma que através da concepção de Fichte “surge o argumento que servirá mais tarde para justificar o alargamento do seu espaço vital – Lebensraum – pelos povos mais dotados pela natureza” (1996, p. 120). Para maior aprofundamento no pensamento de Fichte, ver: VILLACANAS, 1991.

O pensamento de Fichte acaba degenerando numa necessária submissão do indivíduo à nação e ao Estado. A postura desenvolvida pela filosofia de Fichte faz Michel Löwy (1993) lembrar que, em realidade, ela representa apenas uma das tendências do romantismo, a que tenderia ao fascismo.

efetiva da nação fora resultado do próprio chanceler, cujos feitos encontraram ressonância na retórica dos intelectuais sobre a nação. Por sua vez, essa retórica ajudou a dar sustentação à autonomia relativa, em nome de novos feitos a serem realizados em prol da nação. Essa prática ajudou a formatar a Alemanha, para que a mesma tivesse mais dificuldade para ser algo além de uma Prússia estendida.

No geral, a visão predominante da história refutava o universalismo e afirmava as virtudes da especificidade da nacionalidade alemã. A singularidade era vista como fator da grandiosidade, o que denota o acento na etnia e na cultura. Por outro lado, o reforço positivo conferido a elas foi empregado para respaldar a ação de Estado.

A nação de Treitschke tinha na guerra algo que, além de natural, era salutar para a oxigenação do sentimento de fidelidade à nação.<sup>43</sup> Integrava o pensamento dele a crença de que uma nação maior deveria submeter uma menor, pois a engrandeceria ainda mais<sup>44</sup> (GUIBERNAU, 2003), algo compatível com o seu antissemitismo e com a defesa do imperialismo que ele fazia.

Implícito no texto, essas características expressavam um desejo de expansão às custas dos mais fracos. Acontece que a extensão das mesmas não foi avaliada pelos articulistas naquele momento. Seria preciso as notícias sobre a invasão da Bélgica correrem o mundo para o conteúdo implícito nessas palavras serem retomadas com intensidade.

Por fim, o artigo aborda as vantagens econômicas a serem obtidas pelo país, no caso de haver territórios colonizados por alemães. Tudo isso, levando em consideração os fundamentos daquilo que seria uma estratégia geopolítica e nacionalista com vistas a tornar a Alemanha a grande potência mundial.

[...]. A utilidade que as colônias podem ter para a Alemanha é de origem puramente econômica. As colônias devem fornecer à metrópole os produtos alimentares e as matérias primas de que a indústria tem necessidade; devem comprar da metrópole à medida que forem prosperando, os produtos da indústria alemã e os objetos manufaturados. Neste capítulo, tem a Alemanha direito a conceber vastas

---

<sup>43</sup> A expressão utilizada para manifestar o pensamento do autor, naquilo que refere ao dito sentimento de fidelidade, é patriotismo. Contudo, esse termo se enquadra dentro do debate existente, já no século XIX, sobre o que seria o bom e o mau nacionalismo. O patriotismo seria um exemplo de bom nacionalismo, nas palavras de Mazzini, o de bem-estar da coletividade, assim, o termo desfrutava de uma conotação positiva na Europa (DAVIS, 1979). No caso, estaria mais para figura de retórica.

<sup>44</sup> Não se trata de criar uma nação universal, que o autor, em realidade, desprezava, mas de fortalecer os predicados da nação, que não é uma entidade eterna, como ele mesmo pondera. Assim, na opinião de Treitschke, a tentativa imperial de Napoleão foi uma aberração, por tentar reduzir, a partir de uma ideia de “soberania universal, toda a riqueza cultural europeia” (GUIBERNAU, 2003, p. 20).

esperanças, porque se vê agora forçada a importar em enorme proporções e teria todo o interesse em só importar os produtos de suas colônias (O DIÁRIO, 11 de julho de 1914, capa).

Apesar de não comentado, o trecho anterior concernia a toda a questão alemã existente no Rio Grande do Sul. A especulação e o factual estavam diretamente relacionados com o trecho final dessa matéria. Senão vejamos.

Naquilo que tangia ao Brasil, é importante tomar em consideração que a participação alemã na economia do país, naquela época, deve ser observada no seu complexo de relações mundiais, cuja intensidade cresceu a partir do reinado de Guilherme II. Externamente, foi, em parte, um reflexo do desgaste ao qual a Grã-Bretanha estava submetida com o crescimento da concorrência durante a segunda fase da Revolução Industrial, e em parte, reflexo da capacidade alemã de repensar a economia capitalista durante a crise do final do século XIX (SENNETT, 2006).

Durante o período de Bismarck, a Alemanha reconheceu uma maior ascendência norteamericana sobre o conjunto do continente americano. Em realidade, o próprio não via com bons olhos a emigração de alemães (CUNHA, 2000). Com a entrada de Caprivi, na chancelaria alemã, em substituição a Bismarck, houve uma mudança no enfoque. Buscar-se-ia evitar entrar em choque com os Estados Unidos, mas visando a uma maior aproximação em relação aos emigrados da América do Sul, estreitando os laços culturais e econômicos. Na América do Norte, os emigrantes estariam se deixando absorver pela ascendência cultural britânica (CUNHA, 2000). A mesma tendência foi observada por Karen Lisboa (2008), quando ela menciona que economistas alemães perceberam que a segunda geração de descendentes de imigrantes, nos Estados Unidos, se amoldavam à cultura local, enquanto na América Latina, especialmente no Brasil, eles preservavam a cultura original. Tendo por referência tais observações, que permitiram uma nova perspectiva de futuro, os laços culturais primordiais vieram a fornecer os argumentos para a expansão de novos mercados pela Alemanha, principalmente na América do Sul.

Tendo havido a manifestação de interesse por parte do império alemão, em relação a seus patrícios transoceânicos, vieram representantes para o Brasil, imbuídos da esperança de estreitar os laços de afinidade. Até houve na Alemanha quem desejasse um domínio formal, ou a criação de colônias oficiais, em locais onde predominava a presença da imigração germânica, mas, até onde se têm informações, ideias nesse sentido não possuíam maior ressonância junto ao governo, a ponto de uma ofensiva alemã sobre o Brasil poder realmente



ser encarada como risco concreto (GERTZ, 1991). Interessava, em essência, obter maior clientela nessas regiões.

Isabel Arendt (2005a) mostra as relações entre uma dessas organizações alemãs – a *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermanista) –, dada a arroubos expansionistas, com outras desenvolvidas no Rio Grande do Sul. Tais entidades eram ligadas à educação de famílias de imigrantes e, além da defesa da cultura germânica, militavam a favor do estreitamento de laços comerciais entre imigrantes e a *Heimat* (terra natal). Sem dúvida, isso contribuiu para a ocorrência de desentendimentos interétnicos.

Em realidade, o comércio com a América do Sul significou uma interessante fonte de negócios para a Alemanha. Afinal, até antes da Primeira Guerra Mundial, “os países sul-americanos eram os maiores consumidores do comércio alemão” (FUNKE, 1923, p. 75). Mesmo que, durante décadas, Bismarck houvesse pensado que nenhuma possível influência valesse arriscar as boas relações da Alemanha com os norte-americanos (MAGALHÃES, 1998).

Mantendo o tato nas pretensões sobre o Brasil, a Alemanha obteve lucros, principalmente através do comércio de material bélico com o governo brasileiro. Negócios de grande envergadura, que envolviam concessões governamentais, evidenciaram a confiança de um país no outro (além da possibilidade de grandes cifras), bem como, despertaram inveja nas potências rivais (BANDEIRA, 2003).

A presença alemã na economia brasileira não possuía a mesma abrangência da britânica, mas era importante. Os alemães injetaram capital no país em áreas que iam do setor de seguros, passando pela agricultura e pelo comércio, chegando à indústria, justamente no período de transição dos séculos (CARONE, 1970).

Tamanha importância pode ser igualmente observada no estado do Rio Grande do Sul. Até a primeira metade do século XIX, nesse estado destacara-se o poderio dos pecuaristas. Além de terem no charque um produto responsável pela existência de grandes fortunas, eram esses os senhores que pautavam as importações. No período, as importações não tinham um montante muito elevado em proporção com a população, mas eram principalmente oriundas da Inglaterra. Ela “fornecia 1/3 das nossas compras, vindo pela ordem, logo após, cidades Hanseáticas, Estados Unidos, Repúblicas do Prata, Portugal, Espanha, França, Itália, Suécia, Noruega, Bélgica, além de outros países com pequenas proporções” (SILVA, 1979, p. 71).

Posteriormente, com o estabelecimento da república, a Inglaterra deixou de ser o principal exportador para o estado, sendo substituída pela Alemanha. Para isso contribuiu o estabelecimento de linhas de navegação a vapor entre os dois pontos. Até o estabelecimento de um canal de comunicação direto do sul do Brasil com a Europa, os comerciantes ficavam à mercê do Rio de Janeiro, onde se encontravam as linhas de transporte. No quartel final do século XIX, estava à disposição o *Norddeutscher Lloyd*, empresa de navegação da cidade de Bremen, bem como a *Hamburg Südamerikanische Dampfschiffahrtsgesellschaft*, da cidade de mesmo nome; ambas eram alemãs. A partir da década de 1880, o número de navios provenientes de Hamburgo já superava os de Liverpool (ROCHE, 1969).

Em Porto Alegre, tal alteração foi bem visível. Para uma percepção mais clara dos eventos em curso, basta ver que durante a passagem da década de 1880 para a seguinte o número de estabelecimentos comerciais que possuíam nome alemão praticamente havia dobrado na cidade, chegando a quarenta e uma casas. As de origem inglesa, francesa e italiana, no mesmo período, juntas, chegavam apenas a quatro. Em 1914, o número de casas germânicas já era de noventa e seis, contra poucas treze, somando juntas as de origem inglesa, francesa e italiana (ROCHE, 1969).

Para tantos estabelecimentos que surgiram dentro de uma economia dinâmica, fez-se importante o estreitamento dos laços com alguém que fornecesse a tecnologia. Nesse sentido deve ser dado o destaque às relações estabelecidas no interior do estado com a Alemanha. Um exemplo elucidativo foi o da firma *Bromberg*. Fundada em Hamburgo, a firma foi adquirida por Martin Bromberg (filho de um banqueiro de Hamburgo), em 1887, juntamente com todos os interesses da firma relacionados ao Brasil. Maquinaria alemã era enviada para o Brasil e chegava a várias partes do Rio Grande do Sul, pelo fato da mesma trabalhar em conjunto com uma rede de lojas, como a *O Cilindro*, que possuía filiais pelo Estado, estimulando o desenvolvimento das relações entre o sul do Brasil e a Alemanha (ROCHE, 1969). Era impressionante a versatilidade com que os negócios eram conduzidos. Como atesta Sandra Pesavento, a *Bromberg* tinha participação em fábricas de tijolos, na fábrica de chapéus de Oscar Teichman, além da participação na “poderosa União de Ferros, que associava Bromberg a Dauth e a Alberto Bins, na importação de ferro bruto, aço, cobre, bronze, ferramentas e material de construção” (2004, p. 201).

Um suíço chamado Theodore Grimm, no começo da década de 1880, confirmava que a cidade tinha “relações comerciais transatlânticas com os centros de comércio mais importantes

da Europa; [...] mantidas, quase exclusivamente por casas comerciais alemãs” (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 24). O alemão Moritz Schanz, passando por Porto Alegre em 1890, mostrou-se, além de desconfiado em virtude do caráter violento dos negros, impressionado com a prodigalidade com que se falava o idioma alemão. Ainda mais por observar que boa parte destes negros dominava-o para suas atividades profissionais. Além disso, o mesmo se rejubilava ao falar do poderio de seus concidadãos, pois observava que “quase todo o comércio atacadista e de ferramentas são alemães, também são alemãs as doze fábricas de cerveja e a não pouco expressiva indústria de móveis [...]; em todas as ruas ouve-se falar alemão” (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 18).

Ocorreu, rapidamente, um estreitamento de laços, pois, como já referido, o governo alemão, no final do século XIX, buscou estimular o comércio entre as empresas de seu país com as regiões para onde haviam migrado populações germânicas (MAURO, 1976). A Alemanha era a segunda maior importadora de produtos do Brasil, somente atrás dos Estados Unidos. No ano de 1913, quase 25% das exportações do Rio Grande do Sul foram destinadas à Alemanha.<sup>45</sup> Inclusive, quando a guerra foi deflagrada, em 1914, a união das companhias de navegação alemãs estava resolvida a reduzir tarifas de transporte para as mercadorias enviadas com destino a Pelotas e Porto Alegre (O DIÁRIO, 7 de julho de 1914).

Além de tudo isso, havia outros fatores que, indiretamente, afetavam a problemática da convivência dos teutos com os demais brasileiros do Rio Grande do Sul. Para quem estivesse atento, algumas medidas implementadas pelo governo alemão poderiam causar apreensão.

[...]. Os alemães têm os olhos voltados para o sucesso mundial da política e da civilização inglesa; e é por isso que o imperialismo colonial pairando acima das puras questões de interesse, sem desprezar nenhuma delas, e saturando-se de todos os sentimentos e de todas as ideias filosóficas que o patriotismo alemão lhe trouxe, olha, por sobre as fronteiras coloniais, para o domínio moral do mundo.

[...]. A estas ambições gerais de ordem econômica, política e humana, os alemães juntam ambições mais concretas: é na África que eles colocam o seu futuro império colonial. [...] a imprensa alemã trás à discussão a questão da partilha das colônias portuguesas, e a segurança com que Delbrück, o diretor da “Preussische Jahrbücher”, indicava já em 1912 as condições em que a Alemanha poderia aceitar uma aproximação com a Inglaterra. Era necessário, primeiro que tudo, que a Inglaterra a auxiliasse a fabricar um império africano dum só jacto; e esse império, que só podia constituir-se por meio de trocas e concessões interessando a Inglaterra, a França, Portugal e a Bélgica, deveria estender-se do Dahomé até a colônia do Cabo, e do Oceano Indico ao Atlântico.

Não poderíamos dar, ao artigo da “Gazeta de Colônia”, comentário mais instrutivo do que este plano de Delbrück e os projetos análogos que alimentam a imprensa imperialista alemã. Evidentemente como muito bem diz a “Gazeta” não se trata, em

---

<sup>45</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 54, AHRS.

tudo isto, de invadir velhos territórios, e a geografia política da Europa não parece ameaçada, ao menos dum modo direto; mas é pouco verossímil que a expansão colonial com que a Alemanha sonha se faça sem conflitos e sem guerras; e é menos verossímil ainda que o imperialismo colonial alemão, sob a forma mundial que reveste, não invista contra o imperialismo inglês. É por isso que o artigo da “Gazeta de Colônia”, inspirado pelo governo de Berlim e expressão manifesta do pensamento alemão, é tão pouco tranquilizador para a paz da Europa e do mundo (O DIÁRIO, 11 de julho de 1914, capa).

A questão aqui colocada se debruça sobre a problemática do imperialismo na África, política europeia que causou apreensão na América. Sensação de insegurança que cresceu mais em decorrência do problema venezuelano de 1904.<sup>46</sup> Contudo, a inquietude é ainda mais pertinente ao Brasil do que o texto permite concluir à primeira vista.

Como já comentado anteriormente, a política expansionista alemã iniciara ainda na gestão de Bismarck. Apesar das dificuldades de extrair lucros dessas colônias que as justificassem plenamente, a política imperialista, com Guilherme II, assumiu contornos mais ofensivos. Basta ver que o maior acionista da empresa colonialista alemã na África Oriental – a *Deutsche Ost-Africa Gesellschaft* – havia sido o próprio *Kaiser* (WESSELING, 1998).

Com essas vistas, as colônias de imigrantes alemães na América, mesmo com suas óbvias diferenças em relação aos empreendimentos levados a termo na África e na Ásia, ocuparam vital importância. Em 1896, “a revogação do restrito de Heydt<sup>47</sup>, que teria dificultado desde 1859 a emigração de alemães ao Brasil, desperta o interesse de compensar os anos tidos por perdidos” (LISBOA, 2008, p. 96). Meta que era constantemente lembrada pela *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermanista).

O mais interessante vem agora. A lei de naturalização alemã, promulgada em 1913, mencionada anteriormente, fora de autoria do deputado Delbrück citado no artigo, no *Reichstag* (VOGT, 2007). Todavia, sua versão original havia sido elaborada pela organização expansionista (defensora do imperialismo), *Alldeutscher Verband* (KOTHE, 2007). Esse deputado Delbrück foi o mesmo que apresentou um projeto, conhecido pelo seu nome, no qual estipulava que se devia “nacionalizar a economia internacional alemã, isto é, as firmas no estrangeiro [deviam] se associar a pessoas proeminentes do lugar” (CARONE, 1970, p. 139).

---

<sup>46</sup> As esquadras de Inglaterra, Itália e Alemanha conjuntamente atacaram os portos da Venezuela em dezembro de 1902. O ditador Cipriano Castro, denunciando juros extorsivos de dívidas prejudiciais ao país, recusara-se a reconhecê-las junto aos banqueiros europeus. Os bancos de então mobilizaram as forças-tarefas de seus respectivos países. Contando com o consentimento do Departamento de Estado norte-americano para realizar a operação de execução de cobrança, ocorreu o bloqueio aos portos venezuelanos em 1903. Para piorar a desgraça venezuelana, em 1904, o Tribunal de Haia deu razão àqueles que fizeram o bloqueio.

<sup>47</sup> Lei que havia proibido a emigração da Prússia para o Brasil.

Era uma medida precavida, no intuito de resguardar os interesses do país em caso de conflito futuro. Assim, algumas companhias, cujo capital era majoritariamente alemão, procuravam se associar a brasileiros. Trata-se de nomes que, sem dúvida, estavam muito ligados aos interesses brasileiros e, mais especificamente, aos do Rio Grande do Sul.

Algo pode ser evidenciado disso. Fica claro que era possível, aqui no estado, adquirir certo nível de conhecimento a respeito dos assuntos europeus. Pela descrição, é possível perceber que se tratava de informações bastante atualizadas. Por outro lado, há um tanto de exagero nas informações. Quando se tomam as ideias de um indivíduo, como no raciocínio desenvolvido sobre a África. Generalizam-nas como sendo compartilhadas pelos líderes do Estado. Não seria absurdo supor que algum estudioso alemão chegasse à conclusão, a respeito dos inegáveis méritos de deter um território que se estendesse do litoral atlântico da África até o índico, atravessando o continente de oeste a leste. Da mesma maneira, não seria absurdo que estudiosos franceses, ingleses ou norte-americanos viessem a concluir da mesma forma a questão. Contudo, é preciso admitir que houve um exagero no trato do assunto, ao se supor que autoridades (no caso alemãs), acostumadas ao trato de imbróglios que envolviam diferentes interessados, de diferentes soberanias nacionais, pudessem se dispor a compactuar com uma iniciativa tão pouco hábil. Qualquer potência teria o maior interesse, e é bem possível que todas tivessem, de deter vasta área bem distribuída.

Impressões nesse sentido oxigenavam o “perigo alemão” (GERTZ, 1991; VOGT, 2007). Um perigo que não era injustificável, dadas as informações existentes, mas improvável. Embora o dito enquistamento étnico, propalado ao longo da imigração, tivesse responsáveis entre os agentes do Estado brasileiro, ao deixar desassistidas as populações imigrantes, realmente, esse mesmo fato favoreceu o reforço da identidade coletiva, o que contribuiu para o sentimento de ameaça naqueles que se encontravam de fora do grupo. Some-se a isso as iniciativas de nacionalização dos capitais e de reforço na imigração, além da diplomacia carente de estratégias, tudo isso por parte da Alemanha, e é possível compreender a existência do temor.

Um outro exemplo de imagem perturbadora, evocada pela Alemanha, pode ser observado em um artigo publicado em *A Federação*. Trata-se de um tema extremamente interessante. Ele evidencia a importância que se conferia às forças armadas na Alemanha, quando comparada ao restante da sociedade.

O artigo trata dos matrimônios da oficialidade alemã e a influência prussiana na organização deles, e se chama “O Casamento dos Militares na Alemanha”. Em essência, o texto busca deixar claro que os militares do país precisavam estar totalmente focados nos assuntos profissionais que lhes competiam e deveriam, portanto, casar-se com mulheres que possuíssem fortunas familiares, para assim não terem de se distrair com questões mundanas. Isso significava que a proposta de casamento seria avaliada pelos camaradas de armas, vindos do Gabinete Militar do Imperador. A justificativa seria que “naquele ato da burocracia militar [estava] delineado mais de um traço característico da fisionomia social da Alemanha contemporânea” (A FEDERAÇÃO, 2 de julho de 1914, p. 3). O traço mencionado se deveria ao especial papel desempenhado na sociedade pela “chamada aristocracia prussiana e [pela] nobreza alemã em geral” (A FEDERAÇÃO, 2 de julho de 1914, p. 3).

Realmente, fica patente a noção de que o primor pelas forças armadas e, particularmente, pelo exército, possuía uma dimensão toda especial na constituição da identidade nacional alemã. Identificada, como o texto diz, com o momento histórico experimentado por aquele país. Como resultado, essa pagara tributo à conservadora e legitimista cultura de corte prussiana (ELIAS, 1997; HERMET, 1996).<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> A nação cultural, tipificada pelo caso alemão em análise, se encontrava perpassada por uma visão que consagrara o exército, depois de 1870, como a salvaguarda da nação. Os seus sucessos militares, ao mesmo tempo em que resgatavam uma aspiração que um dia havia sido o da burguesia, jogavam contra a face desta a fragilidade e a incompetência para concretizar sozinha o seu objetivo. Sobre a burguesia alemã e o seu projeto derrotado de nação em 1848, posteriormente eclipsado pela avaçaladora vitória militar prussiana ver: DROZ, 1985; DRIJARD, 1972; ELIAS, 1994.

Como resultado, parte dessa burguesia passou a pagar tributo à conservadora e legitimista cultura de corte prussiana (ELIAS, 1997; HERMET, 1996). Corte essa que não havia passado pelo mesmo processo de submissão como ocorrera com a francesa (RODRIGUES, 2003). No caso, como exemplo contundente, a própria luta contra a França teve efeito determinante no processo de autoidentificação do povo (BERLIN, 2002), o que colocou aquilo que considera sua cultura em um alto patamar, embora com expectativas distintas, da civilização expressa pelos franceses (ELIAS, 1994).

Retomando o tema, a unificação foi um momento importante por ter provocado o enfraquecimento de um pensamento alternativo, representado pelas aspirações da burguesia que fracassara em conquistar a unidade nacional. Esse pensamento mais rígido tomou consistência a partir da releitura de valores e ideias, como o projeto de reforma militar concebida por Karl von Clausewitz. A ênfase dada após 1871 fugia às características originais e estratégicas do uso político da guerra. Afinal, a reforma de Clausewitz havia sido guiada da forma mais racional possível. Reconhecidamente impressionado pela obra de Napoleão, Clausewitz havia sido um ávido leitor de Montesquieu e Voltaire, e não via o exército como um instrumento de dominação, mas sim da manutenção do equilíbrio de poder (ARON, 1986).

Há um lado irônico, pois não se tratava de um pensamento originalmente alemão. Charles Tilly (1996) adverte que, apesar da luta contra a França revolucionária e napoleônica, isto não foi empecilho para que as monarquias copiassem-lhe o eficiente modelo administrativo surgido ainda na época da revolução.

Portanto, não parece adequada a partição do nacionalismo em categorias herméticas em si mesmas, como no caso, um alemão e outro francês (embora, durante a Primeira Guerra, estes dois modelos distintos fossem bem explícitos). Claro que, a análise do conceito de nação permite observar a predominância de tendências que são tanto excludentes quanto inclusivas. De fato, elas possibilitam a valorização da nação a partir de critérios culturais ou políticos como referenciais, mas parece ser mais razoável observar as nações por um viés que as

Está claro que, antes mesmo da eclosão da guerra, a inclinação das opiniões no Brasil dificilmente penderia para o lado alemão. A paranoia do “perigo alemão” que havia tomado corpo quando da unificação alemã deixara marcas. Mesmo que tivesse arrefecido nas décadas seguintes, as marcas permaneceram. Na opinião de Jorge Nagle (2001), os estrangeiros eram facilmente rotulados de encenqueiros, dadas as tendências políticas que trouxeram da Europa. No Rio Grande do Sul, uma impressão permaneceu sob a forma de desconfiança política<sup>49</sup>, uma vez que a integração plena não ocorrera.

Paralelamente, em virtude da falta de professores, a educação, normalmente, permanecia a cargo das próprias comunidades. A educação no Rio Grande do Sul, de inspiração positivista, apesar de receber uma atenção que não encontrava equivalente no resto do país, carecia de quadros para dar conta da demanda, que incluía o desejo de nacionalização das colônias, mas que também previa liberdade de ensino (CORSETTI, 2005). Durante um tempo, a questão da educação passou despercebida. Acontece que, as comunidades luteranas pensam a educação e a religião como sendo indissociáveis, complementares e a serviço de uma identidade que se renova do encontro das duas (MEYER, 2000). Durante a guerra, a combinação foi vista como um problema, e a combinação de educação e religião passou a ser interpretada como fator de ameaça à integridade territorial.

Em Porto Alegre, o quadro apresentava algumas sutilezas. Historicamente, a intensidade das desavenças variou com as circunstâncias. As ocorrências geralmente estavam vinculadas a momentos específicos de crise. É bem verdade que, financeiramente, os alemães se distinguiram por possuírem melhores condições financeiras (GANS, 2004). Para Frederick Luebke (1987), os indivíduos de origem germânica teriam buscado a integração para melhor prosperar. Isso foi viável, segundo ele, apesar das camadas mais altas prezarem a superioridade da sua cultura de origem, que julgavam superior a do restante da população.

Um reforço à ideia de assimilação, no sentido de que o meio urbano impunha novas demandas, é dado por Sílvio Correa, ao afirmar que “a aspiração daquele que pretende ser integrado ao ‘viver em cidade’ o leva a abandonar certos hábitos rurais ou aquilo que é considerado de forma pejorativa como ‘coisa de colono’” (2001, p. 128). Essa maior

---

analisa como sendo resultadas de duas tendências que ora se repelem e ora se atraem, complementando-se em medidas que derivam do contexto no qual se encontram. Por isso, a predominância do caráter contraditório das ideologias da nação.

<sup>49</sup> A população etnicamente alemã se encontrava dividida em três distritos eleitorais distintos (LUEBKE, 1987). Era uma maneira do governo se precaver contra possíveis surpresas.

predisposição à inserção, possivelmente, tenha atenuado o conflito dela em relação aos demais.

No entanto, a guerra trouxe consigo demandas que afetaram o conjunto da sociedade. Gradativamente, à medida que se impunham como necessidade, elas deixaram expostos os limites existentes para atendê-las. Significa que, a crise que se seguiu (de arrecadação, inflacionária, de abastecimento interno, entre outros elementos) inviabilizou a continuidade do processo de assimilação, sendo que algumas práticas germânicas, até então aceitáveis, passaram a ser vistas com renovada desconfiança, até o seu auge, nos dois anos finais da guerra.

## **1.6 CONCLUSÃO PARCIAL**

À primeira vista, foi possível observar que os periódicos porto-alegrenses acompanharam atentamente o desenrolar da crise europeia. Não apenas o desdobramento dos fatos ligados ao assassinato de Francisco Ferdinando, mas também a trajetória de alguns dos países envolvidos. Pode-se perceber uma atenção para com a Alemanha.

A princípio, os periódicos não atribuíram à Alemanha maiores responsabilidades pela crise balcânica. Com relação à questão, foram pequenas as demonstrações de alento, misturadas com previsões eivadas de receio.

Numa análise mais prolongada, o mesmo país também despertara ceticismo. Afinal, a postura adotada pelo país durante o reinado de Guilherme II, em busca de um papel de protagonismo mundial, fora visto como ameaça. A isso, da perspectiva brasileira, contribuíram outros dois fatores, a imigração e o sentido de nação dos povos germânicos.

A tradição intelectual brasileira, preponderantemente de orientação francófila, se alinhava a uma tradição que remontava suas origens ao Iluminismo (HERMET, 1996; OLIVEIRA, 1990). Mesmo quando a negava, no caso do conservadorismo (VINCENT, 1995)



posterior a 1870, a nação ainda era concebida em termos de escolha subjetiva. Em contrapartida, os alemães desenvolveram uma compreensão de nação pautada pela cultura como eixo balizador. Fundada na gradual e constante negação do Iluminismo, o ideal de nação alemã seria uma herança transmitida de geração para geração, objetivamente (BERLIN 1999; BERLIN, 2002). Aos escritores brasileiros, a influência mundial das ciências naturais (GAY, 2001) sobre a literatura e sobre os estudos sociais, nas décadas finais do século XIX (ALONSO, 2002; DÓRIA, 2007; OLIVEIRA, 1990), reforçaram a posição refratária aos povos germânicos, ainda mais em decorrência da imigração.

Os imigrantes germânicos e seus descendentes eram retratados como uma ameaça por alguns dos intelectuais renomados do Brasil, com grande destaque para as obras de Sílvio Romero – paladino do “perigo alemão”. No Rio Grande do Sul, local de grande concentração dessa etnia, predominava uma tolerância marcada por indisfarçáveis “olhares de soslaio” (só por garantia), reforçada, mais contemporaneamente, pelo conflito entre republicanos e federalistas. Apesar disso, as discussões que antecederam a declaração de guerra não foram marcadas por demonstrações violentas de animosidade.

No próximo capítulo ficará mais evidente a maneira pela qual os indivíduos de origem germânica, através da ação de entidades, atuaram destacadamente em prol do esforço de guerra. Será mostrada a pompa e a circunstância da elite econômica que, num primeiro momento, encontrou espaço para atuar convocando a etnia, mediante a realização de recitais e demais espetáculos. Também veremos como as demais comunidades de origem estrangeira se mobilizaram em virtude do início das hostilidades. Outro elemento a ser abordado será a da situação econômica do estado em virtude do contexto de guerra e como a mesma dará início à carestia (que virá a ser duramente criticada mais tarde, na greve geral de 1917, na qual a comunidade germânica empresarial de Porto Alegre foi acusada de oportunista e especuladora).

## **2 O INÍCIO DA PRIMEIRA GUERRA E O EFEITO SOBRE PORTO ALEGRE**

A morte de Francisco Ferdinando definiu o destino da Europa, carregando-a para quase cinco anos de destruição. A impressão que os eventos europeus deixaram em Porto Alegre não permite a constatação de qualquer antipatia em relação aos países envolvidos. Aparentemente, os periódicos deixaram entrever que havia uma responsabilidade geral pelo desgaste diplomático. Neste segundo capítulo, poderemos evidenciar a maneira pela qual a opinião em relação à Alemanha, dentro do conflito, começou a tomar forma, a partir de agosto de 1914, tanto no mundo quanto no Brasil.

Sabidamente, na maioria das vezes, a opinião brasileira sobre os povos germânicos e sobre a Alemanha foi, historicamente, construída de maneira negativa. Na contramão da tendência geral, o exército brasileiro mostrou uma conduta afirmativa, em virtude da disciplina e da organização tática do seu congênere alemão. Uma amostra disso poderá ser vista nas páginas seguintes.

Ao expor as iniciativas infrutíferas, no sentido de manter a paz pela diplomacia, é possível visualizar os erros e acertos cometidos por todos os envolvidos na contenda. Tendo isso em perspectiva, poderemos ver o quanto estavam desencontradas as informações que chegaram até Porto Alegre, muitas vezes equivocadas, e em que medida elas fomentaram dissensões na cidade. Além disso, será visto o impacto causado na economia brasileira, com destaque à gaúcha (cujos laços com a Alemanha eram mais estreitos).

## **2.1 A DEFLAGRAÇÃO DO CONFLITO**

Até a década de 1850, havia anteparos morais que regulavam as atividades externas dos Estados. As monarquias europeias compunham, à exceção da britânica<sup>50</sup>, uma unidade de pensamento pautada pela defesa do princípio dinástico e por uma visão estamental da sociedade, avessa aos princípios de autodeterminação dos povos (KISSINGER, 1999). O problema foi que, depois da Guerra da Crimeia (1854), as relações não foram mais as mesmas, pois as três grandes monarquias (Prússia, Áustria e Rússia) deram vazão aos ímpetus expansionistas, até então contidos, deixando de lado a reciprocidade ideológica que antes as mantinha alinhadas (CERVO, 1997; KENNEDY, 1989; KISSINGER, 1999). A partir de então, a diplomacia passou a ser norteada por critérios que, majoritariamente, visavam a contentar os interesses dos seus próprios Estados, em detrimento dos demais. Uma conduta que persistiu até 1914.

Foi sob tais circunstâncias exasperadoras que alguns espíritos procuraram novas maneiras para aplacar a agressividade dos Estados em nome de um denominador comum. Aí residiu a importância dos encontros de Haia, já que poderia ter sido a oportunidade de reeditar uma teia de reciprocidades. Como não deu certo, em 1914, dificilmente haveria uma maneira de deter a catástrofe que se abateu sobre o continente. Portanto, não foi surpreendente que, quando o secretário das relações exteriores da Grã-Bretanha – Edward Grey – sugeriu que as potências se reunissem para arbitrar o caso austro-sérvio, que se estendia sem solução, a proposta fosse rechaçada (FROMKIN, 2005).

Os passos seguintes, e que provocaram a grande conflagração, estiveram marcados por sucessivos ultimatoss e por mobilizações intimidadoras dos exércitos dos países.<sup>51</sup> Em 28 de julho os austríacos declaravam guerra aos sérvios. No dia 31 do mesmo mês, os alemães davam um ultimato aos russos para que estes se mantivessem afastados das hostilidades. Obviamente, o aviso não deu em nada, e no dia 1º de agosto houve a declaração oficial de guerra da Alemanha a esse país. As mobilizações militares, de ambos os lados, que já haviam

---

<sup>50</sup> Embora a solidez do liberalismo dos ingleses facultasse ao seu império outros valores sociais, Arno Mayer (1987) ainda assim caracterizou a sociedade britânica como exemplo de perpetuação dos valores do Antigo Regime.

<sup>51</sup> Os detalhes de julho de 1914 são pormenorizadamente descritos, mediante o estudo minucioso das fontes diplomáticas, por: FROMKIN, 2005; KEEGAN, 2005; TUCHMAN, 1998.

iniciado antes mesmo da declaração, continuaram. Nesse mesmo dia, o governo alemão entrou em contato com o britânico, afirmando que seria impossível deter a guerra sem o final da mobilização russa, fato que provocou o contato entre o governo britânico e o russo, não antes que o primeiro precavesse os alemães de que a Bélgica<sup>52</sup> deveria permanecer intocável, com a sua neutralidade absolutamente preservada.

Qual a importância da Bélgica? Para compreender o seu papel, é necessário remontar no tempo outra vez. Novamente, na época de Bismarck está a origem da questão.

Bismarck não havia sido um gênio solitário. As vitórias obtidas em 1870 se deveram à parceria que realizara junto com o general Helmuth von Moltke (ARARIPE, 2006). Segundo Keegan (1978), Moltke sempre pensara as guerras dentro da dimensão política em que as mesmas estiveram, o que o fazia crer que as mesmas deveriam ser curtas. Ao que parece, os seus sucessores não teriam tido a mesma lucidez, pois buscaram se preocupar com a “vitória [como] um fim em si” (KEEGAN, 1978, p. 15).<sup>53</sup> O que teria ficado provado quando da escolha do sucessor de Moltke para o posto de chefe do Grande Estado-Maior-Geral, o general Alfred von Schlieffen. Como os alemães sempre manifestaram o temor de se verem obrigados a uma luta em duas frentes contra potências de porte igual ao seu (no caso, França e Rússia)<sup>54</sup>, Schlieffen pensara em um plano que desafogaria o país. Como uma mobilização russa duraria mais, em virtude das maiores distâncias e da menor qualidade nos transportes em relação à França, o general propunha um ataque surpresa e fulminante a esta última, antes que os franceses fossem capazes de terminar a sua mobilização militar, para daí sustentar uma luta mais prolongada contra os russos. Supondo que os franceses conseguissem guarnecer a tempo sua fronteira com a Alemanha, somente haveria uma solução para manter a condição de surpresa: invadir ao norte, através da Bélgica, passando antes pelo Luxemburgo (ARARIPE, 2006; KEEGAN, 2005; TUCHMAN, 1998). Foi pensando nisso que Keegan se referiu à falta de visão do todo, anteriormente mencionado. Após a aposentadoria de Schlieffen, seu plano continuou aceito como a solução dos problemas estratégicos do país.

---

<sup>52</sup> A independência do país ocorrera na década de 1830 com apoio dos ingleses, após a coroação de um rei aliado (da mesma casa dinástica – Saxe-Coburg – do esposo da rainha Vitória), e com a proclamação da neutralidade deste novo Estado, muito importante aos britânicos (da qual os prussianos e, em seguida, os alemães eram iguais signatários), também porque é a distância mais curta entre o continente e o Reino Unido (DUROSELLE, 1976).

<sup>53</sup> Essa perspectiva talvez repercuta, ao menos em parte, a mudança ocorrida na ideia de nação. Moltke havia nascido em 1800, enquanto Schlieffen era trinta e três anos mais jovem do que o primeiro. Este último havia sido parte de uma geração de nobres cujo *ethos* guerreiro, pautado na virtude da força e da lacônica obediência, fora elevado à condição de elemento identitário da nação alemã (ELIAS, 1997).

<sup>54</sup> Para compreender o conjunto de fatores que promoveu a improvável aproximação entre a Rússia absolutista e a França republicana, ver: DÓPCKE, 2001, DUROSELLE, 1976; KENNAN, 1985; KENNEDY, 1989; KISSINGER, 1999; MILZA, 2002.

Um outro fator importante, e que ajudou a condicionar a visão sobre os belgas, foi a imprensa. Os periódicos ingleses e as agências de comunicação da *Entente* (posteriormente conhecidos como os *Aliados*) tiveram um papel primoroso mediante a realização de vivas descrições de crianças atravessadas por baionetas e de mulheres violentadas. Independente dos abusos ocorridos, a intensidade das narrativas correu rapidamente o mundo, chamando a atenção. Seria errôneo superestimar o papel da imprensa a ponto de computar a adesão à guerra, unicamente, por um motivo desses, ignorando questões estruturais que calavam mais fundo. No entanto, ela teve uma função estratégica considerável na medida que ajudou a inviabilizar a relação entre o público de países neutros, como o Brasil, com a Alemanha, cuja imagem ficou marcada pela violência.

A partir da declaração de guerra dos alemães aos russos, os franceses se exasperaram. A mobilização geral foi marcada para o dia 2 de agosto. Nesse mesmo dia, os alemães adentraram o solo luxemburguês e solicitaram, via ultimato, a passagem por solo belga, que lhes foi negada no dia seguinte, provocando a mobilização britânica. Esse foi o mesmo dia em que fora concretizada a aliança alemã com os turcos, também marcado pela declaração de guerra alemã aos franceses. No dia 4 de agosto, Londres exigiu o respeito alemão à neutralidade belga, através de um telegrama que nunca foi respondido. Assim, no primeiro segundo do dia 5 de agosto de 1914 começou a Primeira Guerra Mundial.

Inicialmente marcada por rápidos deslocamentos de tropas, havia um indisfarçável otimismo de que a vitória seria obtida rapidamente. O problema era que todos os países envolvidos pensavam assim. Na verdade, era apenas a primeira parte de uma longa e extenuante desgraça. A velocidade inicial, nada mais foi do que o introito de tudo, uma releve etapa, atualmente conhecida como “guerra de movimento”, que durou de agosto a dezembro desse ano (ARARIPE, 2006).

Obrigatoriamente, a guerra se tornava mundial. Além da lógica utilização do grandioso império britânico no esforço de guerra, os alemães premeditaram a ocorrência de revoltas no interior deste. Para tanto, contavam certamente com o apoio turco e, ingenuamente, também esperavam um novo ataque japonês<sup>55</sup> aos russos, como ocorrera em 1905, o que não ocorreu (FROMKIN, 2005).

---

<sup>55</sup> Na realidade, os japoneses eram alvo do desprezo do *Kaiser*, que via neles uma ameaça ao ocidente (TUCHMAN, 1992). Eles declarariam guerra à Alemanha no mês seguinte.

Logo no início de agosto, os britânicos realizaram patrulhas e bloqueios eficientes no Mar do Norte. Nesse movimento impositivo, a marinha britânica cortou os cabos submarinos que comunicavam a Alemanha com a América, impedindo esse país de estabelecer contato com o continente que poderia ser diferencial no esforço de guerra (MATTELART, 2000). Em pouco tempo, a capacidade alemã para uma guerra prolongada ficou em risco. O sonho de grandeza mundial do *Kaiser*, principal estimulador do crescimento naval do seu país parecia estar se tornando um problema, pois foi fundamental para trazer os britânicos à guerra (HOBSBAWM, 1988), temerosos da rivalidade ao seu poderio, ao passo que a marinha concorria com os fundos que poderiam ser investidos no exército, enfraquecendo-o (TUCHMAN, 1998).

Os destaques do primeiro ano de combates foram dois. A “batalha das fronteiras” foi a ilusão francesa de retomar a Alsácia-Lorena, pois, após um sucesso inicial, as tropas francesas foram repelidas de volta para o seu lado da fronteira. Em segundo lugar, há de se lembrar da pequena Bélgica, pois fora terrível para a imagem alemã no mundo. A fama de cruel obtida pelo exército alemão se confundiu com a própria resistência belga ao avassalador ataque do inimigo. O alto-comando alemão esperava atravessar o país-baixo em apenas quarenta e oito horas (KEEGAN, 2005). Foi desse contexto que nasceu a heroica fama do rei Alberto I da Bélgica, justamente por assumir, diante da dificuldade, o comando do exército. Os eventos ligados a esse cenário foram largamente anunciados pela mídia mundial. Principalmente, foi famosa a tomada da cidade de Liège, devido à violência usada pelos alemães para debelar a resistência civil (TUCHMAN, 1998).

Sobre esse aspecto é fundamental comentar a extrema relevância alcançada pela propaganda. No caso belga, foi fundamental para todos os anos de conflito que se seguiram.

Durante a Grande Guerra surgiu a propaganda sistematizada, à qual a conduta dos alemães na Bélgica forneceu excelente base. [...].

[...]. A propaganda na Grande Guerra foi administrada com rara competência pelos Aliados e combatida com rara inépcia pelos alemães (ARARIPE, 2006, p. 333).

Igualmente singular no primeiro ano da guerra, embora ocorrida posterior, foi a batalha do Marne. Por muito pouco, o esforço do exército alemão não o levava para dentro de Paris. O trabalho conjunto, de ingleses e de franceses, em setembro de 1914, conseguiu provocar, com muito custo, o recuo alemão, em um esforço monumental que valeu a permanência da França no conflito, tendo sido necessário até a requisição de todos os táxis de Paris para garantir o envio dos soldados à frente de combate (KEEGAN, 2005; TUCHMAN, 1998; YOUNG,

1974). Ao mesmo tempo em que era considerada um milagre pelos franceses, a batalha do Marne também foi a que pôs fim à possibilidade daquela ser uma guerra curta.

Apesar do contratempo que elevou a autoestima francesa, as forças armadas alemães ainda eram as melhor municiadas, treinadas e disciplinadas. Os russos sofreram derrotas irreparáveis nos Lagos Masurianos e em Tannenberg (ARARIPE, 2006, ERICKSON, 1974; KEEGAN, 2005; TUCHMAN, 1998). Nos mares, apesar do *savoir-faire* britânico, reinava certo equilíbrio. Inicialmente, embora houvesse grande confiança por parte dos britânicos, os alemães foram capazes de algumas surpresas, tornando os conflitos menos óbvios do que o inicialmente suposto, sendo que, ainda no final do ano, podia-se contar vitórias navais para ambos os lados (PITT, 1974a). Afinal, os submarinos alemães provaram ser um pesadelo para o almirantado britânico (TUCHMAN, 1998).

A guerra trouxe consigo uma série de preocupações para o Brasil, iniciando pela diplomática, até chegar ao econômico, passando também pelo intelectual. Diferentes pontos de vista entraram em confronto, sendo que, aos poucos, a gravidade da contenda elevou a rispidez dos debatedores. Apesar da neutralidade oficial declarada pelo Brasil e defendida, incondicionalmente, pelo Ministro Lauro Müller<sup>56</sup>, das Relações Exteriores, houve pressão para que o Brasil tomasse uma posição na conflagração. Apesar de ter havido uma maior excitação nos primeiros meses, em nenhum momento, dos quase cinco anos de conflito, as opiniões deixaram de ser dadas e as notícias deixaram de ser detalhadamente narradas, mesmo quando fatos posteriores provavam que os primeiros comentários estavam equivocados. As notícias não cessaram jamais. Uma onda de informação e de contrainformação atravessou o país.

Todos os fatos anteriormente mencionados, sobre as escaramuças nos campos de batalha europeus, bem como outros tantos, foram narrados em abundância através das páginas dos periódicos porto-alegrenses. Continuamente, chegavam novos informes, rapidamente afixados nos prédios dos jornais. Havia uma ânsia por respostas, supridas de diferentes maneiras. Alguns dos detalhes serão comentados, a seguir, nas próximas páginas.

---

<sup>56</sup> Lauro Müller era Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Nascido e criado em Santa Catarina, ele era de família de origem germânica. Sua formação foi militar, tendo sido discípulo de Benjamin Constant durante a educação que tivera no Rio de Janeiro, portanto, era um republicano convicto. Posteriormente, renunciou à farda. Foi deputado constituinte pelo seu estado natal. Mais tarde, como senador recebeu as pastas dos Ministérios da Indústria, Viação e Obras Públicas, durante o governo Rodrigues Alves. Após a morte de Rio Branco, durante o governo Hermes da Fonseca, foi elevado à condição de chanceler brasileiro (KONDER, 1982).

## **2.2 O INÍCIO DA CONTENDA MUNDIAL E A REPERCUSSÃO NO BRASIL**

Em 1914, vivia-se uma sucessão presidencial no Brasil. Quando do início dos combates, chegava ao seu final o governo Hermes da Fonseca. Sucedia-lhe na presidência o recém eleito Venceslau Brás.

Naquilo que tange às relações do Brasil com os principais envolvidos na conflagração, podia-se dizer que eram cordiais. Entre esses países, a Alemanha, ainda por cima, era uma das melhores clientes do país, juntamente com a Inglaterra e com a França (BUENO, 2003).

A exemplo da diplomacia oficial do Estado, alguns intelectuais defenderam a manutenção das relações cordiais. Com essa conduta neutralista naquilo que concernia à conflagração mundial, Alberto Torres e Oliveira Lima viam com apreensão o alinhamento automático da maioria da intelectualidade brasileira aos países *Aliados*. Para ambos, a Grã-Bretanha e a França não seriam necessariamente melhores do que a Alemanha (VINHOSA, 1990).

O problema havia sido com relação às circunstâncias da entrada alemã na guerra. A orientação política liberal preponderante no Brasil, de vertente inglesa e francesa, aflorava, inclusive em declarações de homens públicos, algo pouco compatível com o objetivo de neutralidade. Francisco Vinhosa afirma que:

A invasão da Bélgica, [...] pelos alemães, fez com que se fortalecesse o sentimento pró-aliado no Brasil. No dia 8 de agosto de 1914, por exemplo, a Câmara de Deputados aprovou [...] uma moção [...] pela qual o Brasil colocava-se contrário à violação de tratados e à desconsideração das leis internacionais (1990, p. 24).

O mesmo autor via a predominância de uma mentalidade colonizada no Brasil, manifesta quando o Congresso Agrícola de São Paulo votou favoravelmente pelo envio de café, gratuitamente, aos hospitais de Paris. A maioria da intelectualidade se posicionava a



favor dos *Aliados*, vendo uma queda de braço entre a democracia e o despotismo (VINHOSA, 1990, p 37).

Alberto Torres desejava um conflito prolongado sem vitoriosos. O desgaste, a ser terminado em empate, segundo ele, deveria enfraquecer os países, juntamente com as suas tendências imperialistas. Contudo, sua posição era uma exceção à regra. Aqueles que manifestavam clara simpatia pela Alemanha eram em número ainda menor e a preferência destes derivava da simpatia pela eficiência e diligência do alemão. Apreço manifesto em tempos ainda passados, localizado mais precisamente nas fileiras do exército.

### **2.3 O EXÉRCITO BRASILEIRO E O RESPEITO PELA ALEMANHA**

Desde as vésperas da proclamação da república era auspiciosa a relação do Brasil com a Alemanha, em virtude dos investimentos feitos por esta e pelo desejo de estabelecer tratados conosco (MALATIAN, 2001). Nesse âmbito, foi de fundamental importância a ação do Barão do Rio Branco.<sup>57</sup> Entre as suas características, encontrava-se o apressamento pela imigração europeia, que para ele era um sinal de progresso (BUENO, 2003). De acordo com o barão, a imigração seria um dos elementos que contribuiria positivamente para a imagem brasileira no exterior. Ainda mais importante, segundo ele, seria realizar todo o esforço necessário para obter um nível adequado de ordem interna, que desse garantia de liberdade ao país ante a ameaça de intervenção estrangeira.

Conhecendo bem a diplomacia das grandes potências, o barão acreditava que, indistintamente, qualquer uma delas poderia ser uma ameaça à América Latina em um futuro próximo, porque, depois da África e da Ásia, julgava que o nosso destino poderia ser

---

<sup>57</sup> Ministro das Relações Exteriores (1902-1912). De acordo com Álvaro Lins (1965), a partir da década de 1870, o Barão percebeu que a paz mundial resultava do equilíbrio de poder militar naval e terrestre da Inglaterra e da Alemanha. Além disso, fora um homem atinado às tendências diplomáticas do período, que pareciam considerar o poderio militar como critério de projeção internacional e, assim como a Alemanha de Guilherme II, ele revelou uma preocupação com o poderio que a marinha deveria desempenhar (HAYES, 1991).

semelhante. Portanto, ele acreditava que o desenvolvimento das forças armadas nacionais era essencial a um maior prestígio brasileiro. Até por isso, a sua diplomacia foi conduzida de maneira enfática, em alguns momentos até agressiva (MCCAN, 2007).

Mesmo não gostando do imperialismo, Rio Branco sabia que essa prática fazia parte do arsenal disponível à política externa das potências e, sendo parte das regras do jogo, ele a usou. Afinal, o Brasil deveria destoar do comportamento vulgar que, para o barão, era típico das repúblicas latino-americanas (sempre envolvidas em golpes de Estado), mediante o estabelecimento de regras de convivência claras com os vizinhos e, sendo preciso, através de medidas firmes e concisas, no intuito de debelar querelas da maneira mais rápida possível (BUENO, 2003).

Compreendendo a extensão do pensamento de Rio Branco, o Ministro da Guerra entre os anos de 1902 e 1906 – o general Francisco de Paula Argolo – percebeu que o mais exitoso argumento em relações diplomáticas, lamentavelmente, encontrava seu limite no uso da força militar, e que, portanto, o sucesso de qualquer empreendimento, no final das contas, dependeria da disposição das grandes potências. Via, por conseguinte, a necessidade premente de reforma militar, que passaria obrigatoriamente pela qualificação dos quadros para a remodelagem das forças armadas. A essa época, a reforma do exército turco, mediante a cooperação com os alemães, tornara-se uma grande referência. Ele tomou, como exemplo importante a ser observado, o desenvolvimento militar da Alemanha. Em um esboço de reforma, no ano de 1906, “o ministério da Guerra mandou seis oficiais de baixa patente servir arregimentados no Exército imperial alemão por dois anos como treinamento, iniciando assim uma prática que teria repercussões” (MCCAN, 2007, p. 137).

No entanto, a proximidade maior entre ambos países se desenrolou durante a ascensão do marechal Hermes da Fonseca ao Ministério da Guerra (MCCAN, 2007; VINHOSA, 1990), em substituição ao general Argolo. O barão do Rio Branco conseguiu fazer com que o *Kaiser* Guilherme II convidasse, em 1908, o novo ministro para assistir às manobras do exército alemão, mediante honrarias compatíveis às de um chefe de Estado, o que renderia negociações para uma missão militar com vias à reorganização do exército (MCCAN, 2007).

Em 1909, um segundo grupo de seis oficiais foi servir por dois anos em regimentos alemães [...]. Em 1910, quando embarcou o terceiro grupo, com 24 oficiais, os alemães já haviam selecionado os membros da missão para ir ao Brasil, e sabiam

que poderiam trabalhar com um dedicado núcleo de oficiais treinados na Alemanha (MCCAN, 2007, p. 145).<sup>58</sup>

Afora esse fator, em se tratando de material bélico, nenhum país possuía maior respeitabilidade que a Alemanha.<sup>59</sup> A relevância desse fato certamente teve influência sobre o pensamento dos responsáveis pelo governo brasileiro naquilo que tangesse à modernização das forças armadas. Quando, em 1904, o Congresso aprovou a reorganização da esquadra, os estaleiros contemplados para a encomenda brasileira foram os da inglesa *Vickers* – que resultou nas modernas embarcações São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, porque a Inglaterra era a senhora dos mares. A blindagem dos mesmos, todavia, ficou a cargo da alemã *Krupp*. Obra no valor de dois milhões de libras (BANDEIRA, 2003). Em se tratando dos demais equipamentos militares, todos foram encomendados na Alemanha.<sup>60</sup>

No entanto, como já mencionado, a admiração pela Alemanha estava restrita a alguns círculos bastante específicos, cuja expansão não foi favorecida pela entrada da Alemanha na guerra. Sobre ela, deve ser citado o deputado Dunshee de Abranches, que proferiu um discurso em defesa da Alemanha, ao explicar as causas do conflito (VINHOSA, 1990), mas sempre defendendo a posição de neutralidade do Brasil. Posteriormente, em 1917, o parlamentar viria a escrever um libelo para alertar o Brasil, quanto ao ingênuo comportamento “aliadófilo” na guerra, chamado *A Ilusão Brasileira*.

Como era grande a influência cultural francesa no Brasil, e como também fora grande a manobra diplomática francesa, resultou que a missão alemã nunca saísse do papel. Houve um grande *lobby* pró-francês vindo do estado de São Paulo que, no começo do século, havia contratado uma missão militar francesa para treinar a sua polícia estadual. Por influência paulista, Hermes acabou cativado na viagem feita à França, após convite que lhe fora feito para observar o exército daquele país, com uma série de elogios à sua pessoa, que o levaram a proclamar que o “caráter do povo brasileiro e do soldado brasileiro assemelhavam-se mais ao do povo francês e do soldado francês do que ao de qualquer povo e qualquer outro soldado” (MCCAN, 2007, p. 147).

---

<sup>58</sup> Já no Brasil, os oficiais brasileiros foram os responsáveis pela criação da revista *A Defesa Nacional* em 1913, inspirada na congênere alemã *Militaer Wochenblatt* (RODRIGUES, 2008).

<sup>59</sup> Exceção feita à construção naval inglesa que, mesmo com a intensa competição alemã, voltada para a construção da potência naval do país e atendendo o apelo marítimo do *Kaiser* nesse sentido, ainda era o referencial a ser seguido. Hegemonia confirmada no começo do século XX, quando do lançamento dos seus revolucionários *dreadnoughts* (MASSIE, 1992).

<sup>60</sup> Era uma grande quantidade, resultado de um plano de modernização. Incluía 50 mil fuzis e 10 mil carabinas, entre outros petrechos (BANDEIRA, 2003, p. 99).

Para pavimentar o sucesso francês, o senador e empresário do setor jornalístico Antônio Azeredo entrou em ação. Ele possuía laços partidários e clientelísticos com políticos paulistas e oficiais franceses, mediante os jornais *O Malho*, *A Tribuna*, *O País* e *O Jornal do Comércio* fez uma intensa campanha anti-alemã, que ajudou a demover o governo da intenção de trazer oficiais alemães (MCCAN, 2007).

Essa mesma imprensa apoiou com veemência a venda de um grande carregamento de armas que o governo brasileiro fizera junto à Alemanha antes da guerra. O problema era que o candidato mais entusiasmado para adquirir o material bélico era a Inglaterra, o que significaria uma clara violação à condição de neutralidade. Tendo o Brasil resistido à tentação do negócio, e à ação feroz da mídia, o governo de Sua Majestade começou a pressionar o Brasil mediante a cobrança, sem margem para negociação, dos títulos de dívidas que estavam nas mãos dos banqueiros *Rotschild*. Apesar da dificuldade para honrar o pagamento, o governo conseguiu e não necessitou vender as armas (VINHOSA, 1990), apesar disso os ingleses continuaram pressionando através de outros subterfúgios (como veremos no capítulo 3).

Por certo, a jovem oficialidade brasileira mantivera sua crença na superioridade alemã. Continuaram a professar sua crença na necessidade de uma cooperação germano-brasileira para reconstrução do exército nacional, sob uma aparência de profissionalismo. Apesar da revista *A Defesa Nacional* ter publicado, ainda nos primeiros anos da guerra, artigos em defesa da Alemanha, pois desprezava a imprensa aliadófila (VINHOSA, 1990), as relações de afinidade haviam chegado ao seu limite e daí não prosseguiram para diante.

## 2.4 ALGUNS DADOS DESABONADORES SOBRE OS “ALEMÃES” DE PORTO ALEGRE

Segundo nos conta Vivaldo Coaracy<sup>61</sup> (1962) em suas memórias, as comunidades germânicas como um todo, compostas pelos alemães de nascença e pelos teuto-brasileiros, eram vistas como arrogantes pelo restante da população da cidade. O autor conviveu com muitos de seus membros, e chegou a apreciar o contato que tivera com vários deles (no seu meio profissional eram, comumente, técnicos e engenheiros a lecionar na Faculdade de Engenharia), mas, apesar de ter reconhecido a prosperidade material obtida pelos imigrantes e seus descendentes como feito invejável (que até despertaria a má vontade das pessoas para com eles), também os via como soberbos, ciosos de uma superioridade cultural. Não obstante, sem querer refutar as críticas feitas contra eles, talvez o processo possa ter ocorrido pela via inversa. Essa inveja pode ter sido o fator que conferiu a eles a legitimidade social para que se tornassem arrogantes.

Ainda de acordo com Coaracy, os “alemães” (indistintamente colocados, os estrangeiros de fato e os descendentes) individualmente, seriam pessoas afáveis e altamente solícitas, despojados de qualquer sinal de arrogância. Outro distintivo do comportamento germânico seria a criação dos filhos de casamentos mistos. Curiosamente, ele revela que as crianças desses casamentos eram criadas segundo padrões que seriam qualificados como totalmente brasileiros. No entanto, o fato de serem desdenhados, pejorativamente apelidados de “lambotes” (COARACY, 1962, p. 64), e a “timidez e a desconfiança”, atributos que teriam “refreado a aproximação” (COARACY, 1962, p. 74), teriam acentuado o isolamento das comunidades, o que, provavelmente, favoreceu o fracionamento da cidade em função do caráter étnico. Isso, além do fato de “referirem-se aos brasileiros genuínos<sup>62</sup> chamando-os de *Affen* (macacos)” (COARACY, 1962, p. 64), que acentuaria a má vontade e o despeito em relação a eles.

---

<sup>61</sup> Ele habitou na cidade entre 1905 e 1919. Além de ter lecionado na Faculdade de Engenharia de Porto Alegre, também escreveu um romance chamado *Frida Meyer* (1924), cuja história estava centrada em uma jovem porto-alegrense de origem alemã, cuja família caíra em desgraça em meio à conceituada sociedade germânica da cidade devido aos problemas financeiros e emocionais de seu pai.

<sup>62</sup> Para maior esclarecimento, não foi ele quem considerou os teutos como não-brasileiros genuínos, mas teriam sido os próprios, ao cunharem os termos distintivos, teuto-brasileiro e luso-brasileiro.

No início dos combates na Europa a capital gaúcha possuía aproximadamente 150 mil habitantes.<sup>63</sup> Naquilo que se refere à quantidade de imigrantes existentes na cidade, é difícil estabelecer números com precisão. Apesar disso, é sabido que os italianos já habitavam a cidade em maior quantidade, em relação aos demais estrangeiros, perfazendo mais de 10% da população (CONSTANTINO, 2007), sendo os alemães expressivos, mas em número inferior a esses.

Um dado encontrado, no entanto, pode ajudar a descortinar, pelo menos parcialmente, outras razões da antipatia demonstrada para com os alemães. Embora as críticas não fossem acerbas em 1914, no decorrer da guerra ficou bem evidente a pecha de serem baderneiros. Algum fundamento haveria de ter em tais acusações.

As ocorrências policiais, registradas entre os anos de 1913 e 1914, podem ser um indicativo. Das detenções realizadas pela polícia administrativa, cujo número total havia sido de 3.746, a maioria foi de brasileiros (3.371 casos), enquanto o número de alemães era de apenas 123. Apesar disso, foi proporcionalmente elevado, diante do restante dos delitos cometidos por todas as outras nacionalidades estrangeiras juntas (que chegou ao número de 252). Foram 86 prisões de italianos, contra 33 de polacos e 25 de portugueses.<sup>64</sup> Em relação à totalidade, os delitos cometidos por alemães representavam pouco menos de 3,3%. Em compensação, ao relacionarmos com os outros estrangeiros a taxa subia para quase 33% das ocorrências ligadas ao universo de não-brasileiros. Dessas, destacam-se as detenções por embriaguez e desordem. Metade dos casos de embriaguez, envolvendo os estrangeiros, ocorreu com alemães (23 dos 46 casos levantados). Já por desordem, 38,5% das prisões ou 42 delas, do total de 109, que envolveram estrangeiros, foram de alemães. A detenção mais agravada, a de desordem por motivo de embriaguez (no caso, os dois delitos somados), registrou 9 casos de estrangeiros, sendo 8 deles relacionados a alemães. Além disso, dos 6 casos de ofensas à moral registrados, 5 deles foram cometidos por alemães, contra apenas 1 de italiano. A proporção total dos alemães, em relação ao conjunto das infrações citadas, que foram cometidas por estrangeiros, chegou a pouco mais de 45%.

Embora seja precipitado levantar qualquer conclusão sobre a índole dos imigrantes com base nas ocorrências de detenção, algumas impressões deixadas, por ventura, encontram justificativa nos dados expostos. Por exemplo, ao nos depararmos com adjetivações como as

---

<sup>63</sup> Segundo estatísticas demográficas do próprio governo do estado. RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1915, AHRs.

<sup>64</sup> PORTO ALEGRE. Relatório da Diretoria de Polícia: 1913-1914, AHPAMV.

de desordeiros, baderneiros ou violentos, atribuídas aos alemães, sabemos que os mesmos tiveram alguma responsabilidade na imagem social que lhes foi atribuída. A pequena amostragem, dada pelos alemães que tiveram o dissabor de se indisporerem com o poder público, possibilitou que os seus contemporâneos se confundissem (ou melhor, os confundissem), equivocadamente, tomando o todo pelo específico. Apesar disso, esse foi um período em que não houve registro de hostilidades públicas contra eles.

Acontece que nos anos posteriores, até a declaração de paz, o comportamento dos alemães, observado em relação aos dados relacionados às detenções, e comparados ao desse ano de 1914, apresentou alteração. Houve uma diminuição dos casos envolvendo alemães. Em comparação às outras nacionalidades, sofreria uma queda significativa. Evidentemente, alguns retornaram à Alemanha, para se alistar (como veremos a seguir), mas os russos, os italianos e os polacos também foram. Isso leva a crer que comentários indiscretos sobre a índole germânica devem ter circulado, de tal monta que os indivíduos, temendo pela sua integridade moral em risco, alteraram a sua conduta.

## **2.5 AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DEIXADAS PELA GUERRA EM PORTO ALEGRE**

Havia comentado, páginas atrás, que a Alemanha nutria uma vã esperança de que os japoneses realizassem um ataque que produzisse a diminuição da carga de combate no *front* oriental. A frustração dessa expectativa, já que muitos oficiais japoneses receberam treinamento militar na Alemanha, veio acompanhada da oportunista decisão de tomar as colônias alemãs no Extremo Oriente e no Pacífico Norte (MACMILLAN, 2004).

A participação do Japão na guerra, aliás, proporcionou uma clara evidência do racismo brasileiro.<sup>65</sup> Não o mesmo racismo mostrado em relação aos alemães, misto de divergência

---

<sup>65</sup> Opinião que não era compartilhada por todos. O jornal *O Independente*, ao comentar a participação do Japão na guerra, louvou a fibra moral, a tenacidade e a inteligência “desses minúsculos japoneses que assombraram o mundo” (9 de outubro de 1914, capa).

cultural e de temor ante uma suposta superioridade. Com relação aos japoneses, ficou evidente o desprezo por um povo, que era explicitamente subestimado (MACMILLAN, 2004), declarado como inferior por nada ter de branco, como mostra o trecho a seguir de uma crônica feita em Porto Alegre.

Até aqui me não interessei pelo que se passa no velho mundo.  
[...]. Entretanto começo a me interessar pelo que vai na vetusta Europa.  
[...]. Tudo depende do Japão!  
Do Japão? Dirão estupefatos os meus leitores, só que responderei convictamente - do Japão!  
Sim. [...]. O Japão impertinentemente procura meios e modos de intervir no conflito europeu, onde, aliás, nada tem a fazer senão dar arras à sua fobia pelo branco.  
Não me conformo com isso, com essa intromissão de uma raça inferior numa questão em que só brancos devem ter armas.  
[...]. Aí é que reside o grande perigo - o sonho da hegemonia dos amarelos! - sonho que é sua ambição e para a qual se preparam... (O DIÁRIO, 18 de agosto de 1914, p. 2).

De maneira geral, o desencadear das hostilidades europeias causou um frenesi em Porto Alegre. Certamente, tratava-se de uma situação *suis generis*, gerando uma série de sentimentos, mas entre os quais, nitidamente, o de insegurança. No dia 5 de agosto, todos os jornais da cidade publicaram a decisão do presidente da república, que decretara feriado nacional por dez dias em função dos efeitos imediatos que a guerra traria. Os bancos da cidade, mediante orientação dos seus diretores que haviam se reunido, acederam prontamente em fechar as portas, à espera das decisões que seriam tomadas pelo governo brasileiro.

Os boletins telegráficos dos periódicos detalhavam os eventos desenrolados. Houve enorme expectativa pelos acontecimentos que iam se sucedendo no velho mundo. Os jornais da cidade publicavam pormenorizadas sessões telegráficas narrando os acontecimentos. Ao mesmo tempo, desdobravam-se em análises retrospectivas para explicar os motivos que haviam levado a Europa da paz à guerra, bem como as razões que explicariam as rivalidades e os ódios envolvidos entre os lados em disputa. As supostas decisões tomadas nos respectivos gabinetes de governo, a invasão da Bélgica e o cerco da cidade de Liège<sup>66</sup>, cenas de batalha, detalhes do atentado a Francisco Ferdinando e da prisão de – Gavrilo Princep – seu assassino. Enfim, todos os detalhes eram explicados para que os leitores pudessem compreender os motivos da destruição que campeava no solo europeu. Trata-se de relatos diários e em grande profusão, crônicas, editoriais, sessões telegráficas que, ao correr de todo o resto do ano de 1914, proliferavam em páginas corridas.

---

<sup>66</sup> Primeira batalha de vulto durante a invasão alemã à Bélgica. Ver: TUCHMAN, 1998.



Esse material, continuamente produzido, e que ocupava muito do espaço diário que antes era dado para a cobertura de outros eventos, não possuía uma característica específica. Ou seja, ele estava voltado para abastecer de conhecimento o público. É fato que as narrativas descritivas preponderaram sobre os artigos de opinião, mas estes últimos não se concentravam em ressaltar os pontos positivos ou negativos de um único país combatente. Por certo, os alemães eram criticados, mas assim também o eram os russos, os franceses, os austríacos e os ingleses. Lembremos que nenhum dos jornais citados até o momento, à exceção de *O Diário* (e, mesmo assim, só a partir de 1915) possuía compromisso com qualquer comunidade nacional específica. Portanto, as manifestações de apreço a qualquer dos lados envolvidos refletiam opiniões pessoais ou político-partidárias.

À porta das redações dos diversos jornais estacionavam, continuamente, multidões que liam os despachos com avidez, à medida que iam sendo afixados (O DIÁRIO, 6 de agosto de 1914, p. 4). Um outro comentário, dias depois, do mesmo jornal, reafirmando o fato, dissera:

Longe de diminuir a ansiedade geral em face do que se vai passando no velho mundo, parece que ela, à medida que os dias se sucedem, mais aumenta e se arraiza ao espírito do povo.

Como nos dias anteriores, continuou, ontem, a ser assunto obrigatório de todas as palestras, as notícias relativas à conflagração europeia (O DIÁRIO, 9 de agosto de 1914, p. 4).

Uma das primeiras notícias dava conta do alistamento de vários brasileiros (número não especificado) natos que estariam manifestando explicitamente o desejo de integrar o exército francês (A FEDERAÇÃO, 6 de agosto de 1914, p. 5). Teria sido o caso do poeta Armando Barros Cassal (O DIÁRIO, 6 de agosto de 1914, p. 4), mas foi somente um boato, haja vista o fato de ter continuado na cidade. O destino lhe reservaria um papel diferente na guerra, importante, mas restrito às dimensões da cidade de Porto Alegre. Teremos a oportunidade de acompanhar o acontecido, em maiores detalhes no momento apropriado (item 4.4).

A prevenção, embora não explícita, para com os germânicos continuava a existir. As teorias que buscavam fazer os brasileiros se precaverem contra eles havia mais de trinta anos que eram enunciadas. A repercussão delas não foi pequena. É possível ter um vislumbre da posição desfavorável da Alemanha frente à opinião pública, a partir de uma crônica feita sobre o comportamento da cidade, logo que começaram as primeiras escaramuças.

Aproximavamo-nos de “O Diário”. À porta havia uma multidão premida, ansiosa por conhecer as últimas notícias [...].

Rubião enquanto me estendia a destra, em despedida, esgueirou-se e viu um despacho, de Petrópolis, colado à pedra suspensa à parede do edifício de “O Diário”

e pode ver que a Alemanha teria uma estrondosa vitória no combate naval do Báltico, travado com a esquadra russa, e insensivelmente premindo-me a mão disse:  
- Bem feito! Arre diabo!  
- O que, o que?  
- Olha, a Alemanha venceu...  
- Mas é tu que te não interessavas!...  
- Continuo a não me interessar, garanto-te à fé de cavaleiro! Mas tu compreendes, eu sou assim... vejo tanta má vontade pelos alemães... é tudo e são todos a querer esmagar a Alemanha que eu me decido por ela.  
Ria-me perdidamente da cilada que a sorte armara a Rubião de Almeida, [...] enquanto ele muito "enfiado" deixou-me, dizendo:  
- É! Eu sou assim. Sou pelos perseguidos... decido-me sempre pelos menos simpatizados...

Marionilde Magalhães, ao analisar a imprensa alemã da cidade, destaca o quão rápido foram veiculadas as intenções do governo alemão. Em pouco tempo, os alemães que habitavam Porto Alegre já sabiam aquilo que deveria ser realizado.

Um anúncio no jornal *Deutsche Zeitung*, em 1914, convocou os reservistas residentes no Brasil a retornarem imediatamente a seu país e apresentarem-se em seu distrito militar; aos que não pertenciam a esta categoria, era solicitado contribuir com seus bens para a Cruz Vermelha ou por meio da compra de bônus de guerra (MAGALHÃES, 1998, p. 112).

Intensamente, os membros das distintas comunidades nacionais que habitavam a cidade se mobilizaram. Assim que tomavam conhecimento das mobilizações de tropas, muitos buscavam regressar aos seus países de origem. Pelo que consta, os “novos alemães”, cuja cidadania fora recentemente concedida pela naturalização de 1913, também se alistaram. Os indivíduos dirigiam-se aos consulados para dar início aos trâmites burocráticos que permitiriam, o mais brevemente possível, o embarque para os seus países de origem e, assim, engajaram-se em suas respectivas tropas. Dessa forma:

Os consulados, e principalmente o alemão e austríaco permanecem repletos de súbditos, que ali vão, espontaneamente apresentar-se a fim de seguirem para seus países.  
Ao cônsul francês tem igualmente, se apresentado grande número de reservistas, a fim de seguirem para o teatro dos acontecimentos.  
Até ontem à tarde, no consulado alemão, atingia a 1800, aproximadamente, o número de reservistas e voluntários que se haviam apresentado.  
O Cav. Beverini, cônsul da Itália nesta capital, recebeu, ontem, da Regia Legação da Itália, no Rio de Janeiro, a seguinte nota oficial:  
“Rogo-vos tornar público que, achando-se algumas potências da Europa em estado de guerra e estando a Itália em paz com todos os países beligerantes, os cidadãos e os súbditos do Reino têm a obrigação de se conservarem neutros, segundo as leis vigentes e conforme os princípios do direito internacional. Quem violar esses deveres sofrerá as consequências de seu procedimento incorreto nas penas da lei” (O DIÁRIO, 9 de agosto de 1914, p. 4).

É difícil precisar a quantidade de pessoas que se dirigiram efetivamente para a Europa. Não existia um movimento regular de embarques. Acontece que as ordens de embarque

seguidamente eram interrompidas pelo consulado, até segunda ordem. O motivo se devia à preocupação de não violar as leis de neutralidade. Havia navios de procedência estrangeira que se negavam a transportar reservistas, porque alguns dos portos de parada ao longo das rotas realizavam vistorias e proibiam o transporte de reservistas rumando para a guerra, porque eles se enquadravam na categoria de contrabando de guerra. O que chegava a provocar a volta de alguns, que, inclusive, já haviam embarcado (O INDEPENDENTE, 7 de agosto de 1914, p. 2).

Quanto ao número de homens que embarcaram, seria temerário estimar um valor qualquer. Assim como havia indivíduos que se apresentavam ao consulado de Porto Alegre, em outras partes do estado havia aqueles que preferiam embarcar para portos da região Sudeste do país para se apresentarem (A FEDERAÇÃO, 7 de agosto, de 1914, p. 2; O INDEPENDENTE, 7 de agosto de 1914, p. 2).

Então, o fluxo de embarques não era contínuo. A manifestação de interesse por parte dos reservistas que se apresentavam nos respectivos consulados, nos primeiros dias, não pode evidenciar um maior ou menor interesse da parte de uma nacionalidade específica, pois os consulados chegavam a suspender as chamadas e os embarques com uma segunda ordem (A FEDERAÇÃO, 8 de agosto, de 1914, p. 4; O DIÁRIO, 7 de agosto de 1914, p. 4), o que fazia com que as pessoas passassem dias sem se dirigirem ao consulado do seu país.

Por outro lado, as manifestações de solidariedade e de apoio, por parte daqueles que abertamente escolhiam um lado para torcer, não tardaram a ocorrer. Manifestações para arrecadar fundos em benefício foram imediatamente organizadas. Inequivocamente, nesse aspecto, os indivíduos de origem germânica se desdobraram em esforços para prestar apoio ao lado alemão. Junto aos cônsules da Áustria e da Alemanha se procurou a melhor maneira de ajudar as famílias dos reservistas que partiam (LUEBKE, 1987). Nisso, foi evidente a participação de indivíduos ilustres da sociedade porto-alegrense.

#### **Uma reunião na sociedade germânica**

Sob a presidência do Sr. Emil Petersen, efetuou-se, ontem, uma reunião na Sociedade Germânica, a fim de se tratar da organização, de várias comissões, para o angariamento de donativos, em favor dos feridos e das famílias dos alemães mortos na guerra atual.

A reunião estava extraordinariamente concorrida, tendo a ela comparecido cerca de trezentas pessoas, inclusive famílias.

Entre outros fez uso da palavra o Sr. Alberto Bins, industrialista desta praça e que pronunciou um discurso, concitando os presentes a apoiar essa mobilíssima ideia.

O orador foi, ao terminar, muito aplaudido.

À reunião compareceu o barão Stein, cônsul da Alemanha (O DIÁRIO, 9 de agosto de 1914, p. 4).

Entre os membros do partido governamental, aqueles que possuíam origem germânica mostraram empenho. Foi o caso do deputado estadual Arno Philipp, que, através do jornal *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre, fizera esforço em benefício da causa alemã. Frederick Luebke coloca que: “he wrote that even though they could not sacrifice their blood for their old homeland, it was self-evidence that they would at least give of their possessions” (1987, p. 86).

Complementando, *A Federação* (12 de agosto de 1914, capa) afirmou que as reuniões congregavam harmoniosamente as comunidades alemã e austríaca. Além do mais, disse que um dos objetivos também era o de encontrar mecanismos para proteger as famílias dos homens que se dirigissem à Europa para prestar o serviço militar, para o qual o dever da honra os compelia.

Embora menor em número de compatriotas, a defesa do esforço de guerra francês também fora evidente e bastante ostensivo.

#### **Subscrição para os feridos franceses**

Está aberta, há dias, nesta capital, uma subscrição cujo produto reverterá em benefício dos feridos franceses na atual guerra europeia.

As listas tem sido muito bem aceitas entre os membros da colônia daquele país.

A referida subscrição acha-se à disposição de quem quiser subscrever na casa Edmundo Marx à rua dos Andradas n. 200 (A FEDERAÇÃO, 12 de agosto de 1914, capa).

Uma breve noção sobre a comunidade francesa a viver na cidade pode ser dada pelos reservistas que embarcavam para o serviço militar no *front*. Incrivelmente, *A Federação* citou o nome dos doze primeiros a embarcarem do cais do porto para a Europa no vapor *Itapema*. Eram eles:

Mazzini François, Rembliere Felix, Fleury Michel Joseph, Boulian Louis Alcides, Delegade Prosper, Braven Michel Henri, Relerter Charles Loms, Borier Norberto Joseph, Colombari Louis, Marcel Prévot, Morelle Angelo e Lionetti Paul François (12 de agosto de 1914, capa).

No dia seguinte, ao continuar os comentários sobre o embarque dos reservistas franceses, o periódico deixava claro que a causa francesa contava com muitos adeptos. Algo que permite entrever o estado de ânimo da população, que se encontrava dividida em dois grupos de interesse. Segue assim o texto:

#### **Embarque de reservistas franceses**

[...]. A bordo foram levar-lhes despedidas, grande número de pessoas entre as quais senhoras e senhoritas francesas [...] tendo pendentes fitas com as cores nacionais e francesas.

[...]. Por ocasião da partida do vapor foram levantados vivas ao Brasil e à França (A FEDERAÇÃO, 13 de agosto de 1914, capa).

Sobre o mesmo episódio, *O Diário* complementou afirmando que estivera presente o cônsul francês, Lazare Debise. Além disso, afirma que “ao embarque foram os reservistas freneticamente aclamados pela multidão que enchia literalmente o trapiche da companhia costeira” (13 de agosto de 1914, p. 4).

De outra forma, foi difícil encontrar nomes alemães que se dirigissem à Europa em virtude da guerra, nesse mesmo período de início de campanha. Apesar disso, houve duas referências de reservistas alemães. A primeira, citando dois jovens que embarcaram sob aplausos e diante da presença dos cônsules alemão e austríaco e dos demais que esperavam liberação (O DIÁRIO, 7 de agosto de 1914, p. 4). O motivo do percalço, retomando um comentário anterior, é de simples explicação. A ordem de embarque dada aos posteriores reservistas alemães fora suspensa (A FEDERAÇÃO, 12 de agosto de 1914).

A segunda referência citada evidenciara, incrivelmente, um embarque ocorrido no mesmo paquete *Ipanema* em que viajavam os reservistas franceses. Tratava-se de um atleta, integrante do plantel do *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*. Bruno Schuback era um zagueiro alemão vindo da equipe do *Fluminense* do Rio de Janeiro, que, em 1911, transferiu-se para a equipe do sul do país. O mesmo compusera a famosa muralha defensiva tricolor do começo da década, que chegou a bater o *Sport Club Internacional*, em 18 de junho de 1911, pelo placar de 10 X 1, se encontrando o atleta no rol de craques da história daquela agremiação esportiva. Pois, o mesmo, no ano de 1914 se dirigiu de volta à Alemanha, para lutar pelo seu país de origem, na Primeira Guerra Mundial (COIMBRA, 1994).

Tomou ontem, passagem, com destino à Europa, o sportman Schuback, reservista do Exército alemão.

Ao seu embarque compareceu, também grande número de amigos e compatriotas.

Uma comissão do Grêmio Porto-alegrense, do qual, como se sabe, faz parte o Sr. Schuback, foi a bordo levar-lhe despedidas (O DIÁRIO, 13 de agosto de 1914, p. 4).

Além disso, com o intuito já referido de arrecadar fundos ao esforço militar das potências centrais, concertos musicais eram realizados para angariar ajuda. Assim, pode-se ver que:

A sociedade alemã ‘*Deutsches Maennerquatett von 1887*’ realizará sábado próximo, no salão do ‘*Gemeinnützig-Verein*’, à rua Senhor dos Passos n. 48, um concerto vocal e instrumental em benefício das famílias e cidadãos alemães, austríacos e

húngaros, que seguirem [...] aos respectivos exércitos e que necessitarem de auxílio pecuniário (A FEDERAÇÃO, 18 de agosto de 1914, p. 3).

Ao que parece, já nesse início de conflito, a cidade fora vitimada por uma crise de informações desencontradas. Boatos surgiram em meio à população, despertando o temor e mexendo com os brios de alguns outros cidadãos. Um fato que ajudou nesse sentido foi a clara incomunicabilidade com alguns países. Os cabos submarinos alemães haviam sido cortados, ainda no início das hostilidades (A FEDERAÇÃO, 12 de junho de 1915, p. 3). Também os correios pararam de expedir malas postais para esse país, além da Áustria, da Sérvia, da Turquia, da Bulgária e da Romênia (O INDEPENDENTE, 12 de agosto de 1914, p. 3), por obra do eficiente bloqueio marítimo efetivado pelos britânicos no Oceano Atlântico. Tal fato dificultava ainda mais as chances de desmentido.

De fato, não foi possível precisar a origem da boataria, embora as desconfianças fossem claras. No entanto, certamente as falsas informações modificavam a rotina da cidade por alguns dias, até que as mobilizações sociais e das autoridades produzissem informações fidedignas que dissipassem os mal-entendidos, mediante mensagens telegráficas. Como afirma Armand Mattelart, durante o período em questão, “os beligerantes criam organismos oficiais de propaganda e censura” (2000, p. 65). Por exemplo, os políticos franceses eram proibidos de visitar o *front* (WILLMOTT, 2008, p. 122).

Como os governos dos países beligerantes haviam decretado a censura oficial, nenhuma notícia vinda da Europa era realmente confiável (O INDEPENDENTE, 12 de agosto de 1914, p. 2). A comprovação disso está na frequente presença de informes iniciando por “correm notícias contraditórias”, ou “está desmentida a notícia”, além dos interessantíssimos “consta que” e “circula o boato de” (O INDEPENDENTE, 10 de agosto de 1914, p. 2).

No interior dos países em conflito, a razão de Estado se impôs sobre qualquer manifestação de liberdade de imprensa que alguém pudesse se arrogar. Afinal, como afirma Mario Isnenghi, nessas circunstâncias, “a razão de ser dos jornais em tempo de guerra não é tanto de fornecer informações, mas sim de velá-las, negá-las e fabricá-las com habilidade” (1995, p. 66).

Um bom exemplo foi o alegado avanço das tropas francesas em território alemão. Desde que começaram as trocas de tiros, em agosto de 1914, o Estado-Maior francês buscou agir no maior silêncio possível, sendo que, até o próprio governo estava mal-informado das movimentações das próprias tropas (TUCHMAN, 1998). Ao tentar retomar a Alsácia, a

invasão francesa durou não mais de vinte e quatro horas, quando acabaram rechaçados de volta pelos alemães para aquém da fronteira (KEEGAN, 2005; TUCHMAN, 1998). Apesar da dureza dos fatos, não foi empecilho para o aparecimento de notas telegráficas afirmando que a população alsaciana delirava entusiasticamente com a entrada de soldados franceses, à medida que estes avançavam (A FEDERAÇÃO, 11 de agosto de 1914). Contudo, a expulsão dos franceses já havia se dado no dia 10 de agosto, ou seja, um dia antes da publicação dessa nota (TUCHMAN, 1998, p. 216).

Havia um detalhe interessante sobre a circulação de falsos informes. As suspeitas, com relação à origem dos boatos que se espalhavam em Porto Alegre, volta e meia, recaíram sobre os ingleses. Pelo menos, essas foram as denúncias encontradas entre as testemunhas alemãs que relataram sobre os anos da guerra, quando, anos depois, por aqui estiveram. Entre todos os possíveis suspeitos, pelas recorrentes e idênticas versões relatadas, pelos viajantes alemães, as desconfianças recaíram com maior intensidade sobre o cônsul britânico lotado em Porto Alegre: T. C. Dillon. É o que pode ser observado nos relatos do pastor Max Dedekind (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 173), do padre Heinrich Timpe (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 175) e do cônsul Emil Landenberger (NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 213), que estiveram em Porto Alegre em distintos momentos de suas vidas.

Houve dois casos interessantes no ano de 1914. Ambos ocorridos em agosto. Coincidentemente, o ápice dessa boataria ocorreu no mesmo dia do embarque de reservistas para a guerra. Os relatos citavam indivíduos que supostamente estariam sendo alvos de constrangimento na Alemanha. Pelo menos em um dos casos, ocorreu uma onda de informação e contrainformação que tomou as páginas dos jornais, provocou a manifestação dos estudantes universitários, levando à necessidade de envolvimento das autoridades.

O mais interessante foi aquele que envolveu o ex-ministro da fazenda, e ex-governador paulista, Bernardino de Campos.<sup>67</sup> Na época do incidente, ele exercia o mandato de senador pelo estado de São Paulo.

Segundo afirma o jornal *O Independente* (12 de agosto de 1914, p. 2), informações haviam sido espalhados pela cidade no dia 11 de agosto, apesar do jornal *Correio do Povo*, que recebera a notícia telegráfica, não tê-la publicado. Inicialmente, a notícia era de que o

---

<sup>67</sup> Republicano moderado e adepto da via reformista, fora um dos republicanos históricos do seu estado natal (CARVALHO, 2001). Admirador do pensamento liberal (econômico), era admirador do evolucionismo de Spencer (VERANI, 2008).

político e sua esposa haviam sido espancados com coronhadas e roubados por soldados bávaros. Pelo que consta, em nota oficial do Ministro das Relações Exteriores, o misterioso telegrama teria sido de origem francesa (O INDEPENDENTE, 12 de agosto de 1914, p. 2).

De acordo com o mesmo artigo, na mesma hora ocorreram manifestações pelas ruas do centro de Porto Alegre. O fato fez com que o governo aumentasse o contingente de homens no patrulhamento da região.

A partir do dia 13 de agosto, os jornais começaram a especular sobre o desaparecimento do referido político, que teria ocorrido cerca de quatro dias antes (lá pelo dia 9 de agosto), em solo alemão e, mais do que isto, que o sumiço teria sido por obra do atentado que sofrera naquele país. Fato que gerou uma mobilização de diversos setores, como é possível observar:

ansioso pelas notícias relativas ao atentado de que se dizia ter sido vítima, na Alemanha, o Dr. Bernardino de Campos, o nosso povo permaneceu ontem inteiramente absorvido com o boato sensacional, que, felizmente, já começou a dar margem a que se fique em dúvida quanto a sua veracidade. Nem mesmo os sucessos que ensanguentam o velho mundo, não conseguiram ontem desviar a atenção pública do que se propalava relativamente ao dr. Bernardino de Campos (O DIÁRIO, 13 de agosto de 1914, p. 4).

A isso estava ligado o fato de já ter sido acionado o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O mesmo procurou entrar em contato com as legações diplomáticas europeias. Sem sucesso inicial, a notícia foi repassada aos órgãos da imprensa, como pode ser visto a seguir:

Rio, 12 (Urgente) – O dr. Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, ainda não recebeu resposta das legações brasileiras a que pedira informações urgentes sobre o atentado de que se diz ter sido vítima o dr. Bernardino de Campos e sua esposa. Aquela resposta é ansiosamente esperada nesta capital (O DIÁRIO, 13 de agosto de 1914, capa).

Ao que parece, o impasse nas informações provocou um aumento da tensão, gerando todo o tipo de especulações. Nessa atmosfera, os universitários da cidade, ainda no dia doze, inconformados com a situação, se reuniram para deliberar sobre a iniciativa a ser tomada em defesa de um ilustre brasileiro. Envolvidos pelo mistério, cerca de setecentos estudantes interromperam as atividades acadêmicas para deliberar sobre o problema maior que se impunha. Todavia, além desse, um outro motivo inquietava a classe estudantil e que tocava diretamente a sua corporação. A possibilidade de terem ocorrido prisões de estudantes brasileiros em Berlim impeliu os solidários camaradas porto-alegrenses à ação. Isso tudo é o que pode ser lido abaixo:



às 9 e ½ horas de ontem os acadêmicos desta capital reuniram-se no [...] palacete Rocco, cujo salão principal foi posto à sua disposição pelo major Nicolau Rocco.

Foi aclamado presidente da sessão o doutorando de medicina Raul Pilla que convidou para seus secretários os acadêmicos Egydio de Souza e Aristides Casado.

Sendo dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso o Sr. Glycerio Alves, acadêmico de direito, propôs que, como sinal de protesto ao brutal atentado contra o dr. Bernardino de Campos, se fizesse uma passeata pelas ruas da capital.

O nosso companheiro, acadêmico Ruben Mariano da Rocha, pedindo a palavra, disse considerar precipitada qualquer manifestação, pois que não se podia de um modo pleno assegurar a veracidade daquele atentado, propondo por isso que se enviasse uma comissão ao dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, para saber, se essa autoridade havia recebido alguma comunicação a respeito.

Propôs ainda esse acadêmico que se indagasse se realmente as autoridades alemãs haviam prendido vários estudantes brasileiros, atualmente na Europa, como noticiaram vários jornais desta capital.

O acadêmico João Maximo dos Santos propôs que essas informações fossem pedidas também ao dr. Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, caso o dr. Borges de Medeiros não tivesse ainda comunicação oficial sobre o atentado de que se tratava.

[...]. Postas a votos, ambas as propostas foram aprovadas, por grande maioria, a da nomeação da comissão que se devia entender com o presidente do Estado ou telégrafos ao dr. Lauro Müller.

Foi aclamada a seguinte comissão:

Breno Alves, pela Faculdade de Medicina, José Maria, pela Escola de Engenharia e Rubens Mariano, pela Faculdade de Direito.

Essa comissão ontem mesmo comunicou as escolas superiores desta capital o resultado de sua tarefa nos seguintes termos:

Colegas – Em cumprimento da missão que nos foi confiada temos a declarar:

O dr. Presidente do Estado não tem comunicação oficial nem sobre a prisão dos nossos colegas brasileiros na Alemanha, nem sobre o atentado de que se diz ter sido vítima o dr. Bernardino de Campos.

Completando nossa missão, telegrafamos ao dr. Lauro Müller nos seguintes termos:

“Ministro Lauro Müller Rio.

Classe acadêmica alarmada notícia prisões colegas Alemanha e atentado dr. Bernardino de Campos, solicita informações exatas. Saudações” (O DIÁRIO, 13 de agosto de 1914, p. 4).

A proporção tomada foi enorme. Encontraram-se envolvidos o chanceler brasileiro e o chefe do executivo gaúcho. O maior interessado na resolução do mal-entendido, em virtude do tamanho que passou a tomar a questão, veio a ser o consulado alemão. Diante das incertas informações que circulavam, a legação da cidade se viu impelida a desvendar o mistério. Consta que a resposta chegou ao consulado da capital gaúcha à tarde do dia seguinte, sendo rapidamente repassada para dissipar a boataria.

Às 15 horas, [...], o consulado alemão recebia o seguinte despacho, da legação do seu país no Rio de Janeiro:

“Um filho do dr. Bernardino de Campos, em São Paulo, recebeu, no dia 10, um telegrama, que dizia achar-se seu pai em Genebra, gozando perfeita saúde, porém precisando de recursos para regressar ao Brasil.

Quanto à agressão, nenhuma palavra.

Estou à espera de mais provas para mostrar que a notícia em questão não tem outro alcance senão de indispor a Alemanha com o Brasil.

O governo brasileiro e eu telegrafamos para a Europa – Pauli, ministro”.

Ao anoitecer recebíamos um despacho do nosso correspondente no Rio dizendo que até à hora de telegrafar não havia o dr. Lauro Müller recebido resposta do telegrama

que passara ao ministro do Brasil em Berlim, pedindo-lhe informações urgentes a respeito (O DIÁRIO, 13 de agosto, p. 4).

O trecho final se reveste de maior interesse para os leitores. Qual a necessidade do informe feito sobre a permanente espera por notícias, da parte do chanceler Lauro Müller? Em parte, evidencia o esforço incansável das autoridades para se certificar do bem-estar do célebre desaparecido. Por outro lado, também manifesta um estado de alerta. Uma condição de desconfiança em relação à veracidade do informe alemão. A verdade somente se tornaria definitiva a partir de informações saídas de fontes plenamente confiáveis. Finalmente, o pequeno mistério chegou ao seu desfecho com a comunicação realizada por Lauro Müller, dizendo que, de fato, houvera um pequeno incidente ao chegar em Württemberg, na fronteira alemã com a Suíça, devido à falta do passaporte, mas sem qualquer gravidade (O DIÁRIO, 14 de agosto, p. 4). Apesar do breve contratempo, Bernardino de Campos não foi impedido de entrar na Suíça e rapidamente se deslocou para Paris (A FEDERAÇÃO, 14 de agosto, capa).

Após os esclarecimentos prestados, a confusão foi dissipada. De igual forma, a problemática levantada pelos estudantes, a respeito de possíveis colegas detidos, nada mais teve de comentário. Grassou silêncio após a solução do mistério Bernardino de Campos, o que sugere que, da mesma maneira que este, as tais detenções de estudantes deviam ter sido especulação, levantada por alguém (não evidenciado) no calor dos debates.

Somente no mês seguinte houve novas referências sobre o caso. No dia 25 de setembro, o jornal *O Independente* publicou uma entrevista com o próprio desaparecido. Bernardino confirmara que não havia ocorrido qualquer agressão física, mas que não havia sido poupado em insultos. Ao contrário daquilo que fora noticiado um mês antes, ele estranhamente confirmou ter apresentado o passaporte. Contudo, afirmara que, aquilo que teria sido a causa dos maus modos dos soldados alemães na fronteira com a Suíça, havia sido a insistência em se comunicar em francês com os mesmos. Apesar disso, o jornal investiu suas críticas contra o governo brasileiro, poupando a Alemanha, “a nação mais civilizada do mundo” (O INDEPENDENTE, 25 de setembro de 1914, capa). Lançou insinuações ao patriotismo do secretário da presidência, Álvaro Tefé, e do Ministro Lauro Müller.<sup>68</sup>

Seja qual fosse o objetivo da divulgação de notícias que, comprovadamente, estavam distorcidas, ou que não encontravam nenhum substrato plausível que as sustentasse (no caso dos misteriosos alunos brasileiros presos), é possível constatar que a menção das mesmas

---

<sup>68</sup> Ambos teuto-brasileiros. Álvaro Tefé, cujo sobrenome era von Hoonholtz, era filho do Barão de Tefé.

fomentou uma atmosfera de instabilidade na sociedade porto-alegrense. No mesmo dia 13 de agosto, dia da intensa movimentação e de consultas às autoridades, o governo do estado achou adequado prover os consulados da Alemanha e da Áustria de segurança da polícia administrativa e da Brigada Militar, sendo que ocorreu concentração popular durante a noite, embora de maneira ordeira (O DIÁRIO, 14 de agosto, p. 4). Não se pode esquecer que havia uma grande quantidade de jovens estudantes pelas ruas, fato que chegou a provocar a suspensão das aulas e aumentou a movimentação da cidade.

Se dúvidas pudessem existir sobre a necessidade dessa medida, a ser considerada profilática, a mesma foi rapidamente eliminada. Afinal, os primeiros a informar as condições saudáveis em que se encontrava o senador Bernardino foram os representantes do consulado alemão, pois, por algum motivo, havia uma iminente pressa para dispersar as atenções concentradas. De mais a mais, dias depois, a imprensa de língua alemã de Porto Alegre se dirigiu ao órgão oficial do governo para agradecer a conduta deste ao tratar “das notícias que circularam sobre o incidente com o ilustre brasileiro” (A FEDERAÇÃO, 21 de agosto de 1914, capa).

A deferência tomada para com o governo se justificava plenamente. A iniciativa do governo de tomar providências para a manutenção da ordem e, especificamente, evitar distúrbios, havia sido deliberada dias antes, no momento em que as “desinformações” ficaram mais fortes.

Cabe lembrar que não estava muito distante na memória o infeliz episódio das bandeiras, ocorrido em 1910. Por ocasião das comemorações do centenário da independência argentina, as relações com o Brasil estiveram tensas (BANDEIRA, 2003; BUENO, 2003). Pelo que consta, a bandeira brasileira teria sido arrancada de um café na cidade argentina de Rosário e rasgada, provocando reações de indignação em todo o Brasil. Em Porto Alegre, segundo o relato do viajante alemão Karl Grube, que estava na cidade a esta data, uma massa composta por estudantes, após deliberar em um café, se dirigiu até o consulado do país vizinho, fuzilou com vários tiros a placa do estabelecimento e obrigou o cônsul a beijar a bandeira brasileira, sem maior intervenção da polícia (FRANCO; NOAL FILHO, 2004, p. 146). Ao que parece, o episódio pode ter servido de referência a procedimentos posteriores.

Afinal, nesse momento, foram anunciadas passeatas na cidade. Iniciativas que o governo prontamente negou. O efetivo anúncio das medidas pode ser acompanhado a seguir:

Causou a mais profunda impressão a medida tomada pelo governo do Estado, relativamente ao policiamento de certa zona urbana, na noite de terça-feira última.

Causou a mais profunda impressão e houve mesmo muita gente que murmurasse contra o governo do Estado, que nada mais fez do que cumprir, fielmente, uma disposição legal, contida no regulamento que acompanha o Dec. nº. 11.037, do corrente mês.

Anunciavam-se *meetings* de protesto contra um determinado país em cujo território, diziam [...] se teria dado um atentado selvagem.

[...] Ora, se o nosso governo estava agindo e se o país onde se teria dado o atentado é um dos beligerantes em face da qual mantemos, por disposição legal, absoluta neutralidade, não se compreendia que o governo estadual permitisse a realização de *meetings* que, dada a exaltação de ânimos que havia, degenerariam em demonstrações hostis ao referido país.

Parece, e é de desejar, que a notícia sobre o atentado não tem fundamento, de modo que a medida tomada pelo governo do Estado, proibindo os *meetings* projetados, foi acertadíssima e ao invés de merecer censuras, só merece aplausos (O DIÁRIO, 13 de agosto de 1914, capa).

Em nenhum momento foi citado o nome de qualquer pessoa que, por ventura, estivesse envolvida na possível situação de cativo aventada. O país que teria sido o responsável pela arbitrariedade contra o cidadão, de um país declaradamente neutro, também não foi mencionado. Atentando para tudo o que foi dito desde o começo do problema, portanto, é possível observar que a maioria dos informes apresentados foi do mesmo dia, incluindo o agora exposto. Esse último, particularmente, foi destacadamente colocado na capa do jornal. Provavelmente, evitou-se juntá-lo aos demais que envolviam o caso. O objetivo deveria ser o de desencorajar aqueles que se encontravam inclinados a manifestações germanóforas, mas que, antes de continuarem a leitura dos informes dispostos nas páginas posteriores, deveriam ter os ímpetos já refreados.

Após esse episódio de excitação, motivado por desentendimentos acarretados por uma série de notícias que não encontraram confirmação, ocorreu um pequeno período de tranquilidade. Não que o furor provocado pelo conflito tivesse arrefecido, pois o público continuava ansiando por notícias do conflito europeu. Permanecia uma demanda constante por relatos e, como um cronista da época jocosamente escreveu, “os jornais, atualmente, são apenas uma crônica da guerra. Já se não importam com os problemas sociais em jogo, com os interesses locais. Do princípio ao fim são guerra, guerra e mais guerra!” (O DIÁRIO, 10 de setembro de 1914, p. 2). Fato ligado ao fascínio que a mesma exercia sobre os ânimos dos populares, que a discutiam nos cafés, nas ruas e no trabalho. Na continuação da crônica, elaborada sob a forma de um suposto diálogo, após o interlocutor questionar o motivo do amigo continuar a ler jornal se o mesmo aborda constantemente o assunto em questão, o primeiro novamente responde que, afinal, “a gente sempre quer saber se a Alemanha vai mal ou se a França vai bem...” (O DIÁRIO, 10 de setembro de 1914, p. 2).

No entanto, o tempo levava consigo um pouco da ingenuidade. As notícias recebidas passaram a ser lidas com maior crítica. O motivo se deveu às próprias notícias veiculadas, que ora afirmavam algo, para no dia seguinte desmentirem e, em seguida, afirmarem o seu oposto. Isso não passou em brancas nuvens. Pouco a pouco, os leitores assíduos puderam reparar que o motivo da incongruência dos acontecimentos decorria da responsabilidade

das Agências telegráficas, dos “correspondentes de guerra”, dos escritores técnicos que [...] prevêm, adivinham, comentam e explicam a vitória militar deste ou daquele país, de acordo com os seus conhecimentos, com as suas ideias, com as suas viagens de estudo.

[...] E ei-nos também a discutir e a comentar, enfebrecidos e ululando, ao lado de alemães, de ingleses, franceses, belgas, russos, austríacos, - enquanto os telegramas se sucedem, cheios de sensação:

- “O general Joffre foi engarrafado. O general Joffre não foi engarrafado. O imperador da Áustria enlouqueceu. O imperador da Áustria não enlouqueceu. Os russos tomaram a Prússia. Os russos evacuaram a Prússia. Os alemães estão em Paris. Nanja que os alemães estão em Paris! O Kronprinz foi preso. O Kronprinz não foi preso. O Kronprinz já morreu. O Kronprinz passa muito bem, obrigado! O Kronprinz foi enterrado. O Kronprinz marcha contra os russos. O Kronprinz foi, e Kronprinz não foi...”.

E etc. E etc.! (O DIÁRIO, 12 de setembro de 1914, p. 3).

## **2.6 OS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA**

Do ponto de vista das relações de troca, o ano de 1914 foi definidor de uma tendência que há anos vinha tomando forma. A tradicional influência britânica sobre o Brasil entrava definitivamente em colapso. Contudo, não foi para os alemães que os britânicos perderam a sua posição. As circunstâncias favoreceram uma lenta, gradual e contínua evolução das relações em direção aos Estados Unidos.

Vejamos como essas mudanças se processaram. Como as bases das economias do Brasil e do Rio Grande do Sul não são idênticas, os efeitos diferem de caso para caso.

### 2.6.1 O contexto nacional

Um dos efeitos da longa duração da ascendência britânica sobre a economia mundial foi a gradual inserção dos demais países na economia liberal. O Brasil também a adotou. Para provar a sua qualidade, o governo brasileiro, a partir da proclamação da república, se esmerou para manter a meta da estabilidade monetária, o que passava pela adoção do padrão-ouro<sup>69</sup>, no ano de 1906, ano em que o Brasil assinou o *Fundig Loan* (MENEGETTI, 2006). Pelo acordo, a soberania do país ficava dependente do compromisso em honrar suas cláusulas, pois as alfândegas do país entravam como garantia de pagamento (CARONE, 1970). Como haviam sido os ingleses que avalizaram o acordo, os mesmos se sentiam confiantes em relação ao país.

Acontece que a adoção do padrão-ouro, que se tornava muito interessante para os investidores estrangeiros no país, requisitava a estabilização do câmbio. Isso predispôs a economia brasileira à maior interferência externa.<sup>70</sup>

Daí a arrogância de autores ingleses, como James Bryce, que em 1912 publicou um livro polêmico, intitulado *South America*. Passando pelo Brasil em 1910, viu a mão protetora de seu país por trás de todas as realizações nacionais: estradas de ferro, portos, estabelecimentos comerciais e indústrias (VINHOSA, 1990, p. 25).

Seria adequado lembrar que os norte-americanos e os alemães tomavam para si fatias cada vez maiores do mercado brasileiro. Notadamente, sabe-se que às custas britânicas.

Essa estabilização durou até a eclosão da Grande Guerra. Nesse ínterim, de fato, houve a entrada de investimentos em abundância, permitindo a constituição de um sólido sistema

---

<sup>69</sup> Estando em uma posição desconfortável em relação ao sistema mundial de trocas, o Brasil manteve uma preocupação constante com a obtenção de capital. A entrada de capitais dependia de investimentos externos, empréstimos e do sucesso nas vendas dos produtos primários. Uma vez que os compradores geralmente eram oriundos dos lugares exportadores de capital para cá, a perspectiva se tornava alentadora, dentro de um panorama geral positivo, e tendia a atenuar os conflitos. Contudo, quando as vendas caíam, ficava latente o problema de refluxo de capitais, o que significava o risco de não poder honrar os pagamentos. Isso acelerava a tendência dos produtores agro-exportadores de pressionar o governo no interesse de desvalorizar a moeda em relação à libra para repor as suas perdas. Essa medida satisfazia exclusivamente o setor agro-exportador, prejudicando os investidores, que tinham prejuízo na remeça de lucros (que se perdiam na conversão dos valores).

<sup>70</sup> O comércio interestatal requeria a aquisição do ouro para a efetivação das importações, todavia, numa situação de instabilidade na qual as exportações caíam, o governo acabava emitindo papel moeda levando a que se necessite mais papel para a compra de ouro. As empresas que remetiam capital ao exterior se beneficiavam logo do câmbio alto, uma vez que requeria menor quantidade de dinheiro para a aquisição de ouro. Os grandes bancos, com aporte de capital no Brasil, manipulavam o câmbio para satisfazer suas próprias demandas (CARONE, 1970).

bancário que, através de empréstimos, facilitou a diversificação de ramos da economia, que favoreceria os ingleses.

Apesar disso, já no final de 1913, ressurgiam no Brasil alguns problemas. Ante a iminência do conflito, os capitais estrangeiros migraram de volta aos países de origem (CARONE, 1970). Conjuntamente, ocorreu a queda dos preços dos produtos exportáveis, levando à perda do poder de importação. Enfim, estava comprometida a fonte de receita do governo federal (CARDOSO et al., 2006a). Inicialmente, esses efeitos foram atenuados pela participação incisiva dos Estados Unidos junto à nossa economia.

Até os primeiros dezoito meses da guerra, as importações norte-americanas, na sua totalidade, ultrapassaram o conjunto daquelas da Inglaterra, mais as da Alemanha (VINHOSA, 1990). Com a passagem do tempo, a conflagração fez diminuir o fluxo dos produtos tropicais com destino à Europa. Às complicações nesse sentido estiveram ligadas questões diplomáticas, que envolveram o nosso país com a Alemanha e com a Inglaterra. Não obstante as complicações decorrentes dos acontecimentos em solo europeu, os principais produtos nacionais, já no começo do século XX, tinham como destino mais importante os Estados Unidos (BUENO, 2003). No caso do café, os Estados Unidos já haviam se tornado os maiores compradores, desde o final da década de 1860. A entrada de produtos do Brasil no vizinho do norte aumentou com o passar do tempo.

Por outro lado, o setor secundário granjeou papel mais destacado. Pela primeira vez, a indústria se tornou de grande importância para a economia do país. Não que ela estivesse começando naquele momento.

Há de se considerar outro fator. Entre 1901 e 1910, o café e a borracha, juntos, representavam 79,5% do total das exportações do Brasil (VINHOSA, 1990). Com a guerra, produtos agrícolas até então de menor expressão no mercado interno passaram a obter maior destaque. Foi o caso do feijão, do arroz e do milho, que ajudaram a incrementar a renda das exportações (VINHOSA, 1990).

Apesar do destaque desses produtos, no contexto geral, a produção primária sofreu um impacto negativo. Um dos produtos agrícolas de maior importância durante a guerra foi o trigo, principalmente para os países em guerra – problema, porque o Brasil era carente no quesito, e dependia da importação do mesmo (VINHOSA, 1990).

Uma reação adversa da guerra que se prolongava foi o crescimento das restrições internacionais à entrada do café brasileiro. Como efeito, houve a queda da arrecadação. Consta que a arrecadação interna do Tesouro, em 1914, caiu assustadoramente (CAVALCANTI, 1983).

Em virtude da guerra, houve a carência de produtos importados, e o país se viu na situação de ter de suprir as próprias necessidades (CARONE, 1970). A isso se ligou o aumento no número de empresas no Brasil a partir do ano de 1914.

No Rio Grande do Sul também houve problemas. Além do baque na arrecadação do governo, havia um fator extra que complicava a atividade comercial. O motivo estava relacionado ao principal parceiro que o estado possuía até aquele ano.

### **2.6.2 A debilidade provocada na economia gaúcha**

Quando a guerra rebentou, em 1914, como já foi comentado anteriormente, as companhias de navegação alemãs pretendiam reduzir as tarifas de transporte para o estado. Algo que parecia bastante auspicioso para as transações comerciais, contudo elas não puderam ser ampliadas da maneira premeditada. O futuro guardava momentos difíceis.

Acontece que a guerra frustrou a continuidade dessas transações, em decorrência do eficiente bloqueio naval posto em prática pelos britânicos e que fechou as portas do mercado gaúcho para a Alemanha. A economia imediatamente sentiu o impacto do conflito. As exportações do Rio Grande do Sul caíram quase 40% de 1913 para 1914. Mediante as dificuldades impostas, as que eram feitas para outros países desceram vertiginosamente. Observe a tabela a seguir.



**Tabela 1 – Comércio do estado com países estrangeiros**

	<b>EXPORTAÇÃO</b>	<b>IMPORTAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1906</b>	23.529:969	35.655:322	59.185:291
<b>1907</b>	22.294:977	48.727:766	71.022:693
<b>1908</b>	15.823:595	49.214:647	65.038:242
<b>1909</b>	23.094:440	50.171:746	73.266:186
<b>1910</b>	19.905:186	57.697:772	77.602:958
<b>1911</b>	21.630:337	65.709:498	87.339:958
<b>1912</b>	21.925:516	75.314:573	97.240:089
<b>1913</b>	20.950:073	83.812:924	104.762:997
<b>1914</b>	13.147:940	49.298:240	62.448:180

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1916, p. 361. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, AHRS.

As importações sempre cresceram, mas, apesar dos sobressaltos, na exportação havia uma estabilidade nos números, até 1913. Em seguida, ambas as vias do comércio sofreram um terrível choque. Em conjunto, as duas tendências se mostraram ainda mais danosas.

De 1913 para 1914, as importações caíram quase 50%. O impacto mostrou a importância das relações entre o comércio da capital com a Alemanha. Sem dúvida, tal presença não era a única existente no estado, todavia determinante, uma vez que era superior ao dobro das importações feitas junto à França e à Inglaterra em conjunto.<sup>71</sup>

Quase de imediato, houve uma sobrevalorização da libra esterlina, sendo que a moeda ficou mais escassa no Brasil. Por seu turno, as casas de importação sediadas na cidade

---

<sup>71</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 53, AHRS.

telegrafaram para os seus representantes no interior solicitando um aumento de 5% no valor das mercadorias (O DIÁRIO, 6 de agosto de 1916, p. 4). A mesma tendência foi verificada nos preços dos produtos alimentares da capital, principalmente no pão.

Ao mesmo tempo, era possível sentir os efeitos na vida cotidiana. O aumento em cascata no valor das mercadorias se tornava latente e se antevia um aumento das exportações que em nada seria benéfico para o trabalhador. Em artigo chamado “Apelo ao Governo”, *O Independente* clamava a ajuda do governo Borges de Medeiros antes que o pior se concretizasse.

Ao eminente patricio sr. Dr. Borges de Medeiros, que, no momento, dirige os destinos da nossa terra, pedimos em nome do povo que S. Excia. providencie regulando a exportação dos produtos alimentares (O INDEPENDENTE, 7 de agosto de 1917, p. 2).

Para o governo, a perda de arrecadação foi o pior efeito, já que o imposto de importação era uma importante fonte de receita. A receita obtida com exportação se tornara cada vez menor, porque o governo continuamente abria mão desse valor, com o objetivo de estimular a produção, com vias a fazer o estado alcançar a autossuficiência em relação ao abastecimento interno. Como decorrência da situação, maior ficou a dependência em relação aos tributos territoriais; os impostos sobre a posse e sobre a transmissão da terra (ALMEIDA; CARVALHO; PEREIRA, 1998). Deve ser tomado em consideração que, os impostos territoriais insidiam com grande impacto nos grandes proprietários da região da Campanha gaúcha, que era base da oposição ao governo. Os latifundiários não tinham motivos para ver com condescendência o empenho do governo estadual em livrar uma parcela do setor produtivo, beneficiada com isenções, enquanto eles permaneciam onerados. O maior beneficiado acabou sendo o comércio. Como esse estava majoritariamente nas mãos de homens de origem alemã, não tardou muito até que os opositores começassem a levantar suspeitas sobre os objetivos do governo gaúcho ao isentar alguns e taxar outros e se, por trás disto, não haveria outras motivações.

Aos poucos, um novo aspirante a parceiro se insinuou para o estado. Tendo plena consciência das limitações que o comércio alemão sofria, graças ao bloqueio naval, os franceses gradualmente foram acenando com a possibilidade de negócios lucrativos para a economia gaúcha. Tudo começou com um telegrama recebido.

O dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, recebeu do dr. Pandiá Calógeras, ministro da Agricultura, o seguinte telegrama sobre propostas para fornecimento de

açúcar e cavalos para o exército francês:

"(Oficial) Sr. presidente do Estado - Porto Alegre - Rio, 27 - Comunico à v. ex. que o Ministério da Guerra da França autorizou o escritório de informações do Brasil em Paris a avisar aos interessados que recebe propostas para o fornecimento de açúcar branco, especificando condições, preço e pagamento. Escritório Paris pede também informações sobre o fornecimento de cavalos de guerra. Solicito o obséquio das respostas que sejam enviadas pelos interessados. Saudações – *Calógeras* (O DIÁRIO, 23 de dezembro de 1914, p. 4).

Havia algumas questões técnicas a serem observadas, no entanto parecia surgir uma oportunidade generosa. Alguns dias mais tarde, o governo gaúcho recebia um outro telegrama do ministro Calógeras (O DIÁRIO, 30 de dezembro de 1914, p. 4)<sup>72</sup>, dando a ele instruções sobre os cavalos que seriam desejados pelo governo francês. Por esses dias, ainda não estavam tão evidentes as perdas nas contas do estado. Quando estivessem, o assédio francês passaria a ser mais explícito.

## **2.7 O IMPACTO DA GUERRA SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO**

O movimento operário no Rio Grande do Sul, reconhecidamente, teve na imigração como um todo e, em particular na presença germânica, um fator fundamental para a sua existência e organização (BILHÃO, 2005; MARÇAL, 1987; PETERSEN, 2001; SILVA JÚNIOR, 2004a). Chegados numa terra nova, os imigrantes, portadores de cultura e idioma diferentes, encontraram suporte e estímulo para a preservação das mesmas ao chegarem às cidades, por intermédio da fundação de agremiações e de outras entidades nas quais os seus valores sociais poderiam ser preservados, através de um exercício coletivo. Em virtude desse aspecto, Sílvia Petersen (2001) ratifica a importância do compartilhamento de valores culturais, como no caso dos imigrantes, para a constituição de organizações de cunho trabalhista. Contudo, a experiência desses trabalhadores, mediante disputas, convivências e tensões de toda ordem, proporcionou mudanças na maneira pela qual se identificavam. Ou

---

<sup>72</sup> Foram igualmente publicados em *A Federação* (25 de dezembro de 1914, p. 3; 29 de dezembro de 1914, p. 5).

seja, “as solidariedades étnicas começaram a ser redimensionadas em função das solidariedades de classe” (BILHÃO, 2005, p. 246).

As contínuas reivindicações coletivas do proletariado, através do uso de artifícios como a greve, permitiram que operários como os germânicos, que em Porto Alegre tinham a mesma origem da maioria dos patrões desta cidade, percebessem o quanto suas afinidades pessoais encontravam mais significação no interior da classe do que no interior da etnia alemã. Essa reelaboração da identidade começou a ficar mais nítida, entre os trabalhadores de Porto Alegre, a partir do movimento grevista ocorrido em 1906 (BAK, 2003).

Apesar do processo de identificação ser dinâmico, está sujeito a avanços e retrocessos, dependendo da maneira pela qual os grupos sociais se encontram e interagem entre si. Significa dizer que o indivíduo é capaz de compartilhar distintas identidades sociais – étnicas, de classe, de gênero – que se relacionam, dependendo tanto das circunstâncias pelas quais constrói a sua trajetória de vida quanto do contexto no qual se insere (BILHÃO, 2005). Portanto, se por um lado, a labuta diária e a militância por melhores condições ajudou a ressaltar o aspecto de classe e anti-burguês do operário, por outro lado, a concentração de determinados trabalhadores em um determinado bairro da cidade, a dedicação a um tipo de atividade profissional específica em especial (ser metalúrgico, marceneiro, chapeleiro), a formação de agremiações culturais, bem como a preferência dos patrões por imigrantes brancos ajudou a reforçar uma identidade étnica. Até porque, a maneira como os políticos de Porto Alegre (BAK, 2003) viam o trabalhador de origem alemã – que formara uma elite operária especializada e melhor remunerada (GERTZ, 1990) – destoava da maneira como viam o restante da classe trabalhadora. Isso, porém, não significaria que os operários se enxergassem como sendo membros da mesma comunidade dos seus patrões.

Sobre isso, é adequado resgatar a observação feita por Sidney Garambone. Em Porto Alegre, “a Federação Operária adota uma moção de protesto à guerra, sendo seguida pela Federação dos Operários Alemães, que aconselham os alemães e descendentes a não embarcar para o serviço do Exército” (2003, p. 75).

Por outro lado, havia entidades compostas por trabalhadores que tinham na etnia um critério definidor para a participação dos mesmos. Uma delas, o *Bürger Klub*, ao solicitar à municipalidade a isenção de imposto urbano teve negado seu pedido, justamente por seus

estatutos exigirem o conhecimento do idioma alemão, bem como o pertencimento à raça caucasiana (SILVA JÚNIOR, 2004a).

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, em Porto Alegre o movimento operário foi sendo organizado. O conflito interno maior dizia respeito à polarização entre anarquistas e socialistas, com a primazia dos primeiros no interior da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), criada no ano de 1906 (PETERSEN, 2001). Na FORGS, militavam trabalhadores de diferentes etnias e nacionalidades. Os discursos continuaram sendo feitos em diferentes idiomas (MARÇAL, 1985). Após a greve de 1906, aquelas que a seguiram foram de pequena monta e não tiveram um verdadeiro caráter coletivo, no sentido de integrar diferentes categorias (PETERSEN, 2001), mas em 1911, o *Correio do Povo* alertou (em um sentido de precaver contra os encenqueiros) a população sobre a chegada de dois líderes alemães (MARÇAL, 1985, p. 63). Contudo, no ano de 1913, as obras urbanas realizadas em Porto Alegre provocaram um aumento na atividade do movimento. Houve acréscimo de mão-de-obra estrangeira na cidade, sendo que estes também teriam sido portadores de uma sólida identidade nacional (BILHÃO, 2005).

A chegada da guerra de 1914, pelas referências obtidas junto a um segmento bem específico do movimento e vinculado a uma liderança em especial, foi recebida com indignação e com manifestações de aversão. Era, nesse caso, uma variante dos militantes da tendência socialista.

Teoricamente, o socialismo professado em Porto Alegre assumia uma postura tributária do seu equivalente europeu e buscava referências em vários autores deste continente. Benito Schmidt (2002) lembra que na capital gaúcha viviam homens simples e autodidatas que procuravam respostas para os males do capitalismo e, portanto, não desenvolveram um rigor intelectual. Mesmo havendo trabalhadores etnicamente alemães no socialismo, muitas das referências teóricas deles eram de autores franceses, em repercussão que era igual ou até maior do que a dos alemães, com destaque para o líder francês Jean Jaurès (SCHMIDT, 2002). Provavelmente, eles não estavam a par das divergências do movimento europeu.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> A *Segunda Internacional* havia sucumbido em virtude da conduta adotada pelas principais lideranças dos partidos social-democratas europeus. Ao abandonarem os ideais pacifistas e apoiarem a participação operária na Primeira Guerra, romperam com as determinações expressas durante o Congresso da Basileia, em 1912, que haviam sido alinhavadas ainda durante o Congresso de Stuttgart, dois anos antes (BOTTOMORE, 1997). A maioria dos partidos representados na Internacional acabou prestando apoio aos governos de seus países de origem durante a guerra em 1914.

O anarquista alemão Friedrich Kniestedt, que imigrou para Porto Alegre por causa da guerra, afirmara que:

“os trabalhadores alemães tinham sido entregues aos militaristas alemães pelos seus assim chamados representantes [porque não teriam] seguido a um chamado do sonho supremo da guerra, do rei, mas como social-democratas e sindicalistas bem disciplinados atenderam aos seus [...] líderes” (GERTZ, 1989, p. 112).

Nos periódicos de Porto Alegre há registros de manifestações antibelicistas que teriam ocorrido na Europa, de acordo com as informações telegráficas que chegaram. Isso se passou logo no início das hostilidades. Podem ser vistos informes referindo a ocorrência de protestos contra a guerra em importantes cidades europeias, como Londres, São Petersburgo, Berlim e Lisboa (O INDEPENDENTE, 5 de agosto de 1914, p. 2)

Os acontecimentos europeus, portanto, tiveram alguma ressonância por aqui. Um setor do movimento operário, como referido anteriormente, se levantou em oposição ao conflito. Assinado por Carlos Cavaco, como presidente, o jornal *A Federação* publicara sua contestação, cuja chamada era “Manifesto do Partido Socialista/ Ao Povo!/ Às classes trabalhadoras!/ Guerra à guerra!” (9 de agosto de 1914, p. 3).

De fato, o socialismo no Rio Grande do Sul estava profundamente ligado à mão-de-obra operária de origem alemã, como pode ser observado pela quantidade de signatários na fundação do partido com esse nome, em 1897 (MARÇAL, 1987, p. 13). No entanto, o partido citado no jornal não havia de ser o mesmo. Devia se tratar do partido de mesmo nome, fundado por Carlos Cavaco no ano de 1908 (SCHMIDT, 2002). Não obstante, a falta de referenciais teóricos, diferentemente do companheiro Francisco Xavier, o socialismo que Carlos Cavaco<sup>74</sup> professava o tornara peculiar, marcado mais pelo voluntarismo e pela sua

---

Os segmentos à direita (revisionistas) do Partido Social-Democrata alemão foram acusados de colaborarem com o esforço de guerra (MATTICK, 1988).

Uma voz dissonante em relação à posição preponderante entre a social-democracia alemã, no interior da *Internacional*, havia sido a do socialista francês Jean Jaurès. Ele já discordara dos seus companheiros alemães, ao questionar a evidente incapacidade da social-democracia alemã em promover mudanças no governo alemão, apesar do crescimento eleitoral (BOTTOMORE, 1997). A postura do francês diante da guerra também foi distinta. Enquanto os líderes alemães haviam aquiescido com o governo do país naquilo que tangia à declaração de guerra, Jaurès havia permanecido contrário à mesma, até o seu assassinato em 31 de julho de 1914. Ao que parece, o movimento alemão se deixara levar pelo discurso chauvinista da propaganda anti-eslava, e até mesmo difundido-o (LUDWIG, 1931). Em certa medida, esse comportamento foi um reflexo da intensa propaganda de guerra do governo alemão, que utilizara o artifício de publicar documentos devidamente alterados para impressionar positivamente a opinião pública interna (como veremos no item 2.9.4).

<sup>74</sup> Consta que aderiu ao socialismo no ano da greve de 1906, e a palavra “revolução” o empolgara mais em virtude da influência literária romântica do século XIX, até bastante francesa, como a obra de Victor Hugo (SCHMIDT, 2002). Além desse autor, para saber mais sobre Carlos Cavaco, ver: CAGGIANI, 1986.

vaidosa conduta pessoal. No manifesto em questão, as prédicas visavam a deixar nítida a solidariedade com os camaradas europeus.

O Partido Socialista vem agora pela imprensa [...] protestar contra a guerra que se estende tragicamente pelos povos civilizados da velha Europa.

Protesta, pois:

Em nome do sangue derramado, em nome do pranto vertido, em nome do luto que se multiplica, em nome da fome que ameaça as classes do trabalho, em nome da viuvez, em nome da orfandade!

[...]. Protesta contra a guerra!

Protesta contra o assassinato de Jean Jaurès! (A FEDERAÇÃO, 9 de agosto de 1914, p. 3).

Mesmo engajado na luta operária, além de socialista, Cavaco se identificava como republicano. Sua ideia de republicanismo provinha da inspiradora Revolução Francesa, que também seria a essência da sua doutrina socialista, daí a recorrência em usar expressões como liberdade e fraternidade (SCHMIDT, 2002). Essa recorrência se manifestou no artigo de agosto de 1914, quando do protesto “em nome da liberdade violada, em nome da fraternidade ofendida, em nome dos princípios humanos esquecidos” (A FEDERAÇÃO, 9 de agosto de 1914, p. 3).

Em realidade, o socialismo fora uma maneira de Carlos Cavaco encontrar projeção na sociedade porto-alegrense, mediante uma causa (SCHMIDT, 2002). Assim, ele conseguiu desempenhar o seu papel de “legionário de todas as ideias grandiosas” (SCHMIDT, 2002, p. 368). Aliás, a expressão “legionário” foi uma marca indelével da sua personalidade. No encerramento do “Manifesto Socialista”, em agradecimento ele deixa as seguintes palavras:

e como o Partido Socialista do Rio Grande do Sul não deseja exclusividade, nem preferências na grande batalha pelo Bem da Humanidade, declara que aceita agradecido [...] a colaboração de todo aquele que se alistar voluntário nas fileiras combatentes dos Legionários da Liberdade” (A FEDERAÇÃO, 9 de agosto de 1914, p. 3).

Ao longo de 1914, Carlos Cavaco continuou a cruzada contra o militarismo, advertindo contra os infortúnios que adviriam à classe trabalhadora sob a forma de aumento de preços e carestia (SCHMIDT, 2002). Com a continuidade das batalhas, a postura de Cavaco acabou sofrendo uma sensível alteração. Da condenação da guerra, ele migrou para o de apoio a um dos campos da contenda. Em 1917, ele formaria outro grupo de legionários, não mais da liberdade, mas do Sul, de guerreiros dispostos a grandes feitos, grupo que será alvo de comentários do trabalho, posteriormente, quando abordarmos o inesgotável ano de 1917 (item 4.5.2). O caráter de classe ficaria esmaecido pelo acentuado nacionalismo, com algumas pitadas de xenofobia. Entretanto, nesse momento do ano de 1914, a referência operária obtida

nos leva a observar que uma identidade coletiva maior, ainda era acenada como bandeira da identidade social.

## **2.8 O INCIDENTE DA DEUTSCHE POST: A DIVERGÊNCIA NO INTERIOR DA TEUTO-BRASILIDADE**

No dia onze de setembro de 1914, foi registrado no jornal *A Federação* um incidente – que já fora inteiramente resolvido, segundo a reportagem – envolvendo o jornal de língua alemã *Deutsche Post*, editado pelo pastor Wilhelm Rotermund, a mais respeitada autoridade religiosa luterana no Rio Grande do Sul. Ele tinha iniciado uma campanha em benefício dos combatentes alemães.

Em virtude da existência de uma maioria de francófilos, principalmente na capital do estado, ocorreu uma queda de braço entre as duas tendências, que acabou provocando maior desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica, independentemente do credo religioso (A FEDERAÇÃO, 11 de setembro de 1914, capa).

O artigo publicado na *Deutsche Post* externava o sentimento de inconformidade da comunidade germânica luterana, ante o desejo manifesto por uma fração da sociedade gaúcha de ver a Alemanha destruída na guerra. No caso, os cidadãos criticados assim o eram porque manifestavam a sua torcida pela França. O doutor Rotermund chamava a atenção para o fato de muitos alemães e descendentes, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, viverem e trabalharem no Brasil para gerar riqueza para o Brasil, por livre e espontânea vontade, em decorrência de terem escolhido este país como lar e, portanto, seria, no mínimo, uma indelicadeza desejar o mal para a Alemanha. Por si só, tal desejo era uma ofensa de alguns brasileiros a seus próprios concidadãos, uma vez que os franceses não haviam pensado em morar no Brasil. Causavam indignação, de acordo com as suas palavras, os predicados negativos atribuídos aos alemães, os quais seriam totalmente injustos, pois afirmava que



“aqueles que já estiveram na Alemanha não sabem como louvar a cortesia e a hospitalidade alemãs” (A FEDERAÇÃO, 11 de setembro de 1914, capa).

Esse comportamento ele atribui à ignorância de alguns canalhas que estariam tentando tirar benefício próprio. A solução apontada não poderia ser outra a não ser um total boicote. Os indivíduos de origem germânica deveriam se negar a comprar os jornais mentirosos, se esforçar para trazer à tona notícias que fossem totalmente verdadeiras sobre o povo alemão, e adotar uma iniciativa mais radical, a de cortar relações comerciais com aqueles que dessem demonstrações de germanofobia. Encerrando o assunto, aconselhava aos brasileiros de outras etnias, especialmente os luso-brasileiros, que manifestassem a mesma deferência que os alemães sempre demonstraram: a de aprender o idioma alheio.

Em realidade, existiam motivos para apreensão. Os antecedentes do dr. Rotermond indicavam que o mesmo, ao longo das décadas anteriores, mantivera uma postura sectária com relação à miscigenação. Apesar de possuir uma preocupação exclusiva com a preservação da cultura, o racismo manifestado podia ser perfeitamente compreendido como ameaça à integridade brasileira no contexto da guerra. As suas recomendações não eram veladas, pois, foram também abertamente expostas no seu jornal, como lembra Frederick Luebke:

In São Leopoldo, Dr. Wilhelm Rotermond insisted on german superiority, arguing that Teuto-Brazilians must remain exclusive and racially pure, because miscegenation could only introduce decadence. “we Germans are an elite”, he wrote in his *Deutsche Post* in 1897, “and can fulfill our cultural mission only when we do not mix with Latin people [romanische Rassen]” (1987, p. 72).

Antes de continuar com os desdobramentos do caso da *Deutsche Post*, fazem-se imperiosas algumas colocações, para compreender o contexto adverso à religião reformada e tributária dos ensinamentos de Lutero, no Rio Grande do Sul. Um pouco disso passa pelos apontamentos realizados no capítulo anterior (item 1.2).

Wilhelm Rotermond nascera em Stemmem, nas proximidades de Hannover, tendo emigrado para São Leopoldo – próximo a Porto Alegre – em 1874, formado em teologia. Tendo emigrado após a unificação alemã, era homem de um novo tempo, orgulhoso da grandeza do Estado de onde provinha, e, por isso, sentia-se mais inclinado ainda a reafirmar o renovado valor da germanidade. Sem embargo, enquanto representante espiritual de fiéis que, na maioria das vezes pouco tinham em comum com a Alemanha, soube mesclar as convicções que trouxe com o respeito à trajetória daqueles que o antecederam nas terras do Brasil.

Por um lado, a igreja luterana, da qual ele era o maior expoente no Rio Grande do Sul, adotou uma orientação de pagar tributo às origens, com louvações ao dia da unificação e ao aniversário do *Kaiser*, algo que não existia anteriormente. Tal tradição havia começado, de maneira insipiente, na década de 1860, após a chegada dos primeiros pastores imbuídos também da ideia de revigorar a cultura germânica. A ênfase pretendida ia ao encontro de um outro objetivo, que era o de fortalecer vínculos entre os dois lados do Atlântico, de modo a viabilizar relações econômicas entre os capitalistas alemães e seus parentes distantes (DREHER, 1984).

De outro lado, havia a questão do isolamento ao qual fora a comunidade luterana submetida. Tendo o Brasil, durante a maior parte do século XIX, sido um império que tinha no catolicismo a religião oficial, prevalecia um sentimento de solidão que sobrepujava o dos imigrantes católicos, ao mesmo tempo em que havia um processo de reafirmação da fé. O matrimônio com católicos automaticamente significava a conversão ao catolicismo, e a necessidade de educar os filhos nos ditames de Roma – algo que repercutiu sobre a quantidade de luteranos. Logo, o catolicismo era visto como uma doutrina internacionalizante, que, ao aproximar o imigrante da nova comunidade, afastava o indivíduo de sua tradição original, pois, na visão dos luteranos, a Igreja Católica não teria interesse de preservar o idioma alemão, em detrimento do latim (DREHER, 1984).

Por fim, estreitamento de laços econômicos não significaria submissão política. Os pastores, na sua maioria, eram contrários à ruptura política entre as regiões coloniais com o restante do Brasil. A ideia de submissão à Alemanha não era cogitada. Até mesmo porque, pelo fato dos imigrantes que chegaram posteriormente serem considerados pretensiosos pelos que aqui já estavam, os teuto-brasileiros de segunda e terceira geração faziam questão de afirmar sua condição de brasileiros. Portanto, a noção de germanidade expressa pelo doutor Rotermund estava fundada, especialmente, na questão do idioma. Para ele, a trajetória histórica permitia que a fé se reafirmasse pela língua alemã, ou seja, era a língua um ponto fundamental que estava na base da germanidade e de todo o pensamento (BRITTO, 2009), sendo que, sem ela não haveria igreja (DREHER, 1984).

A questão do idioma, quando tomada erroneamente de forma isolada, como de fato foi, só poderia gerar o tipo de comentários candentes proferidos, e ser tratada como matéria de preocupação, algo bastante compreensível, dadas as circunstâncias da guerra. Contudo, também fica evidente a falta de sensibilidade do pastor para abordar um assunto delicado que

antes da sua manifestação oficial já causava estranhamento. Isso não predisponha os brasileiros de outras origens a usarem de boa vontade para ponderar o caso. Em sua defesa, está o fato de que as suas palavras, proferidas em alemão, talvez possam ter sido mal traduzidas, como, de fato, ele alegou (A FEDERAÇÃO, 11 de setembro de 1914, capa).

A repercussão não foi maior devido ao tratamento dado pelo governo. Acontece que, o jornal oficial *A Federação* conduziu o incidente como sendo apenas um episódio isolado, relacionado exclusivamente com a *Deutsche Post*, não uma questão religiosa (não acusaram os protestantes), nem de etnia (não acusaram os alemães e teuto-brasileiros), embora uma ferida tenha ficado exposta à sociedade.

Apesar de minimizar o acontecido, referenciando que sempre é positivo aprender um novo idioma, além de reconhecer a importância da região colonial para o Rio Grande, o jornal *A Federação* explicitou que o presidente do Estado havia chamado o doutor Rotermund para prestar esclarecimentos. Por fim, o periódico afirmou que o pastor havia pedido desculpas pelo mal entendido e publicou uma tradução do pedido de desculpas do próprio jornal de língua alemã, na qual juntamente aparecia uma explicação da importância da preservação do idioma natal para a identidade e, mais do que isto, para a definição da alma de um povo, o que não os impedia de serem brasileiros patrióticos. O mesmo é por demais elucidativo. Ele começa dizendo:

nós, teuto-brasileiros, e a nação alemã, especialmente nos últimos tempos, estamos sujeitos a tantas agressões. Não nos deveríamos considerar a nós próprios, se não quiséssemos protestar contra isso. [...]. Queremos viver em paz com os nossos concidadãos [...] para o levantamento e fortalecimento de nossa pátria brasileira (A FEDERAÇÃO, 11 de setembro de 1914, capa).

Embora não coloque diretamente os teuto-brasileiros dentro da nação alemã, ele não a coloca dentro de uma nação brasileira. Para designar a preferência pelo Brasil, ele prefere utilizar o termo pátria. O motivo tem relação direta com a construção histórica da identidade do imigrante germânico.

### 2.8.1 Teuto-brasileiro: membro da nação brasileira ou da pátria brasileira?

Durante a primeira metade do século XIX, após a independência do Brasil, existia já um debate sobre a existência da nação brasileira, o qual foi marcado por uma produção literária de cunho romântico (LEITE, 1983; RICUPERO, 2004; SANTOS, 2010; WEFORT, 2006). Mesmo tendo havido a mudança no eixo teórico a partir da década de 1870, com a busca de referenciais mais científicos, a questão da nação permaneceu como centro de discussões (LEITE, 1983; OLIVEIRA, 1990; SANTOS, 2010; WEFORT, 2006), ultrapassando em bastante tempo o período em que a valorização do Brasil se encontrava restrita ao elogio do torrão natal – a pátria –, que era típico do final do século XVIII brasileiro (LEITE, 1983), embora não tenha desaparecido dos trabalhos dos períodos posteriores (MAGNOLI, 1997). Portanto, a nação não era um conceito que pudesse ser ignorado sob a alegação de que este era considerado pouco familiar à realidade brasileira no começo do século XX.

Ao observarmos aquilo que o vocabulário da época comumente compreendia daqueles conceitos, vê-se que, de fato, poderiam ocorrer interpretações conflituosas, que dariam, justificadamente, margem a manifestações alarmistas. Um dicionário da língua portuguesa, publicado em Lisboa (FIGUEIREDO, 1913), compreendia, como era de esperar, que a ideia de pátria remetia à terra em que se nascia. Enquanto a nação era entendida como um “conjunto de habitantes de um território, ligados por interesses comuns e considerados como pertencentes à mesma raça [...] com caracteres comuns” (FIGUEIREDO, 1913, p. 213). Os significados encontram semelhança com a apresentação feita por um outro dicionário, publicado no Rio de Janeiro, no ano seguinte (POMBO, 1914). Porém, este último apresenta maior detalhamento da compreensão da nação. Para ele, além de passar pela raça, os caracteres comuns seriam igualmente importantes, como “índole, costumes, usos, cultos, língua, etc.” (POMBO, 1914, p. 498). Mais além, faz diferença em relação ao povo, porque a nação é natural, enquanto o povo, sendo artificial, é o conjunto submetido a uma mesma lei e ao mesmo governo.<sup>75</sup> Anos mais tarde, já depois da guerra, um terceiro dicionário, também editado no Rio de Janeiro, que igualmente compartilhava da visão sobre a pátria, expressou a

---

<sup>75</sup> Aqui, talvez involuntariamente, é retomado o debate sobre nação política e nação cultural. No caso, ele o reduz ao afirmar que “nação” seria o equivalente ao conceito de nação cultural, e que “povo” seria o equivalente da nação política.

nação como “a gente de um país, ou região, que tem língua, leis e governo a parte” (SILVA, 1922).

Eis aí uma outra questão que, ao invés de ajudar, complicou ainda mais: a noção de raça. Na passagem do século XIX para o XX, mais claramente a partir de 1870, o Brasil passou a respirar a influência cientificista que misturava biologia e política, mais precisamente, raça e nação (SILVEIRA, 2004). “No conjunto, pode-se pensar que a palavra designava um conjunto de valores morais, intelectuais e físicos inatos, comuns a determinados grupos humanos, valores esses transmitidos hereditariamente” (COSTA, 2004, p. 66). A raça parece reforçar a compreensão que se tinha da nação como algo inato ao agrupamento. “Tanto os pensadores estrangeiros quanto os letrados nacionais, por vezes, empregavam a palavra ‘raça’ para designar a nacionalidade do indivíduo” (COSTA, 2004, p. 78). Portanto, fica difícil inferir exatamente aquilo que se desejava explicar quando faziam menção à nação, sendo muito necessário analisar o contexto no qual a citavam.

Embora não seja objetivo buscar a justificção dos conceitos utilizados a partir de dicionários, fica evidente – e este é o objetivo de vasculhar o significado corrente no início do século XX – que não havia uma percepção homogênea do seu significado dentro dos próprios dicionários, que foram elaborados por pessoas que se destacam por uma erudição acima da média. Agora, imagine-se a diversidade que poderia estar presente na cabeça do indivíduo comum.

Não pairando dúvidas maiores sobre a relação direta entre a terra de origem com a pátria, a nação se apresentava pluralíssima. Ela parecia contemplar, concomitantemente, os valores culturais e políticos expostos na longa discussão a respeito dos critérios identificadores da nação. Esta está, classicamente dividida entre nação cultural, tipificada pelo modelo alemão, e nação política tipificada, pelo modelo francês, fartamente discutida em algumas obras importantes brasileiras e estrangeiras que observam esta partição, seja concordando ou contestando-a (HERMET, 1996; OLIVEIRA, 1990. RICUPERO, 2004; SMITH, 2004). Ainda naquilo que tange à distinta ênfase dada à nação, cultural ou política, dependendo da interpretação que se aceitar, há de se contemplar também que a escolha e crença na veracidade de um critério como identificador influi na maneira como a dita “nação” se relaciona com o Estado constituído no qual as pessoas habitam. Portanto, a nação pode ser vista como uma coletividade que converge em relação ao Estado, encontrando nele um

elemento de agregação, ou, ao contrário, que vê no Estado um elo menor ou até mesmo avesso aos interesses da coletividade, ponto de vista levantado por Walker Connor (1991).

Em virtude da pouca clareza dos valores inerentes quando da evocação de uma nação brasileira, ficaria compreensível que uma pessoa se sentisse impelida à condição de alerta, ou preocupada, em posição diametralmente oposta a das ideias expressas pelo doutor Wilhelm Rotermund. Por certo, haveria aqueles que, alegando algum critério inato da raça alemã, do ponto de vista biológico, colocar-se-ia totalmente avesso à mesma, portanto, conceitualmente seria possível entender que o pastor estivesse pregando a lealdade a outro Estado, e não ao brasileiro. De acordo com o que se sabe, não era o caso, mas, afinal, querer o bem da pátria não implicaria necessariamente em mantê-la sob a mesma soberania (uma interpretação literal das palavras do artigo traduzido por *A Federação* permite tal possibilidade de conclusão, mesmo que forçada). O importante aqui é destacar que, independentemente da perspectiva que se pudesse adotar como correta, existia um caos terminológico que favorecia a ocorrência de desentendimentos.

A construção da identidade étnica resulta da alteridade e não necessariamente do isolamento de uma comunidade (WEBER, 1997), por isso ela repercute um processo histórico, que no Rio Grande do Sul começou em 1824. No caso dos indivíduos de origem germânica gaúchos, essas identidades afloraram nas décadas finais do século XIX (SEYFERTH, 2004). Ao longo do processo de fixação, ficou evidente a eleição de uma nova pátria pelos imigrantes. Contudo, os novos habitantes (os imigrantes) preservaram uma cultura que antecedia bastante à da pátria escolhida. Acontece que essa cultura, voltada para a afirmação da etnicidade – germanidade (*Deutschtum*) – passou a receber influência direta da Alemanha, entre a passagem dos séculos XIX e XX, através de pastores e professores que para o Brasil vieram. Muitos escritores alemães foram aqui celebrados, entre os quais Fichte (SEYFERTH, 2004), que fora o principal teórico do nacionalismo alemão (conforme comentado no capítulo anterior, no item 1.3), cuja característica englobava a aceitação de um poderoso Estado alemão e do racismo (BERLIN, 1999; HERMET, 1996). A identidade étnica foi reforçada através do desejo de preservação do grupo mediante a valorização da endogamia. Paralelamente, a própria fé luterana – amparada por missionários oriundos da Alemanha – visava ao enraizamento somente entre os indivíduos que tivessem em comum a ascendência, o que seria uma forma de preservação da germanidade (JUNGBLUT, 2004). Significa que, em realidade, os próprios indivíduos de origem germânica, indiretamente, estimularam a mescla conceitual entre etnia/raça e nação, sendo difícil precisar os limites

entre uma e outra. Então, é nesse aspecto que a preocupação expressa por Sílvio Romero reside (item 1.4 do capítulo anterior), quando ele mostra desconfiança em relação ao teuto-brasileiro (SEYFERTH, 2004).

Por fim, é sabido que na Igreja de Lutero a educação e a evangelização são indissociáveis<sup>76</sup> (SÄNGER, 1961). Contemplando essa realidade insofismável que envolveu a criação de várias escolas confessionais no Rio Grande do Sul no final do século XIX e no início do XX, entidades alemãs, como a *Allgemainer Deutscher Schulverein zur Erhaltung des Deutschtums im Auslande* (Associação Alemã de Escolas para a Manutenção da Germanidade no Exterior) e a *Orstgruppe Hamburg* (Grupo Regional de Hamburgo), fomentaram e apoiaram “escolas para alemães e descendentes no exterior bem como enviaram professores alemães” (ARENDDT, 2005a, p. 39). Dada essa condição, ocorreu a fundação de uma associação de professores, vinculada à entidade responsável pela preservação e pelo desenvolvimento da fé – Sínodo Riograndense (GOTTSCHALD JÚNIOR, 1961) –, que teve participação na criação do jornal *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul* (Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul), órgão que durante a Primeira Guerra anunciava que a mesma era fundamental para a Alemanha “levar a cultura do povo alemão ao mundo” (ARENDDT, 2005a, p. 55). A autora evidencia que a defesa feita da germanidade carecia de uma sistematização, mas que passava pelo fomento de uma consciência étnico-nacional alemã (2005a, p. 109).<sup>77</sup>

Mais uma vez seria adequado frisar que não se está objetivando provar que havia o interesse da parte dos indivíduos de origem germânica, prenes em contradições (SEYFERTH, 2004), e, no caso específico da de fé luterana, em buscar uma integração a outro Estado ou em romper com o brasileiro. O pastor Wilhelm Rotermund veio a dar, ao longo do tempo, sobejas provas de lealdade ao Estado brasileiro. Contudo, parece ser razoável supor que o contexto geral, não do ponto de vista teórico, mas prático, possibilitou a sincera crença na existência de um “perigo alemão”. Afinal, “o movimento ‘germanista’ era um fato, e por isso não admira que setores da população brasileira deduzissem, a partir desses elementos realmente existentes, conclusões sobre o conjunto da população de origem alemã” (GERTZ, 2004a, p. 30).

---

<sup>76</sup> Para Lutero, a igreja instituição externa tem por objetivo garantir o correto ensino e a correta pregação da Palavra, sem a qual não se alcançaria a verdadeira Igreja (DREHER, 2006). Logo, não existe evangelização sem educação, nem educação sem evangelização.

<sup>77</sup> Embora, neste caso, fosse mais importante compreender exatamente o significado da expressão étnico-nacional.

Convém ressaltar que a condução firme, porém compreensiva, do governo também se vinculava à concepção de política pública existente. Dada a influência positivista que defendia a liberdade de ensino, o governo não objetava a existência de escolas confessionais (SEYFERTH, 2004).

A grande repercussão foi dada pelo *O Independente*, que chegou a lançar uma edição especial de sábado, no dia 5 de setembro, para tratar do assunto. Sucintamente, chamava a atenção para o pan-germano que estava a tramar contra os brasileiros. Louvou os componentes das comunidades teuto-brasileiras que condenaram o pastor e explicou que o comportamento fomentado por Rotermund seria uma falta em relação à declaração de neutralidade e um demérito para a própria Alemanha, que teria nele um inimigo (O INDEPENDENTE, 7 de setembro de 1914, p. 2). Reafirmou a importância da colonização, para circunscrever as críticas apenas ao referido líder, quando comentou que “a colônia contribuiu para o povoamento do solo, valorizando-o; aumentou a produção do sul do Brasil” (O INDEPENDENTE, 5 de setembro de 1914, capa), mas lembrou que a mesma enriqueceu e obteve liberdade que na Europa não tinha e, portanto, ao compartilhar da cidadania brasileira, ninguém deveria nada em especial à colônia alemã. A investida contra o pastor, e contra a *Deutsche Post*, continuou nos dias posteriores, chamando-os, novamente, de pan-germanos, de contrários aos brasileiros (7 de setembro de 1914, capa), e acusando Rotermund de ter “brasilofobia” (11 de setembro de 1914, capa). Quando da retratação, feita pelo pastor a Borges de Medeiros, o jornal (7 de setembro de 1914, capa) bradou ofendido ante a menção de Rotermund a um possível erro de tradução, afirmando que não seria difícil entender aquilo que havia sido escrito em alemão. Dias depois, talvez esquecendo do que fora dito, ao reclamar de um artigo escrito por Arno Philipp na *Deutsche Zeitung*, o editorial d’*O Independente* afirmou que era muito difícil compreender a língua de Goethe, porque “conhecemos apenas o alemão colonial, aquele patuá” (23 de setembro de 1914, capa). Ao que parece, de fato pode ter ocorrido um mal entendido pela incapacidade de muitos homens do jornalismo municipal em compreender a língua alemã.

A postura do jornal estivera voltada aos casos dos supostos “mal-agraçados” do sul do Brasil, que seriam um motivo de ultraje, insulto que passaria pelo desprezo da língua portuguesa. À Alemanha, *O Independente* continuava mostrando respeito e consideração. Ao referir ao imperador Guilherme II, na mesma data do comentário citado anteriormente, pode ser extraída a citação “o imperador Guilherme – a quem se tem lisonjeado amiudadas vezes as qualidades de sedução pessoal” (23 de setembro de 1914, capa). Tampouco residia aversão à



participação germânica na política do Brasil, ao ressaltar a importância de Koseritz, e lembrando que este “expressava-se mal, mas escrevia sem pecados o nosso idioma” (23 de setembro de 1914, capa).

Há de se dizer que os desdobramentos foram tão intensos no interior das comunidades germânicas quanto fora. Fazendo coro à repreensão dada pelo governo, jornais de língua alemã que circulavam em Porto Alegre repercutiram o fato, conforme excertos publicados em *A Federação*. O comentário mais interessante proveio do jornal católico *Deutsches Volksblatt*, ao afirmar que o colega vernáculo teria prestado “um mal serviço à colônia alemã!” Isso, porque o vocabulário e o tom manifestado pelo jornal colega “tem alardeado desde o princípio da guerra, não poucas vezes e com insistência charlatanesca, um heroísmo de boca”, para tanto insistia que o mesmo poderia “ter o critério e o discernimento preciso para não instigar (...) a prevenção que os luso-brasileiros não deixam de nutrir contra nós alemães” (*A FEDERAÇÃO*, 11 de setembro de 1914, capa).

Vê-se no trecho acima que, apesar da firmeza da crítica, poderia haver, caso desejado fosse, de levantar também uma suspeita (mesmo que leve) contra quem criticara o pastor. Ao mencionar “nós alemães”, os católicos reafirmavam o caráter étnico-cultural da nacionalidade. Ao que parece, não teria relação alguma com a cidadania, mas um olhar apurado da parte de algum gaúcho cético poderia reforçar ainda mais as dúvidas sobre o povo germânico.

No entanto, o objetivo era de, claramente, debelar motivos de suspeita. Mais do que procurar possíveis focos de rebeldia, *A Federação* manifestava o intuito de lembrar a comunidade luterana da importância de estar sob o beneplácito temporal do governo. Claro, além de antever um possível foco de problemas em virtude da existência de uma maior quantidade de admiradores da França no estado, pois que, se comentários viscerais pudessem ser evitados, no futuro talvez não houvesse maiores ameaças à manutenção da ordem, como acabaram ocorrendo. Do ponto de vista do poder constituído, estava sendo dito que a autoridade do doutor Rotermund tinha claras limitações, que a circunscreviam ao campo religioso e não poderiam ser transpostas sem prévia aprovação de Borges de Medeiros.

## 2.8.2 A posição dos teuto-brasileiros católicos

À crítica do *Deutsches Volksblatt* convém resgatar a disputa existente no campo religioso, entre os católicos e os luteranos. Afinal, o editor do referido jornal católico era o mesmo responsável pela impressão da Revista Eclesiástica da Arquidiocese de Porto Alegre (UNITAS), o senhor Hugo Metzler (uma personalidade que terá papel de destaque em outros momentos da guerra, como poderá ser visto, no capítulo 4).

Quando ocorreu o “X Congresso de católicos teuto-brasileiros” em Novo Hamburgo, em 1914, a abertura foi realizada com a presença do arcebispo D. João Becker, acolhido como presidente de honra. Arcebispo que comandou o catolicismo em terras gaúchas por mais de trinta anos (1912-1946).

Apesar de ter nascido na Alemanha, na cidade de Saint Wendel, em 1870, veio ainda criança para o Rio Grande do Sul, com a sua família, que fixou residência na cidade de São Vendelino (ISAIA, 1998). No entanto, ele não chegou a manifestar qualquer orgulho das suas origens germânicas, sendo que São Vendelino (no interior do Rio Grande do Sul) era a cidade na qual afirmava ter nascido – o que não chega a ser uma mentira completa. Pelo que consta, em entrevistas com visitantes alemães chegava mesmo a pedir intérprete, apesar de dominar perfeitamente o idioma alemão (GERTZ, 2002).

Como característica de sua conduta, D. João Becker era considerado um elitista, sempre envolvido em atividades que lhe granjeassem visibilidade e destaque. Demasiadamente ligado à elite e ao governo, entre outras coisas, sentia-se pouco afeito à disputa de prestígio, ainda mais no interior da Igreja que via como seu domínio (ISAIA, 1998). Em virtude de sua postura, o arcebispo teve uma relação atribulada com os indivíduos de origem germânica. Entre outras características, ele recomendava que os sacerdotes evitassem as pregações em idioma alemão, chegando até mesmo a interditar cultos. Para se ter um vislumbre do alcance do mal estar em relação à sua ascendência familiar, e à própria vaidade pessoal, a paróquia São José de Porto Alegre, das mais abastadas e importantes, “que congregava a comunidade alemã, teve com o arcebispo uma contenda, em que se chegou a arbitramento do Papa” (ISAIA, 1998, p. 53), em virtude das rendas da paróquia.

O período de 1914 a 1918 marcou a degradação no relacionamento entre a comunidade católica germânica gaúcha e a sua Igreja. No início da conflagração mundial, prevaleceu a boa vontade da arquidiocese do estado, sob a autoridade de Dom João Becker, para com fatia considerável dos seus fiéis, que mesclava, sem maiores contratempos, elementos culturais distintos, entretanto a sua recomendação era a de que preponderasse a assimilação dos descendentes de alemães.

Apesar da posição da autoridade máxima da arquidiocese, em comum, os católicos e os luteranos de mesma ascendência étnica tinham o zelo pela manutenção da identidade, a mesma apesar das divergências.<sup>78</sup> Tanto que, durante o X Congresso, cujo presidente eleito fora Hugo Metzler, os debates nas reuniões passavam pela condenação da política governamental de criar colônias mistas (UNITAS, n. 2 e 3, 1914). Igualmente, o congresso defendia o direito de “continuar a cultivar a língua dos seus antepassados” (UNITAS, n. 2 e 3, 1914, p. 57).

Há de se distinguir, não obstante, a maneira como separaram a etnicidade da conotação política da nacionalidade alemã. Também fazendo uso do apelo à pátria, para justificar a afetividade com a terra, marcaram uma posição na qual negavam definitivamente qualquer possibilidade de aproximação com um outro Estado. Fica claro diante da argumentação feita que:

os habitantes das chamadas ‘colônias alemãs’ no sul do Brasil não são alemães no sentido político da palavra, mas são teuto-brasileiros, que tanto se ufanam de serem brasileiros como qualquer luso-brasileiro, que pagam os mesmos impostos que estes e morrem nos mesmos campos de batalha em defesa da mesma Pátria, que poderosamente contribuíram para a prosperidade dos estados onde de preferência residem (UNITAS, n. 2 e 3, 1914, p. 57).

A identidade brasileira passa, fundamentalmente, pelo *jus soli*, de nascimento no território, e não pelo *jus sanguinis*, de característica alemã. Embora o teuto-brasileiro católico não negasse sua germanidade, a reivindicação de um caráter brasileiro se enseja mediante a reivindicação de uma cidadania, sentimento que, sinceramente, era expresso por germânicos em geral (SEYFERTH, 2004), mas habilmente reforçada pela manifesta disposição de ir às últimas consequências pelo Brasil.

Houve, de fato, casos de alemães e descendentes, contados por Coaracy (1962), que se dirigiam para morar na Alemanha após alcançarem a prosperidade material. Eram eles

---

<sup>78</sup> Como afirma Frederick Barth (1997), as divergências existentes podem dificultar o processo de identificação dos grupos que se veem como distintos, mas não anula o pertencimento deles a uma mesma etnia.

celebrados pelos amigos, que desejavam felicidade nessa volta às origens. Entretanto, apesar do desejo de permanecer, a maioria voltava para o Brasil, em virtude de não conseguirem se adaptar a uma sociedade que não era a sua.

No entanto, a confusão volta a se fazer presente quando lemos um comentário, feito logo em sequência, do redator do jornal católico *Deutsches Volksblatt*, José König. Ele afirmou que a Igreja preservaria as “culturas nacionais, para extrair o que melhor tem delas, inclusive a língua” (UNITAS, n. 2 e 3, 1914, p. 63), apesar de condenar os vícios, que qualificara de nacionais, como o orgulho exagerado. Em certa medida, o redator do jornal fez coro aos comentários feitos por Vivaldo Coaracy, no início do capítulo (item 2.4). Não obstante, ao referir sobre os predicados da sua cultura, tomara, inadvertidamente, a nação pela raça. Ou seja, mesmo estando bem clara a separação entre política e cultura, enfatizando a absoluta brasilidade cívica e política dos teutos, a ideia foi permeada por dois conceitos, raça e nação, como tendo um mesmo significado. Portanto, o mal-entendido conceitual estava longe de ser resolvido, o que reafirmaria a continuidade das compreensões equivocadas e das acusações erroneamente feitas.

Uma outra cisão com relação aos luteranos ficou evidente quando foi abordada a participação de cada grupo no interior da sociedade. Nesse momento, os católicos manifestaram sua inconformidade, explicando que no solo gaúcho estaria a se desenhar uma situação semelhante à da Alemanha, na qual os luteranos desfrutavam de vantagens, decorrentes da proteção dada pelo governo, e, por isto, menosprezavam os católicos. Para evitar uma repetição do mesmo quadro, o padre Bolle denunciou que um perigo semelhante estaria surgindo no Rio Grande do Sul, “no horizonte das colônias teuto-brasileiras. Já também aí começam a ser mais numerosos os médicos, advogados, juízes, funcionários protestantes, que os católicos” (UNITAS, n.<sup>os</sup> 2 e 3, 1914, p. 61). Fica patente, então, que a crítica promovida contra a *Deutsche Post*, por ocasião da guerra, se inseria em outra mais antiga e que dizia respeito à rivalidade religiosa, marcada pelo desejo de visibilidade na sociedade gaúcha.

Igualmente destacável é a principal proposta deliberada no evento, pelo que consta, motivada por prudência. A resolução do X Congresso se concentrou em “dedicar atenção particular às tendências socialístico-anarquísticas e opor-se a tempo à sua invasão nas rodas de operários cristãos” (UNITAS, n.<sup>os</sup> 2 e 3, 1914, p. 66). Portanto, a fé católica, ao se destacar como elemento agregador que buscava manter a coesão no interior do grupo, excluía e

condenava determinadas práticas. Apesar de muitos teuto-brasileiros e alemães integrarem o movimento operário, o fato de compartilharem de formas de pensamento anticapitalistas, como o socialismo e o anarquismo, poderia indispor-os diante dos indivíduos com os quais compartilhavam traços étnicos.

Significa dizer que havia fatores sociais que excediam em importância àqueles que eram linguísticos e fenotípicos. Embora as dissensões fossem intensas no interior daquilo que se denomina germanidade, o fator étnico acabava sendo confirmado por aqueles que, externamente, viam o conjunto dos indivíduos como sendo pertencentes a uma mesma etnia/raça/nação. Apesar disso, a preocupação demonstrada põe em relevo o perigo que algumas doutrinas representariam para a coesão do grupo (BARTH, 1997).

## **2.9 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA EM PORTO ALEGRE**

Nesse item serão abordadas as questões relacionadas à literatura e ao cinema. Ambas as formas de comunicação tinham no exterior pontos essenciais para a manutenção de seus públicos. Apesar de evidenciarem apenas uma visão restrita do consumo cultural dos cidadãos porto-alegrenses, ambas são particularmente interessantes para observar a preponderância da cultura francesa.

### **2.9.1 O cinema: propaganda de guerra**

As forças armadas alemãs eram comentadas e observadas com atenção, sempre que possível. Para isso, o cinema desempenhou a função de satisfazer a curiosidade. Sidney Garambone (2003), que estudou a relação entre a mídia carioca e a Grande Guerra, cometeu o lapso de esquecer o serviço desempenhado pelo cinema na informação dos eventos dos

campos de batalha europeus. Assim como os periódicos escritos, as salas de cinema do começo do século XX informavam os frequentadores, mediante a massiva utilização de documentários jornalísticos durante as sessões de exibição. Como os filmes eram curtos, ao pagar o ingresso o cliente tinha o direito de assistir diversos filmes, passados em sequência (BONOW, 2007). Há de se colocar em destaque o fato da maioria das empresas cinematográficas, que produziam os filmes exibidos no mundo, serem francesas. As companhias francesas dominaram o mercado mundial de filmes até a Primeira Guerra, através de nomes como *Gaumont*, *Pathé Frères* e *Éclair*. Daí o fato de não ser tão usual a possibilidade de observar o movimento do exército alemão. No quesito cinema, reinava a mediocridade na Alemanha, não havendo nenhuma grande companhia até 1917, ano em que o governo investiu pesadamente, criando a *UFA* (SADOUL, 1983).

As companhias francesas, inseridas e predominantes no sistema (o tripé produção, distribuição e exibição) mundial de filmes para o cinema (SADOUL, 1983), dominavam o fornecimento de filmes para os cinemas de Porto Alegre, juntamente com as companhias norte-americanas e italianas. Como em 1914, nenhum desses dois outros países estava na guerra havia um predomínio francês na produção de documentários, ou, como se dizia na época, de jornais da tela.<sup>79</sup>

Lamentavelmente, não é possível informar quantos jornais da tela foram veiculados nos vários cinemas que possuía a capital.<sup>80</sup> Como eles compunham o repertório da programação que, geralmente, possuía um filme principal, costumavam não receber tanto destaque. Os dados obtidos não permitem muita precisão, devido ao fato de haver, frequentemente, a omissão do nome da companhia<sup>81</sup>, e, às vezes, a omissão do número do jornal<sup>82</sup> que acompanhava o título da companhia cinematográfica (quando este era lembrado). Apesar do inconveniente, foi possível perceber que, nos exemplares de *A Federação*, entre os meses de agosto e dezembro, ao longo de 49 dias, houve a exibição de pelo menos um jornal da tela em alguma casa de cinema. Sendo que, em todos esses dias, observando todas as referências de

---

<sup>79</sup> Eram boletins informativos mostrando as movimentações das tropas, exercícios de treinamento, desfiles e batalhas. Na verdade, estava mais para filmes de propaganda. A importância desses informativos foi tão grande para estimular o ânimo do público que havia controle dos governos sobre a produção dos filmes (BONOW, 2007).

<sup>80</sup> Havia mais cadeiras de cinema em Porto Alegre por habitante naquela época do que atualmente. Para melhor ver o número de casas existentes na década de 1910, até a Guerra de 1914, ver: BONOW, 2007; STEYER, 2001.

<sup>81</sup> Programação da sala de exibição: “Cinema Coliseu – Os Horrores da Guerra, filme natural, atualidades” (A FEDERAÇÃO, 27 de dezembro de 1914, p. 3).

<sup>82</sup> Programação da sala de exibição: “Cinema Apollo – Gaumont Jornal” (A FEDERAÇÃO, 16 de setembro de 1914, p. 3). Não há como saber de qual se trata.

todas as salas de cinema arroladas em *A Federação*, houve 73 citações. Acontece que, em alguns momentos, uma única sala exibia dois jornais da tela, em outros momentos, em um único dia, diferentes salas anunciavam a exibição de diferentes jornais da tela.

#### **Filmes da conflagração**

Ontem à tarde, no elegante cinema Guarany, perante grande número de convidados foi exibida uma série de interessantes filmes com episódios da atual conflagração europeia (*A FEDERAÇÃO*, 6 de novembro de 1914, p. 2).

Não havia periodicidade na troca dos filmes em cartaz porque o conflito tornou o fornecimento inconstante. Mesmo assim, havia fornecimento, e permaneceu um domínio francês ao longo da guerra, posteriormente acompanhado pelas fitas de origem italiana e norte-americana. Portanto, antes dos periódicos escritos, houve uma intensa e aberta propaganda aliadófila, via cinema. Essa, no caso, ocorreu em Porto Alegre desde o começo da guerra, através das películas exibidas, já que os de origem alemã eram produzidos em menor quantidade, devido ao fato das companhias possuírem menor expressão e terem aqui desembarcados filmes em menor quantidade ainda, por precisarem se desdobrar para superar o bloqueio naval imposto pelos britânicos.

### **2.9.2 A Biblioteca Pública e os seus periódicos**

Uma tendência muito similar se deu no âmbito da leitura. A afirmação se justifica pela avassaladora presença de periódicos de origem francesa em Porto Alegre. Evidentemente, seria inviável quantificar o número dos periódicos de origem estrangeira que adentraram a cidade. Mais inverossímil, ainda, seria estimar a quantidade de leitores dos mesmos. Apesar dos percalços, há uma referência que permite alguns comentários. Ao fazer um levantamento do acervo de periódicos assinados pela Biblioteca Pública da cidade, cria-se a oportunidade para realizar uma análise parcial das preferências de leitura, em função das escolhas feitas para aquisição.

Dos 71<sup>83</sup> de jornais e revistas, nacionais e internacionais, assinados pela Biblioteca no ano de 1914, incríveis 35 títulos eram franceses, isto perfazia quase metade (49,2%) do total. Esse número vinha seguido de 7 exemplares italianos. Em terceiro lugar vinham as

---

<sup>83</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1914, pp. 242-243, AHRS.

publicações alemãs, em número de 4, contra 3 publicações inglesas. Nem mesmo as revistas brasileiras, em número de 18 (das quais dezessete eram provenientes do Rio de Janeiro e uma de Porto Alegre), se aproximavam da quantidade de volumes franceses que aqui chegavam.

Além da contundente desproporção, existe um outro fator a ser considerado. Enquanto a bibliografia alemã, aparentemente (em virtude dos títulos) versava sobre amenidades, como arte (*Die Kunst e Moderne Kunst*), a francesa aprofundava questões de amplo interesse (*Mercure de France, Revue d'Économie Politique*), sendo muitas acadêmicas (*Revue de Médecine, Revue de Chirurgie, Archives d'Antropologie Criminell, Revue Scientifique*), além das jornalísticas (*Le Figaro*). Depreende-se que assuntos de análise profunda, de profundo saber e de relevo social deveriam ser abordadas através de um enfoque francês.

Tal sucesso se devia à profunda intimidade da ciência francesa com o Brasil, uma vez que o idioma francês era o idioma interno da comunidade científica internacional (PETITJEAN, 1996b). O *Instituto Pasteur*, por exemplo, fundado na França em 1888, tornou-se modelo para o *Instituto Oswaldo Cruz*, no Rio de Janeiro, fundado à sua imagem. No Brasil, cerca de “80% dos livros utilizados eram em francês” (PETITJEAN, 1996b, p. 93). Desde o começo do século XX, diversas missões científicas foram enviadas à América Latina e, especialmente, à Argentina e ao Brasil, com destaque para a área da medicina. O interesse pela América fazia parte de uma reforma universitária francesa, motivada pelo descrédito que a ciência francesa passou a ter (interna e externamente) após a derrota na guerra franco-prussiana (PETITJEAN, 1996).

A iniciativa francesa se insere no contexto da diplomacia das grandes potências no período imediatamente anterior à guerra. O objetivo era estabelecer um maior número de pontes entre esses países com o restante do mundo, para solidificar os laços de reciprocidade. Como afirmar Petijean:

Com a proximidade da Primeira Guerra, as principais universidades alemãs, inglesas e francesas procuram atrair estudantes e sábios estrangeiros, em particular americanos, esperando que, ao retornar para os seus países, sejam aliados reconhecidos. Durante a guerra, e nos anos seguintes, cada um contará seus aliados para o boicote da ciência alemã. O Brasil foi um dos raros países não europeus a participar do reagrupamento das academias aliadas contra a Alemanha (1996b, p. 92).

O resgate da estima pela ciência francesa passava pela reafirmação dos laços culturais e afetivos da Terceira República francesa com a América. Para isso, foi de fundamental importância a criação do *Groupment*, órgão de fomento à pesquisa (criado em 1907), à



divulgação da mesma e ao intercâmbio estudantil, com a publicação de um periódico. Fomento que contou com o auxílio financeiro do próprio Ministério das Relações Exteriores da França. Para tamanha empresa junto ao Brasil, a ação diplomática foi de fundamental importância, através das missões científicas encabeçadas pelo médico George Dumas (PETITJEAN, 1996b).

Dumas é um personagem curioso cujo nome teremos a oportunidade de rever. Ainda durante a guerra, ele veio ao Brasil. Esteve inclusive no Rio Grande do Sul, em visita a Borges de Medeiros, com o intuito de estreitar os laços do estado com a França (como poderemos ver no capítulo 4).

Uma tendência similar ocorreu na literatura e nas ciências humanas. A *Academia Brasileira de Letras* foi inspirada na *Académie Française* de 1896 e os autores daqui se inspiravam em Victor Hugo, Guy de Maupassant e Flaubert, entre outros (ANDRADE, 2009). Aqui no Brasil há trabalhos que já evidenciaram a influência literária europeia sobre as teorias de renomados intelectuais brasileiros (ALONSO, 2002; DÓRIA, 2007; OLIVIERA, 1990; RICUPERO, 2004). Sobre a referida influência, Maria Isaura de Queiroz (1996) revela que a produção de alguns intelectuais brasileiros, como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Nina Rodrigues, ao estabelecer explicações sociológicas do Brasil baseadas na crença da existência de um conflito, entre uma civilização arcaica e uma civilização moderna (ORTIZ, 1994), repercutia uma tendência que predominava no continente europeu.<sup>84</sup> No caso, os trabalhos de maior relevância e, portanto, cujas referências predominariam no Brasil, provinham da França (QUEIROZ, 1996).

### **2.9.3 A confusão provocada pela propaganda oficial dos países**

No princípio dos combates, falava-se em *Livro Branco*, em *Livro Amarelo* e em *Livro Azul*. Quando estava claro que a guerra total seria uma realidade incontestável, os Estados buscaram o apoio das suas populações para que estas não questionassem a justiça das causas pelas quais arriscavam a vida. Para obterem sucesso, eram publicados documentos que

---

<sup>84</sup> Hilton Costa (2004) afirma que os principais interlocutores de homens desse porte faziam parte de um círculo restrito. A extensão do alcance das suas palavras era pouco relevante, pois, a discussão ficava limitada ao círculo de relações, afinal, havia um desprezo em relação ao povo. Para Éder Silveira (2004), os três autores, além de verem um embate entre atraso e progresso, viam subjacente a ele um embate entre raças.

provariam as violações cometidas pelos inimigos e que, não sendo de outra forma, a reação violenta seria apenas um recurso legítimo em nome da soberania. Esses documentos, vazados para o público, ficaram conhecido por nomes de cores. Como todos tinham em comum o argumento de lutarem em legítima defesa, após a violação de fronteira por parte do inimigo, na sua maioria – possivelmente à exceção do britânico – não passaram de falsificações (LUDWIG, 1931).

O *Branco* proviera do governo alemão, o *Amarelo* do governo francês e o *Azul* do governo britânico. No seu conjunto, os “Livros” cumpriram seu papel, em virtude do poder de persuasão que detiveram. Emilio Ludwig (1931) afirma que a posição adotada pelos social-democratas alemães deveu muito, por mais que se questionasse a legitimidade dos informes, aos efeitos da documentação publicada. Pois os mesmos não estariam dispostos a serem vistos como avessos à legitimidade da defesa da pátria alemã, ainda mais quando o enfoque do documento recaia, incisivamente, na questão da violência e selvageria dos russos, os primeiros a cruzarem a fronteira, antes até de declararem a guerra formal (LUDWIG, 1931).

A existência deles foi discutida entre os leitores porto-alegrenses absorvidos nas tramas internacionais. Defensores e acusadores tinham à sua disposição um arsenal de argumentos para retorquir às imprecisões feitas por qualquer opositor. As informações se multiplicavam a ponto de todos os lados poderem reivindicar a justiça da causa em jogo. Esse fenômeno ficou de tal forma evidente, que provocou o seguinte comentário:

Começam a aparecer, com periódica regularidade, editados pelos governos que, ora, se empenham na luta de extermínio que vai pela velha Europa, umas publicações a que se convencionou, desde muito, chamar de “livros” e que, por ficção, também, são batizados com a “cor” mais simpatizada pelos seus... editores.

A utilidade dessas publicações é relativa, como contestável é a sinceridade, ou melhor, a verdade que elas procuram arquivar.

Já são conhecidos, depois que a Europa conflagrou-se, o “Livro Branco” e o “Livro Azul”.

Não tardará muito que apareçam o “Livro Negro” o “Amarelo” e, talvez, o “Vermelho”.

O que de interessante há nesses “livros” é que todos se esforçam por provar que a culpa da horrível tragédia que enluta a Europa, única na História assim brutal e dantesca, não cabe, nem deve ser levada à conta dos respectivos governos.

E isto é de fácil verificação; o “Livro Branco”, por exemplo, publicado pela Alemanha, atira à Rússia, a responsabilidade da guerra que lavra, hoje, no velho continente; o “Livro Azul” aponta a Alemanha como única culpada pelo maior desastre que tem ensanguentado a humanidade.

E para provar quanto dizem, os livros “transcrevem” os documentos trocados entre as diversas chancelarias, antes da guerra (O DIÁRIO, 26 de setembro de 1914, p. 2).

Ao bom senso já parecia difícil saber o que seria verdade ou manipulação. A existência dos documentos publicados deixara evidente a incerteza das informações e da

procedência daquilo que se publicava. Entretanto, ao contrário daquilo que seria prudente, a rivalidade na reivindicação da verdade acentuara o desejo de afirmação dos pontos de vista. Maior era o desejo de publicar notícias da guerra, o que as tornava, provavelmente, cada vez menos dignas de confiança. Como os defensores da causa dos alemães se encontravam em inferioridade, sendo a sua influência menor, em condições adversas graças ao bloqueio naval e ao corte dos cabos submarinos, a reação veio sob a forma de periódicos dedicados à causa.

#### 2.9.4 Os novos jornais lançados nesse ano

Do lado germânico surgiram novas publicações em 1914, claramente para defender a política alemã. “Destacam-se nesse sentido, *Monatsblätter des Germanischen Bundes*” (GERTZ, 2004b, p. 102).

Talvez, em virtude de uma sensação de necessidade de contribuir em meio ao caos, de uma nítida tendência histórica pró-francesa nas artes e nas ciências, da sensação de estar acuado, tenha a *Liga das Sociedades Germânicas* (a *Verband Deutscher Vereine*) optado por fundar o semanário intitulado *A Guerra*, no final do ano. Com propósito claro, a publicação visava a fornecer ao público leitor uma análise da guerra que levasse em consideração e explicasse os problemas mundiais na perspectiva dos povos germânicos. Em um dos seus primeiros exemplares, foi publicado, um artigo de grande fôlego de autoria do deputado Dunshee de Abranches (A GUERRA, número 4, novembro de 1914, pp. 2-28), no qual fazia uma pormenorizada e extenuante explicação da situação econômica, social e política da Alemanha. No final, o deputado condenou o mítico e sem sentido “perigo alemão”, concluindo que a Alemanha era apenas uma vítima dos países invejosos do seu pujante desenvolvimento.

Para combater a má impressão do exército, propagada devido aos episódios em território belga, o periódico ilustrava suas páginas com casos de valentia da parte de soldados alemães. A título de ilustração, sobre essa questão publicou um suposto depoimento de um soldado francês dizendo:

A luta, que continuou até a madrugada, foi a mais cruenta que vi desde o início da guerra. Devo confessar que os alemães faziam tudo o que podiam; eles não mediam sacrifícios e, pelo seu desprezo pela morte, e seu valor, podia calcular que estão convencidos a vencer ou morrer (A GUERRA, número 4, novembro de 1914, p. 30).

Assim, igualmente foram publicados relatos “verídicos” de belgas, desmentindo as calúnias da propaganda *Aliada*, porque a questão belga era o fulcro dos argumentos dos antigermanistas. Verdadeiramente, *A Guerra* se entregou a um exercício hercúleo para debelar os boatos que asseveravam o caráter irascível e covarde dos povos germânicos, sempre procurando trazer informes que humanizavam o soldado alemão, ressaltando as virtudes do guerreiro e do cavaleiro. Sempre que possível, trazendo à tona aquilo que realmente estaria se passando na Bélgica. Como o relato de uma senhora que não teria o menor constrangimento em revelar como estava sendo “tratada com toda a consideração pelas autoridades alemãs” (A GUERRA, número 5, dezembro de 1914, p. 6).

A revista também chegou a publicar evidências de comportamento indigno, o que seria a prova da vilania, portanto, da injustiça, da causa inimiga. Como, por exemplo, no caso revelado dos maus tratos provocados a prisioneiros de guerra alemães pelos franceses. Em um comentário, afirmava-se que os franceses estariam pensando em transferir os prisioneiros para o sul da Argélia, lugar no qual o clima seria insuportável para os padrões europeus (A GUERRA, número 6, dezembro de 1914, p. 32). Comportamento que se contrapunha àquele que os alemães dispensavam aos seus prisioneiros. Diferença essa percebida quando um oficial francês confessava: “Sou muito bem tratado. Diga aos nossos que eles devem tratar bem os alemães, porque estes são muito bons para conosco” (A GUERRA, número 5, dezembro de 1914, p. 5).

O final desse primeiro ano de conflito viu surgir uma outra publicação relevante. Diferentemente da anterior, essa nada tinha de militante. Ligada à Faculdade de Engenharia da cidade, a *Egatea* era uma publicação que enveredava pela área técnica, própria do corpo docente que a compunha e nela escrevia, no entanto, estes não se furtaram a opinar sobre os acontecimentos mundiais. Nela podemos encontrar pareceres fascinantes, embora a mesma fizesse questão de frisar a imparcialidade.

Na guerra atual, *Egatea* professa absoluta e imparcial neutralidade, quaisquer que sejam as opiniões pessoais dos seus colaboradores. Como expoente dessa neutralidade, pensaremos banir inteiramente a matéria de nossas páginas e cuidadosamente de nossa seção “Através das Revistas” eliminamos interessantíssimos dados estatísticos, que poderiam, entretanto, ser interpretados como se mostrássemos a superioridade relativa deste ou daquele adversário em determinado terreno (EGATEA, v. 1, novembro-dezembro de 1914, n. 3, p. 114).

Todo o tato empregado no editorial acima expresso tinha uma boa justificativa, o fato de muitos professores colaboradores da revista serem alemães, como afirma Vivaldo Coaracy

(1962), que fora o editor da revista e o responsável pelas cautelosas palavras acima. Até porque, alguns dos professores da faculdade haviam interrompido os seus contratos com a escola para irem se apresentar ao serviço militar. Portanto, alguma palavra fora de contexto poderia ser interpretada como propaganda de guerra.

## **2.10 CONCLUSÃO PARCIAL**

A eclosão da Primeira Guerra foi acompanhada de grande interesse em Porto Alegre. Em virtude daquilo que se pôde levantar, a população demonstrou vivo interesse no efeito dominó representado pelas mobilizações de tropas, seguidas pelas múltiplas declarações de guerra. Afinal, eram permanentes e diárias as notícias sobre os combates, as explicações históricas com o propósito de ajudarem os leitores a entender os acontecimentos, bem como as crônicas. Esse interesse também pode ser afirmado a partir da intensa veiculação de documentários de guerra que eram fartamente reproduzidos nas telas das casas de espetáculo da cidade.

Em realidade, a cidade viveu nitidamente os efeitos da euforia da declaração de guerra, aproximando-se do sentimento de ansiedade experimentado na Europa (KEEGAN, 2005; LUDWIG, 1931). Homens de diferentes nacionalidades, apesar das dificuldades de transporte, alistavam-se e procuravam embarcar o mais breve possível para se apresentarem nos quartéis de seus países. Enquanto isso, eles recebiam apoio moral de populares. Por seu turno, os membros abastados, engajados na luta de seus países eleitos por nacionalidade ou por afetividade, levantavam fundos para o amparo das famílias (que aqui permaneciam) dos soldados.

Para o Brasil, que nutria boas relações com os países beligerantes, a posição adotada diante dos acontecimentos fora de neutralidade. O principal efeito gerado pelo início dos combates europeus fora econômico. Em virtude da posição destacável da Alemanha, houve

um impacto na balança de comércio, mas o principal e mais maléfico efeito acabara sendo a inflação.

Quanto ao Rio Grande do Sul, estado que mantinha relações ainda mais próximas com a Alemanha, quando comparado ao Brasil, pode-se dizer que os efeitos foram mais impactantes. Além da inflação (problema para todo o país), deve ser destacado, principalmente, a questão da perda de numerário pelo governo. A diminuição das importações gerou problemas de arrecadação. Contudo, a questão econômica não provocou qualquer distúrbio de ordem social. Por fim, é digna de nota a insinuante, porém tímida, manifestação dos franceses, que será progressiva, como teremos a oportunidade de observar.

Apesar de um manifesto realizado por um segmento da classe operária, aparentemente, nada de mais grave, relacionado à guerra, alterou a rotina entre os operários. Contudo, as opiniões começaram a aflorar gradativamente, fazendo com que os rancores existentes, e antes abafados, fossem verbalizados. Tanto naquilo que se refere às críticas feitas contra os teuto-brasileiros, oriundas daqueles que se encontravam do lado de fora da comunidade germânica. Também existiram aquelas que eram inerentes à própria comunidade, entre luteranos e católicos, cuja vazão fora dada a partir de comentários pessoais que tiveram como mote os conflitos nos campos de batalha europeus.

Sabe-se que a convivência entre os descendentes dos germânicos e o restante dos brasileiros se caracterizou por sobressaltos contínuos. Apesar disso, até o início dos conflitos, as divergências pessoais que pudessem existir estavam sob controle. Frederick Luebke (1988) ressalta que jovens lideranças brasileiras, admiradoras da causa *Aliada* (provavelmente acadêmicos, embora isto não seja especificado) estimularam a multidão contra membros proeminente da comunidade germânica, que teriam sido insultadas com recorrência. Algo assim seria plausível, principalmente nas circunstâncias colocadas pelo caso do pretense sumiço de Bernardino de Campos. Luebke refere também que a campanha avessa à Alemanha deve ter sido perpetrada, desde o começo da guerra, através da imprensa, principalmente em virtude de notícias relacionadas à violência na Bélgica.

Enquanto a imprensa mais respeitada no centro do Brasil, particularmente a do Rio de Janeiro (GARAMBONE, 2003), manifestou franco posicionamento, a imprensa porto-alegrense foi mais discreta no início das hostilidades. Claro que muitos artigos de outros estados brasileiros foram reproduzidos na capital gaúcha, o que poderia deixar entrever

alguma preferência, mas o trato local que a guerra teve foi caracterizado pela parcimônia. Embora uma das limitações da tese seja a incapacidade de abarcar com amplo espectro a produção da imprensa local, alguns dos jornais de maior circulação (caso de *A Federação* e de *O Diário*) foram comedidos nas palavras sobre a Alemanha. Em idioma português, inclusive, fora criado o pequeno, embora substancial, *A Guerra*. Portanto, nesses primeiros momentos, mesmo tendo ocorrido algum atrito e alguma rispidez, predominou o bom senso, tanto que os pequenos mal-entendidos ficaram à margem dos textos, velados.

As recriminações vindas de fora do estado gaúcho existiam e foram intensificadas após a invasão alemã à Bélgica, provocando comentários mais extensos. Esse contexto deve ser considerado para compreender o rápido crescimento da boataria que antecedeu as primeiras desavenças de que se tem notícia nesta guerra. Portanto, muito marcante acabou sendo a falta de segurança, quanto à veracidade, dos informes de guerra que por aqui chegaram.

No capítulo terceiro serão abordados os anos de 1915 e 1916. Ambos ainda se circunscrevem ao período de neutralidade brasileira. Sendo assim, embora seja possível encontrar indisfarçáveis demonstrações de preferência, os periódicos ainda buscavam lidar com os assuntos da guerra com distanciamento crítico. Veremos o quanto isso foi possível, bem como, veremos o quanto a rotina da cidade de Porto Alegre foi afetada pela guerra.

Há de se considerar também a evolução das relações econômicas do estado com o exterior, uma vez que a perda da Alemanha como parceira representou um baque para as rendas. Além disso, houve também a mudança de comportamento dos ingleses, que passaram a fazer uma política agressiva.

### **3 A NEUTRALIDADE BRASILEIRA SOB RISCO: O MODO PELO QUAL A OPINIÃO ALIADÓFILA SE FIRMOU EM PORTO ALEGRE NO BIÊNIO 1915-1916**

Os combates, contrariando as expectativas iniciais, estenderam-se no tempo. Longe dos palcos de batalha, mais precisamente em Porto Alegre, a euforia inicial deu lugar a uma curiosidade mais distanciada. Por certo, persistia o interesse, porque diariamente chegavam novos informes dos acontecimentos, no entanto, as manifestações populares se abrandaram. Até as conferências sobre a guerra, que continuaram sendo realizadas, com o passar dos anos, tornaram-se frugais.

Se, pelos periódicos da época, no momento em que a guerra irrompeu havia ficado a impressão de que existia uma responsabilidade compartilhada entre as potências militares que nela participaram, ao longo do primeiro ano de conflitos as opiniões se polarizaram. Nesse período, a apologia aos *Aliados* foi mais comum fora do estado, mas suas opiniões foram aqui veiculadas. No mais das vezes, as críticas eram alternadas aos dois grupos de beligerantes.

Contudo, nos anos de 1915 e 1916 o equilíbrio foi alterado. Gradativamente, as opiniões favoráveis à Alemanha, aqui também incluindo os membros das comunidades germânicas (nas suas múltiplas relações com a capital gaúcha) que defendiam o país de seus ancestrais, foram escasseando nos veículos de comunicação de língua portuguesa. Exceção para os casos em que os veículos abraçaram abertamente a defesa alemã.

Como poderemos ver, essa alteração da composição de forças resultou de diferentes fatores. As estratégias de guerra afetaram a economia brasileira e gaúcha. Também repercutiram na diplomacia brasileira, sob a mira dos admiradores da França, que passaram a repudiar a neutralidade defendida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil.



Neutralidade dificilmente mantida, em decorrência de alguns incidentes constrangedores. No Rio Grande do Sul, a guerra deixava a Alemanha numa condição na qual sua lembrança ficava cada vez mais longínqua, porque as necessidades fizeram com que o governo procurasse novas possibilidades, as quais foram tratadas com expectativa positiva.

Antes de outros detalhes, merece ser destacada a transformação sofrida na linha editorial do jornal *O Diário*. Até agosto de 1915, a condução do periódico, com relação à guerra, havia se equilibrado entre a neutralidade no trato da notícia e a aclamação aos *Aliados*. Em certos momentos, os seus articulistas chegaram a revelar preferências pela causa anglo-francesa. Essa tendência, por seu turno, sofreu uma brusca alteração. Adquirido por Willy Lüderitz & Cia. (A FEDERAÇÃO, 19 de agosto de 1915, p. 4), a partir de então, após um breve interregno que duraria de 18 de agosto a 15 de setembro, *O Diário* passou a fazer aberta campanha favorável à Alemanha. Rego Lins passou a ser o responsável pela redação do jornal (O DIÁRIO, 15 de setembro de 1915, p. 3). Esse último saiu logo depois, sob suspeita de não ser tão germanista quanto o esperado (O INDEPENDENTE, 24 de fevereiro de 1916, p. 3).

Diante do conflito de informações percebido, a aquisição d'*O Diário* foi outra tentativa, através do emprego do idioma português, de oferecer o ponto de vista alemão (LUEBKE, 1987). Além disso, teria sido uma questão de autoimagem. Em geral, os teuto-brasileiros tinham muito interesse em acompanhar as notícias, porque havia preocupação com a possível popularização da imagem de barbarismo e incivilidade plasmada à do povo germânico, que via a si como sendo honesto, trabalhador e educado (LUEBKE, 1987, p. 92).

Ainda no começo de 1915, persistiam vãs esperanças de que algumas rápidas vitórias pudessem conduzir a guerra ao desfecho. Depois, elas foram se tornando remotas, distanciando-se no horizonte. Nesse momento de esperança, havia que persistisse em fazer declarações expansivas de orgulho ao país que escolhera para torcer. Em maio de 1915, as sociedades ginásticas (reunidas no *Turnerbund*) de Porto Alegre começaram a publicar um pequeno periódico, *Deutsche Turnblätter*, exaltando a força da cultura de origem (LUEBKE, 1987, p. 97). Posteriormente, outras publicações surgiram, o que denota, além da convicção, o fortalecimento dos laços de afinidade culturais existentes.

Enfim, nos dois anos de equilíbrio de forças no conflito, percebeu-se que, embora houvesse aspectos que tivessem sofrido alteração, outros mantiveram a tendência anterior e referendando antigas convicções. O resultado poderá ser visto nas páginas seguintes.

### **3.1 OS FATOS QUE MARCARAM A GUERRA NO PERÍODO 1915-1916**

Ao se aproximar o final do primeiro ano de conflito, os países perceberam a necessidade de novas considerações a fazer. Estava cada vez mais evidente que os governos precisariam encontrar uma maneira de garantir o abastecimento interno para a população civil e a produção de munição para a continuidade da guerra, diante da inevitável durabilidade do confronto.<sup>85</sup>

Em fins de novembro de 1914, um impasse havia se estabelecido no *front* ocidental. As linhas de trincheiras prolongaram-se continuamente [...]. Os alemães haviam decidido permanecer na defensiva no oeste, enquanto prosseguiram com a guerra no leste (KEEGAN, 2005, p. 199).

A essa movimentação alemã no oeste, sobreveio uma euforia por parte de franceses e de britânicos, e, um pouco mais tarde, uma reação similar dos alemães. Isso deu uma ideia do equilíbrio de forças. Assim, os exércitos começaram a diminuir o ritmo de suas marchas e fincaram bases nos territórios em que se encontravam. Uma tendência que punha por terra as esperanças de vitória breve para qualquer um dos lados.

Apesar disso, ainda havia quem conseguisse vislumbrar, no começo do ano de 1915, a possibilidade de vitória em pouco tempo. Com a derrota alemã no Marne (item 2.1), que ceifou a real possibilidade de vitória alemã, os comandantes do outro lado viram na iniciativa alemã de cavar trincheiras um indicativo de fraqueza, o sinal do medo de enfrentamento cara-cara (CLARK, 1974). Foi o caso do general e chefe do Estado-Maior francês, Joseph Joffre, que depositara uma fé incontestada numa suposta natureza francesa para o ataque, inquebrantável quando aceita e posta em prática pelos soldados.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> Problema maior para a França ocupada, que perdera cerca de 40% de suas minas de ferro e carvão, além de obrigar milhares de recrutas a voltarem pela falta de operários para a produção armamentista (WILLMOTT, 2008, p. 123).

<sup>86</sup> Anos antes de iniciar a guerra, Joffre havia afastado dos cargos mais importantes os oficiais defensivistas (WILLMOTT, 2008). O que também era uma maneira de restaurar a integridade do exército após o caso Dreyfus

A conformação das forças, nesses termos colocados, encerrou a fase dos deslocamentos velozes no lado ocidental dos campos de batalha (na França e na Bélgica), pondo fim à chamada “guerra de movimento”. A confiança demonstrada pelos anglo-franceses após o Marne provou ser de pouca utilidade, pois as suas trincheiras não foram fixadas com o mesmo afinco que as alemãs, crendo que seria possível uma reversão total em relação ao começo da guerra, expulsando os alemães da França (MESSENGER, 1978). No entanto, uma fracassada ofensiva franco-britânica confirmara a nova tendência para essa guerra (ARARIPE, 2006). Começava agora o modelo exaustivo e aterrador, que perduraria até o final de 1918, a “guerra de trincheiras”.<sup>87</sup>

Logo em seguida, a Itália declarou guerra, em 24 de maio de 1915. Contrariamente ao esperado pela Tríplice Aliança (que fizera trinta anos no deflagrar da guerra mundial), os italianos se voltaram para atacar os seus ex-aliados austríacos. A entrada fora uma decisão reconhecidamente oportunista, tomada após os austríacos terem vacilado em fazer concessões territoriais em nome do apoio italiano. Para estimular a decisão, após os políticos italianos terem aberto negociações com o lado oposto, em abril de 1915 foi assinado o Tratado de Londres, pelo qual os franco-britânicos se comprometiam em reconhecer aos italianos o direito sobre antigos territórios austríacos havia muito tempo pretendidos (VIGEZZI, 1974). Assim chegava ao final uma discussão que mobilizara a opinião italiana desde julho de 1914 e que causara aflição, devido às dúvidas que se interpunham ante a definição de um consenso (sobre qual lado apoiar). Suas primeiras iniciativas contra tropas austríacas se mostraram frustrantes e incapazes de resultados palpáveis (WILLMOTT, 2008).

---

(POLIAKOV, 1985; WILLMOTT, 2008). Essa é a teoria do “élan vital”, tributária do pensamento de Henri Bergson, que defendera a existência de um aspecto humano plenamente dinâmico e criador com a qual Joffre fizera coro (COELHO, 2004).

Para Arno Mayer (1987) esse irracionalismo não era privilégio somente da França. De acordo com o autor, o belicismo havia se tornado uma característica do continente, influenciado pelo social-darwinismo e pelo temor da ação das classes subalternas. Já, os exércitos permaneciam essencialmente conservadores, com uma oficialidade aristocrática ou oriunda do meio rural. Mesmo a oficialidade francesa, não aristocrática, provinha do meio rural, sendo avessa aos valores republicanos, e defensora da tradição. É nesse contexto que se enquadraria Joffre, os generais franceses e a teoria do élan vital, cuja luta estava perpassada pela retomada da tradição patriótica ainda associada, apesar de distorcida, à lembrança da revolução.

<sup>87</sup> As trincheiras eram linhas de defesa, cavadas frente ao inimigo, para consolidar a posição conquistada. Elas eram guarnecidas por cercas de arame farpado. A partir delas, os comandantes davam as ordens para avançar sobre o inimigo e, então, eram realizadas ondas de ataque na tentativa de tomar a meta. Algo que se mostrava incompatível com o atual estágio tecnológico, pois, o esforço físico e a coragem que se despendia encontravam o seu limite nas metralhadoras colocadas estrategicamente, que abatiam os soldados aos milhares (MESSENGER, 1978). Sem contar a terrível e enorme possibilidade de ser enterrado vivo, em virtude dos intermináveis ataques de artilharia pesada que antecediam a ordem de investida de uma trincheira sobre a outra (ARARIPE, 2006).

A previsão de um conflito de grande fôlego necessitou uma readequação do planejamento. Algo que imporia um necessário aumento na produção, o que veio a colocar as forças aliadas da *Entente* à frente das *potências centrais* oriundas da Tríplice Aliança. Como afirma Paulo Vizentini,

é importante salientar que em decorrência da maior amplitude das possessões coloniais da *Entente*, do bloqueio naval que os ingleses impuseram à Alemanha no mar do Norte e do apoio financeiro e comercial dos Estados Unidos aos anglo-franceses (apesar da “neutralidade imparcial” de Washington), este bloco controlava os recursos em âmbito planetário, como centro de um sistema econômico mundial, enquanto a Alemanha e seus aliados constituíam somente um bloco regional, que controlava apenas parte da Europa e Oriente Médio (1996, p. 46).

Com as sanções impostas pelos britânicos, que provocaram a interrupção do comércio alemão, este passou a se valer do transporte em embarcações de países neutros, principalmente da Holanda e dos países escandinavos (ALBERT, 2002).<sup>88</sup> Como resultado, o cerco britânico foi se intensificando. Inicialmente, foi aumentada a lista das mercadorias consideradas contrabando de guerra, e em 1915 foi derrubada pelos britânicos a linha que separava o contrabando absoluto do condicional.<sup>89</sup> Uma vez que os ataques de submarinos alemães aos navios britânicos não era adequadamente debelado, estes lançaram mão de um artifício polêmico, em março de 1915. Decidiram que qualquer navio, independente do destino, que carregasse mercadorias para a Alemanha, poderia ser detido. O que gerou clamorosos protestos, porque interrompia um comércio altamente lucrativo, cujos fretes haviam alcançado cifras elevadas em favor dos países neutros. Afinal, a Holanda e os países escandinavos haviam aumentado muitas vezes o consumo de bens considerados contrabando de guerra pelos britânicos. Além disso, os Estados Unidos também se sentiam prejudicados, fato que causou apreensão. Por seu turno, os alemães consideraram as águas no entorno das ilhas britânicas como zona de guerra, o que tornava qualquer navio passível de ser afundado. Posteriormente, o afundamento do navio *Lusitânia*<sup>90</sup>, zarpado do porto de Nova Iorque, pelos alemães, em 7 de maio de 1915, mudou a sorte dos britânicos, pois, a opinião norte-

---

<sup>88</sup> Para uma ideia mais clara, as exportações brasileiras de café para a Dinamarca, Suécia e Noruega saltaram de 173 mil sacas entre agosto e dezembro de 1913, para o incrível número de 1.79 mil sacas no mesmo período de 1915 (ALBERT, 2002, p. 80).

<sup>89</sup> De acordo com Arthur Linck e Willian Catton (apud VINHOSA, 1990, p. 51), contrabando absoluto diria respeito àquele material destinado diretamente ao uso militar, enquanto o condicional diria respeito àquele material que pode vir a ser usado pelas forças militares.

<sup>90</sup> O gigantesco navio estava cheio de passageiros em viagem de cruzeiro, mas também levava 4.200 caixas de munição. O naufrágio causou a morte de 1.198 pessoas, dentre as quais 128 norte-americanas. Em uma campanha de propaganda, o *Foreign Office* (Ministério do Exterior inglês) cunhou medalhas comemorativas ao naufrágio para atribuí-las ao governo alemão (TURNER, 1974).

americana, até então avessa ao comportamento britânico, voltou-se contra os alemães (ROSKILL, 1974).

Algumas preocupações econômicas tiveram efeito sobre as iniciativas militares. O ataque protagonizado pelos japoneses aos alemães no Extremo Oriente satisfazia as preocupações britânicas, uma vez que as posições alemãs na região eram mais sólidas e ameaçavam o comércio do aliado japonês. O mesmo aconteceu mais tarde na Micronésia, onde a Alemanha tinha várias pequenas ilhas que lhe foram tomadas (WILLMOTT, 2008).

Sob a mesma lógica econômica, foram tomadas as possessões alemãs da África. A combinação de tropas coloniais francesas e britânicas conseguiu impor o domínio.

De outro modo, a entrada da Turquia na guerra produziu uma frente de batalha no Cáucaso contra os russos, alarmando-os, a ponto destes pedirem auxílio. Daí nasceu a fracassada ofensiva britânica sobre o estreito turco dos Dardanelos, durante a batalha de Galípoli; uma retumbante derrota diante dos turcos (KEENAN, 2005; WILLMOTT, 2008).<sup>91</sup>

Os anos de 1914 e 1915 já haviam se mostrado incrivelmente violentos, contudo, o pior ainda estava por vir. O ano de 1916 foi de uma destruição sem par, em que houve as duas batalhas mais sangrentas da guerra. Foi o ano em que ocorreram empreitadas importantes para ambos os lados, o ataque alemão a região fortificada de Verdum e o ataque coordenado franco-britânico à região do rio Somme, ambas em território francês (HORNE, 1974; KENNAN, 2005; WILLMOTT, 2008).

Os alemães atacaram Verdum, objetivando infligir uma perda irreparável aos franceses, a ponto de necessitarem de urgente auxílio britânico, cujas tropas deveriam ser arrastadas para a destruição. Após um início vitorioso, diferentemente do esperado, seguiu-se uma resistência tenaz que levou a meses de desgaste e a derrota alemã, embora seja muito difícil afirmar que alguém tenha saído vencedor pelo elevado número de baixas.

O esforço alemão se viu na necessidade de diminuir o ímpeto, em decorrência do ataque russo no leste.<sup>92</sup> Esse fazia parte da combinação que possibilitaria o início do ataque ao Somme, para arrefecer o ímpeto do inimigo, o que provocou o deslocamento de parte das

---

<sup>91</sup> Responsabilidade do jovem Winston Churchill, Primeiro-Lorde do Almirantado. Foi uma grande humilhação, que provocou a sua desonrosa queda do Ministério da Marinha (WILLMOTT, 2008).

<sup>92</sup> A investida do general Brusilov que deu a única grande vitória aos russos, importante porque obrigou os alemães a desistirem de Verdum (WESTWOOD, 1974).

tropas alemãs. Apesar do plano, a estratégia mostrou ser inoperante, apenas sendo responsável pela maior quantidade de mortos (cerca de 600 mil em cada um dos lados) e a maior tragédia da história militar britânica. E o que é pior, não provocou nenhuma vitória para qualquer dos lados.

Após desentendimentos, com direito a algumas escaramuças nas fronteiras das colônias africanas, houve a ruptura de relações entre Alemanha e Portugal. Mesmo contrariando os interesses britânicos, que não desejavam o envolvimento do antigo aliado, o governo português optou pela apreensão de todos os navios alemães que estivessem em suas costas. Como resultado, em 9 de março foi declarada a guerra entre os dois países. Ao longo do ano, foi feita a preparação lusa para enviar um corpo expedicionário (enviado somente no ano seguinte). Apesar da participação, de expressão reduzida em brilho quando comparada a de outros beligerantes mais famosos, a participação portuguesa despertou interesse no Brasil. É possível dizer que a afinidade cultural propiciou mais afeição em relação ao lado pelo qual combatera, pavimentada mediante um artifício conceitual bastante fomentado no Brasil: a “latinidade” (como será visto no item 3.4).

Nos mares, apesar de vitórias de parte a parte, o bloqueio realizado com sucesso indicava a prevalência dos britânicos. A grande arma de contra-ataque alemã eram os submarinos, que impunham pesadas perdas. À marinha de guerra alemã, tão cara e que tivera protagonismo na mudança diplomática do país, em compensação, restara um papel coadjuvante pelo temor do governo em relação a possíveis danos irreparáveis que pudesse sofrer. Ante a permanência do bloqueio que começava a afligir, devido ao conflito de longa duração, a Alemanha optou pelo combate naval. Daí a ocorrência do grande enfrentamento entre as duas frotas navais, ocorrida no mar do Norte, na batalha da Jutlândia, no ano de 1916. O resultado foi tão inconcluso quanto polêmico, tendo os dois lados se arrogado a vitória. Apesar de ter sido vitimada com um número maior de navios afundados, a frota britânica conseguiu colocá-la em condições de ação, posteriormente, antes que os alemães. Esses, a partir de então, desistiram de novos enfrentamentos diretos, restringindo-se a enfrentamentos de menor escala, centrando-se em uma guerra submarina contra a frota mercante britânica (MACINTYRE; RUGE, 1974; WILLMOTT, 2008). Aí esteve a chave da grande polêmica da guerra, que veio a provocar a participação brasileira no conflito e, fundamentalmente, as grandes manifestações ocorridas na cidade de Porto Alegre (como veremos no capítulo 4).

Ficando cada vez mais improvável a vitória militar, em virtude do desgaste submetido, os alemães tentaram abrir conversações de paz, ao final de 1916, através de um documento aberto para os adversários. Seria uma solução honrosa, aproveitando o poderio bélico e o domínio territorial sobre a França que ainda tinham. A mesma foi recusada, o que levou a outros dois terríveis anos de lutas (VIZENTINI, 1996).

Vejamos agora como esses fatos repercutiram no Brasil. Alguns se circunscreveram às afinidades intelectuais. Outros tiveram destaque em virtude de atingirem diretamente os interesses brasileiros.

### **3.2 A REPERCUSSÃO DA GUERRA E A DIFÍCIL MANUTENÇÃO DA NEUTRALIDADE BRASILEIRA**

Nesse período em questão, cresceu no Brasil a ideia de que havia uma “latinidade” a irmanar alguns países culturalmente. Assim, houve quem a defendesse enquanto elemento, que estes supunham ser, componente da identidade brasileira. A ideia de que o Brasil fazia parte dos povos de origem latina, característica que, de certo modo, ajudaria a definir uma espécie de *Volksgeist*, foi adquirindo contornos à medida que a guerra se intensificava no correr dos anos. A despeito da aparente novidade, a latinidade já havia sido evocada, no século XIX, pela França, desejosa de fortalecer sua influência cultural no continente, à época em que o país se lançou na aventura mexicana, em apoio ao governo imperial de Maximiliano naquele país, em meados da década de 1860. Como afirma Alain Rouquié:

O epíteto “latino” tem uma história [...]: ele aparece na França, na época de Napoleão III, ligado ao grande desígnio de “ajudar” as nações “latinas” da América a impedir a expansão dos Estados Unidos. [...]. A latinidade tinha a vantagem, apagando os laços particulares da Espanha com uma parte do Novo Mundo, de dar à França legítimos deveres para com seus “irmãos” americanos católicos e romanos (1992, pp. 22-23).

Anteriormente chamada América Meridional, a região foi denominada de forma diferente para marcar um contraponto à preponderante inserção norte-americana no continente. Seria uma forma de buscar frear o crescente afã advindo da Doutrina Monroe

(MAGNOLI, 1997). Entre os seus adversários, encontrava-se Álvaro Bomfílcar, que via no latinismo um falso nacionalismo, perigoso, e que deveria ser combatido (OLIVEIRA, 1990). Em se tratando do contexto da Primeira Guerra, a latinidade fora evocada para construir um contraponto à influência norte-americana, que não cessara. Ao contrário, ela estava se tornando mais insinuante, na proporção direta das suas necessidades de mercado (PECEQUILO, 2005). Ela se baseava num anseio por unidade, calcado no apelo americanista da potência da América do Norte.

Aliás, foi com o Barão do Rio Branco na chancelaria brasileira que as relações do país com os Estados Unidos adquiriram afinidade (BUENO, 2003). Declinando o predomínio econômico que os britânicos obtiveram ao longo do século XIX, Rio Branco percebeu a nova hegemonia continental e a utilizou para conquistar maior autonomia diplomática para o Brasil no cenário internacional (MAGNOLI, 1997). Afinal, “a doutrina de Monroe não era, no seu conceito um pronunciamento unilateral para a autodefesa dos Estados Unidos, mas uma fórmula de unidade para todos os países da América em condições de igualdade” (LINS, 1965, p. 336). Segundo Clodoaldo Bueno (2003), a relação econômica complementar entre os dois países teria sido um fator positivo a ser computado na aproximação efetuada pela chancelaria brasileira com Rio Branco à sua frente.<sup>93</sup>

Não obstante, essa aproximação teve como um dos seus efeitos o reforço do lendário “perigo alemão”. Os norte-americanos o promoveram como forma de aumentar a influência sobre o Brasil e frustrar o objetivo alemão, que era o mesmo deles (BUENO, 2003).

A proximidade diplomática causou indisposição com a vizinha Argentina, que não desejava a ampliação da influência norte-americana até a América do Sul, fato que causou o estremecimento das relações entre os países vizinhos. Apesar disso, a convicção diplomática do Itamaraty não foi abalada, e a prevenção dos Estados americanos com o grande país do norte amainou, a despeito da política imperialista dele, sendo as diversas conferências americanas realizadas desde o final do século XIX um considerável contributo (BUENO, 2003).

Com Lauro Müller, as boas relações perduraram com os Estados Unidos. Na verdade, estreitaram-se ainda mais (BUENO, 2003). Não obstante, mesmo com esse fato, o país aproveitou o ensejo oferecido pelas circunstâncias difíceis enfrentadas pelo México (durante o

---

<sup>93</sup> A criação da embaixada brasileira em Washington se deu 1905.



processo revolucionário que convulsionava o país desde 1910) para também se aproximar dos maiores vizinhos sul-americanos.<sup>94</sup> Chile, Argentina e Brasil, em conjunto, ofereceram-se para intermediar a celeuma entre Estados Unidos e México, o que foi aceito a contento de ambos os países, e que fora posto em prática a partir de junho de 1914.

Aproximando mais os três países, o reconhecimento obtido pela intervenção, principalmente dos Estados Unidos, serviu para buscar um alinhamento diplomático, conhecido como *ABC*. A questão mexicana, embora não fosse a primeira manifestação em prol da aproximação entre Argentina, Brasil e Chile, foi o introito para a assinatura do Tratado Pacifista entre os três países, em 1915. Contudo, sua extensão era limitada, restringindo-se à reafirmação dos desejos de paz em meio à violência internacional, não tendo qualquer caráter de cooperação militar (BUENO, 2003). Por seu turno, Moniz Bandeira (2003) afirma que o tratado foi visto pelos Estados Unidos como uma manobra vinda da Europa, possivelmente da Inglaterra ou da Alemanha. Os norte-americanos suspeitaram que o tratado levaria à formação de uma frente econômica que pudesse fazer os países escaparem da sua esfera de influência. Igualmente mal recebido por autoridades argentinas, o tratado sucumbiu ante os problemas trazidos pela conflagração mundial. Apesar disso, era bastante pronunciada e contínua a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, sendo que o primeiro buscara acompanhar o segundo, mostrando afinidade. A exceção veio a ser a declaração de guerra à Alemanha. Ao não corroborar de imediato com a iniciativa norte-americana, fez-se necessária a mudança da chancelaria brasileira para um novo “acerto de passo” (como será visto no capítulo 4).

A neutralidade brasileira, desde o seu início, encontrou percalços internamente, estando constantemente ameaçada. Integrantes do governo que penhoravam seu apoio aos *Aliados* (principalmente à França), trouxeram embaraços à diplomacia. Forçando uma ruptura da neutralidade, o tema recorrente para instabilizar a posição oficial adotada, foi a insistência na retórica do “perigo alemão”. Embora houvesse críticas quanto à ilegalidade das imposições dos ingleses, os germanófilos ficaram mais alvoroçados após o naufrágio do navio mercante brasileiro *Rio Branco* em 3 de maio de 1916, afundado por um submarino alemão (VINHOSA, 1990).

---

<sup>94</sup> Quando os Estados Unidos invadiram a cidade mexicana de Vera Cruz, intervindo na revolução atravessada por aquele país em 1914, abriu-se a possibilidade de eclosão de uma guerra entre os dois países. Mesmo as forças de oposição ao governo de Victoriano Huerta (que usurpara o poder e contra o qual ocorrera a intervenção norte-americana), sob a liderança de Venustiano Carranza, ameaçaram revidar aos Estados Unidos.

Durante a campanha militar do Contestado<sup>95</sup>, houve oportunidade para o “perigo alemão” tomar novo fôlego. Ao chegar à região, os militares informaram que as populações teutas que lá viviam não tinham conhecimento do idioma pátrio e se julgavam súditas do *Kaiser*, no entanto esses comentários não tomaram a forma de boatos ameaçadores até a Primeira Guerra Mundial (MCCANN, 2007). Contribuiu para isso a participação no movimento de um líder rebelde (que se rendeu no final de 1914 e passou a cooperar com os militares a partir de 1915) alemão, Henrique Wolland.<sup>96</sup>

Há de se conferir o crédito devido a outros responsáveis também. A questão do Contestado ensejou oportunistas manifestações de Rui Barbosa. Ele, aparentemente, não perdia a oportunidade para dar asas ao “perigo alemão”, para implicar a Alemanha em supostas teorias conspiratórias (LUEBKE, 1987, p. 104).

Reforçando essa tendência, mais um dos libelos do antigermanismo foi publicado nesse ano. Dando prosseguimento a esse tema recorrente, cada vez mais agravado pelos horrores da guerra, chegava ao mercado a obra de Raul Darcanchy, *O pangermanismo no sul do Brasil* (GERTZ, 1991).

Por certo, a criação da *Liga Brasileira pelos Aliados* não ajudou em nada para diluir a tensão (OLIVEIRA, 1990). Essa organização, criada em 7 de março de 1915, afixou apoio incondicional à causa da *Entente*. Inicialmente, não haveria motivos para constrangimento em relação à situação de neutralidade mantida pelo Brasil, pois, inexistia qualquer envolvimento do governo. Isso, se não houvesse tamanha presença de intelectuais renomados, como foram os casos de José Veríssimo (vice-presidente), do escritor Graça Aranha, do poeta Olavo Bilac e do sociólogo Manuel Bonfim. Acontece que, ainda por cima, havia a presença de notáveis membros, que exerciam funções públicas, como o presidente do Senado, Antônio Azeredo e o juiz do Supremo Tribunal, Pedro Lessa. Para completar, o presidente desse seleto grupamento era o senador Rui Barbosa (VINHOSA, 1990, p. 24). Entre suas atividades mais conhecidas estiveram o fomento de laços de afinidade entre o Brasil e França e a divulgação das supostas atrocidades alemãs cometidas nos territórios por ela ocupados.

---

<sup>95</sup> Na região de divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná, entre 1912 e 1916, cujos motivos sócio-econômicos também perpassa a questão da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul. Sobre o assunto ver: MCCANN, 2007; RODRIGUES, 2008; VALENTINI, 2009; WEINHARDT, 2002.

<sup>96</sup> Comenta-se que ele teria sido um desertor da marinha alemã (MCCANN, 2007), embora não comprovados, os boatos mencionavam até a famosa canhoneira alemã *Panther* como sendo o local de onde tenha começado a sua aventura em terras brasileiras (RODRIGUES, 2008).

Pouco tempo antes, em fevereiro de 1915, uma atitude polêmica havia sido tomada pelos britânicos. “O almirantado britânico minou o Mar do Norte e estabeleceu um bloqueio naval de longo alcance sobre a Alemanha e demais países neutros da Europa, prejudicando seriamente o comércio brasileiro com essas regiões” (VINHOSA, 1990, p. 51). Apesar do contratempo, a *Liga* se mostrou compreensiva com o esforço de guerra britânico.

Outra questão vinculada ao comportamento britânico esteve relacionada ao fato do mesmo mudar ao sabor dos seus interesses. Quando navios alemães zarpavam dos portos brasileiros, após pedir guarida para reparos necessários, os representantes consulares de *Albion* protestavam, pelo fato do país estar deixando contrabando de guerra seguir viagem. Em se tratando de navios próprios, costumavam ser bem mais compreensivos e se desmanchavam em elogios. Foi o caso, quando, em abril de 1915, algumas embarcações da terra de Sua Majestade vieram a ancorar no Brasil, repararam danos e seguiram para a zona de combate (VINHOSA, 1990).

Disposto ainda a adquirir o armamento que o Brasil havia comprado junto à Alemanha (citado no item 2.3), visto como sendo preciosismo para um exército tão modesto, o governo inglês prendeu brasileiros por espionagem. Destaque para o caso do jovem Fernando Buschmann<sup>97</sup>, preso em junho de 1915 e executado em outubro do mesmo ano (não antes do próprio Secretário da Guerra britânico, Lorde Kitchener, ter perguntado ao chefe da legação brasileira em Londres, em uma rápida mudança de assunto, quando o governo brasileiro pretendia vender as armas alemãs), sem que qualquer prova fosse apresentada contra o mesmo (VINHOSA, 1990).

No ano seguinte, as dificuldades impostas pelos *Aliados* não foram menores. Além dos britânicos terem dificultado a aquisição de carvão pelo Brasil, aumentaram as revistas e as apreensões realizadas nos navios mercantes brasileiros pelas embarcações inglesas e francesas.

Por falar em exército, a instituição virou assunto, em virtude dos eventos mundiais. Ele era recorrente quando se falava na própria identidade brasileira. Frank McCann (2007) chega a afirmar que existiam três visões sobre o papel do exército na sociedade deste país. Uma ligada aos jovens militares, editores de *A Defesa Nacional* (oriundos das missões de treinamento na

---

<sup>97</sup> De acordo com Vinhosa (1990), Lauro Müller havia se empenhado ao máximo para provar a inocência do rapaz, mas seus esforços pararam na ação do representante brasileiro em Londres, que teria sido subserviente à vontade predominante no governo inglês.

Alemanha), que previam para a força armada um papel estritamente profissional, com modernização que o capacitasse para o seu ofício. Uma segunda visão era ligada a Alberto Torres, que não via como o exército fornecer virtudes cívicas aos cidadãos, o que ficaria provado pelo militarismo alemão, que turvara a visão do povo desse país, evidenciado na guerra vivida à época. A terceira era o exato contraponto dessa, e vinculada à pessoa do poeta Olavo Bilac – ferrenho defensor da educação (OLIVIERA, 1990) – que via no exército um local de educação no qual o cidadão se purificaria e se aperceberia do seu papel na construção do país, portanto, este intelectual (diferentemente de Alberto Torres) defendia o serviço militar obrigatório. Tanto que, Bilac se tornou o patrono desta campanha e saiu pelo Brasil para difundir a ideia.

Naquilo que tangia à vontade de justificar o serviço militar obrigatório, foram utilizados exemplos da guerra em andamento. Nesse aspecto coincidiram as opiniões de Bilac com a dos oficiais que escreviam em *A Defesa Nacional*. Entre eles, um em particular, que, de acordo com René Gertz (2002, p. 31) teria a oportunidade de vir ao Rio Grande do Sul para investigar o comportamento da comunidade germânica, o coronel Amaro de Azambuja Villanova. O mesmo dissera sobre o serviço militar, que:

a garantia única da integridade, da honra e dos interesses de uma nação consiste nas forças armadas que ela pode por em pé de guerra e quanto melhor aparelhadas e preparadas estiverem essas forças para a luta, tanto mais eficaz será essa garantia. [...].

A Bélgica, escudada num tratado, não se preparou como podia e devia, nem quis ouvir os conselhos que lhe foram dados.

[...] bastava que a Bélgica tivesse estabelecido em tempo entre o povo e o exército essa osmose vivificante que se chama – serviço militar obrigatório. [...].

Meditem sobre ela os convencidos de que a guerra europeia acabará com o que chamam ‘militarismo’, enquanto não nos disserem quem garantirá o fiel cumprimento das cláusulas do tratado ou dos tratados que puserem fim a esse conflito [...].

A Alemanha mostrou ao mundo, de uma maneira brilhantíssima, quanto vale o completo preparo e aparelhamento de uma nação para a luta [...].

Qual é a base desse poder militar da Alemanha?

Todos nós o sabemos: é o serviço militar obrigatório (10 de outubro de 1915, pp. 2-3, AHEX).

Quanto à educação, é importante ressaltar que foi em decorrência dela que ocorreram manifestações ufanistas com finalidades práticas, através do material escolar. Isso foi feito “com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico ou, melhor, de acentuada nota patriótica” (NAGLE, 2001, p. 64).

Indo ao encontro dessa proposta, na mesma edição da revista, escreveu o major R. Seid que:

combater o analfabetismo é um dever de honra para o oficial brasileiro.  
[...] somente, extinguindo o analfabetismo do território pátrio, serão realidades positivas os ideais cívicos proclamados a 7 de setembro, 13 de maio e 15 de novembro, porque, num país que vive sob as patas do analfabetismo, a independência política, a libertação dos escravos e o regime verdadeiramente republicano, não podem passar de aspirações patrióticas (A DEFESA NACIONAL, 10 de outubro de 1915, p. 44, AHEx).

Vinculada à educação, estivera a crença de que o serviço militar obrigatório poderia superar conflitos que mantinham a identidade à margem da indigência, como a questão étnica. Ainda mais no caso do Brasil, país cuja pluralidade étnica era intensa e muitas vezes difícil de ser conjugada para a consecução de um objetivo maior. Supostamente teríamos no serviço militar a resolução do dilema, uma vez que, esta poderia dar o rumo certo e patriótico a todas as culturas diversas existentes (A DEFESA NACIONAL, 10 de novembro de 1915, p. 49, AHEx).

A visão expressa tornava ainda mais imperiosa a necessidade de implantá-la e revestia de glória a oratória de Olavo Bilac entre as capitais do país. Portanto, as viagens de Bilac ao redor do Brasil, na defesa do serviço militar obrigatório, apoiando a reforma do exército, iniciada no ano de 1915, causou enormes comentários em todo o país (MCCANN, 2007). As palestras dele estiveram na base da criação da *Liga de Defesa Nacional*, no dia 7 de setembro de 1916 (OLIVEIRA, 1990). Uma entidade que nasceu do estímulo ao serviço patriótico nas forças armadas, mas que era abertamente pró-aliada. No mesmo ano, para contrapô-la, foi fundada a *Aliança Germânica*, para proteção dos negócios e para a divulgação de propaganda de guerra (MAGALHÃES, 1998).

As campanhas militantes via imprensa se tornaram mais intensas de ambos os lados. Jornais alemães contra-atacavam a imprensa neutra e francófila que publicava textos sobre a violação – por parte das *potências centrais* – de protocolos internacionais, ao citar casos de prisioneiros de guerra. Esses jornais levantavam a bandeira da unidade através da germanidade (*Deutschtum*). De acordo com Marionilde Magalhães, essa mobilização reforçou o sentimento de alteridade e “levou a que, entre outras atitudes, os membros das sociedades de ginástica e de tiro passassem a utilizar a primeira pessoa do plural quando se referiam à Alemanha e à conflagração” (1998, p. 112).

Representando oficialmente o Brasil na Argentina, no dia 14 de julho de 1916, Rui Barbosa proferiu um comprometedor discurso sobre o dever dos neutros, na Faculdade de Direito de Buenos Aires (VINHOSA, 1990). Comprometedor na medida em que tecia severas

críticas à condução da Alemanha. Perpassado por frases de alemães ilustres para explicitar a sua opinião, Rui se opôs, categoricamente, ao princípio da *Razão de Estado*<sup>98</sup> que conferia aos interesses particulares do país importância absoluta, acima dos interesses dos demais (BARBOSA, 1932). Como se sabe, o tribuno baiano era defensor da igualdade jurídica entre os Estados, princípio pelo qual se bateu nas Conferências de Haia (BUENO, 2003). Contudo, sua crítica não era pautada por argumentos de ordem “racial”, mas exclusivamente jurídicos, uma vez que citara nomes de alemães que teriam sido expoentes do pensamento ocidental, como Goethe, Kant e Schiller. Apesar disso, afirmou que o militarismo não haveria de combinar com o sangue saxão ou latino. Mais uma vez, a questão da invasão da Bélgica acabara sendo invocada, embora nenhuma linha houvesse sido escrita sobre a pressão inglesa, mas, em compensação, lembrara que a Inglaterra era a mãe de todas as liberdades modernas (BARBOSA, 1932).

Mais constrangedor ficou pelo fato do Congresso Nacional ter aprovado o texto final do discurso e o mesmo ter recebido elogios do político francês (primeiro-ministro no momento em que findou a guerra) Georges Clemenceau. Por outro lado, além dos protestos do governo alemão, Rui Barbosa recebeu severa reprimenda do Ministro Lauro Müller (VINHOSA, 1990). A partir desse momento, o ministro não teria mais paz, pois a imprensa brasileira aliadófila do Rio de Janeiro (GARAMBONE, 2003; VINHOSA, 1990) passaria a lembrar com recorrência sua origem germânica.

Outras situações, diversas e desagradáveis, se impuseram no caminho do Brasil. Dificilmente, contudo, poderia haver maior desafio à economia e à diplomacia de um país neutro, ao mesmo tempo, do que ter de enfrentar a famigerada *Statutory List*.

### **3.2.1 A diplomacia brasileira e a criação da *Lista Negra* inglesa**

Em 1915, o governo britânico lançou mão de uma medida polêmica, que veio a acarretar constrangimentos ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Foi posta em prática a *Statutory List*, vulgarmente conhecida como “Lista Negra” (ou *Black List*). Em decorrência dela, os súditos britânicos ficaram proibidos de estabelecer relações econômicas com qualquer

---

<sup>98</sup> A expressão alemã e contemporânea havia sido a *Realpolitik*, praticada por Bismarck após ascender ao cargo mais importante da Prússia (KISSINGER, 1999).

indivíduo ou empresa que tivesse origem em qualquer dos países inimigos – mesmo que estivessem em países neutros. Para a fiscalização, tiveram papel relevante os consulados britânicos espalhados pelo mundo, pois os agentes consulares deveriam listar os nomes dos desobedientes, para entregar ao *Foreign Office* de Sua Majestade. Acontece que as investidas desses cônsules no Brasil extrapolaram os limites usuais de suas atribuições e redundaram em pressão sobre as empresas brasileiras. A simples negociação com alguém da lista ocasionava a entrada na mesma, assim sendo, estava estabelecido o problema. Intimações, exigências e denúncias, feitas de modo a desrespeitar sistematicamente a soberania brasileira, foram repetidas continuamente. De diferentes estados do Brasil chegaram queixas relatando as pressões sofridas.

Em seu estudo sobre a situação dos países latino-americanos, durante a *Grande Guerra*, Bill Albert mostra que os principais produtos brasileiros não possuíam importância estratégica para o conflito em questão, mas, mesmo assim, havia motivos para controlar e alterar o andamento do mercado. Como principal objetivo, ele destaca, “was to cripple Germany’s position in Brazil permanently” (2002, p. 82).

Em 1916, uma correspondência bem esclarecedora, entre os ministérios de ambos Estados, dava o tom tenso da situação. Nela, o Brasil alertava para que houvesse comedimento e, a seguir, citava um caso relacionado a uma sociedade que seria criada em Manaus a partir da fusão de vinte e uma empresas, mas que havia sido vetada pelo cônsul britânico local. Entre outras questões, o gabinete da representação brasileira apelava:

convencido de que a Grã-bretanha, pelo seu grande poder e pela amplitude do seu domínio nos mares, não precisa que seus Cônsules assumam progressivamente uma atitude antipática e perturbadora das relações comerciais de um país que tem sabido ser neutro e amigo leal, como o Brasil, o Governo Federal espera que o da Grã-Bretanha recomende aos mesmos Cônsules que se restrinjam às suas próprias e legítimas atribuições.<sup>99</sup>

Em resposta, a legação britânica enviou uma nota na qual se comprometia a averiguar possíveis abusos de poder, requisitava uma lista de cada caso, mas que, no de Manaus, a legação britânica julgava procedente a ação de seu cônsul. No final, demonstrou conhecimento da situação econômica do nosso país, bem como do desenvolvimento que negociantes de origem alemã tinham em terras sul-americanas. Com uma dose de malícia, mostrava-se surpreso com o tom lastimoso vindo do Brasil, ao afirmar:

---

<sup>99</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos – Atitudes do Brasil: 1914-1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 119, BCP.

V. Ex. deixa ao mesmo tempo de aludir às imensas vantagens que tantas firmas brasileiras auferem, presentemente, da mesma política que as habilitou a desenvolver vários ramos do comércio que estavam anteriormente quase que exclusivamente em poder de interesses alemães.<sup>100</sup>

Cerca de quinhentas firmas brasileiras chegaram a ser citadas nas listas (ALBERT, 2002). O embaraço se tornou maior devido ao fato da legislação brasileira vigente não exigir que fosse registrada a origem dos fundos aplicados no país (CARDOSO et al., 2006a). O quiproquó serviu para mostrar que os princípios liberais que serviam de referencial para a economia brasileira, oriundos da própria Grã-Bretanha, no momento não vinham ao caso, maculando a tradicional fleuma e os princípios da livre concorrência, que sempre foram defendidos pelos britânicos, como base do sistema internacional.

Sem embargo o constrangimento a que as empresas foram submetidas em decorrência da vigilante atuação dos *Aliados*, há de se destacar a diligente atuação do governo brasileiro. Em suas denúncias contra a falta de tato no agir para com as empresas sediadas no Brasil, geralmente, se conseguia fazer com que os nomes fossem retirados das listas (BUENO, 2003).

A “Lista Negra” pode ser observada como um recurso a mais, a serviço da guerra moderna, na qual o esforço pela vitória se tornou mais contundente, grandioso, já que a mobilização de tropas passou a ser medida por milhões de soldados, a produção industrial se adequou às necessidades do Estado em conflito e a vida dos civis se moldou pela vida daqueles que lutavam nos campos de batalha. Todavia, a mesma também se mostrou sintomática do recuo nas relações comerciais britânicas. Basta lembrar do avassalador avanço industrial, e comercial, alemão e norte-americano, contra os quais a Grã-Bretanha mostrava visíveis dificuldades para competir.

---

<sup>100</sup> BRASIL. Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos – Atitudes do Brasil: 1914-1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 121, BCP.



### 3.3 **PERSISTE O INTERESSE DOS PORTO-ALEGRENSES NA GUERRA**

Mesmo com o prolongamento das hostilidades, não arrefeceu a curiosidade dos cidadãos gaúchos sobre os dramas que se desenrolavam nos campos de batalha do outro lado do Atlântico. Além de informes telegráficos contínuos, mostrando os avanços e recuos de cada um dos lados da contenda, permaneceram sendo publicados artigos que ofereciam detalhes pormenorizados dos violentos enfrentamentos. Não passava um único dia sem que os porto-alegrenses tivessem informações.

Relatos da Alemanha normalmente provinham de Buenos Aires. O principal fornecedor de notícias costumava ser o periódico *La Union*, que enviava informes telegráficos para a *Liga das Sociedades Germânicas*, que editava a revista *A Guerra*. Afinal, conforme observado no início dos conflitos, os cabos submarinos alemães que os conectavam ao Brasil haviam sido cortados. Essa informação estava sendo lembrada, por ser uma faceta da guerra moderna.

Poucos dias depois da declaração de guerra entre a nação britânica e a Alemanha, os jornais noticiavam que a Inglaterra havia cortado nas vizinhanças dos Açores, os dois cabos submarinos germânicos que ligavam Emden a Nova York.<sup>101</sup> Essa informação assinala o início da “guerra aos cabos” que acompanha sempre as lutas internacionais de certa importância.

[...]. Os ingleses aniquilaram depois o cabo alemão Borkum-Tenerife-Monrovia-Pernambuco (A FEDERAÇÃO, 12 de junho de 1915, p. 3).

Por certo, nem sempre foram verdadeiras as informações que por aqui chegaram. Independente do lado do qual proviessem, todas eram suspeitas, conforme já haviam percebido no ano anterior. Aliás, muitas vezes as informações eram completamente infundadas. Os jornais publicavam notícias e, dias depois, eram obrigados a desmenti-las. Sobre essa prática corriqueira, a qual tivera desmascarado o seu real significado, o jornal *O Independente* emitiu o seguinte comentário perspicaz:

Quem passar os olhos nos serviços telegráficos dos jornais fica, realmente, embaraçado [...].

[...] os beligerantes vivem sempre vencendo, mas a guerra prossegue, e a paz vive sendo feita, diariamente, sem que os beligerantes abandonem a luta.

Na verdade, os correspondentes precisam enviar notícias porque o leitor exigente não admite que o seu jornal predileto ignore os acontecimentos, embora todos saibam que a rigorosa censura não permite a divulgação dos incidentes [...].

---

<sup>101</sup> Essas observações foram feitas, primeiramente, por Frederick Luebke (1987).

Conforme as suas simpatias pessoais, assim os correspondentes vão inventando maiores virtudes ou os mais nefandos crimes, deixando no espírito do leitor, geralmente, uma impressão bem contrária à verdadeira justiça [...] (14 de fevereiro de 1916, capa).

A solidariedade, embora diminuídos os ímpetos iniciais da campanha militar (já que o ardor inicial dera lugar a uma luta prolongada) persistira em alguns gestos, agora mais esporádicos. No início do ano de 1915 foi anunciada uma festa, que recentemente tinha sido realizada em Pelotas, para arrecadar fundos para os *Aliados* (O DIÁRIO, 3 de janeiro de 1915, p. 4). Uma outra referência somente foi encontrada meses depois, quando da celebração de um concerto no Teatro São Pedro, em benefício das crianças belgas, “sob os auspícios do dr. Gustavo Vauthier, cônsul da Bélgica” (A FEDERAÇÃO, 19 de maio de 1915, p. 3). Notícias posteriores, só depois de um longo período transcorrido, por ocasião do aniversário do imperador austríaco Francisco José, quando o dinheiro arrecadado com a celebração nos salões da *Sociedade Germânia* foi doado à Cruz Vermelha austríaca (A FEDERAÇÃO, 19 de agosto de 1915, p. 4).

Nas ruas havia discussões sobre os rumos da guerra. O envolvimento afetivo com as causas em disputa não ficou restrito aos clubes e aos salões das casas de espetáculo, nas quais as famílias distintas conviviam e debatiam polidamente. Entre os populares mais humildes a guerra era um assunto tratado de maneira particular. Provava isso um conflito ocorrido entre dois operários, um russo e outro alemão, cuja conversa terminou com as vias de fato, como mostra a seguinte passagem de jornal:

Achavam-se palestrando vários operários, quando entre dois destes, João Fried, de nacionalidade alemã, e Francisco Divivi, russo, surgiu uma discussão sobre a conflagração europeia.

Os ânimos dos dois contendores foram se exaltando cada vez mais, até que Divivi, com uma acha de lenha, agrediu a Fried com vários ferimentos leves (O DIÁRIO, 1º de outubro de 1915, p. 5).

Embora em menores proporções, ainda era possível encontrar casos de reservistas que se dirigiam para os campos de batalha. Principalmente de italianos, que entraram no conflito no ano de 1915. Por conta deles houve novos deslocamentos de contingentes humanos no cais do porto da cidade.

**Reservistas italianos** – Pelo vapor “Itassucê” seguiram, ontem, com destino à Itália, os seguintes reservistas daquele país: Cremence Giuseppe, Cremonence Francesco, De Stefano Francesco, Marino Pasquale, Peruffo Giuseppe e Sanzoguro Mauricio. [Serão] [...] considerados desertores todos aqueles que, até o dia 31 do mês próximo findo, não se apresentaram ao consulado daquele país nessa capital (O DIÁRIO, 3 de agosto de 1915, p. 4).

Em seguida, foi a vez dos portugueses, que entraram na guerra em 1916. Aliás, em março desse ano foi criado em Porto Alegre um *Comitê Pró-Pátria Lusitana*. De imediato, após a sua criação, foram marcadas reuniões diárias. Entre as atividades programadas, também estava uma passeata para arrecadar fundos entre os consulados *Aliados* e entre a imprensa local (O INDEPENDENTE, 31 de março de 1916, p. 3).

A entrada portuguesa na liça possibilitou que o acompanhamento da guerra pelos demais brasileiros adquirisse novo enfoque. À semelhança do que era feito por alguns teuto-brasileiros, houve quem alegasse que a simpatia por Portugal deveria ser motivada pela afinidade cultural direta deste país com o Brasil. Seria algo semelhante ao *Deutschtum*. Para tanto, seria feito o apelo à luso-brasilidade, que colocaria a causa *aliada* não como uma escolha pela simpatia, mas como uma consequência natural. Como evidencia *O Independente*:

A alma brasileira pode agora se expandir mais abertamente, mais desafogada. Não é a causa dos aliados que ela brinda nem homenageia, é a pátria de seus antepassados, a quem nos legam laços de sangue, nos unem a mesma linguagem e compartilham os mesmos feitos.

[...]. Pode a alma brasileira se expandir, como glorificar se podem os teutos cantando o feito dos irmãos de seus pais na guerra atual.

Os luso-brasileiros saúdam com suas homenagens a terra de seus troncos e assim fazendo cumprem um dever que lhes impõe a consciência, o dever e a honra (31 de março de 1916, capa).

Esse apelo não conseguiu se mostrar arrebatador. Outro apelo, mais sedutor, haveria de conseguir se legitimar como referência: a ideia de ser latino.

Voltando agora para a *Sociedade Germânia*, citada anteriormente, diz-se sobre ela que foi um centro no qual gravitava intensa militância pró-Alemanha. A mesma era bastante orgulhosa, tanto quanto altiva e ostensiva, nas suas manifestações. Por ocasião da celebração do nascimento de Bismarck, foi realizada nela uma grande festividade em homenagem ao primeiro chanceler do *Reich*, assim descrita:

**O centenário do nascimento de Bismarck** – Por iniciativa do Tiro Alemão foi comemorada anteontem, na sede dessa sociedade pela colônia alemã aqui domiciliada, a passagem do primeiro centenário do nascimento de Bismarck.

[...] encaminharam-se, em demanda da sede do Tiro Alemão, onde está erigido um busto do Chanceler de Ferro, [...] as sociedades germânicas Turner Bund, Germânia, Glemelvitaiger, Schützenverein, Einnache, Quartel 1887, Sängerriege, Harmonia e Leopoldina.

Ali chegadas, junto ao monumento de Bismarck, e depois de terem as bandas de música executado marchas festivas, falou o barão von Stein, cônsul alemão, que terminou o seu discurso saudando o imperador Guilherme II.

Finda que foi a saudação do barão von Stein, as sociedades reunidas cantaram o “Ein Mann, ein Wort”.

[...]. Por toda a assistência foi cantado, então, o hino alemão “Deutschland, Deutschland über alles”.

Em seguida as sociedades ali presentes colocaram coroas de loiro no monumento de Bismarck, sendo estas em número superior a 76.

A comemoração cívica terminou com o canto “Flamme Empor”, executado por toda a assistência.

A memória do finado “chanceler de ferro” não era o único motivo de celebração e orgulho. Da mesma forma, o aniversário do *Kaiser* alemão era efusivamente comemorado ao redor do estado e realizado mediante demonstrações explícitas. Foi o caso das decorações feitas nos estabelecimentos comerciais da capital no aniversário do *Kaiser*, em 1916. “Várias casas alemãs apresentaram vitrines ornamentadas a gosto, notando-se dentre todas as da casa ‘*Cylindro*’ onde se via um grande ‘*zeppelin*’ de papelão, simulando um bombardeio a uma cidade que parecia ser Londres” (O INDEPENDENTE, 28 de janeiro de 1916, p. 3).

Tanto os católicos quanto os luteranos comemoraram a data. Na igreja São José, o ofício contou com votos de um longo reinado e com o canto da filha do deputado estadual Frederico Linck. Na Igreja Luterana da Comunidade Evangélica Alemã os ofícios contaram com o recolhimento de donativos para os prisioneiros de guerra alemães (O DIÁRIO, 28 de janeiro de 1916, capa). Durante a noite, houve uma festa no *Turnerbund*, oferecida pela *Liga das Sociedades Germânicas*, que contou com a presença dos cônsules da Alemanha e da Áustria-Hungria, bem como lideranças da comunidade turca. Ainda sobre as casas comerciais, *O Diário* dava conta que:

na rua dos Andradas diversas casas comerciais apresentavam vistosas decorações de vitrines. O conhecido bazar *A Tricolor* tinha uma das vitrines transformada em sala, de cujas paredes pendia o retrato do imperador Guilherme, em rica moldura, ao qual uma linda menina, sobre uma escrivaninha, oferecia uma linda rosa. Abaixo liam-se os significativos dizeres: “a ti meu querido imperador” (O DIÁRIO, 28 de janeiro de 1916, capa).

Outras casas obtiveram destaque em virtude das decorações. Foram os casos da firma *Krahe & Cia.*<sup>102</sup>, da casa *Luiz Voelcker & Cia.*,<sup>103</sup> da *Farmácia Popular* e de outras tantas que o jornal não citou, mas que ressaltou a quantidade.

Apesar disso, espocavam publicações (livretos e revistas) de diversas procedências explicando, acompanhando, narrando, expondo tudo o que a guerra produzia. Ainda podiam

---

<sup>102</sup> J. F. Krahe, importador de mercadorias oriundas principalmente da Alemanha, era alemão de nascimento. Seus negócios se estendiam aos demais estados da região Sul e chegavam até São Paulo (LLOYD et al., 1913).

<sup>103</sup> Loja de Ferragens. Voelcker veio da Alemanha em 1892 para trabalhar na *Casa Bromberg* (LLOYD et al., 1913).

ser encontradas as chamadas de conferências sobre a guerra, suas causas, seus supostos responsáveis, bem como as possíveis consequências para o futuro.

**“A Alemanha perante a Europa!”** – Foi nos remetido pelos editores um volume do livro “A Alemanha perante a Europa!” da lavra do literato português, sr. Pedro Muralha.

O autor, nesse livro, propôs-se a estudar “a grande expansão industrial e comercial da Alemanha, os seus problemas econômicos e financeiros, as suas leis de proteção ao trabalho, todos esses organismos sociais e políticos que uma luta brutal e bárbara está pondo em grave risco de desagregação e de morte”.

A obra do sr. Pedro Muralha é prefaciada pelo dr. Alfredo da Cunha e trás muitas gravuras, entre as quais um nítido retrato de seu autor.

“A Alemanha perante a Europa!” que sai em primeira edição, foi composta e impressa na Typographia Leiria de Lisboa.

Agradecidos.

**“A Guerra segundo as ideias alemãs”** – Oferecido pelo editor recebemos um folheto intitulado “A guerra segundo as ideias alemãs e Kouropatkine e o seu discurso”, e no qual vem enfeixados os artigos publicados sob esse título, ao “Independente” desta capital, pelo 1º tenente do Exército Nilo Val (O DIÁRIO, 24 de janeiro de 1915, p. 4).

Sobre as conferências, vê-se que as mesmas proliferavam. Era uma maneira de alcançar projeção, mostrar erudição. Nelas, oferecia-se ao público as mais variadas posições sobre o conflito, para os mais diferentes públicos que existiam na cidade.

**A Guerra Europeia** - esta nesta capital o professor Henrique Galassi, ex-catedrático do Instituto Politécnico de Buenos Aires e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, e que anda em excursão de estudos pelo nosso Estado.

O professor Galassi fará, amanhã, às 19 horas, no Teatro São Pedro, uma conferência sobre o tema a "guerra europeia, suas causas, seus responsáveis e suas consequências".

A conferencia do professor Galassi é dedicada à escola artística.

S.s. deu-nos, ontem, o prazer de sua visita (O DIÁRIO, 27 de fevereiro de 1915, p. 4).

Outra similar ocorreria no salão do *Germânia*, poucos dias depois, feita por Paulo Germano Hasslocher<sup>104</sup>, noticiada com parcimônia nas palavras por *O Diário* (6 de março de 1915, p. 4). O conteúdo da mesma, no entanto, pode ser observado nas páginas de *A Federação*, que foi mais pródigo em detalhes, uma vez que o conferencista era membro do PRR. Ao mesmo tempo, parecia ficar elucidado que o conferencista demonstrava certas predileções pela Alemanha. O jornal, então, evidenciou em detalhes a estrutura da palestra a ser ministrada.

O tema está assim dividido:

---

<sup>104</sup> Filho do advogado Germano Hasslocher (que fora o primeiro deputado federal gaúcho de origem germânica), veio a ser deputado estadual pelo Partido Republicano Riograndense no final dos anos de 1920 (AMARAL, 2005).

A Europa antes da guerra – a decadência da Inglaterra e progresso da Alemanha – A Inglaterra líder da conspiração contra a Alemanha – O início das hostilidades – A aventura da Bélgica – A calúnia como meio de excitar o patriotismo – O ponto de vista americano e o ponto de vista brasileiro – O perigo alemão – Porque devemos querer a vitória da Alemanha – Sua grandeza em todos os ramos da atividade humana – Como deve ser compreendido o militarismo alemão – Da liberdade na Alemanha – O Kaiser e a nação – A solidariedade humana fez a Alemanha grande e há de conservá-la grande – A vitória final da Alemanha perante a raça humana e a justiça (A FEDERAÇÃO, 5 de março de 1915, p. 5).

As repercussões da conferência foram parcialmente reproduzidas por *O Diário*. Se o tema da palestra já indicava uma certa tendência do pensamento do orador, os comentários da mesma dissiparam definitivamente qualquer dúvida. Seguindo uma linha de raciocínio econômica (equivalente ao do famoso libelo, já citado, de Dunshee de Abranches, produzido em 1917), o conferencista viu como causa da guerra a fragilidade inglesa, em decorrência do medo dela de ser superada pela Alemanha como potência europeia (O DIÁRIO, 7 de março de 1914, p. 3). A geopolítica, segundo ele, teria servido para identificar as demandas necessárias para a Inglaterra poder permanecer à frente.

Evidentemente, esse era o aspecto mais perceptível para a classe patronal de ascendência germânica, que possuía papel decisivo na construção da identidade da *Sociedade Germânia*. Esse grupo vinha sendo sistematicamente prejudicado pelo bloqueio britânico, que impedia a continuidade de uma prolífica relação comercial com a Alemanha, país com o qual as relações econômicas gaúchas, até então, eram estreitas. Não se tratava exclusivamente de uma afinidade cultural, embora seja inegável a importância da mesma.

Mais interessante foi o comentário sobre o “perigo alemão”. Ao afirmar que o mesmo não passava de pura calúnia, estimulada, agora, na guerra, por motivos oportunistas. Hasslocher procurou dissipá-lo, afirmando que, mesmo que ele fosse verdadeiro, os alemães encontrariam a resistência brasileira. Assim, Paulo Hasslocher:

Estendeu-se depois sobre considerações de ordem nacional, afirmando que o “perigo alemão” é umas das tantas balelas que nos impingem os inimigos da Alemanha. Não há “perigo alemão”, exclamou, mesmo porque no dia em que Alemanha pretendesse apoderar-se de territórios nossos desses 25 milhões de habitantes que possui o Brasil, brotaria uma resistência invencível, única, pela integridade da Pátria. O “perigo alemão” nada mais é, acrescentou, do que essa luta pacífica e extraordinária da conquista dos mercados em todo mundo, *desideratum* que a Alemanha conseguiu a golpes de esforço e contração ao trabalho (O DIÁRIO, 7 de março de 1915, p. 3).

O “perigo alemão”, diga-se de passagem, continuou no seu processo evolutivo, ao logo do ano de 1915. Vários acontecimentos favoreceram essa renovação. Em realidade, quando proferiu a sua palestra, Paulo Hasslocher não tinha a menor ideia dos fatores que iriam

insuflar ainda mais essa paranoia, pois, na sua grande maioria, eles sequer haviam ocorrido ainda (tomariam grande força em 1917).

Entre as colocações feitas por Hasslocher, as quais culminaram com o orador “sendo alvo de uma prolongada salva de palmas” (O DIÁRIO, 7 de março de 1915, p. 3), esteve aquela que partia do pressuposto de que a relação com o solo, no qual se havia nascido, deveria ser mais forte do que a afinidade com o a região originária da família. Essa relação seria intermediada por um termo, por ele citado, repleto de significação, a “pátria”. O que, em realidade, não representou nada de novo, já que ia ao encontro do pensamento expresso, no século XIX, por Koseritz (item 1.5) e, às vésperas da guerra, pelos teuto-católicos (item 2.8).

Já em 1916, foi realizada uma conferência com sentido completamente oposto. Um sacerdote belga (van Emelen) veio a Porto Alegre para falar das agruras sofridas pelo país nas mãos alemãs, enquanto buscava angariar donativos para as crianças órfãs de lá (O INDEPENDENTE, 24 de maio de 1916, p. 2).

Ainda tratando das palestras proferidas, nota-se que o prolongamento indefinido dos enfrentamentos nos campos de batalha fez com que começassem a arrefecer os ânimos em 1916. Começaram a escassear as reuniões com intuito de ouvir relatos sobre aquilo que ocorria na Europa. Uma das poucas referências foi encontrada em outubro, patrocinada pelo consulado inglês do Dr. T. C. Dillon. Ela fora preparada com fotos que ilustravam batalhas ocorridas na França, na Sérvia, na Bélgica e na Itália e apresentada no Teatro São Pedro. Para atrair mais ainda a atenção do público, a exposição contava ainda com o filme *A defesa de Verdum*. A renda seria revertida para a Cruz Vermelha belga.

As coletas em auxílio às Cruzes Vermelhas dos distintos países continuaram a ocorrer. O ardor com que se entregavam à tarefa, por certo, já havia diminuído, com as referências delas sendo mais esparsas. No caso daquelas que eram realizadas pela comunidade alemã, também ocorreram no interior do estado, aproveitando a grande concentração da imigração no Rio Grande do Sul. Em outubro, *O Diário* publicou os valores arrecadados pela passagem de coletas nas cidades de Pelotas e São Lourenço (12 de outubro de 1915, p. 4).

Sobre a organização em favor da Alemanha, Luebke (1987) afirma que a mesma foi parte da estratégia deste país no exterior. Através do estímulo à ação coletiva e da caridade, pretendia arrebatam as comunidades de descendentes de imigrantes para a causa. “Germany sought to gain editorial control of newspapers [...] and, und protective cover of the German

immigrant groups in support of the fatherland” (LUEBKE, 1987, p. 117). Não obstante, essa tendência parece ter ficado restrita a alguns setores restritos, como aquele observado no estudo realizado por Isabel Arendt (2005a).

### **3.4 LATINIDADE x GERMANIDADE**

Como comentado anteriormente, a ideia de afinidade cultural mediante a defesa de valores latinos já havia sido colocada pela França ainda no século XIX. Um novo fôlego foi dado a ela durante o período da guerra, a partir de 1915.

Não significa que a palavra tivesse caído em desuso no período anterior a 1915. Acontece que, o emprego apresentava características descritivas. O termo latino serviu aqui, na imprensa porto-alegrense observada, principalmente, para designar a diferença havida entre as Américas – a anglo-saxônica mais ao norte e a latina ao sul. Ou seja, predominava uma noção mais geográfica e impessoal, desvinculada dos predicados superlativos atribuídos a uma origem étnico-cultural.

Durante a guerra, antes desse ano referido, foi encontrada apenas uma única e isolada referência à qualificação extraordinária de um povo, em decorrência da latinidade. Em outubro de 1914, *O Diário* publicara a tradução de um poema escrito pelo italiano Gabriele d’Annunzio, intitulado *Ode à ressurreição latina* (11 de outubro de 1914, p. 4).

Entre os imigrantes de ascendência italiana, esse não parecia ser um conceito tão difundido. A construção da sua identidade passava pelo conceito, etnicizado, de italianidade, cujo fomento encontrava relação com as possibilidades econômicas observadas pelo país europeu em relação aos seus emigrantes (RADÜNZ, 2007). A latinidade, ao que parece, enquanto conceito exógeno, tendia para a transnacionalidade, integrando diferentes identidades. Ou seja, parecia que a pretensão sobre ela estava vinculada ao desejo de que as diversas identidades nacionais a tivessem como elo comum, uma vez que o apelo era à



“espiritualidade”. Apesar de não guardar relação com a concepção nacional étnico-cultural germânica, pelo que se observa, parecia ser uma característica igualmente natural do povo.

A despeito dessa pequena alusão, coincidentemente, a retomada da latinidade, pode ser vinculada com a visita do senador francês Pierre Baudin ao Brasil. Antes mesmo de empreender a viagem, com objetivos diplomáticos à América do Sul, já em seu país, Baudin havia militado em prol da preservação dos valores latinos, para que os países em que os mesmos já houvessem sentado raízes sentissem a conexão natural deles com a França. Principalmente por estes lados, onde a influência francesa se encontrava sob a ameaça do poderio econômico alemão. Para ele, o Brasil era um “país latino, onde as ideias francesas têm desfrutado e ainda desfrutam de grande autoridade intelectual” [tradução pessoal] (MOISAN, 2009, p. 476). Mais do que isso, ele criticava o desleixo com o qual o seu próprio país tratava outro tão economicamente importante, como era o caso do Brasil.

Tendo sucesso em defender, junto ao governo francês, a importância de fortalecer os laços no continente sul-americano, foi aprovada, para final de março de 1915, uma missão com destino à América do Sul. Além do claro objetivo econômico, ele queria lembrar às pessoas que elas pertenciam à “raça latina”, e que o outro lado, no caso o da Alemanha, tinha como objetivo “subjugar o inimigo, o mundo inteiro em sua ambição, seu domínio político e econômico e até mesmo suas doutrinas religiosas e filosóficas” [tradução pessoal] (MOISAN, 2009, p. 508), de quem os mercados deveriam ser retomados.

Uma vez chegado ao Rio de Janeiro, o enviado francês apelou ao presidente da república brasileiro para que este “interviesse moralmente” a favor das empresas francesas que mantivessem relações com estados e cidades do país. Pedido ao qual o presidente teria acedido (MOISAN, 2009, p. 509). Realizando diversas visitas no Rio de Janeiro, para as quais havia recebido inúmeros convites, frequentemente proferia discursos em suas recepções. Em uma delas garantiu que o seu objetivo era fazer com que a influência moral e intelectual francesas permanecessem enraizadas, para que o Brasil permanecesse puramente latino” [tradução pessoal] (MOISAN, 2009, p. 510).

Em Porto Alegre, os jornais descreveram atentamente os objetivos da “missão Baudin” (como era conhecida). Sobre os objetivos políticos da visita realizada, *A Federação* escreveu que Baudin, preocupado com as influências que as vitórias militares (caso da Alemanha desde 1870) poderiam ter sobre as simpatias demonstradas pelas pessoas, interessava-se pela

“América do Sul, a zona de influência intelectual e econômica mais cobiçada na terra” (15 de abril de 1915, p. 4). Na mesma época, um “colaborador” (maneira como o jornal se referira à pessoa) chamado E. Nicot de Villemain<sup>105</sup>, entregou ao presidente do estado um estudo interessante sobre as possibilidades comerciais do Rio Grande do Sul com a França.

Sobre isso, *O Diário* havia se manifestado bem antes, no momento em que a viagem tinha os seus preparativos iniciados. Diferentemente, o jornal enfatizou exclusivamente o lado político, dizendo que “Pierre Baudin [...], certamente virá fazer a nossa apologia como país latino” (23 de março de 1915, p. 2). Mais do que questões econômicas, este jornal destacou o lado intelectual do francês. “A maior vantagem, porém, ele a encontrará na publicação do seu livro – *O Império Alemão e o Imperador* – trabalho de livre apreciação e de exame justo que só pode honrar ao autor, colocando-o em condições especiais para criticar, sem insultar” (O DIÁRIO, 23 de março de 1915, p. 2).

Evidenciando o lado peculiar dos acontecimentos, cabe comentar que a expressão “latina”, e todas as suas derivações, foi inicialmente usada pelo jornal *O Diário* (lembrando que não teve grande duração, somente até a sua mudança de direção). Com o tempo, a sua aplicação virou quase um sinônimo de Brasil. Mania esta que não tomou conta d’*A Federação*, mas que deixou alguns efeitos sutis, como nos artigos publicados no início de 1916, nos quais se pode perceber uma sutil preferência do jornal pelo lado francês (ver item 3.8).

Em abril, em decorrência do aniversário do rei Alberto I da Bélgica, o jornal escreveu:

[...] narra o telégrafo, as homenagens dos países latinos, neutros ante o grande conflito, mas fatalmente simpáticos à França, foram sem número.

De todos os cantos do mundo, onde palpita um pouco da alma da Latinidade, os gritos de triunfo evolverem, tecendo seriamente ao redor da fronte coroada de Alberto da Bélgica, uma láurea cheia de glória (O DIÁRIO, 10 de abril de 1915, p. 2).<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> É possível que este não seja o nome verdadeiro dele. Nicot de Villemain era o nome do embaixador francês em Lisboa no século XVI que advogara a causa da produção com fins econômicos do tabaco, tanto que a palavra nicotina deriva do seu nome. Emilio Nicot de Villemain teria fixado um escritório em Porto Alegre e desenvolvido uma intensa colaboração com o jornal *A Federação*, em diferentes ramos.

Inicialmente, foi afirmado que o mesmo mantivera um ateliê no qual realizava desenhos de mapas dos campos de batalha europeus para entregar ao periódico republicano (*A FEDERAÇÃO*, 9 de agosto de 1914, p. 4). Desde o final de 1914, quando o ministro Pandiá Calógeras telegrafou a Borges de Medeiros para falar sobre o interesse econômico francês no Brasil, publicara uma série de artigos sobre produtos gaúchos que interessavam à Europa.

<sup>106</sup> A independência da Bélgica ocorreu em 1831 com a separação formal em relação ao reino dos Países-Baixos. Isso foi possível porque as desconfianças inglesas sobre o país acabaram dirimidas pela coroação de um rei não-francês e não-católico (da mesma casa dinástica – Saxe-Coburg – do esposo da rainha Vitória) – do qual Alberto

Pouco importava quais fossem as raízes históricas. A latinidade parece ter sido introduzida no vocabulário como um epíteto adequado para resumir virtudes morais que seriam opostas aos maus qualificativos evocados pela expressão “prussiano” e suas variações que indicavam a germanidade.

Em outro momento, tecendo elogios à franca militância realizada a favor da França em outros países, o jornal lembrou o caso do povo italiano (pouco antes da celebração do secreto Tratado de Londres, de 26 de abril do mesmo mês, que decidiria a participação do país).

A Itália, antiga aliada da Alemanha e da Áustria, que ainda as mantém no “statu-quo” de uma expectativa indefinida, não impede que seus filhos sigam em legiões arregimentadas para o teatro da guerra, afim de combater ao lado dos franceses, em defesa da França generosa, que é a segunda pátria dos povos latinos (O DIÁRIO, 21 de abril de 1915, p. 2).

A dita latinidade foi tratada como uma vocação natural. Embora nem sempre explicitada diretamente, a lógica do raciocínio levaria a crer que ao Brasil não caberia outra posição a não ser apoiar os franceses. Esses seriam, mais do que companheiros, seriam a musa inspiradora.

Há referência a intelectuais franceses que teriam manifestado gratidão às demonstrações de carinho dadas por brasileiros. Entre os quais *O Diário* citou Maurice Barrès que, sensibilizado pela sincera afetividade vinda daqui, teria afirmado que o Brasil era “irmã latina” da França (29 de julho de 1915, capa). Posteriormente, voltando a falar de Pierre Baudin, mencionou a admiração deste pela “alta cultura latina” do Brasil (8 de agosto de 1915, p. 2).

A contínua utilização da expressão latina pel’*O Diário*, para expressar um atributo compartilhado por certos povos, mesmo após a mudança da sua direção editorial, pôs em evidência o modo eficiente pelo qual ela foi incorporada ao vocabulário. A despeito da orientação nova adotada, ao recriminar as ideias polêmicas subjacentes ao termo, *O Diário*

---

I era descendente – e com a proclamação da neutralidade deste novo Estado, muito importante aos britânicos (DUROSELLE, 1976).

É interessante notar que a soberania belga foi fundada com a adoção de uma monarquia parlamentar e no uso do francês como idioma oficial, sendo que havia uma certa aversão ao flamengo – língua da baixas camadas sociais (VALENTE, 1998). Culturalmente plural, com populações de língua alemã, francesa e flamenga, esta última predominava na Bélgica, exceção feita à região da cidade de Bruxelas – capital na qual a maioria era valona e cuja cultura se aproxima mais do francês. Um fato notável no caso, dizia respeito aos limites que separavam a cultura belga de um lado daquela pertencente aos opressores que a dominaram no passado (franceses, austríacos e holandeses), pois, em realidade, não estavam suficientemente claros os pontos de cisão entre elas (WYNANTS, 2002). Tal (in)definição é bastante eloqüente, no que tange as perspectivas em voga à época. No correr dos anos, no interior do território belga eclodiram outros movimentos de emancipação, mas naquele contexto foi o apelo aos valores plurais, próprios da racionalidade, que preponderaram e serviram para aglutinar os diferentes interesses, escorados no apoio da burguesia belga – a esta época, de característica francófila (VALENTE, 1998). Portanto, a latinidade belga seria puramente afetiva e ligada à burguesia do país.

continuou a empregá-lo. Inadvertidamente, negando a justiça do uso da latinidade, mostrando o quão recente era ela, bem como o distanciamento que criava em relação a outras culturas, acabava por ratificá-lo, ao continuar usando a latinidade como conceito. Algo que pode ser observado no momento da apresentação feita pelos novos diretores:

e, procurando estreitar os vínculos entre os brasileiros de ascendência germânica e os seus patrícios de estirpe latina, realiza “O Diário” uma missão que, por si só, constitui um programa.

A divisão que entre os próprios brasileiros procura cavar o zelo desassossegador de um mal compreendido latinismo, não traduz somente uma flagrante injustiça aos sentimentos da população de origem germânica, senão também um erro histórico em que não devemos insistir (O DIÁRIO, 15 de setembro de 1915, p. 3).

Apesar de atentar para o erro que seria fomentar esse fosso cultural, ao persistir nesse aviso, acabaram incorrendo também no mesmo equívoco. Algo que foi visto em uma das iniciativas tomadas. Ao buscar desmentir os germanófilos do exterior (cujos textos eram aqui traduzidos) que falavam mal dos alemães, o jornal chamava-os de latinistas (replicando que eles eram inflamados pelo pensamento francês). Quando eram brasileiros a perseguir a cultura germânica, explicava-se ser o caso de um “neolatinismo” (O DIÁRIO, 21 de setembro de 1915, p. 5; 2 de outubro de 1915, p. 3). A negação, ao invés de ser uma estratégia para minar o conceito e expor as bases frágeis nas quais se sustentava, apenas o reforçava.

De outro modo, às voltas com as comemorações da independência brasileira, *O Independente* (mais tardiamente, quando em comparação com o periódico anterior) fez comentários sobre uma palestra realizada pelo escritor Alcides Maia, intitulada “Alma Latina” (13 de setembro de 1916, capa).

Por sua vez, o germanismo foi um conceito que, embora influenciado pela literatura originária da Alemanha, teve um largo desenvolvimento no Brasil através de jornalistas, padres e pastores, na segunda metade do século XIX (SEYFERTH, 1990; SEYFERTH, 2004). Apesar de não ser exclusivamente ligado à religião, a igreja luterana teve um papel de destaque na sua difusão, pregando a defesa dos valores culturais e primando pela preservação da etnia através de casamentos endogâmicos (JUNGBLUT, 2004). Afastar-se dos valores, entre os quais a língua, seria um passo para a perda da identidade do grupo e, conseqüentemente, do indivíduo.

Durante a guerra, a germanidade permaneceu constantemente sendo acionada mediante publicações. Isabel Arendt (2005a) mostra como a publicação do periódico *Allgemeine Lehrerzeitung*, ligada aos professores que compunham o Sínodo Riograndense, até 1917

(quando a utilização escrita do idioma alemão foi abolida), instigou a conscientização da germanidade. Apelava-se para o papel do teuto-brasileiro na construção de uma ponte entre o Brasil e a Alemanha, o “país do futuro” e o “país do passado”, respectivamente (ARENDDT, 2005a, p. 130). Além disso, os países inimigos da Alemanha foram alvos constantes das piadas do *Deutsche Post*, liderado por Wilhelm Rotermund (FELDENS, 2005).

Em virtude dessa militância, a comunidade teuto-brasileira de fé luterana encontrou maior resistência e acabou despertando maior desconfiança. Isso ficou mais evidente quando ocorreu o caso envolvendo a manifestação de Rotermund, logo no início da guerra (item 2.8). Naquela oportunidade, *O Independente* chamou, em diversas oportunidades, o líder luterano de pan-germanista, fazendo a mesma acusação, posteriormente, ao também luterano Arno Philipp.

Nesses casos, os valores sobre os quais se assentavam as identidades da comunidade germânica luterana serviram de fundamento para as críticas, pois estariam sendo associadas ao desejo de integração a outro país. Para os críticos, a questão era a negação da nacionalidade brasileira, mas dentre os jornais pesquisados este foi o mais destacado, entre aqueles cujos articulistas usaram os termos germanidade e germanismo com sentido pejorativo, quando aplicado aos habitantes brasileiros de origem alemã. Feito com o propósito de denunciar a traição de alguém, mas, preferencialmente, referindo às lideranças que professavam a religião luterana.

Evidentemente, foram encontradas outras referências que usavam o germanismo como sentido pejorativo. No entanto, eram diversas traduções de artigos que os jornais publicaram. Esses sempre faziam referência específica à Alemanha e aos seus planos de expansão mundial pan-germanistas. A utilização do termo adquiria um teor equivalente ao do imperialismo.

### 3.5 O “PERIGO ALEMÃO” REVIGORADO EM PORTO ALEGRE

No começo de 1915, houve um comentário curioso que agora será reproduzido. Mesmo não tendo provocado desdobramentos na opinião pública da cidade, foi sintomático da boataria e da onda de desinformação que caracterizou esta guerra.

Já em janeiro, surgiu um documento secreto, supostamente apanhado pelos *Aliados* com um general alemão que, a pouco, havia sido feito prisioneiro nos campos de batalha da França. Ele não foi tratado nem como autêntico, nem como falsificação, mas como evidência de conhecimento profundo tido em relação às desordens políticas existentes nas terras latino-americanas, e que ameaçariam a soberania dos países desta região. O artigo referia que o conteúdo do documento teria como fim

alhear da Alemanha as simpatias que por ventura tivesse nesta parte da América -, documento que se atribuía aos planos açambarcadores da Alemanha e no qual esse grande país justificava porque tinha seus olhos voltados para esta parte do continente americano (O DIÁRIO, 6 de janeiro de 1915, p. 2).

Ao que parece, o documento atentava para o mau usufruto das riquezas da terra por estas bandas da América, ligado às contínuas insurreições que se sucediam no continente.

Mesmo não tecendo comentários sobre o documento, de procedência nebulosa, evitando o prolongamento de uma polêmica, o ensejo fazia com que pairassem no ar algumas questões. O fato relevante não estava na autenticidade, mas na correção das informações. Por exemplo, de onde haveriam de provir tais informações? Qual o intuito por trás do desejo de obtê-las? Havendo interesses escusos, de onde viriam reforços para a consecução do objetivo? Naturalmente, um texto assim ensejaria questões dessa natureza. O que somente reafirmaria as suspeitas a respeito dos sentimentos dos indivíduos de origem germânica no Brasil.

Dias mais tarde, houve uma nova insinuação, agora com argumentos mais concretos, porque se tratava de assunto sério, da maior importância. No dia 30 de janeiro de 1915, haveria eleições para renovar o legislativo federal, e no dia 9, o jornal *O Diário* publicou uma polêmica entrevista com o deputado Maciel Júnior, da bancada federalista. Nela, o deputado revelava que um candidato independente de origem germânica poderia ser eleito deputado

federal. Essa afirmação provocou os comentários preocupados que seguem, em decorrência dos prováveis motivos que levariam um teuto-brasileiro a procurar se eleger para uma legislatura, estando fora dos principais partidos do estado. Então, com um tom alarmista, o escritor comentou:

Surpresa, disse s. ex. [Maciel Júnior], a aceção de que, contra toda a expectativa lógica e razoável, o referido candidato logrará uma votação colossal, conseguindo, quem sabe? juntar o número de votos bastante, para ver realizado o seu desiderato: representar, na Câmara Federal, o elemento germânico cujo candidato se fez, no Rio Grande do Sul.

O caso, isto posto, é mais grave do que à primeira vista parece e merece, portanto, ligeiros reparos.

Qual a orientação do candidato aludido? Qual o seu programa? Que pretende fazer, na hipótese de ver o seu nome sufragado por uma maioria que lhe garanta uma poltrona no Palácio Monroe?

Se o elemento germânico que, conosco, coopera indiretamente, para o engrandecimento do Rio Grande - porquanto, é natural, que precipuamente visa o próprio engrandecimento -; se o elemento germânico, dizíamos, que até aqui, geralmente, acompanhou a maioria da corrente política rio-grandense, pretende ter um candidato seu, um deputado seu na Câmara, é porque, necessariamente, desviou-se da orientação até aqui seguida e, pois, forma partido à parte, porque, é lógico, não há representante que não exprima ou que não seja órgão de uma orientação política.

Se tal se dá é porque o fim que anima o elemento germânico, é diverso do que o que teve até hoje, [...], pois, apartou-se das correntes nacionalistas, em seus diversos matizes, para organizar um partido que aberrava no nosso meio, onde nunca se cogitou de luta de raças.

Qual é o programa político do nóvel partido? É, de fato, aquele que lançou o candidato aludido, aos “povos e povas” germânicos, como diria, humoristicamente o mordente espírito de Emílio de Menezes, na cidade de Cachoeira sobre o desenvolvido [...] MANIFESTO AOS ALEMÃES?

Se é essa a ideia que afagam os alemães e o seu candidato e se as palavras daquele *memorável* manifesto são o espírito e razão de ser do político, o caso é muito grave e urge que nós outros nacionais, (brasileiros natos, de quaisquer origens) preparemos para enfrentar mais este *problema sério* que vem de se desenhar no horizonte carregado da Pátria...

[...].

É preciso que vejamos bem claro, na pretensão de hoje, o perigo de amanhã e, desde já, oponhamos o necessário dique ao caso que aparece e se nos afigura pilhérico, mas que pode degenerar em uma luta que, a nossa prudência ou inércia tem sabido, até aqui, desviar.

Não que o candidato de hoje seja *redoutable*, isso não, não lhe fazemos a injustiça de pensá-lo...; mas a ideia... a semente que ele espalhou e que, a frutificar, espalhou a discórdia, a cizânia, a luta entre elementos que, até aqui, viveram sempre cordialmente, sem atritos da natureza do que se quer iniciar no Rio Grande do Sul, com a cerebrina ideia de... pretender-se desagrar, na Câmara, o elemento germânico que não foi ofendido e nem poderia sê-lo (O DIÁRIO, 9 de janeiro de 1915, p. 2).

O artigo foi bastante claro nas suas manifestações. Afinal, na lógica do autor, o que estariam pretendendo os teutos se nem os federalistas e nem os republicanos lhes aprovassem? Ao fim e ao cabo, ficava no ar uma insinuação sobre os objetivos pretendidos por essa gente.

À guisa de contextualização, é conveniente ressaltar que a essa época se experimentava o auge da hegemonia borgista no estado (AXT, 2007; PINTO, 1986).<sup>107</sup> Estava longe a época, como no início do período republicano, em que se poderia cogitar do surgimento de uma agremiação política forte à margem do poder constituído, como fora o Partido Colonial, que, nos idos de 1890, buscara representar a comunidade germânica (GERTZ, 2005).

Apesar da realidade maior que se impunha, o texto não se furtou de levantar a hipótese de que um movimento de interesses escusos pudesse nascer. No caso, como referido, de caráter étnico, que poderia levar à insurgência.

Nas circunstâncias daquele momento específico, portanto, a quais interesses maiores serviria uma candidatura em tais moldes? Claro, levando em consideração, como mencionado pelo referido artigo, que até então a comunidade germânica vivera cordialmente. Ao que parece, independente dos interesses, deveria estar relacionado à guerra mundial.

E, realmente, existia essa relação. O que rendeu novos comentários no jornal, que continuou a suprimir a identidade do suposto candidato a candidato. Apesar de não citado explicitamente, recebera uma alcunha que o identificava com a sua causa. E, sendo mesmo a guerra a real justificativa da tal candidatura, um outro artigo foi escrito para manifestar contrariedade. Inicialmente revelara as intenções do candidato:

houve quem [defendesse] um candidato avulso - a que, mui judiciosamente cognominamos “da conflagração” - [...] um representante seu que fosse como que o atalaia e o arque vigilante, sempre na brecha, para aparar os golpes que fossem, porventura, desferidos contra a pátria de seus maiores (O DIÁRIO, 12 de janeiro de 1915, p. 2).

Ficava revelado o intuito original. Seria o de buscar, pelos meandros da política, artifícios para defender os interesses da Alemanha na guerra. Sobre isso, o articulista comentou que “enviar a um congresso político um indivíduo, só para estar de alcateia contra possíveis investidas e agressões a um país que está em luta e por isso mesmo na situação de ter quem lhe seja hostil é simplesmente ridículo e comprometedor” (O DIÁRIO, 12 de janeiro de 1915, p. 2).

---

<sup>107</sup> O momento mais propício para o enfraquecimento do borgismo e do PRR talvez tenha sido a cisão provocada pelo lançamento da candidatura a senador pelo estado de Hermes da Fonseca. Ela provocou a saída de lideranças importantes como Ramiro Barcelos, o que provocou certa instabilidade. Contudo, ela foi superada, e a liderança mantida por uma estrutura partidária sólida. No entanto, essa crise fora deflagrada em julho de 1915. Em janeiro desse ano, qualquer ameaça real era impensável (AXT, 2007).



Na continuação do artigo ficava explicado que o objetivo do alerta era o de precaver a comunidade germânica contra um oportunista. O autor explicou que era “filho de um homem que bem compreendeu o valor do elemento germânico aqui no Rio Grande”, que, portanto, pretendia evitar que inocentes fossem “explorados em seus nobres sentimentos afetivos” por um oportunista “que do generoso e forte sangue germânico só tem o nome e os pelos fulvos” (O DIÁRIO, 12 de janeiro de 1915, p. 2). Infelizmente, por melhores que pudessem ser as intenções do autor, o assunto em discussão, por sua recorrência histórica, reforçava antigas prevenções. O próprio articulista é traído pelas suas palavras, pois temia que os teuto-brasileiros fossem manipulados por seus sentimentos para eleger um candidato – que, posteriormente, teve revelado, que seu nome era um tal Ludwig<sup>108</sup> (O DIÁRIO, 13 de janeiro de 1915, capa) – que prometia defender a Alemanha. Então, ao que parece, estava se popularizando no “senso comum” a impressão de que a simpatia advinda da germanidade poderia indispor a comunidade étnica alemã contra a ordem, como se houvesse uma propensão da mesma. Tanto que, no artigo final escrito sobre o assunto, ficava reafirmado o temor principal.

O precedente é grave, porque além de avivar a chama de paixões que os nossos pampeiros devem varrer para longe, por mais patrióticas que possam ser, autorizará o surto de futuras organizações partidárias fundadas no espírito de nacionalidade, em prejuízo do nacionalismo brasileiro (O DIÁRIO, 13 de janeiro de 1915, capa).

Esse trecho fora publicado enquanto carta, assinada pelo deputado federalista, e candidato à reeleição, Maciel Júnior. À primeira vista, pode parecer apenas um episódio isolado, derivada do receio de fragmentação do voto do eleitorado. Afinal, o debate sobre a candidatura do tal Ludwig se encerrara (*A Federação* sequer se deu ao trabalho de comentar o assunto), mas fora, também, a primeira utilização do “perigo alemão” pelos federalistas para objetivos políticos.

A retórica da espionagem alemã mostrou ser capaz de promover a desconfiança. *O Diário*, após a sua reformulação editorial, em mais de uma oportunidade, esbravejou em defesa dos alemães e teuto-brasileiros que tinham seus nomes maculados pela boataria do pretenso serviço de espionagem alemão. Nela, o momento mais consternador ocorreu por ocasião da morte do jovem Fernando Buschmann, fuzilado em uma prisão inglesa, devido a

---

<sup>108</sup> Nada mais foi dito sobre o seu nome. Talvez fosse um dos irmãos Ludwig, proprietários do pequeno jornal *O Dia*, que circulava em Porto Alegre na mesma época. *O Dia* era abertamente pró-Alemanha, tendo publicado em suas páginas vários artigos sobre a Alemanha e a conflagração mundial. Com o final da neutralidade, a gráfica dos Ludwig viera a ser empastelada. Alguns poucos exemplares de *O Dia* foram preservados no Arquivo Benno Mentz.

tal acusação que lhe imputaram. Sem rodeios, o jornal denunciou o motivo pelo qual o rapaz fora vitimado.

Por ser essencialmente filho de alemão, e não por ter nascido no Brasil (coisa de somenos na rubra apreciação dos ingleses), é que Fernando Buschmann acaba de ser fuzilado na Inglaterra, inocente ou culpado, tendo ou não o governo britânico o direito marcial de executá-lo.

[...]. Filho de alemão – alemão era Fernando Buschmann para ser espião e... fuzilado.

Não estranhemos a lógica quando [lançam] o estigma da espionagem em tudo quanto é da índole germânica...

[...]. Façamos respeitoso silêncio sobre um nosso patrício fuzilado pelos ingleses. Para que invocar o nome de um brasileiro suspeito de “alemão” e, por isto, de espião? Para que se, como julgamos, a recordação desse suplício só não se apagará depressa na memória dos que, sendo da mesma origem, sentem, juntamente com o estigma de “alemão”, a mágoa de não poder ter os mesmos direitos dos brasileiros (O DIÁRIO, 23 de outubro de 1915, p. 4).

O infeliz episódio causara impacto. A um só tempo, o jornal (em nome da comunidade germânica de Porto Alegre) lançava um manifesto de indignação, em virtude da oportunista tábua rasa feita em cima da trajetória histórica de um segmento importante da sociedade brasileira, e pela imagem distorcida pintada por sobre.

Com o claro intuito de dissipar uma visão, que para ela era equivocada, a *Liga das Sociedades Germânicas* continuava a bancar a distribuição gratuita do periódico *A Guerra*. Em seus exemplares havia dezenas de casos nos quais os *Aliados* eram desmascarados, tendo revelada a suposta mesquinharia deles por trás de suas causas. Além disso, a pequena revista persistia na faina semanal de combater a má impressão difundida contra a Alemanha. Os títulos dos artigos eram indicativos da batalha travada para dissuadir as pessoas do equívoco em que poderiam incorrer. Assim, os títulos “A triste sorte que aguarda os prisioneiros franceses” (A GUERRA, nº 11, janeiro de 1915, p. 13), “A desumanidade dos alemães” (A GUERRA, nº 11, janeiro de 1915, p. 14), “Os alemães humilham os franceses” (A GUERRA, nº 11, janeiro de 1915, p. 15), narram fatos cujos sentidos estavam na proporção inversa daquilo que indicavam, apelando para ironia no intuito de destacar o ridículo dos boatos sobre a crueldade alemã. Daí, sempre esteve muito presente a palavra “calúnia”, para descrever o quão equivocados estariam aqueles que acreditavam no caráter violento dos alemães.

Como se não bastasse, a essa época morria Bernardino de Campos. No seu necrológio, *A Federação* (20 de janeiro de 1915, p. 4) recordou a ida dele à Europa por motivo de tratamento de visão, tendo voltado praticamente cego. Abalado, ainda mais com os infortúnios da passagem pela Alemanha, sua saúde teria piorado, até a morte. Embora sem maiores comentários, o assunto trouxe à memória toda a tensão daquele momento, cujo desfecho se

deu com o falecimento do homem que fora peça central de um drama, o que, sem dúvida, nada trazia de positivo para a imagem alemã.

Adicionando mais argumentos aos detratores, o governo alemão, através do consulado em Porto Alegre, notificou o governo gaúcho que as circunstâncias da guerra, pelas quais o comércio alemão fora estrangulado e a marinha de guerra se encontrava sob ameaça de navios mercantes britânicos que estariam armados, impunham retaliação (A FEDERAÇÃO, 13 de março de 1915, p. 5). Assim, ficava avisado que o comércio em torno da Grã-Bretanha não seria seguro.

O afundamento do navio *Lusitânia*, em 7 de maio de 1915, foi outro fator de crítica. Saído dos Estados Unidos, o naufrágio fora provocado por submarinos alemães, o que gerou uma onda de protestos. Além da repercussão mundial pelo número de vítimas, observada através dos informes telegráficos que vinham de todas as partes do mundo, houve manifestação de desaprovação, inclusive em Porto Alegre.

**Faculdade de Direito - O torpedeamento do "Lusitania"** - Ontem, após a aula de Teoria e Prática do Processo Criminal da Faculdade de Direito, o dr. Vieira Pires, lente desta cadeira, pronunciou um eloquente discurso sobre o torpedeamento do transatlântico inglês "Lusitania" por submarinos alemães.

Embora quebrando a neutralidade do Brasil, o orador não pode deixar de protestar do alto da Cátedra contra aquele ato da marinha alemã.

O ato de selvageria da Alemanha torpedeando um navio que levava a bordo inocentes, pois está provado que ali havia mais de quarenta crianças de menos de um ano de idade e pessoas pertencentes a países neutros, constitui um crime tanto mais grave quanto é certo que ele foi praticado depois de longa premeditação.

O orador foi, ao terminar, vivamente felicitado, tendo recebido os votos de solidariedade de todos os presentes (O DIÁRIO, 13 de maio de 1915, p. 4).

A indignação manifesta, em decorrência do incidente, estava relacionada ao fato de ter acontecido com uma embarcação neutra, e não-militar. Entretanto, a propaganda, mediante o controle dos meios de informação, estava contra os alemães. Não se deve esquecer que as comunicações entre a Alemanha e o Brasil haviam sido cortadas, e as principais agências de notícias pertenciam aos países *Aliados*. Nos informes telegráficos, além das expansivas declarações de reprovação, havia notícias vindas de Berlim cujas palavras parece ter sido escolhidas. Elas, provavelmente, aumentavam ainda mais a indignação.

**Berlim, 11** - A imprensa insinua que os submarinos devem continuar a destruir os navios ingleses, não devendo ser apresentadas desculpas aos Estados Unidos pelo torpedeamento do "Lusitânia" porque os americanos odeiam os alemães.

**Berlim, 11** - Os jornais de Viena mostram-se entusiasmados com o desastre do "Lusitânia".

É sabido que a contrainformação foi largamente utilizada como ferramenta de guerra, sendo que, frequentemente, os governos desconheciam o destino das próprias tropas. Havia comentários, por exemplo, de que os britânicos usavam bandeira de países neutros para confundir os alemães (ABRANCHES, 1917). Certamente, no caso do *Lusitânia*, os ingleses cunharam moedas comemorativas do naufrágio do *Lusitânia*, em alemão, para atribuí-las àquele país. As mesmas chegariam a Porto Alegre e seriam exibidas pelas ruas da cidade, com o claro objetivo de aumentar o ódio contra aquele país.

### **3.5.1 A polêmica estada de Lauro Müller em Porto Alegre**

No início do mês de maio de 1915, fora programada a visita do chanceler Lauro Müller à cidade de Porto Alegre. O editorial de *A Federação* (1º de maio de 1915, capa) o saudara, publicando uma pequena biografia pródiga em elogios. Ela lembrou os tempos em que, saído da região colonial de Santa Catarina, como cadete na Escola Militar do Rio de Janeiro, fora aluno de Benjamin Constant, bem como, ressaltou seu papel ativo e consciente no movimento que colocara termo ao império e iniciara a república brasileira, o que o qualificava como um republicano histórico. Sem esquecer da luta desempenhada para debelar o que restara do levante federalista em Santa Catarina, mostrando a lealdade dele ao Marechal Floriano Peixoto.

Na chegada à capital, foi noticiada sua recepção, além de outros detalhes. Os estudantes de medicina mandaram confeccionar para a ocasião um cartão de ouro e esmeralda para entregar ao chanceler (*A FEDERAÇÃO*, 2 de maio de 1915, capa).

Durante a estada, Lauro Müller, acompanhado de Borges de Medeiros, foi bastante homenageado. Assistiu a regatas, a jogos de futebol e participou de um baile de gala. Mais à noite, foi agraciado com um concerto no *Germânia*, sempre acompanhado do presidente do estado e do alto escalão do governo. Durante o banquete, posterior ao concerto, o Ministro das Relações Exteriores proferiu algumas palavras em respeito aos anfitriões, aos quais teceu elogios à contribuição dada para o progresso do Rio Grande do Sul (*O DIÁRIO*, 4 de maio de 1915, capa).

No dia seguinte, Lauro Müller partiu com Borges de Medeiros para Asseguá, na fronteira com o Uruguai. Ao deixar a cidade, provavelmente, não devia imaginar o rebuliço que se daria em função do seu discurso.

Acontece que os jornais da capital federal, dentre os quais o *Jornal do Comércio* (um dos principais órgãos aliadófilos), passaram a noticiar, consternados, o afundamento do navio norte-americano *Lusitânia*. Isso ocorreu poucos dias depois da passagem do chanceler por Porto Alegre, em 9 de maio (GARAMBONE, 2003). Em seguida, como um efeito retardado, começaram as críticas às palavras proferidas por Lauro Müller em Porto Alegre.

Na edição de 13 de maio, os informes telegráficos do jornal *O Diário* davam conta de que, no Rio de Janeiro, a imprensa (no dia 12 de maio) havia se mostrado indignada pelo fato do ministro ter, nos salões da *Sociedade Germânia*, se declarado “filho da raça alemã, fatora e colaboradora da civilização e da cultura humana” (O DIÁRIO, 13 de maio de 1915, p. 5). Os comentários do periódico porto-alegrense, no dia seguinte, continuaram a expor os violentos ataques que a imprensa carioca persistia em fazer ao discurso de Lauro Müller, sendo que, sobre isto, o jornal afirmara que os colegas da capital não tinham nenhuma razão. Explicando detalhadamente, *O Diário* expôs o caso:

honrado por uma festa, organizada para o dignificar pela colônia alemã de Porto Alegre, nada era mais natural ao homenageado, titular das Relações Exteriores do país que hospeda essa colônia, senão agradecer, com simpatia, os sentimentos festivos com que ela o acolheu. E foi o que o dr. Lauro Müller fez.

Nesse agradecimento, s. ex. permitiu-se fazer, com a sua particular e legítima admiração, o elogio da raça germânica, "colaboradora da civilização e da cultura humana". E neste elogio, manda o bom senso que se diga, nada existe de exagerado nem de parcial. Ordenavam-no naquele momento, a verdade da história e a lei da cortesia. Não há, pois, que clamar ou protestar contra as palavras do Ministro.

Resta, então, a declaração em que dr. Lauro Müller, após ter feito o seu louvor à raça germânica, se apresentou como "filho dela". Disse que o final da frase foi este: "... dessa raça, da qual SOU FILHO". Bate sobre isto o protesto da imprensa carioca; mas bate em falso, porquanto não é exato que o dr. Lauro Müller tenha pronunciado a frase que ora motiva o clamor. O que ele disse e que não foi devidamente ouvido por quem apanhou o primeiro resumo do discurso, difere essencialmente da frase impugnada. Dirigindo-se aos membros da colônia alemã, que o aclamavam no salão de honra da "Germania", s. ex., terminou o seu elogio desta outra maneira, absolutamente diversa:

- "...dessa raça, da qual SOIS FILHOS".

De "sois filhos" para "sou filho" existe apenas um acento de pronúncia que à distância, o mau ouvido ou o espírito prevenido podiam perfeitamente confundir.

E eis tudo (14 de maio de 1915, p. 2).

Pelo que indicara *O Diário*, o *Jornal do Comércio* teria publicado na íntegra o desmentido do mal-entendido (15 de maio de 1915, p. 5). Lauro Müller, por sua vez, estava em viagem para a celebração do Tratado do ABC com os países vizinhos. De Buenos Aires,

no dia 16, ele enviou um desmentido ao Rio de Janeiro com relação à frase que lhe fora atribuída (O DIÁRIO, 18 de maio de 1915, p. 5).

### 3.5.2 O “perigo alemão” e as suas implicações sobre o governo gaúcho

Ao se aproximar o final do ano de 1914, uma grave suspeita recaiu sobre o governo gaúcho. Ela fora levantada pelo senhor Medeiros e Albuquerque, expoente da intelectualidade francófila brasileira. Em um artigo publicado pel’*O Diário*, ele denunciava o quão relapso sempre fora o governo gaúcho do PRR.

Há algumas semanas, lendo o "Temps", encontrei nele uma notícia em que se dizia ter o cônsul francês no Rio de Janeiro feito uma revelação curiosa: que os alemães, quando procuraram desviar a Inglaterra do conflito europeu, ofereceram-lhe, entre outras coisas, o sul do Brasil.

Nesses termos, a notícia me parecia inverossímil. Inverossímil, mas não impossível. É certo que ninguém deve oferecer senão o que lhe pertence. Mas também ninguém tem o direito de chamar seu ao que de fato não é - e os alemães há muito tempo que mencionam em cartas geográficas, "adotadas para o ensino oficial", a parte sul do Brasil como - "A Alemanha meridional".

[...]. O caso da América do Norte, onde há milhões de alemães é sempre citado. Esquecem-se, entretanto, de mostrar a diferença: é que lá esses alemães estão disseminados na população inglesa; não constituem um núcleo, uma espécie de quisto no organismo nacional. Um deputado rio-grandense de grande talento e ilustração, observador atento e minucioso dos fatos, contou-me, certa vez, que viajou quinze dias no Rio Grande do Sul falando exclusivamente alemão!

Por que, entretanto, não é do Rio Grande que vem o rebate contra esses fatos? Por um motivo muito simples: porque há uma espécie de contrato ínsito entre os governantes rio-grandenses e os colonos alemães. Desde que estes se subordinam inteiramente à direção política do Estado, esta não os aborrece. Parece até que gosta de os ver metidos com o seu germanismo, sem tratar de política. É como se lhes dissesse:

- Sejam alemães o quanto quiserem; mas não nos aborçam.

E os alemães se mostram mansos, dóceis, acomodados... É um encanto! (27 de dezembro, p. 3)

Formalmente, o governo do Rio Grande do Sul era acusado de estimular o domínio alemão na região. Mais do que isso, existindo a possibilidade de vitória alemã na guerra, o artigo fizera pairar a dúvida sobre a possibilidade do governo colaborar com uma futura anexação.

O ano de 1915 acabou sendo, sob certo aspecto, emblemático para a política gaúcha. Se, em meados da década de 1910 estava consolidada a hegemonia do PRR, confirmada pela reforma eleitoral realizada pelo presidente estadual Borges de Medeiros, em 1913 (PINTO,

1986), estendendo-se até o início da década seguinte, ela não ocorreu sem sobressaltos. Aliás, foi a demonstração de força, mediante esses sobressaltos, que ratificaram a hegemonia.

Talvez não tenha chegado a ser uma ameaça, mas a provação a que fora submetido o PRR teve no nome do senador Pinheiro Machado um destaque. Com o prestígio sob ameaça, por não ter conseguido fazer o sucessor do Presidente da República Hermes da Fonseca, Pinheiro mediu a sua força na sucessão governamental à Presidência do Rio de Janeiro. Para evitar uma nova derrota política, o senador apelou para o novo presidente da república, Wenceslau Braz, para que este o apoiasse no imbróglio do Rio. Como este se recusara a fazer, Pinheiro Machado teria mostrado um telegrama de Borges de Medeiros prometendo fazer oposição ao novo governo brasileiro, mas mesmo assim a ameaça não surtira efeito (CARNEIRO; SILVA, 1998).

O episódio foi um ponto de inflexão na trajetória política do Rio Grande do Sul, e do senador Pinheiro Machado em especial, dentro do cenário nacional, no qual tinha papel preponderante (FAORO, 2001; CARDOSO et al., 2006b; LOVE, 1975). A partir daí, o PRR ficou um pouco fragilizado, deixando o flanco exposto para ataques dos inimigos políticos. Desde esse episódio, até o seu assassinato, em setembro de 1915, Pinheiro Machado perdeu sucessivas escaramuças políticas, que provaram que a sua autoridade estava em descenso (CARNEIRO; SILVA, 1998). Com isso, o próprio estado do Rio Grande do Sul saiu parcialmente prejudicado no cenário nacional. A solução encontrada pelo estado foi uma, voltar-se para si mesmo, abandonando as aventuras nacionais (FAORO, 2001; CARDOSO et al., 2006b).

Seria esse um momento ímpar para investir contra o partido e seu comando. Assolar diretamente uma estrutura tão fortemente solidificada dentro do estado era uma empreitada com poucas perspectivas, mas, neste ano de 1915, ocorreram alguns fatos curiosos. Algumas críticas também foram proferidas pela oposição federalista, que levam a crer que houve uma estratégia interessante para desacreditar o aparato oficial constituído no Rio Grande do Sul. A contingência da guerra permitiria o toque final para macular a imagem do governo do estado, internamente e no restante do país.

Os federalistas já haviam feito uso do “perigo alemão” para influir no pleito federal, em janeiro desse ano. No restante do país a causa francesa e britânica contava com apoio intenso, sendo que os ataques feitos pelos alemães às embarcações neutras que se aproximavam da

Grã-Bretanha tornaram a imagem da causa alemã mais desprezada, cuja fama repercutida no Brasil era a de ser uma potência militarista. Estando a imagem governamental gaúcha debilitada no resto do país, a partir de 1915 foi reforçada pelos federalistas a imagem de militarista do PRR, aproveitando a trajetória histórica do partido que a remetia à aliança com o exército desde os tempos do governo presidencial de Floriano Peixoto, ainda no início da década de 1890, reforçada recentemente pelo apoio ao governo de Hermes da Fonseca, que se encerrara em 1914 (FAORO, 2001; CARDOSO et al., 2006b; LOVE, 1975).

A crítica não passara pela contestação do exército, e sua afinidade política com o PRR. O contexto era diferente. A conflagração mundial expusera ao mundo a necessidade de uma defesa militar sólida para a proteção das fronteiras. A comovente resistência belga e o esforço francês para expulsar os alemães despertaram em ambos a simpatia por estes exércitos. A expansão e qualificação do exército brasileiro eram assuntos discutidos nacionalmente, e a militância de Olavo Bilac pelo serviço militar obrigatório estava afinada com a crescente preocupação da época sobre a nacionalidade. Como o exército fora poupado, o alvo da crítica se centrou no governo gaúcho e na sua Brigada Militar. O militarismo residiria, diferentemente do exército brasileiro (carente de recursos), no elevado custo e na valorização dados a uma força armada desnecessariamente grande. Basta observar que os gastos do governo gaúcho com a Brigada sempre vieram em segundo lugar, atrás da educação, se bem que, em algumas conjunturas específicas, chegou a ocupar o primeiro lugar (CARDOSO et al., 2006b).

A contestação ocorreu através de insinuações, deflagrada pelo discurso do deputado estadual opositor Jorge Pinto, em outubro de 1915. Depois de pedir a palavra ao presidente da mesa, em uma sessão da Assembleia Legislativa, Jorge Pinto investiu abertamente contra as intenções do governo, as quais afirmava não saber o objetivo, mas acreditava conhecer a origem da inspiração das mesmas:

Pedi a palavra, Sr. Presidente, para uma explicação que reputo necessária, isto é, para inteirar a Assembleia do sobressalto, da impressão que causou no espírito público de nossa terra da brusca movimentação de forças da Brigada Militar. Duas suposições acodem ao nosso espírito, ao contemplarmos essa movimentação de forças, o aumento de material bélico, a compra de metralhadoras e a azáfama do governo, aumentando o efetivo da Brigada e comprando aeroplanos.<sup>109</sup>

A essa intervenção seguiram outras, dos deputados do governo. Os deputados do PRR punham em dúvida a credibilidade de quem lançava injúrias sob forma de boatos, ao que dera

---

<sup>109</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 11ª sessão, 13 de outubro de 1915, ML.



origem a outras objeções. Então, retomando a palavra, Jorge Pinto foi ao centro da questão que aqui está sendo colocada, ao afirmar que o estado estaria sofrendo

de megalomania e, influenciado pela hecatombe humana que assola o velho mundo, está transformando nossas campinas e serranias em campos de manobras, em teatros de exibições militares, com grave risco dos cofres públicos e consequente oneração do bolso particular.<sup>110</sup>

Aqui já aparecem alguns elementos que fundamentariam a crítica. Atenta que o interesse do governo estaria, mediante o gasto com armas, sobrepondo os seus interesses aos das pessoas privadas, o que já revelaria uma relação de opressão (mesmo que velada) do governo, a partir da força. Mas ainda não estava terminada a argumentação, que chegaria ao ápice logo em seguida.

Tem ele, governo, obrigação absoluta de encarar o assunto com o máximo critério, sem tentar impelir-nos a uma conflagração interna, que seria, nesse caso, na época atual, a ruína completa do Brasil, a dissolução de nossa nacionalidade.

E o povo [...] tem levantado diversas hipóteses, tem tirado desses atos diversas conclusões.

Uns dizem que o governo do estado em conluio maquiavélico com Santa Catarina e o Estado Oriental, pretende a formação de uma nova nação na América do Sul. [...] alguns dizem que o nosso governo é extravagante, sofre a doença do militarismo, mania como qualquer outra.<sup>111</sup>

Textualmente, foi dito que o governo sofria do mal do militarismo. De igual maneira, a palavra militarista foi se popularizando, como adjetivo para designar a ação alemã na guerra. Pelo que pôde ser lido, ainda seria apressado referir que havia qualquer associação com a Alemanha, embora o argumento da fragmentação nacional fosse recorrente na retórica do “perigo alemão”. De fato, seria precipitado asseverar algo mais conclusivo. Posteriormente, novas referências seriam feitas, mais explícitas ainda, do que a agora aludida.

A *Federação* deu início no dia 15 de outubro a uma série de reportagens, refutando os argumentos colocados pelos seus inimigos políticos, que tinham na figura do deputado Jorge Pinto o seu representante estadual. Interessantemente, o título da série se chamava “O Rio Grande ‘Prussianizado’”. O argumento inicial, repercutindo exatamente o constrangimento a que haviam sido submetidas as relações do governo gaúcho com o federal, negava que “o governo quer se apoiar nas baionetas para impor-se ao dr. Wenceslau Braz; que o estado despendeu trezentos contos com um milhão de cartuchos e armamentos; que auxilia linhas de tiro” (A FEDERAÇÃO, 15 de outubro de 1915, capa).

---

<sup>110</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 11ª sessão, 13 de outubro de 1915, ML.

<sup>111</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 11ª sessão, 13 de outubro de 1915, ML.

A curiosidade do título residia no fato da referência ter se restringido à frase de chamamento ao leitor. Não obstante, o leitor fica sem resposta sobre o motivo da escolha do mesmo, uma vez que a Prússia sequer foi citada, nem uma única vez. Ou seja, supõe-se que havia um significado em voga para o neologismo, feito a partir do nome do Estado que deu origem à Alemanha. O governo refutava uma acusação de ser “prussiano” sem, sequer, entrar em detalhes sobre o significado da expressão.

No dia seguinte, o jornal continuou a se debruçar sobre o assunto. Em uma extensa defesa da atitude do governo estadual, um novo artigo buscava colocar por terra cada insinuação colocada pelo deputado federalista. Comentava que a Brigada estava voltada à manutenção da paz. Que o tamanho do efetivo dessa corporação, ao contrário do alegado, não seria tão grande. O artigo comentou que seria inferior àquela que o estado de São Paulo possuía, sendo que a congênere paulista havia sido, inclusive, treinada por forças do exército francês (sobre o assunto ver item 2.3). O intrigante, e que poderia passar despercebido, era a autoria do artigo (A FEDERAÇÃO, 16 de outubro de 1915, p. 2). Ele foi escrito por Amaro Villanova, o mesmo nome do oficial brasileiro que escreveu um artigo em *A Defesa Nacional* exaltando a qualidade do exército alemão (item 3.2).

Por fim, o terceiro artigo de Amaro Villanova terminava por defender o preparo da Brigada, cujo dever seria o de prestar auxílio aos municípios assolados por criminosos e, de justamente, servir de reforço ao exército na defesa do território. Ainda mais, segundo ele, diante das condições em que o exército se encontrava. Suas justificativas estavam recheadas de exemplos da guerra, cujo caso belga se prestava para uma parábola da necessidade de manter um preparo militar adequado, equivalente a de outros que combatiam (A FEDERAÇÃO, 20 de outubro de 1915, capa).

Ao longo das três edições publicadas, nenhum dos artigos mencionou o motivo do termo “prussianizado”, que fora empregado. Sempre, as questões das armas em excesso, do contingente das tropas e das relações mantidas pelo governo estiveram no escopo dos artigos. Logo, isso reforça a impressão de que havia uma vulgarização, uma compreensão popularizada daquilo que se pretendia transmitir mediante o uso do termo, já associado ao militarismo.

Inicialmente, fora feito pelos federalistas um alerta sobre uma suposta movimentação de forças partidárias da Alemanha em eleições. Posteriormente, foram colocadas, pontualmente,

acusações de militarismo do governo gaúcho. Por fim, já ficava claro, para eles, uma relação entre o alegado militarismo do governo, com a exploração da força da Brigada Militar. Mesmo não dito explicitamente, o comportamento descrito coincidia com aquele que os críticos aliadófilos alegavam ser o do caráter alemão.

### **3.6 A BRASILIDADE EM DISCUSSÃO**

Paulo Germano Hasslocher, citado anteriormente (item 3.3), publicou um artigo interessantíssimo cujo título, “Ideais”, estampava a capa de *A Federação*, no dia da palestra que este ministrara sobre a guerra. Mais uma vez fazendo menção à pátria, ficava latente a importância da mesma para a construção da brasilidade. No entanto, ele não tratava da guerra, nem da Alemanha ou do germanismo. Abordava a importância da educação na construção do país. Iniciava comentando que “no dia em que a instrução for levada ao interior do país, teremos descoberto um novo Brasil” (*A FEDERAÇÃO*, 6 de março de 1915, capa). Em seguida ressalta a importância do brasileiro:

Os nossos patrícios são dotados de uma inteligência natural surpreendente!  
Examinai o campônio europeu e o nosso matuto, vereis que, a indiferença do primeiro prova ser ele um retardatário enquanto que a curiosidade inteligente do matuto demonstra que ele é um segregado da civilização (*A FEDERAÇÃO*, 6 de março de 1915, p. 2).

Em seguida, conclamou a todos para promover a obra da educação, pois, esta não deveria ser apenas um fardo do Estado. O estímulo dela seria “o futuro da pátria” (*A FEDERAÇÃO*, 6 de março de 1915, p. 2).

Fica claro, assim como comenta Vinhosa (1990), Oliveira (1990), Lima e Hochman (1998) que a experiência da guerra serviu como fermento, à medida que propiciou intensa discussão sobre a importância do “ser brasileiro”. Condição essa que, finalmente, abarcaria desde o humilde habitante do interior até o cosmopolita urbano, além do papel que estes deveriam desempenhar na construção do país. Convém resgatar uma pequena passagem na qual se comentou que “cabe-nos a tarefa de formar o espírito da nacionalidade brasileira” (*A*

FEDERAÇÃO, 6 de março de 1915, capa). Esse tipo de comentário revela a tônica daquele momento.

Apesar de não terem sido muitos os artigos explicitamente dedicados à discussão do civismo, este possivelmente tenha marcado sensivelmente as demais produções textuais. Em *A Federação*, além do texto mencionado de Paulo Hasslocher, no ano de 1915, houve outro texto, chamado “Educação Cívica” (12 de fevereiro de 1915, capa). Nele se discutia, sob a luz de práticas equivalentes a dos principais países do mundo, aquilo que seria necessário para fornecer coesão ao conjunto da população. Por ele, concluíam-se que, em comum, todos possuíam sistemas educacionais capazes de fomentar sentimentos que instigavam a autoafirmação às suas coletividades. A explanação a respeito dos outros países era o pano de fundo, em seguida, para o texto começar a exaltar os feitos do governo gaúcho na educação das crianças.

Posteriormente, não por coincidência, houve diversos comentários nas páginas do órgão republicano a respeito da educação adequada para a juventude. Sendo que o contexto se configurou como ensejo para a apresentação de um meio social adequado para a formação ideal do educando, que seria o escotismo.<sup>112</sup> Por volta da metade do ano de 1915, em meio à revitalização do conceito de latinidade, veio à baila a discussão da formação de grupos de escoteiros. Originalmente nascido na Inglaterra, o escotismo se difundiu no Brasil em 1910 (SOUZA, 2010), mas somente foi impulsionado por aqui na época da Primeira Guerra Mundial – em São Paulo recebeu grande impulso em 1916 (SOUZA, 2000). Uma série de artigos foi publicada sobre o assunto, a partir de junho de 1915. Curiosamente, na introdução do assunto, já no primeiro texto, a referência de sucesso não fora dado pelo modelo inglês, mas pelo francês.

As recomendações ao escotismo, feitas ao longo de três artigos (todos publicados no espaço de uma semana), estavam relacionadas ao fato dele conseguir ser aglutinador de interesses. Os jovens de todos os estratos sociais, colocados homogeneamente pelo uniforme, poderiam, a exemplo daquilo que ocorria na França, “realizar uma obra de união nacional” (*A FEDERAÇÃO*, 25 de junho de 1915, p. 8). Outro motivo de recomendação se daria pela saudável convivência ao ar livre, que oportunizaria ao jovem infundir sobre si o verdadeiro

---

<sup>112</sup> Quando do lançamento do programa de ação da *Liga de Defesa Nacional*, em 1916, um dos pontos que ela se propunha a defender era o estímulo ao escotismo (*O DIÁRIO*, 3 de outubro de 1916, capa). Ironicamente, o escotismo era difundido havia mais tempo em Porto Alegre, ligado às comunidades germânicas no *Turnerbund* (SILVA, 1997).

amor à pátria, através do reconhecimento, “pela visão direta deste Brasil tão belo, tão harmonioso” (A FEDERAÇÃO, 26 de junho de 1915, p. 6). E, se não fosse por qualquer desses motivos citados, o escotismo haveria de receber o devido valor por estimular o jovem à ação social, termômetro da capacidade de evolução dos povos, que distinguiria aqueles que progrediriam no futuro daqueles que seriam os “predestinados ao protetorado, [...] os escolhidos para o exílio da nacionalidade, [...] os eleitos do ostracismo” (A FEDERAÇÃO, 30 de junho de 1915, p. 2).

Meses mais tarde, foi criada a *Associação dos Escoteiros do Rio Grande do Sul*. Revestida de circunstância, a sua inauguração contou com a presença de oficiais do exército de alta patente, membros do gabinete da municipalidade e deputados estaduais. Alguns desses, inclusive, compuseram a primeira diretoria, como o deputado e jornalista Carlos Penafiel, o jornalista Juvenal do Rego Lins, o general Barreto Vianna (A FEDERAÇÃO, 1º de outubro de 1915, p. 4).

Igualmente envolto em cerimonial, esteve um duplo evento de grande importância, a celebração da independência do Brasil e a inauguração da estátua do Barão do Rio Branco, ambas realizadas no mesmo dia. Sobre a primeira, um artigo referia, logo na sua primeira linha, que havia “muito tempo já que Porto Alegre não festejava tão condignamente como ontem fez, a magna data da independência do Brasil” (O DIÁRIO, 8 de setembro de 1916, p. 5), festividade marcada por intensa participação popular. Em seguida, no evento posterior, que contou com uma solenidade, o orador, durante a inauguração da estátua, afirmou sugestivamente sobre o homenageado: “eis um homem que vale uma pátria” e “cada estátua de Rio Branco é um altar nacional” (O DIÁRIO, 8 de setembro de 1916, p. 5). A observação feita vai ao encontro da tese levantada sobre a importância na construção da identidade brasileira, revelada por Luiz Cláudio Santos (2010), ao estudar o efeito social provocado pela morte de Rio Branco. Algo que ajuda a dimensionar a relevância com que se estava cultivando a imagem do Brasil. Uma luta se intensificava para apresentar ícones que servissem, paradigmaticamente, como síntese do Brasil aos brasileiros (SANTOS, 2010).

Ironicamente, a estátua do Barão foi esculpida por um alemão, Alfred Adloff. Terminado o modelo, posteriormente foi mandado à Alemanha para ser fundido. Como legenda, a expressão “Em toda parte, lembro-me da Pátria” revela, mais uma vez, a intensidade do apelo ao torrão natal (DOBERSTEIN, 1992).

Solenidades assim, mostrando firmes propósitos, não apenas se adequavam à atmosfera de civismo, que em Porto Alegre se desenvolveria ainda mais no ano seguinte, como eram prólogos perfeitos para a chegada à cidade de Olavo Bilac. Percorrendo o país, no intuito de difundir a importância cívica vinculada à proposta do serviço militar obrigatório, chegou à capital gaúcha o famoso “príncipe dos poetas” para uma estada que duraria treze dias. A intensa mobilização da cidade envolveu as principais autoridades do estado e contou com a cobertura da imprensa do dia-a-dia de Bilac nos mínimos detalhes. A recente criação da *Liga de Defesa Nacional* tornara ainda mais ansiosa a expectativa pela sua presença (A FEDERAÇÃO, 2 de outubro de 1916, p. 4).

A estada de Bilac beirou a comoção, sendo que a agenda dele permaneceu cheia de atividades durante todos os dias da sua permanência. Isso, no entanto, não foi empecilho para que se lhe impusessem críticas. Entre elas, questionava-se se o serviço militar por ele defendido não aproximaria o Brasil do militarismo alemão, que tornara o povo mais desenvolvido cultural e tecnicamente do mundo num aparelho de guerra responsável pela desgraça do continente europeu. No lugar do serviço obrigatório, opunha-se a proliferação dos Tiros de Guerra<sup>113</sup> como alternativa, além da defesa da educação e da saúde como prerrogativas básicas (O INDEPENDENTE, 4 de outubro de 1916, capa).<sup>114</sup>

A despeito de não possuir caráter propagandístico em relação à Primeira Guerra, havia uma natural mobilização de conhecidos admiradores da França em torno do poeta, que também era um destes. Álvaro Moreira (1990), grande admirador da cultura francesa, fora convidado para recepcioná-lo quando da chegada à cidade. Alcides Maia, defensor da latinidade, e que posteriormente escreveria críticas severas à Alemanha (MAIA, 1918, pp. 217-219), acompanhou-o durante quase todo o período em que aqui permaneceu. Embora Bilac fosse discreto, seus exemplos em prol da importância do serviço militar, para o fomento do sentimento cívico no cidadão, provinham de referências francesas, com citações a Michelet e, quando justificava a sua posição, argumentava que a nação

---

<sup>113</sup> O Tiro de Guerra, inspirado pelos oficiais brasileiros que fizeram estágio no exército alemão (os “jovens turcos”) “eram centros de formação de reservista de 2ª linha. Dedicavam-se ao ensino do manejo com armas de guerra e preocupavam-se com a formação ideológica do cidadão, com a criação de uma identidade nacional que valorizasse os momentos heroicos do Exército Nacional e seus principais heróis” (ACKER, 1996, p. 64).

<sup>114</sup> Dias depois, no mesmo jornal, saiu um outro artigo fazendo a crítica da crítica anterior. Nela, defendia-se a Alemanha, ratificando que o desenvolvimento militar dela em nada ofuscou a sua grandeza nas demais áreas, portanto recomendava o serviço militar obrigatório, defendendo Olavo Bilac (O INDEPENDENTE, 11 de outubro de 1916, capa).

“não deveria ser um soldado de conquista, nem de terror, como uma ameaça constante contra o sossego dos vizinhos e dos hóspedes [clara referência à Alemanha contra a Bélgica<sup>115</sup>], mas um soldado de defesa como uma constante segurança para o sossego dos donos e dos amigos da casa” (A FEDERAÇÃO, 12 de outubro de 1916, p. 2).

Qual poderia ter sido o comportamento da comunidade germânica em relação a tudo isso que estava a ocorrer? Ao contrário daquilo que se poderia supor, numa observação mais apressada, ele não foi pautado pela aversão. Em alguns momentos foi, até mesmo, de entusiasmo.

Apesar de não terem sido encontrados muitos nomes germânicos envolvidos nas recepções feitas a Olavo Bilac, na comissão que o recebeu na chegada à cidade podiam ser encontrados os nomes de Alberto Hartlieb e de Germano Petersen Filho (O DIÁRIO, 1º de outubro de 1916, p. 5). O nome de D. João Becker não poderia ser incluído devido ao seu aberto caráter avesso à germanidade (ISAIA, 1998). Na visita que ocorreu na sede do Tiro de Guerra n.º 4, além do major-atirador Alberto Hartlieb estiveram presentes os capitão Sebastião Wolff (vice-presidente do Tiro) e o capitão-atirador Gastão Hasslocher. Além deles, em nome da seção local da Cruz Vermelha, participaram da solenidade de recepção a Bilac as jovens Margarida e Luiza Jaeger, Elsa Siegmann e Emilia Stein (A FEDERAÇÃO, 12 de outubro de 1916, p. 5).

No grupo dos rapazes citados anteriormente, certamente, o número estava longe de ser representativo da intensa participação da comunidade germânica no Tiro n.º 4. Meses antes, uma nota d’*O Independente*, anunciando uma reunião da entidade, publicara os nomes de vários de seus integrantes. Além dos três citados anteriormente, ainda apareciam os do tenente-atirador Otto Wiedmann; dos sargentos-atiradores Ernesto Frederico Haensel e Egon Schreiner; dos cabos-atiradores Reynaldo Steigleder e Arthur Wallau; dos soldados-atiradores Arnaldo Kuwer, J. F. Schliepper e Hugo Gutschow.

Em outros momentos da estada de Bilac, não foram encontrados nomes de origem alemã. Eles estiveram presentes e marcaram posição de destaque somente nos momentos citados, entretanto, seria equivocado dizer que houvesse um sentimento de aversão à onda ufanista que crescia.

---

<sup>115</sup> Alcides Maia (1918, p. 257), quando veio a criticar a Alemanha, referia-se à ofensa provocada pela invasão da Bélgica que feria o direito à autonomia.

*O Diário* (já na sua nova fase, cabe lembrar) saudara efusivamente a chegada de Olavo Bilac e, igualmente, cobrira em detalhes sua estada na cidade. Aliás, antes mesmo dessa visita, o jornal se manifestara a respeito da fundação da *Liga de Defesa Nacional*. Foram três artigos sobre ela no mês de setembro de 1916, sendo que dois deles foram como editoriais. Durante a passagem de Bilac pela capital gaúcha, foi escrito outro editorial sobre o assunto, perfazendo um total de quatro, em menos de 30 dias.

Desde o primeiro momento, manifestou vivo apoio à entidade criada, tanto pela participação de Bilac quanto pelo envolvimento do próprio presidente da república no comando da mesma (O DIÁRIO, 5 de setembro de 1916, capa). O motivo estava ligado ao fato de os senhores de ascendência germânica, e os germanófilos que comandavam a folha, pensarem que “num país novo, constituído pela concorrência eventual de raças as mais diversas, [...], é preciso despertar os sentimentos patrióticos, firmando as aspirações comuns, que se desenham, cantando o que fizemos num século de independência” (O DIÁRIO, 12 de outubro de 1916, capa). Posteriormente, quando da aprovação dos estatutos da “liga”, o jornal redobrou o seu entusiasmo diante do brioso intuito de “manter em todo o Brasil a ideia da coesão e integridade nacional, [...], a educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo” (O DIÁRIO, 3 de outubro de 1916, capa).

Seria adequado ponderar com qual intensidade essa discussão foi absorvida pela sociedade porto-alegrense. Outrossim, também, o quanto ela já poderia estar perpassada por algum sentimento de aversão ao germanismo. Para tanto, é esclarecedor rever algumas das discussões realizadas no interior da Câmara Municipal, uma das esferas do poder local.

Pelo número de petições realizadas por entidades de caráter étnico, que eram provenientes das comunidades germânicas, fica claro que as mesmas estavam cientes das regras da política administrativa e usavam-nas a seu favor, quando necessário (SILVA JÚNIOR, 2004a). Isso também era um indicativo de que, realmente, não eram quistos sociais vivendo à margem da sociedade, até porque foi elevado o número de petições deferidas pela Câmara, até 1916 (em 1917 e em 1918 haveria nítidas mudanças). Aquelas que eram rejeitadas, normalmente apresentavam alguma excrescência. Portanto, depreende-se, pelo teor dos assuntos aprovados, que as preocupações com a formação educacional do indivíduo foram reais e dignas de nota, mas, politicamente, conseguiam se manter alheias ao preconceito étnico, o que leva a imaginar que, pelo menos no âmbito do PRR local (que dominava o legislativo), a questão étnica não se mostrava revestida do temor nacional, isto é, a etnia



germânica não parecia estar sendo automaticamente concebida como uma nação; no caso, uma nação ameaçadora. O que não significava, necessariamente, que estivesse vedada a possibilidade de manifestações de algum tipo de prevenção, como no caso do veto ao *Bürger Klub* (item 2.7).

Comprova isso a discussão realizada sobre a petição feita pelo Conselho Escolar da paróquia São José, para isenção de pagamento das taxas urbanas sobre os seus prédios escolares. Afinal, essa era a paróquia frequentada pelos teuto-brasileiros católicos mais abastados (ISAIA, 1998). No entanto, isso foi irrelevante para o parecer da Comissão de Reclamações e Redação da Câmara da municipalidade.

Do programa do curso da Escola peticionária faz parte o ensino do idioma português, História do Brasil e do Rio Grande do Sul. É certo que nesse estabelecimento recebe instrução, gratuitamente, elevado número de crianças, sem que a direção da Escola, para aceitá-las, se preocupe com preconceitos de raça, nacionalidade ou religião. A comissão de Reclamações e Redação é de parecer, em vista do resultado de suas sindicâncias, que se defira o presente requerimento.<sup>116</sup>

Outras entidades equivalentes, voltadas à formação educacional e de cunho beneficente foram contempladas com os mesmos privilégios de isenção de tributos urbanos, mesmo possuindo acentuado caráter germânico. Sobre isso, lembrando novamente o que fora observado por Adhemar da Silva Júnior (2004a), era importante levar em consideração a forma adequada para se dirigir à comissão no momento de proceder à petição. Esse era o caso da sociedade *Deutscher Hilfsverein*, que sabia os meandros a serem percorridos e que, continuamente, ao longo dos anos, tinha as suas solicitações atendidas.

Outras sociedades também foram atendidas. Em comum, todas elas contribuía de alguma maneira para a formação social do indivíduo, fosse através da educação ou dos desportos. Foram os casos do *Fuß Ball Club Porto Alegre*<sup>117</sup>, do seminário do Sínodo Evangélico e do grupo escolar da Comunidade Evangélica Luterana.<sup>118</sup>

Em se tratando das contribuições dadas pelas entidades, a elas não era vedado qualquer privilégio que fosse dado a equivalentes cujos nomes estivessem escritos em português. No entanto, as preocupações patrióticas, a exemplo daquelas levantadas no artigo de Paulo Hasslocher, poderiam ser observadas nos comentários realizados sobre a escola da comunidade São José. Um dos indicadores foi o modo pelo qual foi ressaltado o programa de

---

<sup>116</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 4ª sessão, 11 de novembro de 1915, AHPAMV.

<sup>117</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 8ª sessão, 7 de dezembro de 1915, AHPAMV.

<sup>118</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 9ª sessão, 13 de dezembro de 1915, AHPAMV.

disciplinas do estabelecimento, que mostrava atenção aos ensinamentos ministrados, que se coadunavam com os conhecimentos que deveriam ser contemplados naquilo que se refere à terra brasileira, bem como à igualdade de oportunidades oferecidas, a despeito da origem do educando.

Cada vez mais, as questões da língua e do conhecimento das coisas do Brasil, sua trajetória histórica e suas peculiaridades passariam a ser referências. A não observância das mesmas recebia severas críticas, fato que denotava o quão zelosa havia ficado a preocupação com a preservação das coisas do Brasil. Um exemplo ilustrativo foi a negativa dada, já em dezembro de 1916, para a Escola Beneficente Alemã. De característica dominical e noturna, ela era presidida pelo industrial e deputado estadual Alberto Bins, influente liderança teuto-brasileira católica. A recusa em fornecer auxílio pecuniário à escola foi acompanhada do seguinte comentário, feito pelo presidente da Comissão de Reclamações e Redação: “Traduzida a informação inclusa volte ao requerente. A língua oficial no Brasil é a Portuguesa. Exceção feita desta petição, todas as outras [...] foram enviadas à comissão”.<sup>119</sup>

Em se tratando de uma personalidade como Alberto Bins<sup>120</sup>, homem enfronhado na política partidária do estado e uma liderança acostumada aos trâmites burocráticos usuais, a ignorância não pode ser alegada para a elaboração dessa petição. Fica a dúvida, portanto, sobre a motivação do mesmo no emprego de um outro idioma para requerer ajuda da municipalidade. Sem dúvida, foi uma atitude que pecou pela falta de tato, afinal, no ano anterior foram realizadas seis petições de entidades étnicas alemãs; sendo todas elas aceitas. Em 1916, houve duas, e somente a dele foi rejeitada. Pode-se supor que o ilustre deputado estivesse reafirmando a sua simpatia pelo país cuja cultura lhe era afim. Talvez motivado pelo fato de, ao final de 1916, a popularidade da Alemanha se encontrar cada vez mais na decrescente.

Com relação a isso é adequado reforçar uma evidência, no ano de 1916. Aparentemente, esse ano foi de serenidade, haja vista não terem ocorrido manifestações, mobilizações de reservistas ou passeatas. Contudo, houve uma disputa em um plano distinto. Da passagem do ano anterior para esse, as opiniões parecem ter ficado mais contundentes. Talvez, o

---

<sup>119</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 10ª sessão, 1º de dezembro de 1916, AHPAMV.

<sup>120</sup> Durante a juventude foi enviado pelo pai, oriundo da região de Merl (que posteriormente veio a fazer parte da Alemanha) para estudar em Wiesbaden, na Alemanha. Curiosamente, pelo que comenta Erich Fausel (1954), quando estudou no colégio jesuíta de São Leopoldo era chamado de “prussiano”, mas, na Alemanha, seus colegas o chamavam de “esquisito-índio-da-mata-virgem”.

comportamento do major Bins possa ser computado como efeito do enfrentamento de duas tendências, que produziu uma reafirmação das convicções, conforme mencionara Marionilde Magalhães (1998).

A despeito disso, a constatação dessa tendência à queda de braço pode ser aferida através do modo pelo qual as instituições públicas repercutiram aquilo que ocorria na sociedade. Como alguns entraves começaram a surgir, talvez isso tenha sido a demonstração de certo receio em relação à repercussão da opinião pública. Assim, embora a costumeira requisição anual de isenção do imposto urbano feita pela *Deutscher Hilfsverein* tenha, mais uma vez, sido deferida, no ano de 1916, ela teve de ser feita duas vezes. Inicialmente negada sob a alegação de que a mesma não comprovara seu caráter beneficente.<sup>121</sup> Somente com informações adicionais, prestadas posteriormente, o parecer inicial foi alterado.<sup>122</sup> Daí se supõe que começaria a sobressair um mal-estar gerado pelas circunstâncias dos efeitos que a guerra trouxera para a cidade. Dentro dessa perspectiva, convém ressaltar que a entidade passou os dois anos seguintes sem fazer solicitações, voltando a fazê-lo somente no ano de 1919.

Há um outro indicativo da tensão que se intensificava. O *Turnerbund*<sup>123</sup>, uma tradicional sociedade esportiva da cidade enfrentou dificuldades. Os livros de atas da direção da agremiação “apresentam uma lacuna neste período, o que permite concluir pela suspensão das atividades do clube em função da guerra” (SILVA, 1997, p. 50).

### **3.7 UMA MUDANÇA NO COMPORTAMENTO DOS ALEMÃES DA CIDADE**

Não foi possível encontrar os relatórios da Diretoria de Polícia para os anos de 1915 e de 1916, como no ano de 1914. Apesar da lacuna inconveniente, foi possível encontrar os

---

<sup>121</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 16ª sessão, 18 de dezembro de 1916, AHPAMV.

<sup>122</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 18ª sessão, 22 de dezembro de 1916, AHPAMV.

<sup>123</sup> Em 1942, por ocasião das complicações enfrentadas na Segunda Guerra Mundial, deu origem a Sogipa.

relatórios enviados por alguns dos subintendentes dos distritos da municipalidade. Neles, aparecem citadas as ocorrências policiais. O principal deles está disponível, o do quarto distrito<sup>124</sup>, no qual habitava a maioria da população de origem europeia que vivia na cidade. Aí podemos perceber uma alteração nos autos, quando comparados ao ano de 1914, e se pode ponderar que, uma vez diminuído o número de ocorrências envolvendo alemães, não deve ter sido somente pelo embarque de muitos para servir na guerra, haja vista que os de outras nacionalidades também fizeram isto.

Das 582 detenções realizadas no quarto distrito, entre 1915 e 1916, 33 (pouco mais de 5,6%) envolveram alemães. Esse número indicava a maioria das ocorrências entre os estrangeiros que habitavam essa parte da cidade. Proporcionalmente, era um índice pouco superior a 2% em relação às ocorrências com italianos, que foram no total de 20. Apesar do motivo maior das prisões ainda ter sido devido à embriaguez (11 ocorrências), aquelas que foram motivadas por desordem eram superiores apenas em uma ocorrência, quando comparadas às da segunda nacionalidade mais recorrente, no caso, a italiana (5 contra 4).<sup>125</sup>

No período entre os anos de 1916 e de 1917, o quadro sofreu uma leve modificação. Das 491 pessoas detidas, 24 eram alemãs (cerca de 4,8%), mesmo número de ocorrências de italianos. Enquanto o maior número de ocorrências alemãs era por embriaguez (justificando a pecha dada aos mesmos), também empatado com os italianos, o número de prisões por desordem foi em número de 3.<sup>126</sup>

Proporcionalmente, houve diminuição dos casos envolvendo alemães. Enquanto a totalidade das detenções realizadas, no período de um ano de análise (o período de 1915/1916 para o de 1916/1917), diminuiu em quase 15,5%, aquelas que estavam relacionadas aos alemães sofreram uma queda de pouco mais de 27%. Foi uma tendência de diminuição significativa, ainda mais quando comparada aos números dos italianos envolvidos, que sofrera um aumento.

Merece referência um caso ocorrido no *Hotel Becker*. Neste estabelecimento, o inquilino Ernesto Mohn, que desconhecia o idioma português, envolveu-se numa confusão com alguns alunos da cidade. O dono do hotel, Max Schreiber, que também era alemão, foi

---

<sup>124</sup> Região de concentração operária. Ver: FORTES, 2001.

<sup>125</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes 1915/1916. 4º Distrito, AHPAMV.

<sup>126</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes 1916/1917. 4º Distrito, AHPAMV.

em socorro do conterrâneo e brigou com os jovens, sendo todos autuados.<sup>127</sup> Curiosamente, o mesmo Ernesto, em 1917, habitando outro estabelecimento, envolveu-se em outro caso de briga (item 4.9).

Deve ser destacado que os relatórios, apesar de algumas sutis variações nas datas, costumavam ser realizados entre a metade de um ano e a metade do outro. Em se tratando do período entre 1916 e 1917, isso é muito significativo, porque ele abarcou o momento dos distúrbios de rua, posteriores ao naufrágio de um navio brasileiro por um submarino alemão, que produziu a ruptura da neutralidade brasileira na guerra. Os dados confirmam uma retração no comportamento da população alemã da cidade, sob os olhares desconfiados dos demais. Afinal, o número de ocorrências continuou a cair no período posterior.

### **3.8 AS INCLINAÇÕES DA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE**

Aos poucos, a imprensa porto-alegrense foi optando pela causa *Aliada*. Nos periódicos que vem sendo abordados neste trabalho, é possível observar que esteve em processo uma mudança sutil, algumas vezes nem declarada. Acontecia que, a bem da manutenção da neutralidade na guerra, as notícias publicadas costumavam ter caráter mais descritivo do que opinativo. Algo que seria, entre outras coisas, uma forma de fazer o contraponto dos jornais do centro do país (principalmente cariocas) que militavam explicitamente, o que era considerado uma conduta imprópria. Pois, essa cobertura narrativa sofreu alteração.

Para não comprometerem a neutralidade, os periódicos empregavam alguns artifícios. Publicavam opiniões de outras pessoas que não eram ligadas à empresa. Criticavam, utilizando-se de argumentos contundentes como referências, a militância de órgãos congêneres da cidade que manifestavam apoio à causa alemã. Além disso, ao versar sobre outros assuntos que não estivessem relacionados aos combates, fazia-se elogios à cultura de um povo em um artigo, para logo em seguida, estabelecer comparações com a de outro – o

---

<sup>127</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 788, maço 47, 1916, APRS.

alemão – a ser considerada problemática. Também podiam ocorrer pequenos comentários, feitos em colunas específicas do jornal, nos quais apareciam opiniões desabonadoras.

*O Diário* deu início à prática em abril de 1915. Até aquele momento predominara a equivalência no trato dispensado aos beligerantes. O que foi mudado, quando publicou dois artigos assinados pelo colunista Ignácio Cardoso. No primeiro, o escritor defendera o direito de cada indivíduo em manifestar a própria opinião livremente, sobre os países em luta. Algo que, para ele, de maneira nenhuma comprometeria a posição diplomática brasileira, porque os indivíduos estariam se manifestando em caráter privado, a despeito de funções públicas que pudessem desempenhar, o que ele explicou.

A propósito da festa realizada no Rio de Janeiro, pela “Liga dos Aliados”, em homenagem ao aniversário natalício do rei Alberto, [...], surgiram alguns comentários pró e contra a significação dessa festa, dizendo-se a bocas pequenas, que esse fato podia constituir uma violação das regras de direito social, já consagrados pela tradição dos povos em face dos beligerantes.

Isso, porém, não procede. Ninguém poderá interpretar a significação desse fato como quebra de neutralidade. Essas regras não foram alteradas em sua essência, por não haver nenhuma intervenção por parte dos poderes constituídos da nação (*O DIÁRIO*, 20 de abril de 1915, p. 2).

O argumento principal estaria no fato das manifestações terem origem em organismos que em nada contavam com o apoio do governo. Assim sendo, as regras que caberiam para a observação da conduta dos Estados soberanos não se aplicariam aos cidadãos dos mesmos. Uma vez justificado o ponto de vista dos manifestantes que expuseram suas opiniões, Cardoso esposou a mesma causa dos integrantes da *Liga pelos Aliados* e, no dia seguinte, emendou categoricamente:

Além do que ficou expressamente acentuado nas disposições do artigo 73 da Constituição Federal, o parágrafo 78 do mesmo artigo, preceitua taxativamente que a especificação das garantias e direitos expressos na lei bélica da República, não exclui outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna.

A noção abstrata de soberania não se pode confundir com a noção prática de direito pela representação oficial.

[...].

O povo e o governo são duas entidades soberanas em suas respectivas funções. O primeiro porque constitui e organiza a nação e o segundo porque representa a lei e o poder público como entidade jurídica. É sobre este que recai toda a responsabilidade das relações exteriores, porque só a União tem o caráter plenamente definido de pessoa jurídica internacional.

Aos poderes públicos, portanto, cumpre privativamente conhecer das questões subordinadas às relações exteriores, para boa compreensão dos deveres e direitos inerentes a tais funções.

Quanto ao povo, esse pode se manifestar como entender e como exigirem as simpatias dos beligerantes, sem que por isso possam incorrer em qualquer motivo de censura.

A Grécia que declara manter-se intangível dentro dos princípios da mais estrita neutralidade acha que não quebra uma linha da sua conduta, mantida em prol do direito internacional, permitindo que seus filhos, heroicos descendentes de Esparta, vão para os campos de batalha morrer pela França que é a mãe carinhosa das nações, em cujo seio generoso e fecundo vai beber as luzes da civilização, os ensinamentos do bem e a glorificação do civismo. Essa veneração helênica nutrida pela nação francesa, como a de todos os povos da terra, está no gênio culto do povo gaulês, que preside os destinos do homem, servindo-lhe de bússola para a civilização e o progresso, como órgão da liberdade, do direito e da justiça. Salve!... nação heroica! Tua vida é um empório de grandezas e o teu destino será um farol de glórias para iluminar a humanidade (O DIÁRIO, 21 de abril de 1915, p. 2).

Nesse momento, ficou demarcado o limite no trato das questões que diziam respeito à guerra. Mesmo mantendo artigos descritivos que informassem os avanços e recuos de ambos os lados da disputa, nenhuma manifestação tão categórica fora publicada no jornal em prol da Alemanha, ou qualquer de seus aliados. Prova nesse sentido fora dado por outro artigo peculiar, escrito meses depois. Ao fazer referência a uma obra literária em particular que seria brevemente publicada, o artigo do jornal revelou o teor da mesma, mais uma vez, crítica aos valores germânicos.

O escritor brasileiro Sr. Joaquim Eulálio, correspondente epistolar do “Jornal do Comércio” em Paris, está sustentando, nas suas cartas uma tese literária muito oportuna e interessante. Pretende ele com argumentos realmente sugestivos entre os quais teve a gentileza de incluir as tendências literárias do anônimo rabiscador destes comentários, provar a nocividade da cultura alemã sobre as letras brasileiras, como elemento destruidor da nossa originalidade. Goethe Hauptmann, Kant, Hegel, Gutzkow, Nietzsche Sudermann, são figuras prestigiosas que passaram pelas floridas campinas do nosso espírito montadas no cavalo de Átila (O DIÁRIO, 4 de agosto de 1915, p. 2).

O periódico também começou uma patrulha contra os colegas que tinham opinião diversa. Certa feita, criticando o comentário feito por outra folha, cujo nome não fora citado, chamou-o de “jornaleco germanista” e “Helgolandzinha<sup>128</sup> de papel” (O DIÁRIO, 30 de maio de 1915, p. 2).

O comportamento durou até setembro de 1915, no qual pareceu nítida a tendência de levar ao público suspeitas sobre os alemães. Nesse mês, o jornal sofreu a mudança de direção que acarretou em uma nova linha editorial a ser seguida (declaradamente favorável à Alemanha). Observável quando o primeiro número publicado, após o hiato nas publicações, explicitara que “uma outra orientação se impõe na nova fase que ‘O Diário’ [...] sem que [...] haja intuitos de condenação ao passado desta folha, nem desrespeito às suas apreciáveis

---

<sup>128</sup> Referência à pequena ilha alemã de Helgoland, transformada em uma importante base naval. Palco da primeira grande batalha naval entre britânicos e alemães, ainda em 1914.

tradições” (O DIÁRIO, 15 de setembro de 1915, p. 3). Linha evidenciada de maneira ainda mais explícita, após os novos responsáveis pela folha afirmarem que,

seríamos injustos e inábeis se nos associássemos ao ódio irrefreável dos [...] rivais, ora empenhados em demonstrarem ao mundo que a formidável expansão comercial e a irradiação da magnificente cultura da raça germânica denunciam essa *vontade de potência*, essa tendência dominadora, essa aspiração coletiva de redenção dos povos decadentes pela imposição de um credo forte (O DIÁRIO, 15 de setembro de 1915, p. 3).

A alteração efetivada sobre a publicação desse periódico foi a grande exceção em meio à imprensa porto-alegrense, o que fora de grande relevância. Entre outros fatores, *O Diário* era um jornal – como o próprio nome sugere – de circulação diária, feito pouco comum para aquele tempo. Embora pudesse ser menos expressivo do que colegas de maior prestígio, como *O Correio do Povo* e *A Federação*, ele se ombreava aos mesmos em qualidade técnica, publicando tantas páginas quanto qualquer dos dois citados, fato relevante porque a guerra impusera dificuldades na obtenção de maquinário, de tinta e de papel para a impressão. Portanto, entre os grandes jornais de Porto Alegre, foi o único a defender abertamente a Alemanha em português. Possivelmente, esse fato tenha pesado no tratamento que os populares dispensaram a ele em abril de 1917, quando a aversão aos alemães chegou ao seu limite.

Muito mais discreta nas observações realizadas, *A Federação* jamais se permitiu qualquer opinião comprometedoras sobre a guerra, mesmo após a ruptura oficial da neutralidade. Circunstância compreensiva, por se tratar de um órgão oficial de governo. A despeito do fato, alguns artigos permitiriam inferir certa predileção, a partir do início de 1916.

Na primeira edição daquele ano, o jornal publicou um artigo intitulado “O patriarca alsaciano” (A FEDERAÇÃO, 1º de janeiro de 1916, p. 6). Nele era contada a história de um ancião, chefe de família que sofrera por mais de quarenta anos, sem jamais sair de sua propriedade, a humilhação da derrota francesa para a Alemanha, que tornara sua região parte do império desta última. Após ver os filhos crescerem e prosperarem na vida, após migrarem para o território francês, o homem agora idoso os reencontrava. Após confusão inicial, dada a estranha farda vestida pelo filho, ele compreendera que a sua Alsácia fora libertada, ao final afirmando que agora poderia morrer.

Trata-se de publicação interessante, haja vista versar sobre um tema do início da guerra, polêmico (citado no item 2.5) por abordar um fato que fora informado e logo desmentido pela



reação alemã. Contudo, o conto adquire maior relevância por ser uma comovente narrativa de esperança e de realização, adequada a sugestiva data da publicação.

No mesmo exemplar apareceriam outros artigos a serem levados em consideração. Em “A nação armada”, fizera-se a apologia do serviço militar obrigatório. No texto, o autor fez em decorrência dos exemplos da guerra. Ele iniciou com uma citação de Tocqueville (A FEDERAÇÃO, 1º de janeiro, p. 9) sobre as nações existentes no mundo, grandes e pequenas (para Tocqueville seria melhor se todas fossem pequenas). Em realidade, as primeiras seriam grandes não por serem grandes em tamanho, mas por serem fortes (do contrário, as outras seriam menores por serem fracas e não por serem pequenas). Essa foi uma argumentação apropriada à necessidade de defesa do território brasileiro por um exército organizado para fins defensivos, e o que era ressaltado, não militaristas.<sup>129</sup> A seguir, publicou um artigo (“A França e o Brasil”) no qual expunha a publicação de um economista francês, ressaltando o progresso feito pelo seu país junto à “grande República latina amiga da França” (1º de janeiro, p. 26). Por seu turno, há um comentário sobre um dos armamentos mais caros ao governo alemão: os seus submarinos. Em “A ação dos submarinos” (1º de janeiro, p. 9), a tradução de um artigo inglês expôs a debilidade dos submarinos alemães, afirmando que a hegemonia inglesa nos mares seria ainda maior do que quando iniciaram os combates.<sup>130</sup>

Outro texto curioso, embora menos explícito, foi publicado no editorial do jornal alguns dias mais tarde. A bem da verdade, em poucos aspectos mencionara a guerra. O cerne do assunto era o parlamentarismo, o que poderia ser deduzido dado o seu título “Contra o parlamentarismo”. As menções à conflagração europeia serviram apenas para ressaltar as dificuldades, ainda maiores, enfrentadas pelos países combatentes que possuíam o regime parlamentar. Se não fossem as publicações que a antecederam, provavelmente, esta não seria tomada em consideração, no caso de ser observada isoladamente. Acontece que, chama a atenção o modo como o autor se compadecia da França, em virtude do parlamentarismo. Chamava-a de “briosa” e reconhecia no seu povo o “amor à pátria” e a qualidade de ser “culto” (A FEDERAÇÃO, 12 de janeiro de 1916, capa). Uma deferência mostrada somente para com os gregos antigos, ao comentar como o esplendor cultural destes dera lugar à indigência, após sucessivas dominações, que seriam decorrência do prolongamento de

---

<sup>129</sup> Argumento apropriado, dadas as críticas realizadas pela oposição no ano anterior, sobre o caráter militarista do governo, que sempre defendeu a Brigada Militar pelo seu papel de defesa e de possível reserva militar em caso de conflagração.

<sup>130</sup> Nesse aspecto, nada haveria de estranho porque eram recorrentes os textos publicados de origem estrangeira. O que chamou a atenção foi a falta de textos de opinião que fizessem o contraponto, explicando motivos da superioridade nas vitórias alemãs, por exemplo.

discussões inférteis às quais teriam se entregue. No entanto, o mais interessante fora a identificação da origem do parlamentarismo com Lutero. Para o autor, os latinos continuaram com monarquias fortes enquanto os anglo-saxões teriam pervertido o sistema político. “É aí que vamos buscar o estado nascente, ainda imperfeito e rudimentar do parlamentarismo, que está para o parlamentarismo como o protestantismo está para o catolicismo” (A FEDERAÇÃO, 12 de janeiro de 1916, capa). Em seguida, eximiu a monarquia inglesa, pois a colocou como vítima da nobreza que se entregara à doutrina inaugurada por Lutero.

Como dito anteriormente, apesar de publicar textos que deixavam margem à interpretação, de que mantinha uma simpatia maior em relação à França, em nada era explícita na demonstração. Ao contrário, em se tratando da realidade prática, o jornal continuou a defender a posição de neutralidade do país, uma vez que, compactuava com uma concepção, na qual o simples alinhamento a um dos lados representaria a submissão do país. Foi com essa noção que agiu diante do discurso proferido por Rui Barbosa em Buenos Aires. Sobre o acontecido na capital argentina, o órgão republicano deixara claro que:

há uma intenção e uma vontade de arrastar o Brasil não à neutralidade, mas, digamolo, a uma cumplicidade pouco honrosa. Há uma espécie de Tratado de Methuen a impor-nos, como já o foi ao velho Portugal [...]. É um dilema que nos apontam nesta liquidação (A FEDERAÇÃO, 5 de agosto de 1916, capa).

A *Federação* manifestou o temor de que o objetivo de cerrar fileiras para a destruição da Alemanha atendesse a interesses particulares que não se afinavam com os do Brasil. O resultado, pelo que comentara, seria um monopólio franco-britânico, que dividiria o mundo. Logo, o caminho mais digno a ser trilhado seria ainda o da neutralidade.

Continuando sobre o assunto, no texto “A apoteose do franco” (A FEDERAÇÃO, 9 de agosto de 1916, p. 7), parece ficar evidente o receio de que houvesse algum interesse em tornar o Brasil uma espécie protetorado. O artigo vira no discurso de Rui Barbosa uma afronta aos brios do país e do chanceler Lauro Müller. Contudo, reputava que o mais preocupante seria a laudatória que segmentos da imprensa nacional estavam fazendo ao discurso proferido na Faculdade de Direito de Buenos Aires, pois ignorava os aspectos oportunistas de uma conduta personalista. Em seguida, ao referir que poderia ser o início de uma nova campanha presidencial (agora não mais *civilista*, mas *franca*), deixava claro que não era uma questão de preferências que estava em jogo. E, o que seria mais significativo, pois sintetizaria a postura do órgão, a manifestação de que:

não é a tese do triunfo de uma ou outra facção que nós encaramos: é a tese da subalternidade delas todas a princípios que não serão, com certeza, os que cada qual delas, pela sua dignidade e pela dignidade da pátria, coloque necessariamente acima do respectivo programa de luta (A FEDERAÇÃO, 9 de agosto de 1916, p. 7).

Em debate estava o oportunismo existente na tentativa de manipular a preferência por um dos Estados beligerantes para comprometer a neutralidade. Era uma crítica a indivíduos interessados em satisfazer anseios pessoais, não à preferência que o indivíduo manifestava. Sobre essa, nenhuma crítica foi feita.

Quanto ao posicionamento do órgão republicano, como referido anteriormente, ele poderia ser observado nos detalhes dos textos, pois, em nenhum momento, houve manifestações abertas aos *Aliados*. O interesse estava em evitar que a imagem do governo pudesse ser, de alguma maneira, associada à Alemanha, como tentara fazer a oposição federalista. Então, como a imagem alemã vinha se degradando, apesar da contínua resistência organizada pelas instituições de caráter étnico com os seus periódicos, os republicanos preferiram evitar manifestações que pudessem servir de argumentos para denúncias dos inimigos. Ao contrário, *A Federação* procurou, através do mesmo artifício, atribuir à oposição a pecha de germanista. Isso foi feito em uma transcrição de uma suposta carta escrita por Assis Brasil, primeiramente publicada em um jornal de Bagé (*Correio do Sul* – jornal federalista), em outubro 1916. O conteúdo em si era sóbrio e nada polêmico, mas ao enfatizar alguns trechos deslocados do contexto, usando inclusive uma citação de Assis Brasil como título de abertura, em letras grandes (“Brasil über alles”)<sup>131</sup>, tornara a leitura direcionada. Ainda mais sugestiva, após a leitura do subtítulo: “Como os brasileiros devem encarar o conflito europeu” (A FEDERAÇÃO, 18 de outubro de 1916, p. 5).

Assis Brasil, na tal carta, apenas afirmou que reprovava a distinção que havia entre brasileiros e teuto-brasileiros, porque ambos teriam o mesmo valor. Afirmava que não culpava os povos pelos erros de seus governos e que, sendo brasileiro, tinha simpatia por todas as origens e não tinha preferências. Ao final, dizia que os alemães que tinham vindo ao Brasil “livremente, assumiram o compromisso de honra de seguir até a morte, contra seja quem for,

---

<sup>131</sup> É uma referência à famosa e nacionalista *Canção dos Alemães* cuja letra foi composta por August Heinrich Hoffmann von Fallersleben e começava com *Deutschland, Deutschland über alles*. Depois da Primeira Guerra foi elevada à categoria de hino nacional.

a divisa Brasil *über alles!* A Pátria antes de tudo” (A FEDERAÇÃO, 18 de outubro de 1916, p. 5).<sup>132</sup>

Veja-se que o conteúdo diverge daquilo que o título insinua. Não é uma questão de interpretação subjetiva que pode conduzir o leitor ao equívoco de interpretar aquilo que deseja, mas de insinuação, haja vista que Assis Brasil se dirigira aos estrangeiros e não aos brasileiros. Em verdade, Assis Brasil, ao longo da sua trajetória, mostrara apreensão em decorrência da imigração alemã e desconfiava das intenções da Alemanha com o Brasil (BUENO, 2003).

Então, o jornal republicano passou a evitar publicar notícias que deixassem entrever a existência de possíveis demonstrações de simpatia à Alemanha, ao longo de todo o ano de 1916. Aos outros países não era vedada essa manifestação. Na mesma página dessa mesma edição, publicou-se um pequeno trecho – “Homenagem ao inimigo” – falando do cavalheirismo britânico ao jogar uma coroa de flores nas linhas alemãs em homenagem a um heroico piloto alemão que havia sido abatido em combate recentemente (A FEDERAÇÃO, 18 de outubro de 1916, p. 5).

A posição do jornal *O Independente*, por sua vez, foi bastante peculiar. De acordo com as suas publicações, percebe-se que, particularmente, não ficava explícita qualquer preferência. Críticas severas foram realizadas aos principais beligerantes, principalmente à Inglaterra. Ao comentar a situação grega<sup>133</sup>, em um artigo de capa intitulado “Pobre Grécia!” (17 de janeiro de 1916, p. 2), mostrara solidariedade e descrevera que a situação daquele país equivaleria, sob a coação do poderio anglo-francês, a da Bélgica sob a conhecida ocupação alemã. Para deixar mais clara a sua posição autônoma, dias depois publicou o texto “A Ditadura Inglesa”, no qual afirmava que a Inglaterra era a terra da liberdade somente para os ingleses, pois parecia julgar inferiores os demais povos. Era, assim, uma contundente

---

<sup>132</sup> Apesar de não haver declarações explícitas de Assis Brasil contra as comunidades germânicas, em realidade, ele se mostrara avesso à Alemanha (BUENO, 2003). No ano seguinte, reforçando esse aspecto, uma carta de sua autoria foi publicada no periódico pelotense *A Opinião Pública*. Nela, ele demonstrava insatisfação diante da iniciativa do governo da União de não declarar guerra à Alemanha por ocasião do naufrágio de navios brasileiros, o que seria uma questão de honra (26 de abril de 1917).

<sup>133</sup> Após a entrada da Itália na guerra, os austro-húngaros, que até então haviam evitado maiores investidas sobre a Sérvia, com o receio de provocarem o envolvimento italiano, decidiram atacar com intensidade. Estando a Sérvia acossada pelo conjunto de forças austríacas, alemãs e búlgaras (que entraram na guerra com o intuito de atacar a Sérvia no verão de 1915), recuou até o limite da rendição. Em apoio, os seus aliados franceses e ingleses desembarcaram em Salônica (na Grécia) e tomaram-na, contra a vontade do governo grego, que desejava manter a neutralidade, para ter uma base de ação contra as *potências centrais* (WILLMOTT, 2008).

reprovação à iniciativa daquele governo de decretar que o café brasileiro passaria a se enquadrar na categoria de contrabando de guerra (19 de janeiro de 1916, capa).

Em compensação, o jornal demonstrou um mal-estar nada disfarçado com relação às comunidades germânicas, pelo fato de alguns dos seus expoentes manifestarem aberta predileção à causa alemã na guerra. Somado a isso, o fato de prevalecer o idioma alemão nas localidades coloniais causava viva irritação. Pelo teor dos comentários, o orgulho da cultura alemã causava desconfiança quanto às verdadeiras intenções das lideranças germânicas.

Em 1916, ficou claro que o jornal não estava disposto a deixar que passassem impunemente as manifestações favoráveis à Alemanha, de parte dos indivíduos de origem germânica. Assim como, não se comprazia diante das investidas pró-França.<sup>134</sup> Agora, no caso da comunidade germânica, as declarações deixavam entrever a suspeita do “perigo alemão”, que pairaria sobre o estado. Jogando palavras, sem maiores explicações, como costumeiramente fazia na sessão “Em Palestra”, os seus editores deixavam claro o pensamento que norteava a folha:

- Será verdade que aqui estão os Perys, atendendo a voz do comando do Pery-mor que grita: sentido! Carregar armas! Fogo!!!  
Brrrum... brrrum... brrrum e de catrâmbias virou a tal Liga Germânica?
- Será verdade que os Zimmerlis, os Kralis estão querendo expor o focinho a muita sola de botina?
- Será verdade que o plano era diabólico – de ideias perturbadoras e anárquicas?  
[...].
- Será verdade que com esta casta é o caso de se estar sempre alerta e prevenido para qualquer eventualidade? (O INDEPENDENTE, 29 de março de 1916, p. 2).

Pelo que deixara entrever, *O Independente* manifestava desgosto com relação às comunidades germânicas, justamente pelo fato de terem escolhido o Brasil para morar e, mesmo assim, manifestarem apreço por outra terra, mesmo quando se tratando de indivíduos nascidos no Brasil. A noção começou a tomar formas mais consistentes após a publicação de outros comentários feitos na seção “Em Palestra”: “- será verdade que pelo Rio Grande há muitos, que gozando dos nossos direitos honorários, títulos, etc., não perdem a ocasião para arreganhar os dentes e mostrar a sua *Kultur*?”<sup>135</sup> (O INDEPENDENTE, 28 de junho de 1916, p. 3).

---

<sup>134</sup> Ao comentar as manifestações de membros da *Liga pelos Aliados* para declarar apoio à França afirmara: “por que cargas d’água há de quebrar a sua linha de conduta? Para ser agradável a meia dúzia de brasileiros gozadores que passam vida regada em Paris [...]” (O INDEPENDENTE, 8 de março de 1916, capa).

<sup>135</sup> A cultura alemã havia sido desprezada pela própria elite alemã, no século XVIII. Graças a Herder e Schiller, mas, especialmente a Goethe (através do *Sturm und Drang*), e antes deles ainda, a Kant, ocorrera uma mudança.

Ao que parece, portanto, não era uma crítica direta aos alemães, muito menos à Alemanha enquanto Estado beligerante, mas somente àqueles que, vivendo aqui, professassem uma crença na qual os valores dos povos germânicos deviam ser tratados como especiais. Contudo, dado o desenvolvimento daquilo que foi a *Kultur* no início do século XIX (BERLIN, 1999; BERLIN, 2002; ELIAS, 1994), observando aquilo em que se transformou após 1870 (ELIAS, 1997), seria cada vez mais difícil encontrar alemães nacionalistas no mundo que manifestassem um pensamento que não estivesse permeado pelo chauvinismo prussiano militar-nobiliárquico. O qual se relacionava com o número de comunidades germânicas sob a influência de ativistas vindos da Alemanha que pregavam o estreitamento de laços entre elas e a Alemanha, mediante um germanismo que fazia ressonância aos valores que eram proferidos na Alemanha (MAGALHÃES, 1998). E esses eram os sujeitos que deixaram a suas marcas mediante a palavra escrita, e esses foram os sujeitos que despertaram a desconfiança. A despeito disso, a indignação d’*O Independente* era dirigida exclusivamente a esses indivíduos intelectualizados e especificados, que estavam aqui no Brasil fazendo a apologia do outro, não com o indivíduo comum. Tanto que, na seção do jornal – “Sombras e Vultos” – que prestava homenagem a figuras ilustres que já haviam falecido, encontrava-se o senhor Carlos Deppermann. Abaixo de sua foto vinha escrito: “apesar de filho da sua longínqua Alemanha [...] amava o nosso torrão” (O INDEPENDENTE, 23 de agosto de 1916).

---

A burguesia encontrou na literatura uma forma de elevação espiritual que poderia equipará-la, em valor, à nobreza. Nessa concepção, a elevação espiritual é obtida pela simplicidade do modo de vida, que permite ao indivíduo, em contato com a natureza, transformá-la e superá-la. Qualidades que se ligavam ao trabalho, e não com o ócio. Todas as qualidades possíveis de serem alcançadas se encontravam fora do domínio da política, que era restrita à aristocracia. Por isso eles se voltaram para o enriquecimento interno do indivíduo. Esse orgulho encontrou sua expressão maior através de determinadas realizações humanas, algo melhor compreendido pelo conceito de *Kultur* (ELIAS, 1994).

Afinal, é necessário observar a trajetória peculiar daquele território. A Alemanha do século XIX havia sido vivamente marcada por ataques que, além de exporem a fragilidade bélica, traumatizaram-na. Desde a Guerra dos Trinta Anos, marco do empobrecimento e da brutalidade no território alemão, o território alemão viu-se palco de intensa instabilidade. Foi uma época de redução da população em virtude da violência, tentadora para os vizinhos por causa da fragmentação do território entre pequenos déspotas que exploravam suas populações, que viram na religião e no abuso do álcool as principais válvulas de escape para as frustrações pessoais (ELIAS, 1997).

A tendência à busca da liberdade e da autorealização no interior do próprio indivíduo reflete a trajetória de derrotas sofridas para a França de Richelieu e de Luís XIV. O reforço teria sido dado pelo caráter da formação religiosa luterana através do movimento pietista, nos séculos XVII e XVIII, muito importante para a formação de alguns dos intelectuais de destaque (como Kant e Herder). À impotência diante do inimigo invasor, que impunha o conformismo no plano físico, seria contraposta a resistência pela manutenção da liberdade espiritual (BERLIN, 1999).

A partir de Kant, a cultura alemã adquiriu uma grande importância, devido ao crescente consumo da literatura alemã, que ocorreu em meio à burguesia desta origem. Algo assim ajudou a resgatar o amor-próprio (ELIAS, 1994). Ao contrário do que ocorria na França, a burguesia alemã não era cooptada a integrar a corte e, sendo assim, culturalmente assimilada aos hábitos da corte de molde absolutista francês, mantendo seus rudes costumes. Sendo mais pobres, pertencentes a uma região menos desenvolvida economicamente, na qual o comércio havia definhado, a burguesia alemã encontrava-se excluída.

Mesmo não demonstrando aversão à Alemanha, começava a manifestar, com cada vez maior constância, a insatisfação, percebida quando dos comentários feitos a respeito do pouco uso do idioma brasileiro entre os indivíduos de origem germânica. Constância essa que crescia à medida que a guerra se prolongava e mais se adentrava o ano de 1916. Sobre uma visita à cidade de Montenegro, o comentário foi o seguinte: “compõe o município elementos exclusivamente germânicos, pacatos, ordeiros, laboriosos, porém extremados na língua de Goethe, a ponto de se tornarem às vezes indelicados, grosseiros mesmos”. Em seguida comentou que “registramos penosamente, por vermos que em terras brasileiras, [...], não são atendidos com a devida cortesia os elementos do país, somente por usarem a língua vernácula, ao invés da estranha” (O INDEPENDENTE, 22 de setembro de 1916). Por si só, o excerto se presta ao papel de síntese do pensamento expresso pelo jornal.

Acompanhando a tendência que se evidenciou em meio à imprensa de língua portuguesa, a de língua alemã também parece ter se intensificado. Na verdade, inexistia qualquer contradição nisso. Uma vez que a imprensa mais moderada, como aquela com a qual a tese ora trabalha, se inclinava ao lado anglo-francês sob o influxo das influências históricas, a de origem germânica acompanhou a mesma tendência. Ela repercutiu ativamente a influência das suas lideranças. Significa que a realidade porto-alegrense correspondeu às observações realizadas por Barth (1997) e Weber (1997), de que a identidade do grupo se define essencialmente a partir da convivência com os outros, levando-a a maior afirmação quando surgem os questionamentos, reforçando as fronteiras entre os grupos. Sobre isso, lembra Sílvio Correa que, “os grupos sociais se constroem nas relações que eles têm com os outros. Os grupos não têm uma essência imutável. A mesma premissa serve para os grupos étnicos” (2001, p. 126). A aquisição d’*O Diário* permite a compreensão deste fato como parte do processo de autoafirmação, assim como a explícita demonstração de afeto ao *Kaiser* por ocasião do seu aniversário, quando as casas comerciais recebiam decorações extravagantes. Na ocasião, ocorreram manifestações tanto de luteranos quanto de católicos<sup>136</sup>, sinal que vai ao encontro dessa tendência de reafirmação da identidade.

---

<sup>136</sup> Haike da Silva e Isabel Arendt (2000) mostram como a identidade teuto-católica, mesmo na adversidade provocada pela comparação com o luterano (educado desde a tenra idade para a leitura, no idioma alemão) e pela imposição maior de uma instituição internacional como a Igreja Romana, conseguiu se expressar. É interessante ver que os católicos, historicamente, foram estimulados a assimilação, para um “abrasileiramento”, de cima para baixo, pelas altas hierarquias católicas (GERTZ, 1992). Comparativamente, mesmo a imprensa teuto-católica, em relação à luterana, sendo mais voltada para o trato de assuntos brasileiros, ela também zelou pela preservação cultural (WILLEMS, 1946). Daí se conclui que, mesmo no meio urbano, no qual a tradição católica tendia à dispersão da germanidade, ela se oxigenou no contexto da rivalidade militar, revigorando-se, mesmo sem a equivalente ênfase étnica luterana.

Evidencia esse movimento de reafirmação da identidade germânica, o aumento do número de publicações no idioma alemão. Já havia importantes jornais em Porto Alegre que atendiam às comunidades germânicas, como o *Deutsche Zeitung*, o *Deutsches Volksblatt* e o *Neue Deutsches Zeitung*. Ainda, era muito reconhecido o *Deutsche Post* que, apesar de ser editado em São Leopoldo, tinha grande abrangência, por ser vinculado ao líder luterano no estado Wilhelm Rotermund. No entanto, em Porto Alegre, no ano de 1914, ocorreu a inauguração dos periódicos *Chossebeling* e o *Chosse Greid* (GERTZ, 2004b, p. 118). Em 1915, foram inaugurados os periódicos *Deutsche Turnblätter* e *Der Kolonist* (GERTZ, 2004b, pp. 119-120) No ano de 1916, foi a vez da criação do *Monatsblätter des Germanischen Bundes für Südamerika*, “com a função de defender a causa alemã” (GERTZ, 2004b, p. 103). E, no ano seguinte, antes da proibição do idioma alemão, ainda surgiu o *Linke Klaue* (GERTZ, 2004b, p. 120).

Esses 6 exemplares inaugurados compõem um conjunto superior ao total de 4 periódicos que foram lançados na cidade nos iguais quatro anos anteriores, de 1910 a 1913. Além disso, foi bastante superior aos 4 periódicos inaugurados nos dez anos anteriores a este último período, de 1900 a 1909 (GERTZ, 2004b, pp. 118-122).

Igual tendência se observa quando verificados os números dos periódicos inaugurados em todos o Rio Grande do Sul, em igual período. Durante os anos de 1914 a 1917, circularam 16 novos periódicos, a maioria (9 deles) inaugurados entre 1915 (4) e 1916 (5). Número superior aos 6 exemplares inaugurados no quadriênio anterior e igualmente superior aos 13 inaugurados em toda a década, que foi de 1900 a 1909 (GERTZ, 2004b, pp. 118-122).

Escritos em língua portuguesa havia a revista *A Guerra* e o jornal *O Dia*, propriedade dos irmãos Ludwig, ambas francamente engajadas, ao lado da Alemanha. Creio que nesse mesmo sentido caminhou a revista *Egatea*, dado seu comportamento. O posicionamento da revista, a despeito da neutralidade advogada no início da conflagração, inclinou-se à causa alemã. Mesmo que Vivaldo Coaracy – seu editor – fosse brasileiro, a Faculdade de Engenharia de Porto Alegre tinha uma inspiração alemã<sup>137</sup>, contava com a presença de professores alemães de orientação luterana, além de uma razoável presença de alunos teuto-brasileiros, o que pesou na tendência da revista, a partir de 1916 (GERTZ, 2002). Interessante que, passados quase dois anos do início dos combates, sem que a revista houvesse

---

<sup>137</sup> Ao invés do modelo francês, na Faculdade porto-alegrense implantou-se um modelo inspirado na Alemanha e nos Estados Unidos (GERTZ, 2002).



manifestado opiniões sobre qualquer dos lados, ela passou a empregar um tom contundente nas declarações sobre o assunto. Justamente em um período em que as preferências foram consolidadas e as rivalidades intensificadas. O critério usado enveredou pela defesa do direito de conquista, pela imposição física como critério definidor da justiça. Algo bastante claro, quando o próprio Coaracy em uma longa análise, a respeito dos seres humanos, disse que:

A luta pela existência, a sobrevivência do mais forte são as leis que lhe presidem a evolução.

A evolução moral que substitui no indivíduo a da força física [...] leva o homem a sonhar um critério de justiça que se alheie à norma cruel e impassível da natureza [...].

[...]. As sociedades [...] evoluem, escravas das leis de seleção. [...]. Por longos séculos ainda, se não para todo o sempre, o direito da força há de ser o supremo direito.

E certo, é sintoma triste, se não de decadência ao menos de falta de confiança nas próprias energias, esse empenhado afã com que se procura a simpatia dos fracos, buscando mascarar o exercício daquele supremo direito de existir, com o pretexto da defesa do sonho, da convenção formosa (vol. 3, n.º 1, julho a agosto de 1916, pp. 2-3).

Mediante a concepção cientificista social de fundo darwinista, a *Egatea* encontrou argumentos para fazer a defesa da Alemanha. Levando em consideração o caráter técnico do periódico, seria de supor que contemplasse a noção de que o próprio desenvolvimento material humano fosse um produto direto dessa sobrevivência do mais adaptado, que se impõe ao meio.

Por fim, não paira dúvida sobre o assunto do que vinha tratando, ao referir que:

À Alemanha, distribuiu o destino, o encargo áspero de promulgar essa fórmula violenta [...]. E aqueles de quem a inércia ou a fraqueza buscava na convenção melíflua dos tratados e dos arranjos diplomáticos a tranquilidade e o repouso, levantaram a grita da revolta e do protesto, vendo assim ruir o palanque carcomido a que se apoiavam a debilidade, a imprevidência, a indolência fácil.

[...]. E mais não apontarei, para que não se arriem os escrúpulos sensíveis dalgum leitor a julgar que Egatea troca a túnica branca da neutralidade por uma clâmide vermelha de parcialidade (EGATEA, vol. 3, n.º 1, julho a agosto de 1916, pp. 3-4).<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> O pensamento expresso anteriormente nada mais era do que uma variável do racismo típico do período, travestido de ciência (GAY, 2001). Ponto máximo alcançado pelo culto da força no final do século XIX, respaldado na crença de que o mais apto triunfaria (ARENDDT, 1989). Em condição de latência, como derivação desse pensamento, estaria o imperialismo, que se manifestaria através de uma ideologia da ciência. No caso alemão, o imperialismo seria o resultado de uma distorção provocada pela mal resolvida tensão social entre aristocracia e burguesia que propiciou a esta uma maneira peculiar e superior – racista – de ver a si e ao mundo, fazendo uso dos valores nacionalistas (ELIAS, 1997).

É preciso destacar, no entanto, a maneira controversa pela qual Hannah Arendt caracteriza a Alemanha como carente de genuína nacionalidade em virtude de carência histórica, dada a sua condição de ter sido um território dominado por estrangeiros. Concordo que o pensamento do final do século XIX tenha sido pautado por objetivos políticos maiores, no entanto, ao acreditar que o objetivo de toda ideologia é o seu uso político, parece (pelo que a autora deixa a entender) que o nacionalismo já nasce com a nação. Logo, o nacionalismo alemão,

A manifestação, não apenas identifica uma tomada de posição, mas, senão, de outra forma, fornece elementos para reforçar a desconfiança. Basta lembrar o sentimento de inferioridade despertado pela permanência de grandes contingentes populacionais não brancos que, entre outros motivos, também estiveram na base do processo de migração europeia para o Brasil (SKIDMORE, 1976). O sentimento de inferioridade de uma parcela da população em relação a outras já havia sido alvo de escritos de intelectuais aflitos, daí se depreende que um discurso valorizando o uso da força, dificilmente passaria em meio ao público sem deixar preocupação. Até porque a linha de raciocínio pode ser ratificada nas edições seguintes da revista, ao frisar que o progresso tecnológico experimentado pela Alemanha era fruto da guerra (EGATEA, vol. 3, n.º 2, setembro e outubro de 1916, p. 95).

### **3.9 O PROLONGAMENTO DA GUERRA E A ECONOMIA DO BRASIL**

A incapacidade do próprio país de absorver um mercado interno órfão das importações foi um dos efeitos do prolongamento da guerra. Os combustíveis ficaram caros, assim como as máquinas importadas (fundamentais para certas indústrias nacionais), que entraram numa quantidade menor, resultante da conjuntura atravessada pelos Estados.<sup>139</sup>

A agricultura saiu bastante prejudicada. A conjuntura do momento favorecera alguns produtos em especial, como o cacau, entretanto, as exportações padeceram em virtude da dificuldade de fazer o produto circular. Se não fosse um acordo firmado entre os governos brasileiro e francês para permitir o envio de uma quantidade estabelecida à Europa, o temor

---

diferentemente do francês que considera genuíno, em última análise, embora ela não tenha dito, seria apenas um racismo em estado de latência.

<sup>138</sup> Também é apontado o fato das empresas que surgiam serem de porte pequeno, e gerarem pouca mão-de-obra, o que mostraria a insipiência da indústria no momento para dar conta da situação (CARDOSO et al., 2006a, p. 311).

<sup>139</sup> Também é apontado o fato das empresas que surgiam serem de porte pequeno, e gerarem pouca mão-de-obra, o que mostraria a insipiência da indústria no momento para dar conta da situação (CARDOSO et al., 2006a, p. 311).

francês com relação ao abastecimento das *potências centrais* impediria qualquer comércio. Igual arranjo foi conquistado para o fumo (BUENO, 2003).

Os problemas maiores foram enfrentados por causa dos britânicos. O fumo esteve entre os produtos que estes proibiram a importação. O mesmo se aplicou ao café que, sendo contrabando de guerra, teve o seu comércio extremamente prejudicado nos portos dos países neutros, especialmente nos nórdicos. Além disso, o próprio governo britânico, ao considerar que esse era um produto de menor importância, declarou a proibição da sua importação (BUENO, 2003).

Em compensação, alguns produtos nossos, que antes eram desprezados pelo mercado interno desfrutaram de maior aceitação. Alguns outros continuaram sem mercado interno, todavia, em virtude da importância estratégica que o momento acarretou, tiveram procura, obtendo aumento extraordinário nas exportações. Foi o caso dos metais, como o manganês (CAVALCANTI, 1983; VINHOSA, 1990).

Ainda agregado às complexidades do período, há a questão dos preços. A inflação teve um acréscimo na medida em que esteve ligada a uma crescente emissão monetária. Fazer mais dinheiro acabou sendo a solução do governo federal para solucionar o problema fomentado pela escassez de investimentos e pela baixa arrecadação de imposto de importação. A quantidade de papel em circulação praticamente dobrou e o câmbio da moeda brasileira também sofreu queda constante. Houve emissões em 1915 (CARONE, 1970). Isso fez com que os preços em geral dobrassem. Elemento importante, ainda mais quando os salários subiam mais lentamente que o custo de vida (CARDOSO et al., 2006a).

### **3.9.1 A economia gaúcha**

Em 1915, o valor total das exportações permanecia abaixo do início da década.<sup>140</sup> As importações, que até então vinham em ritmo acelerado, tiveram queda brusca. De 1913 para

---

<sup>140</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 54. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, AHRS.

1914, caíra quase 50%. Em 1915, se repetiu a tendência, marcada por nova queda.<sup>141</sup> Somente na alfândega de Porto Alegre, no ano de 1915, as rendas aduaneiras haviam caído 53%. Impacto que mostra a superioridade das relações entre o comércio da capital com a Alemanha. Sem dúvida, tal presença não era a única existente na cidade, todavia determinante, uma vez que era superior ao dobro das importações feitas junto à França e à Inglaterra em conjunto.<sup>142</sup>

Embora muitas das empresas citadas nas listas negras tivessem vínculos mais estreitos com o setor de exportação, o que relativizava um pouco a importância delas como contribuintes, a administração do governo Borges de Medeiros se esmerou em atender aos clamores dos listados, fato comprovado pela farta comunicação entre o presidente do estado e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Nelas, Borges de Medeiros solicitava que o Ministro intercedesse a favor das firmas, afirmando o caráter brasileiro, bem como a importância das mesmas para a economia.

É preciso lembrar que, na segunda metade da década de 1910, a inflação teve uma significativa elevação. Com a queda das transações internacionais e a consequente fuga de capital, o governo brasileiro apelara para a emissão monetária. Problema esse que deve ser agregado ao crescimento da demanda externa por gêneros de primeira necessidade, em virtude da guerra, o que provocou uma evasão da produção gaúcha. Ambos fatores foram responsáveis pelo encarecimento do custo de vida e que gerou manifestações populares. Uma vez que o comércio de exportação estava, predominantemente, nas mãos de uma maioria de nome alemão, foi recorrente, nos protestos realizados pela classe trabalhadora, a associação com este grupo étnico do termo “açambarcador” (SILVA JÚNIOR, 1996). Dava-se forma a um bode expiatório conveniente.

O governo francês sondou empresários gaúchos sobre a possibilidade de importar gado cavalariço e muar para o seu esforço de guerra. Em 1915, o senhor E. Nicot de Villemain, já conhecido do governo por outras contribuições (ver item 3.4), entregou a Borges de Medeiros um estudo sobre as condições econômicas gaúchas, destacando o absoluto domínio alemão sobre as exportações do estado até a guerra (A FEDERAÇÃO, 27 de abril de 1915). Mostrava que, por causa disso, o bloqueio de Hamburgo causara um transtorno à economia regional. Como a presença francesa havia sido muito diminuta até então, o senhor Villemain apontava o

---

<sup>141</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1916, p. 361, AHRS.

<sup>142</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 53, AHRS.

quão vantajosa deveria ser uma aproximação entre ambos países. No ano seguinte, o governo francês comunicava ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil o desejo de criar uma legação diplomática em Porto Alegre, objetivando “fomentar o desenvolvimento das relações econômico-comerciais”<sup>143</sup> com o Rio Grande do Sul.

Vitoriosa a iniciativa de liquidar as relações entre a Alemanha e a América, os membros da *Entente* não tardaram em tomar a ofensiva, com vias a suprir a lacuna deixada. A França, no início de 1915, lançou mão de uma missão diplomática com o objetivo de estreitar os laços com as nações sul-americanas, no caso o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile. Era a *Missão Pierre Baudin*, encabeçada pelo senador que deu nome à mesma (A FEDERAÇÃO, 15 de abril de 1915, p. 4). Segundo o jornal *A Federação*, a ideia do senhor Baudin era “conhecer os recursos de toda a espécie, que a França poderá adquirir da América do Sul, para as obras de reconstrução urbana, de pontes, etc., bem como de reorganização das indústrias extintas, paralisadas ou amenizadas pela guerra” (A FEDERAÇÃO, 15 de abril de 1915, p. 4).

A possibilidade aventada de exportação para a França não era uma certeza. Logo no início de 1915, Borges de Medeiros telegrafara<sup>144</sup> ao Ministro Lauro Müller para se informar da real possibilidade, pois, poucos dias antes, um negociante de Porto Alegre em viagem àquele país indagara-lhe da viabilidade de negócios. Preocupava o fato dos possíveis inconvenientes de comercializar cavalos com um país em guerra.

De fato, era uma dúvida plenamente cabível. Os jornais da cidade haviam publicado (item 2.6) nos últimos dias de 1914 os telegramas do Ministro da Agricultura a respeito da possibilidade de negócios a serem realizados.

Poucos dias depois, Lauro Müller respondeu em uma correspondência sublinhada como confidencial. A seguir seguem as palavras exatas da comunicação.

[...] animais de tiro são classificados contrabando absoluto de guerra e no caso presente como se trata proposta Ministério da Guerra Francês o serviço a que se destinam é militar. Se as transações fossem entre particulares esse fato modificaria caráter da exportação porque se poderia alegar fim puramente comercial. Mesmo neste caso ao Governo Federal não caberia reclamar se os muares fossem

---

<sup>143</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 5 de maio de 1916. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/8, AHI.

<sup>144</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Governo do Rio Grande do Sul ao Ministério das Relações Exteriores, 20 de janeiro de 1915. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1910-1926. Maço: 310/3/12, AHI.

apreendidos por algum dos beligerantes apesar de ser maior agora segurança para os navios mercantes dos aliados.<sup>145</sup>

Em suma, o Brasil havia sido incitado pelo governo francês, com a conivência de algumas autoridades brasileiras (como o Ministro Pandiá Calógeras), a comprometer a posição de neutralidade que procurou manter. Em se tratando do contexto, há de se relembrar que tal procedimento francês repercutiu o momento estratégico da guerra, caracterizado por dois fatos preponderantes. O primeiro foi o eficiente cerco contra a navegação alemã, o segundo foi a intensificação britânica da repressão ao comércio alemão, por este ter se utilizado de países neutros.

No dia 4 de fevereiro de 1915, o jornal *A Federação*, em reportagem de capa, informava aos leitores a resposta que o governo britânico havia dado aos protestos norte-americanos pelo endurecimento proposto no controle daquilo que denominava contrabando de guerra e ratificava a sua posição ante o suspeito comércio que afirmava existir a partir da Holanda e dos Países nórdicos (4 de fevereiro de 1915, capa).

Em parte, Lauro Müller compreendia a situação. Sabia que se tratava de uma questão delicada. Apesar de reconhecer a maior facilidade para realizar o comércio, dada a fragilidade em que se encontrava a força naval alemã, percebia que utilizar a vantagem era declinar do comprometimento oficial assumido pelo país. Infelizmente, as pressões econômicas da Grã-Bretanha, que se intensificariam mais ainda a partir de março deste ano, ainda não eram do seu conhecimento. Tal fato levaria à cogitação recorrente da opinião pública ao estreitamento de laços com o país que se apresentasse, mesmo sendo um dos beligerantes.

A partir de fevereiro de 1915, *A Federação* começou a publicar com recorrência uma seção econômica, para informar a respeito da viabilidade de realização de novos negócios no continente europeu. No seu início informava prontamente que o motivo pelo qual a velha seção do jornal estava sendo resgatada encontraria resposta na situação que a conflagração mundial impusera.

Como se sabe, após o rompimento da guerra europeia, e em consequência da tremenda catástrofe, interromperam-se as nossas relações comerciais com o porto de Hamburgo, centro do nosso intercâmbio com o velho continente.

Em vista das dificuldades que daí se originaram para o nosso comércio, a “União dos Criadores” e outros interessados solicitaram a intervenção do dr. Presidente do Estado no sentido de obter informações sobre a possibilidade de conquistar ou

---

<sup>145</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 23 de janeiro de 1915. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/8, AHI.

restabelecer o encaminhamento de mercadorias para os portos europeus livres ou abertos (A FEDERAÇÃO, 14 de fevereiro de 1915, capa).

Por certo, a estratégia dos *Aliados* estava se mostrando eficiente. Ante a dificuldade, o governo gaúcho tratara de buscar soluções, sendo que para isso, publicou na sua seção econômica, artigos de empresários ingleses, os nomes de casas comerciais que compravam as mercadorias, bem como a cotação destes mercados para determinados produtos que o Rio Grande produzia, tais como lã, couro e sebo (A FEDERAÇÃO, 14 de fevereiro de 1915, capa). O que teria sido uma iniciativa do Ministro do Exterior<sup>146</sup> brasileiro que instruíra os cônsules brasileiros a procurar mercados alternativos ante a contínua escassez de mercados.

Poucos dias depois, repetia-se o procedimento. Novos dados foram disponibilizados através do mesmo procedimento. Empresas importadoras, produtos desejados e cotações foram cuidadosamente arrolados. A diferença fora que, agora diziam respeito ao possível mercado francês para o Rio Grande do Sul (A FEDERAÇÃO, 19 de fevereiro de 1915, capa). Nas publicações de outros dias, constata-se a continuidade da mesma prática.

Para reafirmar a lisura do comportamento, chegara-se a publicar uma nota<sup>147</sup> que fazia referências aos países beligerantes, os quais confirmavam o procedimento correto da diplomacia brasileira (A FEDERAÇÃO, 10 de março de 1914). Apesar do governo britânico ser tomado como exemplo, a partir da fala de um de seus diplomatas, é sabido que na realidade a pressão deste governo foi constante, mesclando protestos e ameaças.

Ainda sobre a neutralidade, um episódio curioso dá conta de uma repreensão feita pelo Ministro da Fazenda brasileiro a um guarda de fronteira do Rio Grande do Sul que teria escrito um soneto ofensivo à pessoa do *Kaiser*. O que seria um procedimento constrangedor, tratando-se de um funcionário de governo de um país neutro. Sem dúvida um excesso, mas ilustrativo (O DIÁRIO, 18 de março de 1915, p. 2).

No, no dia seguinte chegava a Porto Alegre a informação da criação da *Liga pelos Aliados*, presidida pelo senador Rui Barbosa (O DIÁRIO, 19 de março de 1915, p. 5). O fato fez o mesmo cronista perguntar se o referido ministro teria coragem de repetir o gesto para com o ilustre Rui Barbosa (O DIÁRIO, 19 de março de 1915, p. 2). Para além dessas

---

<sup>146</sup> Nesse mês, o governo britânico já havia proibido o comércio de café com as potências centrais (VINHOSA, 1990). Essa região era uma grande consumidora de café, sendo muito dele de origem brasileira (BUENO, 2003). Vinhosa levanta a possibilidade do governo britânico ter desejado “estimular” a substituição no centro da Europa do café por outros produtos, como o chá e o cacau, os quais eram desenvolvidos em suas colônias.

<sup>147</sup> Originalmente publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro.

constrangedoras amenidades, de fato, o governo fez questão de enfatizar a posição oficial, o que se comprava a seguir.

**As resoluções da nossa chancelaria, em face da guerra.**

O Sr. Ministro da fazenda mandou levar ao conhecimento dos chefes das repartições que lhe são subordinadas a circular abaixo, que lhe foi dirigida pelo seu colega das relações exteriores e recomendou aos ditos chefes que seja rigorosamente observada a declaração da dita circular, que é a seguinte:

“Sr. Ministro – o governo do Brasil, consciente das sérias responsabilidades que assumiu, declarando-se neutro na presente conflagração de quase toda a Europa, não tem poupado de dificuldades para cumprir os seus deveres em um conflito em que se acham empenhados vários povos, com os quais a nação brasileira mantém extensas cordiais relações.

Ainda no intuito de guardar essa justa linha de proceder, o esmo governo julga necessário fazer a seguinte declaração: Pela legislação vigente, conforme neste ponto aos princípios do direito mercantil do Ocidente, consideram brasileiras as sociedades comerciais com sede no país, registradas nas juntas comerciais brasileiras e aqui exercendo a sua atividade, qualquer que seja a nacionalidade dos indivíduos que a acompanham.

Embora daí resulte que a personalidade jurídica dessas sociedades seja distinta da personalidade de seus membros, todavia o governo brasileiro não prestará apoio à reclamação que sociedades mercantis, compostas de indivíduos de nacionalidade estrangeira, levarem contra atos de qualquer das nações beligerantes, senão quando, pelo prévio exame dos fatos e detida apreciação das circunstâncias, estiver convencido não só do seu absoluto fundamento, como de que a ação dessas sociedades é extreme de quaisquer intentos políticos. Quer o governo brasileiro por essa forma evitar que um princípio jurídico, verdadeiro e fecundo nas relações pacíficas, possa ser desviado dos seus intuitos normais de tutela e organização, para acobertar atos que se não ajustam à neutralidade que o Brasil tem rigorosamente mantido” (O DIÁRIO, 31 de março de 1915, p. 2).

Diante das circunstâncias prementes, o consulado alemão enviara uma comunicação a Borges de Medeiros. Nela confirmava que a situação fugia-lhe ao controle, depositando a responsabilidade no governo britânico. Explicava a nota (A FEDERAÇÃO, 13 de março de 1915, p. 5) que os britânicos armavam seus navios mercantes<sup>148</sup> e faziam uso de bandeiras de países neutros<sup>149</sup> para fugir das represálias dos submarinos alemães. Assim sendo, não restava outra solução a não ser retalhar, para tanto aconselhava a que os países neutros não se aproximassem das ilhas britânicas para evitar contratempos, pois havia grande quantidade de minas de profundidade na área. Em verdade, significava que, se a Alemanha não pudesse comercializar, não deixaria que os inimigos também o fizessem. Indiretamente, estava apenas aproximando-os mais do mercado brasileiro.

---

<sup>148</sup> Atitude proibida pela Conferência de Haia de 1907 (BARBOSA, 1932).

<sup>149</sup> Comentário crítico idêntico foi realizado, posteriormente pelo deputado brasileiro Dunshee de Abranches (1917).



### **3.10 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A GUERRA EM PORTO ALEGRE**

Seguem-se aqui alguns comentários, assim como foram realizados no capítulo anterior, sobre aspectos do consumo cultural de produtos estrangeiros em Porto Alegre. No caso, novamente, o cinema e os periódicos.

#### **3.10.1 A cinematografia e a guerra**

Quantificar o número de filmes (documentários) exibidos sobre a guerra seria um esforço difícil e pouco compensador. Ainda mais quando se trata de um período superior a quatro anos. Como já fora comentado no capítulo anterior, não havia rigor nos jornais que anunciavam as programações das casas de diversão. Mesmo com esse contratempo, ao olhar os anúncios, nota-se uma quantidade de referências considerável envolvendo os principais beligerantes.

Inegavelmente, a maioria dos filmes, fossem eles de ficção ou documentários, ligados à guerra, eram oriundos da França. Os anúncios das casas de espetáculo atraíam o público com promessas de cenas de diferentes batalhas em diferentes cantos da Europa.

Podia-se assistir ao “Exército inglês em França” (O INDEPENDENTE, 14 de janeiro de 1916, p. 3), “Portugal na Guerra” (O INDEPENDENTE, 11 de setembro de 1916, p. 3), “A Rússia na Guerra” (O INDEPENDENTE, 20 de setembro de 1916, p. 2), “Tropas Sérvias em Salônica” (O INDEPENDENTE, 24 de novembro de 1916, p. 2). Inclusive, embora em diminuta quantidade, os filmes alemães entravam no circuito de exibição, como o “A Alemanha na Guerra”, filme em que “aparecem as figuras de Guilherme II, do rei da Baviera, o herdeiro da Áustria, o chanceler alemão, os generais von Kluck, von Brossig, von Bülow e o almirante von Tirpitz” (O INDEPENDENTE, 25 de outubro de 1916, p. 3). Todos eles exibidos no cine *Colyseu*.

### **3.10.2 A Biblioteca Pública e os seus periódicos**

Assim como havia ocorrido no ano anterior, o número de periódicos franceses assinados pela Biblioteca Pública continuou evidenciando uma preponderância, talvez não pela leitura destes, mas, certamente, pela aquisição. Mesmo com uma diminuição no número de exemplares adquiridos, a quantidade deles em proporção aos demais continuou evidente.

Em 1915, a biblioteca assinou 73 periódicos. Destes, 31 eram provenientes da França, pouco mais de 42%, o que revelou leve queda, uma vez que as publicações italianas continuaram tendo 7 exemplares consumidos e os alemães os mesmos 4.

No ano seguinte, houve uma queda sensível nas aquisições, possivelmente em decorrência da dificuldade maior na aquisição de papel para a manufatura dos periódicos. Apenas 57 periódicos foram assinados. Destes, os franceses (que também diminuíram em quantidade) foram em total de 20 (caíram para 35%), contra 6 italianos e apenas 3 alemães. Em compensação, a biblioteca passou a receber gratuitamente um jornal impresso em Paris, escrito em português, sobre as atualidades da guerra. Ele foi o único do seu gênero, oriundo dos países beligerantes, sobre o tema, que chegou até a biblioteca.

## **3.11 CONCLUSÃO PARCIAL**

O período transcorrido entre os anos de 1915 e de 1916, no conjunto da Primeira Guerra Mundial pode ser considerado dos mais calmos em Porto Alegre, quando observado pelo viés das manifestações de rua e das mobilizações populares. Ainda mais quando contraposto ao período que o antecedeu (de arregimentação de voluntários e convocação de reservistas) e

àquele que sucedeu (de revogação da neutralidade e posterior declaração de guerra). Ainda assim, ele parece ter sido o mais importante para a definição daquilo que se está pretendendo estudar.

O que se constata na passagem desses dois anos? Primeiramente, que as contingências da guerra provocaram um arrocho do bloqueio britânico e uma resposta igualmente intensa da parte alemã. O resultado foi o aumento da crítica sobre os dois adversários. Com perda maior para os alemães que acumularam uma dupla derrota, a frustração econômica que lhe impedia o acesso ao mercado americano, e a progressiva degradação da sua imagem. Vê-se que o Rio Grande do Sul, um importante parceiro comercial da Alemanha, abriu os seus horizontes para fins de oxigenar a sua economia, cogitando novos mercados para inserção.

Dessa confluência de elementos emergiu a França como alternativa para desafogo, mas também como paradigma moral. O seu papel foi o de ocupar os espaços abertos pelo desgaste econômico e da própria imagem, que britânicos e alemães sofreram pelo prolongado combate a que se submeteram. A vinda do senador Baudin foi um marco desse propósito.

A proximidade temporal existente entre a criação da *Liga pelos Aliados* e a viagem do político francês pela América Latina, já sabida à época da criação da agremiação, pois ambas foram efetivadas em março de 1915 (MOISAN, 2009), deixam em evidência, na menor das hipóteses, o quão positiva foi a repercussão da manifestação de desejo por parte dos franceses em estreitar os laços com esta parte do mundo.

Após a passagem de Baudin, ampliou-se a significação da palavra “latina”, que no seu quadro de evolução, deu origem a adjetivações. Em comum, grosso modo, vinculadas com características positivas a serem apreciadas num povo. Iniciativa cujo sucesso pode ser considerado efetivo, haja vista a recorrência com que eram usados exemplos franceses a serem tomados como modelo de virtude, como apareceram na palestra realizada por Olavo Bilac na cidade, e no desejo de introdução do escotismo no seio da juventude. Ao mesmo tempo, as notícias de eventuais negócios a serem realizados com a França, aventados inicialmente com tibieza, em meio a dúvidas sobre a legitimidade dos negócios (pela correspondência do Ministro da Agricultura, Pandiá Calógeras), cresceram em magnitude, representando uma esperança para o mercado gaúcho. Não somente o comércio com a França, com outros mercados do continente europeu até então relegados também, mas adquiriu

intensidade a partir do envolvimento de figuras como o próprio Baudin, além de Nicot de Villemain.

Por sua vez, a resistência de alguns indivíduos de origem germânica ao assédio dos pró-*Aliados* francófilos foi intensificada. O que, em certa medida, corrobora a noção explicitada de que momentos de adversidade ajudariam a reforçar a identidade coletiva a partir do enfrentamento (BARTH, 1997; CORREA, 2001; MAGALHÃES, 1998; WEBER, 1997). As investidas daqueles que pretendiam defender a imagem maculada da Alemanha, ou simplesmente empenhar apoio ao país que lhes parecia estar correto, mostraram-se diversas. Houve aqueles cujos arroubos manifestavam um mal disfarçado racismo, como foi o caso dos artigos escritos na *Egatea*. De outro modo, também existiram aqueles que, numa posição mais defensiva, dedicaram-se ao trabalho de desmentir sistematicamente as acusações realizadas e apontaram os motivos implícitos nestes ataques, como o pequeno *A Guerra* e jornal *O Diário* que, mais do que argumentar sobre a conflagração, brindou o leitor com descrições das iniciativas que o indivíduo comum de origem alemã desenvolveu para revelar a sua concordância com a causa alemã.

Gradualmente, a posição dos defensores da Alemanha se desgastou. Em parte, isso se deveu à militância de lideranças comunitárias que, possuindo preponderância sobre periódicos, foram equivocadamente confundidos com advogados do imperialismo germânico (pan-germanismo). Algo que, sob certo aspecto, parecia ter fundamentação, dado o tom reverencial de cerimônias realizados em homenagem aos imperadores das *potências centrais*. Também contribuiu para isso a intensa reprodução dos ideais alemães, a partir do pensamento de estrangeiros que pouco tinham em comum com as pessoas que aqui viviam, do outro lado do oceano, sendo que tais ideais importados eram reproduzidos para as comunidades vivendo no estado. É difícil negar que isso produzia temor naqueles que estavam do lado de fora e especulavam sobre os motivos do arraigamento da cultura, mesmo passadas várias gerações. E, por mais que sempre se deva levar em consideração que o pensamento dos indivíduos comuns não é necessariamente o mesmo das suas lideranças, e que inclusive poderia haver compreensões divergentes a respeito de certos assuntos, dado que muitas vezes se tem esquecido da impossibilidade do indivíduo comum deixar explícito o seu pensamento para a posteridade, como puderam fazer as suas lideranças políticas e religiosas (GERTZ, 2004a), também se deve lembrar que é justamente por causa desta limitação de comunicação que surgiram os erros de compreensão por parte do restante da sociedade que via inimigos diante da diversidade. Como resultado, a ideia de germanismo foi vulgarizada. Inicialmente, com as

simples investidas em artigos críticos à expansão alemã na Europa, avaliada como calcada na violência das armas e da “raça”, denominada pan-germanismo. Em seguida, pela crítica aos moradores daqui do Brasil, acusados de quererem reproduzir o pan-germanismo deste lado do mundo. Posteriormente, a banalização dos valores germânicos chegou ao limite, sendo a cultura alheia vulgarmente vista de modo ainda mais severo e, portanto, fadada à reprovação, (como veremos no capítulo 4).

O resultado esteve na proporção inversa daquela atribuída à cultura latina. Isso fora mostrado pela utilização do termo “prussianizado”, designação impregnada das impressões daquele contexto. A cunhagem e a utilização puseram em evidência uma compreensão própria – uma ideia de ação peculiar que é dada pelo uso do infinitivo de um verbo inventado – que estava além do significado do nome que originou a expressão. Sobre isso disse Leandro Konder que “construir frases [...] tem sua própria história”, pois, “tanto em sua gênese como em seu emprego, os termos da linguagem põem a nu os valores das sociedades que os criaram e os mantêm vivos” (2002, p. 151). Guardadas as respectivas orientações teóricas<sup>150</sup>, a compreensão de Koselleck (1992) vai ao encontro dessa última observação, ao referir que existe uma relação entre texto e contexto que se consolida com a definição de conceitos, que são conjuntos de sentidos que ajudam a tornar o contexto mais compreensível. Portanto, ao que me parece, os valores alemães estavam padecendo de tamanha carga negativa, que puderam dar origem a um conceito que expressava isto, a partir do sentido transmitido pelo uso da expressão “prussianizado”, que identificava autoritarismo e militarismo ao seu tempo.

O reforço negativo aumentara na medida em que aqueles que eram brindados com o epíteto desagradável buscavam se esquivar dele, como quem evita um apelido de que não gosta. E, mais contribuía à definição pejorativa, o emprego de outros referenciais germânicos para atribuir falhas no caráter. A um só tempo, o debate político partidário riograndense contribuiu nesse sentido entre os anos de 1915 e de 1916. Em primeiro lugar, quando da insinuação dos federalistas sobre os objetivos do uso da Brigada Militar que, por seu turno, resultou na retorquida do governo que refutou a veracidade das críticas levantadas. Por fim, quando os republicanos insinuaram, em tom de censura, que Assis Brasil concordaria com algum tipo de relação implícita entre o Brasil e a Alemanha, quando, em realidade, nada havia

---

<sup>150</sup> Naquilo que tange à relação entre a criação de conceitos com o seu contexto de origem e as possíveis divergências que possam existir quanto a capacidade de conjeturar sobre a relação que os conceitos possam ter com a realidade e, conseqüentemente, à noção de temporalidade.

sido dito neste sentido. Justamente ele, que sempre mantivera uma postura desconfiada em relação aos alemães (BUENO, 2003).

No entanto, a despeito do processo infamante sofrido, o mesmo não ocorreu tão rapidamente, tendo em vista que, ainda permanecia ativo um baluarte da resistência pró-Alemanha quando o assunto eram as forças armadas. A visão positiva em relação à organização alemã desfrutada no seio do exército brasileiro, como modelo de organização e disciplina, demorou a ser debelada (HAYES, 1991). A conquista francesa foi obtida gradativamente, para a qual contribuiu a crescente visão de que a França se assemelhava a nossas características por ser paradigma de cultura latina (BASTOS FILHO, 1994).

Quando ocorreu a campanha de Bilac, pensada pelo Alto-Comando do Exército, em prol do serviço militar obrigatório, a chave da sua argumentação estava na crença de que na caserna residiria o componente que faltava para forjar definitivamente a relação de afeto entre o indivíduo e a terra de origem, consolidando a cidadania (MCCANN, 2007). Implícito nela estava o desejo de revitalizar as associações dos Tiros de Guerra. Então, o movimento contou com o apoio dos jovens oficiais treinados na Alemanha e com os integrantes dos Tiros que, no Rio Grande do Sul, estavam impregnados de elementos de origem germânica (ACKER, 1996).

A defesa da educação também integrava o discurso nacionalizante que deveria ser complementado pela experiência fraternal da vida na caserna. Bilac achava que a integração das duas escolas, a formal e a da defesa da pátria, juntas, transformaria a sociedade. Essa preocupação aparece manifesta na Assembleia Municipal, quando a aprovação das isenções de tributos para associações vinha acompanhada de comentários laudatórios à preocupação com a educação do cidadão que as mesmas manifestavam. Inclusive as de caráter étnico que mostravam sintonia com o discurso ufanista de valorização do Brasil. Cabe ressaltar, sem embargo, que o fato de uma conhecida organização, como a *Deutscher Hilfsverein*, acostumada a ter aprovada as suas solicitações ao longo dos anos, ter de repetir o procedimento de requisição de isenção (ao qual estava acostumada), depõe a favor da ideia de que por volta do final do ano de 1916, a comunidade germânica era observada com maior severidade.

De certa forma, a adaptação às exigências do momento resultou numa prática que possibilitou, pelo menos parcialmente, uma chance maior para a preservação dos valores

culturais, enquanto se efetivava o exercício de fidelidade à terra em que se nasceu mediante o exercício da plena cidadania. Algo que permitiria o estabelecimento de “lealdades entrecruzadas” (GERTZ, 2004a), que destacam a autonomia do indivíduo, não obstante aquilo que as lideranças comunitárias pudessem pensar.

Essas práticas foram ainda mais recorrentes a partir de 1917, pois passou a ser um modo de ratificar a fidelidade ao Brasil, depois da revogação da neutralidade no conflito mundial. Do contrário, a área de inserção do francesismo, mediante a expansão do ideal de latinidade teria sido facilitada.

Logo, crê-se que os anos de 1915 e 1916 se circunscrevem em um quadro de disputa. Estava em jogo a eventual possibilidade de granjear maior simpatia a uma das culturas – a latina e a germânica – como ideal de conduta, mediante a sensibilização das pessoas. Tal proposição advém do fato desses anos terem sido marcados pela penetração de um vocabulário que opunha duas maneiras distintas de arrebatar a fidelidade do povo. Disputa equivalente a uma “luta de hegemonias” (GRAMSCI, 1989), contudo, no caso, em busca da afirmação de uma noção de nacionalidade. Da contínua repetição de ideias e da popularização das mesmas, percebida pela sofisticação cada vez maior pela qual elas foram manuseadas para afirmar argumentos favoráveis e detratar aquelas que as opunham, percebeu-se o estabelecimento da hegemonia da concepção teórica de origem francesa.

Creio que o comportamento dos alemães que viviam na cidade foi sintomático. Os mesmos delitos que preponderavam no meio alemão sofreram uma queda. Aliás, os casos envolvendo alemães, no geral, caíram. Diferentemente do capítulo anterior no qual foram apresentados dados sobre o total da municipalidade, os deste estiveram ligados a uma zona específica, contudo era aquela na qual habitava a maioria da classe trabalhadora alemã e italiana. Haveria a possibilidade de se alegar que a alteração estaria relacionada ao fato de muitos indivíduos terem deixado a cidade e se dirigido ao *front*, o que alteraria os dados. Italianos e russos, no entanto, também estiveram na guerra. Não saberia informar em relação aos russos, mas os italianos foram convocados para embarcar de volta a Europa. Estes últimos, no entanto, foram responsáveis pelo aumento das ocorrências policiais de estrangeiros. Os alemães, por algum motivo, estiveram menos propensos a expansão dos seus ânimos. Talvez possa ter relação com o fato de se sentirem mais visados pelo crivo da opinião. Resultado ainda mais impressionante será possível ver no período posterior.

No próximo capítulo veremos o desfecho desse processo. Será visto como a opinião se virou contra a Alemanha e os povos que dela descendem. Para tanto, cumpre ressaltar o importante papel desempenhado pelo naufrágio do navio brasileiro *Paraná*. Por causa dele ocorreram distúrbios que inauguraram a série de manifestações populares que caracterizaram os anos de 1917 e 1918.



## 4 O BRASIL VAI À GUERRA (1917-1918)

Assombroso! Nada menos do que isso poderia ser dito a respeito do biênio 1917-18. Os Estados Unidos romperam um isolamento histórico e a Rússia passava pela maior transformação social que um país vira desde 1789. Enquanto a guerra parecia não ter fim, a mesma arrastava lentamente para si o Brasil, a começar pelos seus navios, que um a um iam sendo afundados.

Da ação destemperada das massas, motivada por ataques submarinos alemães, à declaração de uma guerra, que o Brasil não enfrentava já fazia quase meio século, transcorreram pouco mais de seis meses. Tudo isso intermediado pela maior onda grevista da história do país até aquele momento.

Gritos de ordem e de incitação (contra e a favor da guerra, contra a Alemanha, contra e a favor da greve), passeatas, quebradeiras e incêndios. Tudo isso ocorreu em Porto Alegre. Por sua vez, não só o policiamento ostensivo teve de ir às ruas, mas também a repressão.

Uma vez decidida a entrada na guerra, no ano seguinte, os homens enviados para o centro das maiores batalhas da humanidade foram arrebatados por uma epidemia brutal. Menos de um mês depois, ela corria o território brasileiro de cima a baixo matando aos milhares, justamente na época em que alguém poderia querer ficar contente pelo final da guerra.

Há de se tomar em consideração que, já sendo isso tudo bastante coisa para acontecer em dois anos, ainda por cima ocorreram eleições estaduais e federais, isto é, trocaram os presidentes dos estados e o da república. Ou seja, além das catástrofes, havia as rivalidades que, a bem das paixões em jogo, poderiam ser submetidas à vontade dos homens, também

estavam sendo elevadas ao seu grau máximo, em todos os níveis: estaduais, nacional e mundial.

Pensando agora, seria no mínimo imponderado esperar que os comportamentos se pautassem pelos critérios de lucidez de antes da guerra. O mundo como era conhecido, e que vinha lentamente se esboroando a despeito de algumas esperanças, desaparecera de uma vez por todas. Os monarcas mais uma vez se encontravam ameaçados, só que agora os seus sucessores igualmente, não apenas na Europa, mas, aparentemente, também no Brasil.

Esse biênio foi um período de caos. E foi contra esse caos que Porto Alegre tentou resistir, nem sempre com sorte, nem sempre com dignidade. É esse o período que veremos neste último capítulo.

#### **4.1 OS ANOS DERRADEIROS DA GUERRA**

O ano de 1917 nasceu sob o influxo do desânimo. Quase dois anos e meio de carnificina conseguiram trazer o realismo que faltara anteriormente, para alguns Estados um pouco tardiamente.

As *potências centrais* se encontravam à beira da exaustão. Faltavam-lhes condições, uma vez que o fluxo naval estava vedado para equiparar forças com os inimigos porque sua produção chegara no limite. Estes últimos, a despeito do desgaste, contavam cada vez mais com o apoio dos Estados Unidos.

Em contrapartida, alguns dos grandes acontecimentos negativos do período foram os motins nas trincheiras *aliadas*. Nos campos de batalha italianos, alternavam-se vitórias e insucessos em ambos os lados, embora os italianos tenham sofrido uma derrota crucial em *Caporetto* contra tropas austro-alemãs. Após o malogro de mais uma investida sobre os alemães, em abril de 1917, a prostração tomou conta, principalmente entre os franceses. O

resultado disso foi um movimento insurgente entre os soldados<sup>151</sup>, caracterizado por indisciplina, greves e rebeliões, apenas superado mediante o uso de intensa repressão (KEEGAN, 2005). De grande intensidade, as revoltas ocorreram, principalmente, entre as tropas da França, mas dentro da Rússia a situação se tornou desesperadora ante o caos econômico. Enquanto o primeiro país resistiu às dificuldades, o segundo gradualmente sucumbiu ao enfrentamento contra os alemães, até o colapso final.<sup>152</sup> A grade repercussão, naquilo que tangia a batalhas, nos meses iniciais de 1917, ocorrera com o sucesso da revolta árabe contra os turcos, sob influência britânica (LUNT, 1974; WILLMOTT, 2009).

Nos Estados Unidos, o presidente Woodrow Wilson construiu sua reeleição sob uma plataforma que sustentou a neutralidade na guerra. Mais do que isso, ele defendera, até então, uma paz sem derrotados (VIZENTINI, 1996; WILLMOTT, 2009). A mudança no comportamento norte-americano teve dois motivos principais.

Em janeiro de 1917, os britânicos interceptaram o telegrama enviado pelo chanceler alemão Arthur Zimmermann aos embaixadores de seu país em Washington e na cidade do México. Uma vez decodificada a mensagem, ficara claro que os alemães pretendiam instigar os mexicanos a um ataque contra os Estados Unidos, com o seu suporte. Em troca, prometiam a devolução dos antigos territórios que haviam sido tomados pelos norte-americanos (TUCHMAN, 1992).

Como segundo fator, e bem mais importante, a declaração alemã de guerra submarina irrestrita feita em 31 de janeiro de 1917 selava o destino do país na guerra. Era uma tentativa desesperada de bloquear o fornecimento britânico. Então, entre fevereiro e março, oito navios norte-americanos foram afundados.

Do somatório desses fatores, resultou a declaração de guerra à Alemanha, em 6 de abril de 1917, um grande alívio para os *Aliados*, uma vez que os alemães estavam conseguindo reforçar o *front* ocidental devido ao progressivo enfraquecimento das posições russas. Entretanto, em virtude das dificuldades para fazer centenas de milhares de soldados

---

<sup>151</sup> Ao longo da guerra, ocorreram em diferentes grupamentos, não só entre franceses. Há também referências de que soldados dos exércitos russos, austro-húngaros e turcos desertaram ou se rebelaram (WILLMOTT, 2009). Inclusive, a exemplo dos franceses, que usaram o pelotão de fuzilamento como punição exemplar, o fracasso italiano em *Caporetto* levou o comando italiano a utilizar o mesmo método (KEEGAN, 2005).

<sup>152</sup> Apesar da renúncia do Czar em março, o país continuou lutando ao lado dos *aliados* até novembro, enquanto durou o Governo Provisório, quando o mesmo também acabou derrubado. Quando então o novo governo, marxista, celebrou o tratado que retirou o país do conflito (VIZENTINI, 1996).

atravessarem o Oceano Atlântico infestado de submarinos alemães, as tropas norte-americanas somente entraram em combate efetivo no ano seguinte (WILLMOTT, 2008).

A simples conjectura de soldados atravessarem o oceano para enfrentar a Alemanha fez apressar os planos deste país. Derrotada diplomaticamente, a Alemanha, pelo contrário, foi extremamente bem sucedida na sua investida submarina, ameaçando seriamente as forças *aliadas*. A solução encontrada por elas foi a travessia em comboio escoltado, o que resultou na rápida queda nos números dos naufrágios, revertendo a expectativa negativa já desenhada (KEEGAN, 2005). Além disso, os alemães padeceram mais do que os seus inimigos, tendo de amargar uma severa derrota em Passchendaele, nos Flandres (KEEGAN, 2005; MESSENGER, 1978).

Como resultado de todos esses acontecimentos de 1917, nascera a decisão alemã de um ataque massivo no ocidente. O mesmo se originou da ideia de promover o deslocando de tropas do *front* oriental, após a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk com a Rússia. O objetivo alemão era o de infligir uma derrota avassaladora no começo de 1918, enquanto ainda fosse capaz de reunir forças, e de tal monta, que não pudesse ser revertida pelos norte-americanos, independente do seu número (WILLMOTT, 2009).

Na primavera europeia de 1918, o avanço alemão, reavendo a capacidade de penetração, sustada ainda em 1914, conseguiu uma sucessão de incríveis vitórias. Em abril, havia sido grande a probabilidade de vitória alemã, que permaneceu em vantagem até o mês seguinte, mas sem jamais ter conseguido impingir uma derrota que esmagasse o inimigo. Em busca de uma vitória decisiva, contudo, os alemães fracassaram na tentativa de conquistar Paris. Esgotadas as forças alemãs pelo esforço, novas investidas ficaram seriamente comprometidas. As forças das *potências centrais*, cuja essência residia na Alemanha, entraram em colapso. O esforço articulado dos *Aliados*, revigorados pelos contingentes norte-americanos, desgastou continuamente os seus antagonistas, sem capacidade de reconquistar a iniciativa do combate (KEENAN, 2005; PITT, 1974b; WILLMOTT, 2009). A partir de então, agindo conjuntamente, passou a ser questão de tempo.

Combalidos internamente pela revolta dos árabes, limitados pela escassez de recursos e diante de grande número de deserções, os turcos chegavam ao seu limite em junho de 1918. Pouco tempo depois, sob bombardeio intenso dos britânicos, e vendo surgir soviets (a

exemplo da Rússia) em suas tropas, os búlgaros se renderam, em 30 de setembro de 1918. Os austríacos não se viram menos assolados (PALMER, 1974).

Internamente, o império estava caótico. A morte do idoso imperador Francisco José, em novembro de 1916, rompia o último elo de coesão existente. A monarquia dual via no lado austríaco crescer a pressão dos militares para exercer o governo, mas do lado húngaro a resistência a esta tendência predominou (sustentando-se numa produção cerealífera que muitas vezes sequer chegava aos austríacos). De um lado, os sérvios e franceses empurraram as forças opositoras. De outro lado, os italianos, juntos de britânicos e franceses, se lançaram sobre os austríacos e liquidaram, derradeiramente, o inimigo. Em 3 de novembro de 1918, encerrava-se mais um capítulo com a rendição do império austro-húngaro (PALMER, 1974; ZEMAN, 1974).

A partir de agosto ficara evidente a incapacidade de articular respostas rápidas, sendo que as forças alemãs estavam exaustas para reagir após a morte dos melhores soldados. A deserção crescia. Além delas e dos motins<sup>153</sup>, tomava corpo um movimento revolucionário que sacudia o país. O governo se dividiu. Enquanto alguns segmentos militares desejavam o prolongamento da guerra, alguns políticos apressavam mudanças para conferir uma aparência democrática, com receio do pior. O *Kaiser*, aturdido, esperava uma resposta militar que jamais viria. Pressionado, acabou deixando o país para o exílio na Holanda, em 10 de novembro. Uma vez neutralizada a ala mais belicosa dos militares, com a autoridade governamental nas mãos dos social-democratas, a Alemanha se rendia, em 11 de novembro de 1918 (CLARK, 2008; GEISS, 1974. KEEGAN, 2005). Assim, punha-se fim ao mais sangrento conflito da história vivido até aquele momento.

---

<sup>153</sup> O caso dos marinheiros de Kiel é emblemático. Eles tomaram a base naval, retirando a autoridade do comandante (CLARK, 2008).

## 4.2 A SITUAÇÃO DO BRASIL

Com a guerra submarina total declarada pelos alemães, ficou mais difícil para o Brasil sustentar a posição neutral que vinha pautando o seu comportamento desde 1914 (BUENO, 2003). Textualmente, mediante informe telegráfico, a chancelaria alemã advertia aos países, em 31 de janeiro de 1917, entre os quais o Brasil, que:

a partir de 1º de fevereiro de 1917, todo o tráfico marítimo nas zonas interditas em redor da Grã-Bretanha, da França, da Itália e na parte oriental do Mediterrâneo, [...], será combatido por todos os meios armados, sem restrição alguma. [...]. Os navios neutros que navegarem nas zonas interditas o farão, sujeitando-se aos riscos. Apesar das precauções tomadas para poupar, durante um prazo razoável, os navios neutros que se acharem, em 1º de fevereiro, a caminho de portos situados na zona interdita, seria conveniente preveni-los, com urgência e por todos os meios possíveis, a fim de desviá-los dessa rota (BRASIL, 1917, pp. 13-15).

A repercussão não foi nem um pouco compreensiva. A resposta enviada ao governo alemão teve tom de protesto. Embora levasse alguns dias para elaborar uma nota, em 9 de fevereiro, assim se manifestava a chancelaria brasileira sobre o artifício desenvolvido pelos alemães:

o Governo Federal tem o maior empenho em que se não modifique, até o fim da atual guerra, a situação de isenção que lhe criou a observância rigorosa das regras de neutralidade [...]. A inesperada comunicação, agora recebida, de um extenso bloqueio de países, com os quais o Brasil tem ativas relações econômicas [...] produziu a mais justificada e profunda impressão pela ameaça iminente de injustos sacrifícios de vidas, destruição de propriedade e completa perturbação das transações comerciais. Em tais circunstâncias [...], o Governo brasileiro [...] declara nesta ocasião que não pode aceitar como efetivo o bloqueio [...], sente-se no dever de protestar contra esse bloqueio (BRASIL, 1917, pp. 16-17).

Diante da gradual recuperação econômica que o Brasil começava a atravessar, essa era uma notícia terrível. Percebendo o significado inerente à nota alemã, os Estados Unidos romperam relações com aquele país. Apesar da progressiva afinidade brasileira com os norte-americanos, e da concordância com relação à atitude deles, o Brasil não os secundou na decisão. Posição inalterada, mesmo quando os Estados Unidos, no início de abril, declararam guerra à Alemanha, – deve ser dito – graças à iniciativa do Ministro Lauro Müller (BUENO, 2003).

Sobre a mudança de postura do Brasil, Francisco Vinhosa (1990) é taxativo. Ele afirma que pairam dúvidas sobre os motivos da entrada do Brasil na guerra. Afinal, o Brasil tolerara violações anteriores à neutralidade tão grandes quanto essa, quando elas vinham da parte britânica (igualmente descumprindo acordos internacionais), que continuamente impedia o comércio com a Alemanha.<sup>154</sup> Em relação a isso, contudo, deve ser lembrado que parte importante da imprensa e da intelectualidade brasileiras estava em campanha, fazia anos, em prol do lado anglo-francês. Com a participação norte-americana adicionada a esse fator, ficou difícil deter a pressão que se avolumava.

No entanto, o fato que modificou a situação foi o afundamento do navio mercante brasileiro *Paraná*, ocorrido (3 de abril) bem na época em que os Estados Unidos declaravam guerra à Alemanha (6 de abril). Inicialmente, contudo, ocorreu apenas a ruptura de relações, verbalizada em 11 de abril. A partir de então, os ânimos se exasperaram completamente pelo país (BUENO, 2003). Segundo consta, a opinião pública nas principais cidades não deu mais trégua à Alemanha.

A simples ruptura de relações não era vista como suficiente. A postura cautelosa de Lauro Müller destoava do restante. Rapidamente, a imagem do chanceler ficou seriamente abalada pela boataria a respeito das suas inclinações germanófilas. Sendo fortes as pressões, acabou renunciando ao cargo, em 3 de maio de 1917. Em seu lugar assumiu o ex-presidente Nilo Peçanha, aliadófilo e admirador de Rui Barbosa, com quem se aconselhava sobre as questões internacionais (BUENO, 2003).

Percebendo o ímpeto dos aliadófilos que pressionavam pela guerra, Dunshee de Abranches ergueu críticas que levantavam suspeitas sobre os interesses econômicos anglo-franceses por trás da postura beligerante contra a Alemanha. Procurou editar, o mais brevemente, o conjunto dos seus argumentos num livro publicado somente em agosto, chamado *A Ilusão Brasileira* (1917). Aliás, para ele, daquilo que vinha sendo dito e feito, muito estranhava o apelo a uma solidariedade aos povos de “alma latina”, o que julgava ser uma novidade.

---

<sup>154</sup> Os navios mercantes ingleses, além de armados, eram instruídos a sempre revidarem a abordagens para provocarem ataques da parte dos submarinos alemães e aumentar os riscos de acertar navios de países neutros (VINHOSA, 1990).

Pouco tempo depois, mais navios brasileiros seriam afundados – ainda em maio. Foram os casos dos vapores *Tijuca*<sup>155</sup> e *Lapa*. Em seguida, em 22 de maio, o presidente Wenceslau Braz enviou uma comunicação ao Congresso informando que o governo brasileiro se colocaria ao lado dos Estados Unidos, em nome da solidariedade continental (VINHOSA, 1990). Ficavam assentadas assim as bases da afinidade diplomática entre os dois países.

Frederick Luebke (1987) evidencia que o tom dos comentários dos aliadófilos mudou. Até a saída de Lauro Müller do Ministério das Relações Exteriores, o tom agressivo era intenso e constrangedor para aqueles que procurassem manter uma postura ponderada. Posteriormente, o denunciamento cedeu espaço ao tom conciliador. Os alarmistas passaram a exigir condições adequadas à participação mais efetiva do Brasil.

Lentamente, o Brasil foi revogando a posição de neutralidade em relação aos demais beligerantes. A princípio, o país recebia navios de guerra dos *Aliados*. Até que, em 18 de outubro de 1917, após o afundamento do navio *Macau*, o governo brasileiro reconheceu o Estado de Guerra (BUENO, 2003).

Interessantemente, em resposta à mensagem oficial enviada pelo governo brasileiro, o presidente francês reforçou a política “latinizante” posta em prática, ao se rejubilar diante da decisão brasileira. O mesmo dissera que “a França saúda com emoção vosso nobre país, fiel aos princípios da civilização latina” (BRASIL, 1917, p. 160).

Conjuntamente, outras medidas acabaram adotadas, a partir de um decreto lançado em 29 de outubro. A chamada Lei de Guerra, segundo Luebke (1987), teria sido muito severa, sendo que o autor reputa a ela a base dos abusos que posteriormente acabaram perpetrados contra as pessoas de origem germânica. Ainda de acordo com Luebke, a proibição em solo brasileiro de qualquer publicação feita em língua alemã teria sido mais contundente até do que as medidas colocadas em prática pelo governo dos Estados Unidos (1987, p. 176). Imediatamente, os periódicos alemães tiveram de sofrer alterações para continuar existindo. No entanto, as medidas não se encerraram nesse quesito. Todas as escolas que funcionavam em idioma alemão tiveram de ser fechadas. Somente poderiam funcionar os estabelecimentos que ministrassem as suas aulas no idioma português e usando material didático em português.

---

<sup>155</sup> Após o afundamento do *Tijuca*, em mensagem presidencial ao Congresso, decidiu-se pela utilização dos navios mercantes alemães ancorados nos portos brasileiros. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos – Atitudes do Brasil: 1914-1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, pp. 57-58, BCP.



Enquanto não provassem que estivessem em condições de seguir os requisitos estabelecidos, nenhuma escola fechada seria reaberta.

A Igreja Católica, no mesmo sentido, começou sua campanha de nacionalização. Em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, as autoridades combateram o uso do idioma alemão. O cardeal do Rio de Janeiro proibiu aquele idioma nas cerimônias e em todas as escolas católicas. Os clérigos que desrespeitassem as medidas seriam severamente punidos.

O problema estava na interpretação da lei. Apesar da maioria parlamentar ter aprovado a declaração, a questão jurídica permitia uma interpretação diversa. Pela lei, a declaração de guerra dependia de violação do território ou da ameaça à soberania nacional. O deputado piauiense Joaquim Pires alegara que o naufrágio de navios, por mais trágico que fosse, e maior a consternação provocada, não se enquadraria em qualquer dos dois motivos. Do contrário, tal postura deveria ter sido tomada anteriormente, diante do aprisionamento de passageiros em viagens transoceânicas, do confisco de mercadorias ou de navios que ocorreram desde 1914 (VINHOSA, 1990). Fatos que tiveram o envolvimento de outros países que não a Alemanha e que também não pertenciam às *potências centrais*.

Tendo acontecido outros dois torpedeamentos, o presidente brasileiro lançou nova mensagem em 3 de novembro de 1917. Nela, o governo brasileiro confirmou a tomada de medidas de exceção para legítima defesa nacional. Para isso, as relações privadas que envolvessem o envio de dinheiro para a Alemanha estariam sustadas. Qualquer contrato celebrado com alemães, independente da natureza, estaria suspenso. As empresas e os bancos alemães funcionariam exclusivamente sob estrita vigilância do governo e, caso julgado necessário, teriam as atividades suspensas. Transferências de propriedades de alemães seriam frustradas. Todo o súdito alemão que se mostrasse inconveniente poderia ser internado, evitando-se as prisões convencionais (BRASIL, 1917, p. 171).

Enfim, em busca de prestígio, com vistas às futuras reuniões de paz que deveriam ocorrer<sup>156</sup>, o governo optou pelo envio de tropas regulares aos campos de batalha europeus. Foi decidido o envio de uma divisão naval como forma de apoio aos *Aliados*. Mais importante para os beligerantes europeus, entretanto, foi o fretamento para a França de trinta navios

---

<sup>156</sup> O que de fato foi extremamente bem pensado pelo governo, dada a participação brasileira em Paris em 1919. Além de se ombrear com equivalência junto a outros Estados que tiveram participação militar mais importante, os representantes brasileiros obtiveram pleno sucesso na meta de obter o pagamento de indenizações de guerra (GARCIA, 2000).

alemães aprisionados nos portos brasileiros. Além de “um grupo de dez aviadores navais, que seguiu para se instruir na Inglaterra, em janeiro de 1918, e, por fim, o envio à França de uma missão médica militar” (VINHOSA, 1990, p. 158).

Sobre a demora para o envio da força militar, existiam algumas explicações. Comentava-se à época (fato confirmado pela opinião de Pandiá Calógeras) que o Brasil não deveria se descuidar do “perigo alemão” no sul, pois, a espionagem e os planos pangermanistas seriam uma ameaça constante. Além desse problema, haveria a histórica disputa com a Argentina. De modo que, um dos comentários levantados por Calógeras dava conta de que estaria em andamento um plano que contemplaria criar a *Alemanha Antártida*, sendo que a mesma deveria integrar a região Sul do Brasil, a Argentina e o Uruguai (VINHOSA, 1990).<sup>157</sup>

Os aviadores brasileiros chegaram na Inglaterra em janeiro de 1918, para iniciarem os treinamentos e se integrarem à *Royal Air Force* (RAF). Quanto à força naval, sem embargo as inúmeras dificuldades enfrentadas<sup>158</sup>, o comandante da mesma – o contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin – conseguiu assumir as suas funções em fevereiro do mesmo ano, à frente de nove embarcações, mas que somente conseguiram zarpar para a missão em 1º de agosto (CARNEIRO; SILVA, 1998).

Alguns dias depois, em 18 de agosto, rumava também para a guerra na Europa, em uma embarcação de procedência francesa, a missão composta de médicos brasileiros (KROEFF, 1971; VINHOSA, 1990). Nesse caso, a missão nasceu da oferta de ajuda feita pelo governo brasileiro ao francês, liderada pelo médico Nabuco Gouveia e sob as ordens do general Napoleão Ache (VINHOSA, 1990).

Uma tragédia marcou a trajetória brasileira na conflagração. Tanto a força naval quanto a missão médica fizeram escalas na África antes de se dirigirem ao ponto final. Chegando à altura de Dacar, o primeiro grupamento em 26 de agosto (VINHOSA, 1990) e o segundo em 5 de setembro (KROEFF, 1971), ambas foram assoladas pelo surto de gripe espanhola que devastava o mundo naquele ano. O saldo dá conta de um total de cento e cinquenta e seis mortos entre os membros da frota naval (VINHOSA, 1990). A missão médica que recebeu

---

<sup>157</sup> Qualquer semelhança com o boato comentado pelo deputado federalista gaúcho na Assembleia (citado no capítulo anterior), com as ideias expostas por Calógeras, talvez não tenha sido mera coincidência.

<sup>158</sup> De fato, a situação das forças armadas brasileiras era caótica. Além do mal aparelhamento, reinava a ignorância naquilo que tangia à instrução militar para a tropa (VINHOSA, 1990).

instruções para atracar no mesmo porto, não obstante a intensidade do surto que grassava, sofreu baixas menores, tendo perecido cinco dos seus membros (KROEFF, 1971).

No entanto, devido aos percalços maiores enfrentados pelos combatentes brasileiros, mais assolados fisicamente pela doença, além de menos qualificados em preparo logístico e de treinamento, a divisão naval somente chegou à sua base de encontro um dia antes do final das hostilidades, em 10 de novembro de 1918 (VINHOSA, 1990). Já os médicos, chegaram na França em 24 de setembro e ainda tiveram a oportunidade de serem distribuídos pelas províncias daquele país para auxiliar no combate à epidemia de gripe espanhola. No entanto, quando os demais médicos, sob as ordens do chefe da missão, terminaram de montar o hospital brasileiro para ajudar na guerra, a mesma estava tendo o seu desfecho (KROEFF, 1971).

#### **4.2.1 O final da guerra e a economia brasileira**

Como efeito da guerra que se prolongava, cresceram as restrições internacionais à entrada do café brasileiro. Já que a safra de café para o período de 1917-18 se desenhava como grandiosa, a tendência do preço foi de baixar bastante; resultando na compra e estocagem, por parte do governo, de aproximadamente três milhões de sacas (VINHOSA, 1990). Em virtude da escassez de recursos, a pergunta mais importante se tornara: como angariá-los para enfrentar as circunstâncias?

A solução encontrada foi fazer crescer a arrecadação dentro do próprio país. Consta que a arrecadação interna do tesouro, que, em 1914, se encontrava em cinquenta e dois mil contos, passou, em 1917, para cento e quinze mil contos (CAVALCANTI, 1983). Isso se deveu ao fato de alguns produtos nossos, que antes eram desprezados pelo mercado interno, terem desfrutado de maior aceitação. Alguns outros produtos que continuaram sem mercado interno, todavia, em virtude da importância estratégica que o momento acarretou, tiveram procura, obtendo aumento extraordinário nas exportações. Foi o caso, por exemplo, do manganês, que depois de três anos de conflito, passou dos mil e duzentos contos, para cinquenta e sete mil contos, em 1917 (CAVALCANTI, 1983). Mesmo sendo insignificantes as remessas do metal

para a Inglaterra e a França, os Estados Unidos aumentaram o consumo do mesmo, entre 1914 e 1917, em 2.886.136 libras (VINHOSA, 1990).

Com a guerra e a carência de produtos importados, o país se viu na situação de ter de suprir as próprias necessidades (CARONE, 1970). Somente do ano de 1914 até o ano de 1920, foram abertos 5.906 novos empreendimentos no país. Desde o final do Império, de 1889 até 1914, haviam surgido 6.804 indústrias. Em outras palavras, enquanto nos primeiros vinte e cinco anos da república foram abertos, em média, 272 estabelecimentos, no intervalo de 1914 a 1920 (o que coincidiu com os anos da *Grande Guerra*), foram inaugurados, por ano, em média, 984 locais (CARONE, 1970). É um número mais de três vezes e meio superior ao que havia se estabelecido anteriormente. Por isso, o período da guerra foi considerado, por Edgard Carone (1970), como o da consolidação da indústria.

Apesar da aparência inicial e da afirmação categórica, isso estava longe de ser unanimidade. Na verdade, essa é uma declaração controversa. Se por um lado houve um incremento no número de estabelecimentos, o crescimento na produção ficou restrito a alguns setores – como o têxtil, o frigorífico e o de refino de açúcar (CARDOSO et. al., 2006a). Para questionar a importância do período, o argumento mais sensível é o da incapacidade do país em absorver um mercado interno órfão das importações. Isso teria estrangulado uma parte relevante da própria demanda, uma vez que os combustíveis ficaram caros, assim como as máquinas importadas (fundamentais para certas indústrias nacionais) entraram numa quantidade menor, resultante da conjuntura atravessada pelos Estados.<sup>159</sup>

Ainda agregado às complexidades do período, há a questão dos preços. A inflação teve um acréscimo, na medida em que esteve ligada a uma crescente emissão monetária. Fazer mais dinheiro acabou sendo a solução do governo federal para solucionar o problema da escassez de investimentos e da baixa arrecadação de imposto de importação. A quantidade de papel em circulação praticamente dobrou e o câmbio da moeda brasileira também sofreu queda constante. Houve emissões em 1915, 1917 e 1918 (CARONE, 1970). Isso fez com que os preços em geral dobrassem (CARDOSO et al., 2006a). Elemento importante, ainda mais quando os salários subiam mais lentamente que o custo de vida (CARDOSO et al., 2006a).

---

<sup>159</sup> Também é apontado o fato das empresas que surgiam serem de porte pequeno, e gerarem pouca mão-de-obra, o que mostraria a insipiência da indústria no momento para dar conta da situação (CARDOSO et al., 2006a, p. 311).

As circunstâncias que levaram o Brasil a ter de promover a indústria também foram rigorosas, por não possibilitarem ao país a sua realização com a desenvoltura necessária. A defasagem tecnológica do país, juntamente com as carências de uma indústria de base, impôs um horizonte estreito. Mesmo diante das limitações, houve uma reação ante a adversidade, manifesta através da ampliação do número de estabelecimentos. Uma das consequências diretas desse crescimento foi o potencial alcançado pelo setor junto à pauta das exportações do país. Isso se tornou possível em virtude da necessidade interna de não apenas produzir maior quantidade, mas também de diversificar a produção para atender às demandas que ficaram carentes pela redução da importação. Foram produzidos 30 tipos novos de mercadorias, sendo que boa parte vinculada à transformação de alimentos, principalmente carnes e açúcar refinado. Ao final da guerra em 1918, a importância do produto manufaturado nas exportações alcançava a marca de 12%, valor relevante se comparado com o número do ano de 1913, imediatamente anterior ao início do conflito, de modestíssimos 0,9% (CARONE, 1970).

Para melhor compreender isso, deve-se observar que,

o Brasil, após 1917, passou a abastecer a África do Sul e a Argentina de tecidos de algodão, que nunca exportara. Mas essas exportações eram sem importância se comparadas com os dados da produção interna. Vale, no entanto, ressaltar que as exportações desses quatro produtos – açúcar, carne congelada, banha e tecidos –, que no todo, em 1914, eram menos de 2% do total das exportações do país, em 1918 correspondia a 16% (VINHOSA, 1990, p. 136).

Uma questão mais ampla e controversa pode ser relacionada ao motivo da descontinuidade no processo. Apesar do impulso, houve um retrocesso nesse movimento. No prosseguimento da sua narrativa, Vinhosa (1990) termina afirmando que logo após dois anos, o valor já caía para 10%.<sup>160</sup>

Mesmo levando em conta a queda acentuada da indústria no ano de 1914, muito inferior ao ritmo que vinha dos anos anteriores, logo houve um crescimento do setor industrial. Com

---

<sup>160</sup> A indústria brasileira esteve em foco e manifestou crescimento em outros momentos desde a proclamação da República. Iniciando já no governo provisório, a preocupação com o desenvolvimento industrial foi se intensificando e, em correspondência a ele, ocorreu um crescimento no número de estabelecimentos industriais. Edgard Carone (1970) ratifica essa tendência, constatando, todavia, a existência de momentos intermediários de crise, antecedendo outros momentos de expansão. Só para reafirmar, na perspectiva dele, houve três momentos distintos no desenvolvimento industrial, entre 1890 e 1900, entre 1900 e 1914 e entre 1914 e 1929. Nos quais, os anos da guerra aparecem como fundamentais.

os entraves que restringiam a expansão<sup>161</sup>, a produção industrial, em 1920, foi aferida como 60% superior ao ano em que a guerra havia começado (TOPIK, 1987).

Mais claramente, durante o período em questão, houve uma ajuda às indústrias vinculadas à metalurgia. A importância do ferro ficava cada vez mais clara e seu uso mais necessário para medir o desenvolvimento dos países. Assim, em 1918, o governo federal, com fins de fomentar a exploração e o manejo do ferro e do aço, concedeu “isenção de impostos por 25 anos e tarifas de fretes especiais. Ao todo, quatro empresas receberam financiamentos no valor de 13.300 contos” (TOPIK, 1987, p. 174).

Anteriormente, foi visto que houve um impacto negativo sobre o setor exportador brasileiro em virtude da guerra, principalmente sobre o café. O maior consumidor europeu do produto era a Alemanha, e o comércio com esse país fora sustado em virtude da eficiente marinha britânica; que executou, durante a guerra, desde os primeiros dias, um bloqueio marítimo. A situação piorou ainda mais quando, em 1917, a Inglaterra proibiu a entrada de café em todo o Reino Unido, levando o preço do produto à queda ainda maior. Em 1918, sob pretexto do esforço de guerra, os Estados Unidos tomaram decisão no mesmo sentido, acontecimento este de proporções maiores; os norte-americanos já se encontravam na posição de principais consumidores dos produtos brasileiros. A situação só não se mostrou periclitante em virtude da Alemanha ter assinado o armistício pouco depois da notícia do governo de Washington (VINHOSA, 1990).

Durante as complicações da questão do café, representou um alívio o acordo firmado com a França. Quando do rompimento de relações do Brasil com a Alemanha, 46 barcos alemães foram apreendidos em portos brasileiros. Logo a seguir, em dezembro de 1917, o nosso governo arrendou 30 deles ao governo francês. Diante das circunstâncias, a oferta francesa mostrava-se generosa e vinha em momento delicado. Manobrado habilmente, o acordo proporcionou vantagens extras, mais os 110 milhões de francos do frete. Além desse valor, “a França comprometeu-se a fazer aquisição de mercadorias brasileiras até o valor de 100 milhões de francos, além da compra de dois milhões de sacas de café, a preço limitado” (BUENO, 2003, p. 466).

---

<sup>161</sup> Entre os quais estava a dependência da imigração, em virtude da deficiência de formação de uma mão-de-obra qualificada. Ver: CARDOSO et al., 2006a, p. 312.

Esse fato mostra a relevância das relações exteriores na condução da economia brasileira. Durante os anos de 1914 a 1918, ficou evidente o quão determinante era a contexto externo sobre a economia brasileira.

Em virtude do contínuo espaço cedido às potências rivais nos anos anteriores, a Grã-Bretanha teve, na conflagração de 1914 a 1918, a oportunidade para eliminar do seu caminho a competição alemã. A questão da “lista negra” tinha como fundamento melhorar a inserção britânica no Brasil no pós-guerra. O café teria sido apenas o argumento para garantir uma relação estreita com o Brasil, sem os possíveis sobressaltos que a sombra alemã provocaria. Por isso, “by 1918 over 500 ‘enemy firms’ in Brazil had been blacklisted” (ALBERT, 2002, p. 82). A mesma intenção teve o governo norte-americano.

O processo de consolidação econômica deles aqui se deu ao passo que, igualmente de forma coercitiva, impunham a sua própria versão da *Statutory List*, chamada de *American Enemy-Trading List*, fiscalizada pelos cônsules espalhados em território brasileiro. Estavam passíveis de inclusão, quaisquer empresas que negociassem, com súditos inimigos ou aliados dos inimigos, alguma mercadoria produzida nos EUA, que contivesse agregada a si qualquer peça norte-americana, ou que fosse montada nos EUA, independente da origem das matérias-primas.

### **4.3 O INÍCIO DO ANO DE 1917 EM PORTO ALEGRE**

Anteriormente já havia sido mencionada a pouca credibilidade das informações provenientes dos campos de batalha. Comentara-se que, frequentemente, os fatos narrados atendiam mais aos anseios dos leitores por notícias do que o compromisso com a verdade, haja vista que os próprios governos em guerra tinham estabelecido a censura. Apesar desses fatores, nunca se deixou de publicar relatos, sendo que as principais fontes internacionais eram agências como a *Havas* e a *Reuters*. Pois, na sua contínua luta para desmascarar as infames armações dos *Aliados*, o jornal *O Diário* buscou alertar aos leitores contra o engodo a

que eram submetidos pela contínua veiculação de inverdades oriundas do conluio entre agências e governos.

As agências *Havas* e *Reuters* não estão subvencionadas pelos governos de Paris e Londres, e sim debaixo de sua absoluta fiscalização. São dependentes de ambos os governos conquanto finjam não passarem de empresas particulares.

Aproveitando a aparente dificuldade do idioma alemão e calando [...], tudo quanto de notável e honroso ocorria dentro do território da Alemanha, os ingleses e franceses quiseram consolidar, no continente sul-americano, o desconhecimento [...] das coisas do povo alemão. [...]

E, diga-se esta verdade amarga: [...] a Alemanha não prestou a devida atenção a esse trabalho de sapa de seus inimigos irreconciliáveis.

[...].

A diplomacia e os governos de Londres e Paris, especulando indignamente com os sentimentos democráticos dos cidadãos dos países sul-americanos, não só deixam passar às gotas essas informações telegráficas sobre a Alemanha, como também nelas se falava quase sempre do Kaiser [...].

A intenção era apresentá-lo como o mais absoluto e terrível dos autocratas. E também o consciente e digno povo da Alemanha como sendo uma envilecida e submissa turba de escravos desprezíveis, dependendo a toda a hora, dos menores gestos de seu soberano.

Assim resultou que, já de maneira por demais insuportável, nos aturdiram os ouvidos com a cantilena do chamado militarismo alemão, que só existe fora da Alemanha, porque ali ninguém o apalpa e menos o conhece (14 de janeiro de 1917, p. 9).

*O Diário* se empenhara em debelar outro ataque à imagem dos alemães no princípio de 1917. Já se comentou que o navio *Lusitânia* fora afundado e que por causa desse fato a imagem alemã ficou ainda mais arranhada. Para isso, além dos comentários maledicentes de congratulações que teriam sido transmitidos pelas *potências centrais*, também haviam sido cunhadas medalhas comemorativas para celebrar o naufrágio (que na verdade tinham sua origem em ideia do *Foreign Office* britânico). Acontece que essas medalhas começaram a circular por Porto Alegre, em janeiro de 1917. O jornal afirmara que súditos ingleses estariam mostrando algumas delas pelas ruas da cidade, com o intuito de aumentar as prevenções contra os alemães, no entanto, o periódico se empenhara em desfazer o engodo mostrando como as palavras do idioma alemão eram mal selecionadas, em completo desacordo com as convenções verdadeiras do vocabulário alemão (*O DIÁRIO*, 13 de janeiro de 1917, p. 6).

Em consonância com as observações realizadas no capítulo anterior, o ano de 1917 iniciara com *A Federação* mostrando pouca empatia pelos assuntos alemães. Registrava-os exibindo imparcialidade, sem o uso de adjetivações, fossem elas boas ou desabonadoras. Há de se ressaltar que os seus articulistas pareciam querer evitar polêmicas que pudessem comprometer o nome da folha. Todavia, algumas coisas destoavam. Por um lado, ao citar a celebração feita por ocasião do aniversário do *Kaiser* Guilherme II, as palavras empregadas foram moderadas, sem entrar em detalhes sobre a beleza dos preparos, apenas afirmando que



tivera grande concorrência e que casas comerciais ornaram as vitrines (A FEDERAÇÃO, 27 de janeiro de 1917, p. 4). Ao relatar o desempenho das tropas alemãs em dado momento, por outro lado, o jornal empregara como título a frase “As riquezas de que se estão apoderando os alemães na Romênia” (A FEDERAÇÃO, 22 de janeiro de 1917, p. 4). Texto que, por sinal, nada tinha de crítico, mas que atraía o leitor por uma chamada que estava longe de transmitir uma boa intenção.

Igualmente antipática à Alemanha, uma descrição da estada de D. Pedro II na França ocupada ao final da guerra franco-prussiana (aliás, poderia se questionar o objetivo do relato). O texto, em seus detalhes, contava com um diálogo entre a majestade brasileira e um general prussiano pouco compreensivo. Por fim, terminava com a conclusão de que “intelectualmente, D. Pedro II era um filho da França” (A FEDERAÇÃO, 19 de janeiro de 1917, p. 7).

Outrossim, em um momento posterior em que revelava admiração, o jornal fez um comentário a respeito de um livro sobre a guerra, escrito por Gustavo Le Bon. Nele, explicitara que o autor era “um sábio ilustre entre todos aqueles que mantém elevadamente as tradições do pensamento francês” (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1917, capa).

No teor empregado continuava a tendência que vinha sendo desenvolvida. Embora houvesse periódicos mais inflamados pelo contexto da guerra, foi contra esse comportamento velado d’*A Federação* que *O Diário* se insurgiu.

No dia 1º de janeiro, o jornal republicano publicou o artigo do tenente do exército Antonio Praxedes, clamando pela paz. Dias depois, *O Diário* publicou um artigo intitulado “Pacifista Germanóforo” (4 de janeiro de 1917, p. 4). Apesar de saudar o desejo do oficial, o de ver encerrada a violência que até então vinha provocando milhões de mortes, repudiara a sua crítica à moral dos povos germânicos, justamente por considerar que a mesma somente poderia ser fruto de uma mente positivista (logo, para o jornal simpático à Alemanha, pró-França). Por fim, *O Diário* questionou a publicação do artigo do tenente Praxedes, uma vez que muitos indivíduos de origem germânica se orgulhavam de integrar o Partido Republicano, pessoas cuja moralidade ninguém colocaria em dúvida.

Em sua resposta *A Federação* rebateu as críticas. Afirmou que o periódico colega havia distorcido as palavras do tenente Praxedes. Em seguida, afirmou a sua absoluta imparcialidade no conflito mundial, “quando toda a imprensa do país [...] tem manifestado

preferências e simpatias em editoriais, com a responsabilidade dos seus próprios redatores” (4 de janeiro de 1917, capa).

Embora vez por outra emergissem rugas como essa, *O Diário* evitava se colocar em oposição ao governo. Apesar da guerra provocar a elevação dos tons, o diário germanófilo se colocava, preferencialmente, em posição de defesa ao governo, saudando a legitimidade das eleições que reconduziam o PRR ao governo estadual. Ele chegara a defender Borges de Medeiros, negando a pecha de ditadura, colocada sobre a administração do presidente do estado (O DIÁRIO, 6 de março de 1917, capa).

Outro comentário que causara apreensão dizia respeito a uma das medalhas, supostamente cunhadas pela Alemanha após o naufrágio do navio Lusitânia (na verdade, uma falsificação inglesa, como visto no item 3.5). De acordo com *O Diário*, seriam súditos ingleses que estariam a exibi-la pelas ruas da capital gaúcha (fig. 1). Algo que, como o próprio jornal referiu, criava “prevenções injustas contra os alemães e seus descendentes” (21 de janeiro de 1917, p. 6).



Figura 1 – Moeda comemorativa do naufrágio do Lusitânia (O DIÁRIO, 13 de janeiro de 1917, p. 6)

Por seu turno, mesmo diante da postura da maior parte da imprensa, os indivíduos de origem germânica porto-alegrenses procuraram manter a mesma que vinha seguindo. Como

referido anteriormente, houve celebração do aniversário do *Kaiser* alemão. “Grande número de casas de súditos alemães conservou, durante o dia, hasteadas as bandeiras nacional e alemã” (O DIÁRIO, 28 de janeiro de 1917, p. 4). Assim como no ano anterior, houve celebrações religiosas, com enfeites nas casas comerciais.

Diferentemente, a partir de 1917 com maior dificuldade se encontrava alguma nota ou comentário relativo a conferências realizadas sobre a guerra. Lá por agosto, quando o Brasil e a Alemanha se encontravam de relações cortadas, foi possível encontrar uma menção. Um senhor chamado Manoel Fialho Motta, em benefício da Cruz Vermelha dos *Aliados* organizou uma conferência. Este, apresentado como porto-alegrense, teria servido no exército inglês por onze meses. O seu tema de exposição seria a vida nas trincheiras e as atrocidades alemãs nos países invadidos, tema este que ajudou a definir uma imagem de Alemanha (A FEDERAÇÃO, 18 de agosto de 1917, p. 4).

As campanhas de auxílio, no início de 1917, igualmente escassearam. Foi feita a referência a um empréstimo realizado no Brasil à Alemanha, mas sem alusão a montantes levantados no estado do Rio Grande do Sul (A FEDERAÇÃO, 5 de janeiro de 1917, p. 4). O tema recorrente, sobre esse aspecto, passou a ser os belgas.

Chamou a atenção, no entanto, a criação de uma nova legação diplomática. No caso, reafirmando a observada tendência à aproximação que os franceses mostraram desde o ano de 1915. O estado passou a desfrutar de maior consideração francesa, com a elevação do posto existente em Porto Alegre, assumido pelo até então vice-cônsul barão de la Vayssiére, à condição de consulado, com jurisdição em todo o estado (A FEDERAÇÃO, 18 de janeiro de 1917, p. 4).

Com a passagem do tempo, principalmente por causa do bloqueio alemão decretado no final de janeiro, a imagem da Alemanha piorou ainda mais. O transporte para a Europa, de passageiros ou de mercadorias, que já estava escasso, praticamente desapareceu. Na primeira quinzena de março, *A Federação* publicou três artigos protestando contra a falta de transporte. Nos artigos “Quando teremos vapor de passageiros para a Europa?” (2 de março de 1917, p. 5), “A crise dos transportes” (5 de março de 1917, p. 5) e no “O bloqueio alemão e o *Lloyd Brasileiro*” (14 de março de 1917, p. 4), o jornal deixara claro que a situação complexa que prejudicava o tráfico marítimo, advinda com o início da guerra, tornara-se ainda pior em decorrência do bloqueio submarino dos alemães.

O texto sobre a crise dos transportes enfatizara, a despeito das ameaças, que o Brasil não pararia. Buscar-se-ia a regularização do transporte ao máximo possível, principalmente aquele que estivesse voltado ao envio de mercadorias para negociação. Ao término, citara os navios que já haviam partido para a Europa levando sacas de café para seus mercados consumidores. Eram eles: o *Campinas*, em viagem para Marselha e Gênova; o *Monte Rosa*, em viagem para Gênova; e o *Paraná*, em viagem para o Havre; todos com destinos para portos inimigos da Alemanha. O último deles seria o protagonista de um final trágico e o estopim de uma onda de protestos que resultaria em complicações diplomáticas. Enfim, era o presságio do drama que se avizinhava.

Aliás, o último desses artigos também poderia ser enquadrado na mesma categoria. Nele estava escrito que a empresa brasileira de navegação *Lloyd* mandara “declarar ao seu pessoal que lhes garante a vida, assegurando, além disso, um ano de vencimento a toda a tripulação que entrar e sair da zona bloqueada pelos submarinos, sem haver sofrido acidente”. A última frase do artigo dizia que a medida causara boa impressão. De tão boa, o tráfego foi intensificado. Assim, aumentava a probabilidade de acontecer algum infortúnio.

Foi exatamente isso que *O Diário* vaticinou. Possuindo uma moderníssima frota submarina, sem comparação, o jornal afirmara que seria absurdo que a Alemanha não a usasse como alternativa ao bloqueio que fora colocado em prática pela Inglaterra. Dito assim, ainda segundo *O Diário*, somente aqueles que não possuíssem as mesmas condições materiais da Alemanha lhe negariam o direito de proceder como vinha fazendo. Como ela vinha avisando as embarcações a serem abordadas e afundadas por seus submarinos, nada haveria de descortês, levando em consideração os objetivos reais de uma guerra. Aos neutros, por outro lado, ficava bem clara a mensagem. Quase um mau augúrio. Caberia apenas a “dignidade do retraimento, ou arrostar, então, com a consequência dos seus caprichos” (O DIÁRIO, 10 de março de 1917, capa).

Não encerrando por aí os comentários a respeito do assunto, continuou a tratar dele em outra oportunidade. Sobre as dificuldades marítimas impostas pela conflagração, parecia mais ponderado aceitar o malogro natural do comércio, pois, os possíveis prejuízos seriam incomparavelmente maiores do que qualquer ganho obtido sob tremendo risco. Logo, não via com bons olhos as premiações prometidas pelas companhias de navegação, contra as quais o jornal pediu a intervenção do governo. Mais do que isso, ao referir o Presidente da República, ficara um aviso:

A responsabilidade moral das mortes dos que ficarem perdidos nos mares longínquos, sacrificados à ganância dos armadores, caberá ao senhor Wenceslau. E se, no final da guerra, os torpedos e as minas tiverem desfalcado tanto a nossa frota mercante, que não tenhamos navios para o serviço de navegação costeira, o atual Presidente da República ficará acorrentado à história, como o dócil instrumento da astúcia do estrangeiro, que nos obrigou a destruir pelas próprias mãos [...] a nacionalização da cabotagem (O DIÁRIO, 23 de março de 1917, capa).

Tratava-se de um texto delicado. Há de se levar em consideração que a opinião estava, crescentemente, contra a Alemanha em função do bloqueio submarino. Ante tais circunstâncias, *O Diário* não apenas aconselhava aceitar as perdas como algo natural da guerra, como advertia que a ação em sentido contrário atenderia aos reais inimigos do Brasil, que queriam provocar o aumento da dependência externa. No caso, não percebendo o dilema, seria o presidente um tolo manipulável.

Poucos dias depois, a gravidade dessas e de outras palavras proferidas seria cobrada de maneira cara. A severidade das imprecisões d'*O Diário* cairia abruptamente e as palavras passariam para um tom brando, embora de nada mais adiantasse.

Mesmo importante, o assunto em questão fora colocado um tanto à margem, depois de um rápido período de tempo. Uma questão de interesse político regional se interpôs e passou a sensibilizar mais as pautas jornalísticas.

A despeito dos comentários realizados nas páginas d'*A Federação*, os inimigos do PRR persistiram na estratégia de detratá-lo mediante comparação deste com a estrutura de poder do império alemão. As acusações costumavam se fundamentar mediante comparação entre as iniciativas do governo com as práticas adotadas naquele país europeu. De fato, o órgão republicano evitava tecer comentários sobre a guerra, mas por ocasião do Congresso Federalista que estava para ser realizado no final do mês de março de 1917, o governo deu margem para comentários. Embora não tecesse elogios à Alemanha, criticara a incapacidade dos países *Aliados* em conseguir uma vitória maiúscula que pudesse por termo ao conflito pelo fato de serem parlamentares. Essa crítica à França e à Inglaterra poderia ser manipulada para dar origem a comentários maledicentes.

A tradicional defesa do parlamentarismo<sup>162</sup> feita pelo partido opositor foi desdenhosamente atacada pelos republicanos através do editorial de *A Federação*. Nesses ataques, o órgão oficial do governo explicou que:

um governo, para o organismo político e social, é a reação ordenada do conjunto sobre as partes. O parlamentarismo é a reação desordenada das partes sobre o conjunto. Os governos parlamentares, sob esse aspecto são um contrassenso. Os governos de gabinete ministerial, tão de molde do regime parlamentar, [...] falham quando sua ação é mais precisa [...] (A FEDERAÇÃO, 22 de março de 1917, capa).

Ao aprofundar os argumentos das críticas realizadas, o periódico, fez uso de exemplos do imobilismo dos governos francês na luta contra a Alemanha, para assim ilustrar a inoperância e a incompetência dos governos parlamentares na prática. Assim ele segue:

a França tem, por vezes, alterado a sua organização ministerial desde que estalou a guerra. [...].  
O novo gabinete constitui-se sob a presidência de Ribot, mas a liberdade de ação outorgada ao presidente do poder executivo para interpretar as decisões que melhor atendem à defesa nacional, é um gesto frisante que desmente o parlamentarismo e acode bem alto em favor do presidencialismo.  
Aliás, o parlamentarismo sempre foi um mito (A FEDERAÇÃO, 22 de março de 1917, p. 1).<sup>163</sup>

Para arrematar, e de forma contundente desmerecer o sistema parlamentar, justificando a sua impraticabilidade, vem o golpe derradeiro ao citar a Inglaterra, a grande referência mundial da enganosa superioridade política da civilização europeia e que já havia servido de inspiração para o período imperial brasileiro: “Mas, onde o fenômeno culmina como solene desmentido à forma de governo parlamentar, essa quimera que os federalistas riograndenses aspiram para o Brasil, é justamente na terra tradicional do parlamentarismo, na própria Inglaterra” (A FEDERAÇÃO, 22 de março de 1917, p. 1). Essa referência ocorreu em decorrência da mudança do gabinete Asquith<sup>164</sup> pela perda da confiança da coroa em um momento de tamanha crise, como foi a Primeira Guerra, o que só viria a minimizar a eficiência de medidas políticas que deveriam ocorrer em regime de urgência.

---

<sup>162</sup> Desde o princípio, o PRR se apresentou como único partido verdadeiramente republicano, enquanto os seus adversários, cuja coesão também girava em torno da memória de Silveira Martins, eram vistos como arrivistas e monarquistas. Além do que, no ideário federalista constava o desejo de ampliar o poder de intervenção do poder federal nos assuntos dos estados – algo que certamente minaria a posição hegemônica do governo no poder (FRANCO, 2007, p. 145). Como a orientação do PRR tomava por base o referencial teórico positivista, somente em si residia a perspectiva de verdadeiro progresso. Ao parlamentarismo, uma herança do desenvolvimento histórico do liberalismo – visto como uma força negativa que conduz à desagregação (PINTO, 1986, p. 25). Enquanto no liberalismo o interesse maior seria a manutenção do equilíbrio dos interesses, aos positivistas era mais cara a regeneração moral da sociedade (RODRÍGUEZ, 2007).

<sup>163</sup> A França teve cinco Primeiros-Ministros durante a Primeira Guerra. Alexandre Ribot havia estado no cargo meses antes da *Grande Guerra* iniciar e reassumiu o cargo entre março e setembro de 1917.

<sup>164</sup> Herbert Henry Asquith fora Primeiro-Ministro britânico entre 1908 e 1916, quando a queda de sua popularidade fez com que fosse substituído pelo então Ministro das Finanças, David Lloyd George, que liderou até o final da guerra.

Como seria de se supor, do lado federalista a resposta veio sob forma de confirmação em relação àquilo que já se pensava do governo. Referindo-se ao governo, Jorge Pinto, o único deputado opositor na Assembleia Estadual na legislatura que se encerrara em 1916, disse que o comportamento dos republicanos era previsível para uma ditadura que havia mais de vinte anos oprimia os gaúchos. Também afirmou que as palavras expressas no programa do Partido Federalista eram “um hino de guerra à autocracia, de guerra ao despotismo” (O DIÁRIO, 24 de março de 1917, p. 5). Sobre as semelhanças com outras autocracias nada fora mencionado, mas alusões anteriores haviam sido feitas, e novas também seriam após aquela data.

Esse assunto não teria muito tempo para centralizar as atenções no debate político. Logo, um outro fato se interporia, atraindo os comentários políticos. Em 2 de abril, o editorial de *A Federação* noticiara que a residência do Presidente Borges de Medeiros fora invadida. Tendo o *Correio do Povo* tratado o episódio como mera tentativa de assalto, o jornal oficial se levantou contra aqueles que pretendiam tapar o sol com a peneira negando o que seria um atentado à vida. Por algum tempo, esse assunto dominou a atenção, sendo tratado pelo jornal do governo como uma séria ameaça à ordem pública, narrando os passos da investigação. Apesar disso, novo assunto tomou conta da cidade, não apenas da cidade, mas de todo o Brasil: o afundamento de um navio brasileiro que violara as delimitações estabelecidas pelo bloqueio alemão.

Oportunamente, poucos dias antes, o Ministro da Guerra – general Caetano de Faria – tivera publicada uma entrevista sua sobre a lei do serviço militar. Repercutindo em parte a popularidade das palestras nacionais realizadas por Bilac, o general dissera que, mesmo havendo defeitos inegáveis, em virtude da lei, havia crescido o número de integrantes das linhas de tiro em todo o país. Feito tão empolgante que, o ministro sonhava já com “a militarização de todos os brasileiros” (A FEDERAÇÃO, 4 de abril de 1917, p. 5). Para ele, seria a oportunidade ideal para nacionalizar muitos brasileiros descendentes de imigrantes que desconheciam o idioma do país. Ainda não sabia ele que, logo haveria motivo para seguir na sua obstinada missão.

A notícia do naufrágio pegou de surpresa a empresa *Lloyd* que, de tão empolgada, pretendia inaugurar uma nova linha de vapores. Com destino a Liverpool, a companhia brasileira até pretendia estabelecer escalas em Marselha e em Leixões (em Portugal).

#### **4.4 O NAUFRÁGIO DO PARANÁ E OS DISTÚRBIOS EM PORTO ALEGRE**

No dia 8 de abril, chegou por telegrama uma informação que, fatalmente, acabaria sendo anunciada. Era um dia de domingo e, neste dia, muitos dos jornais porto-alegrenses não produziam suas edições. Ao contrário, *O Diário* publicava e, assim sendo, teve a oportunidade de informar, antes da maioria dos seus colegas, um fato chocante, mas que para ele era esperado. No dia 6 de abril o comandante do navio mercante *Paraná* conseguiu telegrafar de Cherbourg (na França) para a *Companhia de Comércio e Navegação*, no Rio de Janeiro. Pelo comunicado, avisou que a sua embarcação fora afundada, à meia noite do dia 4, enquanto atravessava as águas territoriais francesas, perto do Havre, como era esperado (O DIÁRIO, 8 de abril de 1917, capa). Parte da tripulação estava ferida e três membros dela mortos. Ironicamente, a informação do naufrágio chegara ao Brasil no mesmo dia em que os Estados Unidos declaravam guerra à Alemanha.

Alias, o periódico pró-Alemanha, nessa mesma edição, mostrava convicção de que, desde o momento em que a entrada da potência norte-americana se tornou eminente, diretamente proporcional era a expectativa de que o Brasil também fizesse a mesma coisa. Ainda sobre os Estados Unidos, o referido órgão via na distância transatlântica um empecilho para a ajuda do país americano, mas, dada sua potência militar, a participação deveria ser marcada pela independência em relação aos *Aliados*, como de fato foi. Para o Brasil, no entanto, dadas as precariedades materiais e econômicas, no caso de uma participação militar ele previa um papel melancólico, a reboque das grandes decisões, equivalente ao “papel que a Inglaterra reservou para Portugal” (O DIÁRIO, 8 de abril de 1917, p. 7).

Entre outras coisas, tendo o Brasil uma farta costa e sendo produtor agrícola, seríamos alvo dos desmandos ingleses que, uma vez desembarcados aqui sob o manto protetor da aliança militar, levaria o Brasil a um passo perigoso em direção à submissão. Apesar de mostrar razão em determinados aspectos do raciocínio, a prédica feita não foi capaz de serenar os ânimos, plenos de desejo de retaliação e de ódio contra a Alemanha.



No dia 9, o controverso Carlos Cavaco teria tomado a iniciativa de fazer um comício patriótico, mas, antes que desse início ao seu plano fora convidado a conversar com Chefe de Polícia. A iniciativa dele e de qualquer outro, de fazer manifestações públicas sobre a guerra, estavam proibidas (SILVA JÚNIOR, 2004b).

No dia 10 de abril, notícias telegráficas de Florianópolis chegavam a Porto Alegre. Elas davam conta de uma série de informações falsas que estavam sendo publicadas no Rio de Janeiro sobre a capital catarinense e que, agora, estavam sendo oficialmente desmentidas. Falava-se em manifestações de felicitação ao naufrágio do *Paraná*, de envio de armas e munições através do porto da cidade para a Alemanha. Negando as informações, as notícias do governo catarinense afirmavam que qualquer manifestação pública estava proibida.

Ponderando que afundamentos de navios neutros já haviam ocorrido, com navios de outras nacionalidades sem que os mesmos resultassem em ruptura de relações, *O Diário* tentou levar ao público a percepção de que a serenidade era fundamental no momento. O governo brasileiro ainda não havia se manifestado. De acordo com aquilo que fora escrito, ele deveria lançar mão de todos os recursos possíveis antes de pensar em declarar guerra, ato este, aliás, considerado incompatível com o acontecimento (10 de abril de 1917, capa).

Esse, ao mesmo tempo, foi o último apelo que *O Diário* teve a oportunidade de fazer. Ao fim e ao cabo, restou-lhe apenas a chance de narrar o fervilhar dos ânimos que, num crescendo, desembocou em mais e novas manifestações populares, até a explosão de humores que se seguiu.

Essa explosão de humores, materializada em uma série de hostilidades caracterizada pela violência, necessita ser ponderada. Hannah Arendt (1994) em sua análise, *Sobre a violência*, sustenta que poder e autoridade se equacionam para explicar a violência, que está intimamente ligada a eles, mas que não está em uma relação direta e unidirecional, isto é, poder e autoridade não resultam necessariamente em violência. Para ela, os dois primeiros precisam ser reconhecidos pelos demais integrantes de um meio social para ter as suas existências confirmadas e são fins em si mesmos (se bastam). Enquanto, por outro lado, a violência é um instrumento disponível para alcançar um fim e que em algum momento pode ser evocado por motivação de poder, para obtê-lo ou retirá-lo de alguém.

Em se tratando dos acontecimentos de Porto Alegre, a violência ocorreu sob forma de destruição. Elias Canetti (1995) afirma que a destruição de grandes estruturas sólidas obedece

ao desejo de ver a eliminação de alguma forma de hierarquia, que por ventura encontrou uma forma de expressão através de construções. Contra a existência da hierarquia se investe, atacando os elementos que a identificam, portanto, os prédios e monumentos construídos. Sendo prédios, a destruição das janelas e portas serve para eliminar o espaço de proteção que separa os inimigos da massa.<sup>165</sup> A permanência delas diante da massa evidenciaria que ainda existiria margem de segurança para o inimigo, por mais acossado que viesse a ficar, para tramar os seus planos. Eliminando as fronteiras que separariam os contendores, restaria, ao inimigo, apenas, a possibilidade de se juntar à massa ou de ser tomado por ela à força.

Posto que, em Porto Alegre a indústria e o comércio obtiveram um grau elevado de desenvolvimento mediante o envolvimento decisivo da comunidade germânica empresarial na economia, estes eram, evidentemente, bastante visados. De fato, a destruição atingiu seu maior pico sobre os prédios que simbolizavam as maiores expressões daquela comunidade, no caso, eliminados irrevogavelmente pelo fogo, costumeiramente destinado aos elementos mais importantes daquilo que se pretende destruir.

Também não se deve perder de vista uma noção de todo um arcabouço conceitual que vinha sendo veiculado havia décadas. De acordo com Peter Gay, havia três grandes máximas justificadoras do ódio e da violência.

A primeira, a concorrência, originou-se em uma moderna teoria biológica e chegou a permear a vida econômica, política, literária e até mesmo privada das décadas vitorianas; a segunda, a construção do Outro conveniente, era uma composição de “descobertas” pseudocientíficas relativamente recentes e dos habituais e agradáveis preconceitos; a terceira, o culto da masculinidade, era uma adaptação no século XIX do ideal aristocrático da bravura. Por variado que fosse esse cardápio de autojustificativas, todas elas forneciam identificações coletivas, servindo como gestos de integração e, com isso, de exclusão (GAY, 2001, p. 43).

Essas ideias encontraram vasto espaço para serem difundidas através dos periódicos. Esses cumprem a função de vulgarizar o conhecimento produzido, e até o conhecimento duvidoso, popularizando-o.

---

<sup>165</sup> Por massa, o autor define uma coletividade sempre em expansão, na qual os integrantes inseridos nesse ajuntamento de grande densidade se veem como iguais, mas que também necessita de uma direção externa à qual se dirigir, reforçando o sentimento de igualdade existente através de metas idênticas a todos os integrantes dela (CANETTI, 1995). Nessa mesma direção, vai o pensamento de Georg Simmel (2006), que crê existir na massa um comportamento padronizado, pelo fato de predominarem nela os princípios básicos mais simples. Influenciado pelas ciências biológicas, o sociólogo alemão acreditava que, da mesma maneira que os seres vivos mais simples são os mais resistentes e que sobrevivem mais facilmente às transformações do meio, as ideias passariam pelo mesmo processo. As ideias mais rústicas seriam aquelas que se fixariam mais profundamente na mente dos indivíduos, atravessando as gerações, sendo assim mais difíceis de serem eliminadas, portanto dariam através da rusticidade o caráter de unicidade à massa.

Quanto aos motivos práticos justificadores das hostilidades, eles somente poderiam ser encontrados tendo em vista a consideração de diferentes fatores em conjunto. Um somatório de novos e antigos rancores que dessem sentido maior ao argumento do “perigo alemão”, uma vez que a crença neste corria, com maior ou menos intensidade, havia bastante tempo. Questionar a existência de tal perigo, após abril de 1917, começou a ser visto como um motivo para desconfianças. Em alguma medida, minimizar os riscos de ataque alemão ou defender os indivíduos de origem germânica poderia ocasionar dúvidas sobre o patriotismo do indivíduo. Por mais que elas tenham se intensificado em função do lamentável naufrágio, o rancor direcionado aos alemães e seus descendentes pode ser relacionado a fatores que vinham se acumulando com o passar do tempo.

A descrição feita por Achylles Porto Alegre (1994) da cidade contemporânea do início do século XX que leva o seu nome, transmite ao leitor uma sensação desconfortável, que é um misto de desencanto e inconformismo, através daquele tom melancólico de quem esperava um outro desenrolar de acontecimentos. Há uma reversão de expectativa, quando comparado às lembranças saudosas de uma cidade bucólica. A nova cidade, grande como se tornara, industrial, plural e cosmopolita, divergia intensamente daquela lembrança idílica guardada de décadas passadas. A modernidade trouxera consigo a imigração, a indústria, a diversificação do trabalho, a variedade de idiomas, os assaltos, as greves, o barulho.

Os apontamentos feitos por esse escritor estimulam a imaginação de modo a que se possa supor a manifestação de um certo romantismo anticapitalista da parte de alguns indivíduos. Desvinculado de qualquer concepção revolucionária, ou mesmo esquerdista, mas no sentido de ser a simples verbalização da insatisfação humana diante da desagregação dos tradicionais laços comunitários que existiam entre os indivíduos que se relacionavam em função de uma rotina, abandonada em função de uma lógica impessoal, marcada pelo relógio e medida por relações de classe (LÖWY, 2008). Nesse caso, o imigrante de origem germânica e sua descendência possuíram um papel de destaque nos dois extremos dessa relação de classe, tanto como patrões quanto como empregados (visto nos capítulos 1 e 2). É viável, portanto, supor que os indivíduos de origem germânica pudessem, até mesmo, de uma maneira não refletida, ser considerados responsáveis pelos novos problemas que advieram com o crescimento urbano. Para essa tendência contribuíram as ocorrências policiais de imigrantes, que entre os alemães sempre tiveram recorrentes os casos de embriaguez e desordem (até o início da guerra).

Imagem que, de acordo com Boris Fausto (1983), encontrava correspondência naqueles do estado de São Paulo, no qual os imigrantes, que também vieram em grande quantidade, passaram a ser vistos como “classe perigosa”. Levando em consideração que as informações já circulavam com maior intensidade naquele período, graças ao desenvolvimento do telégrafo, e ao aumento do fluxo de pessoas com a intensificação das relações econômicas, essas impressões poderiam ser alimentadas, haja vista que naquele estado do sudeste a imagem do imigrante como agente da desordem se fortaleceu (SILVA, 1983).

Em virtude da distinção obtida pelo prestígio econômico, seria difícil conceber os grandes industriais e comerciantes, membros distintos da *Sociedade Germânia*, como desordeiros. Há de se considerar, todavia, que a conjuntura do período produzira a perda de poder aquisitivo do trabalhador de Porto Alegre e do estado (QUEIRÓS, 2000). Os problemas em conjunto produziram emissão monetária, o súbito interesse na exportação de alimentos e inflação, fatores que em seu conjunto foram danosos às camadas mais suscetíveis a mudanças. Levando em consideração que as maiores agências comerciais do Rio Grande do Sul estavam em mãos de teuto-brasileiros (ROCHE, 1969), é presumível que esses ricos senhores fossem vistos como culpados pelas mazelas sociais, e não apenas como supostos representantes de um complô mundial sob a liderança da Alemanha. Tanto que, posteriormente, nesse mesmo ano, quando a classe trabalhadora realizaria a greve geral, os patrões teuto-brasileiros receberiam um desprezo particular (SILVA JÚNIOR, 1996).

No dia 11 de abril, *A Federação* fez o anúncio do recebimento de telegrama do governo federal dizendo que as relações do Brasil com a Alemanha estava cortadas. O artigo enfatizou o quanto o governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores, empenhou-se para a manutenção das boas relações entre os dois países. Com respeito, e para o bem da continuidade delas, foi que Lauro Müller teria enviado a nota advertindo que o Brasil, como país independente e amigo da Alemanha, não poderia aceitar o bloqueio imposto no início deste ano de 1917. Portanto, a conduta alemã se mostrara uma afronta, justamente porque a agressão ocorrera contra um país solidário, que sempre prezara a posição de neutralidade adotada desde agosto de 1914.

Às vinte e uma horas, ainda desse dia, as autoridades liberaram as manifestações populares. Logo, começaram os primeiros comícios na cidade. Inicialmente de forma tênue, os protestos se estenderam até o dia 14, aumentando a intensidade das críticas. Se a princípio havia recriminações à atitude alemã, mas, atentando-se para a permanência da serenidade, no final,

como lembra Adhemar da Silva Júnior (2004b), os alemães e seus descendentes não tinham cara nem sentimento e, segundo alguns oradores, sequer humanidade.

Naquele *meeting*, Carlos Cavaco falara longamente sobre o torpedeamento, acusando os seus responsáveis, contudo, ao encerrar o seu pronunciamento aconselhou o povo que mantivesse a calma. Explicara que os filhos da Alemanha aqui residentes eram nossos hóspedes. Após outros discursos que sucederam ao do polêmico tribuno, houve algumas paradas, à frente das redações de jornais até a chegada na casa do presidente do estado. Aplaudido efusivamente ao sair na janela, Borges de Medeiros esperou o silêncio da multidão e proferiu algumas palavras. Inicialmente, disse que a conflagração não era uma guerra entre raças ou nações. Indo direto ao ponto, afirmou se tratar da luta do militarismo contra os nobres ideais da civilização, dos quais a Alemanha fora uma das mais belas representantes, mas, que infelizmente, o egoísmo a fez abandonar esse caminho de prosperidade. Como o primeiro orador, ele rogou ao povo que mantivesse a ordem e a conduta diante daqueles que tinham sido derrotados no conceito de todos. Seguindo o préstito, o *meeting* passou em revista os consulados dos países amigos, como os da Argentina, da Itália, da Inglaterra, da França e de Portugal, nesta ordem. Ao findar a movimentação à frente do café *Colombo*, aqueles que adentraram o recinto entoaram o hino nacional brasileiro e, em seguida, a *Marselhesa* (A FEDERAÇÃO, 12 de abril de 1917, p. 5).

A função social do hino foi mostrada com a Revolução Francesa, importante na garantia da coesão, ainda mais em um contexto de substituição de valores ultrapassados por outros novos. Normalmente, o hino de um país transcende as próprias instituições políticas em nome da nação, mas a *Marselhesa*, guindada ao panteão francês (OLIVEIRA, 1989), juntamente com a bandeira tricolor, parecia estar além. Ícone de um tempo em que a monarquia absolutista ruíra, mais do que a nação francesa, o hino francês atravessara os séculos. Ainda no começo do século XX, ele era a lembrança evocada daqueles que desejavam falar em liberdade, igualdade e fraternidade, independente do significado destas palavras estarem mais à esquerda ou à direita (RAMOS, 2006). Sua importância como veículo de expressão política dos indivíduos foi tamanha que serviu de referência para outros hinos que foram criados posteriormente, como a *Internacional*, que serviu de referência para a classe trabalhadora, dando para ela uma expressão própria que passara a dispensar a utilização da *Marselhesa* (HAGEMEYER, 2008).

O peso histórico das lembranças de antigos ideais republicanos, que emergiam juntamente com o hino francês, ajudaria a justificar o seu toque em Porto Alegre. Há de se recordar que a irmandade “latina”, propalada e reforçada nos últimos anos, também deve ter contribuído para cimentar a ligação afetiva com a França. Afinal, o ato de tocar a *Marselhesa* em *meetings* e em reuniões realizadas em Porto Alegre foi repetido em diversas oportunidades.

No dia 12 de abril, *A Federação* buscou dissipar qualquer interpretação equivocada que pudesse pairar sobre os membros do seu partido. Ao que parece, um periódico – não citado – insinuara que os filhos de Alberto Bins haviam sido registrados junto ao consulado alemão. Informação rapidamente desmentida. Em seguida, o jornal defendeu o seu ilustre deputado estadual, ao afirmar que:

sobejas provas tem dado aquele nosso amigo, de amor ao seu torrão natal, nosso país, e, onde também constituiu família e nasceram seus filhos. Além disso, quando foi do alistamento militar, o major Bins que é adiantado industrial, tendo recebido uma das listas distribuídas pelo Quartel General da VII Região, nela incluiu não só os seus filhos, como todos os empregados que estavam nas condições exigidas para o serviço militar (p. 4).

Mediante a iniciativa acima exposta, fica claro que a origem do major deputado Alberto Bins não afetaria seu senso de lealdade à terra brasileira. Talvez não se pretendesse afirmar que o sentimento pátrio possuísse relação com o seu pertencimento ao quadro do Partido Republicano Riograndense, mas, por certo, absolvía o partido de possíveis ataques a serem feitos à sua imagem. A partir desse propósito adquire uma significação a informação que também foi dada nesse exemplar do jornal. Ao fazer referência ao colega *O Diário*, procurou-se evidenciar a exoneração pedida pelo seu revisor, Isolino Leal, que era correligionário do PRR (*A FEDERAÇÃO*, 12 de abril de 1917, p. 4).

Nesse momento, *O Diário* adotara uma posição defensiva, como bem lembra Adhemar da Silva Júnior (2004b, p. 92). Evitando qualquer tipo de discordância com os termos adotados, foi categórico em afirmar a origem brasileira da folha, além de dizer aceitar “alegremente a situação criada pela recente decisão do nosso governo” (12 de abril de 1917, capa). Mais do que isso, afirmava que “antes de tudo, acima de tudo, estão os nossos sentimentos patrióticos, está a nossa qualidade de filhos deste país” (12 de abril de 1917, capa).

Agora, infelizmente, era tarde demais. Esse jornal era considerado irremediavelmente desquitado dos interesses populares. Como de hábito nas manifestações populares realizadas

durante o caso do *Paraná*, a massa costumava se dirigir à frente dos jornais mais respeitados para saudá-los. *O Diário*, apesar do seu porte, equivalente ao de outros grandes, não estava entre eles (SILVA JÚNIOR, 2004b).

As manifestações se repetiram de maneira igual às do dia anterior. Começaram quando cerca de cem populares se dirigiram à sede do Tiro n.º 4, que estava recebendo em seu espaço uma comissão de membros do Tiro n.º 318 (também de Porto Alegre) para preparar um comício a ser realizado nos próximos dias. Nesse momento, os presentes saudaram o Tiro n.º 4. Sobre o ocorrido, é interessante evidenciar que a existência de grande número de teuto-brasileiros entre os seus integrantes não obstou a reverência, o que leva a que se pondere que o respeito desfrutado pelas instituições militares estava tão em voga que eximia de dúvidas os seus integrantes.

Em seguida, após ter sido percorrido o circuito, mais uma vez a concentração se dissipou à frente do café *Colombo*. Adentrando o recinto, por lá ficaram alguns dos manifestantes, que contaram com a presença do Chefe de Polícia, que pediu que mantivessem a moderação que até então vinham demonstrando (O DIÁRIO, 13 de abril de 1917, p. 2).

Uma coisa, no entanto, poderia minar a situação. *A Federação*, ao narrar os acontecimentos desse dia 12, mencionou que havia calma, “apesar, porém, de certos boatos extravagantes espalhados pela cidade” (13 de abril de 1917, p. 5). O texto não especificara quais seriam os boatos, mas em geral eram suspeitas de ajuda à Alemanha sob alguma forma. Um exemplo é relatado pelo alemão Hugo Grothe, que em suas memórias lembrara do período em que esteve em Porto Alegre, durante a década de 1930. A ele fora dito que durante a guerra se desconfiava que as obras de construção do Hospital Alemão<sup>166</sup>, em região alta cuja visão era de longo alcance, havia instalações secretas de rádio em contato com os navios de guerra alemães para informar a movimentação de tropas (FRANCO; NOAL FILHO, 2004, p. 223).

Via de regra, o boato apresenta como característica o fato de não possuir argumentos que respaldem a sua veracidade. Tão problemático quanto isso é o fato dele se vincular a assuntos negativos, o que pode fomentar distúrbios em caso de contextos de instabilidade. Até porque os “boatos”, propriamente ditos, costumam ter uma abrangência maior, atingindo meios sociais extensos (RENARD, 2007). Ainda conforme Jean-Bruno Renard, os boatos

---

<sup>166</sup> Atual Hospital Moinhos de Vento.

carregam uma mensagem moral que alerta para a negatividade de determinadas práticas, sendo “frequentemente conservadora, talvez até xenófoba” (2007, p. 99), o que os torna ainda mais perigosos para a manutenção da estabilidade da ordem.

Aliás, a respeito de boatos, *A Federação* se manifestou no propósito de desmentir um deles. O periódico publicara que o correspondente em Porto Alegre do jornal carioca *A Noite* telegrafara uma notícia injuriosa contra o governo gaúcho quando afirmou que o comitê central dos atiradores alemães, existente no Rio Grande do Sul, contava com o presidente Borges de Medeiros como seu protetor, que os clubes de tiro alemães se estendiam por todo o estado e que até bandeira própria possuíam (14 de abril de 1914, capa).

Outra informação, que em nada ajudou para serenar os ânimos, foi a da expulsão de um aluno do colégio São Vicente de Paulo, em Porto Alegre, pelo fato de ser “de cor” (*A FEDERAÇÃO*, 14 de abril de 1914, capa). O pai do estudante, cuja resposta foi publicada no jornal, teria afirmado que se arrependia da escolha feita naquilo que tangia ao ambiente de formação que introduziria o seu filho no meio social, pois o havia deixado sob os cuidados de “estrangeiros ávidos de ouro e, por ventura, missionários das ruins paixões que ora convulsionam o mundo”, e que os mesmos sacerdotes desrespeitavam a Constituição brasileira com o seu desaforo.

Contudo, as notícias veiculadas deram conta de que na noite anterior, apesar das manifestações, não havia ocorrido passeata como nas noites precedentes, sendo maior a calma. Outrossim, houve a reunião dos acadêmicos nas suas respectivas sedes de cursos. No mais, apenas ficara decidido, seguindo a recomendação do Ministério da Guerra e decisão do comandante da região militar, que o anunciado comício dos tiros de guerra não deveria ser realizado, assim como deveria ser vedada a participação dos seus membros em outras manifestações populares.

O dia 13 de abril, portanto, foi aquele marcado pela calma. No entanto, não encontraria parâmetro no dia seguinte. As informações “inflamáveis” veiculadas no dia seguinte fizeram com que as manifestações se desgovernassem, saindo da sobriedade que até então tinha conseguido se manter.

Durante a noite de sábado, 14 de abril, começaram os distúrbios. A proporção foi de tal monta que a necessidade de reforços pegou a polícia desprevenida. Como resultado, é eloquente a última publicação saída da gráfica que publicava *O Diário*.



A nossa atitude, francamente, exclusivamente brasileira não foi compreendida por alguns de nossos patrícios.  
Não queremos, nesta hora difícil para a nossa Pátria, dar margem a irritações de qualquer espécie, à reprodução de fatos que nos entristecem profundamente (15 de abril de 1917, capa).

De acordo com uma fonte que manifestava completo desprezo por aquela folha, havia outros motivos, mais pontuais, para o desagravo realizado. Afirma *A Noite* que os redatores d'*O Diário* compareceram ao embarque do cônsul alemão, o que era considerado extremo desaforo. Afora isso:

sua extremada conduta em prol dos interesses alemães, seu longo serviço de informação das coisas alemãs e sua endeusagem aos adeptos da barbárie, definiam [...] suas qualidades de folha tedesca.  
Este estado de coisas, agravado pelo torpedeamento do Paraná – que *O Diário* qualificou de naufrágio – e mais a atitude arrogante de um de seus redatores [...] fez com que o povo ferido na sua dignidade se dirigisse, no sábado último à redação daquela folha (*A NOITE*, 16 de abril de 1917, capa, ABM).

Depois da retomada dos comícios, um grupo que havia se dispersado na frente do café *Colombo* se dirigiu à frente do prédio daquele jornal, não para saudá-lo. De fato, o grupo não chegou a empastelá-lo, mas apedrejaram-no, quebrando as suas vidraças, arrancaram a placa do estabelecimento e tomando a bandeira do Brasil que lhe enfeitava a frente (SILVA JÚNIOR, 2004b).

No domingo, a situação se agravou. Como bem lembra Adhemar da Silva Júnior, o fato dos jornais grandes não circularem nesse dia talvez tenha ajudado a fomentar novos boatos. Entre os quais, o autor cita três. O suposto ato de rasgar a bandeira nacional, perpetrado no interior do *Turnerbund*, que fica no bairro São João. A suposta morte de dois alemães no bairro São João por desrespeitarem a bandeira nacional. A suposta morte de um brasileiro por alemães no bairro São João (2004b, p. 93).

A eles se somaram outros, encontrados nas polêmicas páginas do jornal porto-alegrense, anti-alemão e de proprietários com relações de afinidade com o partido federalista (RÜDIGER, 1998, 59), *A Noite*. Dizia ele que na sede da *Sociedade Germânia* se realizavam reuniões noturnas e que nele se guardava grande quantidade de armamentos, local em que inclusive teria se realizado uma celebração. “Naquele ninho de *boches* se comemorou num baile assassino, o bárbaro, desumano e covarde, torpedeamento do vapor *Paraná*” (16 de abril de 1917, p. 3). Outra preciosa informação transmitida aos leitores era de que as bandeiras do Divino Espírito Santo, que percorriam a cidade para pedir contribuições para a festa que seria realizada, eram excessivamente mal recebidas nas casas alemãs. Teria uma senhora dito que

há “Deus no céu e alemão na terra” (16 de abril de 1917, p. 4). O mais interessante boato, entretanto, era o da ocorrência de um novo atentado à vida do presidente Borges de Medeiros, feito por alemães, porque pretendiam levar o estado ao caos através da disputa eleitoral entre os candidatos, para daí colocarem os alemães em prática o plano de dominar o Rio Grande do Sul. Terminado, afirmou, “não há dúvida, são eles, os lambotes, que atentam contra a vida do presidente” (16 de abril de 1917, p. 4).

Realmente, a situação chegara ao limite da razão, pois todo o comportamento poderia ser julgado como ofensa para os melindrados. Qualquer mudança de comportamento dificilmente redimiria os indivíduos de origem germânica dos supostos pecados dos quais eram acusadas. Aceitar a proteção do governo poderia ser visto como reconhecimento da culpa, por outro lado, o ato de dispensar talvez fosse considerado sinal de soberba, de superioridade. Foi o que supostamente teria feito a firma *Bromberg*, de acordo com a perspectiva do *A Noite*. O jornal informara que a referida casa dispensara o auxílio governamental, o que bastou para que recaísse sobre ela uma série de impropérios.

Estamos informados de que o governo do estado mandou oferecer garantias a casa Bromberg a fim de evitar algum ataque [...].  
A firma Bromberg, como todo o alemão malcriado, respondeu descortemente declarando [...] que ela estava preparada para reagir em emergência.  
Fica, portanto, o nosso público avisado de que com a casa Bromberg o negócio fia fino...  
Como se vê, os alemães da casa Bromberg estão claramente provocando as iras populares e criando sérios embaraços a ação das nossas autoridades (A NOITE, 16 de abril de 1917, capa).

Essa folha também confirmou a notícia de que a bandeira nacional fora rasgada no *Turnerbund*, mas acrescentou que ela, por fim, havia sido queimada. Em realidade, em virtude do medo, a associação havia hasteado a bandeira e, posteriormente, julgando que havia chance de acontecer o mesmo que se deu com *O Diário*, decidiu arrear a bandeira (SILVA JÚNIOR, 2004b). Devido ao fato, que se tornou mal-entendido e, por fim, boato, lá por volta das onze horas da noite, uma multidão, que se formara para a realização de um *meeting*, dirigiu-se ao local (A NOITE, 16 de abril de 1917, capa, ABM). Tendo sido reforçado o policiamento, apesar de algumas pedradas jogadas, a multidão foi convencida a deixar a situação nas mãos das autoridades.

Na volta ao centro da cidade, a massa que veio do arrabalde São João passou em frente ao *Grande Hotel*, propriedade de Frederico Schmidt.<sup>167</sup> Em face da polícia não poder designar proteção adequada ao seu estabelecimento, a qual já havia solicitado, resolveu se precaver por conta própria. Ele, alguns familiares (Frederico Schmidt Júnior, Paulo Schmidt) e empregado (Antonio Burskal) se armaram para realizar a proteção do hotel. Protegidos da vista da massa pelo material de obra que se encontrava na rua, durante a passagem de um dos bondes – de onde se ouvia gritos de “viva o Brasil” e “morra a Alemanha” (A FEDERAÇÃO, 16 de abril de 1917, p. 7) – apinhados que vinham do arrabalde, começaram a atirar, atingindo dois passageiros. Caíram baleados Justiniano Maria dos Santos e Arnaldo Barros Cassal – dito poeta, suposto alistado no exército francês e líder popular. Os atiradores foram presos em seguida.<sup>168</sup>

A *Liga das Sociedades Germânicas* de Porto Alegre se eximiu de qualquer responsabilidade e lavou as mãos para Frederico Schmidt. A entidade enviou um ofício a Borges de Medeiros dizendo o seguinte:

Com o mais profundo sentimento temos conhecimento dos lamentáveis fatos de ontem com o senhor Frederico Schmidt [...].  
A nós, os representantes da Liga das Sociedades Germânicas de Porto Alegre, compete neste momento exprimir, perante vossa excelência, o nosso mais profundo pesar e desagrado pelo modo de agir por parte do senhor Schmidt; esperar com satisfação e dignidade o resultado do inquérito judicial a respeito deste caso, e afirma a vossa excelência, mais uma vez, a sincera lealdade de todos os nossos consanguíneos, sejam brasileiros, sejam alemães (A FEDERAÇÃO, 16 de abril de 1917, p. 7).

Esses acontecimentos geraram preocupação fora dos limites do estado. Em telegramas trocados com o ministro Lauro Müller, Borges afirmara que a situação estava sob controle. Disse ao chefe das relações exteriores que tinha recebido o ofício da referida liga e que elas recomendavam às comunidades germânicas que mantivessem a calma, fossem respeitosos para com as leis e que confiassem na sabedoria e benevolência do governo. Eles esperavam que não se atribuísse à colônia germânica uma irresponsabilidade cometida por alguém que apesar de falar alemão não fazia parte de qualquer associação alemã existente.<sup>169</sup>

---

<sup>167</sup> Ele, juntamente com todos os empregados, eram oriundos da Alemanha. As obras que existiam na proximidade, em que foi realizada a emboscada, eram de expansão do próprio hotel, considerado um dos maiores da cidade (LLOYD et al., 1913).

<sup>168</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n.º 827, maço 50, 1918, APRS.

<sup>169</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Governo do Rio Grande do Sul ao Ministério das Relações Exteriores, 25 de abril de 1917. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1910-1926. Maço: 310/3/12, AHI.

O anarquista alemão Friedrich Kniestedt, recém chegado a Porto Alegre ficara com uma má impressão do acontecido. Para ele, as organizações alemãs, que até então se regozijavam da sua origem, curvaram-se ao medo. Seus integrantes afirmavam ser, exclusivamente, brasileiros. Exemplo dessa conduta, para Kniestedt, teria sido a decisão de abandonar Schmidt à própria sorte (GERTZ, 1989, p. 126).

Aos enfurecidos de Porto Alegre isso pouco interessava. Como retaliação ao ataque, uma onda de destruição cobriu a cidade naquela madrugada. A situação foi resumida a um conflito de brasileiros contra alemães, o que importava era o nome, pelo qual a massa se guiava. Tanto que, o dono de uma casa de armas – Bergmann – se queixou pela depredação do seu estabelecimento, que teve a placa arrancada, apesar dele ser de origem sueca (A NOITE, 16 de abril de 1917, capa, ABM).

Mais de duzentas casas foram atacadas (SILVA JÚNIOR, 2004b). Algumas delas eram conhecidas pela maneira com que se esmeravam para decorar as suas vitrines durante os aniversários do *Kaiser*. Em função da indignação popular elas não foram perdoadas. “Ao defrontar as casas alemãs: *Krahe & Cia.*; *Gustavo Woelcker Abelheira*; *Kintcher, Walter, Deppermann e Voelcker & Cia.*, os populares manifestaram a sua ira, apedrejando-as” (A NOITE, 16 de abril de 1917, capa, ABM).

A violência perdurou por toda a segunda-feira, dia 16. Os cafés e todo o comércio decidiram parar nessa tarde. Por volta das duas da tarde, invadiram as instalações do hotel de Frederico Schmidt, insuflados pelo boato de que Barros Cassal havia falecido. Na verdade, pela informação, “seu estado não inspira cuidados, visto o ferimento ter sido de caráter leve” (A FEDERAÇÃO, 16 de abril de 1917, capa). A maioria não devia ter tomado conhecimento dessa notícia e, movidos pela indignação, ateou fogo no prédio, que, em menos de uma hora, havia virado cinzas (A FEDERAÇÃO, 16 de abril de 1917, capa).

Diante dos fatos, *A Federação* se manifestou com um editorial intitulado “Pela Ordem”, rogando para que as pessoas se mostrassem superiores. A Alemanha, explicara, havia cometido erros contra um país de comportamento irrepreensível, leal integralmente à condição de neutralidade. A conduta do Brasil havia sido perfeita, cabia aos brasileiros se manterem ao mesmo nível para provar serem melhores que a Alemanha. Para tanto, foi reforçada a ideia de que os alemães que viviam aqui não tinham nenhuma culpa pelos atos do Estado alemão, mas, para aplacar os ânimos, o texto iniciou dizendo aos seus leitores que “os

réus e co-réus do crime de ontem, perpetrado nesta capital pelos proprietários do Hotel-Pensão Schmidt, [...] já estão nas mãos da justiça. O processo contra eles imediatamente iniciado” (A FEDERAÇÃO 16 de abril de 1917, capa).

No momento em que saíra aquela edição, os distúrbios continuavam na cidade, o que fez o órgão governamental levantar o seu tom. Repetiu que a postura do Brasil havia sido magnânima, que a Alemanha havia agido erradamente, mas, também equiparava o comportamento da turba porto-alegrense ao dos soldados alemães na Bélgica! Além disso, foi categórico ao afirmar que a colônia alemã não teve nenhuma participação no atentado cometido pelo pessoal da pensão do senhor Schmidt, o que, portanto, tornava inaceitável qualquer depredação à propriedade de qualquer indivíduo que fosse, não importando o argumento. Textualmente, dizia-se que:

“a colônia alemã no estado é uma grande parte laboriosa e inteligente da nossa comunhão social, cujos sentimentos e cujos interesses se acham entrelaçados com a população nacional, e não pode ser responsável pela política cega da plutocracia prussiana, nem pelo gesto isoladamente louco e criminoso, do senhor Schmidt (A FEDERAÇÃO, 17 de abril de 1917, capa).

Portanto, em função da recorrência nos incidentes, o policiamento seria reforçado com tropas da Brigada Militar.

Afinal, à tarde do dia 16, indivíduos irados ainda perambulavam pelas ruas da cidade apedrejando casas e gritando “morra a Alemanha” e “abaixo o *Kaiser*”. A destruição causada ao comércio da comunidade empresarial germânica foi tão violenta que no quarto distrito as depredações vararam muitas casas. Nesses locais, na maioria, os estragos foram de pequena monta, restringindo-se a vidros despedaçados. Todavia, observando o trajeto percorrido pelos manifestantes, dá para ter uma ideia da confiança que se apossara dos seus participantes. A extensão transcorrida leva a crer que as pessoas envolvidas tinham convicção que nada se interporia e que se tratava do certo a fazer. Foram alvos:

“a fábrica de F. G. Bier à rua Sertório; fábrica de balanças à rua Voluntários da Pátria 659, de Jacob Knak Irmãos; Restaurant à rua Sertório 35, de Roberto Pezol; Loja de louças e ferragens à rua São Pedro 79, de Carlos Christmann; na Igreja Protestante à avenida Eduardo; João Effner à rua Sertório 111; Salão Atiradores ‘Navegantes’ à rua Sertório 83; Igreja Protestante à rua Sertório 42; Otto Tereh, à rua V. da Pátria 767; Alberto Birnfeld, à rua V. da Pátria 765; Paulo Tavares, à rua V. da Pátria 763; Walter Gerdau, à rua V. da Pátria 715; Alberto Bins, à rua V. da Pátria 705; Albino Kuhn, à rua V. da Pátria 681; Carlos Brock, à rua V. da Pátria 649; Waldemar Peters, à rua V. da Pátria 625; Augusto Sendrick, à rua V. da Pátria

238-A; Ritter Irmãos, à rua V. da Pátria 597; Fábrica de Vidros Sul-Brazileira, à rua V. da Pátria 528; Germano Kwining, avenida Minas Gerais 17<sup>o</sup>.<sup>170</sup>

Danos colaterais foram causados a quem pouco, ou nada, tinha com os alemães. Austríacos, como o senhor Binter, proprietário de um restaurante, deixou a bandeira brasileira à frente do estabelecimento, mas o manteve fechado. O senhor Daniel Pottoff protestou, era de origem russa e proprietário de uma loja de fazendas e miudezas, pelo fato de ter sido alvo de pedras também (A FEDERAÇÃO, 17 de abril de 1917, capa), mostrando que a turba devia se guiar por um “achismo”, isto é, o nome que parecia ser alemão era atacado.

Ao se aproximar a noite, novos incidentes aconteceram. A casa *Bromberg*<sup>171</sup> foi incendiada por volta das sete horas e completamente destruída, de acordo com *A Federação*, haveria relação com um boato de que o estabelecimento se negara a aceitar proteção policial. Após isso, alguns dos incendiários se dirigiram até a sede do jornal alemão *Deutsche Zeitung*, invadiram o local portando alavancas e machados, então empastelaram-no. Em seguida chegaram os homens da Brigada Militar, que impediram os possíveis desdobramentos desse ato (A FEDERAÇÃO, 17 de abril de 1917, capa).

Um incidente, no entanto, serviu para estimular a onda de boatos paranoicos que corriam pela cidade, devido a um curioso achado feito pela turba. Uma das casas atacadas foi a do industrial, fabricante de bebidas, chamado Victor Fischel. Isso ocorreu após a destruição do *Grande Hotel* dos Schmidt. Após apedrejar a casa, os agitadores pularam os muros e a grade de ferro que protegiam a casa e a invadiram, fazendo com que os seus habitantes se refugiassem num quarto no andar superior. Percorrendo a casa, os seus invasores foram destruindo aquilo que encontravam. Durante o ato, penetraram nos diversos cômodos da casa, até naqueles destinados à criadagem, pois, num destes, um dos invasores encontrou uma fábrica de moedas falsas, com moldes em gesso de algumas moedas, além de moedas falsas. Enquanto as autoridades eram avisadas, os que permaneceram se prepararam para atear fogo na casa, o que não foi possível porque o reforço policial chegou a tempo. No entanto, encontrados alguns charutos, os seus descobridores começaram a fumá-los, o que teria dado

---

<sup>170</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes. Quarto distrito: 1916-1917, AHPAMV.

<sup>171</sup> Era um excelente bode expiatório para todos aqueles que acreditassem num complô alemão para tomar o estado, uma vez que esta firma era o exemplo da pujança da comunidade empresarial e da existência de laços econômicos com a Alemanha. A sua inserção em diferentes setores da economia gaúcha era extraordinária, haja vista que abrangia o comércio, a agricultura e a indústria. A sua rede de negócios abarcava uma fração considerável do Rio Grande do Sul e teve papel fundamental na solidificação da indústria no estado (PESAVENTO, 2004). Além do mais, sua origem era alemã. Martin Bromberg era filho de um banqueiro de Hamburgo, e nessa cidade de início a firma que levava o seu nome em 1887. Seus negócios abrangiam o sul do Brasil e a Argentina. Posteriormente, Bromberg retornou para Hamburgo, mas os seus herdeiros continuaram com os negócios e as relações da firma com o país de origem permaneceram estreitas (ROCHE, 1969).

origem a um novo boato, de que os charutos estavam envenenados. Essa informação foi o que bastou para a dispersão do grupo, em fuga para as farmácias mais próximas em busca de antídoto. Tendo Victor Fischel sido preso, também encontraram cartas em alemão e uma caderneta de reservista do exército alemão no nome de outra pessoa, um certo Franz Soller (A FEDERAÇÃO, 17 de abril de 1917, capa).<sup>172</sup> Por certo, essa notícia não serviu para tranquilizar a população. Os boatos, por sua vez, continuaram a correr pela cidade durante toda a guerra.

Ainda não satisfeitos, os manifestantes envolvidos no incêndio da casa *Bromberg* se dirigiram à *Sociedade Germânia*. Certamente não seria esquecida toda a militância e esforço despendido pelos seus associados à causa alemã na guerra, o que não passaria sem que fosse dada resposta à altura. No prédio da agremiação, os manifestantes entraram pelo porão, despejaram querosene pelo assoalho e atearam fogo. Em meio a diferentes ocorrências de incêndios nos quais os bombeiros se encontravam divididos, não foi possível salvar o *Germânia*, que teve o prédio completamente destruído (A FEDERAÇÃO, 17 de abril de 1917, p. 2).

Os menos visados pela fúria procuravam se defender da maneira como era possível. Percebendo que o nome do proprietário e do estabelecimento seria o diferencial entre a segurança da casa intacta de um lado e o caos do querosene e da fumaça do outro, alguns, a exemplo de indivíduos de nacionalidades diferentes, colocavam cartazes de esclarecimento. Assim fez o senhor Guilherme Driesch, proprietário da padaria *Jaguarão*. No cartaz por ele escrito se lê as seguintes afirmações:

Para evitar errôneas suposições, o proprietário desta casa declara que, embora o seu nome seja alemão, ele não o é, pois seu pai já é brasileiro, derramou nos campos do Paraguai o seu sangue em defesa da honra do Brasil, e ele, ex-marinheiro da invencível armada brasileira, se sentirá orgulhoso se um dia tiver ocasião de proceder da mesma forma em desagravo da honra e dignidade de sua cara pátria!  
Viva o Brasil!  
Viva a República! (A FEDERAÇÃO, 17 de abril de 1917, p. 2).

Percebe-se no texto dois elementos determinantes para a afirmação da brasilidade. Os mesmos foram repetidos em diferentes ocasiões durante o envolvimento do Brasil na guerra. Um deles foi o apelo à terra ou à pátria, o outro, às forças armadas. Talvez passasse por aí a

---

<sup>172</sup> As investigações que se sucederam vieram a frustrar os convictos na existência de uma intriga internacional que envolvia a Alemanha. As moedas era parte do *hobby* do filho de Fischel, que na falta de medalhas para reproduzir, tomava moedas como modelo. Quanto a Soller, esse era o empregado de Fischel que viera daquele país com documentação militar por ter embarcado após completar o serviço compulsório. O mesmo também era o dono das cartas que trocava com a noiva, que permaneceu na Alemanha (SILVA JÚNIOR, 2004b).

única solução, manifestar que aceitavam morrer pelo Brasil ao invés de arriscar ser morto em nome dele.

Foi justamente sobre essa questão que versou *A Federação*, um dia após a ordem voltar a se instaurar na cidade. Primeiramente, afirmou que providências enérgicas já haviam sido adotadas pessoalmente pelo presidente Borges para restabelecer o convívio social. Em seguida, afirmou que até o patriotismo precisava ser disciplinado, do contrário, acabaria perdendo a justiça de seus ideais em condenáveis manifestações de brutalidade. Eis que, afirmou que as verdadeiras demonstrações de patriotismo necessitam de provas sobejas. Ou seja, “os jovens e verdadeiros patriotas devem correr às inscrições no voluntariado, adestrarem-se nas linhas de tiro [...]. Essa deve ser a nossa pacata e inteligente orientação prática” (A FEDERAÇÃO, 18 de abril de 1917, capa).

Quanto ao policiamento, na prática foram tomadas iniciativas que inibiram as manifestações. Diversos trechos das principais ruas centrais da capital tiveram o trânsito interrompido. Homens da infantaria e da cavalaria da Brigada Militar foram destacados para, desde a noite do dia 17 de abril, impedir novos distúrbios. Boa parte desse contingente ficou nas ruas onde a concentração de casas alemãs era maior. As sedes do *Turnerbund*, por ainda estarem de pé, receberam atenção especial. Enquanto isso, novos destacamentos eram enviados do interior para a capital.

O 1º Regimento de cavalaria que saíra de Santa Maria tinha consigo empunhada a bandeira nacional à frente do destacamento. Junto a ela, as bandeiras dos demais países *Aliados* (A FEDERAÇÃO, 18 de abril de 1917, capa), o que aponta para uma necessidade de afirmação da instituição. Mesmo tendo um passado de divergências com o exército (LOVE, 1975), naquele momento a oposição estadual valorizava-a juntamente com a marinha como salvaguarda da pátria. Sobre a Brigada, como já visto, a oposição ajudara a fazer recair uma aura de desconfiança, que incluía a dúvida sobre a lealdade ao Brasil. Essa impressão se reforçava pela ação coercitiva imposta sobre a população que julgava estar dando expansões de amor à pátria ao depredar prédios e ao amontoar-se em praças públicas, enquanto protegia aqueles que eram tomados como inimigos. Este comportamento que foi intensamente criticado pela oposição. Por esses fatores deve ter passado a necessidade de se justificar publicamente.



Assim se encerrava a violenta onda de destruição de abril de 1917. Contudo, estava longe de chegar o tempo da tranquilidade. Intensos boatos permaneceram a correr pelas ruas da cidade e, com o tempo, outros focos de violência surgiram. O caráter político-partidário presente nelas igualmente cresceu.

#### **4.5 ENTRE A RUPTURA DAS RELAÇÕES COM A ALEMANHA E A DECLARAÇÃO DE GUERRA**

O Brasil fora um país cindido por dicotomias: campo e cidade, interior e litoral, oposição e situação, nacionais e estrangeiros eram algumas delas. Não apenas era difícil diluir as fronteiras entre um elemento e outro, como era difícil transitar entre um e outro sem despertar apreensão. Adhemar da Silva Júnior (2004b) lembra que a preocupação existente em relação ao indivíduo teuto-brasileiro estava no fato de existir uma angustiante incerteza sobre se este seria mais teuto ou mais brasileiro. A dúvida se tornou insuportável depois de abril de 1917. Se antes poderia até ser tolerável a um brasileiro patriota afirmar que o “perigo alemão” estava no reino do fantástico, juntamente com outras criaturas de faz-de-conta, que ele era fruto da criação de jornalistas, e que o problema era a nossa própria incompetência em homogeneizar todos os brasileiros num povo único, como foi feito na última edição da *Egatea* de antes do naufrágio do *Paraná* (vol. 3, n.º 5, março a abril de 1917, p. 202), depois daquela data um discurso destes traria dúvidas sobre a lealdade de quem o proferisse. Como o problema dos limites que separam o imigrante do brasileiro ainda não havia sido solucionado, fazê-lo agora traria o risco de vê-lo ser interpretado como uma sugestão de aliança com o inimigo. E, como já foi referido, não havia espaço para dúvidas em frases que tinham em si os termos brasileiro e patriota.

Diante da dificuldade de flexibilizar essa fronteira, restaria a chance de reforçá-la, enquanto outras fronteiras poderiam ser transpostas pelo desenvolvimento de um sentimento maior de coesão em torno do Brasil. Foi o que ponderou a mesma revista na sua edição seguinte.

A guerra é um mal. Mas se a guerra vem acordar a consciência nacional, despertar todas as forças adormecidas nesta nossa pátria, unir-lhe os filhos coordenando-lhes as energias para acelerar a evolução deste país para os altos destinos que lhe pertencem, então bem-vinda seja a guerra! (EGATEA, vol. 4, n. 1, julho a agosto de 1997, p. 2).

Esse trecho é por demais ilustrativo. A despeito dos problemas ainda existentes, e que ficaram sem solução, a guerra poderia trazer consigo a oportunidade de diluir outras diferenças internas em nome de algo maior, e fomentar um sentimento de amor pelo Brasil.

O problema residia na questão sobre o que fazer em relação àquela fronteira a ser fortalecida, aquela que separaria os ditos brasileiros dos ditos estrangeiros alemães e teuto-brasileiros. Como lembra Ruth Gauer (2005), quando a política de igualar os indivíduos deixa alguns descobertos, do lado de fora, abre-se espaço para que a violência apareça como recurso de definição dos limites a serem estabelecidos entre os iguais e os diferentes, entre os brasileiros e os alemães e teuto-brasileiros (conceito este muito complexo e flexível para ser tolerado naquele contexto, visto no item 1.5).

Uma vez que os ânimos aparentaram alguma serenidade, os editores dos jornais porto-alegrenses de língua alemã se reuniram com o presidente Borges de Medeiros. O objetivo era saber se era recomendável que eles voltassem a publicar seus exemplares, suspensos durante os distúrbios. Algo a que Borges mostrou aquiescência, pois poderia ser a oportunidade de prestar esclarecimento da situação à colônia alemã do restante do estado, que estava inquieta. Seria uma iniciativa que, na visão do governante, mostraria a restauração da ordem, mas, principalmente, mostraria a preservação da liberdade de pensamento (A FEDERAÇÃO, 20 de abril de 1917, p. 4). Evidentemente, caberia aos editores dos periódicos citados, bem como aos outros que funcionavam pelo estado, não mencionarem mais assuntos da guerra, até para buscar evitar que os boatos corressem no meio das colônias onde o conhecimento do português era limitado, causando assim mal-entendidos (A FEDERAÇÃO, 23 de abril de 1917, p.6).

A *Federação* tomou a si a missão de manter os brios sob controle, talvez numa vã luta de contestar os boatos que circulavam. Num de seus exemplares, reuniu argumentos para refutar o temido e recorrente tema do “perigo alemão” no sul do Brasil. Dissertando a respeito da situação nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, propôs-se a mostrar o quão extravagantes eram os temores, pois seriam incapazes de encontrar justificativas nos fatos. Mostrando que nos estados havia também outros grupos imigrantes refutara a hipótese de enquistamento, mas, além disto, o periódico republicano afirmara que

as populações de origem estrangeira em nada deixavam a desejar em termos de patriotismo a qualquer outra do Brasil (A FEDERAÇÃO, 20 de abril de 1917, capa). Tratava-se de uma missão difícil, de resultados nada garantidos.

A propósito, mal haviam passado os tumultos e a carga contra os teutos já se intensificava novamente. Acontece que agora não era contra os do meio econômico, pois estes já teriam tido a oportunidade de tomar conhecimento da força do povo. A questão passou também para o lado político. Assim, o jornal *A Noite* chamou a atenção para outros indivíduos cujo perigo estaria na aproximação deles em relação ao governo. Indiretamente, acabava sendo uma crítica ao próprio, por suspeitas sobre membros do partido hegemônico, o que exigiria providências políticas a serem tomadas. Alertando a população, o jornal escrevera que “são conhecidas por demais as ideias germanófilas dos deputados teutos que o partido republicano elegeu para a Assembleia Orçamentária”. Em seguida, recomendava que os mesmos tivessem os mandatos cassados no caso de não terem a decência de renunciarem. Estava a se referir aos deputados do PRR, Edmundo Bastian, Frederico Linck, Jacob Kroeff Netto e, principalmente, a Alberto Bins e Arno Philipp, as lideranças germânicas mais conhecidas do meio político gaúcho. Um tipo de recomendação constrangedora, mas que não deixou de ocorrer e que, posteriormente, provocou a indignada manifestação de um desses deputados.

Da parte do órgão governista, interessantemente, percebeu-se uma conduta diferente em relação àquela que vinha manifestando no período de neutralidade. Entre as pautas, podiam ser vistos em alguma página d'*A Federação* artigos contendo temas amenos sobre a Alemanha. Nada que tratasse especificamente da guerra, mas da história do país. O mais curioso foi que isso começou na época dos conflitos de rua. Logo em 16 de abril, quando os incidentes se aproximavam do seu clímax, o jornal publicou em sua capa, junto do texto de “Pela Ordem”, um artigo sobre o imperador Guilherme I a época da guerra franco-prussiana. Nele, o escritor dava evidências da afetividade maior pelo título de rei da Prússia do que àquele de imperador da Alemanha, bem como quanto o governante se sentia melhor como prussiano do que como alemão (16 de abril de 1917, capa). Aquilo que parecia um fato isolado deu mostras de ser uma tendência, a de humanizar os alemães, contrariando alguns estereótipos criados. A questão mais importante seria o motivo de fazê-lo.

Embora seja difícil obter uma resposta conclusiva, parece que a construção da imagem do alemão como uma raça/nação, com atributos pessoais intrínsecos, atingira tamanha

negatividade que os supostos vícios poderiam estar sendo compreendidos como algo naturalmente transmitido para as gerações, independente de tempo e espaço. A despeito disso, o fato é que dias depois foi publicado um texto sobre a infância de Guilherme II, mostrando-o como uma criança afável e capaz de fazer amigos, que ainda seriam estimados quando chegado à idade adulta (A FEDERAÇÃO, 24 de abril de 1917, capa). Posteriormente, foram publicados dois artigos sobre as históricas relações entre o Brasil e Alemanha, com um viés um tanto quanto ameno perante as circunstâncias (26 de abril de 1917, p. 2; 31 de abril de 1917, p. 2)

Persistindo no esforço de dissuadir a população da crença nos boatos, *A Federação* publicou um ofício que fora entregue pela Confederação de Tiro do Rio Grande do Sul (*Schützenbund für Rio Grande do Sul*) a Borges de Medeiros. Nele, a confederação afirmou ser absolutamente brasileira e que não nutria quaisquer sentimentos cívicos que não sejam exclusivamente em relação ao Brasil. Continuando, informou que os objetivos sempre estiveram vinculados ao fomento do tiro enquanto esporte recreativo, preferencialmente entre jovens teuto-brasileiros, mas sem excluir outras origens. Esclarece também que as armas são escopetas de tiro, não possuindo qualquer tipo de armamento de guerra e que seus associados eram, na maioria, brasileiros natos ou naturalizados, não passando de duzentos o número de alemães em todo o estado (25 de abril de 1917, p. 4). No mesmo dia, o ofício foi enviado, juntamente com um telegrama<sup>173</sup>, ao Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de tranquilizar o governo federal sobre a completa lealdade dos indivíduos de origem germânica às instituições brasileiras, o que indicaria que a serenidade estava longe de ser realidade. Até porque as preocupações com os clubes de tiros daquela comunidade vinham de mais tempo. No ano anterior, o governo gaúcho tivera repassado para si um memorando confidencial que o Embaixador dos Estados Unidos entregara pessoalmente ao chanceler Lauro Müller, no qual transparecia a preocupação com o crescimento do número de clubes, cujo total de integrantes giraria em torno de oitenta mil, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nele, o embaixador americano perguntava explicitamente se havia a possibilidade daquelas agremiações serem subsidiadas com dinheiro do governo alemão. Mais do que isso, o norte-americano pedia informações sobre o paradeiro de um alemão, chegado no Rio Grande do Sul via Buenos Aires, chamado Zeimmersli, que teria fundado neste país e em Santa Catarina “uma sociedade secreta intitulada ‘A União Alemã’ tendo como objetivo o estabelecimento da supremacia

---

<sup>173</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Governo do Rio Grande do Sul ao Ministério das Relações Exteriores, 25 de abril de 1917. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1910-1926. Maço: 310/3/12, AHI.

alemã nos estados do sul do Brasil”. Além disso, afirmava que “vários cidadãos de Porto Alegre achavam-se à frente desta sociedade”.<sup>174</sup>

Por certo, a isso se deveu a pressa do presidente Borges em enviar as informações à chancelaria do Rio de Janeiro. O chanceler, a partir de então, pediu para ser informado imediatamente sobre qualquer notícia a respeito. Sobre o assunto, não foi encontrada qualquer referência a alguém chamado Zeimmersli e nada foi encontrado que justificasse as suspeitas sobre cidadãos de Porto Alegre, ainda mais sobre vários deles.

Nesse ínterim, a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, através do seu arcebispado, também prescreveu normas de conduta para serem seguidas por ocasião da ruptura da neutralidade. Tais normas foram evidenciando a inconformidade do arcebispo D. João Becker<sup>175</sup> com certas liberdades desfrutadas pelas paróquias. Até pouco tempo antes do “calamitoso abril”, era possível observar a liberdade do uso do idioma alemão nas missas. No caso, podia-se encontrar o anúncio de bíblias em alemão que eram caprichosamente elaboradas para o ensino naquele idioma dentro das escolas da arquidiocese.<sup>176</sup> Após a onda de destruição, no dia 17, o arcebispo enviou uma circular aos vigários das paróquias germânicas que aconselhassem aos fiéis a respeitar as autoridades e cumprirem os seus deveres como cidadãos. Quatro dias depois, ele informou ao presidente do estado do seu feito, hipotecando-lhe inteira confiança.<sup>177</sup> Estava aí o início das mudanças a serem realizadas no seio da instituição. Elas ficam mais claramente delineadas quando vemos a circular publicada pelos arcebispos do Sul e Sudeste do Brasil, entre os quais D. João Becker, no momento em que se aproximava o final daquele mês, no dia 30. Muito elucidativa, afirmava haver, a partir daquele momento, somente o partido do Brasil, cujo rumo era a “honra da nação” e cuja estrela era a “pátria enobrecida e respeitada”.<sup>178</sup> Contraditoriamente, o sentimento que deveria ficar evidente, também deveria requerer palavreado moderado, purificado pela “serenidade do púlpito”, embora fosse adequado o alistamento na *Liga de Defesa Nacional*.<sup>179</sup>

---

<sup>174</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 8 de julho de 1916. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/8, AHI.

<sup>175</sup> O arcebispo desprezava a influência cultural alemã, considerando-a prejudicial (ISAIA, 1998). Também era necessário levar em conta que, apesar dele repudiar as origens, o catolicismo no estado estava profundamente influenciado pela tradição germânica devido a ampla participação de clérigos nascidos em território alemão que para o Rio Grande do Sul vieram (RAMBO, 2005).

<sup>176</sup> UNITAS, v. 4, n. 1-2, 1917, p. 24, BCP.

<sup>177</sup> UNITAS, v. 4, n. 5-6, 1917, p. 60, BCP.

<sup>178</sup> UNITAS, v. 4, n. 5-6, 1917, p. 65, BCP.

<sup>179</sup> O próprio arcebispo D. João Becker teria destacada atuação na seção riograndense da liga como membro atuante da diretoria (GERTZ, 2002). Quando indicado, o intendente José Montauray também se mostrou muito

Pregava que seria justo restituir o afeto ao soldado brasileiro, mas, mais importante, afirmava claramente, em nome das arquidioceses, que:

jamais pudemos compreender a superstição constitucional que, até o presente, nos tem privado do ensino obrigatório da língua nacional. É uma falta que todos lamentamos e poucos procuram remediar.  
Com o esquecimento ou corrupção da língua, esquecidas ou corrompidas ficarão as nossas tradições, profundamente alterando o caráter nacional[...].<sup>180</sup>

A questão da língua passaria a ser um ponto importante na pauta da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. A mesma foi mais desenvolvida a partir de então em todos os números posteriores da revista *Unitas*, especialmente após a declaração de guerra no final do ano. Com esse propósito, já no mês seguinte, o arcebispado enfatizou que as comunidades católicas no interior e as escolas católicas deveriam garantir, de modo indispensável, “o ensino da língua nacional, como matéria obrigatória”.<sup>181</sup> Consequentemente, a mesma editora *Selbach*, que meses antes publicara bíblias em alemão, sob orientação do arcebispo, passara a publicar livros didáticos em português, e saudando os feitos do Brasil, para os colégios da arquidiocese.<sup>182</sup>

Percebe-se, a partir da nova conduta evangelista empreendida no interior do catolicismo brasileiro, um estreitamento dele com o nacionalismo. Prática diferenciada que, conforme a percepção dos luteranos a respeito, coincidiu justamente com o período da Grande Guerra. Mediante a contundente militância desenvolvida por D. João Becker, nesse período foram assentadas as bases do “catolicismo político” que nas décadas seguintes seriam fortalecidas e buscariam identificar na fé católica um dos elementos constitutivos do nacionalismo brasileiro (GERTZ, 2002).

No início do mês seguinte, o governo, mediante uso do seu veículo oficial, mostrou-se contente com o comportamento do clero brasileiro que manifestava zelo pelas instituições, pelo bem maior da pátria, sempre atentando para a preservação da convivência entre os fiéis, a despeito da origem que tivessem (A FEDERAÇÃO, 4 de maio de 1917, p. 2). Atitude reforçada também no mês de junho, quando publicou a manifestação do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em regozijo à circular dos arcebispos.

---

honrado pela indicação. PORTO ALEGRE. Correspondência Geral Expedida. Intendência de Porto Alegre, 1915-1917, 4 de junho de 1917, AHPAMV.

<sup>180</sup> UNITAS, v. 4, n. 5-6, 1917, p. 68, BCP.

<sup>181</sup> UNITAS, v. 4, n. 7-8, 1917, p. 108, BCP.

<sup>182</sup> UNITAS, v. 4, n. 7-8, 1917, p. 133, BCP.

A atitude, entretanto, era sempre reforçada por algo que já havia sido dito, mas que insistia em lembrar: que novas agitações, além de irritantes, não seriam aceitas sob hipótese alguma. Mesmo que a Alemanha fosse representante de um ideal errôneo, e culpada de fato pelos acontecimentos que trouxeram o Brasil para o turbilhão da guerra (A FEDERAÇÃO, 2 de maio de 1917, capa).

Realmente, reuniões se davam em pequena escala, com número reduzido, como as de estudantes. As autoridades passaram a mostrar atenção a possíveis alterações de comportamento. Bem o prova o torpedeamento de outro navio mercante brasileiro, o *Tijuca*, cuja confirmação fora dada em 24 de maio (A FEDERAÇÃO, 24 de maio de 1917, p. 4). Tanto que, não houve comentários sobre complicações causadas após o conhecimento da notícia.

Com a nova situação diplomática, a “queda de braço” pela opinião dos porto-alegrenses perderia o propósito inicial. Qualquer argumento intempestivo em prol da neutralidade que poderia fazer com que um periódico fosse visto como tendencioso perderia o propósito. A França, de fato e de direito, podia ser considerada uma aliada. No início do mês de junho passara pelo estado uma missão francesa com a finalidade de comprar gêneros alimentícios para os exércitos *Aliados* (A FEDERAÇÃO, 8 de junho de 1917, p. 4).

Apesar dos esforços realizados pelo governo gaúcho, no intuito de fazer crer que os indivíduos de origem germânica estivessem longe de representar risco ao Brasil, os próprios davam demonstrações de se sentirem desconfortáveis. Pelo que consta, os comentários desvairados trouxeram tamanhas preocupações que o governo federal instaurou inquéritos para averiguar os tais atos perniciosos de que se falava serem obras das populações germânicas do sul do Brasil. Foi, então, com satisfação que *A Federação* publicou que nada havia sido encontrado ao final da investigação realizada em Santa Catarina (11 de junho de 1917, p. 6). Sobre os motivos que fizeram com que se criasse o inquérito naquele estado, é possível afirmar que estavam ligados a rumores de aeroplanos misteriosos, aparições de submarinos, importações de carabinas de guerra, estações clandestinas de rádio na costa e concentrações de alemães em Brusque, em Blumenau e em Joinville.

Por ocasião da publicação de um pequeno artigo que lembrava a vida do falecido deputado federal Germano Hasslocher ocorreu um fato que merece comentário. Como lembra René Gertz (2002, pp. 168-169), o deputado fora o primeiro de origem germânica a conquistar

tal cargo, sendo que, nos primórdios da carreira se envolvera com os assuntos da colônia alemã de Santa Cruz, cidade onde nascera. Em contrapartida, o sobrinho do deputado falecido no início dessa década, o conhecido capitão-atirador Gastão Hasslocher, do Tiro n.º 4, escrevera uma carta solicitando a gentileza de fazer algumas alterações naquilo que foi escrito. Primeiro ele gostaria que dissessem que seu tio não era sequer teuto porque o pai de Germano teria nascido em Rio Pardo. Em seguida, frisou que esse seu avô era “muito bom brasileiro”, dado reforçado pelo informe da participação dele na Guerra do Paraguai. Por fim, não menos importante, o capitão lembrou de informar que a sua avó, que por sua vez seria a mãe de Germano, era uma francesa muito orgulhosa deste fato (A FEDERAÇÃO, 9 de junho de 1917, p. 4). O que mostra o quanto vigorou uma certa apreensão com relação a conclusões impertinente que pudessem vir a ser feitas. Diferente de outros cidadãos, Gastão não era um indivíduo cujas relações estivessem marcadas pela militância em prol da preservação da germanidade. Suas principais referências sociais o reputavam como distinto membro de uma instituição patriótica, o que o tornava insuspeito. Logo, fazer ilações sobre o passado familiar dele, como possivelmente possa ter acontecido com outros cidadãos, deveria provocar desagradáveis embaraços, que deveriam ser evitados através de provas que não os comprometessem com as origens alemãs. Isso revela o quão constrangedora a menor afinidade com a cultura germânica se tornou.

#### **4.5.1 A situação econômica do Rio Grande do Sul**

No final de 1916, a economia começou a dar sinais de recuperação. Apesar de ainda apresentar rendimento inferior ao do começo da década, tanto as exportações quanto as importações mostravam números auspiciosos.<sup>183</sup>

A partir daí, a movimentação de mercadorias começou a crescer, sendo que os valores de 1917 foram ainda melhores. Houve valorização constante dos produtos ligados à agricultura e à indústria do Rio Grande Sul. A produção de matéria-prima, bem como a de

---

<sup>183</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1917, p. 298, AHRIS.



manufatura, representaram alento e foram importantes para a confirmação de números expressivos. As exportações para o estrangeiro deram um salto para 69.521:667\$862.<sup>184</sup>

Todavia, o custo de transporte havia encarecido. O acesso ao mercado externo também se complicou. O intercâmbio entre o estado e o continente europeu ocorria, exclusivamente, através das linhas diretas de vapores alemães que iam para Hamburgo.<sup>185</sup> Mediante a cessação do transporte, passava o comércio gaúcho a depender das conexões feitas no centro do país.

Alguns produtos tiveram participação importante no restabelecimento do valor das exportações. A carestia de produtos importados provocou a necessidade de suprir a falta com equivalentes nacionais. Graças a uma economia diversificada, o Rio Grande mostrou-se em condições para ocupar o vazio deixado pelos tradicionais fornecedores estrangeiros.

Uma outra consequência desagradável provocada pela conflagração mundial, também veio a obstaculizar um desenvolvimento mais amplo do comércio. Mesmo sendo sólidas as relações que o estado tinha com a Alemanha, o Brasil estava sob a esfera de influência da diplomacia britânica e, uma vez que o país não tinha força política para se interpor aos excessos cometidos pelos representantes da coroa inglesa, o efeito negativo sobre a economia foi forte.

Deve ser considerada a atitude norte-americana que, através de processo idêntico, levantou sua própria “lista negra”, a princípio uma cópia da inglesa, mas que foi desenvolvendo caráter próprio. Segundo a *Gazeta Colonial* (8 de maio de 1918, p. 2), os norte-americanos também formularam uma “Lista Branca” das empresas com as quais seria totalmente lícito negociar. Inicialmente, o consulado no Rio Grande do Sul se encontrava na cidade de Rio Grande, mas para melhor aplicabilidade da “lista”, transferiu em 1918 a sede para a capital do estado.

Na sua maioria, os estabelecimentos que saíram prejudicados acabaram sendo os daquelas pessoas portadoras de sobrenome alemão. Graças às famigeradas “listas negras”, alguns grupos enfrentaram adversidades maiores. Foi o caso da *Casa Bromberg*, que atuava, inclusive, para além dos limites do Rio Grande do Sul. Segue a lista, publicada pela *Gazeta Colonial*, das empresas submetidas aos embargos.

---

<sup>184</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, p. 278, AHRS.

<sup>185</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 54, AHRS.

São as seguintes as firmas que neste estado se acham incluídas nas listas negras inglesas e americanas: - Inglesa: Adolfo Gins, Alfredo Rodrigues da Fonseca, Alfredo Silveira da Luz, Alexander Reguly, Alfredo Wiedemann, Antonio Borges (de Bercht Irmãos), Ao Cylindro, Adolfo Aeckerle, Bercht Irmãos (Jorge Bercht & irmão), Beuster, Lima & Cia, Beuster P. M., Banco Alemão, Bromberg & C.<sup>a</sup>, Bromberg, Daudt & C.<sup>a</sup> (União de Ferros), Beuster, Carlos Albrecht, Carlos Engelhardt, Carlos Lemcke & Cia., Carlos Naschold, Cesar Reinhardt, Charles Ebner, Com. Brasileira de Eletricidade, Comp. Graphica Riograndense, Dressler & Henkel, Drogaria Martel<sup>186</sup>, Edmundo Dreher & C.<sup>a</sup>, Emil Petersen, Empreza Graphica Riograndense, Ebner & C.<sup>a</sup>, Fraeb & C.<sup>a</sup>, G. A. Luce, Germano Gundlach & C.<sup>a</sup>, Gustav Wobke, Herman Gönczy, H. Theo Moeller, Hugo Freyer, Hugo Metzler, Josef Schroetter, Joaquim Gaspar dos Santos, John Day, Krahe & C.<sup>a</sup>, Ludwig Irmãos (L. & M. Ludwig), Luiz Voelcker & C.<sup>a</sup>, Meyer Irmãos & C.<sup>a</sup>, Richard Strauch, Reiniger, Schmidt & C.<sup>a</sup>, Schroeder & C.<sup>a</sup> (Martel Vicente Porto succ.), Tollens & Costa, T. C. Dienstbach & C.<sup>a</sup>, Viúva F. Behrendorf & C.<sup>a</sup>, Wachtel, Marxen & C.<sup>a</sup>, Woermke & Linau, Engelbert Hobbing, Estanislau Lesinski, F. G. Bier, Fernando Hackradt & C.<sup>a</sup> - Norte-americana - C. A. Altembernd, Ao Cylindro, Bercht Brothers, F. G. Bier & C.<sup>a</sup>, Antonio Borges, Epaminondas Carricone, Comp. Graphica Riograndense (O Diário), Deutsches Volksblatt, O Diário, Theodor C. Dienstbach & C.<sup>a</sup>, Edmundo Dreher & C.<sup>a</sup>, Carlos Engelhardt, Fraeb & C.<sup>a</sup>, Hugo Freyler, Hermann Gönczy, Germano Gundlach & C.<sup>a</sup>, Fernando Hackradt & C.<sup>a</sup>, Engelbert Hobbing, Krahe & C.<sup>a</sup>, Krans (Wachtel, Marxen & C.<sup>a</sup>), Estanislau Lesinsky, Guilherme Adolpho Luce, Ludwig Irmãos (L. & M. Ludwig), Hugo Metzler, Meyer Irmãos e C.<sup>a</sup>, H. Theo Moeller, Carlos Naschold, Neue Deutsche Zeitung, Alexandre Reguly, Cesar Heinhardt, Schröder<sup>187</sup> & C.<sup>a</sup> (Drogaria Martel, etc.), Josef Schroetter, Luiz Voelcker & C.<sup>a</sup>, Wachtel, Marxen & C.<sup>a</sup>, Wiedemann & Gins (A. Wiedemann & Adolfo Gins), Wörmke & Linau, Gustav Wöbcke (4 de maio de 1918, p. 2).

Resta dificuldade para compreender, exatamente, a extensão das listas, pois a publicação não primou pelo zelo no momento de divulgar os nomes. Parece que o jornal pretendeu estabelecer uma ordem alfabética, mas depois agregou novos nomes, ao final. Também, as sociedades cujos nomes são marcados com separação por vírgula podem causar dificuldade, pois a publicação se absteve do uso do ponto e vírgula para fazer a separação. Contudo, vê-se que aparecem 57 nomes apontados pela lista inglesa, enquanto são 37 os nomes apontados pela lista norte-americana. Dentre os nomes, alguns possuíam relações entre si, como se vê na repetição do nome *Bromberg*, mas suas relações eram estreitas com *Ao Cylindro*, que distribuía os produtos da primeira. A própria *Gazeta Colonial*, citada como *Neue Deutsche Zeitung*, publicava anúncios da drogaria *Martel*, da tipografia *Gundlach* e dos negócios de Alfredo Wiedemann.

Como resultado da destruição gerada pelos distúrbios, supõe-se que os mesmos teriam causado prejuízos equivalentes a 58,14% do capital empregado em novas empresas em todo o estado durante o período entre 1914 e 1917 (SILVA JÚNIOR, 2004b).

---

<sup>186</sup> Apesar de francês, mantinha relações, no ramo hospitalar, com o alemão Júlio Schröder (LLOYD et al., 1913).

<sup>187</sup> Seu proprietário, Júlio Schröder, vivia em Hamburgo (LLOYD et al., 1913).

A expansão industrial durante o período republicano, indubitavelmente se deveu à origem alemã, sendo que Porto Alegre foi o centro desse surto de desenvolvimento (SINGER, 1977). Dos estabelecimentos industriais existentes no ano de 1919, dois terços haviam sido fundados a partir de 1910, sendo que desde 1900 o número crescera cerca de 300% (HERRLEIN JR., 2000). Dentre as localidades onde se localizam os maiores índices, em Porto Alegre ocorreu a maior expansão.

Outros dados são mais elucidativos. Como o início do século XX foi um período de expansão não só econômica, mas também demográfica, há de se tomar em consideração o número de vagas criadas no setor manufatureiro em relação ao crescimento total do número de habitantes. Enquanto a população em idade economicamente ativa cresceu 103% entre 1900 e 1920, o número de ocupações na indústria cresceu 634%, mesmo Porto Alegre que era um pólo de atração de pessoas havia crescido apenas 143% (HERRLEIN JR., 2000). Por mais que a população tivesse aumentado, principalmente em virtude do fluxo de imigrantes, os números indicam ter havido uma expansão no setor.

De acordo com Jean Roche,

O Rio Grande do Sul teria contado, em fins de 1909, 569 estabelecimentos industriais, entre os quais 369 fundados entre 1900 e 1909 (ou seja, 64%), sendo os ramos mais importantes a alimentação (160), a madeira (100), a cerâmica (57), a metalurgia (43), couros (42), as roupas feitas (41) e os produtos químicos (37). Contudo, o crescimento da indústria, durante esse período, é bem inferior ao do decênio seguinte, visto que, de 1910 a 1919, fundaram-se 1143 novos estabelecimentos (1969, p. 508).

Torna-se necessário fazer uma ressalva em relação ao crescimento exposto. Na indústria gaúcha havia muito mais negócios familiares do que os de qualquer outro tipo, e empregavam mais operários (HERRLEIN JR., 2000). Essa característica permaneceu no Brasil durante toda a década de vinte; fator que faz com que se relativize a ideia de surto industrial no período da guerra (CARDOSO et al., 2006a). Durante os anos que englobaram a guerra, as proporções entre os diferentes setores produtivos ocorreram com desarmonia. Roche avalia que a proliferação de estabelecimentos foi “proporcionalmente oito vezes mais elevada que os operários e seis vezes maior do que a produção” (1969, p. 509). Alguma coisa de diferente estava se passando. Ou estava ocorrendo maior facilidade de acesso à tecnologia com disponibilidade de mão-de-obra qualificada voltada para um mercado consumidor extremamente específico ou o contrário, e a competitividade acabava se nivelando por baixo.

Em se tratando do Brasil, acabou prevalecendo o segundo caso. As grandes empresas necessitavam de uma mão-de-obra assalariada capaz de lidar com uma maquinaria sofisticada, o que as levava a procurar contratar funcionários no exterior (HERRLEIN JR., 2000), mas com o conflito envolvendo os países mais desenvolvidos da Europa, que por sua vez precisavam de todo braço apto, houve uma queda no número de trabalhadores especializados por aqui.

Tomando em consideração as dificuldades, entre elas as técnicas, que impuseram uma limitação na entrada de matérias-primas estrangeiras e máquinas até mesmo para firmas de grande porte, há de se considerar uma queda na qualidade da produção (PELLANDA, 1944). O resultado acabou levando à necessidade de baixar o nível de exigência, possibilitando a concorrência de estabelecimentos que, mesmo antes da guerra, não dispunham dos recursos técnicos, que entre 1914 e 1918 escassearam.

Portanto, parece ser viável supor que o crescimento do número de estabelecimentos, sem equiparação no de empregados, do ponto de vista do trabalhador pode ser encarado como um aumento do número de patrões, que estariam oportunamente inspirados pela contingência do momento, de maior lucratividade. Sendo muitos desses produtores de origem germânica, haveria mais motivos para ressentimentos.

De 1914, ano marcado pela queda brusca, para 1915, quando a economia tentou se readaptar, o valor das exportações do feijão preto subiu 22,85%. Esse é um exemplo de produto, essencialmente de colônias alemãs, que vinha em contínuo avanço desde o final do século XIX, como explica Dalva Reinheimer (1999). “A área do Caí se constitui em ‘celeiro do feijão’ para todo o país” (REINHEIMER, 1999, p. 61) e Porto Alegre era o centro da distribuição do mesmo. Os dados referentes à safra produzida entre os anos de 1916 e 1917 foram mais auspiciosos. De um ano para o outro, a exportação do feijão preto produzido aumentou 106,4%, para se tomar como exemplo.<sup>188</sup> Números que devem ser ponderados de modo relativo, pois seriam ainda maiores, na medida em que o produto não poderia ser exportado em quantidade superior a três mil sacas; determinação do Presidente do estado, Borges de Medeiros, válida para todo o estado (FRANCO, 1983). No final de 1916, o controle arrefeceu, muito em função das críticas dos comerciantes, permitindo assim um alívio aos empresários, que puderam estender suas vendas, até o momento em que ocorreu a greve geral,

---

<sup>188</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1918, p. 42, AHRS.

em julho de 1917, quando foi intensificado novamente o controle sobre a saída desse produto e de outros gêneros alimentícios (HERRLEIN JR., 2000). Dá para perceber, mesmo diante de situação particular, o valor econômico alcançado pelo produto.

Merece destaque na economia a produção de carnes em conserva. Entre 1916 e 1918, o aumento relativo nas exportações do produto cresceu 840%! Com o salto, elas obtinham o quarto lugar entre todos os produtos negociados pelo estado.<sup>189</sup>

O arroz era um produto de manuseio mais recente e mais comum entre os trabalhadores de origem lusa.<sup>190</sup> No mesmo intervalo de tempo a produção exportável cresceu 245%.<sup>191</sup> Estava relacionado no quinto lugar entre os produtos que rendiam maiores cifras.

A mesma importância se aplica à banha. Nesse biênio – de 1916-1918 – teve uma valorização de 71,1%.<sup>192</sup> Aparentemente, não pareceria tão expressivo, mas observando o que ocorria pouco tempo antes, no biênio 1914-1916, o valor do produto vinha decrescente.<sup>193</sup> Agora, em 1918, havia se tornado o segundo produto mais exportado, somente atrás do charque (produto típico da Campanha). A banha, que é um derivado suíno, conjuga consigo a expansão produtiva de outro produto: o milho. Como o aumento da produção de banha implica a do rebanho suíno, logicamente acaba acarretando no crescimento da produção do milho<sup>194</sup>, que serve de alimento do animal. Mais claramente, pegando os dados expostos por Sandra Pesavento (1983), no começo da década de 1910 as porcentagens das exportações do charque e da banha eram respectivamente, de 30% e 9,6%. No final da Primeira Guerra, a mesma diferença já havia diminuído para 21,9% e 14,9%.

Há um outro elemento a se tomar em conta para que se queira ponderar sobre uma viável relação entre a guerra e as manifestações de desagravo à comunidade de origem alemã. Ficou patente o prestígio usufruído, e em contínua progressão, desses homens de pele clara e sotaque peculiar. Ao mesmo tempo, era comum entre eles o entrelaçamento das suas famílias,

---

<sup>189</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1918, p. 42, AHRS.

<sup>190</sup> Embora a sua produção tenha se iniciado junto à zona colonial. Além disso, foram os imigrantes de origem alemã os que iniciaram a técnica de irrigação (FONSECA, 1983).

<sup>191</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1918, p. 42, AHRS.

<sup>192</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1918, p. 42, AHRS.

<sup>193</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1919, p. 240, AHRS.

<sup>194</sup> Por ser destinado à alimentação dos porcos, explica-se a razão pela qual não se destacava entre os produtos de exportação (FONSECA, 1983).

o que animava a pluralidade dos investimentos e a concentração de capital. Não seria necessária uma aprimorada capacidade de abstração para que alguém dentre a população pudesse vir a equiparar duas circunstâncias que pareciam se atrair: o fato do indivíduo ser possuidor de uma ascendência germânica com a condição de ser um agente monopolizador. No transcurso do período da guerra, essa associação foi rapidamente lembrada, dadas as circunstâncias delicadas de 1917. A greve ocorrida como decorrência da perda de poder aquisitivo e da inflação crescente, fez com que os operários evocassem uma memória bem relevante para o contexto.

#### **4.5.2 A grande greve de 1917 sob o viés da guerra**

Com a queda das transações internacionais e a conseqüente fuga de capital, o governo brasileiro apelou para a emissão monetária que estimulou a inflação. Problema agregado ao crescimento da demanda externa por gêneros de primeira necessidade, em virtude da guerra, o que provocou uma evasão da produção gaúcha. Ambos fatores foram responsáveis pelo encarecimento do custo de vida, que gerou manifestações populares. Começava-se a dar forma, assim, a um bode expiatório conveniente. E que teria relação com o fato da expressão “açambarcador” ter se tornado recorrente durante o movimento grevista deflagrado em 1917 (SILVA JÚNIOR, 1996). Porque muitos dos empresários exportadores eram de origem alemã, e quando se falava das dificuldades enfrentadas com a carestia do custo de vida, esses senhores de nomes difíceis eram lembrados de maneira pouco afável.

Um comportamento nesse sentido possuía caráter contraditório. Portanto, torna-se necessário considerar as condições sociais da época.

Os meses que antecederam à eclosão da grande onda grevista de julho foram marcados por manifestações patrióticas e de negação a toda a forma de expressão cultural germânica, o que “impediu o movimento operário de exhibir publicamente seu descontentamento ou regozijo: de 6 de abril a 31 de julho não há registro de qualquer greve ou manifestação” (SILVA JÚNIOR, 1996, p. 186). O turbilhão de eventos pelo qual o ano de 1917 atravessou não possibilitou que o movimento operário, através de suas lideranças e pelas manifestações de massa, expressasse livremente os seus argumentos. Uma vez que os indivíduos de origem

germânica se encontravam sob suspeição – lembrando que em abril muitas empresas haviam sido depredadas – talvez o comportamento das lideranças tivesse tido o objetivo de granjear simpatia para as reivindicações operárias junto à opinião pública e marcar uma posição de distinção. É bom lembrar que a etnia germânica teve papel fundamental na formação do movimento operário no Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre<sup>195</sup> e, ao agir assim, poderiam estar tentando evitar futuros dissabores. Por outro lado, a perda de poder aquisitivo entre a classe trabalhadora acabou favorecendo o estabelecimento de uma atmosfera favorável à divulgação das “listas negras”, por menor que fosse a sua legitimidade de direito – até novembro de 1917.

Mesmo que o movimento operário estivesse permeado por ideários contrários ao capitalismo, é possível que tenha prevalecido um certo oportunismo ou uma estratégia de preservação motivada pelo medo. Por certo, havia uma carência de referenciais práticos a serem tomados como exemplares, uma vez que a *Segunda Internacional* havia sucumbido em virtude da traição perpetrada pelas principais lideranças dos partidos social-democratas, ao abandonarem os ideais pacifistas do Congresso da Basileia (1912), apoiando a participação operária na Primeira Guerra (BOTTOMORE, 1997). Ao que parece, o fato do Brasil ter sido um país marcado pela diversidade de origens, “as ideias de classe e nação enfrentavam-se e misturavam-se mutuamente” (BIONDI, 2000, p. 135).

No entanto, a repercussão do comportamento dos anarquistas foi significativa. O exemplo dado por eles está relacionado com a publicação do *Manifesto Anarquista*, de repúdio à guerra e aos interesses econômicos envolvidos. Sendo mais incisivos nas críticas e coerentes na oposição com relação à luta de classes, acabaram sendo castigados pela crítica. No texto anarquista todos os países envolvidos no conflito foram contestados.

Trabalhadores! Há muito que os aliados dizem que batem-se pela liberdade, pela justiça e pelo direito. Outro tanto dizem os austro-alemães.  
E tu povo, que não conheces as intrigas diplomáticas, és capaz de concenciosamente dizer quem tem razão?  
Não, porque não são os fins da guerra, porque se o fosse era justo o teu patriotismo, porque pátria, no seu sentido lato é patrimônio, patrimônio é propriedade [...].<sup>196</sup>

Como resultado, espíritos mais sensíveis ficaram melindrados com a publicação, vendo nela uma mensagem cifrada de germanismo. Previsivelmente, foi aventada a existência de

---

<sup>195</sup> MARÇAL, 1985; PETERSEN, 2001. As obras em questão evidenciam o papel precedente dos operários de etnia germânica na formação de um movimento reivindicatório. Merece destaque a obra de Isabel Bilhão que evidencia a maneira pela qual foi sendo constituída uma identidade proletária em meio a uma pluralidade étnica, dentre as quais a germânica possuía destaque. Ver também: BILHÃO, 2008.

<sup>196</sup> RIO GRANDE DO SUL. Maço 151, AHRS.

relação entre a etnia germânica e o esforço de guerra do momento. O jornal *O Independente* se levantou em oposição, ao passo que denunciava aquilo que seria um embuste de alemães inescrupulosos. Contra os mesmos afirmou:

não nos pode ser juízo que os signatários deste boletim subversivo sejam anarquistas residentes nesta capital, não passando, ao que julgamos, dalgum trabalhinho destes retovados teutos que vivem entre nós e que ocupam alguns, lugares de destaque e de representação.

[...]. Os anarquistas residentes em Porto Alegre, entre os quais vivem cidadãos de respeitabilidade, deviam lançar seu protesto, pondo a mostra a máscara com que alemães e retovados querem se cobrir (O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 8 de fevereiro de 1918, capa).

Algumas conclusões se impõem. No contexto, o discurso se tornava menos relevante do que o sangue daqueles que o pronunciavam. Significou que, a situação se agravara devido ao fato de uma parcela relevante dos operários serem alemães de nascimento. Tal fato fomentava nos seus críticos a recorrente lembrança desta origem germânica, e estes a evocaram continuamente nas suas argumentações. Tais críticos afirmaram que os militantes do movimento operário questionavam os interesses dos países envolvidos na guerra somente por serem alemães; não propriamente pelas suas convicções. Para aqueles que denunciavam a infiltração subversiva, aquilo que os militantes pretendiam era, apenas, ludibriar os brasileiros para que se esquecessem dos verdadeiros vilões da guerra: eles próprios, os alemães. Isso criava um círculo vicioso. Logo, depreende-se que as manifestações políticas populares foram influenciadas pelo envolvimento do Brasil com a guerra, ficando atreladas à questão da identidade nacional. Ou seja, se o indivíduo concordasse com determinada conduta era brasileiro, se não concordasse era antibrasileiro; ou pior, era alemão! Em algumas situações, os patrões eram tidos como alemães por contribuírem para a carestia do povo, em outras, os trabalhadores eram considerados alemães por fazerem greves ou por contestarem alguns dos objetivos da guerra.

Mais uma vez, os anarquistas buscaram deixar evidente a incompatibilidade entre classe e nacionalidade. De acordo com as memórias de Kniestedt, alguns dos sindicatos de Porto Alegre junto à *Federação Operária do Rio Grande do Sul* (FORGS) haviam cogitado a construção de um tiro de guerra para a instrução militar dos operários. O plano não teria dado certo em função da ação dos anarquistas da *Liga Operária* (GERTZ, 1989).

O comportamento peculiar do líder socialista Carlos Cavaco é exemplar dessa contradição de identidades. A sua conduta deve ter resultado mais do seu ímpeto de paladino do que propriamente de alguma convicção ideológica, uma vez que ele não poderia ser



considerado propriamente um proletário, nem um conhecedor das concepções socialistas, tendo uma formação pessoal *suis generis*.<sup>197</sup> A sua posição com relação à guerra mudou de cética em 1914, quando ele a via apenas como um conflito que afligiria o operariado, para antigermânica em 1917. Cavaco arregimentou voluntários para formar os *Legionários do Sul*, que “desfilaram pelas ruas de Porto Alegre, usando uma faixa verde e amarela e entoando hinos patrióticos [e] fomentaram o clima belicoso existente na cidade” (SCHMIDT, 2002, p. 495). A sua posição pessoal de virulenta repulsa à Alemanha e à cultura vinculada a esta terra teve efeito em parte do operariado da cidade.

Cabe revelar por curiosidade, que o desprezo de Cavaco pela Alemanha se tornou tão grande que o mesmo chegou a compor um poema. Tratava-se de um clamor contra a tirania daquele povo, cujo governante seria o maior déspota do mundo. O título era, simplesmente, “Kaiser”.

Assassino covarde! Delinquente!  
Assassino de velhos e crianças!  
Destruidor terrível que não cansas  
de mutilar, de aniquilar, - Serpente!  
Lobo faminto! Tigre indiferente!  
A toda a dor! Chacal! Fera, que lanças  
em pleno abismo a tantas esperanças,  
sem piedade para tanta gente!  
Que ventre te gerou, monstro cruel?  
Em vez de leite tu mamaste fel,  
para seres o rei da crueldade!  
Maldito sejas tu, Satã brutal!  
Irmão de Nero! Imperador do Mal!  
Inimigo de toda a Humanidade! (CAGGIANI, 1986, p. 92).

#### **4.6 A COMPLETA RUPTURA DIPLOMÁTICA: DA QUEDA DE MÜLLER ÀS PASSEATAS DE NOVEMBRO**

Acontece que, depois de maio, mesmo que não houvesse perda de controle da ordem, o naufrágio do *Tijuca* aumentara o ódio popular. Isso teve acentuado reflexo nas comunidades.

---

<sup>197</sup> Contudo, o próprio socialismo em Porto Alegre se apresentava de maneira heterodoxa, cheia de influências que se cruzavam e não poderia ser considerado um equivalente do movimento europeu (SCHMIDT, 2002).

Tanto foi evidenciada uma sensível diminuição dos associados nas sociedades (*Vereine*), como muitos cogitaram de mudar os próprios nomes familiares. A renúncia de Lauro Müller do posto de chanceler, ocorrida no começo daquele mês, tornara-se sintomática. Se ele não conseguira resistir, ficaria a pergunta sobre o que restaria para os demais.

Um pequeno alívio foi possível porque as investidas dos germanófilos diminuíram depois da renúncia (LUEBKE, 1987, pp. 142-144). Mesmo assim, um exemplo do receio foi o pedido feito pelo empresário Carlos Noll solicitando o registro para si da marca *Franceses* (A FEDERAÇÃO, 10 de agosto de 1917, p. 4), uma forma de tentar apagar as origens.

No embalo ufanista das manifestações, o presidente do estado recebeu do Ministro Caetano de Faria, da pasta da Guerra, um telegrama recomendando a organização da seção da *Liga de Defesa Nacional* no Rio Grande do Sul.<sup>198</sup> Acontece que, nela seriam organizadas uma série de palestras versando sobre assuntos diversos, desde aqueles cuja relevância estratégica era importante, como a situação financeira do país e o nível de instrução das tropas das forças armadas, até as de cunho moral, mencionando a importância do culto do heroísmo e da estreiteza de laços entre a nação e o exército (A FEDERAÇÃO, 6 de julho de 1917, p. 6).

A revogação da neutralidade trouxe consigo um sentimento de coesão, mas esteve longe de ter sido capaz de fazer cessar as rivalidades internas. O conflito local, entre os republicanos e os federalistas, permaneceu existindo por detrás dessa aura de congregação, até fazendo uso dele. Após a queda de Lauro Müller, a condução da diplomacia primou pela aproximação completa em relação aos países *Aliados*. Com a entrada dos Estados Unidos na contenda, o Brasil passou a ter neste vizinho americano uma inspiração para que muitos aqui os tomassem como modelo. No Rio Grande do Sul, a política do presidente norte-americano Woodrow Wilson serviu para que os republicanos fizessem a apologia do presidencialismo. As críticas dos federalistas frequentemente eram respondidas mediante exemplos retirados dos atos daquele país tomados em relação à guerra, o que viria a mostrar a perfeição do presidencialismo, representado pela irrepreensível conduta dos Estados Unidos no momento decisivo dos combates. Seriam mostrados como a liderança e a coragem somente poderiam transparecer em sistemas fortes e propícios à ação, o que exporia as limitações do parlamentarismo (A FEDERAÇÃO, 19 de julho de 1917, capa).

---

<sup>198</sup> Em virtude do pouco caso feito por Borges de Medeiros para a organização da seção riograndense da liga, ele chegou a ser recriminado pelo presidente da república, pois alegara não ter tido tempo para a realização da incumbência (GERTZ, 2002).

Força, aliás, que o governo percebeu existir na Inglaterra. Mas, justamente observada para desmerecer o parlamentarismo. Referindo que o parlamentarismo na Inglaterra nascera para ser uma fase transitória que caprichosamente perdurou, o deputado e editor de *A Federação*, Carlos Penafiel, observou que a guerra propiciara a ocasião para concentrar maiores poderes nas mãos do primeiro-ministro (no caso, Lloyd George) em detrimento dos demais elementos do governo. Essa tendência foi saudada, vista como uma evolução que evidenciava ainda mais o caráter ultrapassado do modelo de sistema defendido pelos federalistas (*A FEDERAÇÃO*, 26 de setembro de 1917, capa). Enfim, algumas das personalidades constitutivas do governo desejavam criar uma identificação entre os países *Aliados*, agora aliados do Brasil, como forma de respaldo, o que seria veementemente refutado pelos seus inimigos.

Cabe ressaltar outro elemento contraditório. No mês de julho, foram realizadas manobras militares. Pelas regras do serviço militar, apesar do sorteio para o serviço obrigatório, que fora implementado em 1916, um dos critérios para a obtenção do certificado de reservista sem a necessidade da obrigatoriedade era a inscrição como voluntário nas manobras (MCCANN, 2007). Acontece que o número de inscritos foi considerado baixo, sendo que esse problema voltaria a ser referido no ano seguinte. Além disso, do número total de trezentos inscritos, somente duzentos e oitenta e dois se apresentaram.

Fica a reflexão sobre a profundidade do sentimento brasileiro. Para que não se pense que o movimento empreendido permaneceu apenas na retórica, fica a lembrança de que o exército, historicamente, foi uma instituição relegada, de pequena monta, cujo corpo era tradicionalmente formado por excluídos. No início do século XIX, a oficialidade era necessariamente composta por indivíduos oriundos da nobreza (CARVALHO, 2005). Quando mudou, na sua composição contavam aventureiros em busca de melhor colocação social (MCCANN, 2007). Mesmo no período imperial, as famílias de maior tradição militar da nobreza optavam pela marinha (CARVALHO, 2005). Ver o exército como uma instituição que cativasse os sentimentos do cidadão, que estivesse ao nível da juventude do meio urbano para que assim pudesse atraí-la e as suas famílias, portanto, era uma novidade que dificilmente transitaria do discurso para a prática em pouco tempo, mesmo em tempo de guerra. Os tiros de guerra pelo Brasil, e também no sul, continuaram crescendo como alternativa ao serviço obrigatório (MCCANN, 2007), o que possivelmente ratificasse o

desconforto da juventude que as integrava em se misturar com extratos considerados inferiores.<sup>199</sup>

Embora interessante, o tema não recebeu a atenção devida pela imprensa para que pudessemos acompanhar os seus desdobramentos. Um assunto de maior magnitude se destacou e monopolizou a atenção da cidade, nos dias que se seguiram. No final do mês de julho, chegava o ministro francês Paul Claudel, embarcado no navio de guerra *Marsellaise*, também daquele país, que, além do comandante e, de dois oficiais, contava com uma força de oitenta marinheiros. Inicialmente destinados ao porto de Rio Grande, no sul do estado, para ocupar dez rebocadores cedidos ao governo francês, em seguida se dirigiram a Porto Alegre para uma visita de cortesia ao governante estadual (A FEDERAÇÃO, 23 de julho de 1917, p. 4).

Tendo chegado e sido recepcionado na capital, no dia 26, as devidas saudações ficaram para o dia seguinte. Nele, todas as principais autoridades oficiais e as da sociedade civil foram recepcioná-lo. Em discurso de agradecimento pela visita, Borges de Medeiros ressaltou o papel do estado gaúcho na decisão tomada pelo governo brasileiro de romper as relações com a Alemanha. Por fim, lembrou da dívida da humanidade com a França pela sua luta contra o despotismo em 1789 (A FEDERAÇÃO, 27 de julho de 1917, capa).

Posteriormente, o orador, em nome da *Federação Acadêmica*, salientou a dívida literária e política do Brasil e da América do Sul com aquele país europeu, chegando a afirmar que o brasileiro tem duas pátrias, uma de nascimento e outra intelectual. Disse também que existem duas coisas a serem respeitadas no mundo: a beleza e a glória. “Em uma ama-se a harmonia que inspira; noutra, a centelha que ofusca. Esta domina pelo fulgor de sua força, aquela cativa pela doçura de sua delicadeza” (A FEDERAÇÃO, 28 de julho de 1917, capa).

No discurso (feito em francês), a França foi escolhida antes mesmo da ruptura com a Alemanha, porque do lado dela estaria o direito. Uma interpretação dá conta de que beleza e

---

<sup>199</sup> O envolvimento dos jovens com a caserna requeria algum reconhecimento social. A participação em manobras militares trazia menos visibilidade do que outras atividades da vida marcial como marchas, hinos e desfiles. Através da exposição e do reconhecimento seria possível granjear um certo “prestígio” social que poderia ajudar na satisfação de interesses particulares. Isso faz sentido se ponderarmos que apesar da pouca participação nas manobras, os integrantes dos tiros da capital se organizaram e obtiveram a liberação dos patrões da cidade para participarem do desfile da independência no Rio de Janeiro (A FEDERAÇÃO, 31 de julho de 1917, p. 4). No ensaio realizado pelo Tiro n.º 4 na rua, na véspera do embarque, a multidão saudou os atiradores que garbosamente marcharam para se apresentar para o presidente Borges de Medeiros. Durante o embarque, a multidão se concentrou no cais do porto para prestigiar a partida desse grupamento que partiu juntamente com o Tiro n.º 318 (A FEDERAÇÃO, 28 de agosto de 1917, p. 3).

glória têm relação direta com as duas supostas pátrias do brasileiro. A de nascimento provavelmente deve evocar a beleza, enquanto a glória deve ser tributária do vigor intelectual. Ou seja, Brasil e França, na visão compartilhada pela classe acadêmica gaúcha, se complementariam, a partir do melhor que cada uma teria a oferecer, para a formação do brasileiro. Teoricamente falando, a partir da análise daquilo que foi dito no discurso, o brasileiro não seria o produto de duas pátrias, mas de uma pátria e de uma nação. A França foi escolhida pelos seus atributos, a maneira como ela foi pensada e veiculada pelos seus intelectuais admirados e pela justiça inerente à sua força, o que se aproximaria da concepção de nação eletiva de Ernest Renan (1987). A interface com a brasilidade seria dada a partir do contato com a natureza aprazível, que ajudaria a reelaborar uma forma de pensar a partir do meio para construir a própria nação brasileira.

Nessa perspectiva se insere como exemplo o apoio ao escotismo. O mérito da integração dos jovens nos grupos de escoteiros estaria na vida junto à natureza que seria proporcionada. A natureza seria a inspiração que proporcionaria à juventude uma vida sadia, forjada no sentimento de gratidão a esta, o que facilitaria, mediante o hábito do esforço físico, a adaptação à caserna, no início da fase adulta, concluindo a formação do brasileiro. O que pode ser observado na reunião da *Sociedade de Escoteiros de Porto Alegre* quando se conclui que o benefício para a mocidade estava no fato de desenvolver nela:

o organismo, robustecido em marchas e “raids” pedestres, o que é vantajoso ao físico. Pelo lado moral, acostuma a adolescência à vida de campanha e às dificuldades da caserna, em uma nítida visão do que é a defesa do sítio pátrio (A FEDERAÇÃO, 23 de outubro de 1917, p. 3).

Isso mostra o quão fluida era a ideia a respeito daquilo que seria “o ser brasileiro”, a nação brasileira, e o quão dependente da pátria era essa ideia. Além do mais, ela dependia daquilo que se incorporava e daquilo que se descartava. Por certo, passava por nascer no Brasil, mas, naquele momento, também passava por rejeitar a cultura alemã enquanto se abraçava a cultura francesa, isto é, abraçava-se o latinismo em detrimento do germanismo. Em virtude da conjuntura histórica passava por mostrar um desejo de servir às forças armadas, mas, em virtude da trajetória histórica, de preferência, sem que houvesse a necessidade de cumprir funções junto a inferiores ou que fossem consideradas diminutivas na escala social.<sup>200</sup>

---

<sup>200</sup> É curiosa a maneira como o passado escravista repercutiu na compreensão do brasileiro sobre o trabalho e sobre os trabalhadores. Uma discussão apropriadamente retomada por Isabel Bilhão (2008), que enfoca o trabalho fabril, mas que se aplica a outras variações.

Isso guarda semelhança com as colocações feitas por José Antonio de Paula (2008). Nelas se percebe um conservadorismo de ideias, marcado pelo elitismo e pelo preconceito, bastante presente no pensamento francês a partir da metade do século XIX, mas que era comum em outras partes da Europa, dada a orientação de vistas para o passado ao invés de para o futuro no pensamento dos nacionalistas europeus, como bem lembra Norbert Elias (1997).

Carlos Lessa (2008), por sua vez, vê no período entre 1914 e 1918, no qual as ilusões do progresso se desvaneceram, havendo uma tendência à ruptura intelectual com a Europa. Antes dele, Thomas Skidmore (1976) observou que o pensamento racista no Brasil, diretamente influenciado pelos europeus, durou até 1914, tendo com a guerra iniciado um pensamento nacionalista com vias a se desvencilhar da herança racista. Entre pensadores de maior expressão, como Alberto Torres, Álvaro Bomfílcar e Manuel Bonfim (bem antes da guerra), é perceptível sim uma ruptura (OLIVEIRA, 1990), mas entre os pensadores menores que travavam contato diário com os leitores de cidades mais distantes dos principais centros urbanos do país, como Porto Alegre, ao que indica, não parece ter ocorrido este descolamento. Perceptível foi uma reordenação da problemática da questão racial. O sentimento de inferioridade, que pendia como uma espada colocada, pelo discurso brasileiro, acima das cabeças dos brasileiros, transformou-se em xenofobia, e a espada passou a pender, preferencialmente, sobre a cabeça dos alemães e teuto-brasileiros. Processo que contou com um evidente estímulo francês.

Na realidade, não é objetivo do trabalho estabelecer uma comparação entre a produção intelectual de pensadores oriundos de diferentes partes do Brasil. Tampouco se busca efetuar uma análise do pensamento dos autores que tiveram suas ideias publicadas na cidade de Porto Alegre, durante o período de 1914 a 1918, meta que excederia em muito a capacidade de execução do trabalho. Entretanto, isso não obsta a identificação em alguns escritores, de elementos que evidenciam a permanência da dívida com o pensamento europeu, principalmente com o francês. Ou seja, na conjuntura da guerra, a preocupação nacional manifesta pelos escritores brasileiros não dá mostras da existência de uma ruptura intelectual, mas de continuidade.

Um exemplo disso é o artigo “Ressurreição Latina”, escrito por Alcides Maia, no qual comenta o livro homônimo que fora recentemente publicado por um amigo. Nele, o autor concorda que o erro dos alemães estivera no fato de não terem sido capazes de assimilar a

clássica cultura helênica, de onde teria evoluído a cultura ocidental, assim como os franceses o fizeram para desenvolver o próprio espírito. Se assim o tivessem feito, aprendendo a admirar as conquistas intelectuais francesas, os alemães teriam conseguido “o amortecimento das energias bárbaras da raça” (A FEDERAÇÃO, 9 de agosto de 1917, capa). O problema é que ele não explicou se os franceses conseguiram domar ou se eles não tinham uma alma bárbara.

É de difícil confirmação a maior ou menor concordância do público leitor com o livro analisado anteriormente ou mesmo com os artigos do próprio Alcides Maia nos jornais. A questão também é válida para outros escritores e articulistas de periódicos. É notável, apesar da limitação, e deve ser destacado, que a maneira como as características germânicas foram vulgarizadas e decompostas em alguns conceitos (ou, melhor dizendo, preconceitos) elementares e rudes, repete-se na maioria dos textos publicados posteriormente a abril de 1917, até novembro de 1918, quando a conflagração foi encerrada.

Por outro lado, majoritariamente, o pensamento francês era louvado como expressão maior da humanidade. Tendência que tem a sua presença observada em textos assinados, tanto por autores como o próprio Alcides Maia, quanto em pequenos excertos em que o autor sequer aparece. O que fica evidente são as maneiras distintas e predominantes de diferentes textos, de diferentes escritores, de maior ou menor erudição, abordarem um assunto de maneira análoga. A única ressalva observável seria que, alguns naturalizavam por completo a germanidade, abordando-a como uma herança maligna a ser combatida, isto é, inerente a todo descendente (o que qualifica o indivíduo, absolutamente, como integrante de uma raça/nação). Por outro lado, havia aqueles que viam a preservação de uma hierarquia cultural na qual os valores de origem alemã viriam em primeiro lugar como o verdadeiro mal, portanto, um mal opcional que poderia ser abandonado pela plena participação cívica (educação composta com disciplinas voltadas ao estudo do Brasil, integração em instituições militares, participação em agremiações políticas).

Além do mais, em se tratando do desenvolvimento de um sentimento de nacionalidade, o mesmo Antônio Lessa (2005) crê na existência de nuances entre o Brasil e outros países. Diferentemente dos países que enfrentaram conflitos cujos perigos iminentes das guerras transformaram o temor do povo em nacionalismo, no Brasil, onde as ameaças não ocorreram, para ele o nacionalismo teria sido embalado pelo apego ao território.

Retornando aos fatos que marcaram a guerra em Porto Alegre, merece comentário a vinda de um representante da agência *Havas*. Chegando junto com Claudel à cidade, Leon van Vassanhove ocupava o cargo de diretor da sucursal do Rio de Janeiro e sua estada serviu para firmar um contrato com *A Federação* para fornecer informes por via telegráfica. Como resultado, o governo estadual passou a reproduzir as notícias veiculadas por uma das maiores empresas de comunicação do mundo, francesa (ver item 1.3), que já fornecia para outros periódicos da cidade, e submetida à censura de guerra do próprio país. Começava a se concretizar o temor de que as informações do *front* viessem “maquiadas” para explorar a violência alemã, preocupação levantada ainda no começo do ano por *O Diário*.

Afinal, como afirma Robert Park (1972), esse tipo de informação possui um valor dificilmente calculável, pois, ela é sintética, feita em poucas linhas, atraindo a leitura do expectador antes dos textos densos. Mais do que isso, ela é colocada em discussão pelas pessoas e surgirá, a partir dela, a famosa opinião pública. No entanto, quanto menos variações da notícia dada existirem, maior a chance das opiniões discutidas se centrarem em torno do assunto tratado e menor será a de discutir o conteúdo da notícia em si.

Continuando sobre a visita do ministro francês, é observável o desejo de usá-la como instrumento político. Após a sua partida, *A Federação* republicou as palavras amáveis proferidas pelo visitante ao presidente estadual, bem como as palavras envaidecidas feitas em retribuição e apreço à França. O objetivo estava relacionado à crítica, logo em seguida feita, a uma das lideranças federalistas, Rafael Cabeda. Deputado federal eleito em 1915, ele havia estudado em Hamburgo durante a juventude, motivo pelo qual, era capaz de se comunicar em alemão (FRANCO, 2007). Este, de acordo com o artigo, teria se dirigido às colônias alemãs do interior para fazer elogios à Alemanha. Devido a isso, o órgão republicano expressou a sua lastimada crítica contra o oportunismo de um indivíduo que por meros votos, e com um horizonte limitado às querelas políticas estaduais, não saberia orientar seus impulsos em nome de valores maiores necessários ao momento, como bem sabia Borges de Medeiros (*A FEDERAÇÃO*, 31 de julho de 1917, capa).

Posteriormente, o jornal retornou ao tema em outra edição. Ao mencionar a visita de federalistas à região de São Leopoldo, comentou que estes foram amavelmente recebidos, tanto pelo colono quanto pelo gaúcho, mas que, ao descambar a conversa para a política, os federalistas recebiam uma veemente negativa que seria típica da gente simples e honesta. Tal gente referida, na opinião jornalística, saberia que o federalismo padecia ante a mingua de



grandes ideais. Ao final, o jornal agradecia em nome do presidente Borges, especialmente à colônia alemã, pelo reconhecimento ao líder que “jamais deixou de ampará-la” (A FEDERAÇÃO, 4 de setembro de 1917, capa). E também em outra, no mês seguinte, quando de uma nova passagem pela região do vale dos Sinos, o jornal se referiu à sedutora lábia de Rafael Cabeda, cujo verbo saberia ser tanto “acastelhanado” quanto “agermanizado”, de acordo com as circunstâncias, indicando o oportunismo da oposição (A FEDERAÇÃO, 18 de outubro de 1917, capa).

Nota-se que o governo buscou fortalecer uma autoimagem na qual ele aparecia como defensor dos teuto-brasileiros, na medida em que se colocava como fiador da lealdade destes ao Brasil, e protegia as suas propriedades. No entanto, era um jogo perigoso. Ao dizer que o deputado Rafael Cabeda ia defender a Alemanha junto à região colonial, fazia pairar uma desconfiança ameaçadora muito maior, sobre os alemães e teuto-brasileiros, do que sobre um deputado escorado em bases eleitorais sólidas que não deixariam uma acusação como esta se transformar em boato. Ao que pese a real atitude conciliadora e em prol da ordem, parece que os republicanos procuraram utilizar o sentimento de insegurança dos indivíduos de origem germânica como arma política.

Um dos comentários críticos aos federalistas dava conta de que estavam à caça de votos. Por mais sólidas e disciplinadas que fossem as bases republicanas, seria sempre preferível a garantia legítima da hegemonia através dos votos do que a utilização de outras estratégias, portanto, também aos republicanos interessavam votos. Ou seja, seria relevante lembrar que nesse ano ocorreriam eleições estaduais. No dia 25 de outubro, o mandato de presidente estadual estaria sob o crivo dos eleitores, o que faz com que ponderemos as atitudes e os discursos proferidos naquele ano também pelo lado eleitoral.

E foi pelas mesmas questões políticas e eleitorais que Borges militou pela ajuda aos belgas. Em 25 de agosto, foi publicada uma correspondência enviada por Rui Barbosa e Nilo Peçanha (novo chanceler, após a saída de Lauro Müller). Nela se fazia um apelo para que o Rio Grande do Sul se compadecesse da desgraça a que estava a Bélgica submetida sob domínio alemão (A FEDERAÇÃO, 25 de agosto de 1917, capa).<sup>201</sup> Dias depois, a Associação

---

<sup>201</sup> Esse foi um dos assuntos mais comentados no mundo durante a guerra. Os jornais foram incansáveis, ao longo de todos os anos da guerra, em fornecer detalhes das atrocidades alemãs. Esse foi um dos assuntos contra os quais combateu o periódico *A Guerra*. Na historiografia, Bárbara Tuchman (1998) é a principal referência para estudar as violências cometidas. A despeito disso, os alemães procuraram explorar a rivalidade interna existente entre valões francófonos e flamengos neerlandeses, pois, enquanto os oficiais belgas eram oriundos do

Comercial do Rio de Janeiro telegrafou à Diretoria da Junta Comercial de Porto Alegre<sup>202</sup> para que também aderisse ao esforço de uma causa tão nobre (A FEDERAÇÃO, 31 de agosto de 1917, p. 7). A resposta de Borges, em mensagem telegrafada, foi dada no mês seguinte, sendo que ele dizia que a campanha calara fundo na sua alma e na do povo gaúcho e, para provar, requisitaria fundos da assembleia estadual quando esta começasse a se reunir em setembro (A FEDERAÇÃO, 5 de setembro de 1917, p. 7). Enquanto isso, ele enviou uma circular às intendências de todo o estado pedindo que as municipalidades, na medida de seus recursos, ajudassem a população daquele país.<sup>203</sup> Então, no dia 6 de outubro, lembrando o pedido encarecido de Rui e Nilo, foi enviada a mensagem para a Assembleia dos Representantes do estado solicitando ajuda pecuniária para “amparar a um povo que os invasores, com menosprezo de todas as leis jurídicas e morais tem submetido a toda a espécie de torturas imagináveis”.<sup>204</sup> Dessa forma, tornava-se irrefutável que o bem-estar daquela população, tão cara a cobertura jornalística mundialmente feita, tocava nos responsáveis pela administração riograndense. A validade estaria no fato de que a imagem do governo poderia se plasmar com a dos grandes países que havia anos eram assuntos diários nas rodas dos cafés, nas redações dos jornais, buscando romper com as desconfianças levantadas pelos opositores.

A discussão entre situação e oposição foi levada para o interior da Assembleia dos Representantes. Percebe-se, em ambos os lados, um jogo de poder que passava pela pretensão de criar uma identificação com os países *Aliados*. Sendo a época da Primeira Guerra integrante do período de hegemonia castilhistaborgista (AXT, 2005; AXT, 2007), ocorreu a implementação das maiores obras políticas desse grupo no poder, bem como a retomada da militância formal da oposição através do pleito eleitoral (PINTO, 1986; TRINDADE, 1981). Tendo isso em vista, seria de se supor que a oposição tenha procurado fazer uso de elementos que pudessem lhe granjear reconhecimento e maior prestígio entre os eleitores. O envolvimento direto do Brasil na guerra e o engajamento de massas populares, interessadas no assunto e encarnadas de um sentimento de brasilidade e de simpatia aos países *Aliados* haveria de se prestar como boa ferramenta para a obtenção desse prestígio. Por sua vez, a

---

primeiro grupo, a soldadesca geralmente vinha do segundo, no qual os alemães procuram se apoiar através do estímulo às particularidades culturais (VALENTE, 1998).

<sup>202</sup> Cabe lembrar que a diretoria desta instituição historicamente esteve submetida a lideranças de origem germânica (ROCHE, 1969). Naquele momento, o presidente da junta era o deputado Edmundo Bastian.

<sup>203</sup> PORTO ALEGRE. Correspondência Geral Expedida. Intendência de Porto Alegre, 1917-1919, n.º175, AHPAMV.

<sup>204</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 15ª sessão, 6 de outubro de 1917, p. 77, ML.

situação utilizou o mesmo recurso no intuito de frear a oposição e não ver a sua hegemonia ameaçada.

Disso decorre uma discussão realizada e transcrita pela *Federação* envolvendo os países *Aliados* e cujo título é “A guerra dos parlamentaristas”. Os deputados federalistas, ponderando que a conflagração terminaria com a vitória das forças francesas, britânicas, italianas, concluíam que isso significaria uma incontestada vitória do parlamentarismo, mostrando que este seria o melhor regime de governo. Do outro lado, os republicanos condenaram a assertiva como mera retórica, ressaltando o papel histórico dos Estados Unidos (3 de outubro de 1917, capa). Daí se depreende que a empreitada de cada um dos partidos, naquilo que tangia ao conflito mundial, estava ligada ao intuito de fortalecer junto ao público uma imagem própria que fosse vista como mais patriótica do que a do outro, sempre que possível associada aos países admirados pelo público.

Essa tendência ganhou incremento com a formal declaração de guerra que ocorreu após a notícia do afundamento do navio *Macau*. Quase findando o mês de outubro, a referida embarcação, um antigo vapor alemão apreendido em abril, também teve o seu comandante aprisionado. Imediatamente, no dia 25, a resposta brasileira veio com a decisão pelo estado de guerra. Assim que o governo gaúcho tomou conhecimento da decisão da União, a notícia foi afixada no mural do órgão republicano e a sirene acionada para chamar a atenção dos populares, iniciativa seguida pelos demais periódicos. As pessoas correram às portas dos seus jornais favoritos e, tomando conhecimento do acontecido, começaram a organizar manifestações de desagravo (A FEDERAÇÃO, 26 de outubro de 1917, capa).

A manifestação, quase imediata à tomada de conhecimento do fato, por volta das vinte horas e meia ocorreu sob forma de préstito, sob a liderança de alguns acadêmicos da cidade. O comportamento, quase protocolar, contava com passada aos consulados amigos, à imprensa e à residência de Borges de Medeiros, em um ritual que iniciava com o discurso afetuoso de um dos integrantes do préstito e terminava com uma laudatória de agradecimento do visitado, sendo que, o movimento costumava fazer uma pausa em algum dos cafés para o entoar o hino nacional brasileiro e o francês. A exceção ficou por conta do presidente do estado que, não aparecendo à janela por cansaço extremo, permaneceu nos aposentos, tendo sido a massa recebida pelo Chefe de Polícia. No final, os participantes oriundos da Faculdade de Direito se reuniram em deliberação para aprovar o envio de um telegrama de solidariedade ao presidente da república.

Reafirmando a sua posição de vanguarda na defesa da causa dos *Aliados*, os republicanos, no dia posterior ao préstito, lembraram que o governo gaúcho havia muito que defendia uma posição mais engajada na guerra, que teria sido ratificada através do contato íntimo e afável com o ministro Paul Claudel (essa versão foi lembrada sempre que possível). Enfatizando, para tanto, o apresso pelos países que compuseram a Tríplice Entente e, mais do que isso, à França, afirmavam que era a partir da “supremacia espiritual de Paris que o mundo civilizado se congregava” (A FEDERAÇÃO, 27 de outubro de 1917, capa).

Após a declaração, rapidamente, o governo estadual procurou colocar em prática as determinações estabelecidas pela União. Em 27 de outubro, a Assembleia dos Representantes votou unanimemente – tanto republicanos quanto federalistas – a favor da moção feita pelo deputado Getúlio Vargas, de solidariedade à decisão do presidente da república, por ocasião da declaração de guerra à Alemanha. Para o interesse maior, sem a ocorrência de mal-entendidos, ele recomendara para o bem da preservação da altivez e do espírito de solidariedade do povo gaúcho, que o mesmo se mantivesse numa atitude digna, para que nenhum mal pudesse sofrer, conforme disse nas suas próprias palavras, “os inculcados pelos pecadores”.<sup>205</sup>

Na sessão seguinte na Assembleia dos Representantes, os deputados, que por algum motivo não puderam comparecer naquela em que a moção fora aprovada, pediram a palavra para se solidarizarem com Getúlio Vargas. Foram os casos dos senhores Alberto Bins e Jacob Kroeff Neto. O último em questão frisou que falava em seu nome e no do município de São Leopoldo, no qual morava, cuja população de origem germânica fazia questão de afirmar o sentimento pátrio pelo Brasil.<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 30ª sessão, 27 de outubro de 1917, p. 96, ML.

<sup>206</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 31ª sessão, 28 de outubro de 1917, p. 99, ML.

#### **4.7 A CIDADE DE PORTO ALEGRE SOB O ESTADO DE GUERRA**

No dia seguinte à chegada das informações e das primeiras repercussões da declaração de guerra ocorreu um novo préstito. A diferença de tudo aquilo que ocorrera no mês de abril, dessa vez as manifestações foram controladas pela Brigada Militar, impedindo que as mesmas pudessem se caracterizar como uma massa real. Às expansões dos ânimos foi dado o caráter de formalidade para marcar a nova condição diplomática. Tanto que a multidão saiu na mesma hora do dia anterior, reunida na frente do Quartel-General da Brigada, saindo atrás da banda da mesma instituição, que ia a tocar marchas patrióticas. Quase de maneira burocrática, percorreu os consulados, os periódicos, a casa do presidente do estado, além da sede do Tiro n.º 4. Mais uma vez, o detalhe a ser destacado, pelo fora do comum, foi a repetida ausência de Borges de Medeiros, quando o préstito chegou à sua residência porque o mesmo se encontrava ausente (A FEDERAÇÃO, 27 de outubro de 1917, p. 7).

Uma terceira manifestação foi realizada no dia 28 pelos acadêmicos da cidade. Diferentemente do havido até então, o Chefe da Polícia foi ao encontro dos mesmos, solicitando que ficassem circunscritos às imediações da praça Senador Florêncio, onde haviam se reunido. O motivo alegado dava conta de que seria uma maneira de impedir a infiltração de elementos mal intencionados. Além do mais, havia o argumento de que as declarações feitas nos dias anteriores já haviam sido suficientes para que fossem dadas provas de patriotismo. E assim ocorreu. Reunidos na *Federação Acadêmica*, os universitários decidiram que uma grande movimentação somente seria realizada no dia em que fosse decretada a mobilização geral para a guerra, sendo que, no final da passeata, todos os participantes se alistariam como voluntários (A FEDERAÇÃO, 27 de outubro de 1917, p. 7).

Acontece que, naquele mesmo dia, muitos dos indivíduos se mostraram inconformados com a restrição do espaço para manifestação, e tentaram empreender uma passeata. A reação das autoridades coibiu a movimentação. Atitude reforçada pelo conhecimento tomado de que, a partir de um boletim afixado a um poste, conclamava-se a massa a empastelar a *Deutsche Zeitung*, sob o argumento de que ainda estaria sendo publicado em alemão pelo seu editor, Arno Philipp. Aliado a isso, a informação de que a *Livraria Krahe* havia sido invadida para

que fossem retiradas as fotos da Alemanha que estavam na vitrine, sendo os empregados obrigados a gritar vivas ao Brasil e morras à Alemanha, fez com que o Chefe de Polícia tomasse a decisão de impedir ajuntamentos de mais de três pessoas nas ruas. Posteriormente, no dia 29, repetiu-se aquilo que seria uma quarta manifestação, terminando em um incidente. Jovens levando cartazes jocosos iniciaram o percurso pela rua Duque de Caxias (onde habitavam algumas das personalidades mais proeminentes da política), sendo interceptados pela polícia que os intimidou a abandonar a intenção inicial. Aqueles que recusaram a atender à solicitação acabaram dispersados pela investida da cavalaria (A FEDERAÇÃO, 30 de outubro de 1917, capa).

Após o episódio do *Macau*, algumas medidas foram tomadas imediatamente, mas, formalmente, faltavam regras aprovadas pelo Congresso que regulassem a vida naquele período excepcional. Depois de discussões de propostas realizadas por deputados, algumas das quais rejeitadas, em 17 de novembro o *Diário Oficial da União* publicou as medidas complementares à declaração de guerra.

Entre os mais relevantes, alguns merecem citação. O artigo primeiro facultava ao executivo federal o direito de declarar o estado de sítio em qualquer parte do território da União, caso fosse necessário. O segundo, que facultava ao poder executivo suspender qualquer transação realizada entre cidadãos brasileiros e súditos inimigos. O terceiro, que em caso de suspeita permitia ao governo confiscar bens de qualquer natureza de súditos inimigos e exigir satisfações sobre negociações de qualquer natureza. O oitavo, que afirmava que alemães naturalizados após a declaração de guerra seriam tratados como súditos inimigos e que a naturalização de alemães estava proibida (A FEDERAÇÃO, 29 de novembro de 1917, capa).

Apesar de todas as expansões de amor ao Brasil, das bravatas cantadas contra a Alemanha, não houve um movimento equivalente nas fileiras do exército. Diferentemente do esperado, faltaram homens para completar as vagas do sorteio. Em uma nota discreta, sem nenhum destaque que a ressaltasse, podia-se descobrir que o ministro Caetano de Faria solicitou a ajuda de Borges de Medeiros para aliciar “voluntários para o preenchimento dos claros existentes no exército neste estado” (A FEDERAÇÃO, 30 de novembro de 1917, p. 6).

Dias depois, um editorial contundente d’A *Federação* dizia que não era possível mais manter ilusões, pois, a guerra não terminaria tão cedo. Alíás, não somente isso, afirmava que

desejar a paz, naquele cataclismo mundial, ignorando a justiça, seria um crime. Depois de tudo que a Alemanha já fizera, urgia a preparação imediata das forças armadas brasileiras (A FEDERAÇÃO, 4 de dezembro de 1917, capa). Então, em consonância com essa proposição:

autorizada pelo patriótico governo do estado, *A Federação* faz um vibrante apelo à mocidade riograndense a fim de que acorra em massa ao voluntariado, alistando-se como é necessário e nobilitante para os nossos tradicionais foros de coragem nunca desmentida, de heroísmo cívico e de abnegação fecunda [...].  
A nossa grande pátria precisa mais do que nunca da união inquebrantável de todos os seus filhos [...] porque tem ela voltados sobre si os olhos de todo o mundo civilizado (4 de dezembro de 1917, capa).

De mais a mais, advertia que aqueles eram tempos de demonstração de lealdade. Quanto às palavras bonitas, dizia que se tornavam inúteis quando não coadunadas à ação, pois, elas não bastariam a si mesmas, sob o risco de o indivíduo ter o seu valor questionado. Logo, nada restaria a não ser se jogar de cabeça na preparação para a guerra.<sup>207</sup>

Após o episódio, o governo começou a se preparar para a visita de mais um ilustre francês que receberia. Agora, enquanto aliado de guerra.<sup>208</sup> Em nome de seu país, o ilustre cientista Georges Dumas trouxe presentes ao presidente Borges de Medeiros, em um ato de apreço, com vistas a um maior estreitamento de relações. Sua oferenda, “como presente do governo francês, [foi] um autógrafo de Augusto Comte e um fino vaso de Sèvres” (GAZETA COLONIAL. 29 de dezembro de 1917, p. 2). Honraria politicamente explorada mediante explicações. A deferência serviria para confirmar a absoluta afinidade entre o estado sul-brasileiro e a república francesa e, mais do que isto, para vaticinar um futuro próximo de regeneração embebido nos ensinamentos de Comte (A FEDERAÇÃO, 6 de dezembro de 1917, p. 3).<sup>209</sup>

O visitante era um renomado psiquiatra, que escrevera uma tese de filosofia sobre Augusto Comte e Saint-Simon. Seu objetivo na visita era de estreitar os laços científicos entre

---

<sup>207</sup> Ao que tudo indica, a campanha não surtiu efeito. Lê-se em um artigo do jornal *Notícia*, sobre o frustrante sorteio de 1918, o que fez o periódico manifestar todo o seu pesar. Consternado, confirmou que a mocidade “recebeu com manifesta repugnância o sorteio” e que “às autoridades chegaram até pedidos de isenção baseados em motivos de crença religiosa” (10 de maio de 1918, capa, ABM).

<sup>208</sup> RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado a Assembleia dos Representantes, 1918, p. 4, AHRS.

<sup>209</sup> Continuando com os paralelismos, por ocasião da posse de Borges de Medeiros, em 25 de janeiro, após a reeleição, *A Federação* comentou que os tempos difíceis impunham governos fortes para garantir segurança às suas populações. Aquilo que os europeus haviam descoberto da pior maneira, o Partido Republicano Riograndense já havia percebido sem que fossem necessárias as mesmas desgraças. França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos estariam fazendo algo que não era novidade, apenas confirmando a tendência futura que ia ao encontro da prática do PRR (25 de janeiro de 1918, capa).

Brasil e França.<sup>210</sup> George Dumas, oficial do exército francês, veio e fez, “em 1917, durante vários meses, propaganda em favor de um empenho brasileiro, ao lado dos *Aliados*, na guerra contra a Alemanha” (PETIJEAN, 1996b).

Nos nove dias em que permaneceu em Porto Alegre, promoveu palestras e visitou as minas de carvão do interior do estado. Explicou na Faculdade de Direito que o livre pensar alemão e o desenvolvimento da burguesia daquele país foram eclipsados pelo militarismo de origem feudal (A FEDERAÇÃO, 24 de dezembro de 1917, p. 2). Para os médicos, dissertou sobre os problemas psíquicos causados pela guerra.

Antes de partir, no dia 27 de dezembro, visitou os Tiros da cidade. Mas, não poderia deixar a cidade sem solicitar a Borges de Medeiros os seus bons ofícios, junto ao comércio da praça de Porto Alegre e junto ao interior do estado, para a subscrição de um empréstimo de auxílio de guerra para a França (GAZETA COLONIAL, 12 de janeiro de 1918, p. 2).<sup>211</sup>

No dia 4 de janeiro de 1918, *O Independente* (p. 2) noticiou o naufrágio do navio *Taquary*. Dessa vez, não houve reverberação do acontecimento. Talvez por causa da conscientização que o governo tentara, aconselhando que a mocidade se dirigisse mais à caserna do que à bravata. Talvez pelo receio da repressão policial. Da parte do governo, não houve manifestações de surpresa devido a pouca repercussão popular. A reação da parte d’*O Independente* deixa no leitor um misto de impressões. Comentou que “o ataque pede revanche”, mas que “o povo silencia e faz muito bem”, mencionou que o povo lançou “um protesto mudo” (4 de janeiro de 1918, p. 2).

Da parte governamental, o destaque naquele mesmo dia era o empréstimo francês. O presidente estadual endossara a campanha em prol da França, e *A Federação* chamou a participação do povo riograndense dizendo que este “não pode ficar alheio em face da obrigação moral que lhe corre de subscrever o terceiro empréstimo francês” (4 de janeiro de 1918, capa).

O resultado foi um sucesso. Houve o engajamento, de acordo com os nomes citados, de muitos políticos e capitalistas de Porto Alegre e do interior, de todas as origens. O

---

<sup>210</sup> A criação da Academia Brasileira de Ciências, em 1916, forneceu as bases do estreitamento de relações com as academias francesas. Em 1907, surgiu na França o *Groupement de Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations avec l’Amérique Latine*, formado por cientistas daquele país, do qual Dumas era membro, que buscavam o intercâmbio de estudantes da América Latina para completarem seus estudos na França (PETIJEAN, 1996a).

<sup>211</sup> Em suas memórias, Mário Kroeff (1971) atribui a Dumas a ideia de criação da missão médica brasileira.



empresariado de origem germânica também prestigiou a campanha. Entre as empresas colaboradoras, podem-se encontrar os nomes de *Schneider & Cia.*<sup>212</sup> e *Frederico Mentz & Cia.*<sup>213</sup>, de onde saíram contribuições de cinco mil francos cada. *Brochado & Brodt*, *Eichenberg & Cia.* e *Sperb, Felipe e Cia.* doaram dois mil francos cada. Embora não tenha sido possível quantificar o valor doado, ainda aparecem citados como contribuintes Guilherme Jung<sup>214</sup>, Norberto Jung, além da empresa *Rentzsch & Cia* (A FEDERAÇÃO, 4 de janeiro de 1918, p. 5).

A esse tempo, a diretoria regional da *Liga de Defesa Nacional* começou a se mostrar mais atuante, propondo-se a realizar conferências cívicas.<sup>215</sup> A presidência coube ao general Manoel Theophilo Barreto Vianna, que era presidente da assembleia estadual. Além dele, compunham a diretoria o general Frederico de Mesquita, o arcebispo D. João Becker, o intendente José Montauray, diretores de jornais e de faculdades e os deputados Carlos Penafiel e Edmundo Bastian. Justamente este último foi o responsável por atrair investimentos e novos sócios. Henrique Ritter, Alberto Bins e Bernardo Sassen, ao aderirem à “liga”, contribuíram com doações financeiras. Entre outros associados, que também tinham de pagar uma contribuição anual, encontram-se os nomes de Hugo Gertum, Oswaldo Kroeff e Carlos Foernges (A FEDERAÇÃO, 4 de janeiro de 1918, p. 5).

Atuante, desde o começo do ano novo, as forças policiais foram empregadas para frustrar tentativas de burlar as medidas implementadas. Eduardo Eurico Phol chegou de São Luis Gonzaga escoltado em Porto Alegre, acusado do crime de espionagem naquela cidade. Foi ele recolhido à Casa de Correção (GAZETA COLONIAL, 2 de janeiro de 1918, p. 2). Dias após, foi feita denúncia pelo procurador da República contra Theodoro Walters, acusado de angariar, clandestinamente, dinheiro para o empréstimo alemão ultimamente lançado,

---

<sup>212</sup> Firma de um empresário imigrante, voltava-se para a importação e exportação, principalmente ligadas a artigos de couro. Prosseguiu, após o falecimento de seu criador, quando os filhos deste, teuto-brasileiros nascidos e criados no Brasil, assumiram os negócios (LLOYD et al., 1913).

<sup>213</sup> Frederico Mentz nasceu na região de Novo Hamburgo, iniciando sua carreira comercial na região de São Sebastião do Caí. Dentre os múltiplos negócios de importação e exportação, encontrava-se o comércio da banha (LLOYD et al., 1913). Transferiu o centro das suas atividades para Porto Alegre em 1911, ligando-se também à indústria, ao setor de bancos, à hotelaria e à colonização (REINHEIMER, 1999).

<sup>214</sup> Guilherme Jung nasceu em Porto Alegre, mas foi educado na Alemanha, onde aprendeu o ofício do comércio, tornando-se um importante importador de tecidos (LLOYD et al., 1913).

<sup>215</sup> O atraso na sua organização, em parte, deveu-se ao fato da pouca dedicação de Borges de Medeiros. Em cada estado era de praxe que o presidente da sessão regional fosse a autoridade máxima do estado, mas Borges, censurado pelo próprio presidente da república por não ter tomado providências após a declaração de guerra, alegara falta de tempo (GERTZ, 2002).

auxiliando assim, uma nação inimiga (GAZETA COLONIAL, 9 de janeiro de 1918, capa).<sup>216</sup> Findando esse primeiro mês do ano, na Typographia do Centro, de propriedade do sr. Hugo Metzler, foram apreendidos 752 almanaques escritos em idioma alemão. Esta apreensão foi devida a uma denúncia dada pelo intendente de S. Luiz, “que apreendeu um exemplar do dito almanaque em mãos de um particular que afirmou tê-lo comprado em Porto Alegre” (GAZETA COLONIAL, 30 de janeiro de 1918, p. 3).

Essa intensificação no combate às infrações, ao invés de tranquilizar, contribuiu para a paranoia manifestada por alguns periódicos que viam inimigos em todo o lugar. Mas, deve ser destacado que as ocorrências foram diminuindo, pela repressão e pelo conjunto de outros fatores que se interpunham.<sup>217</sup> No mês seguinte, houve uma apreensão, de almanaques apreendidos em nome de Alfredo Wiedemann (GAZETA COLONIAL, 27 de fevereiro, capa).

A exceção de alguns pequenos episódios isolados, o fato mais importante que ocorreu nos primeiros meses de 1918 foi o julgamento do caso Schmidt. Indivíduo lembrado da maneira mais depreciativa pelo jornal *O Liberal*, que sobre o seu passado humilde afirmou: “no cérebro desse animal inferior aos muares que puxavam a carreta por ele conduzida, quando não sonhava ainda prosperar e se fazer proprietário à sombra de liberdades” (20 de abril de 1918, capa, ABM).

Após as exposições do processo, no dia 19 de abril, o júri se recolheu para deliberar sobre as acusações que pesavam sobre os réus. O resultado foi que, “os jurados desclassificaram a tentativa de morte para o crime de ferimentos leves e condenaram” os acusados ao final de tudo “a um ano de prisão celular” (O INDEPENDENTE, 19 de abril de 1918, p. 2). Em que pese à condenação, houve indignação entre os presentes. “O auditório indignado justamente não pode sopitar o brado de morras ao conselho de sentenças” (O INDEPENDENTE, 19 de abril de 1918, p. 2).

Com a tensão presente, urgiu que medidas fossem tomadas. Como o episódio que originara todo o processo e julgamento fora pivô dos distúrbios no ano anterior, havia preocupação que novos incidentes se repetissem. Como medida, na mesma noite:

---

<sup>216</sup> Meses depois, as queixas foram consideradas improcedentes (O INDEPENDENTE, 26 de junho de 1918, p. 2).

<sup>217</sup> Não podemos esquecer que em 1918 a gripe espanhola varreu violentamente o mundo, e inclusive Porto Alegre (ABRÃO, 2009).

o 28º batalhão do 10º regimento de infantaria e a 4ª companhia de metralhadores, aquartelados nesta capital, receberam do comando desta Região Militar ordens de permanecerem em prontidão. O 28º batalhão, que se achava, então, composto de três companhias, foi completado, para ficar com efetivo de guerra, com uma companhia do 29º batalhão. Às 21 horas, ficaram impedidas as saídas dos respectivos quartéis. Às praças das unidades acima foram fornecidas mochilas, munição e todos os demais apetrechos que fazem parte do equipamento. Não só as praças e oficiais do 28º batalhão e da 4ª companhia, mas também todos os veículos às mesmas pertencentes ficaram em prontidão (GAZETA COLONIAL, 20 de abril de 1918, p. 2).

Com a impossibilidade de manifestações, dado o ostensivo policiamento, a maneira de dar vazão à indignação foi por escrito. *O Independente*, referindo à pronúncia do júri comentou que havia um “degenerado corpo de jurados sem consciência e sem hombridade” (22 de abril de 1918, capa). Mais tarde, fez insinuações contra os jurados que não puniram o “barbarismo prussiano”, ao dizer que “cinco almas envergavam ao peso do ouro alemão” (22 de abril de 1918, capa). Nesse mesmo sentido, foi outra opinião, afirmando que “o Schmidt foi absolvido por causa dos marcos” (O MANECA, 29 de abril de 1918, p. 5).

Da parte de alguns porto-alegrenses ficou reforçada a crença (não justificada) de que havia infiltração inimiga. Esperava-se que o cidadão se mostrasse mais diligente no zelo em relação à soberania nacional, além de mais expressivo nas demonstrações públicas. Dentro desse espírito foi criada na cidade a *Liga de Resistência Nacional*.<sup>218</sup> Inaugurada em setembro de 1918, se propunha, além de nacionalizar todos os nomes existentes em língua estrangeira, a publicar uma própria “lista negra” de casas alemãs que os brasileiros deveriam evitar, no interesse de combater o inimigo (ROCHE, 1969). Podiam-se contar como objetivos seus “intensificar, por todas as formas, a propaganda do Brasil e dos *Aliados*; combater abusos e desacatos cometidos por inimigos, denunciando-os à polícia, ampliando essa campanha com publicações pela imprensa e em avulsos” (GAZETA COLONIAL, 25 de setembro de 1918, p. 2).

Uma das suas primeiras manifestações públicas foi no intuito de celebrar as vitórias dos *Aliados* (GAZETA COLONIAL, 2 de outubro de 1918, p. 2). Acontece que não haveria muito mais tempo para manifestações por causa da “espanhola”, que se instalara na cidade nos primeiros dias de outubro e permanecendo até o final de novembro. Infelizmente, quando a guerra acabou, no dia 11 de novembro, ninguém celebrou a paz, dadas essas condições.

---

<sup>218</sup> Entre suas manifestações pode-se encontrar a tentativa de mudar os nomes dos logradouros públicos estrangeiros para o vernáculo. Ver: PORTO ALEGRE. Correspondência Geral Expedida. Intendência de Porto Alegre, 30 de dezembro de 1918, AHPAMV.

Lá em 20 de novembro, após várias sessões suspensas pela falta de quorum, na assembleia estadual foi haver uma manifestação pública de regozijo pelo final da guerra. Novamente, foi o deputado Getúlio Vargas que manifestou em seu breve discurso a satisfação pelo restabelecimento da paz.<sup>219</sup> A própria *Liga de Resistência Nacional* teve de deixar a comemoração para o dia 28 de novembro, aproveitando que coincidia com o Dia de Ação de Graças (GAZETA COLONIAL, 27 de novembro de 1918, p. 2).

#### 4.7.1 A repercussão das medidas repressivas na Assembleia dos Representantes

Para os membros da oposição, o foco de discussão era outro. Com a implementação das medidas exigidas pelo governo federal, juntamente com os preparativos para a garantia da ordem pública, aos opositores do Partido Federalista ficava cada vez mais evidente a face ditatorial do governo, que não conseguia mais conter o seu ímpeto, tendo em vista que as medidas de exceção tomadas estariam atentando contra as liberdades dos patriotas legítimos. Pontualmente, condenavam o rigor excessivo das patrulhas da Brigada Militar nas ruas de Porto Alegre, que teriam debelado uma manifestação de jovens “a patas de cavalo”.<sup>220</sup> Afinal, as passeatas e os comícios populares eram controlados pela autoridade e impedidos de prosseguir por serem enquadrados como ajuntamentos. Uma circular enviada pelo Chefe de Polícia instruía as forças policiais a coibi-las.

Sem dúvida, o mote federalista passou a ser a ditadura, que se tornara mais explícita em tempo de guerra. Essa seria provada mediante exemplos do comportamento daquela corporação a pouco citada, do Chefe de Polícia e do seu líder, o presidente do estado, que estariam violando as leis da própria constituição estadual, que garantia a liberdade de expressão. Sobre os responsáveis, recaía a pecha de despóticos e avessos à civilização.<sup>221</sup> Algo que, ao que parece, repercutiu entre a juventude universitária da cidade que se mostrou

---

<sup>219</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 17ª sessão, 20 de novembro de 1918, p. 87, ML.

<sup>220</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 32ª sessão, 3 de novembro de 1917, p. 110, ML.

<sup>221</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 32ª sessão, 3 de novembro de 1917, p. 115, ML. Em um comentário, o deputado Alves Valença mais de uma vez atribui uma inspiração intelectual de base russa sobre governo. É de se lembrar que a Rússia já havia se rendido aos alemães, saído da guerra, e a autocracia russa havia sucumbido ao processo revolucionário.

inconformada diante das imposições feitas. Segue, a seguir, uma passagem narrada pelo deputado federalista Alves Valença sobre aquele protesto de outubro de 1917, realizado contra as medidas do governo:

Vinham os estudantes em bando pacífico, alegre e humorístico, os quais outro crime não cometiam mais que trazer à boca uma rolha<sup>222</sup>, como símbolo do silêncio que lhes fora imposto, [...] quando de inopino, caiu-lhes em cima um piquete de cavalaria da Brigada Militar intimando-os a retirarem as rolhas da boca e a se dissolverem sob pena de o fazerem à bala [...].<sup>223</sup>

O ponto em questão era sobre o quanto esse tipo de comentário, marcado por críticas contundentes, consistiu em alguma novidade. Na verdade, nada havia de novo. Desde a reforma eleitoral de 1913 (FRANCO, 2007), que permitiu a representação da oposição, isso ocorria e foi tomando forma num crescendo, à medida que a própria bancada deles era acrescida (TRINDADE, 2005). O que havia de novo era o fato alegado, do governo estar traindo as normas por ele próprio estabelecidas, deixando a máscara cair. Mas, por qual motivo seria? Lembrando sempre o quão tocante havia sido o momento no qual a situação e a oposição se irmanaram para aprovar a moção de solidariedade à declaração presidencial do estado de guerra, no qual todos pareciam estar pensando e defendendo o melhor para o Brasil, o deputado Alves Valença cogitou da mesma dúvida. E em voz alta ele se perguntou, como se pudesse da pergunta extrair a resposta da mesma.

Por que e para que toda essa violação do direito e da liberdade? Para defender a propriedade dos alemães? Permita [...] que eu lembre a esta casa que, no discurso com que me fiz solidário com a moção apresentada pelo digno colega dr. Getúlio, frisei e bem nitidamente que não devíamos esquecer os deveres da hospitalidade que tanto nos orgulham; que devíamos manter o máximo respeito pelas pessoas e bens dos súditos alemães, honrando assim, as nossas fidalgas tradições [...].<sup>224</sup>

Após essa introdução, o deputado chegava ao ponto em que queria. O qual seria fundamental para as explícitas ilações que seriam feitas no ano de 1918, sobre as semelhanças entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e o do império alemão. Ao prosseguir, lançou dúvidas sobre o objetivo desse governo.

Continuo a pensar [...] que não se defendem as pessoas e bens dos súditos alemães com menoscabo dos nossos patrícios.  
[...] defendamos e respeitemos a propriedade e as pessoas dos alemães, mas não com o opróbrio, com a vergonha de sufocar os gestos de patriotismo de nossa mocidade, os entusiasmos de sua alma, a patas de cavalo e a golpes de chicote.

<sup>222</sup> Em diferentes momentos do ano legislativo de 1917 os deputados federalistas referiram que o governo instalara no estado o “regime da rolha”.

<sup>223</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 32ª sessão, 3 de novembro de 1917, p. 115, ML.

<sup>224</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 32ª sessão, 3 de novembro de 1917, p. 117, ML.

[...]. O que conseguiu a polícia do estado foi, com o consentimento do chefe de governo, separar, neste momento grave, delicadíssimo, da vida nacional, essas forças que, juntas deviam apresentar a irmanação, quiçá impossível, agora, dos governantes e dos governados.

Para opróbrio nosso, porém, foi exatamente o contrário o que se deu: [...] tiveram por escopo não estimular, como lhes cumpria, o ardor cívico da nossa mocidade, mas sufocá-la com as gargalheiras do terror [...].<sup>225</sup>

Finalizando, disse que os jovens, patriotas, pagaram o preço de assim o serem. Acusou a Brigada de ser anti-patriótica e o governo de querer destruir o germe do civismo. Em seguida, apresentou uma moção no intuito de que o governo pudesse restituir a ordem pública abalada, aliás, ameaçada segundo ele, não pelas manifestações públicas, mas pela restrição imposta às mesmas.

Gunter Axt (2005) lembra que, mesmo destituída de funções legislativas, existia no interior da assembleia uma disputa por legitimidade. A oposição aproveitava as oportunidades para questionar a autoridade do governo e os representantes deste respondiam à altura, desmerecendo as críticas adversárias.

Na defesa do governo, o deputado Carlos Penafiel, editor de *A Federação*, fizera publicar em suas páginas um desmentido daquelas que seriam injúrias, proferidas pela oposição. Reverberando contra as chamadas “torpes explorações”, que encimavam como título do editorial, o jornal refutou a ocorrência de uma carga de cavalaria. A mesma teria debelado a multidão com a sua imposição moral, não pelo atropelo. Por fim, reputa a culpa do incidente aos estudantes, não à classe acadêmica, mas a grupos deles que já havia bem dois anos que dominavam algumas áreas da região central, impedindo o trânsito das famílias e atrapalhando o comércio pelo abuso da liberdade sem limites. (31 de outubro de 1917, capa).

#### **4.7.2 Os reflexos da declaração de guerra sobre os indivíduos de origem germânica**

Já no dia 30 de outubro, Borges de Medeiros telegrafara aos intendentes solicitando para que tomassem providências para a proibição dos jornais em língua alemã e das escolas que

---

<sup>225</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 32ª sessão, 3 de novembro de 1917, pp. 117-118, ML.

ainda não estivessem ensinando aos alunos a língua portuguesa.<sup>226</sup> Mesmo com o rigor, em se tratando de religião a atitude foi pautada por maior brandura, uma vez que o assunto parece ter sido ponderado. Os ofícios religiosos, embora também estivessem sob vigilância, receberam um tratamento mais compreensivo, tendo sido permitido que alguns procedimentos pudessem ser feitos em alemão, como mostra a circular abaixo:

A Chefatura de Polícia expediu, de ordem do Sr. Presidente do Estado, às delegacias, instruções relativas ao uso da língua alemã nas comunidades religiosas católicas ou acatólicas [...].

Conciliando os altos interesses da Pátria com o respeito e acatamento devidos ao exercício do culto religioso, cuja ampla liberdade é garantida [...], permite-se o uso da língua alemã, somente nos atos essenciais ao ritual nas igrejas católicas (que se especificam mais abaixo para os cultos acatólicos) e nas comunidades protestantes as seguintes práticas: canto religioso (pelos assistentes ou pelo coro), introdução (pelo pastor), canto responsório dos assistentes, confissão geral, canto responsório, oração (pelo pastor), canto responsório oração, e leitura do evangelho ou da epístola (pelo pastor), aleluia (pelos assistentes), credo (pelo pastor), canto, oração solene, Padre Nosso e bênção (pelo pastor), e canto final. Quanto às prédicas ou sermões, só serão permitidos quando proferidos em língua vernácula.<sup>227</sup>

Em sequência às primeiras determinações sobre o uso do idioma, em 5 de dezembro de 1917 chegaram ordens do presidente do estado até as intendências para que apreendessem as armas e munições de guerra “que forem encontradas no comércio e em poder de particulares”.<sup>228</sup> Apesar disso, o general comandante do 7º distrito militar<sup>229</sup> vinha requisitando, desde novembro, que a intendência de Porto Alegre recolhesse os explosivos existentes nas casas comerciais.<sup>230</sup>

Apesar do esforço evidenciado, ficou nítido que imperava uma visão crítica que, inclusive, afetou o discernimento dos homens públicos. Um exemplo disso foi uma proposta feita na câmara municipal para a cobrança sobre:

placas, tabuletas e letreiros com dísticos ou títulos em idioma estrangeiros, empregados como designação de fábricas, oficinas, casas de comércio e de indústria

---

<sup>226</sup> PORTO ALEGRE. Correspondência Geral Expedida. Intendência de Porto Alegre, 1917-1919, 7 de novembro de 1917, AHPAMV.

<sup>227</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Chefe da Polícia do Estado. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário do Interior e Exterior, 1918, p. 100, AHRS.

<sup>228</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Chefe da Polícia do Estado. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário do Interior e Exterior, 1918, p. 93, AHRS.

<sup>229</sup> Desde o governo Deodoro até 1919 o Brasil esteve dividido em sete distritos militares, sendo que a partir desta última data passou a ser designada, até os dias de hoje, como “comando militar”.

<sup>230</sup> PORTO ALEGRE. Correspondência Geral Expedida. Intendência de Porto Alegre, 1917-1919, 24 de novembro de 1917, AHPAMV. O mais interessante é que, embora não fossem encontradas ordens explícitas, as requisições feitas davam conta, principalmente, de casas comerciais cujos nomes eram alemães. Isso pode ser verificado haja vista o grande número de solicitações de retiradas feitas por esses senhores de nomes alemães que, quando contrastado às solicitações feitas por nomes não-alemães, evidencia a contundente maioria dos primeiros em relação aos segundos.

em geral, e estabelecimentos destinados a todo e qualquer fim, além do imposto que a tiverem sujeitos, mais 150\$000 réis.<sup>231</sup>

Mais do que isso, os poucos pedidos de isenção de pagamento dos impostos prediais que chegaram foram brindados com os vetos dos vereadores. Esse foi o caso da fábrica de adubos *Bins e Friedrichs*, que teve, sendo uma empresa com fins comerciais, a solicitação ignorada sob a alegação de ser assunto da alçada do governo do estado<sup>232</sup>, no entanto, nenhum ofício igual foi remetido à Assembleia dos Representantes.

O caso do *Fuß Ball Porto Alegre* é mais ilustrativo ainda do que o anterior. Afinal, em 1915 (como pode ser visto no item 3.6), a agremiação garantiu o direito de declinar do pagamento do imposto sobre as suas instalações. Quando, diante da necessidade, a sociedade esportiva se sentiu na iminência de precisar contar com a mesma ajuda da municipalidade, dessa vez, teve o seu pedido indeferido. Poderia, como aconteceu anteriormente, ter sido o caso de uma petição mal redigida, contudo, não foi o que se sucedeu. Ao negar-lhe a petição, a comissão disse que a si faltava competência para julgar o mérito para a isenção sobre a décima.<sup>233</sup> Como se a questão não tivesse chegado ao seu desfecho, a agremiação tomou uma iniciativa interessante e eloquente. A própria pode ser entendida como um estranhamento diante da negativa de seu pedido, o que não era esperado. Pois, então, a entidade informou, através de um ofício enviado ao conselho municipal, que a assembleia dos dirigentes associados decidira mudar o nome do clube. Passaria a se chamar *Foot-Ball Porto Alegre*.<sup>234</sup> No exercício seguinte, em um lance de ousadia, reenviou o pedido sob o novo nome, e que mais uma vez foi negado. Chama a atenção, todavia, o tom inconformado, como se pode acompanhar a seguir:

Esperam os abaixo firmados favorável despacho à sua pretensão visto como aos clubes náuticos, tem esse digno conselho os isentado de tal ônus, portanto é justo que ao nosso clube que cultiva o esporte de Foot-Ball e Tênis, lhe seja também dispensado do pagamento daquele imposto.<sup>235</sup>

A despeito de ser uma instituição privada, o parecer contrasta, não apenas com a decisão dada em 1915, mas também com outros que foram dados a agremiações congêneres.

Mesmo sendo um colégio particular, o *Anchieta* reservava as suas instalações para, durante as noites, ser ministrado um curso noturno para operários e meninos pobres. O ginásio

---

<sup>231</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 6ª sessão, 7 de novembro de 1917, AHPAMV.

<sup>232</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 12ª sessão, 27 de novembro de 1917, AHPAMV.

<sup>233</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 9ª sessão, 16 de novembro de 1917, AHPAMV.

<sup>234</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 10ª sessão, 20 de novembro de 1917, AHPAMV.

<sup>235</sup> PORTO ALEGRE. Pedidos de isenção de impostos prediais. Arquivo 84, 1918, AHPAMV.



tinha como característica a presença de muitos alemães entre os padres jesuítas da sua congregação e que integravam o corpo docente. Mesmo apresentando os dados referentes aos aproximadamente 350 alunos que desde os sete anos obtinham o benefício dessa instrução gratuita, ao solicitar isenção sobre a expansão no número de salas que iriam ser construídas, igualmente teve negado o pedido para o abatimento tributário.<sup>236</sup>

Contrastando com essas decisões, vê-se o caso do Tiro Brasileiro de Guerra n.º 318, que fez exatamente a mesma solicitação. Diferentemente, a resposta foi dada com satisfação. “Tratando-se de uma agremiação patriótica de educação militar e cuja significação social avulta no atual momento brasileiro, nada temos a obstar”.<sup>237</sup>

Outra decisão coercitiva tomada dizia respeito ao funcionamento dos bancos alemães. O ministro das finanças telegrafou ao Rio Grande do Sul comunicando que o governo federal exerceria fiscalização intensa sobre as suas atividades. Outrossim, estavam proibidas novas operações, “exceto a liquidação de notas promissórias, letras e outros títulos de crédito existentes em carteira e o pagamento de depósitos feitos por brasileiros aliados” (A FEDERAÇÃO, 5 de novembro de 1917, p. 6). Brasileiro aliado significava que os alemães naturalizados brasileiros após a guerra entre os dois países seriam tratados como súditos alemães.

Com relação aos teuto-brasileiros, persistia um desconforto. A qualquer momento uma palavra mal interpretada ou um desafeto poderia dar origem a dúvidas. Cabia a tomada de iniciativas para frisar a condição de brasileiro.

Sabidamente, entre os profissionais da área de engenharia se contava grande número de alemães e descendentes (item 3.8). Diante da premente situação, eles se sentiram na necessidade de manifestar apoio à guerra. Reunidos em assembleia, no dia 15 de novembro, juntamente com o general Carlos Mesquita, o novo comandante da 7ª Região Militar, os engenheiros decidiram formar um batalhão patriótico, pedindo auxílio ao general para a concretização de um novo Tiro de Guerra por eles formado e a se chamar General Mallet, em homenagem ao herói da Guerra do Paraguai (A FEDERAÇÃO, 16 de novembro de 1917, p. 4; EGATEA, vol. 4, n.º 1, março a abril de 1917, p. 69). O evento contou, inclusive, com um discurso emocionado, em defesa da efetivação da nova sociedade para honra do país, feita pelo engenheiro Hans Goetze.

---

<sup>236</sup> PORTO ALEGRE. Pedidos de isenção de imposto sobre a construção, n. 122, 1917, AHPAMV.

<sup>237</sup> PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal. 16ª sessão, 11 de dezembro de 1917, AHPAMV.

O problema era o seguinte. A ambiguidade sobre a teuto-brasilidade existia, mas creio que derivava mais da ambiguidade existente na própria identidade brasileira. Se a discussão sobre a essência que poderia compor uma nação esteve, no Brasil, permeada pela influência científica europeia, desde o século XIX, através dos preceitos de evolução e ciência, esse pensamento não seria dissipado de uma hora para outra. Embora os comentários falassem de uma escolha pelo Brasil, do amor à pátria, a oposição sistematicamente feita ao longo da guerra entre latinismo e germanismo representava, em última análise, a perpetuação de um certo evolucionismo que cindia a humanidade em raças/nações distintas.<sup>238</sup> E, é importante lembrar que essa antinomia, aparentemente dispersiva, serviria para agregar, pois, como também afirma Luís Cláudio Santos, “a identidade de uma nação se faz, em grande medida, em contraposição ao ‘outro’” (2010, p. 184).

Ao que parece, a nação brasileira passaria pelo filtro da pátria. Ela levaria o cidadão a desenvolver um sentimento de pertencimento. Mas a nação também poderia passar pela integração a um modelo latino, desenvolvido a partir de um pensamento de matriz francesa.

E quanto ao local do teuto-brasileiro? Esse, a princípio, era em cima dessa variação. Se, sobre o cidadão atuante poderiam recair dúvidas, sobre o quieto poderia recair a condenação direta. Logo, caberia ao teuto-brasileiro participar de atividades para evitar infortúnios que inviabilizassem a sua vida particular e profissional. O ocorrido com o time de futebol *Frisch Auf*, cuja sede ficava no *Turner Bund*, insere-se nessa lógica.

O *Frisch Auf*, em reunião da sua diretoria, votou sobre a possível mudança de nome do time em função da nacionalização, inspirado pelas alterações que aumentavam em quantidade. Na decisão final prevaleceu a tradição, sendo mantida a antiga denominação. Para evitar maiores polêmicas, o time pediu o licenciamento à *Federação Esportiva Rio-Grandense* para não funcionar enquanto o estado de guerra perdurasse. Diante do pedido, a federação resolveu se reunir para deliberar sobre a expulsão daquele time da entidade (A FEDERAÇÃO, 16 de

---

<sup>238</sup> Esse pensamento pode ser remetido, entre outros autores, a Gustavo Le Bon, nacionalista francês, conservador e reacionário (OLIVEIRA, 1990; PAULA, 2008). Ele desfrutava de respaldo no Brasil. Referências laudatórias a ele, suas ideias e suas obras podem ser encontradas em Porto Alegre (A FEDERAÇÃO, 15 de março de 1917, capa). Observado também em discussões da assembleia municipal: PORTO ALEGRE. Atas da Câmara Municipal, 1º de dezembro de 1916, AHPAMV. Em sua obra (LE BON, 1920), “Leis psicológicas da evolução dos povos”, de 1894, assevera a existência de normas imutáveis a nortear o comportamento dos povos do mundo, gravadas na essência deles a formar uma psicologia a afetar a produção artística, as crenças e os sistemas políticos do povo que para ele são a mesma coisa que uma raça. A perfeita fluidez das características psicológicas da raça permitiriam que, ao longo da história, ela pudesse vir a se tornar uma nação.

novembro de 1917, p. 4).<sup>239</sup> Na referida reunião da federação, os membros daquele time foram taxados de “renegados filhos desta terra” e acusados de estarem “sempre com os olhos fitos na miragem gigantesca de sua pátria de origem”. Significaria dizer que o imobilismo deles indicava que não queriam dar provas de serem brasileiros e, sendo originários da cultura que eram, portanto, não seriam brasileiros de verdade, embora fossem de direito. É exatamente o que está expresso na sentença proferida quando referiram que o verdadeiro “patriotismo consistiria no abandono imediato de tudo que fizesse lembrar o inimigo” (A FEDERAÇÃO, 20 de novembro de 1917, p. 2).

Comportamento similar ocorreu em relação a um rapaz chamado Alexandre Herzog e à sociedade náutica *Guaíba*. Tendo sido desligado do exército por suposta preferência germanista (pelo que sugere *O Independente*), no ato de ter comparecido à reunião do *Frisch Auf* que decidiu permanecer com a mesma denominação, o rapaz foi aceito como integrante da equipe náutica da sociedade *Guaíba* (agora nacionalizada e que antes se chamava *Ruder Verein Germania*). Como se aproximava a competição de regata a ser realizada no mês seguinte, membros de outras entidades enviaram um ofício à *Liga Náutica*, protestando. Nele se afirmava que o clube mudara de nome por hipocrisia, porque ao acolher Herzog estaria homenageando o germanismo. Continuando, a carta afirma que o lugar do atleta era na prisão e para não causar constrangimento ao público em caso de vitória do *Guaíba* (que estaria ainda fazendo os comandos de bordo em alemão), rogava-se para que Herzog não tivesse a sua inscrição aceita (O INDEPENDENTE, 6 de março de 1918, p. 2). No desfecho do caso, Herzog acabou se desassociando do *Guaíba* (O INDEPENDENTE, 22 de março de 1918, capa).

Cabia então ao teuto-brasileiro se posicionar, mediante a observância dos exemplos que os ditos “verdadeiros patriotas” consideravam negativos. Mesmo não sendo exigida formalmente, a participação atuante, da igual forma que a mudança de nomes, poderia auxiliar para que os vínculos sociais não ficassem sujeitos à obstrução. Para aqueles que eram empresários, continuar tendo o capital girando na praça era essencial. Até porque existia uma campanha explícita de boicote aos “alemães”. Ser alemão virou uma pecha, um estigma a ser evitado.

---

<sup>239</sup> De acordo com informe de *O Independente*, a eliminação do clube teria ocorrido por pressão do *Sport Club Internacional* (6 de março de 1918, p. 2).

Por esse ponto de vista é compreensível a participação de grande número de nomes de origem alemã contribuindo, seja para o empréstimo francês, seja para a *Liga de Defesa Nacional*.

Quando veio a declaração formal brasileira, houve intensos comentários. Os indivíduos de origem germânica foram frequentemente citados nos discursos, como pivô para justificar as atitudes do governo, ora corretas ora suspeitas, dependendo do interlocutor que abordasse o assunto. Nesse instante, o deputado Kroeff Neto se viu no dever de falar em nome dela, principalmente a de São Leopoldo. Após pedir licença ao deputado federalista Valença, que a cedeu amavelmente, ele proferiu um discurso vibrante e taxativo, no qual afirmou que ninguém poderia se arrogar o direito de imaginar que houvesse brasileiros mais patrióticos do que eles, por serem de origem germânica, da mesma forma como eles não se sentiam mais patrióticos também, porque, afinal, todos seriam igualmente brasileiros, independentemente da origem. E sendo brasileiros, como quaisquer outros, vivendo sob plena liberdade, seria inadmissível aceitar insinuações do tipo que afirmava que os teuto-brasileiros pudessem abraçar uma causa estranha, incompatível com os seus costumes e a sua organização social.<sup>240</sup>

O escritor Alcides Maia<sup>241</sup>, entrevistado pela *Federação*, amainou o seu verbo sobre as comunidades. Afirmou que não existia ameaça e que a maioria delas era composta por descendentes a partir da terceira geração, que aqueles que poderiam reivindicar laços eram uma minoria. Agora, considerava que, em contato com o meio, o alemão se integrava e que, com as décadas, ninguém mais comentaria sobre um risco social (24 de janeiro de 1918, capa).

Infelizmente, a cordialidade no tratamento, de parte a parte, entre os deputados de origem germânica com os demais estava distante de representar a regra. De fato, nem as argumentações do governo puderam demover os adversários das críticas nem as juras de patriotismo poderiam amainar as desconfianças dos germanóforos. Aliás, ao contrário, elas acabaram sendo unidas para a suposição de um novo perigo.

---

<sup>240</sup> RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 40ª sessão, 13 de novembro de 1917, p. 115, ML.

<sup>241</sup> Com relação à Alemanha, o escritor manteve a sua campanha contundente de recriminação. No mesmo ano, publicou um livro, *Crônicas e Ensaios* (1918), afirmando que o governo envenenou as mentes dos alemães, fazendo com que ignorassem os ideais de amor, de justiça e de democracia. Com relação aos colonos, afirmava que no Brasil eles foram superestimados, não sendo melhores que ninguém e que qualquer sertanista faria o mesmo se tivesse os mesmos meios à disposição.

Dois dias após o pronunciamento do deputado de São Leopoldo, o que daria sustentação à ideia de que nada daquilo que fora dito poderia surtir efeito, saíram as primeiras edições do ácido semanário humorístico *O Maneca*. Esse periódico, completamente avesso às decisões do governo, em um resumo demolidor a respeito dos debates parlamentares, sintetizou o seu pensamento sobre a relação do governo gaúcho com a sua bancada aliada de origem germânica:

O Maneca Parlamentar

(Resumo dos debates das 69 sessões)

O sr. Arno Philipp – Minha golega esdá brá mecher gomigo, gue non denho nada gon essa troga...

O sr. Presidente – Troga é o Kaiser... ouviu, seu batata...

Os srs. Bins, Bastian, Kroeff – Não apoiado. O Kaiser é um bom homem e bem intencionado.

As galerias fazem grande algazarra e é encerrada a sessão (O MANECA, 23 de novembro de 1917, p. 2).

Ainda na mesma edição, algumas páginas mais à frente, retomando os gracejos políticos, ele citou novamente os nomes de Kroeff Neto e de Arno Philipp, chamando-os respectivamente de “Herr Professor” e de “delegado do Reichstag” (O MANECA, 23 de novembro de 1917, p. 8).

Durante o período que sucedeu à declaração de guerra até o final dos combates, a revista levantou dúvidas sobre a lisura do governo gaúcho na aplicação das medidas restritivas aos súditos alemães que foram determinadas pela União. Nessa prática, ela acusava o governo Borges de procurar ajudar os alemães da cidade em detrimento dos interesses do país, além de reincidir em insinuações sobre a existência de laços com o império alemão.

Extremamente virulento contra os indivíduos de origem germânica, o semanário não media palavras para evitar possíveis conflitos. Certa feita, ao comentar sobre o desligamento de um jovem do Tiro n.º 4, suspeito de ser germanófilo, disse: “que todos o corram a pontapés de suas casas é o que O Maneca deseja do mais profundo coração” (10 de setembro de 1918, p. 10). Em outro momento, ameaçou publicar nas suas páginas os nomes “de todo o indivíduo, que tenha dinheiro ou não, que demonstrar a mínima simpatia pela causa dos boches” (1º de outubro de 1918, p. 11).

Adequado às exigências oficiais de escrever em idioma português, no final de dezembro foi aberta a *Gazeta Colonial*, um órgão para defender os indivíduos de origem germânica de ataques arbitrários. No seu editorial inaugural, ela esclareceu que a sua posição era brasileira e que nenhuma outra poderia ser, mas explicava que se dirigia primordialmente “a zona

colonial, cuja população laboriosa e amiga da ordem em extremo, infatigavelmente tem trabalhado pelo progresso do nosso estado” (26 de dezembro de 1917, capa).

Premida pelas condições da diplomacia e dos humores, ficava difícil para ela se manifestar livremente. Em alguns momentos ainda poderia entrever o respeito mantido com relação à Alemanha. Certa feita, ao mencionar a dificuldade para vencer o inimigo, sugeriu que a baixa quantidade de analfabetos nas fileiras alemãs, taxa muito inferior a de outros países, poderia ser a causa da mesma (10 de abril de 1918, capa).

Entretanto, a mesma ganharia destaque pela defesa contumaz do empresariado germânico, que realizou contra as “listas negras” publicadas.

Algo percebido pelos membros daquela folha foi a da crescente tendência a mudanças nos nomes dos lugares, com o fim de abrazeirá-los, o que não se circunscreveria a algumas medidas isoladas, como o caso do *Fußball*. Os proprietários da empresa de navegação entre Tapes e Palmares optaram por mudar o nome de uma de suas embarcações, que se chamava *Frederico Haensel*<sup>242</sup>, para *Camaquã* (GAZETA COLONIAL, 2 de janeiro de 1917, p. 2). Antes disso, na região colonial ocorreu um movimento para alterar o nome de algumas estações de trem:

Um grupo numeroso de funcionários da Viação Férrea vai elaborar um memorial que será apresentado ao doutor J F Gonçalves Júnior, inspetor geral da viação Férrea, pedindo-lhe a mudança dos nomes das estações Neustadt, Novo Hamburgo, Neu Württemberg, e Hamburgo Berg, respectivamente por Paraná, Macau, Guayba e Acary que, como se sabe, são os nomes dos vapores brasileiros postos a pique pelos submarinos alemães (GAZETA COLONIAL, 26 de dezembro de 1917, p. 2).

A alteração de nomes, de estabelecimentos e de locais em geral, para abrazeirá-los, continuou a ocorrer. A prática nesse sentido integrou o rol das iniciativas de organizações patrióticas, evidenciando o zelo em relação à preservação do idioma. Este, que era interpretado como um dos elementos constitutivos da nacionalidade brasileira, precisava ser estimulado mediante ações afirmativas. Tanto que, mesmo após o encerramento dos combates a Intendência solicitou ao seu advogado que se informasse sobre a possibilidade de alterar os nomes das ruas doadas por particulares à municipalidade para a construção de logradouros públicos, mas que já possuíam designação quando do ato de doação por escritura pública. A

---

<sup>242</sup> Foi proprietário de empresa de navegação e deputado provincial do Partido Liberal (MOTTER, 1998). Aliado de Gaspar Martins, pouco antes da Revolução Federalista teve decretada a sua prisão, sendo assassinado com um tiro enquanto era escoltado à prisão (GERTZ, 2005)

importância do fato se deve, justamente, pelos pedidos de organizações ufanistas ainda influenciadas pela guerra.<sup>243</sup>

Por seu turno, por volta do início de 1918, *O Independente* já havia se convencido do seu papel de bastião da causa brasileira, alerta contra os sorrateiros alemães que se infiltravam no país. Mais até do que isso, ele pretendeu uma função de farol, para jogar luz sobre as conspirações feitas às escondidas em todo o estado, e que por ele mesmo eram denunciadas.

O seu linguajar passara a se caracterizar pelo uso de palavras chulas quando o assunto eram os alemães. Quando foi a pique o navio *Taquary*, o jornal clamava por revanche e, furiosamente perguntava: Ainda existirá na Pátria Brasileira, por acaso, algum espírito trânsfuga, degenerado mesmo, que procure explicar as causas dos ataques destes vis sanguinários que querem impor ao mundo inteiro uma guerra? (4 de janeiro de 1918, p. 2).

Seu termo preferencialmente usado era retovado. Palavra significativa, retovado originalmente se referia ao filhote de animal enrolado na pele de outro que havia morrido, para que a mãe do morto amamentasse o primeiro. Ou seja, naquela situação, os retovados seriam exclusivamente os teuto-brasileiros, aqueles que tem o disfarce de brasileiros para extrair benefícios para si e para a Alemanha. Mas, afinal se o retovado era o teuto traidor, como diferenciá-lo dos demais? Quando ele agia malignamente. E quando ele não agia? Aí não haveria como. O que faria de todo teuto um suspeito. Portanto, envergar o sobrenome de origem já poderia ser um motivo para que uma pessoa fosse submetida a constrangimentos. Bem o prova o trecho a seguir: “o registro de alemães foi instituído e ao que parece, pois a imprensa ainda não gemeu em suas colunas com o nome deles, em nosso estado não existe nenhum, ou talvez, esperem melhor época” (O INDEPENDENTE, 7 de janeiro de 1918, p. 2). Evidentemente, isso reforça mais uma vez a impressão deixada: ao teuto, para ser deixado em paz, restavam as manifestações contínuas de apreço ao Brasil.

Diante disso, é possível observar que o medo tomou conta dos indivíduos de origem germânica, motivados pela sensação de insegurança. Um dos sinais disso foi o abandono, durante os anos de 1917 e 1918, de uma instituição como a *Deutscher Hilfsverein*, que era acostumada a fazer petições de isenção da taxa urbana à câmara municipal de Porto Alegre e tê-las aceitas, da prática que anualmente exercia. O motivo pelo qual assim procedeu foi explicado após a guerra em 1919:

---

<sup>243</sup> PORTO ALEGRE. Correspondência Geral Expedida. Intendência de Porto Alegre, 1917-1919, 30 de dezembro de 1918, AHPAMV.

de 1917 para cá os suplicantes não fizeram essa solicitação em virtude da anormalidade da época criada com a guerra mundial. Tendo-se, porém, normalizada a situação com a terminação da guerra, e estando esses colégios funcionando regularmente, os suplicantes vêm a pedir a Vv. Ss. lhes seja deferida essa isenção para o ano de 1920.<sup>244</sup>

### 4.7.3 Incidentes violentos ocorridos

Embora a vigilância das forças policiais tenha sido ostensiva, ainda assim ocorreram incidentes. De pequenas proporções, mas caracterizados por troca de socos ou palavras hostis, elas tiveram recorrência. Em algumas situações, os desentendimentos não se agravaram porque a autoridade chegava antes e a voz de prisão abreviava a discussão. A maior parte delas foram narradas pelas páginas d'*O Independente*.

A violência com que esse órgão se dirigia era de tamanha intensidade que, por ocasião de uma rusga que terminou nas vias de fato, ocorrida no bonde entre um “brasileiro patriótico” e outro que teria pronunciado alguma palavra em alemão (*Schatz*)<sup>245</sup>, o jornal vibrou com os golpes aplicados sobre o suposto atrevido. Concluindo disse: “já que não há providências tomamo-las de nossas mãos. Na guerra como na guerra” (6 de fevereiro de 1918, capa).

Ele citou o nome do rapaz espancado, da mesma forma como fez em três casos de prisões ocorridas e que o jornal comunicou. Dois deles pelo fato das pessoas estarem falando em alemão em locais públicos (O INDEPENDENTE, 28 de janeiro de 1918, p. 3; 15 de março de 1918, p. 3) e outro por denúncia de ofensa aos *Aliados* e a Rui Barbosa (17 de junho de 1918, p. 2).

A passagem do mês de março para o de abril, no qual houve o julgamento do caso Schmidt, foi particularmente tenso. Nesse interstício ocorreram dois episódios.

O primeiro envolvendo dois jovens alemães chegados de Santa Maria, no dia 27 de março. Ao desembarcarem na Viação Férrea, foram solicitados por dois oficiais aduaneiros a abrirem as malas. Tendo sido encontrados dois livros escritos em alemão, ambos foram entregues aos praças da Chefatura de Polícia. No dia seguinte, os dois rapazes retornaram à

---

<sup>244</sup> PORTO ALEGRE. Correspondência recebida. Conselho Municipal, arquivo 49, 1919, AHPAMV.

<sup>245</sup> Tesouro. Palavra bastante dirigida às namoradas. Era indicativo de afeição.



estação acompanhados de Arthur Bromberg e do cônsul da Holanda (a quem coube representar os interesses alemães, após a ruptura nas relações). Dirigindo-se ao oficial que liderara os procedimentos, Arthur Bromberg<sup>246</sup> perguntou o motivo que levava ao recolhimento dos livros. Ao que o funcionário da aduana, chamado Dolival Moura, respondeu que não tinha “que dar satisfações a indivíduo que é malcriado e inimigo do país”. Nisso, Bromberg retrucou dizendo que havia desaparecido das malas dos jovens a quantia de cento e vinte mil réis e que, portanto, havia acontecido um roubo. A reação de Dolival foi de partir para cima de Bromberg que acabou fugindo (O INDEPENDENTE, 1º de abril de 1918, p. 2). A única informação posterior encontrada foi de que o procurador da república teria feito uma denúncia contra Arthur Bromberg (O INDEPENDENTE, 2 de maio de 1918, p. 2).

Resultando em briga entre várias pessoas, o segundo caso começou quando dois soldados do exército fizeram um brinde no interior de um estabelecimento comercial no bairro São João (no quarto distrito), no dia 2 de abril de 1918. Pelo que consta, os soldados brindaram ao Brasil e um indivíduo teria dito que poderia brindar à Alemanha, no que recebeu voz de prisão, iniciando uma briga generalizada no estabelecimento (O INDEPENDENTE, 3 de abril de 1918, p. 2). No final, os soldados acabaram presos, mas não foi o final do incidente, pois houve comentários ao longo de diversos dias sobre quem deveria ser preso e as consequências para os soldados (10 de abril de 1918, p. 2; 12 de abril de 1918, p. 2; 17 de abril de 1918, p. 2).

No mesmo dia de um desses comentários, o articulista do jornal se desentendeu com um certo Antonio Pfeiffer, que lhe perguntara sobre as diferenças de raças entre as duas nações. Furiosamente, o articulista – automeado M. Cadaval – escreveu:

Eu te digo – sinto, entretanto, que tenha de falar-te daqui, das colunas do jornal [...]. Preferia, antes, encontrar-me contigo, de face a face para depois de te dar a resposta necessária, cuspir-te na cara deslavada e porca, a soitura do meu chicote! Chicote de riograndense, chicote de brasileiro, chicote de um patriota convencido! (O INDEPENDENTE, 10 de abril de 1918, p. 2).

Um outro episódio de violência teria ocorrido durante uma partida de futebol entre os times do *Grêmio*, de origem sabidamente germânica (PIRES, 1970) e do *São José*, num domingo de junho. O articulista iniciou lembrando que no campo do *Grêmio* já haviam ocorrido várias lutas, que seria um comportamento típico de súditos do *Kaiser*. No caso, as provocações entre as torcidas dos times teriam ocorrido por causa da virilidade em campo.

---

<sup>246</sup> Tendo estudado na Alemanha, Arthur Bromberg, filho de alemão, nasceu em Porto Alegre (ROCHE, 1969).

“Os players atiram-se à luta de uma maneira furiosa parecendo um encontro das tropas coloniais da França com os soldados da guarda imperial alemã” (O MANECA, 24 de junho de 1918, p. 5). Embalados pela disputa, as torcidas teriam começado com provocações que teriam descambado para uma briga, encerrada somente quando o pavilhão no qual se encontrava a torcida gremista desabou.

Incidente similar teria se repetido por ocasião de um *Grenal*. Através da narração do articulista, fica patente mais uma vez a responsabilidade da torcida gremista. Essa, no seu pavilhão, teria protagonizado cenas lamentáveis, sendo que a diretoria da instituição nada teria feito para coibir os ânimos dos torcedores do chamado “clube alemão”. A confusão tomara proporções maiores, resultando em invasão de campo. Pelo que se conta, havia “mulheres arremessando tijolos em jogadores e um velho delinquente, bêbado e desordeiro contumaz, acometeu armado um player indefeso” (O MANECA, 15 de agosto de 1918, p. 4). O jogador do *Internacional* Álvaro Ribas passou duas semanas hospitalizado se recuperando da estocada dada por Manoel Costa. Sendo que o acontecido teve a responsabilidade atribuída pelo semanário à diretoria do *Grêmio*.

#### **4.7.4 As acusações de germanismo contra o governo gaúcho**

A troca de acusações entre os partidos adversários era uma prática bastante usual. Insinuações sobre o germanismo do partido rival aconteceram de parte a parte, como já visto anteriormente. Da parte federalista, o assunto sempre foi conduzido pela associação entre a hipertrofia do poder executivo e o avultado tamanho da Brigada Militar com o despotismo e militarismo alemães. Tomando em consideração a diligente ajuda prestada por Borges aos empresários germânicos citados nas “listas negras”, supõe-se que tal prática possa ter influenciado também sobre as alegações feitas pelos inimigos políticos.

Se o debate vinha sendo assim conduzido pela oposição, desde o período neutral, posteriormente a abril de 1917, as referências foram incrementadas das maneiras mais diversas. Invariavelmente, as queixas realizadas passavam pela existência de uma bancada republicana na assembleia estadual contendo vários nomes de origem alemã. Afinal, dos trinta

deputados governistas, cinco tinham ascendência germânica. Veremos agora alguma das colocações a respeito da germanofilia republicana alegada, e suas implicações.

O jornal *O Liberal*, além das críticas ao governo (bastante acentuadas em relação à segurança pública), tinha também um forte teor agressivo aos alemães. Ambas podem ser observadas quando nele se escreveu que:

o único Estado que tem um partido organizado é este, o Rio Grande do Sul e esse mesmo, para se manter, precisa fazer política 'Kaiseriana' – quem não é por mim é contra mim – do contrário, não se aguentaria, tal é a falta de cultura do nosso povo (O LIBERAL, 24 de abril de 1918, capa, ABM).

Vê-se nele, explicitamente, o tipo de crítica que até dois anos antes aparecia de modo mais velado. Anteriormente, as simpatias recaíam na França, e associações com a Alemanha possuíam outro teor. Agora, mais do que uma analogia para enfatizar a semelhança na truculência de dois governos antipáticos, compará-los poderia fazer o leitor crer que se estaria procedendo com uma acusação de traição.

Diferente dessa argumentação tradicional, as acusações de *O Maneca* foram marcadas por grande criatividade. Como a sua linha de atuação pedia para o humor, a revista fizera inúmeras piadas sobre o governo, mas de uma grande intensidade. Além de charges publicadas nas suas capas (fig. 2 e fig. 3), apelava para um personagem fictício, cuja fala era textualmente representativa do sotaque das famílias de origem alemã. Neles, os escritores insistiam, sempre jocosamente, na relação existente entre Borges de Medeiros e o império alemão.

Por ocasião da eleição para a renovação do Congresso Federal, que seria realizada no dia 1º de março de 1918, a revista lançou mão do seu personagem. Sempre era uma carta que o teuto enviava para o presidente do estado relatando notícias da região colonial. Dessa feita, estava escrito:

Guerrida chef:

Brimerra di dudes eu béde tisingulba bra zenhorr machesdade qui nong mandou nodicie mais tibressa tos golonies.

As leidores sdong dudes brontinhes bra vodei nas tibutadas ta nossa bardida. Na tia ta leiçong dudes alemongs vai tirreitinha vodei na gandidata rebubligana.

A zenhorr nong brecisa ganhei gacace brogausa to leiçong. Dudes alemonges to golonie zabe gui a zenhorr sdá chef zubrema di dudes nois.

Odre die cheguei braga a docdor Moraes Fernand i andei tizando que a zenhorr gostava mais ti inkleis que di alemong, endong eu fiz uma manifest bolidigue bra tizê gui ist sdá mendirra.

A gorronei Gabeda dambem andei tizendo gui a zenhorr techei si gueimá as gasa alemong na Bordalegro, endong eu tiz bra dudes alemongs gui fui mendirra dambem, endong eles nong gredida mais.

As alemong vais mosdrei bra esdes marragada tizgrazada gome as tizendende ta Kaiser fais ung leiçong.

Viva a nossa bardida!

Viva a Kaiser!

Filipp Schwartz (25 de fevereiro de 1918, p. 9).



Figura 2 – Charge: Borges de Medeiros e Guilherme II abraçados (O MANECA, 1º de julho de 1918, capa)





Figura 3 – Charge: Borges de Medeiros e Guilherme II conversando ao telefone (O MANECA, 10 de junho de 1918, capa)

Dá para perceber alguns elementos anteriores. Foi dito abertamente que o policiamento da capital foi propositalmente falho no mês de abril. Insinuações que os deputados federalistas

deixaram transparecer. Atitude essa que seria parte da estratégia de cooptar votos nas comunidades, como afirmou a revista em outra ocasião (11 de março de 1918, p. 12). Também coincidem com *A Federação* os comentários sobre a passagem do deputado Cabeda na região colonial. Merece nota a referência feita aos ingleses. Faz parte da troça na verdade, porque a própria revista comentava que havia uma rusga entre o cônsul inglês (Dr. Dillon) com o presidente Borges por causa das “listas negras” (27 de abril de 1918, capa e p. 5; . 10 de junho de 1918, p. 10). Inclusive, foi desenhada uma capa de edição no qual aparecem as caricatura dos dois se enfrentando. O detalhe é que Borges aparece usando um capacete alemão(fig.4).





Figura 4 – Charge: Borges de Medeiros e o cônsul britânico medindo forças (O MANECA, 27 de maio de 1918, capa)

Além do já referido militarismo e da existência de uma considerável bancada legislativa de origem germânica, há outro fator que pode ter sido a causa de comentários. O governo gaúcho não se absteve de defender os interesses dos teuto-brasileiros frente aos países



*Aliados*. Nos momentos em que houve necessidade, o governo procurou o Ministério das Relações Exteriores para solicitar instruções sobre a maneira mais adequada de proceder, para ajudar aqueles que pedissem auxílio.

Na época da neutralidade, o governo do PRR revelou dedicação ao ajudar na solução de problemas trazidos pela guerra. Ainda em 1915, foram enviados daqui do sul documentos comprovando a nacionalidade brasileira de Guilherme Petersen, que havia sido preso em Londres por suspeita de ser súdito alemão.<sup>247</sup> Em 31 de agosto de 1916, retornando o comunicado feito pelo governo, o referido Ministério informou ter recebido a documentação para tentar retirar da Lista Negra britânica a firma *Teltscher & Cia*<sup>248</sup>, como posteriormente, veio a informar que os documentos que haviam sido enviados ajudaram a retirar da mesma “lista” a farmácia do senhor Felipe Fischer.<sup>249</sup>

Prática essa que continuou em 1918, quando o Brasil já era um dos beligerantes integrantes dos *Aliados*. Em 4 de fevereiro, o Ministério respondeu ter recebido o envio de documentação para ajudar a retirar a firma *Schüder & Cia.* da Lista Negra britânica.<sup>250</sup> Assim ocorreu também com a firma de *Edmundo Dreher & Cia.*<sup>251</sup> De igual forma procedeu, em 11 de março, confirmou o recebimento de documentação recolhida pelo governo gaúcho, a ser enviada a Londres e a Washington, para tentar retirar das “listas negras” de ambos os Estados a firma *Fraeb & Cia.* e os nomes dos respectivos sócios da mesma.<sup>252</sup>

---

<sup>247</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 30 de agosto de 1915. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/8, AHI.

<sup>248</sup> Firma de importação e exportação para o exterior com ramificações na metade sul do estado (LLOYD et al., 1913). BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 7 de agosto de 1916. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/, AHI.

<sup>249</sup> O proprietário nasceu em São Leopoldo e estudou em Ouro Preto, onde se formou. Vindo de lá, ele abriu o empreendimento (LLOYD et al., 1913). BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 31 de agosto 1916. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/8, AHI.

<sup>250</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 4 de fevereiro de 1918. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/9, AHI.

<sup>251</sup> Edmundo Dreher nasceu em São Leopoldo, sendo um dos principais representantes comerciais da indústria da banha, além de importador e exportador (LLOYD et al., 1913). BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 5 de fevereiro de 1918. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/9, AHI.

<sup>252</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores ao governo do Rio Grande do Sul, 11 de março de 1918. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1901-1917. Maço: 310/3/9, AHI.

#### **4.8 A GUERRA E A DIMENSÃO ALCANÇADA PELOS SÍMBOLOS BRASILEIROS**

Era recorrente nos periódicos a presença de textos recordando o dia de nascimento de generais, ou de batalhas vitoriosas da Guerra do Paraguai. Para se ter uma noção, se a inauguração da estátua de Rio Branco recebeu grande pompa (item 3.6), o simples traslado do busto do general Osório, da Biblioteca Pública, em Porto Alegre, para a sede do Tiro n.º 4, embora de menor repercussão, chegou a contar com desfile, discurso e banda de música (A FEDERAÇÃO, 24 de março de 1917, p. 5). As lembranças nesse sentido se intensificaram no ano de 1917.

Por ocasião dos distúrbios do mês de abril, a estátua do Barão do Rio Branco foi uma referência inconteste. Naqueles dias de distúrbios, em torno dela se agrupavam os manifestantes entoando canções patrióticas e carregando bandeiras, enquanto esperavam o contingente crescer (A FEDERAÇÃO, 13 de abril, p. 5).

Procurando conferir maior equidade entre os gêneros, em se tratando de ação patriótica, *A Federação* publicou um artigo sobre “As heroínas do Brasil”, que teriam sido responsáveis por manter elevado o moral dos movimentos em momentos difíceis, ressaltando que sem o apoio delas, ora intelectual ora afetivo, os mesmos não teriam ocorrido. Isso revelaria a pluralidade de personagens engajados, ao longo da nossa história, na luta pela soberania brasileira, ao mesmo tempo em que conferia um tom de reverência a algumas delas (não somente masculinas, mas também femininas) que de alguma forma teriam se sacrificado em nome do Brasil.<sup>253</sup> Portanto, os personagens alcançavam um patamar superior.

Vai ao encontro dessa proposição um fato que teria se passado no interior do *Colégio Anchieta*. Certa feita, quando o governo já havia enviado a missão militar para a França, ocorreu uma queixa contra o professor da disciplina de História daquela instituição, padre Hafkemayer, pela suposta afirmação feita por ele de que Anita Garibaldi teria sido “uma

---

<sup>253</sup> Nesse aspecto Santos (2010) identifica uma manipulação que permite que a um episódio de características locais seja conferido com sucesso um manto de nacional, quando ele observa que os “brasis” e suas diversas pátrias se configuraram ao longo do tempo em uma pátria Brasil.

mulher à toa” (O INDEPENDENTE, 2 de outubro de 1918, p. 2). O fato resultou numa intensa polêmica. Dias depois, o jornal que denunciara o desaforo cometido publicou uma biografia absolutamente ilibada daquela mulher (O INDEPENDENTE, 9 de outubro de 1918, capa), além de exigir retratação pública sob pena do colégio ter de ver os alunos serem transferidos por seus pais (O INDEPENDENTE, 11 de outubro de 1918, capa). Acontecia que, como o próprio periódico confessara, os colégios deveriam ter consciência do papel da educação, uma vez que a história deveria ser percebida como um instrumento “para infiltrar nos jovens a consciência dos deveres do cidadão, para que se forme o espírito de sua nacionalidade” e não mero “conhecimento de cultura geral” (O INDEPENDENTE, 2 de outubro de 1918, p. 2).<sup>254</sup>

Apesar dessas referências, talvez a mais significativa tenha sido a Festa da Bandeira, realizada em 1917. Ocasão que, coincidentemente – 19 de novembro – caía no dia do aniversário de nascimento de Borges de Medeiros. Pois a data recebeu efusiva festividade naquele ano, com direito à passeata cívica e vários oradores. O jornal *A Federação* (19 de novembro de 1917, capa), saudando os dois homenageados através de uma rápida explicação histórica, também tratou de estabelecer a relação entre a importância da data comemorada no Brasil com os desdobramentos da Revolução Francesa.

Chamam a atenção os discursos proferidos. Em todos eles, a bandeira (que encarna a pátria brasileira, não a nação) aparecia como argumento para tratar da guerra. Principalmente no discurso do deputado Getúlio Vargas, que, atuante, se mostrou combativo entre os seus pares por, em repetidas vezes, insuflar o espírito de união nos cidadãos.

Vargas, até pouco antes da eleição estadual que lhe garantiu a cadeira de deputado, estivera incompatibilizado com Borges de Medeiros por causa de demonstrações de rebeldia política (AXT, 2005; REZENDE, 2010). A eleição de 1917 foi a chance de Vargas se fortalecer dentro do quadro do partido. Ele buscou exercer uma liderança na bancada, aproveitando os seus atributos de orador (AXT, 2005). A defesa da conduta política do governo brasileiro na guerra, associando-a com a sua condição de vítima, e ao princípio de que a justiça em todos os acontecimentos sempre estivera com os *Aliados*, que eram

---

<sup>254</sup> Martin van Creveld (2004) explica que desde o século XIX a questão social se tornou uma preocupação de primeira ordem nos Estados Unidos e nos países europeus. Ironicamente, o sistema educacional seguido em muitos dos países se adequou ao exemplo daquilo que foi feito qualificadamente na Prússia. A educação para as crianças, de modo gratuito e universal, foi uma meta adotada no interior de todos os grandes Estados ocidentais, que formavam quadros para o exercício do magistério em nível primário. O ensino visava a aproximar os indivíduos da nação, que por sua vez, reaproximava-se do Estado.

detentores de governos justos e humanos, fez parte do discurso oficial republicano, para legitimá-lo como oriundo da mesma vertente política daqueles países. Abraçar esse raciocínio, reforçando-o mediante a sua eloquência cativante, fez parte do processo de reaproximação entre os dois políticos e justifica a presença de Vargas nesses momentos de conagração.

No evento em questão, Getúlio Vargas não foi a única presença. Acompanharam-no também no exercício da oratória dois tenentes e um sargento do exército, além de uma estudante. Todos associaram as suas falas à iminência do envio de tropas brasileiras à Europa. À exceção da menina, todos os demais reivindicaram a lembrança de heróis da Guerra do Paraguai como inspiração e culparam a Alemanha pelos males do mundo. Sendo a bandeira um símbolo seu, os oradores masculinos se esmeraram em enfatizar a necessidade de entrega, de morrer, se preciso, em nome da pátria (A FEDERAÇÃO, 19 de outubro de 1917, p. 7; 20 de outubro de 1917, capa).

Em uma solenidade como a do Dia da Bandeira, as palavras proferidas por Vargas explicitam a exata função do símbolo, não exclusivamente da bandeira, mas do conjunto deles, como os estudiosos citados mencionaram. Isso, justamente pelo fato dele ter incorporado os maiores expoentes do Brasil para dentro da sua mensagem. Como os demais, ao lembrar a possibilidade do enfrentamento bélico, Vargas referiu a pátria, lembrando do amarelo do sol, da vastidão do verde das matas, da beleza do tom celeste do céu. Contudo, diferentemente do que os outros revelam, não foi em nome do bem da pátria que ele falou, mas sim do bem da nação. Fica patente que sua preocupação com relação ao futuro era com o engrandecimento da nação. Desde o começo, ele coloca para o “povo brasileiro” que a ofensa cometida fora contra “nós”, do povo brasileiro. A partir daí, ele segue dizendo que:

é tempo de mostrarmos que não somos, como nos querem fazer passar os nossos detratores, um povo vário, inconstante e fútil, presos a [...] dissensões internas e das questões de campanário.

Devemos formar uma massa compacta de solidariedade em torno dos governos, que são os realizadores dos nossos destinos e do critério das nossas ações.

Devemos confiar nos governos, mas devemos confiar em nós mesmos. Não nos deixemos levar pelas forças cegas do destino – que é a imprevidência.

Cada brasileiro deve ser uma sentinela sempre alerta, sempre pronta a realizar tudo que lhes for exigido [...] (A FEDERAÇÃO, 19 de outubro de 1917, p. 7).

Fica ressaltada a importância do Estado para a fusão do povo em nação, bem como a confiança devida quanto aos desígnios a seguir, o que revela uma noção do todo que diverge, em parte, da ênfase regionalista que teria sido característica da sua atuação parlamentar, como

foi dito por Ricardo Rodríguez (2005). Continuando, ele busca a força do brasileiro na história.

Não esqueçamos que [...] nós descendemos desses heroicos batalhadores d'antanho que com as pontas das suas lanças demarcaram as fronteiras da pátria.

Não pode ser um país de mestiços degenerados quem produziu generais como Caxias, Osório e Porto Alegre. Não pode ser um povo de cerebração raquítica quem produziu estadistas e parlamentares como José Bonifácio, Benjamin Constant, Gaspar Martins e Júlio de Castilhos.

É esse grande e nobre vulto cheio de perspicácia e de bondade, [...], tendo intuições de gênio e canduras de criança, esse a quem se denominou o Deus Término da nossa nacionalidade, o nume tutelar das nossas fronteiras – Paranhos Rio Branco (19 de novembro de 1917, capa).

Vê-se que ele refuta qualquer debilidade proveniente da origem. Os feitos históricos, a seu ver, invalidariam os argumentos em contrário. E na sequência, reafirmou que era o destino da nação que estava em jogo. “É tempo de realizarmos as nossas grandes aspirações nacionais, é preciso que não se interrompa a continuidade histórica” (19 de novembro de 1917, capa).

Em seguida, prestou reconhecimento à campanha de nacionalização através do estímulo à língua brasileira. Nisso, ratificou o seu valor pela capacidade dela em repercutir a vida levada pelos seus falantes e a especificidade do modo de ser da nação que a usa para se expressar.

É preciso que no Brasil se fale a língua portuguesa, essa língua que, para aqui transplantada, adquiriu qualidades novas de uma rara plasticidade, enriquecendo o seu vocabulário.

O povo que perde o seu falar perde a independência e a liberdade, constituindo uma massa inerte sobre cujo dorso há de se exercer o peso das opressões e das tiranias (19 de novembro de 1917, capa).

Ironicamente, essa compreensão do significado da produção cultural do povo guarda pontos de contato com o pensamento alemão (BERLIN, 1999; BERLIN, 2002; BRANCO, 2009; BRITTO, 2009; VILLACAÑAS, 1991). Extrapola-o e absorve, contudo, visível influência do pensamento francês de Le Bon (1920), ao atribuir características biológicas particulares e, embora não levante qualquer crítica às comunidades germânicas do Brasil, faz uso da temática do “perigo alemão”.

Antes de rompermos as nossas relações com a Alemanha, quando ainda mantínhamos toda a cordialidade diplomática, já os seus filósofos, os seus generais, os seus professores, os seus jornalistas, assinalaram o Brasil meridional como Alemanha Austral, futuro repasto da ambições teutônicas.

[...]. A luta que hoje divide o mundo não foi causada somente pelo domínio das raças, pela preponderância econômica, pelo excesso de população, ou pelo egoísmo feroz das dinastias. É a luta de dois princípios, o conflito de duas ideias, a lei-

partição de duas forças psicológicas diferentes se encontrando numa encruzilhada da história (19 de novembro de 1917, capa).

Por fim, conclui o seu raciocínio, no qual deixa entrever algumas nuances que o notabilizariam décadas mais à frente.

Vamos lutar como uma nação poderosa e forte e por isso mesmo devemos constituir uma só alma, num só corpo e uma só vontade. Pondo de parte as diferenças sociais e as hierarquias de classe, consideremos somente o povo em seu todo homogêneo [...] (19 de novembro de 1917, capa).

Embora Vargas destoe em relação aos demais, pela elaboração de um pensamento mais complexo, mesmo ele vira na pátria uma fonte de inspiração. A diferença estava no fato de a pátria ser, para os demais, encarada como uma espécie de filtro por onde os indivíduos passariam e, a despeito das suas particularidades, saíam brasileiros. A história, a cultura e as expectativas em relação às grandezas do futuro ainda assim possuíam uma dimensão menor em relação à pátria, o grande gerador da nacionalidade.

É bastante ilustrativo e converge ao encontro dessa perspectiva uma peça teatral composta em Porto Alegre no período da guerra. Inicialmente publicada sob a forma de episódios nas páginas d'*O Independente*, posteriormente ela foi publicada na íntegra pela gráfica do mesmo periódico. O seu nome, como poderia se imaginar, era “Pátria”, de autoria de Aurélio Porto<sup>255</sup> (1918), poeta, jornalista e posteriormente intendente municipal de Montenegro (SPALDING, 1969).

A história flui em torno da vida do jovem Julio, brasileiro de origem germânica. A sua falecida mãe era teuto-brasileira e seu pai, Henrique, é um alemão, que prosperara nos negócios após migrar para o Brasil. Há dois dilemas, enfrentados pelo herói, que fazem a narrativa se desenrolar e que se cruzam continuamente. Um deles é o noivado de Julio com Maria e o outro o seu alistamento no exército brasileiro, no momento da declaração de guerra do Brasil à Alemanha.

Tanto o noivado quanto o alistamento ocorreram pela própria vontade de Júlio, mas os dilemas estão ligados a uma única razão. Tendo sido criado pelos ensinamentos de Henrique desde pequeno, após o falecimento da mãe, os valores familiares exigiam sua incondicional

---

<sup>255</sup> Aurélio Porto deixa entrever no texto o pensamento que posteriormente iria desenvolver, no período entreguerras, sobre a colonização alemã, na obra *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul* (1934). Na sua concepção, o imigrante foi mais vítima das circunstâncias da colonização do que um defensor do enquistamento étnico. Na obra sobre o trabalho alemão ele viria a defender as qualidades do povo trabalhador alemão para o desenvolvimento do Brasil

fidelidade à cultura alemã. Como Júlio decidira defender o Brasil enquanto soldado e Maria não era de origem germânica, ele enfrentara a desaprovação e a ira de Henrique.

Destaca-se a convicção com que abraça a defesa do Brasil, como pode ser acompanhado no trecho a seguir, de uma discussão tida com o pai, após notificá-lo do alistamento:

Júlio – Procuraste destruir em meu coração dando-me uma educação toda moldada na dos rapazes da tua pátria, o eco longínquo quase apagado da minha infância, da terra em que nasci, que devia ser a do meu amor supremo.

Henrique – Desconheço-te!

Júlio – Como eras ingrato à terra que te hospedavas, quiseste também fazer de mim o filho maldito, degenerado pelo teu fanatismo. Mais forte, porém, do que esta semente má, do que essa erva daninha que tentava, como parasita, mata a seiva da árvore robusta do sentimento nativo mais forte do que todos os preconceitos de raça primitiva, deste sangue que tentas diferenciar do sangue dos meus irmãos, filhos de outras raças, levantou-se a imagem da Pátria, desta Pátria que é minha, cujo solo ampara os meus passos, cujo céu preside os meus sonhos, cuja beleza me extasia, cuja grandeza me deslumbra, cuja glória me orgulha!

Henrique – És um degenerado!

[...]

Júlio – Tu deves me compreender meu pai, eu te suplico. Tudo que somos devemos a esta terra (PORTO, 1918, pp. 12-13).

Sobressai o linguajar com metáforas ligadas à cultura da terra. Transparece a ideia de que a força da natureza é arrebatadora, superior a qualquer outro impulso. Os seus valores se elevam, crescem e superam as adversidades que a cercam e que tentam sufocar-lhe.

Sendo um drama patriótico, o final só poderia consagrar a história mediante a morte do próprio herói. Júlio sacrifica a própria vida para proteger os companheiros de farda em uma emboscada na qual o próprio pai estava envolvido. Sua morte, no entanto, serve para redimir Henrique dos próprios pecados. O pai, arrependido aos prantos, fica prostrado diante do cadáver do filho. O velho pai se reconcilia com a pátria que o adotou mediante o sacrifício do filho, mas é a própria pátria que intermedeia o processo, pois, é a terra que bebe o sangue do seu filho, que ele passará a respeitar (PORTO, 1918, p. 49).

Trata-se de uma narrativa simples e modesta, no entanto, merece ressalva a forma pela qual brota a fidelidade ao Brasil. Completamente imponderada, vai de encontro a toda a educação recebida. Foi o amor incondicional por Maria que o fez observar a terra brasileira de uma maneira nova. Ao perceber a beleza e riqueza que a terra lhe proporcionara passa a desenvolver uma nova maneira de pensar.

O pensamento do autor está recheado de alegorias, mas ele não destoa do conteúdo presente nos textos jornalísticos. Sobre o teuto recai a desconfiança, e desfazê-la requer um

sacrifício para que os demais reconheçam nele a sinceridade de sentimento. De igual forma, os valores germânicos que o herói rejeita são exclusivamente parasitários e egoísticos. Quem os preserva estimula a crença nos demais de que é alemão, de que está a virar as costas para o Brasil, portanto, espera-se que os indivíduos mudem os nomes que abandonem a língua.

#### **4.9 A CONTINUAÇÃO DA MUDANÇA COMPORTAMENTAL DO ALEMÃO EM PORTO ALEGRE: DE ALGOZ À VÍTIMA**

Destoa incrivelmente, quando comparada aos períodos anteriores, a maneira pela qual as ocorrências policiais envolvendo alemães, no quarto distrito da cidade de Porto Alegre, sofreram significativa queda, dando clara noção de alteração de comportamento. No momento em que se oficializou o envolvimento do Brasil na guerra, essa tendência ficou escancarada. No período que se estendeu da metade do ano de 1917 até a metade do ano seguinte, houve 314 detenções no quarto distrito da cidade.<sup>256</sup> A essa época, o número de ocorrências envolvendo alemães era superado por aquelas que envolviam os de nacionalidade italiana. Enquanto os casos envolvendo os primeiros perfaziam um total de 11, estes últimos alcançavam o total de 17. A porcentagem alemã nas ocorrências foi de pouco mais de 3,5% do total das mesmas, o que ratifica a tendência de queda constante, ao comparar com os dois anos anteriores (item 3.7). No geral, houve uma queda de 36% no número de ocorrências em relação ao período anterior, em compensação, o número de casos envolvendo alemães sofreu uma queda de 54%.

Movimento idêntico ocorreu entre 1918 e 1919, com contundência ainda maior.<sup>257</sup> As ocorrências policiais cresceram, mas o número daquelas que envolveram alemães permaneceu estagnado, ou seja, das 397 que ocorreram no quarto distrito, apenas 11, isto é, quase 2,8%, envolveram alemães. Contudo, nesse momento os alemães eram também superados pelos russos e poloneses.

---

<sup>256</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes. Quarto distrito: 1917-1918, AHPAMV.

<sup>257</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes. Quarto distrito: 1918-1919, AHPAMV.



Para esse período de final da guerra, estendendo-se de 1918 a 1919, mais uma vez foram encontrados dados referentes à totalidade da cidade.<sup>258</sup> Salvo algumas alterações, o número de casos envolvendo alemães continuou baixo. Nesses números, as ocorrências de alemães (50) se encontravam atrás das ocorrências de italianos (80), de portugueses (78) e também de franceses (60) – incrível, dada a inexpressiva presença desse grupo na cidade.

Desses dados arrolados, se depreende que os alemães, por algum motivo, foram retraindo os seus ânimos continuamente, evitando chamar a atenção sobre si. Afinal, por mais que houvesse uma flutuação nos números totais de ocorrências de ano para ano, aqueles nos quais estavam os alemães envolvidos não apenas diminuíram, mas viram subir os casos de outras nacionalidades e ultrapassá-los. Com relação ao motivo, crê-se que estivesse motivado pelo temor que os alemães deveriam estar manifestando quanto à reação popular.

Essa opinião não se justifica somente na averiguação da redução de ocorrências policiais. Observando outros fatores, encontram-se também acontecimentos curiosos que facultam um vislumbre do contexto tenso vivido. Uma das formas de agressão, em abril de 1917, que a massa fazia uso era o incêndio. Empregou-se esse tipo de “justiça exemplar” no *Hotel Schmidt* e na *Casa Bromberg*. Manifestação cerceada pelas autoridades, que aumentaram os efetivos policiais nas ruas para evitar distúrbios à ordem. Não obstante, ainda podiam ser encontrados alguns incidentes dessa natureza, ocorridos em estabelecimentos peculiares.

Entre o final de 1917 e o final de 1918, ocorreram seis incêndios que merecem observação mais profunda. Em 14 de novembro de 1917, pegou fogo o depósito da cervejaria *Ritter e Filhos*.<sup>259</sup> No dia 25 do mesmo mês, ocorreu o mesmo no depósito de lã da fábrica de tecidos da *F. G. Bier*.<sup>260</sup> Em 20 de janeiro de 1918, houve uma ameaça desse sinistro no depósito da fábrica de móveis de Walter Gerdau.<sup>261</sup> Em 30 de maio, foi a vez do negócio dos senhores Theodoro Etzberger e Ernesto Neugbauer sofrer o mesmo infortúnio.<sup>262</sup> Meses depois, queimou a padaria de Carlos Wiedemann, em 25 de novembro.<sup>263</sup> Por fim, em 11 de outubro, pegou fogo a tipografia de propriedade de Hugo Metzler.<sup>264</sup>

---

<sup>258</sup> PORTO ALEGRE. Relatório da Diretoria de Polícia. 1918-1919, AHPAMV.

<sup>259</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes. Quarto distrito: 1917-1918, AHPAMV.

<sup>260</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes. Quarto distrito: 1917-1918, AHPAMV.

<sup>261</sup> PORTO ALEGRE. Relatório dos Subintendentes. Quarto distrito: 1917-1918, AHPAMV.

<sup>262</sup> RIO GRANDE DO SUL. Laudo pericial do corpo de bombeiros, maço 151: 1918-1919, AHRS.

<sup>263</sup> RIO GRANDE DO SUL. Laudo pericial do corpo de bombeiros, maço 151: 1918-1919, AHRS.

<sup>264</sup> RIO GRANDE DO SUL. Laudo pericial do corpo de bombeiros, maço 151: 1918-1919, AHRS.

Em comum, todos os casos foram avaliados como acidentais pelas autoridades competentes. Há, todavia, outras afinidades que unem os casos. Metzler, Ritter, Bier, Gerdau e Wiedemann eram sobrenomes alemães que se encontravam nas famigeradas “listas negras”. Na verdade, os estabelecimentos de Gerdau, Ritter e Bier já haviam sofrido violências em abril de 1917, quando as janelas dos estabelecimentos haviam sido apedrejadas. Além disso, pouco tempo antes do incêndio na tipografia de Metzler, ocorrida na instalação elétrica do gabinete de fotografias (segundo o laudo pericial), o estabelecimento havia sido ameaçado de empastelamento, tendo necessitado de proteção policial (O INDEPENDENTE, 20 de setembro de 1918, p. 2).

Por sua vez, Theodoro Etzberger havia sido alvo de acusações severas, feitas por um ex-sócio, que inclusive publicou-as no jornal *Correio do Povo*, motivo pelo qual Etzberger entrou com um processo.<sup>265</sup> Ou seja, todos os nomes citados estavam envolvidos em polêmicas ou casos anteriores de agressão. Isso não significa que se esteja pondo em dúvida a conduta dos representantes da ordem pública, mas apenas realçando a profusão de problemas que se sucederam, envolvendo nomes de origem alemã que estavam sendo fustigados pela desconfiança, ressaltando o tom dramático das tragédias.

No entanto, não apenas os nomes suspeitos de ligações com a Alemanha, colocados em “listas negras”, estavam chamando a atenção, como também o de pessoas comuns. Há de se ressaltar, portanto, que, ao tratar de temas polêmicos, destaca-se o volumoso número de processos envolvendo nomes de origem alemã. No caso, muitos deles motivados por acusações de difamação.

Além do caso Etzberger, houve incidentes ligados a ofensas morais. Por exemplo, Jacob Schneider entrou com uma acusação ao jornal *A Noite* (conhecido à época por sua virulenta conduta anti-germânica), por este publicar um artigo chamando-o de proxeneta.<sup>266</sup> Na posição de réu, *Edmundo Dreher & Cia.* (empresa que estava no rol das “listas negras”) foram processados a pedido de Antonio Dias da Costa que havia mandado publicar um artigo no *Correio do Povo* acusando a referida empresa por fraude na liquidação da *Companhia de Navegação do Cahy*.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 806, maço 48, 1917, APRS.

<sup>266</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 805, maço 48, 1917, APRS.

<sup>267</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 825, maço 49, 1917, APRS.

Com relação às mulheres, as referências evidenciam a existência de ofensas à moral sexual das mesmas. Assim, a costureira Elisa Schwarnbern foi acusada de prostituição, crime pelo qual fora processada.<sup>268</sup> Já, Leopoldo Engelsdorf processou o dono de uma mercearia pelo fato deste ter ofendido sua esposa chamando-a de adúltera.<sup>269</sup>

Nos casos que envolveram a publicação por escrito da ofensa, como nos casos de Jacob Schneider e Theodoro Etzberger, era possível aferir a ofensa, mas em ambos os casos os resultados não atenderam aos interesses dos querelantes. No primeiro caso, por não comparecimento à audiência, no segundo, por prescrição da pena. Nos demais casos, os processos não resultaram em nada, haja vista a dificuldade de provar a injúria. Igualmente, seria um desafio provar a existência de um fator comum subjacente.

Logo, expor esses processos tem apenas como objetivo ilustrar o quanto a tolerância na cidade de Porto Alegre parecia ter ficado comprometida, com relação às comunidades germânicas. Através da observância de diferentes referências, começa a ficar mais evidente ainda a pouca receptividade para a expansão dos ânimos, o que indicaria que seria aconselhável uma conduta mais discreta. Ainda mais diante da tendência à violência que se manifestava.

Desde os distúrbios ocorridos em abril de 1917, os alemães e teuto-brasileiros perceberam a necessidade de um comportamento diferenciado. A desconfiança parecia ter tomado conta da população não-germânica. O caso do *Hotel Schmidt* fora emblemático.

Ao que parece, para os alemães e teuto-brasileiros, as manifestações de opinião restringiram-se, cada vez com maior intensidade, ao âmbito da vida privada. No interior da própria casa ou entre os mais íntimos havia a possibilidade de externar ideias. Mas, de acordo com a situação, até mesmo isso poderia ser motivo para desavenças.

Uma dessas esteve ligada a uma briga, às vias de fato, ocorrida entre o alemão Henrique Pillmann, dono de uma pensão, com o seu inquilino, Germano Wittrock<sup>270</sup>, estudante de

---

<sup>268</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 904, maço 57, 1918, APRS.

<sup>269</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 922, maço 59, 1918, APRS.

<sup>270</sup> Quando foi organizada a missão médica com destino à França, ele se inscreveu como voluntário. Posteriormente, por assuntos de ordem pessoal não explicitados, logo após o embarque para a capital da república, ele se exonerou da missão. Após isso, ele teria sido nomeado para o Hospital da Gamboa (Santa Casa do Rio de Janeiro) pelo próprio líder da missão, Nabuco Gouveia (GAZETA COLONIAL, 3 de agosto de 1918, p. 3). De fato, é sabido que Germano não integrou a missão que embarcou para a França, pois Mário Kroeff (1971), um dos seus integrantes, publicou nas suas memórias os nomes de todos os integrantes, e o de Germano Wittrock não se encontrava entre eles.

medicina.<sup>271</sup> Germano Wittrock fora impedido por Henrique Pillmann de entrar no próprio quarto, tendo esse forçado a entrada, mas, atacado, saíra aos gritos de socorro, dizendo ter sido vítima de um atentado de morte. Inicialmente, a questão era financeira, o fato do estudante dever a parte referente às refeições feitas durante o mês de aluguel e que integravam a conta do seu quarto. Wittrock não estaria realizando o pagamento integral do aluguel por estar realizando-as em outro estabelecimento, portanto, negava-se a pagar, montante do qual Pillmann não abria mão. Até então, nada parecia ter em especial o sucedido, parecendo um caso normal de inadimplência, se não fosse o motivo do jovem estar realizando as suas refeições em outro estabelecimento.

Sendo Henrique Pillmann alemão de nascimento, o estudante Germano – que de germânico tinha somente o nome – alegara que o primeiro vivia a insultar o Brasil. De fato, pelo que consta, o dono da pensão já havia sido repreendido, como pode ser visto a seguir, no relatório da Polícia, anexado ao processo:

Há muito que entre os hóspedes da pensão, brasileiros, alemães e teutos, travam-se discussões sobre a guerra, originando-se daí desavenças, bem como a retirada de brasileiros de tal casa, havendo mesmo acusações contra Pillmann, de insultos por ele dirigidos ao Brasil e aos brasileiros; numa destas questões foi Pillmann chamado a esta Delegacia, fazendo-lhe ver a inconveniência de semelhante linguagem e a obrigação de manter-se o mesmo com o respeito devido, desculpou-se como pôde asseverando que a discussão havida onde fora levantado um viva à Alemanha, não passava de brincadeira pela familiaridade existente entre seus hóspedes e empregados de pensão. Nessa ocasião, diversos se retiraram da pensão, e Witrock continuou ocupando o quarto, não comparecendo às refeições que ia fazê-lo em outra pensão.<sup>272</sup>

Chamadas as testemunhas para depor, as mesmas forneceram versões distintas. O também inquilino, Antonio Alves de Oliveira insistia que o proprietário da pensão e os inquilinos alemães e teuto-brasileiros insultavam o Brasil, periodicamente, dizendo que o exército brasileiro era um “exército de macacos”, composto de vigaristas, e que os brasileiros morreriam de fome pela falta de bananas na Europa, caso para lá fossem lutar. Outro inquilino, alemão, acusado de ajudar Pillmann na briga, Ernesto Mohn, no seu depoimento (que já havia se envolvido em outro processo por briga, no ano anterior, como visto no item 3.7) dissera que nada tinha ouvido de ofensivo. Assim como outro inquilino teuto-brasileiro, Affonso Simmonis, de Santa Cruz, que estudara comércio por dois anos na Alemanha e que

---

Como médico se fixou no Rio de Janeiro. Fez carreira como pediatra e publicou um livro – Guia das Mães – que se tornou bastante famoso, sendo reeditado muitas vezes entre 1927 e 1947 (WITTROCK, 1947).

<sup>271</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 829, maço 50, 1917, APRS.

<sup>272</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 829, maço 50, 1917, APRS.

fora repatriado pelo representante diplomático brasileiro naquele país, no início da guerra, que negara qualquer ofensa proferida.

Durante o seu depoimento, o queixoso dera novos contornos ao caso. Para ele, a questão da dívida deixara de ter maior importância. O imbróglio fora elevado pelo queixoso à categoria de crime de lesa-pátria, o enfrentamento entre alguém que parecia estar ao nível de um soldado brasileiro a serviço do país contra um inimigo de guerra.

Já no início, ao se apresentar à autoridade, identificara-se como “funcionário do Estado” e “reservista do Exército Nacional”, como se tais qualificativos pudessem conferir-lhe maior credibilidade. Em seguida, em consonância com o seu julgamento, descrevera o que para si teria sido o motivo fundamental do litígio, o qual segue narrado a seguir:

Tendo desavenças com o proprietário da pensão por não admitir que se falasse mal de minha pátria, pois ouvi diversas vezes, com testemunhas, chamar o Brasil de terra retrógrada, que os Brasileiros nada valiam na atual guerra, que a parada que se realizou no dia da festa da nossa sagrada Bandeira era uma parada de macacos. [...]. Não podendo mais ouvir tais acusações à nossa sagrada Pátria, retiramo-nos, eu e mais oito pensionistas, os quais assinaram como testemunhas abaixo para comprovar. [...].

Conservando-me, porém, no quarto, fui impedido hoje à noite, quando me recolhi do meu passeio habitual, de entrar no meu quarto, dizendo que hoje poderia dormir à rua e encontrando meus móveis no corredor. Tentando entrar de boa mente, o alemão, pessoa perigosa para cuja vigia chamo atenção da polícia, deveria ser internado na Casa de Correção, espancou-me, sufocando-me, o que me produziu escoriações na face e tentando sufocar-me estrangulando, consegui arrancar alguns gritos, que evitaram que fosse morto, pois acorreram logo ao lugar populares, cujo quem, eu, brasileiro, devo a vida.

Ao espetáculo assistiu e auxiliou o súdito alemão Ernesto Mohn, que auxiliou o ato bandido do perigoso alemão.

[Aconselha ele, portanto, a] internação dos bandidos na Casa de Correção [pois, seriam] perigo à Nação Brasileira, que ambos são inimigos figadais.

Poderes Públicos: escutai, pois, as vozes unânimes dos Brasileiros abaixo, testemunhas do ato que rogam a internação dos inimigos perigosos de nossa querida Pátria.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 1917.<sup>273</sup>

Juntamente com a assinatura do estudante queixoso, apuseram-nas as oito testemunhas por ele citadas: Olinto Flores, Antonio Alves de Oliveira Bastos, Aristides Gishkon, Guilherme Fuchs, Augusto Campos, Mario Eichenberg, Octaviano Mariante e Álvaro Ferreira da Cunha. Sendo elas antigas moradoras da pensão, as testemunhas conheciam as circunstâncias envolvidas. Para tanto, ficaram ao lado de Wittrock, até porque

---

<sup>273</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 829, maço 50, 1917, p. 11, APRS.

compartilhavam da sua causa, haja vista que, quando abandonaram a pensão, deixaram de saldar as suas dívidas com o proprietário.<sup>274</sup>

Tem-se claramente resumida a situação descrita através do antagonismo: alemães versus brasileiros. Veja-se mais uma vez que a dívida ficou esquecida. A origem de tudo fora atribuída à má fé de um alemão para com o Brasil. De fato, pouco importaria se os denunciados proferiram as palavras desabonadoras das quais estavam sendo acusados. O que merece ser destacado é o tom ufanista com o qual se dirige às coisas do Brasil (inclusive seus cidadãos) ao contrapô-lo com as iniquidades que seriam características dos germânicos a quem acusara. A maneira como proferiu o seu discurso fazia ressonância aos textos acusatórios que vinham sendo publicados contra a Alemanha e os povos germânicos. Parecia ser a outra face da moeda na qual do outro lado estava o crescente sentimento de brasilidade. No final, os réus foram absolvidos, mas, de toda forma, revelava, mais uma vez, o quanto o ambiente se fazia pouco favorável a manifestações públicas afirmativas da germanidade, no qual a violência pairava como uma ameaça concreta.

Existia um desejo de justiça a ser satisfeito. Enquanto se esperava ao longo de 1917 e 1918 a organização da força armada a ser enviada à Europa, ficava latente a existência da necessidade de uma postura mais contundente, para evitar a ocorrência de novas ofensas. Pois, nesses termos foi acompanhado o julgamento da família Schmidt. O caso, cujos autos estão fartamente documentados, foi acompanhado atentamente pela mídia e pela multidão que abarrotou o tribunal durante o julgamento.

Assim, não causa assombro revelar que os germânicos se encaixavam no perfil de suspeitos de crimes de toda monta. Em época em que boatos de empastelamento de jornais germanófilos, e empastelamentos de fato, percorriam a cidade, quando ocorria ao contrário, seria natural cogitar que os alemães e teuto-brasileiros fossem considerados os principais suspeitos. Pois foi exatamente o que aconteceu no caso do jornal germanófobo *O Liberal*. Seus proprietários levantavam suspeitas contra os irmãos Ludwig – proprietários do jornal germanófilo *O Dia* – de envolvimento no crime.<sup>275</sup>

Em um boletim lançado após o incidente, a direção do jornal denunciara o acontecido. Mais do que isso, o texto chamava a atenção para um complô, organizado pelos alemães e pela polícia administrativa, ambos alvos da campanha moralizadora levada pelo jornal. Por

---

<sup>274</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 829, maço 50, 1917, p. 21, APRS.

<sup>275</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 949, maço 61, 1918, APRS.

isso, o boletim julgava que a polícia e os alemães, em conluio, teriam tempo para realizar o serviço de destruição.<sup>276</sup>

*O Liberal*, por ocasião da guerra, além de inimigo dos alemães e germânicos, era pró-federalista, mas, mesmo assim, todas as suspeitas tiveram uma única direção. No processo em questão, o réu era tipógrafo no referido estabelecimento e teria pedido aumento de salário, o que lhe fora negado. Agora, não obstante a relação atribulada no interior do periódico, o diretor-chefe do mesmo, Alfredo Guimarães, insinuara que por trás dos acontecimentos poderiam estar outros interesses, como o dos irmãos Ludwig, chamados de espiões<sup>277</sup>, que manifestavam censuras contra *O Liberal*. No seu depoimento, em 7 de maio de 1918, Guimarães dissera que:

Quanto aos alemães, a suspeita de sua intervenção no empastelamento deriva da campanha que tem feito aos alemães e de ter um dos Ludwig dito a um dos vendedores de *O Liberal*: *O Liberal* é um pasquim que não poderá durar mais que um ou dois dias.<sup>278</sup>

Motivo pelo qual os irmãos foram chamados a depor no processo. Um deles, Leandro Ludwig, afirmou que se referira ao jornal adversário pelo termo pasquim, mas em conversa com um dos vendedores de *O Liberal*, que concordara com ele no uso do pejorativo. No final, não apenas a insinuação feita fora desconsiderada, mas a própria acusação contra o réu acabou considerada improcedente.

Realmente, inúmeros incidentes resultando em prisão, envolvendo alemães e teuto-brasileiros, apareceram citadas em artigos de jornal, principalmente nas páginas d'*O Independente*. A grande maioria delas, todavia, não tiveram, como contrapartida, encontradas as suas ocorrências policiais e os referidos processos, mas são indícios de grande intolerância contra os germânicos, de modo a evidenciar que a truculência encontrava apoio em determinados órgãos de opinião. Por si só, justificariam uma alteração comportamental daqueles que se encontravam sob os holofotes. Ao que parece, a despeito de tudo isso, os incidentes eram mais do que a simples expressão de um sentimento xenofóbico. Remetem à necessidade de afirmação de identidade coletiva, que encontra a sua vazão mediante o conflito.

---

<sup>276</sup> BOLETIM D'O LIBERAL, s/d, ABM.

<sup>277</sup> BOLETIM D'O LIBERAL, s/d, ABM.

<sup>278</sup> RIO GRANDE DO SUL. Processo-crime, n. 949, maço 61, 1918, pp. 11-12, APRS.

## **4.10 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A GUERRA EM PORTO ALEGRE**

Com vias a realizar o fechamento dos informes sobre a cinematografia e sobre os periódicos adquiridos pela Biblioteca Pública da cidade, deve-se destacar a absoluta predominância do consumo de produtos oriundos dos *Aliados*. Após o rompimento de relações com a Alemanha, a pequena produção que ainda adentrava foi completamente eliminada.

### **4.10.1 A cinematografia e a guerra**

No caso dos filmes, é interessante notar que, não apenas os alemães pararam de circular, como, ainda por cima, era possível encontrar informes preventivos contra eles. A isso estava ligado o fato de, como já mencionado (item 2.9.1), o governo alemão estimulou a criação de uma companhia cinematográfica para ajudar no esforço de propaganda de guerra, a *UFA*, em 1917. Alertava-se, portanto, para os riscos de uma produção de filmes tendenciosa.

Com esse propósito, foi publicado um artigo sobre jornais da tela alemães exibidos na Suíça. Nele, fazia-se o alerta contra as manipulações de cenas de guerra.

Assim, nos cinemas de Bale, andaram a ser exibidas algumas [cenas] em que se representa a ‘cidade de Saint-Quentin’ bombardeada pelas tropas francesas.[...]. Conhecedora desse caso, a legação francesa na Suíça mandou assistir à exibição um artista competente que [...] verificou o truque e o denunciou (CORREIO DO POVO, 9 de janeiro de 1918, capa).

Em outra ocasião, ratificando essa tendência, foi transcrito aquilo que se alegava ser a passagem de um discurso de Guilherme II sobre a importância dos filmes para estimular o espírito de luta, ou, como disse o texto, a “índole militar”. Ficava avisado, portanto, que o *Kaiser* desejava criar um corpo de cinematografistas para que as pessoas se inspirassem nos



feitos, o que despertou a desconfiança sobre os objetivos reais da iniciativa (MÁSCARA, n. 29, 24 de agosto de 1918, p. 2).

Em sentido contrário, continuava o esforço para deixar evidente o quão sanguinária era a Alemanha, exibiam-se filmes mostrando os locais por onde os alemães passavam. Foi o caso do filme “Bélgica! Bélgica!”. O seu objetivo não poderia ser mais claro do que aquilo que foi expresso pelo anunciante. Era o de fazer o público recordar “o sacrifício e as privações, os horrores e os crimes desta guerra canibalesca e infame, desencadeada pelas forças dos Hohenzollern para devastar o mundo [...]. Bélgica! Bélgica [...] serviu para estigmatizar a alma sanguinária [...] dos hunos do nosso século” (O INDEPENDENTE, 21 de agosto de 1918, p. 2).

#### 4.10.2 A Biblioteca Pública e os seus periódicos

Quando foi publicado o relatório de 1917, no mês de agosto, as assinaturas de todos os periódicos em língua alemã haviam sido suspensas. A maioria, evidentemente, continuava a ser de procedência francesa. Esses perfaziam um total de 23 exemplares consumidos. Número pouco maior do que os 20 do ano anterior.<sup>279</sup>

A grande inovação ocorreu no ano seguinte. Exemplares oriundos de qualquer um dos países inimigos, evidentemente, não havia. Chama a atenção, no entanto, a massiva propaganda de guerra que entrou. Apesar de o número de exemplares franceses ter permanecido o mesmo<sup>280</sup>, foi aberta uma seção de obras sobre a conflagração. Para ela, 159 obras diferentes foram adquiridas.<sup>281</sup> Algumas delas, tendo como referência única o título, punham em relevo as deficiências alemãs, ou do povo alemão. Obras como: *Il Germanismo Senza Maschera*<sup>282</sup>, *Les Crimes allemands*, *Contre l'Esprit allemand*, *L'Allemagne*

---

<sup>279</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1917, p. 45, AHRS.

<sup>280</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, p. 50, AHRS.

<sup>281</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, pp. 26-31, AHRS.

<sup>282</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, p. 26, AHRS.

*s'accuse*<sup>283</sup>, *Le Pangermaniste en Alsace, L'Allemagne Annexioniste, Le Pangermanisme* e, o possivelmente sugestivo, *Le Socialistes du Kaiser*.<sup>284</sup>

#### 4.11 CONCLUSÃO PARCIAL

A partir de 1917, ficou bastante evidente que a disputa pela simpatia da opinião pública estava perdida para o lado alemão. A deferência expressa pela *Federação*, em abril desse ano, nada mais foi do que uma tentativa de conter o processo de desumanização da imagem daquele país. Até porque a aversão desenvolvida, simultaneamente, provocou um considerável desgaste na imagem dos indivíduos de origem germânica. Afora essa iniciativa conciliadora, antes mesmo de abril daquele ano, a ideia de germanidade já havia sido reconstruída, vulgarizada e popularizada como algo pejorativo. Por outro lado, prevaleceu positivamente a ideia de latinidade.

Nem uma expressão, nem a outra pareciam formar um conceito claro, um conjunto coerente de significados, que fossem associados aos respectivos termos. Elas se assemelhavam às duas imagens de um espelho. Dessa forma, os atributos dos “latinos” estavam relacionados, em primeiro lugar aos *Aliados* (para começar, seria uma obrigação moral de todo povo latino), além disso, o apreço à democracia e à civilidade no comportamento – nisto, adequa-se à noção estabelecida por Norbert Elias (1994) –, ao idioma falado e a uma vaga noção biológica de raça – inconclusa, mas oposta à germânica. Sendo o avesso dessa, os “germanos” seriam, primeiramente, os apóstolos das *potências centrais*, mas se caracterizariam por serem autoritários, por serem selvagens incivilizados, sendo que, no caso, a *Kultur*, quando citada, não era caracterizada como define Norbert Elias, mas como o oposto da civilização. Seriam eles, também, falantes do idioma alemão. Para os mais

---

<sup>283</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, p. 27, AHRS.

<sup>284</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 1918, p. 28, AHRS.

xenófobos, os germanos seriam, além disso, portadores de uma biologia predisposta à maldade. Enfim, era uma retórica confusa.

Uma postura sectária, aliada à carência de um conceito claro, esteve diretamente relacionada com a desconfiança sobre os teuto-brasileiros. Na cidade de Porto Alegre, o teuto não estava exatamente à margem da sociedade, mas, ao contrário, inserido, ele votava, conhecia a língua portuguesa, reivindicava auxílio às esferas do poder e participava de diferentes instituições públicas e privadas. Simultaneamente, frequentava a paróquia da sua comunidade ou do culto evangélico, falava alemão e escrevia em alemão. Tendo múltiplos interesses e múltiplas práticas, então, o teuto-brasileiro poderia, quando não revelado o próprio nome, inserir-se em ambas categorias. Isso não apenas poderia ser encarado como preocupante (como as evidências levam a crer que era), como exigia uma solução.

Possivelmente tenha até havido adeptos sinceros de uma união entre as regiões coloniais com a Alemanha. Suponho, no entanto, e parece ter sido o mais lógico, que os teuto-brasileiros constituíram várias referências sociais desde os tempos em que aqui chegaram seus ascendentes, e as cultivaram enquanto firmavam raízes na sociedade brasileira. Sendo eles brasileiros, perceberam e reconheceram que não existia fundamento para expressar simpatias políticas por um Estado inimigo, quando isso poderia trazer uma série de inconvenientes, contudo, poderiam agir assim, patrioticamente, sem deixar de serem teutos. Política e cultura, ao que parece, poderiam ser dissociadas.

Para os demais, isso deve ter sido um problema difícil de aceitar. A solução para o dilema deveria passar pela demonstração explícita de fidelidade à pátria, um valor mais elevado. Fosse pela doação para entidades, como a *Liga de Defesa Nacional*, pela mudança de nomes de estabelecimentos, pela participação em tiros de guerra, ou pelo alistamento militar. Afinal, lealdades entrecruzadas usuais, pelas quais os teuto-brasileiros definiram sua existência, enquanto cidadãos brasileiros (GERTZ, 2004a), não poderiam ser aceitas, por deixarem dúvidas nos demais cidadãos. Como seria aceitável, de acordo com aquela visão estanque, alguém gostar de Guilherme II e votar no Partido Republicano (ou Federalista), ser luterano, comunicar-se no idioma alemão e participar de um tiro de guerra? Essa dualidade se mostrou inconciliável, inaceitável até, por deixar receios. Fulano seria um patriota ou um espião disfarçado? Era uma dúvida angustiante para os antigermanistas.

Dando mostras de ter sentido tal dilema, de precisar dar mostras sobejas de lealdade, os indivíduos de origem germânica se viram impelidos a adotar um posicionamento. Alguns procuraram o caminho do silêncio, encerrando as suas atividades, como forma de evitar as atenções sem maiores sobressaltos. Outros procuraram demonstrar adequação às expectativas e optaram pela nacionalização, como forma de encontrar aceitação e poder exercer as atividades dentro da normalidade. A primeira opção mostrou ser frágil, tanto que, ocorreram iniciativas refratárias que condenaram a iniciativa, vista como demonstração de negação da brasilidade.

Entre outros exemplos já citados, referenda essa constatação o telegrama enviado pelo governo gaúcho ao Ministério das Relações Exteriores, versando sobre a empresa *Secco e Companhia*, propriedade de Eduardo Secco, Leopoldo Lemmertz e Edmundo Eichenberg. Ela estava com carga de fumo, com destino à Espanha, detida na alfândega, sob suspeita. O telegrama iniciava dizendo que todos os seus integrantes eram brasileiros. Em seguida, foi explicado que as simpatias, anteriormente demonstradas pela Alemanha, feitas por Secco, haviam ocorrido antes da declaração de guerra, por causa da influência familiar, tendo até mudado de opinião. Em seguida, o telegrama informava que os membros da firma, inclusive, tinham entregado, somas regulares para empréstimo aos *Aliados*. Como um antigo sócio, Ricardo Freytag, que havia participado do último empréstimo de guerra aos alemães, tinha sido afastado da empresa, não haveria problemas para liberar as suas transações.<sup>285</sup>

Não bastava ser brasileiro, teria de parecer brasileiro. Não sendo possível verificar se as predileções de um indivíduo pela Alemanha haviam mudado, caberia a iniciativa de demonstrá-lo. Somente a ação contínua aliviaria a dúvida.

Outra evidência da insegurança sentida pelas comunidades esteve relacionada com a conduta dos alemães que permaneceram na cidade. Foi visível a maneira como eles se retraíram. Os delitos cometidos por eles apresentaram uma contínua queda, chegando ao seu menor nível em 1918. Dentro do contexto geral do período, isso dá mostras do quanto eles ficaram reticentes de se exporem em um meio pouco inclinado a tolerar indiscrições.

De igual forma, o movimento operário se ressentiu das suas origens germânicas. Havendo a importante presença de operários de origem alemã, os inimigos das correntes de esquerda não se furtaram de atribuir às contestações ao sistema capitalista uma maquinação a

---

<sup>285</sup> RIO GRANDE DO SUL. Governo do Rio Grande do Sul ao Ministério das Relações Exteriores, 4 de março de 1918. Contabilidade/Rio Grande do Sul, 1910-1926. Maço: 310/3/12, AHI.

serviço dos interesses alemães. Existiu, portanto, uma tendência de relacionar a luta por melhores condições de vida a um plano consciente de desestabilização da ordem interna.

Na disputa política do estado, os partidos rivais reproduziram, em uma escala menor, o mesmo dilema vivido na sociedade. Cada um deles, da sua maneira, procurou trazer para si a simpatia dos cidadãos, a partir de silogismos, na tentativa de provarem ser a alternativa civilizada, aquela que melhor se enquadrava no perfil das potências *aliadas*. Para tanto, ambas tentaram desqualificar o rival, ao estabelecer comparações que associavam as práticas do oponente com a conduta alemã.

Da parte do governo, não obstante a autoimagem que desejava construir, de modelo político para os *Aliados*, a conduta foi pautada pela barganha, sem deixar que a Alemanha pudesse ser confundida com os descendentes dela que aqui viviam. Nas páginas de *A Federação*, os comentários sobre as viagens dos candidatos do Partido Federalista às comunidades germânicas, costumeiramente, eram enfocados por um viés maldoso. Como se eles pretendessem ludibriar os colonos com promessas favoráveis à Alemanha. O jornal, por seu turno, jamais dizia que tal estratégia poderia ter sucesso. O “perigo alemão” não era retratado como uma realidade, mas também não era negado. Parecia uma tentação rondando, à espera de que alguém sucumbisse, demonstrasse fraqueza e provasse que havia algum fundamento nele. Em seguida, expunha a pobreza dos argumentos da oposição, para reafirmar a confiança depositada nas comunidades. O objetivo seria mostrar que o governo sabia e afiançava a lealdade e as boas intenções dos cidadãos teuto-brasileiros. Isso ficou mais evidente na campanha eleitoral de 1917. Para além do jogo político, contudo, o governo realmente demonstrou empenho no auxílio dos interesses da comunidade empresarial germânica, principalmente nos episódios das “listas negras”.

De acordo com aquilo que as evidências mostram, a expressão “alemão” e as variáveis em torno da vaga noção de “germanidade”, foram tratadas como um rótulo. Os opositores do movimento operário diziam que os anarquistas estavam a serviço da Alemanha. Os opositores do empresariado exportador punham em dúvida a lealdade deles ao Brasil, por considerá-los inimigos do povo, chamando-os de *boches*. Expressão pejorativa, entre outras, como *retovados* e *prussianos*, foram utilizadas para designar quem se negasse a mostrar um comportamento adequado. O rótulo, com as denominações variáveis que tinha, foi uma forma de oprimir, talvez até de constrangimento, em troca da aceitação.

Paralelo a isso, questões maiores afloraram. Questões sobre a necessidade de remodelar o sistema de defesa e o educacional. Tendo como centro da discussão a educação, diferentes propostas foram levantadas. O valor da história, além do conhecimento da geografia e do idioma português foram trazidos ao centro da discussão sobre a pátria e a nação brasileira.

Lúcia Lippi Oliveira (1990) vê na guerra um momento de transição quanto ao desenvolvimento da identidade brasileira. Antes da eclosão da mesma, a autora constata, como preponderante do ponto de vista intelectual, uma corrente ufanista marcada pela preocupação racial (representada pelo discurso de defesa do “triângulo das três raças” como criador de uma nacionalidade brasileira, que, mesmo que negando o racismo, repercutia o debate racial, em pauta no debate do mundo ocidental daquele momento). A ela se coadunaria a crença nas qualidades naturais do território que permitiram o homem, fruto da mistura de elementos diferentes, desenvolver-se. Em substituição a ela, no contexto da guerra, a autora vê tomar forma outra manifestação, marcada pelo anseio de salvar o Brasil, principalmente através da saúde e da educação, mas que rompe com a preocupação da raça e que não tem no sentimento pela terra o mesmo apelo arrebatador que até então tinha.

De fato, a educação teve um papel preponderante na defesa daqueles que julgavam ser necessária uma maior qualificação do brasileiro ante as possíveis demandas que se interpusessem, a partir da imprevisibilidade advinda da guerra mundial. Inclusive em Porto Alegre ficavam claras as preocupações com a educação do brasileiro. Os muitos artigos escritos, principalmente nos anos de 1915 e de 1916 (em parte vistos no capítulo anterior), deixam patente que havia um anseio de elevar a formação educacional do cidadão para que o mesmo se encontrasse em nível adequado para as demandas que pudessem surgir. A escola, as forças armadas e o escotismo foram exemplos dessa preocupação. Por outro lado, ao que parece, pelo menos em Porto Alegre, durante o período que se estende de 1914 a 1918, a terra continuou exercendo um forte apelo sobre o indivíduo, para o fortalecimento dos laços de identidade.

Talvez a questão do clima tenha a sua relevância esmaecida, mas continuou a existir a vocação de uma relação transcendental entre o cidadão brasileiro e a terra. Isso, no entanto, não invalidou a ideia de que uma nova reelaboração da identidade brasileira tenha ocorrido, marcada por uma crítica social mais contundente. Apenas que, esse processo possa ter ocorrido com menos rupturas e mais continuidades do que o esperado. Afinal, é necessário lembrar que alguns dos meios de transformação social defendidos pela *Liga de Defesa*

*Nacional*, como o exército, por exemplo, justificavam-se pela imperiosa necessidade de zelar pela integridade territorial, insegura dado o contexto de violações. A própria apologia, da educação e da saúde, em certa medida, permaneceu tendo na terra uma fonte de estímulo, como através do escotismo, uma vez que o exercício e a instrução encontrariam uma de suas motivações no contato com as belezas naturais.

Aliás, inclusive a etnia, na sua complexidade conceitual, continuou sendo um fator relevante na discussão do sentimento de brasilidade, pela confusão terminológica existente entre ela e a nação. Após o Brasil ter tomado partido na guerra, o alemão teve ressaltado os seus atributos negativos. Como, frequentemente, os defeitos apareciam naturalizados, como algo inerente à sua condição humana, reforçou-se a relação que o inimigo tinha entre a sua identidade e a sua raça/nação. Atitude facilitada pela própria construção étnico-cultural da nacionalidade alemã. O que pode ser observado no comportamento dos indivíduos de origem germânica, é que eles se viram na iminência de precisar negar as suas próprias identidades, e suas visões de mundo, para atender às expectativas do restante da sociedade, para serem poupadas de atos de violência. Em contrapartida, por aversão à suposta identidade germânica, que seria movida negativamente através do elogio à própria da raça, o sentimento expresso em muitos brasileiros, como forma de resposta, esteve vinculado à afirmação de amor pela pátria.

Pátria esta que, era uma referência entre os teóricos da construção do próprio Brasil, havia muito mais tempo. Ela esteve constantemente inscrita no desejo de constituição da identidade brasileira. Desde a ruptura em relação à condição de colônia portuguesa, o espaço geográfico brasileiro serviu de referência para aqueles que previam a fundação de uma nação brasileira, sob os desígnios de um Estado inicialmente envolto em dificuldade para equacionar a preservação da linha dinástica portuguesa, a permanência da escravidão e a continuidade da estrutura social do período colonial (MAGNOLI, 1997; SANTOS, 2010; WEFFORT, 2006). No caso brasileiro, essa peculiar trajetória histórica – única entre os países da América – requereu a definição de uma relação entre o território e o Estado na qual o primeiro não se encontrasse em condição de submissão ao segundo, mas que o complementasse. O Estado brasileiro, nascido da preservação da legitimidade dinástica precisou definir o território, não como uma propriedade sua, o que traria maiores desconfianças, mas como essência da sua personalidade e da própria nação, que deveria encontrar nela a sua inspiração (MAGNOLI, 1997). Portanto, a pátria e a nação brasileiras não são excludentes na trajetória brasileira, mas, ao contrário, absolutamente complementares. Isso, na medida em que, ideologicamente ficaria mais viável contornar as contradições de uma nação que não pode invocar uma tradição

contratualista, dado o continuísmo dinástico; bem como, a herança étnica-cultural dificilmente poderia ser reivindicada, em virtude da grande presença de negros e de mestiços.

Perdurada essa lógica, ela encontrou sua maior expressão pouco tempo antes da Primeira Guerra, com o Barão do Rio Branco, que, mediante a sua política externa ímpar granjeou aumentar e definir as fronteiras do Brasil (SANTOS, 2010; MAGNOLI, 1997).

O que se pretende é somente revelar que o território permaneceu tendo destaque, no intuito de arrebatrar os sentimentos dos cidadãos, no objetivo de afirmar uma nação brasileira, não que tenha sido este o único fator. Como coloca Luís Carlos Santos, a “manutenção da integridade territorial do Brasil será [depois da independência] uma mistificação útil para dar sustentação a um dos mitos de origem da nacionalidade brasileira [...] e que sobrevive até os dias de hoje (2010, p. 91).

Juntamente com a pátria, a raça/nação também foi um elemento forte de agregação. Durante o Primeiro Império, o sentimento antilusitano teria sido um importante fator na definição de uma identidade brasileira (SANTOS, 2010). Durante a guerra, como ficou exposto no final dos distúrbios de abril de 1917, e como se observou em diferentes momentos, até o final da conflagração, o antigermanismo foi intenso e também serviu de elemento favorável à identidade brasileira. A diferença é que a brasileira, insegura, estava sendo contraposta a uma outra, robustamente definida por critérios que perpassavam uma herança cultural, que, naquele momento, era definida apenas como racial. Enfim, ser brasileiro passava por não ser alemão e por negar simpatia a todos eles. Para os membros das comunidades germânicas, portanto, seria difícil comprovar a sua brasilidade, o que poderia ser tentado através do justificado amor à pátria, mais facilmente crível se demonstrado através do envolvimento com as forças armadas (bastante apropriado em se tratando de uma conjuntura bélica).<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> Na história do Brasil, apelo das armas não fora uma casualidade de última hora, podendo ser remetido à época da renúncia de D. Pedro I. Sabe-se que a campanha em prol do serviço militar obrigatório tinha como mote a crença de que no exército residia aquilo que seria necessário para completar a cidadania, solidificando o sentimento de brasilidade e a própria nação. Indo ao encontro daquilo que fora observado anteriormente, à época da Primeira República falava-se que o serviço militar era a defesa da pátria e, mais ainda, que o exército era pela construção nacional, e que isso era a maior prova de patriotismo que se poderia dar (DOMINGOS NETO, 1980). Ironicamente, o exército ainda era refúgio dos defensores da superioridade técnica e disciplinar alemã. No momento em que o Brasil começara a tomar conhecimento do afundamento do *Paraná, A Defesa Nacional*, em seu editorial, lamentava a possibilidade de envolvimento do país na guerra, que atribuía ao oportunismo de alguns (A DEFESA NACIONAL, 10 de abril de 1917, p. 213 AHEx). Alguns membros dessa instituição não perderam sua admiração pela Alemanha, mesmo após a declaração de guerra. O próprio Ministro da Guerra, em acordo com o Estado-Maior, no ano de 1917 puseram em prática as medidas para revitalizar o exército para se



Enfim, creio que o sentimento de nacionalidade, durante a guerra, possa ter tomado volume através das duas maneiras, mostrando sua instabilidade, que, em outras palavras, é o reflexo da insegurança do brasileiro. Apesar de não ter havido uma concreta ameaça territorial, o “perigo alemão”, movido por inúmeros boatos, foi vivido como realidade. Para tanto, contribuiu, indiretamente, a diplomacia brasileira, pois foi ela quem levou o país ao encontro da conflagração mundial. Por todo o seu contexto, no qual figuras eminentes se mobilizaram politicamente a favor de um lado da disputa e culminando com a demissão de Lauro Müller, é importante levar em consideração as relações internacionais do país, para tentar compreender o fortalecimento desse sentimento complexo, como afirma Luís Cláudio Santos (2010).

Eric Hobsbawm (2002) constata que a afirmação de novas concepções depende da ruptura entre aquilo que é novo e aquilo que é arcaico. Para ele, houve a necessidade de criação de novas tradições, mediante a manipulação do passado, para que estas pudessem ter ressonância entre as massas, com o intuito de movê-las (fustigando uma falsa consciência) em prol da consecução de objetivos, haja vista a escassez de bases históricas anteriores que as justificassem. Dentro desse panorama, ele concebe a fixação de símbolos nacionais que agregassem as pessoas em torno de um ideal, como o idioma, o hino, o brasão; iniciando a princípio na França, mas com repetição em outros países.

Utilizando uma base teórica diferente daquela empregada por Hobsbawm, José Murilo de Carvalho (2001), a despeito disto, também ressalta a importância dos símbolos para a consolidação de uma unidade nacional que necessita de respaldo para além dos limites das próprias instituições que compõem o Estado. Tendo trabalhado com a realidade brasileira, imediatamente posterior à proclamação da república, ele aborda, além dos símbolos já citados, a produção artística focada nos heróis. Mais importante, ele ressalta a inspiração francesa na tentativa de criação desses símbolos nacionais brasileiros.

No mesmo sentido, vai o pensamento de Luís Cláudio Santos (2010). Além da bandeira e do hino, para ele, que concorda com Carvalho, a criação de uma imagem que permitisse as

---

adequar ao novo serviço militar que, conscientemente, coadunavam-se aos métodos alemães, sendo que o ministro Caetano de Faria se cercou dos jovens oficiais egressos dos estágios na força alemã (MCCANN, 2007). Em certa medida, o exército não estava preparado para a responsabilidade de servir de espelho da nacionalidade. O fato era que as dissensões no interior da caserna eram grandes, pois, inclusive havia aqueles que advogavam o papel protagonista do exército na política nacional e como agente moralizador, além daqueles que achavam que a força deveria restringir-se ao papel profissional. Não obstante os conflitos internos, as forças armadas em geral, e o exército em particular, foram repercutidos como os representantes da nacionalidade brasileira (ROUQUIÉ, 1980).

peças se irmanarem em torno de um ícone brasileiro, independente de classe, da corrente de pensamento ou facção, como um Tiradentes, foi importante para evitar novas divergências. Indo além, a seu ver, o fato do Brasil ter passado por poucos conflitos de grandes dimensões (à exceção da Guerra do Paraguai) propiciou que as vitórias diplomáticas brasileiras do início do século XX alcançassem maior relevo junto à opinião pública no lugar dos feitos militares. Daí a extraordinária importância dada pelo autor ao Barão do Rio Branco, responsável por essas vitórias.

Todos os três autores oferecem contribuições relevantes, na medida em que revelam que a existência de ícones empregados para a canalização dos sentimentos populares é uma ferramenta útil para aglutinar os interesses existentes na sociedade.<sup>287</sup> Isso pode ser claramente encontrado em Porto Alegre. De modo recorrente, não apenas o idioma, os hinos (o brasileiro e o francês), mas também a bandeira, a lembrança de datas comemorativas cruciais (das conjurações, da independência e da Guerra do Paraguai) e figuras marcantes como Rio Branco foram evocadas.

---

<sup>287</sup> Guardadas as distinções conceituais empregadas em cada uma das obras dos autores, que revelam discordâncias estruturais nas formas de pensar os fatos, algumas ponderações não são necessariamente excludentes entre si.

A análise marxista de Hobsbawm tende a problematizar a relação entre indivíduo e nação, como se a mesma fosse uma distorção. Ele relega uma discussão cultural dentro da própria tradição marxista sobre o assunto que tem em Otto Bauer (2000) e Josef Stalin (1979) alguns dos seus maiores expoentes, e que enfocam a importância da nação, bem como a questão social nela inserida. Assim, uma perspectiva positiva, como o papel da nacionalidade como forma de resistência permanece à margem da discussão, que existe no pensamento marxista e cuja síntese pode ser encontrada no estudo de Horace Davis (1979).

Mesmo não sendo objetivo desta tese proceder com uma discussão sobre as distintas concepções de nação e nacionalismo, cabe, a título de posicionamento, esclarecer um detalhe. O mérito inegável dos argumentos presentes nos estudos de Hobsbawm e Santos, que são em parte tomados de empréstimo, não significam a concordância com os seus princípios de entendê-los como invenção. Parece-me que existem alguns fatores culturais consideráveis na modernidade, que perpassam a conturbada relação entre as continuamente desagregadas comunidades e as sociedades capitalistas em expansão que são negligenciadas. Nesse caso, o nacionalismo teria uma função mais complexa do que ser somente uma religião civil. Até porque as variadas operações ideológicas necessárias para a construção política e cultural de uma identidade nacional, como afirma Bernardo Ricupero (2004), dependem de uma correspondente rede de valores há muito assimilada pelas gerações e que encontram correspondência em múltiplas individualidades existentes.

## CONCLUSÃO

Gostaria de ressaltar, inicialmente, a necessidade de novos estudos sobre os efeitos do evento em questão. Além de Porto Alegre, houve distúrbios em diversas cidades do Rio Grande do Sul, o que até o presente momento vem sendo pouco investigado. São conhecidos conflitos violentos em cidades como Rio Grande, Pelotas e em São Leopoldo. No caso, apenas listando algumas das cidades mais importantes que contavam com a presença de alemães e teuto-brasileiros.

Sendo uma análise parcial, há todo um conjunto de possibilidades ainda em aberto. Embora já tenha sido utilizado o *Deutsche Zeitung* como fonte de estudo da guerra, há outros periódicos em língua alemã a oferecer uma visão parcial dos eventos sob a ótica dos indivíduos de origem germânica, que não foram enfocados.

É importante comentar que, no decurso da conflagração foi sendo acentuada, nas páginas dos periódicos de Porto Alegre, uma rivalidade que em 1914 aparecia como irrelevante. Desde o começo, se comentava que a civilização havia entrado em crise, cindida em dois campos de batalha. Com o passar dos anos, ficou evidente um processo de afastamento da Alemanha do rol dos países integrantes da civilização. Concomitantemente, resgatava-se o conceito de *Kultur*. A mesma aparecia sendo citada esporadicamente. No entanto, quanto mais ela era citada, maior a incidência de atributos negativos que eram associados a ela. Infelizmente, não foi possível observar a extensão desse processo, o que acarretou a desistência de comentários sobre o assunto na tese.

Uma vez feitos alguns esclarecimentos necessários, iniciarei os comentários finais deste trabalho.

O assentamento em solo sul-rio-grandense de imigrantes e descendentes de origem germânica mostrou-se um fator de contínua inquietação. A religião, a cultura, a educação, as distâncias, as diferenças idiomáticas e as convicções políticas deles acarretaram, por diferentes motivos, complicações de intensidades diversas. A unificação dos territórios no centro da Europa, com a conseqüente formação de um grande e poderoso Estado alemão veio a aumentar as reticências já existentes. Isso se coadunou ao interesse econômico, que esteve muito vinculado às concepções do nacionalismo germânico de cunho étnico-cultural. Juntos, eles acarretaram um contínuo estreitamento de relações entre a Alemanha e as regiões da América do Sul nas quais viviam populações de origem germânica. O motivo das reticências acentuadas se deveu, portanto, à intensa vinda para esses locais, como a região Sul do Brasil, de comerciantes, pastores, professores, padres e outros profissionais, que, muitas vezes, portavam ideias que acenavam para uma afinidade também ideológica entre os “alemães” de um lado e de outro do Atlântico.

Acontece que, a Alemanha, país altamente produtivo, tecnologicamente avançado, e militarmente preparado, teve no seu interior a concepção de uma visão de mundo agressiva. Uma síntese, que tentou acomodar uma burguesia economicamente ascendente e uma nobreza politicamente resistente (ciosa do seu papel na sociedade). A direção dessa visão de mundo foi dada por esta última, a grande condutora do processo de unificação, vitoriosa, enquanto a primeira fracassara em 1848. Nela, os interesses do Estado se amalgamavam ao da nação. Nação que, nos primórdios do século XIX, era compreendida, apenas, como sendo tributária da cultura de um povo, indicando uma entre outras iguais. Gradativamente, ela foi incorporando outras interpretações, entre elas o preceito de que existem raças superiores. No caso alemão, uma raça que tomou por modelo a visão de mundo da nobreza, que por sua vez, se confundia com o Estado.

Os indivíduos de origem germânica que habitavam o Brasil antes da unificação não compartilhavam dessa visão de mundo, aliás, nem a conheciam. Suas relações de afetividade e de fidelidade passavam longe do Estado alemão. Em diferentes oportunidades, os imigrantes e os teuto-brasileiros de diferentes gerações entraram em divergência com os imigrantes da Alemanha, refutando seus conceitos.

Apesar disso ter ocorrido entre avanços e retrocessos, com o estabelecimento de afinidades e conflitos, para aqueles que se encontravam no exterior das distintas comunidades germânicas, ficava um sentimento de insegurança. Os motivos das dificuldades existentes

para uma rápida integração dessas comunidades era uma incógnita, e, não raras vezes, partiu-se do pressuposto do motivo ser a má vontade para com o restante da sociedade. Nisso reside um dos sustentáculos do “perigo alemão”, aí e na popularização das teorias raciais entre as pessoas letradas do país, justamente no momento que coincidia com a unificação alemã.

No início do século XX, com o crescimento econômico da cidade de Porto Alegre, motivado pela industrialização e pelo crescimento do comércio de importação e exportação, seguiu-se um crescimento físico. Os prédios aumentaram em quantidade, e em altura, houve expansão da rede de transportes, aumentaram os empregos e, também, aumentou a população. Dentro dessa perspectiva, muitos estrangeiros vieram. Bastantes deles alemães, impulsionados pela maior proximidade econômica do estado com a Alemanha.

No período republicano, as relações do Rio Grande do Sul com a Alemanha deslancharam. Esse país assumiu a ponta das negociações, superando os demais. Ingleses e franceses ficaram para trás. Toda uma rede se difundiu em torno dessa fecunda relação.

De acordo com as evidências, entre os teuto-brasileiros, a afinidade com a Alemanha deixou patente, no início do século XX, duas peculiaridades. Uma, foi a tendência urbana, a outra, a tendência de classe, ambas vinculadas à referida afinidade.

Nas cidades, as relações comerciais tenderam a possuir maior amplitude, envolvendo maior circulação de mercadorias e capital. Foi nelas, especificamente nas do Rio Grande do Sul (mais especificamente ainda, em Porto Alegre), que ocorreu a conexão do nível local, com o amplo mercado externo. A vinculação com a Alemanha, enquanto um mercado auspicioso de negócios parecia mais importante, aparentemente, para aqueles que estivessem localizados no meio urbano, do que para outros cujos horizontes eram mais estreitos. Além do mais, geralmente, eram os sucessores nos negócios, iniciados na geração anterior, que ampliavam os mesmos, portanto, no âmbito dos proprietários de capital de origem germânica havia uma tendência a desejar a aproximação com a Alemanha. O seu orgulho, os seus empreendimentos, as suas construções e as suas atitudes sugerem terem sido permeadas por essa aproximação, indicadora de sucesso. A *Sociedade Germânia*, formada por homens desse quilate, foi uma expressão do sucesso.

De forma alguma, significa dizer que a atração pela Alemanha tenha sido um fenômeno de classe, longe disto. As relações pautadas pela religiosidade, principalmente a de fé luterana, mediante a contínua oxigenação da cultura pelo uso do idioma alemão, revelaram-se

influenciadas pela presença de autoridades religiosas estrangeiras. Acontece que, no meio urbano da cidade de Porto Alegre, ficou mais evidente a conduta de um determinado segmento social.

As comunidades menores possuíam uma trajetória de cultivo das tradições ancestrais, do seu jeito de viver, enfim da sua germanidade (*Deutschtum*), que, em certa medida, sofreu assédio de representante oriundos da Alemanha. Parece ser diferente, contudo, do consumo de uma arte mais sofisticada, nos quais os saraus e as peças teatrais possuíam um caráter distinto daquele expresso por comunidades simples. Portanto, me questiono se muito daquilo que ocorreu no comportamento dos teuto-brasileiros de um centro urbano como Porto Alegre ao invés de uma manifestação de nacionalidade, não possa ter sido a expressão de um cosmopolitismo. Ao invés de inspirado pela França, pelo seu vizinho de leste.

Vejam-se as consequências da ruptura de relações entre o Brasil e a Alemanha em 1917. Houve uma evidente mudança de postura a partir dela. A necessidade impôs uma readequação, que exigiu novos compromissos. Isso pode ser interpretado como prova de dissimulação, de oportunismo, mas, também, de que os indivíduos possuíam diferentes características, não redutíveis a um culto à Alemanha, pois dela não dependia a relação íntima do indivíduo com seus costumes. Nesse aspecto, talvez o comportamento mostrado, entre agosto de 1914 e outubro de 1917, tenha sido a expressão de um cosmopolitismo, fortemente marcado pela visão do mundo conservadora e excludente que tomou conta da Alemanha a partir do seu nascimento.

Certamente há necessidade de mais estudos, para futuras averiguações nessa área. As distintas formas de pensar a germanidade, tanto no meio urbano quanto no rural, é preciso lembrar, não foram o centro deste trabalho. Nem mesmo o pensamento dos indivíduos de origem germânica o foi. Independente disso, o fato é que existiu uma pluralidade de pensamentos, oriundo da pluralidade de comunidades germânicas existentes. Mais importante, a variedade acabou sendo vista como unidade. A diversidade acabou reduzida à raça. A partir disso se revigorou a paranoia do “perigo alemão”, que alcançou o seu auge na Primeira Guerra Mundial.

Conflito, aliás, acompanhado detalhadamente. Os porto-alegrenses demonstraram um interesse intenso pelo desenrolar da guerra. Desde o início, os combates provocaram mobilização. Sendo uma cidade com grande fluxo de estrangeiros, em Porto Alegre houve a

movimentação de reservistas dos Estados beligerantes em busca dos respectivos consulados, tendo ocorrido festividades e despedidas por ocasião das partidas para o *front*.

Apesar do interesse demonstrado, um inconveniente acarretou diversos mal-entendidos. A guerra moderna trouxe consigo a desinformação. Como muitas das ações de campanha em solo europeu ficaram sob sigilo militar, coube às agências de notícias o trabalho de manter o público informado, apesar do pouco conhecimento daquilo que se passava. Desde o início, ficou evidente a desvantagem alemã. Sem meios de externar a sua versão dos fatos para o resto do mundo, tendo os seus cabos telegráficos cortados, as notícias divulgadas dificilmente encontravam um contraponto do lado alemão. Logo, uma série de boatos se espalhou, sendo os mesmos, às vezes, confirmados, outras tantas, desmentidos tardiamente, o que continuamente solapou a percepção das pessoas sobre a Alemanha. Algo intensificado pela explícita tomada de posição de alguns brasileiros ilustres e de alguns importantes periódicos do centro do país.

Lia-se a guerra e os comentários eram diários, sendo constantes as crônicas e os artigos históricos versando sobre ela. As novidades eram notificadas e as multidões se formavam à frente das redações. Das discussões se formaram juízos de valor que, por sua vez, resultaram na escolha de lados para torcer. As pessoas torciam pelo lado com o qual se identificavam. Não se ponderava exclusivamente a simpatia por um lado ou por outro, argumentava-se sobre as diferentes visões de mundo que estariam a colidir. Nesse sentido, bastante marcante foi a decisão alemã de invadir a Bélgica, uma vez que deste fato se originou a base dos argumentos contestatórios dos seus antagonistas.

Sem dúvida, a confusão conceitual fez o problema se intensificar. Nação, raça e Estado são conceitos que naquele contexto apareciam se interpenetrando, cada um deles ajudando a definir a outro. A relação, no plano teórico, do cidadão com sua ancestralidade e com seus direitos políticos se mostrava conturbada, pois ambos apareciam citados como pontos relevantes a serem considerados na definição da nacionalidade.

Ao ver uma autoridade religiosa como Wilhelm Rotermond, por exemplo, tecendo comentários a respeito da nação alemã, poderiam ter ficado dúvidas nos leitores que lhe foram contemporâneos. Estaria o doutor Rotermond citando a nação alemã de um ponto de vista externo, de alguém que a vê de fora, ou como alguém que se vê como partícipe? Sendo partícipe, seria uma nação, com expressão política no Estado, ou apenas no sentido racial?

Não é possível responder a essas perguntas. Para alguém com o distanciamento crítico de quase cem anos, fica a impressão de que não havia desejo de estabelecer qualquer relação política com aquele Estado tendo por substrato a etnia e a cultura, mas, evidentemente, era difícil para alguém compreender o motivo do mesmo líder instigar a endogamia, evitando ao máximo a reprodução fora do grupo.

Baseado na falta de consenso, logo, creio que existiram dois “perigos alemães”. Um mais real, porque foi sinceramente professado, fundamentado na observação e na dificuldade de estabelecer uma terminologia. Outro de retórica, fruto da direta aplicação das teorias evolucionistas, vinculadas a intelectuais que conheciam muito pouco das comunidades sobre as quais levantavam pareceres categóricos. Nenhum dos dois, no entanto, representou risco verdadeiro à integridade territorial brasileira, pois não havia fatos que os sustentassem.

A repercussão das suspeitas sobre as comunidades exibiu uma dupla face. Duas influências se fizeram presentes. Uma influência incidiu sobre o comportamento dos indivíduos, a outra sobre o comportamento coletivo.

Pejorativamente, havia a impressão sobre os germânicos de que eles eram ébrios e baderneiros, o que encontrava justificativa nas ocorrências policiais da época que envolviam os alemães da cidade. Observado o comportamento deles ao passar dos anos, durante a guerra, viu-se uma diminuição constante no número de prisões entre os alemães, enquanto cresciam as de outras nacionalidades. Tratava-se de uma demonstração de cautela ante a crescente antipatia por eles despertada, o que despertou temor neles.

Por outro lado, no mesmo período, a militância germânica teve um incremento. Cresceu o número de jornais, houve empenho explícito para ajudar o esforço de guerra alemão mediante empréstimos, eram notórias as exposições públicas de simpatia pela Alemanha, (missas, enfeites nas casas) e campanhas de informação. Iniciativas que podem ser associadas ao desejo de responder à altura ao sentimento de insegurança, demonstrando vitalidade. Assim, através da ação conjunta poderiam se mostrar menos suscetíveis. Defender a Alemanha parecia ser uma maneira justa de defender a própria identidade, uma espécie de solidariedade, haja vista que para outros tantos brasileiros os alemães e os teutos eram todos da mesma raça/nação, vilões na guerra.

Vilões porque a invasão da Bélgica significou uma violência contra a lei, um passo atrás na escala evolutiva da civilização. A derrota da palavra frente à força. Até aí, todavia, não



havia motivos para violências, porque vilão não significava inimigo. As divergências em função da torcida pelos lados em confronto, porém, com os anos, fizeram acirrar as desavenças. Processo ainda mais intensificado pela busca por afirmação dos franceses em território brasileiro. Evidentemente, os franceses contavam com um trunfo, uma tradicional e enorme ascendência sobre o Brasil no âmbito cultural. As letras francesas, a pintura francesa, os conceitos políticos franceses e a história francesa gozavam de reconhecimento incontestado, mas não encontravam equivalente em outros setores. Significa que, a sua presença virtual não estava em harmonia com sua presença material. Em diferentes momentos, ilustres franceses que passaram em viagem pelo país não retribuíram à altura o esforço dos brasileiros em busca de aprovação. O Brasil, para o desespero de muitos, infelizmente, era mais famoso pelas suas peculiaridades exóticas do que pelo pertencimento à civilização ocidental.

A conjuntura da guerra provou ser o momento para a consecução do objetivo de arrebatado a simpatia da França. O comércio alemão ficou completamente engarrafado pela ação da marinha britânica e os franceses buscaram aproveitar as circunstâncias. A inserção deles deu mostras de ter sido previamente preparada. Concomitante às demonstrações de regozijo pela conduta do Brasil como país neutro (passando pela louvação a Rui Barbosa), ocorreu uma revitalização do conceito de latinidade. Concepção igualmente nebulosa, ela estava baseada no apelo a uma identidade comum, compartilhada, entre outros, pelo Brasil e pela própria França, de onde se originou a noção. Em Porto Alegre, ela deu mostras de ser uma imagem invertida da germanidade.

Como a chegada desse referencial na capital gaúcha, por volta do final de 1915, encontrou uma vigorosa defesa da cultura germânica, estabeleceu-se uma situação de disputa. A afirmação de virtudes próprias, em oposição aos vícios alheios, estendeu-se até 1917, em busca de maior aceitação em meio à opinião pública. Gradativamente, os periódicos começaram a pender para um lado, reproduzindo no seu vocabulário algumas ideias que decorriam desse embate. Nesse processo, de cerca de ano e meio, pode-se perceber a queda constante da simpatia pelas referências germânicas, à medida que um conceitual desabonador tomava forma. Grosso modo, ocorreu uma disputa por hegemonia, da qual os valores germânicos saíram derrotados.

Antes mesmo dos conflitos de abril de 1917, o governo gaúcho, através do seu jornal oficial, procurou formatar o seu perfil à semelhança dos feitos dos países *Aliados*. Listando algumas virtudes a serem cultivadas, indiretamente, o jornal expôs alguns elementos da

cultura germânica como desvios de conduta. Por seu turno, a oposição insistiu em relacionar aquilo que considerava demérito do governo como sendo traços de uma conduta germanizada. Em resposta, os republicanos, do outro lado, insinuavam que o comportamento dos federalistas é que, na verdade, seria insidioso, entrevedo assim que os adversários eram aqueles que guardariam pontos de contato com a cultura germânica. Práticas assim evidenciam aquilo que foi anteriormente citado. Uma ideologia avessa à Alemanha havia se consolidado.

Concomitantemente, a inserção do cidadão em determinados círculos sociais evidenciou o mesmo processo, como um sinal de conduta adequada. Integrar a *Liga de Defesa Nacional*, ou praticar o escotismo (nos moldes propostos em 1915), significava aderir a práticas socialmente vistas como positivas. As mesmas, também, tendiam a identificar o sujeito como defensor dos *Aliados*. Curiosamente, isso não foi empecilho para que o jornal germanista *O Diário* fosse favorável à “liga”. Pelas suas preocupações com a educação e com o desenvolvimento de uma identidade brasileira (o que corrobora com a ideia de que a torcida pela Alemanha foi apenas um, entre outros elementos culturais), o jornal viu como iniciativa positiva a participação nela.

É bom enfatizar que, no âmbito da política institucionalizada, no entanto, não houve respingos que ocasionassem ilações sobre possíveis relações da Alemanha com os indivíduos de origem germânica. Um estudo de maior duração seria adequado, pois não é de todo improvável que o período eleitoral de 1917-18 possa ter surtido alguma repercussão nas declarações dos representantes políticos. O comportamento dos partidos se pautou pelo discurso respeitoso aos teuto-brasileiros e alemães. Claro que, no interior do estado ocorreram casos de abuso de autoridade cometidos por representantes do poder local, mas em Porto Alegre as circunstâncias foram mais amenas.

Informalmente, é claro, jornais simpatizantes da oposição teceram críticas e levantaram suspeitas aos teuto-brasileiros. Principalmente contra os deputados do Partido Republicano Riograndense. Foram recorrentes as insinuações sobre a fidelidade ao imperador alemão e às tendências a comparar o parlamento estadual ao equivalente alemão, utilizando-se do argumento do envolvimento de agentes infiltrados. Sob esse viés, acaba-se fazendo pairar dúvidas sobre todos os descendentes.

O quadro se apresentou dramático após o afundamento do navio *Paraná*. Nesse momento, é preciso enfatizar a condução conciliadora do governo. Não apenas no ato de agir contra os distúrbios, protegendo as comunidades, também chama atenção a forma como ele foi capaz de buscar abrandar a má imagem dos alemães. Em plena contestação, mediante artigos que visavam à desmistificação do aspecto violento e conquistador da imagem vulgarizada, o governo buscou trazer a lucidez, ao mesmo tempo em que, continuamente, apelou pela manutenção da ordem, para que não houvesse excessos contra pessoas que nada tinham a dever.

Infelizmente, não surtiu resultado, pois os atos de hostilidade à Alemanha, progressivamente, descambaram para a violência explícita contra os alemães e os teuto-brasileiros. Há, contudo, um elemento interessante a ser destacado. Durante os distúrbios de abril, houve depredações e apedrejamentos. A exceção daquele que fora realizado contra a pensão da família Schmidt, que agiu provocativamente, é interessante ponderar que apenas grandes estabelecimentos foram alvo da fúria intensa popular. Visou-se com maior ira a casa *Bromberg*, a *Sociedade Germânia* e o *Deutsche Zeitung*. Nenhum desses empreendimentos era propriedade de alemães, ou compostos por uma maioria deles, mas de teuto-brasileiros.

Todos eles eram altamente reconhecidos na sociedade porto-alegrense pela inserção que tinham nela. Rivalizavam com outros grupos, mas conviviam em meio a eles. Mais do que inveja, isso deveria despertar receio. Quanto ao jornal, pensando no motivo de serem escolhidos pela turba, em meio a outros similares que existiam, parecia difícil achar explicação. Acontece que ambos possuíam fatores que os distinguiam. O *Deutsche Zeitung* era escrito em alemão, porém contava com um deputado estadual à sua frente, dando provas de influência.

*O Diário*, por sua vez, foi um caso curioso. Um jornal escrito em português que foi imediatamente hostilizado pela massa de populares. Suas instalações não chegaram a ter o mesmo fim trágico de outros prédios, mas, após a primeira investida, imediatamente encerrou as atividades. A razão, a meu ver, deve ter estado relacionada ao fato dele ter sido um jornal grande, equivalente aos outros dois que existiam na cidade. Fundamentalmente, ele, assim como o *Deutsche Zeitung*, ressaltou a face híbrida do teuto-brasileiro. Escrever em português um periódico de visível qualidade técnica e, no outro caso, mostrar conhecimento dos meandros da política brasileira revela uma capacidade de exercer influência que mereceria ser neutralizada.

Depois da confusão assustadora de abril, os ânimos se aquietaram. Os indivíduos de origem germânica reduziram sua exposição ao público. Organizações etnicamente germânicas mudaram seus nomes e evitaram fazer solicitações aos poderes públicos. As poucas que se aventuraram e solicitaram ajuda tiveram seus pedidos indeferidos. Até 1917, a grande maioria delas foi aceita, o que indica que, depois dessa data, os representantes governamentais eleitos devem ter se sentido constrangidos a evitar situações que pudessem expô-los a rumores. Assim ocorreu até o final da conflagração.

Tudo aquilo que pudesse ser relacionado à Alemanha se revestiu de conotação negativa. A insinuação de uma relação com a Alemanha era o equivalente de um rótulo negativo. Se os comerciantes monopolizavam o comércio, e os trabalhadores passavam dificuldades, era por serem alemães. Os anarquistas, por condenarem a submissão à simples vontade do Estado em tempo de guerra e condenarem todos os beligerantes, eram considerados alemães. Os acusados de alguma irregularidade tinham a sua moral colocada em dúvida sob a alegação de serem alemães. A Alemanha virou um bode expiatório para diferentes problemas a serem enfrentados.

A solução, para aqueles que buscavam alento, passava pela obrigatória e recorrente demonstração de lealdade ao Brasil. Apesar de não ser suficiente, pelo fato do abandono de determinadas práticas, em benefícios de outras, acarretar desconfianças sobre a índole do sujeito, a saída era permanecer dando contínuas provas de lealdade ao Brasil.

O Brasil do qual se falava não era exatamente o da nação, mas o da pátria, cujo símbolo maior poderia ser identificado no exército. Essa era a mesma pátria que tinha sua defesa evocada nos textos dos periódicos e dos discursos públicos. A pátria, em meio ao conturbado conceitual existente à época, foi o porto seguro do cidadão disposto a dar o exemplo. Nela poderia haver espaço, tanto para os cidadãos teutos quanto para os demais. A pátria foi o ponto de encontro de todos aqueles que desejavam expressar sua lealdade de brasileiros.

O nome da nação apareceu esporadicamente na Primeira Guerra, de forma tímida. Os heróis lembrados não faziam coro à nação. Os oficiais, cujas memórias eram resgatadas, lá da campanha do Paraguai, eram lembrados por defenderem a pátria. Rio Branco foi um marco porque a estendeu a limites maiores do que já tivera no passado. Em se tratando da bandeira, falar dela era estimular lembranças de uma terra abençoada.

Não obstante o fato do patriotismo, no vocabulário da época, equivaler ao de nacionalismo, na prática havia um hiato. A retórica sobre a pátria dificilmente conseguiu transpor o discurso. Contribuições financeiras e a criação de Tiros de Guerra ocorreram em quantidade. Apesar disso, no momento em que atitudes convictas se fizeram necessárias, a nação não acudiu à pátria. Houve setores da sociedade que se negaram a compartilhar, juntamente com a arraia miúda, os mesmos espaços de sociabilidade, renunciaram ao ato de se ombrear com indivíduos considerados inferiores. A campanha pelo serviço militar deixou isso em evidência. Quando as autoridades solicitaram que os brasileiros expressassem a indignação de uma forma ordeira, mais produtiva, sob a forma de alistamento para as manobras militares e de aceitação à convocação das forças armadas, faltou resposta à altura e as lacunas nas fileiras ficaram evidentes nos lamentos publicados.

Os médicos atenderam ao chamado. A formação da missão médica teve o intuito de levar o nome do Brasil como contribuição ao esforço *aliado*. Não por acaso, o nome de um dos voluntários que se dispuseram a tal façanha, e que posteriormente narrou os acontecimentos em suas memórias, Mário Kroeff, era um teuto-brasileiro oriundo do interior gaúcho. Só que, a missão foi um esforço isolado, de médicos agindo enquanto tais, viajando e atuando em meio aos seus pares.

A pátria brasileira era enorme de dimensões nacionais. Ela possuía fronteiras gigantescas. Faltava-lhe, apesar disso, uma nação que lhe correspondesse. Em teoria, ela poderia ser pensada, mas na prática ainda era inconsistente.

# FONTES DE PESQUISA

## 1. LOCAIS DE PESQUISA

### BRASIL – RIO GRANDE DO SUL

- *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.*
- *Arquivo Público do Estado do Rio Grande Do Sul – APRS.*
- *Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – AHPAMV.*
- *Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – MCSHC.*
- *Acervo Benno Mentz – ABM.*
- *Biblioteca Central da Pucrs – BCP.*
- *Memorial Legislativo – ML.*
- *Biblioteca da Faculdade de Engenharia da UFRGS – BFEU.*

### BRASIL – RIO DE JANEIRO

- *Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI.*
- *Arquivo Histórico do Exército – AHEx.*

## **2. JORNAIS**

- *A Federação*, ano XXX, 1914, ao ano XXXIV, 1918 – MCSHC e AHPAMV.
- *O Independente*, ano XIV, 1914 ao ano XVIII, 1918 – AHPAMV.
- *O Diário*, ano IV, 1914, ao ano VII, 1918 – MCSHC.
- *Gazeta Colonial*, ano I, 1917, ao ano II, 1918 – ABM.

## **3. REVISTAS**

- *A Defesa Nacional*, ano II, 1914, ao ano V, 1917 – AHEx.
- *Egatea*, ano I, 1914, ao ano IV, 1918 – BFEU.
- *Unitas*, ano I, 1914, ao ano IV, 1918 – BCP.
- *A Guerra*, ano I, 1914, ao ano II, 1915 – ABM.
- *O Maneca*, ano I, 1917, ao ano II, 1918 – BCP.
- *Máscara*, ano I, 1918 – MCSHC.

#### 4. OBRAS CONSULTADAS

- ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre*, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- ABRANCHES, Dunshee. *A Ilusão Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- ACKER, Celso Henrique. *Serviço Militar e Nacionalidade: os tiros de guerra no Rio Grande do Sul – O Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. Dissertação de mestrado em História/UFRGS, 1996.
- ALBERT, Bill. *South America and the first world war: the impact of the war on Brazil, Argentina, Peru and Chile*. Cambridge: Cambridge Press, 2002.
- ALMEIDA, Pedro; CARVALHO, Maria Lúcia; PEREIRA, Paulo Roberto. Incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 254-301, 1998.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Tese (Doutorado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
- ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARENDT, Isabel Cristina. Representações do colono teuto-brasileiro católico através da negação do outro nos escritos de Pe. Balduino Rambo, S.J. In: ARENDT, Isabel Cristina; SILVA, Haike R. Kleber da. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: EST, 2000.
- \_\_\_\_\_. Representações da germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul (Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul). São Leopoldo: Unisinos, 2005. Tese (Doutorado). Faculdade de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005a.



- \_\_\_\_\_. A escola comunitária evangélico-luterana alemã e a escola pública: discussão na Deutsche Post (1865-1918). . In: ARENDT, Isabel; WITT, Marcos (Org.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005b.
- ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia*. Brasília (DF): Univ. de Brasília, 1986. 2 v.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 2006.
- AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema castilhistaborgista. In: AXT et al. (Org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova: 2005.
- \_\_\_\_\_. Coronelismo indomável: o sistema das relações de poder. In: GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*, v. 2, n. 4, p. 181-224, 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BARBOSA, Rui. O Brasil e as Nações Latino-americanas em Haya. In: BARBOSA, Rui. *A Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.
- BARTH, Frederick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, c1997.
- BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. *A missão militar francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- BECKER, Klaus. *Alemães e Descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai*. Canoas: Hilgert e Filhos, 1968.
- BERLIN, Isaiah. *O sentido de realidade: estudos das ideias e de sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: Eduel, 2008.

- BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.131-162, 2000.
- BONOW, Stefan Chamorro. *O cinema em Porto Alegre (1910-1914): uma força irresistível*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRANCO, Alberto Manuel. O nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX: o princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico-filosófica e ideológica – Um caso paradigmático: a Alemanha. *Revista Millenium*, n. 36, Viseu, 2009.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Guerra da Europa: Documentos diplomáticos: atitude do Brasil (1914-1917). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- BRITTO, Fabiano de Lemos. Lutero e a invenção da tradição erudita alemã. *Revista Índice*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 49-67, 2009.
- BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CAGGIANI, Ivo. *Carlos Cavaco: a vida quixotesca do tribuno popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.). *Nacionalismo no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique et al. *História Geral da Civilização Brasileira: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006b.
- CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.
- CARONE, Edgard. *A primeira república (1889-1930): instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- \_\_\_\_\_. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz: 1914-1918*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética*. Brasília: IBRI, 2001.
- CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CLARK, Alan. 1915: desastre dos aliados. *História do Século XX*, São Paulo, n. 19, p. 556-563, 1974.
- CLARK, Christopher. *Iron Kingdom: The rise and downfall of Prussia*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- COARACY, Vivaldo. *Frida Meyer*. São Paulo: M. Lobato, 1924.
- \_\_\_\_\_. *Encontros com a vida: (memórias)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962.
- COELHO, Jonas Gonçalves. Ser do Bem em Bergson. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v.8, n.15, p.233-46, 2004.
- COIMBRA, David. *A História dos Grenais*. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- CONNOR, Walker. *Etnonacionalismo*. Madrid: Trama Editorial, 1991.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930). In: GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Identidade Étnica em meio urbano. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 2, p. 119-132, 2001.
- CORSETTI, Berenice. Política e organização da educação sob o castilhismo. In: AXT et al. (Org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova: 2005.
- COSTA, Hilton. *Horizontes raciais: a ideia de raça no pensamento social brasileiro (1880-1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- CREVELD, Martin van. *Ascensão e Declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- CUNHA, Jorge Luiz da. Conflitos de interesses sobre a colonização alemã do Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v.26, n.1, p.183-233, 2000.
- DAVIS, Horace B. *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Jorze Zahar, 1979.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Carlos von Koseritz*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1998.
- DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética*. Brasília: IBRI, 2001.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e Decadências do Brasil* (o futuro da nação à sombra de Darwin, Hæckel e Spencer). Campinas: Unicamp, 2007. Tese (Doutorado), Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Campinas, 2007.
- DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1984.
- \_\_\_\_\_. Martinho Lutero (1483-1546) e Tomás Müntzer (1489-1525): a justificação teológica da autoridade secular e da revolução. *Veritas*, Porto Alegre, v.51, n.203, p. 145-168, 2006.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1984.
- DRIJARD, André. *Alemanha: panorama histórico e cultural*. Lisboa: Publicações Dom Quixote: 1972.
- DROZ, J. *História da Alemanha*. Lisboa: Europa-América. 1985.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (vol. 1). Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

- ERICKSON, John. A frente oriental. *História do Século XX*, São Paulo, n. 17, p. 512-517, 1974.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 269-289, 1998.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermund, [1954?].
- FAUSTO, Boris. Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FELDENS, Jorge Augusto. Jornal Deutsche Post: sua história, seus propósitos. In: ARENDT, Isabel; WITT, Marcos (Org.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005.
- FERRO, Marc. *Historia contemporánea y cine*. Barcelona: Ariel, 1995.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1913.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na republica velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FORTES, Alexandre. *'Nós do Quarto Distrito' – A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Campinas: Unicamp, 2001. Tese (Doutorado), Faculdade de História, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- \_\_\_\_\_; NOAL FILHO, Valter Antonio. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria: Anatterra, 2004.
- \_\_\_\_\_. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- FROMKIN, David. *O último verão europeu*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.
- FUNKE, Alfred (Org.). *O Brasil e a Alemanha (1822-1922)*. Berlim: Editora Internacional, 1923.
- GANS, Magda R. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

- GARAMBONE, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ FUNAG, 2000.
- GAUER, Ruth Maria Chittó. Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 399-413, 2005.
- GAY, Peter. *O cultivo do ódio: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GEISS, Imanuel. A caminho do armistício. *História do Século XX*, São Paulo, n. 31, p. 918-980, 1974.
- GERTZ, René Ernaini (Trad.). *Memórias de um imigrante anarquista: Friedrich Kniestedt*. Porto Alegre: EST, 1989.
- \_\_\_\_\_. Um jornal anarquista em Porto Alegre: Der freie Arbeiter. *Veritas*, Porto Alegre, n. 140, v. 35. p. 606-617, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1991.
- \_\_\_\_\_. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a união Popular. *Veritas*, Porto Alegre, v.37, n.145/148, p. 553-579, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Aviador e o Carroceiro*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- \_\_\_\_\_. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ulbra, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa e imigração alemã*. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004b.
- \_\_\_\_\_. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT et al. (Org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova: 2005.
- \_\_\_\_\_. Como é possível continuar escrevendo História Política? *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, 2006.
- GOTTSCHALD JR., Karl. Sobre a peculiaridade do Sínodo Riograndense. In: SÍNODO RIOGRANDENSE. *75 Anos de existência do Sínodo Riograndense (1886-1961)*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1961.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

- \_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. A Internacional: sentidos dissonantes no hino dos trabalhadores durante a Guerra Civil Espanhola. *Projeto História*, São Paulo, n. 36, p. 211-231, 2008.
- HAYES, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- HERMET, Guy. *História das nações e do nacionalismo na Europa*. Lisboa: Estampa, 1996.
- HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?* Campinas: Unicamp, 2000. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOHLFELDT, Antônio et al. (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis : Vozes, 2001.
- HORNE, Alistair. Verdun e Somme. *História do Século XX*, São Paulo, n. 21, p. 606-620, 1974.
- HROCH, Miroslav. La burguesía em los movimientos nacionales del siglo XIX. Um análisis comparativo a escala europea. In: FRADERA, Josep. M<sup>a</sup>; MILLÁN, Jesús. *Las burguesías europeas del siglo XIX: sociedad civil, política y cultura*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.
- ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- ISNENGI, Mario. *História da Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.
- JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Cláudia VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ulbra, 2004.
- KEEGAN, John. *Agosto de 1914: irrompe a guerra*. Rio de Janeiro: Renes, 1978.

- \_\_\_\_\_. *História ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- KENAN, George. *O declínio da ordem europeia de Bismarck*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KISSINGER, Henry. *A diplomacia das grandes potências*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1999.
- KONDER, Marcos. *Lauro Müller: a pequena pátria*. Florianópolis: FCC, 1982.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, c2002.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- KOTHE, Mercedes Gassen. Os descendentes alemães. In: GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- KROCKOW, Christian Graf von. *Prússia: um balanço*. São Paulo: Mackenzie, 2002.
- KROEFF, Mario. *Imagens do meu Rio Grande*. [Rio de Janeiro : S.n., 1971].
- LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, c2005.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimentos, 1981.
- LE BON, Gustave. *Leis psicológicas da evolução dos povos*. Porto: Comp. Portuguesa, 1920.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LESSA, Antônio Carlos. *História das relações internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008.



- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- LIMA, Manuel de Oliveira. América luso-espanhola. In: MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no pensamento Brasileiro*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.
- LINS, Alvaro. *Rio-Branco* (o Barão do Rio-Branco): biografia pessoal e história política. São Paulo: Nacional, 1965.
- LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, nº 19, p. 95-104, 2º semestre de 2008.
- LLOYD, Reginald et al. *Impressões do Brasil no século XX*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.
- LOHBAUER, Christian. *História das relações internacionais II: o século XX: do declínio europeu à era global*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LÖWY, Michael. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até os nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Romantismo e Messianismo: ensaios sobre Kukács e Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- LUCA, Tânia Regina de. Imigração e teorias antropológicas no Brasil (1910-1920). In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.
- LUDWIG, Emil. *Julho de 1914*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931.
- LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil: A comparative History of Cultural conflict during World War I*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1987.
- LUNT, James. Os árabes e Lawrence. *História do Século XX*, São Paulo, n. 22, p. 634-639, 1974.
- LUSTOSA, Isabel. Um Brasil que queria ser francês. In: PINHEIRO, Liliana (Org.). *O olhar dos viajantes: o Brasil e sua gente*. São Paulo: Duetto, 2010.
- MACIEL, Fabrício. *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. São Paulo: ANNABLUME, 2007.

- MACINTYRE, Donald; RUGE, Friedrich. A batalha da Jutlândia. *História do Século XX*, São Paulo, n. 20, p. 587-600, 1974.
- MACMILLAN, Margaret. *Paz em Paris, 1919: a Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP, 1997.
- MAIA, Alcides de Castilhos. *Crônicas e ensaios*. Porto Alegre: Globo, 1918.
- MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusp, 2001.
- MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no RGS: origens do sindicalismo rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Memória Histórica dos Socialistas Gaúchos*. [Porto Alegre]: [s.n.], [1988?].
- MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MASSIE, Robert K. *Dreadnought: Britain, Germany, and the Coming of the Great War*. New York: Ballantine Books, 1992.
- MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru: EDUSC, 2000.
- MATHIAS, Erich. Kautsky e o kauthismo: a função da ideologia na social-democracia alemã até a Primeira Guerra Mundial. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Ed.). *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- MATTICK, Paul. Karl Kautsky: de Marx a Hitler. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Ed.). *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial (1790-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- MAZERON, Gaston Hasslocher. *Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1943.
- MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MENEGHETTI, Carla Beni. *A precariedade da administração monetária em um país periférico, sob as regras do padrão-ouro: Brasil, 1888-1900*. Campinas: Unicamp, 2006. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, 2006.
- MESSENGER, Charles. *A Guerra de Trincheiras: França e Flandres, 1914-18*. Rio de Janeiro: Renes, 1978.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.
- MILZA, Pierre. *As relações internacionais de 1871 a 1914: a Europa de Bismarck, o advento da "Política Mundial", os imperialismos europeus, as crises balcânicas, a caminho da guerra*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- MOISAN, Michel. Pierre Baudin (1863-1917): *Un radical-socialiste à la Belle Époque*. Orleans: Université D'Orléans, 2009. Tese (Doutorado), Faculdade de História, Université D'Orléans, 2009.
- MOREIRA, Álvaro. *As amargas, não – Lembranças*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- MOSSE, Werner. Aristocracia y burguesía em la Europa desl siglo XIX. Um análisis comparativo. In: FRADERA, Josep. M<sup>a</sup>; MILLÁN, Jesús. *Las burguesias europeas del siglo XIX: sociedad civil, política y cultura*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.
- MOTTER, Ana Elisete. *As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembleia Legislativa Provincial Rio-Grandense*. São Leopoldo: Unisinos, 1998. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1998.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NEUMANN, Rosane Márcia. *'Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!'* – As colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo: Unisinos, 2003. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: Le Goff. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PALMER, Alan. O colapso dos aliados dos alemães. *História do Século XX*, São Paulo, n. 31, p. 898-904, 1974.
- PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles Side (Org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PAULA, João Antônio de. A ideia de nação no século XIX e o marxismo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 219-235, 2008.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PELLANDA, Ernesto. *A. J. Renner: um capitão da indústria*. Porto Alegre: Globo, 1944.
- PELLISTRANDI, Benoît. *As relações internacionais de 1800 a 1871: a Europa de Napoleão, o Congresso de Viena, o liberalismo e nacionalismo, as colonizações, a América e o mundo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- \_\_\_\_\_. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, Cláudia VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ulbra, 2004.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa pátria: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- PETIJEAN, Patrick. Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-Brasileiras. In: HAMBURGUER, Amélia Império et al. *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996a.
- PETIJEAN, Patrick. Entre ciência e diplomacia: A organização da influência científica francesa na América Latina. In: HAMBURGUER, Amélia Império et al. *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996b.

- PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: projeto político alternativo: (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PIRES, Edison. *História do Grêmio Foot-ball Porto Alegrense: passado e presente de um grande clube*. [Porto Alegre]: [s.n.], [1970?].
- PITT, Barrie. Vingança no mar. *História do Século XX*, São Paulo, n. 20, p. 582-586, 1974b.
- \_\_\_\_\_. A última vitória de Ludendorff. *História do Século XX*, São Paulo, n. 30, p. 891-896, 1974b.
- POLIAKOV, Léon. *A Europa Suicida*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1914.
- PORTO, Aurélio. *Pátria: drama patriótico em 3 atos*. Porto Alegre: O Independente, 1918.
- \_\_\_\_\_. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1934.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1994.
- POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, c1997.
- QUEIRÓS, César A. Bulbolz. *O governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919)*. Porto Alegre: Pucrs, 2000. Dissertação (Mestrado) Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.
- QUEIROZ, Maria I. Pereira. O Brasil dos Cientistas Sociais Não Brasileiros. In: HAMBURGUER, Amélia Império et al. *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.
- RADÜNZ, Roberto. Deuschtum e italianitá: uma introdução à historiografia comparada no sul do Brasil. In: SLOMP, Loraine; RADÜNZ, Roberto (Org.). *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul: Educus, 2007.
- RAMBO, Arthur Blasio (Trad.). *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.
- RAMOS, Luís António de Oliveira. Claros e escuros do movimento europeu das nacionalidades (século XIX) Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006.

- REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial*. São Leopoldo: Unisinos, 1999. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.
- RENAN, Ernest. *Qué es una nación?* Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- RENARD, Jean-Bruno. Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 1, n. 32, p. 97-104, 2007.
- REZENDE, Suzana Garcia de. *Vargas e Borges: o local e o regional na política gaúcha (1913-1917)*. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil: 1830-1870*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. As revoluções burguesas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002-2003.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Tese (Doutorado), Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar. In: RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. *Da vida para história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005.
- \_\_\_\_\_. O castilhismo e as outras ideologias. In: GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- ROMERO, Sílvio. As zonas sociais e a situação do povo. In: MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no pensamento Brasileiro*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2001.
- ROSKILL, S. W. Bloqueio. *História do Século XX*, São Paulo, n. 20, p. 601-604, 1974.
- ROUQUIÉ, Alain. Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: estratégia de pesquisa e dinâmica institucional. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O extremo ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1992.

- RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998.
- SADOUL, Georges. *História do Cinema Mundial – I*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SÄNGER, Rudolpho. Escola e Educação. In: SÍNODO RIOGRANDENSE. *75 Anos de existência do Sínodo Riograndense (1886-1961)*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1961.
- SANTOS, Luís Cláudio G. *O dia em que adiaram o carnaval*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- SANTOS NETO, Arthur Bispo dos. *A filosofia do romantismo*. Maceió: Edufal, 2005.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas: Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas: UNICAMP 2002. Tese (Doutorado), Faculdade de História, Universidade de Campinas, 2002.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández. Estado, nación y patria en el lenguaje político español. Datos lexicométricos y notas para una historia conceptual. *Revista de Historia Militar*, Madrid, núm. extraordinario, XLIX, p. 159-219, 2005.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.
- \_\_\_\_\_. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- \_\_\_\_\_. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ulbra: 2004.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *O Brasil e a 1ª Guerra (1915-1919)*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1998.
- SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Sogipa: uma trajetória de 130 anos*. [Porto Alegre]: Ed. Associados, 1997.
- \_\_\_\_\_. Representações do humor no imaginário teuto-brasileiro. In: ARENDT, Isabel Cristina; SILVA, Haike R. Kleber da. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: EST, 2000.

- \_\_\_\_\_. Um olhar imigrante: Porto Alegre na perspectiva de quem chega. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.
- SILVA, Elmar. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- SILVA, Lígia. Comentário 1. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 5, p. 183-205, 1996.
- \_\_\_\_\_. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas: estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004a.
- \_\_\_\_\_. O povo X der Pöbel. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 2004b.
- SILVEIRA, Éder. A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX. Porto Alegre: Pucrs, 2004. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SMITH, Anthony. *Nacionalismo: teoria, ideologia, historia*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- SOUSA, Francisco Martins de. A questão teórica da cultura na Escola do Recife. In: ROMERO, Sílvio. *O Brasil Social e Outros Estudos Sociológicos*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2001.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. *Cad. CEDES*, v. 20, n. 52, p. 104-121, 2000.
- SOUZA, Max Eduardo Brunner. *Pensamento social conservador na modernidade brasileira contemporânea: estudo de caso sobre o movimento escoteiro*. São Paulo: USP, 2010. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2010.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969.



- STERN, Fritz. *O mundo alemão de Einstein*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- STEYER, Egon Frederico. *Aspirações da população de origem alemã, no Rio Grande do Sul, segundo a imprensa teuto-brasileira: 1878-1891*. Porto Alegre: Pucrs, 1979. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1979.
- STEYER, Fábio Augusto. *Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre: 1896-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- TAYLOR, A. J. P. *A segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Usp, 1996.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Losada, c1947.
- TOPIK, Steven. *A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- TRAMONTINI, M. J. A escravidão na colônia alemã de São Leopoldo na primeira metade do séc. XIX. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada: Rio Grande do Sul, Uruguay, Corrientes, Santa Fé, Entre Rios, Cordoba e Misiones, 2000*. Anais. Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000.
- \_\_\_\_\_; ENGSTER, Maria Isabel Cristina. A imigração alemã na historiografia rio-grandense: Pellanda, Porto e Truda. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.
- \_\_\_\_\_. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ulbra, 2004.
- TRINDADE, Hélgio. Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 7, n. 1/2, p. 223-227, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho: 1890-1937*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- TUCHMAN, Barbara W. *A torre do orgulho: um retrato do mundo antes da Grande Guerra (1890-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O telegrama Zimmermann (como os EUA entraram na Primeira Guerra Mundial)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

- TURNER, Barry. Lusitânia. *História do Século XX*, São Paulo, n. 19, p. 564-566, 1974.
- VALENTE, Ana Lúcia. Estado, Educação e Etnicidade: a experiência belga. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 105, p. 135-159, 1998.
- VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906 – 1916)* Porto Alegre, PUCRS, 2009. Tese (Doutorado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.
- VARGAS, Anderson Zalewski. *"Os subterrâneos de Porto Alegre": imprensa, ideologia autoritária e reforma social 1900-1919*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- VERANI, Márcio. *Fundação Casa de Rui Barbosa – Cadernos de Iniciação Científica*, n. 2, p. 29-39, Rio de Janeiro, 2008.
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VIDIGAL, Armando. Guerras da unificação alemã. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- VIGEZZI, Brunello. A Itália entra na guerra. *História do Século XX*, São Paulo, n. 18, p. 533-545, 1974.
- VILLACAÑAS, Jose L. Fichte y los origines del nacionalismo alemán moderno. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 72, p. 129-172, 1991.
- VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Primeira guerra mundial: relações internacionais do século 20*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.
- VOGT, Paulo Olgário. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez. 2007.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999. 2 v.

- \_\_\_\_\_. *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. México, D. F.: Fondo de Cultura Econômica, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- WEBER, Regina. . *Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2002.
- WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro*: São Paulo, Ática, 2006.
- WEINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos?: algumas narrativas sobre o contestado*. Curitiba: UFPR, 2002.
- WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- WESTWOOD, J. N. A ofensiva Brusilov. *História do Século XX*, São Paulo, n. 21, p. 621-624, 1974.
- WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.
- WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- WITTRICK, Germano. *Guia das Mães*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1947.
- WYNANTS, Sven. El federalismo en Bélgica. In: DASÍ, Joaquín Farinós i; CUCO, Alfons; GONZÁLEZ, Joan Romero (Coord.). *La organización territorial del Estado: España en Europa: un análisis comparado*. Valência: Universitat de València, 2002.
- YOUNG, Peter. A batalha do norte da França. *História do Século XX*, São Paulo, n. 17, p. 500-511, 1974.
- ZEMAN, Z. A. A desintegração do império Habsburgo. *História do Século XX*, São Paulo, n. 31, p. 905-907, 1974.